

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAURO LUIZ BARBOSA MARQUES

***AO SOM DAS SINETAS:
DO SACERDÓCIO À CONFIANÇA NA LUTA***
MOVIMENTOS DOCENTES NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
(1979 - 1991)

São Leopoldo
2017

MAURO LUIZ BARBOSA MARQUES

***AO SOM DAS SINETAS:
DO SACERDÓCIO À CONFIANÇA NA LUTA***
MOVIMENTOS DOCENTES NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
(1979 - 1991)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação do **Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir**, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

São Leopoldo
Abril de 2017

M357a

Marques, Mauro Luiz Barbosa

Ao som das sinetas : do sacerdócio à confiança na luta
movimentos docentes na rede pública estadual do Rio Grande do
Sul (1979 - 1991) / por Mauro Luiz Barbosa Marques. – 2017.

434 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo, RS,
2017.

“Orientador: Dr. Cláudio Pereira Elmir.”

1. Movimentos docentes. 2. CPERS. 3. História da educação.
4. Trabalho. 5. Conflitos grevistas. I. Título.

CDU: 331.105.44(816.5)

Catálogo na Publicação:
Bibliotecário Alessandro Dietrich - CRB 10/2338

MAURO LUIZ BARBOSA MARQUES

***AO SOM DAS SINETAS:
DO SACERDÓCIO À CONFIANÇA NA LUTA***
MOVIMENTOS DOCENTES NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
(1979 – 1991)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação do **Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir** como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir (Orientador)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Carla Simone Rodeghero
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Clarice Gontarski Speranza
Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a Isabel Aparecida Bilhão
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof.^a Dr.^a Marluza Marques Harres
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Dedico à Ana Lara, minha filha inquieta, e à Maria de Fátima,
um dos melhores corações que conheci.*

Agradecimentos

Quero agradecer algumas pessoas que contribuíram sensivelmente com a realização deste estudo nesses anos de pesquisa. Destaco o professor Cláudio Elmir, meu orientador, sempre alertando e sugerindo caminhos em cada etapa do trabalho. A banca de qualificação, em 2016, com as professoras Isabel Bilhão e Marluza Harres, também contribuiu neste mesmo sentido agregando qualidade com suas observações.

A coleta das fontes, tão diversificadas, não poderia ser feito sem a ajuda da Joana Scherer, funcionária do 14º núcleo do CPERS (São Leopoldo) e de Marcus Vinicius, responsável pelo arquivo na sede central, em Porto Alegre. Os arquivos do Sindicato estiveram sempre abertos para a pesquisa, o que é muito significativo. Também gostaria de agradecer imensamente a todos os depoentes que dispuseram de seu tempo para contribuir com este trabalho. Alguns me receberam em sua casa ou local de trabalho e espero ter utilizado com dignidade e ética as lembranças expressadas por estes.

No Museu Hipólito agradeço os vários atendentes, anônimos para mim. Uma instituição sucateada e constantemente ameaçada, mas que ainda consegue prestar este atendimento, dentro de seus limites. Os servidores do Memorial Legislativo também têm minha lembrança: recebi via correio eletrônico boa parte dos anais daquela Casa, uma ajuda importante na pesquisa.

Agradeço aos professores que convivi nas disciplinas cursadas em 2014 e 2015: Hernán Ramírez, Cláudio Elmir, Aloísio Ruscheinsky, do PPG em Ciências Sociais, Isabel Bilhão, do PPG Educação. Por fim, agradeço a esta banca que me honra com sua avaliação.

RESUMO

A presente tese busca analisar o embate constante entre a coletividade dos educadores no Rio Grande do Sul e seu empregador, o Estado do Rio Grande do Sul, representado por seus governos. O recorte temporal escolhido se dá entre os anos 1979 e 1991, período de grande efervescência, greves de duração prolongada e consolidação de um perfil docente mais próximo à realidade dos trabalhadores e de suas práticas reivindicativas-sindicais. Tal narrativa parte da assembleia realizada no Clube Caixeiros Viajantes, em abril de 1979, e se encerra em maio de 1991, na conclusão da parede daquele ano. Tal período destacado foi marcado por um embate quase permanente entre os trabalhadores em educação e os governos do período, se constituindo na época de maior ascenso grevista da coletividade docente. Ao mesmo tempo, a ferramenta central da articulação de tais lutas, o CPERS - associação/sindicato fundado em 1945 – acompanhou este contexto de mutações e foi adaptado para responder aos embates estabelecidos.

Entre as várias fontes aqui utilizadas, se destacam os registros de imprensa, as elaborações de grevistas e governos em materiais diversos de expressão pública, além de depoimentos de participantes daqueles eventos, bem como os discursos dos tribunos legislativos pertinentes para entender os aspectos aqui destacados. É pretendido, assim, refletir as contradições constituídas em tal período, compreendendo tais eventos como parte da mutação ocorrida na vida dos professores, especialmente a partir de meados da década de 1970. É pretendido que esta tese contribua na compreensão da temática destacada se localizando na área de estudos sobre o mundo do trabalho e na história da educação.

Palavras-chave: Movimentos docentes. CPERS. História da Educação. Mundo do Trabalho. Conflitos Grevistas.

ABSTRACT

The present Thesis seeks to analyze the constant clash between the collective of educators in Rio Grande do Sul and its employer, represented for their governments. The chosen temporal cut occurs between the years 1979 and 1991, period of great effervescence, strikes of prolonged duration and consolidation of a nearer teaching profile to the reality of the workers and their vindictive-union practices. Such narrative part of the meeting held at Clube Caixeiros Viajantes, in April 1979, and ends in May 1991, at the conclusion of the stoppage in that year. This period was marked by an almost permanent conflict between education workers and the governments of the period, constituting the time of the greatest striking rise of the teaching collective. At the same time, the central tool of articulation of such struggles, the CPERS - association / union founded in 1945 - followed this scenario of mutations and was adapted to respond to this conflicts.

Among the various sources used here are the press records, the elaborations of strikers and governments in diverse materials of public expression, beyond to depositions from participants of those events, as well as the relevant speeches of the legislative tribunals to understand the aspects featured here. It is intended, therefore, to reflect into the contradictions constituted in such a period, understanding such events as part of the mutation occurring in teachers' lives, especially from the mid-1970s. It is hoped that this Thesis will contribute to the understanding of the outstanding theme in the area of studies on the “world of work” and in the “history of education”.

Key-words: Teaching movements. CPERS. History of Education. World of Work. Strike conflicts.

Lista de tabelas

Tabela 1: História das greves dos trabalhadores em educação no Rio Grande do Sul (1979 - 1991)	18
Tabela 2: Associações docentes de educação básica (1901 - 1931)	53
Tabela 3: Número de sócios do CPERS (1970 - 1991)	85
Tabela 4: Secretários de Educação e Presidentes do CPERS durante as greves	92
Tabela 5: Índice do piso salarial no mês de início de cada greve	144
Tabela 6: Principais assembleias, definições e público presente (1979 - 1991)	360

Lista de figuras

Figura 1: Ginásio Gigantinho lotado: fato ocorrido em muitas assembleias dos educadores	15
Figura 2: Assembleia no Araújo Vianna, em Porto Alegre.....	32
Figura 3: Charge retrata o <i>status</i> econômico docente	46
Figura 4: Charge ironiza a onda de greves nos anos 1980.....	81
Figura 5: Assembleia no Clube Caixeiros Viajantes	93
Figura 6: Caricaturado como criança, Amaral de Souza dialoga com professora grevista	102
Figura 7: Participação do CPERS nas “Diretas já”	145
Figura 8: Charge ironiza as dificuldades de Jair Soares com o barulho das sinetas	154
Figura 9: Nota Oficial do CPERS (abril/1985)	161
Figura 10: Registro na imprensa do início da greve docente de 1985	165
Figura 11: Charge explica a defasagem do piso docente durante o ano	171
Figura 12: Maior ato público na greve de 1985.....	174
Figura 13: Constantes sinetas em frente ao Palácio Piratini	177
Figura 14: Maior assembleia da história do CPERS, no Estádio Beira Rio	180
Figura 15: Charge ironiza a dificuldade financeira do Estado com a presença reivindicativa das sinetas docentes nas mãos de Simon	201
Figura 16: Em 1987, mesmo a quadra do Gigantinho foi ocupada durante a assembleia docente	204
Figura 17: Paródia musical referente a ocupação da Praça da Matriz	209
Figura 18: Charge mostra a montagem do acampamento	213
Figura 19: Vice-governador Guazzelli envia proposta diretamente ao acampamento docente	219
Figura 20: Sinetas na praça perturbam o Governador Simon no Palácio Piratini	223
Figura 21: Charge ironiza o conflito entre as partes: sineta docente e o tacape de Simon	226
Figura 22: Charge ironiza a solidão de Simon após a retirada do acampamento grevista..	229

Figura 23: CPERS denuncia publicamente a proposta insuficiente do Executivo	260
Figura 24: Proposta explicada diretamente à sociedade nos periódicos, algo realizado inúmeras vezes durante o Governo Simon	262
Figura 25: Denúncia do não cumprimento da lei por parte do Executivo	280
Figura 26: Sinetas e seu som, uma constante em frente ao Palácio Piratini	282
Figura 27: Sinetas perturbam o Governador Collares e Neuza Canabarro, Secretária de Educação	290
Figura 28: Na charge, alunos comemoram o adiamento do ano letivo	306
Figura 29: Capa do CP anuncia as decisões da assembleia dos educadores	315
Figura 30: Charge ironiza o longo e monótono embate entre CPERS e SEC	322
Figura 31: Nota do Executivo disputa posições na greve de 1991	336
Figura 32: Charge relaciona estudante da rede estadual a um burro, em função das longas greves	353

Lista de Abreviaturas

ANDES – Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (após 1988 torna-se sindicato nacional).

ACPM – Associação dos Círculos de Pais e Mestres

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

AVC – acidente vascular cerebral

CEE/RS – Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CP – Correio do Povo

CPB – Confederação dos Professores do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAER – Departamento Autárquico de Estradas e Rodagens

DCE – Diretório Central de Estudantes

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FM – Folha da Manhã

FMI – Fundo Monetário Internacional

FURG – Fundação Universidade do Rio Grande

ICM – Imposto sobre circulação de mercadorias

ICV – índice do custo de vida

IPC – índice de preços ao consumidor

IPE (IPERGS) – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

LIBELU – Liberdade e Luta

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

MUTE – Movimento de Unificação dos Trabalhadores em Educação

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – produto interno bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RS – Rio Grande do Sul

SEC – Secretaria da Educação e Cultura

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UMESPA – União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNE – União Nacional dos Estudantes

ZH – Zero Hora

Sumário

Introdução	15
Primeiro Capítulo	
Trajetórias docentes: do sacerdócio ao associativismo profissional e à sindicalização.....	32
1.1 Sacerdócio e profissionalismo: a saga docente nas escolas, associações e sindicatos.....	34
1.2 O conceito social do trabalho docente	56
1.3 A crise do regime civil-militar, a ação dos trabalhadores e o despertar do “novo sindicalismo”.....	66
1.4 O CPERS e suas metamorfoses: surge uma ferramenta para os movimentos dos trabalhadores em educação.....	81
Segundo Capítulo	
Lutas e movimentos docentes no período autoritário (1979-1984).....	93
2.1 Do Clube Caixeiros Viajantes ao Gigantinho.....	95
2.2 As posições do Governo Estadual e o debate legislativo.....	106
2.3 A segunda greve e o Acordo/80	115
2.4 Amaral de Souza, a não negociação e a ação dos legisladores.....	124
2.5 A força do velho regime e a dura repressão ao movimento docente em 1982	130
2.6 O contexto político e econômico da primeira metade da década de 1980.....	141
Terceiro Capítulo	
A época das greves de duração prolongada (1985-1990).....	154
3.1 As sinetas surgem na longa greve de 1985	156
3.2 A postura do Governo Jair Soares, o debate e a mediação do Legislativo	183
3.3 Entre 1985 e 1987: a lei também não é cumprida	193
3.4 “A última greve não existe”: a “Praça da Sineta” e a perda do piso	202
3.5 Da oposição ao governo: o PMDB e suas relações com o movimento docente	231
3.6 Entre negociações e impasses: uma greve por ano (1988, 1989 e 1990)	251

Quarto Capítulo	
A greve de 1991 e a quebra da legitimidade grevista	290
4.1 Novos personagens, novo cenário, mesmas lutas	292
4.2 “Uma trégua, por favor. As crianças merecem”.....	296
4.3 O duro conflito com Collares e o esgotamento da greve	307
4.4 A vez do PDT no poder: discursos e embates na luta pela legitimidade	329
4.5 A greve de 1991 no divã	344
Considerações finais	355
Fontes	367
Anexos.....	384

*Nosso dia vai chegar
Teremos nossa vez
Não é pedir demais
Quero justiça
Quero trabalhar em paz
Não é muito o que lhe peço
Eu quero um trabalho honesto
Em vez de escravidão
Deve haver algum lugar
Onde o mais forte
Não consegue escravizar
Quem não tem chance
De onde vem a indiferença
Temperada a ferro e fogo?
Quem guarda os portões da fábrica?
O céu já foi azul, mas agora é cinza
O que era verde aqui já não existe mais
Quem me dera acreditar
Que não acontece nada de tanto brincar com fogo
Que venha o fogo então
Esse ar deixou minha vista cansada
Nada demais*

(Fábrica, Legião Urbana: Álbum Dois, 1986).

INTRODUÇÃO

Figura 1: Ginásio Gigantinho lotado: fato ocorrido em muitas assembleias dos educadores



Fonte: ZH, 14/7/85, p. 39

(...) ao homem é indispensável uma certa identificação com as condições materiais de sua sobrevivência. Homem e trabalho se pertencem mutuamente

(Cattani, 1991).

O específico das estratégias dos trabalhadores é que elas só são eficazes se são coletivas, portanto conscientes e metódicas, isto é, mediatizadas por uma organização encarregada de definir os objetivos e organizar a luta

(Bourdieu, 1999).

(...) os dominados existem, têm voz própria e até mesmo, longe de serem alienados e passivos, para alguns autores, têm um saber autônomo e quase ilimitado

(Paoli et al, 1983).

(...) a greve era duas coisas: ela era, simultaneamente, um meio de pressão para obter algo ou para se defender, e um modo de expressão

(Perrot, 1996).

Era o segundo dia de abril de 1979, Clube Caixeiros Viajantes, em Porto Alegre. Cerca de quatro mil professoras e professores da rede pública estadual estavam prestes a dar um passo decisivo na história da coletividade docente do Rio Grande do Sul. A pauta central desta reunião era a possibilidade de uma inédita greve de âmbito estadual e, ao ser definido por dois dias de paralisação, após acalorado debate num ambiente absolutamente lotado, aquela coletividade reunida fez ingressar, de forma prática, sua categoria profissional no universo das mobilizações dos trabalhadores, as quais entravam em fase ascendente no país. Nos anos seguintes não haveria um recuo definitivo e os embates entre docentes e diversos governos estaduais ocorreram de forma constante e incluíram greves quase anuais até o ano de 1991, marcando o período de maior ascenso grevista deste grupo.

Os professores mergulhavam também no contexto vivido ao final dos anos 1970, pois a coalizão civil-militar que administrava um regime autoritário e segregador da participação popular foi cedendo espaço empurrado por uma nova realidade: não havia mais o chamado “milagre econômico”¹ do início daquela década e ocorria o crescimento vertiginoso da contestação política em várias camadas da sociedade contra tal regime político.² Aos poucos definha o modelo societal baseado na censura e nas restrições democráticas, o qual passou a contar com a ação opositora mobilizatória e grevista de diversas categorias urbanas e rurais por todo o país. Era uma oposição de base formada por organizações como associações de bairro, comunidades eclesiais de base e pelo movimento sindical.

Essas entidades apareceram como novos protagonistas nas disputas políticas que se desenvolveram ao longo do governo Figueiredo; passaram a pressionar o governo pelo alargamento da abrangência da abertura e tocam em questões que ficaram latentes na década e meia de ditadura e que nem sempre foram alvo dos discursos do partido opositor: o arrocho salarial, a falta de autonomia dos sindicatos, a questão agrária, etc. (Rodeghero, 2007, p. 105).

¹ O período de crescimento industrial entre 1968 e 1973 ficou conhecido como “milagre econômico” brasileiro. Durante este período, o país conheceu taxas de crescimento de seu PIB expressivas, acima de 10% (Alves, 2004, p. 145).

² Existiam sinais importantes de crise no regime: “(...) o final da década de 1970 já assiste aos primeiros sinais de esgotamento dos modelos econômicos latino-americanos, praticados, até então, com sucesso. As exportações que haviam feito da Argentina e Uruguai países de nível europeu ou o Milagre Brasileiro, modelo de eficiência das ditaduras militares, mostram-se incapazes de manter um processo de crescimento auto-sustentado” (Silva, 2003, p. 253).

Na área sindical, houve o destaque das ações do chamado magistério ³ público estadual do Rio Grande do Sul. Neste cenário, o CPERS ⁴ foi o centro coordenador dos movimentos docentes e das greves desde 1979. Tal entidade articulou as ações de milhares, em geral com apoio popular, ocupando espaços destacados na sociedade em seu tempo e assim, devido a uma ampla cobertura da imprensa, dos legisladores e da comunidade, a atenção da sociedade se voltou às ações dessa categoria espaiada em todos os cantos do estado.

Tabela 1: Histórico das greves dos trabalhadores em educação da rede estadual no Rio Grande do Sul (1979-1991)

<i>Ano</i>	<i>dias de greve</i>	<i>Governador – partido</i>
1979	13	Amaral de Souza – ARENA
1980	21	Amaral de Souza – PDS
1982	03	Amaral de Souza – PDS
1985	60	Jair Soares – PDS
1987	96	Pedro Simon – PMDB
1988	09	Pedro Simon – PMDB
1989	42	Pedro Simon – PMDB
1990	58	Sinval Guazzelli - PMDB
1991	74	Alceu Collares – PDT

Fonte: <www.cpers.org.br/imagens/historia/historico_greve_cpers.pdf> , acesso em 8/9/2011

Tais greves alcançaram alto índice de adesão em certos momentos, o que demonstrou a força desses movimentos, os quais, com suas atitudes contestatórias, acabaram se destacando para além do aspecto mais especificamente sindical, mas como eventos de caráter

³ Considera-se “magistério” o conjunto dos professores de 1º e 2º graus, denominação da educação básica anterior a LDB de 1996 (esta substituiu os referidos graus pelo Ensino Fundamental e Médio). Mais adiante, os sindicatos de educadores em todo país passaram a denominar sua categoria de “trabalhadores em educação”, também por incluir os diversos segmentos de funcionários escolares (Leite, 2003, p. 24-28). Esta pesquisa utiliza tais denominações, além de sinônimos como “docentes”, “educadores” ou “professores”.

⁴ O CPERS foi fundado em 21 de abril de 1945, inicialmente como uma associação, o CPPE (Centro dos Professores Primários do Estado). Em 1966, novo estatuto criou a sigla CPPERS (Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul), visando a ampliação da base sindical da entidade indo além da rede estadual. Nos anos 1970, passou a agregar os professores de todos os níveis, não apenas os professores primários e aí surge a denominação CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul). Oficialmente tornou-se sindicato apenas em 8 de dezembro de 1989 (era proibida até então a sindicalização dos servidores públicos) quando torna-se CPERS/Sindicato (Pacheco, 1993).

político. Nas palavras de Maestri, o “movimento grevista assinalou o renascimento da luta sindical no Rio Grande do Sul (...) constituiu marco da história política e social rio-grandense” (2010, p. 390). Os movimentos paredistas de trabalhadores, aliás, podem ser definidos como formas ativas de luta em que a totalidade ou parte dos “trabalhadores, agindo coletivamente, para de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e/ou outros” (Linden, 2013, p. 203). A expressão “greve” no Brasil, segundo Antonio Luigi Negro e Flávio dos Santos Gomes, surgiu, na falta dessa palavra, tomada de empréstimo da francesa *grève*. A paralisação do trabalho, instrumento de protesto e barganha foi sempre tão comum entre as experiências dos trabalhadores que as línguas europeias possuem ao menos uma palavra própria para designar o fenômeno: “(...) ingleses fazem *strike*. Já os espanhóis entram em *huelga*, enquanto que italianos, quando param o serviço, estão em *sciopero*. No Brasil do século XIX, as primeiras formas de suspensão coletiva das atividades ficaram conhecidas como paredes”.⁵

Segundo Michelle Perrot, até a primeira metade do século XX europeu, a greve tinha duas facetas: “um meio de pressão para obter algo ou para se defender, e um modo de expressão”. Ao mesmo tempo, se tornava uma forma de expressão de um grupo de caráter comunitário que poderia se tornar ainda “mais comunitário (às vezes também era a ocasião de cisões, de clivagens, de divisões)”. Segundo a autora, “não existem duas greves que se pareçam, mas a greve tinha estas duas funções” (1996, p. 195). Na experiência docente sul rio-grandense isto é observado tanto na diversidade de posições em cada movimento como nas múltiplas possibilidades de encaminhamento e de encerramento específico nos mesmos.

A partir disso, tal temática e seus elementos constitutivos motivam a construção desta tese, sendo objetivo central da mesma analisar os constantes embates políticos e discursivos entre a coletividade dos educadores e os governos estaduais, a partir de suas origens, contextos e problemáticas específicas. Para tal, se faz fundamental compreender a relação entre o movimento docente e os movimentos sociais e sindicais a partir de meados dos anos 1970, as mutações no conjunto da categoria profissional neste período e, afinal, como os

⁵ Disponível em <<http://outraspalavras.net/brasil/entre-silencios-e-esquecimentos-as-greves-dos-trabalhadores-negros/>>, acesso em 26/11/2016.

professores e professoras aproximaram-se dos demais trabalhadores e de suas ações político-sindicais.

Inicialmente, parte-se da compreensão hipotética que os embates constantes entre as partes, os acordos descumpridos por parte de governos, a redução gradativa dos investimentos na área educacional, tudo combinado com o ascenso da organização sindical do período, empurrou grande parte dos trabalhadores docentes para ações no campo sindical e político, nas quais a prática grevista se tornou prioritária, reconhecida e legitimada. Neste sentido, é desejado observar em que medida as ações sindicais se tornaram elementos constitutivos do fazer-se coletivo desta categoria profissional e como esta ação mobilizatória direta tornou-se método constante para garantia de melhoria das condições profissionais e também de protagonismo político. Ainda, em que medida este cenário de mobilizações foi originado de determinadas condições de vida? O que estas condições influenciaram no ser social e nas atitudes de parte dos docentes e os estimularam a constituir importantes conflitos contra o estado?

O recorte temporal proposto, qual seja, de 1979 a 1991, se justifica pela quase anualidade de movimentos grevistas no período e pela crescente organização docente, algo relacionado ao cenário nacional, como recorda Noronha ao quantificar as atividades paredistas da época: “(...) de 1978 a 1992, foram deflagradas quase 16.500 greves. Nos anos da 'abertura' política (1978-84) ocorreram em média 259 paralisações por ano e durante os governos Sarney e Collor, quase 1.900 greves/ano em média” (1994, p. 327). No caso dos movimentos docentes sul rio-grandenses, após o ano 1991 houve um período de seis anos sem ações paredistas, em especial pelo impacto negativo da derrota da greve daquele ano, a qual, somada ao contexto geral do movimento sindical, ajudou a refluir temporariamente tais lutas.

Vale destacar que esta tese não pretende desenvolver uma narrativa exclusiva das ações da estrutura sindical do CPERS, associação/sindicato docente. Para analisar os eventos destacados é necessário ir além disso e localizar as circunstâncias de mobilização dos trabalhadores em educação a partir do amadurecimento político-sindical destes e do embate travado naquele momento no marco geral da sociedade sul rio-grandense e brasileira, além de outros fatores. Assim, é projetado valorizar as ações não apenas de dirigentes da entidade

sindical e de figuras destacadas, mas também professores e professoras de base, apoiadores, grevistas e ativistas muitas vezes anônimos para o grande público. Tal metodologia tem sido avalizada por uma série de discussões no mundo acadêmico e também na historiografia sobre o denominado “mundo do trabalho”.

Segundo Hobsbawm, os historiadores dos trabalhadores estão se dedicando ao estudo das bases e não apenas dos líderes e sindicalizados, ou seja, a preocupação chega ao “trabalhador conservador tanto quanto o radical ou revolucionário - em resumo, mais com a classe, do que com o movimento ou com o partido. Isto é bom” (2008, p. 21). Isso significa considerar a história do movimento sindical de forma mais ampla e não apenas restrita às organizações sindicais, como também sugere Petersen:

Trata-se de descer do “ente” instituição para suas condições de existência. **Não se trata de recusar o objeto**, mas de produzir um tipo de investigação que coloque manifesto os fatos e circunstâncias que as visões ideologizadas não podiam ver, ou o próprio avanço da reflexão teórica ainda não permitia (1997, p. 73).

No caso específico dos movimentos docentes no Rio Grande do Sul não há como desprezar a importância da entidade nucleadora das atividades e articuladora dos movimentos, a qual, na definição de Van der Linden, é a legítima representante sindical, pois sindicatos são organizações que capacitam os trabalhadores a defender seus interesses e existem, primordialmente, “para criar condições para negociações salariais, direitos e condições de trabalho, sendo a arma da greve seu trunfo da última instância” (2013, p. 245-250). Apesar da importância de tal entidade não é necessário fazer uma história restrita da mesma, sendo possível e preferencial tratar e analisar a categoria que sustenta tal aparato, suas experiências, lutas e vivências. Sobre os trabalhadores do Rio Grande do Sul e os trabalhos recentes, segue Petersen:

Estes trabalhos, que trouxeram uma nova percepção sobre o espaço da experiência no fazer-se da classe, sobre história popular, sobre imperceptíveis mas cruciais práticas e representações tanto de dominação como de resistência na vida cotidiana, a recuperação do sujeito e suas ações, a presença feminina, a sociedade disciplinar, para citar alguns destes caminhos, também quase sem exceção abordam aspectos particulares da história dos trabalhadores gaúchos, tanto em relação aos temas como aos cortes cronológicos (2001, p. 14).

Trocas políticas e vivências entre os trabalhadores não se dão apenas a partir das estruturas sindicais, pois a transmissão da ideologia não ocorre apenas de maneira formal, durante greves e agitações ou nos espaços sindicais. Segundo Schmidt, Bilhão & Silva, a organização daqueles que vivem de seu trabalho encontra espaço “em volta das mesas dos bares, dos cafés, no interior das casas e das pensões, da mesma maneira que a educação dos filhos e o convencimento dos novos participantes transbordam de afetividade”. Isso parece evidente ao estudarmos as atividades organizativas docentes espalhadas em todo estado a partir das escolas, por exemplo, que aproximaram milhares de homens e mulheres por objetivos semelhantes. Segundo os autores, a organização de estratégias, agitações, textos etc. podem ocorrer em conversas informais, entre familiares e amigos. O movimento de trabalhadores, assim, “convive, portanto, com a solidariedade e o afeto, e esses são componentes importantes, que merecem ser incorporados aos estudos sobre a memória operária brasileira” (2002, p. 160).

Sobre a questão operária, aliás, ao recuarmos um pouco nas elaborações da historiografia também se percebe como a classe trabalhadora deixou de se restringir a tal setor social do proletariado industrial. Se por um lado é possível distanciar o perfil social de docentes e de operários fabris, as elaborações acadêmicas após 1978 tenderam a esta novidade: os trabalhadores urbanos não eram mais exclusivamente os operários organizados, mas sujeitos sociais que se expressavam em múltiplas dimensões, com formas de vida própria e estratégias definidas de lazer, saber e trabalhar (Paoli *et al*, 1983, p. 149). Boa parte dos estudos na área do chamado “mundo do trabalho” se dedica a temas como cultura e experiência de grupos de trabalhadores, como nos lembra Speranza (2007, p. 20), e tal perspectiva também deve estar presente no transcorrer desta tese, buscando uma combinação e não um afastamento do estudo dos instrumentos institucionais.

Quanto ao objeto central aqui apresentado, as elaborações acadêmicas no campo historiográfico são limitadas quando se procura pesquisas específicas relativas aos movimentos docentes no Rio Grande do Sul. Entre as raras pesquisas se encontra a dissertação de história de Luís Guilherme Ritta Duque, defendida no ano de 1998, intitulada “Hei de vencer, mesmo sendo professor: o CPERS e o magistério público estadual do Rio

Grande do Sul, 1972-1979”, que aborda o período das transformações na organização docente e o crescimento quantitativo e qualitativo da entidade CPERS no recorte temporal proposto em sua pesquisa:

A característica principal do CPERS, na conjuntura de abertura política e de emergência do ‘novo sindicalismo’, teria sido a transformação ocorrida na sua estrutura, formas de organização, reivindicações, relação com o governo estadual e o surgimento de um perfil profissional para o professor constituindo-se assim o perfil sindical na entidade (1998, p. 22).

Eliezer M. Pacheco elaborou a dissertação chamada “Sindicato e projeto pedagógico. A organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul, de 1945 a 1991”, no ano de 1993. Ali, narrou exaustivamente a história da Associação/Sindicato CPERS e de seus confrontos e aproximações com o poder público do estado. Seu trabalho se dedica a uma história do aparelho sindical, das diretorias, contextos, pautas reivindicativas desde 1945, embates externos e internos e características assumidas pela entidade em diversos períodos de sua história, desde sua fundação até a greve de 1991, coincidente com o final do recorte aqui proposto. Vale citar que o autor também foi dirigente e conselheiro da entidade classista.

Ambas as dissertações foram elaboradas na UFRGS. Ainda na mesma instituição, na área de história, Vânia Fonseca Soares dissertou com o título “A abertura política e os movimentos sociais em Porto Alegre (1979 - 1985)”, de 2002. Assim como outras obras, a autora destaca o cenário das mobilizações ao final dos anos 1970 e inclui ali diversas categorias, como bancários, metalúrgicos e os docentes. Não realiza, portanto, um estudo específico da trajetória docente, mas analisa como diversas categorias profissionais distintas se mobilizaram naquele momento no estado. Outras áreas do conhecimento também se debruçaram sobre os movimentos docentes, como na dissertação “Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980-1983)”, de Áurea Terezinha T. Petersen, do ano 1984, no Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (PUC/RS). Tal pesquisa se aproxima bastante da temática de Vânia Fonseca Soares e foi escrita no calor dos acontecimentos, o que vale ressaltar. No campo das letras, Márcia Dresch na dissertação “O discurso do CPERS Sindicato: uma abordagem discursiva” aborda as formas de expressão reivindicatória e os

métodos linguísticos do sindicato. Tal pesquisa é originada também na PUC/RS, no ano de 1994.

A área do direito e da economia também tem inúmeros artigos e obras relacionadas ao tema docente. Por exemplo, no artigo “Por que os sinos dobram? Conflito trabalhista e salários do magistério público do Rio Grande do Sul, 1974-1991” são problematizadas as dificuldades e as perdas salariais do magistério, questões vinculadas aos movimentos paredistas frequentes. Este artigo de Carlos Henrique Horn e Roberto Balau Calazans será destacado nesta pesquisa, junto a outras elaborações do campo da economia que buscam explicar ou ponderar acerca das dificuldades econômicas e financeiras governamentais em atender os reclames dos trabalhadores da educação. Ainda destaca-se o livro de Maria da Graça Bulhões e Mariza Abreu, “A luta dos professores gaúchos – 1979/1991. O difícil aprendizado da democracia” (1992). Nesta obra, as autoras debatem as orientações políticas das diversas direções do CPERS, a dicotomia entre conflito e negociação e também versam sobre as relações com os diversos governos estaduais.

Vale ressaltar as obras da sociologia da UNB que se dedicam à análise de movimentos docentes. Orientadas pelo professor Sadi Dal Rosso, as teses de Hélvia Leite Cruz e Erlando da Silva Reis, ambas de 2008, tratam do movimento docente em seus aspectos históricos e em estudos de caso. Apesar de não abordarem espacialmente o Rio Grande do Sul, tais pesquisas analisam o ser, o fazer e o trabalho dos professores em diversas perspectivas. O professor Sadi também é organizador da obra “Associativismo e Sindicalismo em Educação”, a qual já dispõe de dois volumes com dezenas de artigos sobre o tema. Por fim, no campo da Educação, dezenas de artigos versam sobre trabalho docente e História da Educação. Entre outras, a obra de Paula P. Vicentini e Rosário G. Lugli. “História da profissão docente no Brasil: representações em disputa” (2009) narra sobre a formação do modelo de professor no Brasil desde a chegada dos jesuítas na primeira metade do século XVI.

Considera-se, desta forma, que a pesquisa proposta se enquadra em áreas como história da educação, mundo do trabalho e também do tempo presente, a partir do conceito sugerido por Chauveau & Tétard: “(...) a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente” (1999, p. 15), o qual, segundo tais autores, pode ter um recuo de até sessenta anos. Esta breve

apresentação de uma pequena parte das elaborações historiográficas (e de outras áreas do conhecimento) demonstra o desafio de construir uma pesquisa que contribua com um tema tão pouco explorado. Neste cenário, no conjunto das fontes analisadas se buscará interpretar os embates realizados pela coletividade docente a partir do divórcio do sacerdócio (conceito desenvolvido no primeiro capítulo) e o ingresso na vida profissional.

Além da historiografia e das obras citadas, articulam-se outras abordagens relacionadas à teoria sobre movimentos sociais, classe trabalhadora e sindicalismo, em especial a partir de meados dos anos 1970, e ao fenômeno denominado como “novo sindicalismo”. Ao mesmo tempo, é preciso tratar especificamente do movimento docente, seu perfil, características e como se insere na luta e na ação geral do conjunto da classe trabalhadora. A partir de tal aporte teórico, é preciso ter uma metodologia adequada ao tratar os variados registros selecionados na condição de fontes para esta tese. Entre estas, se destacam:

a) *Os documentos internos e/ou públicos produzidos pelo sindicato docente e pelos governos estaduais*

Nos arquivos do CPERS, a partir de inúmeros materiais escritos produzidos pela entidade e pelo movimento docente, é possível observar a caminhada dos educadores nas suas lutas e estratégias organizativas. Através do seu debate interno e/ou público, dilemas e encaminhamentos da entidade representativa em momentos como reuniões de instâncias (diretoria, assembleia ou conselho de representantes), fóruns ou outros, em geral foram registrados em atas. Jornais da entidade (Magister), boletins (Sineta) e comunicados oriundos dos Comandos de Greve permitem o acesso ao discurso argumentativo que os docentes buscavam transmitir à sociedade e a sua base grevista em todo estado. São fontes parcializadas na perspectiva dos interesses docentes e suas pautas reivindicativas, podendo omitir contradições e falhas dos movimentos, mas também registrar detalhes não presentes em outras fontes.

Ao mesmo tempo, podem ser percebidas intenções e disputa política através dos documentos públicos dos governos: há destaque nas notas públicas (também dos grevistas),

as quais travaram verdadeira guerra de discursos nas páginas dos jornais em determinados momentos, e nos ofícios e comunicados de ambas as partes (disponíveis quando publicados nas atas legislativas, imprensa ou nos arquivos do CPERS).

b) *O conteúdo das sessões legislativas durante as mobilizações*

As discussões nos períodos de crescimento das lutas docentes invariavelmente passaram pelo debate e citação na Assembleia Legislativa, importante fórum onde se confrontaram os discursos políticos e a disputa de posições. Tais registros, localizados nos anais do Memorial Legislativo, em Porto Alegre, também precisam ser considerados criticamente e localizados na parcialidade das discussões e mesmo na conjuntura partidária, pois, em geral, os posicionamentos e versões da situação (governo da ocasião) e oposição (por vezes se tornando governo na gestão seguinte) são fundamentalmente distintos. Assim, a apropriação ou refutação da luta política docente muitas vezes era uma forma de delimitar o campo de luta das oposições ou da situação no jogo político-parlamentar que teve lugar no Legislativo, especialmente em função da gravidade da situação social dos docentes e sua capacidade de organização e mobilização. Espreada em todas as partes do estado e por vezes ainda vinculados às comunidades de baixa renda e demais trabalhadores em todos os cantos gaúchos, os movimentos dos educadores tinham, em geral, forte impacto.

Em muitos momentos, houve a “intermediação da Assembleia Legislativa nestes conflitos”. Elmir recorda que tal instituição se insere como uma espécie de “veículo paritário ao Executivo Estadual no intuito de melhor efetivar uma solução aos litígios que se instalam na sociedade” (2005, p. 32-33). Ainda, os discursos dos tribunos muitas vezes refletem o debate que se dá na sociedade e, desta forma, tais aspectos justificam o uso das atas legislativas como fontes de pesquisa.

c) *O Conteúdo da imprensa escrita*

Especificamente sobre o conteúdo dos periódicos de imprensa, parte das posições editoriais destes se constituiu como baluarte de ideias que rechaçavam as mobilizações

docentes, dominantes entre os setores mais conservadores da sociedade naquela altura. Na maioria das vezes não ocorria, editorialmente, a deslegitimação dos movimentos, mas o lamento e a lamúria em função dos dias perdidos no período paredista. Por outro lado, em geral, ampla cobertura foi realizada em várias partes do estado quando se realizavam grandes movimentos dos educadores, além de inúmeras entrevistas, matérias especiais, reportagens de análise, crônicas de assembleias ou atos públicos e contrapontos entre docentes e governo. Estão incluídos como fontes os registros dos periódicos Zero Hora (ZH), Correio do Povo (CP), e pontualmente material da Folha da Manhã (FM), a qual encerrou suas atividades no início de 1980. O CP, por sua vez, esteve sem circulação em parte do recorte temporal proposto, entre 1984 e 1986.

Tais veículos, como empresas e instituições privadas, dependem de anunciantes e patrocinadores, o que pode gerar, segundo Aquino, certa “pressão para a publicação relacionada diretamente aos interesses dos grupos econômicos que sustentam o periódico [e] também por uma determinada concepção de informação” (1999, p. 63). Assim, em momentos de dificuldade, a imprensa e seu conteúdo podem, com a justificativa de “informar a sociedade”, buscar apagar falhas e práticas distintas dos grupos dominantes, ou ainda disputar posições em situação de crise (Gomes, 2006). Em outros momentos, em função da legitimidade de um movimento, precisam ter uma postura mais branda em relação a estes e ao mesmo tempo demonstrar certa imparcialidade. Xavier, ao comentar o conteúdo da imprensa, recorda que “os jornais, ora exerceram pressão sobre as autoridades governamentais, ora acionaram o pânico moral da sociedade ante as demonstrações de rebeldia dos professores” (2011, p. 200).

Por tais motivos, é preciso cruzar o conjunto de informações presentes em cada reportagem, editorial ou comentário nos veículos estudados com outras fontes. Analisar o espaço destinado às polêmicas durante greves e mobilizações e verificar como a imprensa acompanha a caminhada sindical dos docentes junto a outros setores da classe trabalhadora são pontos centrais de interesse, assim como a varredura de informações que geralmente os periódicos realizam por boa parte do estado, os editoriais destes e as constantes reportagens (nem sempre alinhadas com a linha do texto editorial) relativas, geralmente, aos principais eventos realizados pelo movimento docente.

d) *A Coleta de depoimentos*

O uso de depoimentos (coletados presencialmente, por via telefônica ou correio eletrônico) de personagens participantes das mobilizações docentes, dos representantes de governos e do movimento sindical se trata de uma fonte fundamental. Coerente com a ideia teórica citada anteriormente, tais depoimentos devem incluir lideranças do CPERS e também outros educadores, os quais não foram, em seu tempo, lideranças de grande vulto, mas que podem contribuir na reconstituição das condições de vida e dos diversos conflitos. Tais depoimentos representam a possibilidade de qualificação e ampliação dos horizontes da pesquisa, visto que a partir dos mesmos podem surgir versões e narrativas divergentes ou não existentes em outros registros. Neste sentido, tais fontes tendem a garantir a visibilidade de relatos daqueles que foram personagens dos acontecimentos naquele período. Como conceito, na perspectiva de Alberti, tais entrevistas se dão no formato temático, ou seja, são “aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, (...) a entrevista terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência” (2004, p. 37-38). Speranza contribui sobre os depoimentos orais sugerindo que os mesmos não estão isentos da crítica e exigem uma análise da vida e das experiências dos depoentes, das suas preocupações do presente e suas interpretações íntimas, ou seja, o cruzamento dos depoimentos e suas revelações com outras fontes parece fundamental (2007, p. 38).

Esta tese conta com depoimentos (corrigidos e autorizados pelos entrevistados) dos dirigentes docentes Hermes Zanetti, Paulo Egon, João Carlos Rodrigues e Denise Schwochow. Adeli Sell, participante da oposição à gestão do CPERS em 1979, Moisés Berti, professor ativista de base no 14º Núcleo regional do CPERS, sede em São Leopoldo, e Cléris Allgayer Becker, diretora de escola na localidade de Lomba Grande (Novo Hamburgo) são os professores entrevistados pelo autor que jamais estiveram na direção do sindicato e tiveram diferentes participações e perspectivas quanto aos movimentos que vivenciaram. Os

ex-governadores Jair Soares e Pedro Simon concederam depoimentos ao autor, assim como a Secretária de Educação no governo de Alceu Collares, Neuza Canabarro.⁶

Ao observar a diversidade de todas estas fontes, vale ressaltar a respeito do uso de documentos variados no ofício do historiador, que os mesmos não são inocentes, sendo “parcialmente determinado por sua época (...) produzido conscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer a ‘verdade’”. Por este motivo, as diversas fontes citadas precisam ser analisadas e delimitadas apontando os vazios e os posicionamentos subliminares ou evidentes, onde a comparação e a interpretação tornam-se procedimentos indispensáveis (Le Goff, 2001, p. 54). Tais fontes geralmente são parcializadas e determinam posições de um debate polarizado e nada consensual e, por esse motivo, devem passar pelo meticoloso cruzamento crítico visando comparar posições e informações. A partir deste manancial será possível, ao menos parcialmente, representar a jornada dos educadores que os aproximou do movimento sindical e das práticas de outras coletividades de trabalhadores, ao mesmo tempo em que fez duro e constante embate com seu empregador. Vale recordar as observações de Prost, o qual sugere que os historiadores não exigem que as pessoas criem em suas palavras apenas por serem profissionais conhecedores de seu ofício, “embora esse seja o caso em geral -, mas fornece ao leitor a possibilidade de verificar as suas afirmações (...)” (2012, p. 55). Assim, no rigor do método, cada afirmação significativa deve ser acompanhada por alguma indicação de fontes.

Quanto à divisão de capítulos estabelecida nesta tese, esta dar-se-á respeitando a perspectiva temporal e a sequência cronológica dos movimentos docentes. Paralelo a isso, se torna necessário espaço para questões temáticas como a situação econômica estadual e nacional, debates teóricos sobre “Mundo do Trabalho”, dados estatísticos relacionados aos interesses da pesquisa, etc. Também será respeitada a ideia de contraponto e comparação, reservando espaço tanto para as posições grevistas quanto para as versões do Executivo. Assim, os capítulos estão organizados a partir de três momentos temporais, sendo o primeiro localizado no período de movimentação sindical ainda sob o regime civil-militar; o segundo

⁶ Vale registrar o convite do autor ao ex-secretário de educação de Pedro Simon, Ruy Carlos Ostermann, para contar com sua versão a respeito das greves nas quais atuou como parte representante do Executivo Estadual. O mesmo preferiu não conceder depoimento sobre o assunto por motivos pessoais.

momento após 1985, período de redemocratização, quando os movimentos caracterizaram-se pela duração prolongada e ações públicas mais efetivas e, finalmente, se destaca isoladamente a greve de 1991, merecedora de um capítulo especial na narrativa. Tal opção justifica-se por esta ter representado, ao seu final, uma ruptura nas greves sequenciais desde 1979 e uma espécie de divórcio da legitimidade geralmente reconhecida nos movimentos anteriores. Junto a este espaço de narrativa com recorte temporal torna-se fundamental a inclusão de discussões temáticas. Entre outras, tem destaque central a trajetória da categoria docente que permitiu a aproximação deste segmento profissional ao movimento sindical dos trabalhadores, superando a perspectiva sacerdotal da atividade educativa e alterando seu perfil social.

Na sequência já se apresenta o **primeiro capítulo** desta tese dedicado a discussão sobre a trajetória docente desde suas origens, onde se destacava a missão sacerdotal até a aproximação dos movimentos sindicais modernos e sua maior profissionalização. Tal capítulo inclui uma abordagem teórica sobre uma série de temas relacionados a esta problemática, como a origem do trabalho docente, o conceito desta atividade do ponto de vista teórico, a trajetória específica dos docentes no Rio Grande do Sul e do CPERS, além de outros desdobramentos. O **segundo capítulo**, por sua vez, se dedica aos embates entre a categoria e os governos estaduais no período civil-militar, especificidades da repressão em tempos de ilegalidade grevista, a dicotomia entre legalidade e legitimidade, a gênese das greves e as primeiras experiências da coletividade docente neste terreno. O **terceiro capítulo** pretende tratar das greves caracterizadas pela longa duração entre 1985 e 1990, quando os movimentos ganham novas características como ações de rua, maior politização e maior radicalização e ao mesmo tempo conhecem novos adversários a partir da chegada do PMDB ao poder. Por fim, o **quarto capítulo** analisa o enfrentamento do ano de 1991, já no governo Alceu Collares (PDT), específico em suas características, o qual encerrou temporariamente o período de ascenso dos movimentos paredistas devido à quebra de sua legitimidade e à derrota daquela greve. Além disso, um novo contexto menos mobilizatório começou a se constituir sobre o movimento sindical brasileiro na década de 1990, a qual ali se iniciava.

Como anexo a esta tese, está incluída a publicação integral dos depoimentos cedidos, permitindo o acesso aos mesmos (quiçá o uso em outras pesquisas) e não apenas a parte

selecionada para a narrativa. Diversas fotos, charges ou notas publicadas nos periódicos, cujo conteúdo seja vinculado ao objeto da pesquisa se encontram incluídas no conjunto do texto.

⁷ Assim é pretendido, a partir da síntese de todos estes materiais transformados em fontes a partir do olhar do historiador, representar parte da saga docente e seus embates em defesa de suas condições de existência e de trabalho.

⁷ Não é objetivo desta tese uma aprofundada análise de imagens, fotos ou charges aqui reproduzidas nos capítulos e sim apenas utilizar as mesmas como recurso pontual de ilustração. Ao mesmo tempo será mantida na maioria das vezes a grafia original das fontes escritas quando citadas diretamente.

PRIMEIRO CAPÍTULO

*Trajetórias docentes: do sacerdócio
ao associativismo profissional e à sindicalização*

Figura 2: Assembleia no Auditório Araújo Viana, em Porto Alegre



Fonte: Zero Hora, 6/4/79, capa

(...) o modelo do docente permanece muito próximo daquele do padre

Sobre as mudanças ocorridas no período de modernização da educação (Nóvoa, 1991).

(...) uma professora acentuou que a época de considerar o professor um sacerdote passou, “porque até os religiosos têm casa e comida seguras, além da possibilidade de promoverem seu aprimoramento cultural”

Opinião registrada no CP durante assembleia docente (10/4/79, p. 4).

O professor exercia até os anos 1960 uma função social transcendente, além de um modelo moral e político era também visto como um sacerdote a serviço do saber. A sua vida confundia-se com a missão. Portanto ser professor era a manifestação de uma vocação ou missão transcendente, não o exercício de uma profissão

(Reses, 2008).

... quem sabe mais ensina quem sabe menos

(Professor Moisés Berti, em depoimento, lembra do antigo lema brizolista dos tempos de ampliação da rede escolar estadual).

1.1 Sacerdócio e profissionalismo: a saga docente nas escolas, associações e sindicatos

O domínio da perspectiva sacerdotal pairou sobre a atividade docente por séculos e, em que pese as importantes alterações nesta atividade humana em todo este tempo, a ruptura deste conceito arraigado foi um longo processo. Define-se o sacerdócio, aliás, como uma espécie de atividade ministerial de cultos de fundo divino e a vinculação histórica deste conceito com a atividade educativa possivelmente tenha relação com os valores religiosos sempre tão presentes nas formas de ensinar originais. Tais valores aproximaram a atividade docente da dedicação sacerdotal, como registra, por exemplo, este verbete de dicionário, o qual vincula o sacerdócio ao magistério: “Função que apresenta caráter respeitável em razão do devotamento que exige: o magistério é um sacerdócio”.⁸

Para Duque, a atividade educadora sendo não manual e de certa forma elitizada em suas origens também dificulta que “os professores se reconheçam como trabalhadores”, ou mesmo que os outros os reconheçam como tal, além do papel maternal da profissão, originado em boa medida nos antigos cursos de formação para magistério. Tendo também implicações de gênero, se estabelecia nas escolas quase uma reprodução das relações domésticas entre infantes e progenitores e, assim, o dom de educar estaria “envolto em uma necessidade inequívoca de uma ‘vocação’ para o exercício da função”, muito distante do profissionalismo (1998, p. 14-15). Em perspectiva semelhante, Reses lembra que o peso da Igreja no processo de conceituação educativa é imenso e no momento que esta instituição dominava a formação das escolas elementares, a dedicação à leitura de textos bíblicos e as aulas fundamentadas na doutrina cristã tornou a atividade docente permeada pelo modelo sacerdotal. A presença jesuítica na educação colonial na América é um exemplo importante.

9

⁸ Fonte: <http://www.dicio.com.br/sacerdocio/>, acesso em 13/02/2015.

⁹ A atividade de ensinar teve início no Brasil colonial e até o final do Império exigia-se para tal ofício apenas a apresentação de provas de moralidade fornecidas pelo padre da paróquia e pelo juiz de paz da localidade, além de dissertar sobre o tema a ser ensinado. Já no século XVI, o ensino proposto pelos europeus aqui na América era controlado e dinamizado pelos padres jesuítas que começaram a “ensinar a ler, a escrever e a contar e cantar”. A existência dos Colégios era o grande objetivo, pois ali se preparariam novos missionários e, inicialmente, teria sido pensado para os índios: “os que hão de estar no Colégio hão de ser filhos de todo este gentio”. Também havia as missões e o chamado “Recolhimento Feminino” e, além disso, a partir das práticas jesuíticas, o estudante se tornava apto para desempenhar, no futuro, o papel de “vigilante cultural” e o Colégio se tornava uma espécie de adesão à cultura portuguesa, a partir do domínio da gramática e da leitura desta língua. As linhas-mestras do *Ratio Studiorum*, código pedagógico dos jesuítas, são claras: “A destinação do homem e de todos os seus atos para Deus, compreensão própria de uma sociedade teocêntrica, funda a visão pedagógica” (Paiva, 2015, p. 43-49 & Ribeiro, 1992, p. 19-29).

No período da formatação do mundo moderno, Nóvoa recorda que a escola nasceu “no seio do movimento social e de suas interações culturais, com o objetivo de tomar a cargo a educação das crianças, da qual a escola, que existia já na Idade Média, não se ocupava especialmente”. A partir do século XV, esta instituição vai lentamente se transformar e ser utilizada para educação das crianças, no sentido hoje reconhecido. Narrando sobre a educação europeia, o autor recorda que sob domínio da Igreja, as redes de *petites écoles* e colégios se desenvolvem até o século XVIII. “Durante os três séculos da época moderna elas asseguram o deslocamento do papel educativo das comunidades e das famílias para a instituição escolar” (1991, p. 111-115).

O autor ainda recorda como surgiu a profissão docente no mundo europeu, em seus primórdios modernos, anterior à presença estatal na área:

(...) a gênese da profissão docente é anterior à estatização da escola pois, desde o século XVI, vários grupos sociais, leigos e religiosos, consagram cada vez mais tempo e energia à atividade docente. É uma ação de longa duração, realizada sobretudo no seio de algumas congregações religiosas, ao longo da qual os docentes tendem a abandonar suas múltiplas atividades para se concentrar sobre o ensino, diferenciando assim a função docente de toda uma série de outras funções e erigindo o campo educativo em domínio de investimento de um grupo social específico e autônomo (p. 118).

No cenário brasileiro, a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses levou a estimular “(...) um processo de laicização da instrução com o envio dos professores régios” (Villela, 2015, p. 97). Como exemplo do período pós- jesuítico, Alves traz a história do Seminário de Olinda, em Pernambuco, e relata a participação de parte dos docentes desta instituição na Revolução Pernambucana de 1817, o que, exemplarmente, demonstra o papel de professores em atividade políticas e contestatórias daquele período. (p. 73-74).

A partir da presença da Corte no Brasil, após 1808, iniciou-se um controle progressivo do Estado sobre a educação formal e as primeiras iniciativas para organizar um sistema de educação primária (p. 99), o que não significou uma ruptura absoluta com o modelo religioso da atividade educativa, conforme relata Nóvoa. A presença estatal manteve do período anterior as formas e modelos escolares elaborados sob a tutela da Igreja, incluindo aí a

constituição de um novo corpo de professores. De qualquer forma, “o modelo do docente permanece muito próximo daquele do padre” (1991, p.118-119).

As chamadas Escolas Normais de formação docente surgem a partir de 1827, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e São Paulo.¹⁰ Todas são fundadas sob a responsabilidade das províncias e os critérios pessoais (e não concursos, por exemplo) para indicação à docência continuavam, o que explica, em parte, a pouca procura destes cursos num primeiro momento (Vicentini & Lugli, 2009, p. 29-32).¹¹ Mais adiante, em 1834, o Ato Adicional promoveu a descentralização do ensino, “cabendo ao governo central, através do Ministério do Império, a gestão do ensino primário e secundário na corte, e o superior em todo o país” (Lemos, 2006. p. 5/35). Tal tendência se manteria por um longo período e marca a presença expressiva das esferas estaduais e municipais na área educacional primária e secundária, mesmo na atualidade.

Sobre a origem social dos docentes neste período, boa parte dos professores vinha das camadas e famílias pobres, considerando diversas manifestações registradas na época: “o magistério representaria uma forma de ascensão, pelo qual poderiam alcançar posições intermediárias na sociedade. (...) eles possuíam algum prestígio e distinção, cumpriam uma 'nobre missão', tinham uma importante função social” (p. 19/35). Aqui também aparece o perfil sacerdotal docente, pois os “sacrifícios, em prol da instrução e das crianças, assim como a de vocação, recobriam as representações da profissão”. Relatando o caso europeu, Nóvoa recorda que por lá também, os professores eram originados geralmente dos meios sociais menos favorecidos, o que alçava-os em dúvida posição social: “os professores primários sentem-se, por seu saber, superiores aos aldeões; entretanto, a baixa remuneração que percebem impede-lhes a adoção de um modo de vida típico da burguesia”. Sendo assim, o

¹⁰ “As escolas normais estão na origem de uma profunda mudança, de uma verdadeira mutação sociológica, do pessoal docente primário. Sob sua ação, os mestres miseráveis e pouco instruídos do início do século XIX vão, em algumas décadas, ceder lugar a profissionais formados e preparados para o exercício da atividade docente. (...) elas constituem o lugar central de produção e de reprodução do corpo de saberes e do sistema de normas próprios à profissão docente (...)” (Nóvoa, 1991, p. 125).

¹¹ Werle considera o século XIX como período no qual inicia a feminização e redução do prestígio da atividade docente, atividade que passa a acolher moças das camadas pobres. Era comum no Rio Grande do Sul, por exemplo, as escolas normais atenderem moças órfãs em certo período. Por outro lado, a formação de professoras em Cursos Complementares em determinadas instituições privadas assumiu características de educação das elites femininas e não meninas pobres. Aspectos que reforçam a heterogeneidade da composição social da coletividade docente (2005, p. 628).

professor não era “burguês, nem notável, nem camponês, nem intelectual, nem artesão, o professor primário tem enormes dificuldades para se inserir socialmente” (1991, p. 126).

Independente da indefinição, a vinculação sacerdotal prosseguia. Exemplarmente, no livro “O Ensino Público” (1873) escrito por Antonio de Almeida Oliveira, militante da causa educacional naquele século, o professor era definido como uma espécie de apóstolo, como exemplifica Lemos:

Puro nos costumes, no dever exato, modesto, polido, cheio de bondade. Paciente, pio, firme no caráter, zeloso, ativo, e tão prudente em agir como em louvar; agente sem ambições, apóstolo em que a infância se modela, espelho em que os mundos se refletem, mito e sacerdote, juiz e pai, eis o mestre, eis o professor (2006, p. 5-6/13).

Por outro lado, os docentes do século XIX, ao menos aqueles moradores na Corte, também desenvolveram petições e formas de protesto publicizadas.¹² A partir do final do Império e no período republicano, a influência positivista estimulou o surgimento de disciplinas com caráter mais científico, incluídas na reforma Benjamim Constant de 1890. Na chamada Primeira República, se aprofundou a tradição de erguer uma arquitetura específica para as escolas de perfil monumental visando destacar esta instituição à sociedade. Ao mesmo tempo, outras transformações ocorriam no sentido do aumento da ação estatal sobre a educação no cenário nacional, enquanto a *Belle Époque* europeia se definia como a idade de ouro da profissão docente inaugurando a ideia da “criança-rei” ou o “século da criança”. Os educadores participaram e buscaram nesta elaboração pedagógica uma fonte de legitimação profissional (Nóvoa, 1991, p. 131).

Neste período, as mulheres foram incluídas nos cursos de formação docente (Vicentini & Lugli, 2009, p. 35-37) e, do ponto de vista do perfil de gênero dos educadores,

¹² Quanto às dificuldades vividas pelos educadores naquele período, independente do gênero, aliás, merece destaque um manifesto na defesa dos interesses materiais e éticos, escrito e dirigido ao Imperador, em 1871, espaço no qual os professores da capital “reclamavam da situação de penúria a que estavam submetidos, comparando seu estado com o dos escravos, e levando à dedução de que o governo seria o ‘grande feitor’” (Dal Rosso *et al.*, 2011, p. 125). Ainda, tal texto declarava a situação de abalo ante a corrupção e descrença da sociedade imperial, apontando a educação como possibilidade de mudar o estado das coisas. O famoso Manifesto de 1871 possuía o “formato de um pequeno livro de vinte e uma páginas, sendo composto por quatro cartas” (Lemos, 2006, p. 25/58). No tempo imperial, Lemos ainda recorda como os abaixo assinados abordavam temas diversos, mas o salário já tinha centralidade, além do tema da nomeação e funcionamento das escolas (p. 17/58).

vale ressaltar que a atividade já era feminina, majoritariamente, no início do século XX, pois pesquisas da época apontavam a porcentagem de 61% de professoras no Brasil em 1916 (Dal Rosso *et al.*, 2011, p. 126). A consideração da docência como um trabalho vocacional manteve de por muito tempo ao magistério uma aura de atividade extradoméstica, que a ideologia patriarcal considerou adequada para as mulheres. Era assim constituída a figura da professorinha ou da “tia” que atua por amor aos seus “sobrinhos” e “sobrinhas” (Reses, 2008, p. 5).¹³

Mais adiante, no período getulista, se ampliou o papel estatal no controle educacional como registrado na Constituição Federal de 1937 e na lei orgânica do ensino Normal de 1946. Quanto à seleção profissional docente, somente no início do século XX - mais fortemente a partir da década de 1930 - ocorreram no Brasil iniciativas visando a uma seleção menos baseada nos laços políticos locais. Aos poucos, se reduzia o peso das relações pessoais, diminuindo a intromissão de forças políticas locais nos processos de nomeação e seleção para as vagas existentes no magistério público (Vicentini & Lugli, 2009, p. 72).

Ressalte-se que, apesar dos esforços centralizadores deste período após 1930, a organização da educação e, portanto, dos movimentos docentes “(...) têm se desenvolvido, sobretudo em nível estadual, devido ao caráter descentralizado do nosso sistema de ensino” (p. 96). Desta forma, o Rio Grande do Sul, a partir do Estado Novo, refletiu localmente a ideia de competir diretamente com a iniciativa privada na área do ensino primário. Assim, foram instaladas escolas em núcleos até então de controle privado e os 170 grupos escolares existentes em 1937 foram multiplicados chegando a 451 em 1941, a maior parte na região das colônias de migração. Tal contexto, entre 1943 e 1971, retrata a expansão da escolarização, no qual se destacou o crescimento expressivo do número de estudantes matriculados e de professores contratados (Tambara, 2007, p. 320-324).¹⁴

¹³ Ainda sobre o tema, sugere Webber que a “inserção de mais mulheres a exercer a docência aconteceu, porque os homens abandonaram o posto para buscar profissões mais rentáveis e as mulheres estavam sedentas para ocupar qualquer espaço que não fosse o doméstico. A docência era uma atividade aceita para qualquer gênero: lecionar meio turno e noutro cuidar da casa, ou ficar solteira e se dedicar totalmente ao magistério” (2011, p. 17).

¹⁴ “No início da década de 40, havia apenas quatro estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo Estado. Em Porto Alegre, o Instituto de Educação e o Colégio Júlio de Castilhos; em Alegrete, o curso anexo à Escola Normal Osvaldo Aranha, e, em Santa Maria, o curso anexo à Escola Normal Olavo Bilac. Além desses, o Governo Estadual subvencionava outros quatro estabelecimentos municipais: o Ginásio Lemos Junior, de Rio

Durante o Governo Brizola, o chamado ‘Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário’ tinha duas metas: escolarização de todas as crianças em idade escolar dos 7 aos 14 anos e erradicação do analfabetismo. Ainda havia o plano de construir duas mil escolas em dois anos (2007, p. 326-327), meta não totalmente alcançada, o que não impediu a ampliação expressiva da rede escolar:

Nos quatro anos do governo Brizola, foram construídos 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas de aula com capacidade para 235.200 alunos; foram iniciados 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos e planejados outros 258 prédios, com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos (p. 327).

Assim, se multiplicaram estas escolas “construídas em madeira e, no geral, tinham uma ou duas salas de aula. Foram elas que se popularizaram como as *brizoletas* ou como as escolinhas do Brizola” (Quadros, 2002, p. 57). O número de docentes também sofreu importante alteração: praticamente dobrou o número de docentes primários, partindo de cerca de 12.600 em 1959 chegando a mais de 24 mil profissionais em 1961, bem como cerca de mil professores novos foram incluídos no ensino técnico e médio, além da ampliação do número de ginásios (ensino secundário) onde não havia esta oferta (p. 69-71).¹⁵ Era relativamente simples ser nomeado professor e esse nem necessitava da formação técnica específica. Moisés Berti assim recorda tal questão:

Eu fui levar uma correspondência onde minha mulher trabalhava em Porto Alegre, morava em Triunfo, lá fiquei conversando com o diretor e ele me perguntou que curso eu tinha. “Eu tenho o Ginásio”. E ele me perguntou se eu queria ser professor... por que não? Depois a gente faria os cursos necessários e daí me deram um rascunho de contrato que eu assinei e um mês depois eu estava contratado. Era o Governo do Brizola, e ele tinha aquela ideia: “quem sabe mais ensina quem sabe menos”.¹⁶

Grande; o Ginásio Municipal, em São Gabriel; o Ginásio Municipal de São Borja e o Ginásio Municipal de Taquara” (Tambara, 2007, p. 331). Naquele momento, o nível secundário de ensino não era prioridade do estado, portanto.

¹⁵ Tal tendência não era restrita ao Rio Grande do Sul. Ribeiro recorda que nacionalmente houve um aumento percentual nos recursos financeiros dedicados à educação o que ampliou a rede escolar de forma significativa. Era o período definido como nacional-desenvolvimentista, entre 1955 e 1968 (1992, p. 138-144).

¹⁶ Moisés Berti nasceu em Três Coroas (pertencia à Taquara na ocasião) no ano de 1930. A partir de 1959 passou a lecionar no município de Triunfo, vindo mais tarde para São Leopoldo. Participou de várias greves até se aposentar ao final dos anos 1980. Cedeu depoimento ao autor no dia 16/7/2016.

O conceito centrado na ideia de que “quem sabe mais ensina quem sabe menos” ajudou na expansão da rede escolar naquela altura do século passado. Neste período de ampliação física de escolas, também foi bastante comum que as comunidades garantissem o terreno para a construção, por parte do estado, do prédio necessário para as atividades. Os professores João Carlos Rodrigues e Cléris Becker confirmaram esta tradição em seus depoimentos. João Carlos recordou que após muitas tentativas para ampliar a escola na qual trabalhava “A Secretaria da Educação foi ouvindo nosso discurso pedindo relatórios, e lá pelas tantas nos chamaram e disseram: ‘Arrumem lá um terreno que o estado vai construir uma escola’”. O professor, ao lado de seus colegas, conseguiu tal terreno com um proprietário do bairro, mas não deixava de ser algo “Engraçado... nós éramos professores, nem éramos dali, não tínhamos relações e tínhamos que arrumar um terreno para escola”.¹⁷

A professora Cléris foi diretora da Escola Madre Benícia por muitos anos e lembra que “o estado tinha verba, mas a comunidade tinha que dar o terreno”. Assim, se contava com o esforço das comunidades nesta gênese da expansão da rede escolar estadual: “Chegamos a fazer baile com cuca e linguiça, vispada, reunião dançante com música daqui mesmo, mocotó em noite fria, tudo isso os pais ajudaram e, então, finalmente conseguimos fazer os alicerces (...)”.¹⁸ Tal conquista se deu após o governo Brizola, o que demonstra ser a prática de exigir os terrenos da comunidade naquele período uma política do estado e não de um governo específico.

Enquanto se registrava este crescimento da rede estadual, Quadros cita os constantes atrasos nos pagamentos dos professores, o não atendimento de certas demandas da sociedade e momentos difíceis para o conjunto do magistério, pois tal atraso poderia chegar a 3 ou 4 meses, levando tais profissionais à penúria material (2002, p. 77-79). Assim, segundo o autor, entre intenções, discursos do governo e resultados atingidos houve uma grande distância. De

¹⁷ João Carlos Alves Rodrigues nasceu no interior da cidade de Triunfo, em 1937. No final da década de 1950 iniciou suas atividades docentes na comunidade de Chuisca. Formado na área de Letras, ajudou a fundar o 14º núcleo do CPERS, de São Leopoldo, em 1979 e participou da Diretoria Central da entidade na gestão 1987-1990. Cedeu depoimento ao autor nos dias 19/7/2016 e 18/8/2016.

¹⁸ Cléris Allgayer Becker nasceu em Lomba Grande em 1935, distrito de São Leopoldo e, mais tarde, de Novo Hamburgo. Estudou no Colégio São José, em São Leopoldo, fez o curso de formação de professores e logo foi nomeada para o Grupo Escolar Madre Benícia, de Lomba Grande. Lá lecionou alguns anos a partir de 1957. Formada em Pedagogia, tornou-se diretora de sua escola e assim permaneceu por mais de vinte anos, aposentando-se em 1983. Cedeu entrevista ao autor no dia 27/9/2016.

fato, foram oferecidas condições materiais para a escolarização, entretanto, “permaneceram a evasão, a repetência, a desqualificação do corpo docente e o analfabetismo” (p. 80).

Não há como negar que no período brizolista, por um lado, a educação tornou-se prioridade, o que é facilmente observável ao estudar os investimentos do período, e, por outro, houve o silêncio ante as reivindicações docentes, pois nem mesmo as reações do magistério a essas situações foram suficientes para sensibilizar o governo. “Não se encontraram referências na bibliografia consultada sobre alguma tomada de posição do governo diante de manifestações das associações representativas do magistério” (p. 101-102). Tal descaso pode ser explicado a partir dos estudos de Fisher ao analisar este período, entre os anos 1950 e 1972, momento no qual encontrou forte discurso na imprensa insistindo na visão sobre a atividade docente como formadora de valores vitais na sociedade, do mundo de amanhã, da construção do progresso moral e espiritual, apesar dos sacrifícios inerentes. Especialmente no mês de outubro e no dia do professor, o trabalho docente era apresentado como uma atividade

(...) desinteressada, está a serviço da Família, da causa pública, da Pátria, da Humanidade, e assim por diante. E missão perene e silenciosa, que plasma gerações; é tarefa sagrada, sacerdócio, missão heroica. E arte e apostolado, é função oracular e consagração (...) assume e/ou enfrenta desconforto, rudeza, monotonia e repetição no dia a dia, ásperas lutas e circunstâncias adversas, mas não esmorece, porque possui espírito sacerdotal, senso de responsabilidade e, por isso, pratica anônimos sacrifícios, diante da missão sublime, nem sempre recompensada materialmente (2005, p. 70-71).

O governo Brizola investiu muito na infraestrutura da educação e na contratação de profissionais, mas o fardo da atividade sacerdotal vinculada à docência seguiu na segunda metade do século XX vinculando o labor educativo a adjetivos e palavras como fé, crença e missão. Trata-se de um possível fator justificativo para o referido descaso do governador em relação às pautas profissionais desta coletividade. Tais conceitos poderiam ser encontrados mesmo em publicações, como a Revista do Professor, publicação do CPP (Centro do Professorado Paulista), na qual escreveu, em 1958, Sólton Borges dos Reis:

Para ser professor, não basta ser um técnico. É preciso antes de tudo ser um crente. (...) aqueles que sentirem vibrar em si a alma da missão para cumprir, estarão em condições de contagiar terceiros, no desempenho árduo, mas

abençoado e fecundo da tarefa do educador. Os educadores brasileiros têm fé na obra da educação (Reses, 2008, p. 32-33).

Este é um exemplo de discurso de um dirigente de uma associação docente, no qual se percebe o perfil da atividade educativa proposto pela liderança daquela coletividade. Nesta perspectiva, o professor e a professora deveriam exercer, até os anos 1960, uma função social transcendente, como modelo moral e político e eram vistos como sacerdotes a serviço do saber. Sua vida confundia-se com a missão e ser professor era a manifestação de uma vocação, não o exercício de uma profissão (p. 218). Esta visão, muito arraigada, ainda encontra resquícios na sociedade contemporânea, como se percebe na pesquisa realizada com professoras por Lima & Martini: “(...) para as professoras o trabalho docente é aquele relacionado com afetividade, com o carinho e com proteção, pois são características, segundo elas, relacionadas também a uma extensão ao papel de mãe” (2011, p. 177). Mais uma vez se relaciona a atividade sacerdotal ao gênero feminino e seu suposto papel específico.

Após a década de 1960 e já no período civil-militar, em 1971, ocorreu uma nova reestruturação da educação. Especificamente para os educadores do Rio Grande do Sul foi neste período a conquista do Plano de Carreira na gestão do Secretário de Educação Mauro da Costa Rodrigues, o qual foi sancionado em 22 de abril de 1974 e ainda é vigente na atualidade.¹⁹ No âmbito estadual, por fatores internos e externos, diversos estabelecimentos de ensino secundário mantidos por congregações e ordens confessionais fecharam suas portas nos anos 1970. Os que permaneceram, em sua maioria, enfrentaram forte crise, que se agravou nas décadas seguintes, ou seja, se no ensino primário já tinha avançado a presença e o controle estatais, logo isso se ampliou também para a rede secundária, ocasionando importantes mudanças (Tambara, 2007, p. 330).

É possível considerar tal período como a década da virada na identidade social da categoria docente no Brasil. De forma paradoxal, o regime civil-militar foi responsável por uma ampliação numérica do número de professores e da rede escolar já existente, mas acabou alvo das ações organizadas desta coletividade profissional ao final daquela década. Até

¹⁹ A lei 6672/74 referente ao Plano de Carreira pode ser encontrada em < <http://cpers.com.br/wp-content/uploads/2015/07/Secretaria-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-do-Rio-Grande-do-Sul.pdf> >, acesso em 5/5/2017.

aquele momento, os educadores representavam um grupo profissional relativamente pequeno numericamente, com origem social diversificada: docentes poderiam ser originados das camadas mais pobres desde o século XIX, como já analisado, mas também poderiam ser provenientes das camadas médias e até da elite, distantes da organização sindical. As chamadas Escolas Normais “atraíam, principalmente, jovens das classes mais abastadas” (Ferreira Jr & Bittar, 2006, p. 1163). Isso mudou no desenrolar das décadas da segunda metade do século passado e tal alteração no perfil social docente não se originou apenas do empobrecimento econômico, mas também da debilitação cultural e do *status* que a antiga condição possuía.

A antiga formação exigida para a atividade docente secundária tornava tal setor composto em parte por profissionais liberais (advogados, médicos, padres etc.), em geral formados em cursos universitários de sólida tradição e de restrito ingresso para as classes populares ou ainda nos cursos de formação para docência como letras, artes, ciências ou pedagogia. Não era o caso do ensino primário, o qual exigia menor formação. Isso mudaria a partir das novas necessidades oriundas da rápida urbanização e ampliação da escolarização de crianças e jovens, momento no qual este perfil se modificou. Inicialmente, no imaginário dos docentes, combinado com a aura sacerdotal, ser professor ainda parecia um sonho de profissional liberal ou guardava ideais iluministas e positivistas sobre a profissão, o que “se relaciona ainda com as expectativas criadas para o magistério da época republicana” (Dal Rosso; Cruz; Reses, 2011, p. 123). Tal perspectiva cada vez mais perderia espaço e seria superado em boa parte, o que contribuiu a que grupos docentes passassem a desenvolver ações de maior envergadura e ousadia não conhecidas até aquele momento.

Voltando aos anos 1970, a partir da reforma universitária do regime civil-militar se operou um processo acelerado de formação docente com importantes consequências modificando a estrutura da educação entre 1968 e 1971. Começava a nascer aí nova configuração profissional docente nos cursos denominados de 1º e 2º graus (Ferreira Jr & Bittar, 2006, p. 1162-1163). Este contexto de urbanização acelerada também trouxe a industrialização e a ampliação de serviços básicos para uma população que rapidamente trocava o campo pela cidade. Nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, o sindicalismo surgiu como filho da vida nos grandes centros urbanos, “nos quais a relação

professor por estabelecimento e professor pela população eram bem mais elevadas” (Dal Rosso; Cruz; Reses, 2011, p. 128). Sandoval recorda que a acelerada industrialização e urbanização durante o período autoritário trouxeram “um efeito fundamental nas relações entre as classes e na crescente incapacidade das instituições políticas de atenderem as exigências dos trabalhadores urbanos” (1994, p. 58). Massas urbanas se acomodavam nas cidades com importantes deficiências estruturais de várias ordens.²⁰

Em virtude disso, se deu a ampliação da rede escolar no mundo urbano para atender - ao menos parcialmente - as novas necessidades de uma população que crescera. Junto a isso, foram necessários profissionais para atuarem nessas escolas e, de forma acelerada, professores passaram a ser formados nas chamadas licenciaturas curtas.²¹ Tais docentes diplomados neste novo padrão substituíram a antiga elite que ocupava parte dos postos docentes. Ao desmistificar as atividades pedagógicas do professor, deprime-se aos poucos seu *status* social e, ao mesmo tempo, tal universalização do ensino significou um crescimento do número de professores. Aos poucos declinou seu reconhecimento social, antes pertencente a um grupo restrito de educadores e a diplomação escolar se generalizou nestes setores (Reses, 2008, p. 28). Assim, o professor sofreu um processo de mobilidade social vertical descendente: foi proletarizado nas condições de trabalho, no acesso aos bens culturais e na sua relação com as demais classes. O tênue *status* do professor - em que pese o eterno sofrimento material já analisado anteriormente - decaiu neste período. Ao final dos anos 1980, Abramo sugeria que naquele momento “esse professor não consegue manter muitos dos seus privilégios sociais que sua figura tinha há algumas décadas” (1987, p. 78).²² Neste percurso, do ponto de vista quantitativo, a categoria cresceu muito e chegou a contar com

²⁰ Elmir recorda que em 1950 dois terços da população brasileira vivia na zona rural e 30 anos depois a situação se invertia, pois em 1980, 67,5% dos seus habitantes tornaram-se urbanos (2005, p. 22).

²¹ Eram cursos de graduação com duração reduzida, ao redor de dois anos. “Os professores formados nos cursos de licenciaturas curtas das faculdades privadas noturnas substituíram a pequena elite intelectualizada das poucas escolas públicas ainda existentes. (...) A combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial deteriorou ainda mais as condições de vida e de trabalho do professorado (...)” (Ferreira Jr & Bittar, 2006, p. 1166).

²² Sader afirma que tivemos um processo de deterioração econômica de profissões que já eram predominantemente assalariadas, mas submetidas a uma valorização cultural e financeira que as distinguiu dos trabalhadores braçais. Assim, professoras e professores tiveram seu prestígio e reconhecimento social vinculados a uma aura de desinteresse pelos ganhos materiais, assegurada pela manutenção de condições mínimas para a reprodução de seu capital simbólico. Isso se esgotou, pois não era possível considerar, no contexto de submissão da mulher, o salário de professora como apenas suplementar ao do marido (1988, p. 84).

mais de um milhão de membros em todo o país, no início da década de 1980. Em síntese, temos o seguinte:

Do ponto de vista da extração social, a nova categoria dos professores públicos do ensino básico resultou, fundamentalmente, de duas vertentes da estrutura de classes brasileira contemporânea. A primeira foi constituída por aqueles que sofreram um processo de mobilidade social vertical descendente, ou seja, pertenciam a certas camadas da burguesia ou das altas classes médias e foram proletarizadas econômica e socialmente no curso da monopolização que as relações de produção capitalistas tomaram nas últimas décadas. Já a segunda originou-se de determinadas frações das classes médias baixas ou das camadas dos trabalhadores urbanos que se beneficiaram da expansão da educação universitária, a partir dos anos 1970, e efetivaram uma mobilidade vertical ascendente na pirâmide da estrutura social (Ferreira Jr & Bittar, 2006, p. 1168).

Tal crescimento numérico não foi apenas no contexto nacional, pois houve um rápido aumento do tamanho da força de trabalho docente no mundo a partir de meados do século passado. Partindo de 8 milhões de professores em 1950 para 47 milhões em 1990, de acordo com dados da UNESCO comentados por Silver: “O setor educacional não apenas testemunhou um rápido crescimento de empregos, como também, mais e mais protestos de trabalhadores pelo mundo na segunda metade do século” (2005, p. 117). No Brasil, as funções docentes partem de 248 mil em 1960 para mais 1.370.000 em 1994, acompanhando uma tendência latina americana, pois em 1990 havia 1,5 milhão de homens e 3,6 milhões de mulheres em exercício no magistério no continente. Curiosamente, “é o segundo país mais jovem em matéria de docentes da educação primária, e o quarto no âmbito das séries finais do ensino secundário” (Sampaio & Marin, 2004, p. 1205 - 1206). Ainda sobre dados quantitativos, Tambara relata que nos anos 1980, o índice de pessoas com 5 anos ou mais que não sabiam ler e escrever no Rio Grande do Sul reduziu-se a 17,3% e apesar de ser um índice elevado (1.194.370 pessoas) significou grande avanço no período, pois em 1940, comparativamente, este índice chegava a 45,45%.

Figura 3: Charge retrata o *status* econômico docente



Fonte: Folha da Manhã, 7/4/79, p. 2

Na década de 1980, havia no Ensino Fundamental cerca de 1.455.538 matrículas de estudantes e mais da metade, 52,3%, estavam na esfera estadual do Rio Grande do Sul (Tambara, 2007, p. 331-333). Sobre as décadas 1970 e 1980, aliás, outras partes desta pesquisa versarão a respeito de aspectos desse período. Cabe salientar, neste momento, em que medida esta ampliação da presença estatal nas redes escolares interferiu na vida organizativa do grupo docente enquanto segmento assalariado. A reconfiguração e a massificação docentes incluiu o achatamento salarial e a rápida queda no padrão de vida e de trabalho, situação que aproximou a categoria profissional dos professores públicos das

tradições da luta operária e sindical. A partir disso, se transfiguram “numa categoria profissional capaz de converter as suas necessidades materiais de vida e de trabalho em propostas econômicas concretas” (Ferreira Jr & Bittar, 2006, p. 1169).

A partir da segunda metade dos anos 1970, como consequência destas ações trabalhistas e como reflexo do movimento mais geral ocorrido no país, “a organização dos professores aproxima-se dos trabalhadores, deixando de ser específica da categoria para ampliar seu escopo (...)” (Gohn, 2009, p. 25). A identidade de parcela da categoria docente passa, assim, por uma metamorfose da visão de sacerdócio para atitudes profissionais e reivindicatórias, o que também ocorre entre lideranças e as próprias associações docentes: “Con las luchas magisteriales de finales de los setenta crecen corrientes radicalizadas de docentes que promueven la reconstitución del panorama gremial del magisterio” (Gindin, 2008, p. 363). Sobre o tema, vale destacar o relato de Florestan Fernandes, embora centralmente comente sobre a docência universitária:

Seria impossível, por exemplo, quando me tornei assistente na Faculdade, ouvir algum professor dizer que ganhava salários. Um professor não dizia isso. Ele tinha proventos. A concepção estamental era tão forte que ele se sentiria degradado se fosse considerado (...) um assalariado. Hoje, não só quer ser assalariado, mas quer lutar como assalariado, até quer imitar os operários na luta econômica e política (1987, p. 30).

Para o autor, em palestra no ano de 1987, naquele momento o educador estava “se reeducando em grande parte por sua ação militante, à medida que aceita a condição de assalariado, que proletariza sua consciência, portanto seus modos de ação” (p. 33). Desta forma, as condições de vida e alterações do cenário profissional incidem nas reações e atitudes de uma ampla coletividade profissional. Gradualmente, o sacerdócio passou a ser questionado e superado, ao mesmo tempo em que o papel da escola é debatido por parte desta coletividade mais crítica e propositiva, ao final do século passado. Nada disso é automático, simples ou sem paradoxos: os docentes por um lado podem desenvolver elevado grau de formação e assim adquirir um pensamento crítico no geral, mas, ao mesmo tempo, são confrontados por mecanismos de controle social, estimulados a reproduzir valores e normas e transmitir conhecimentos de forma simples e automática como parte de sua vida muitas

vezes embrutecida. Podem assim ser vistos tanto sob a ótica da integração como da autonomização:

(...) de um lado, eles estão submetidos a um controle ideológico e político, ditado notadamente pelo fato de que “um servidor do Estado não deve se opor ao Estado”; por outro, eles têm os meios necessários à produção de um discurso próprio (Nóvoa, 1991, p. 123).

Na clássica obra de Bourdieu & Passeron sobre reprodução no sistema de ensino, os autores sugerem que este age como mecanismo institucional ou habitual pelo qual se encontra assegurada a transmissão entre as gerações da cultura herdada do passado assim como a informação acumulada. Isso influencia, em grande medida, o fazer do professor: nesta perspectiva teórica não se dissocia a reprodução cultural de sua função de reprodução social nem se ignora o efeito próprio das relações simbólicas na reprodução das relações de força (1992, p. 25). Ainda, para tais intelectuais, a ação pedagógica teria sempre a função de manter a ordem, isto é, a

(...) reprodução da estrutura das relações de força entre os grupos ou as classes, na medida em que tende, seja pela inculcação, seja pela exclusão, a impor aos membros dos grupos ou classes dominados o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, e a lhes fazer interiorizar, numa medida variável, disciplinas e censuras que servem tanto melhor aos interesses, materiais ou simbólicos, dos grupos ou classes dominantes, quanto mais tomam a forma da autodisciplina e da autocensura (p. 52).

Sendo assim, mesmo numa sociedade que proclama ideologias democráticas, tal sistema educativo contribui para a reprodução da ordem estabelecida, especialmente porque ele consegue efetivamente dissimular a função que desempenha (p. 176). O papel da escola, tendencialmente, se coloca como conservador e tenta retirar o protagonismo do trabalho docente, como avaliam uma série de autores. Oliveira define entre estas dificuldades, o peso do trabalho de professores e professoras na alienação de suas atividades, o que pode ocorrer por intermédio do tédio, repetição de tarefas, rotina ou cansaço, como no mito de Sísifo. Na mitologia grega, este era mortal, mas após sua morte foi obrigado por Zeus a rolar diariamente uma pedra para o cume de uma montanha, sendo esta uma tarefa eterna, pois a

pedra todo dia retornava à base da montanha. Esta analogia sugerida pela autora tem sua complexa significação (2006, p. 28).

Em sua pesquisa, Oliveira destaca ainda os problemas indicados pela psicanálise típicos no trabalho docente: estratégias coletivas de defesa, excessiva submissão, a resistência a todo tipo de mudança, baixo índice de envolvimento no trabalho ou com a luta da categoria profissional, psicossomatizações e “dessensibilização perceptual que impede a consciência de sérios problemas vivenciados no cotidiano da escola” (p. 33). Além disso, a autora também observou a presença do perfil sacerdotal, mesmo no século XXI, na amostra de 120 entrevistas coletadas sobre atitudes docentes: “(...) eu me sinto um pouco mãe deles (...) posso cumprir esta missão (...) acho purificante ter esta profissão (...) depois de dez anos de trabalho esta ideia (...) ainda está lá” (p. 37).

O embrutecimento da vida do professor e de suas relações de trabalho é outro fator de achatamento de sua condição, como sugerem Lima & Martini. Na mesma pesquisa já citada, as autoras constataram, a partir dos depoimentos docentes ali registrados, como as mesmas “não conseguiram colocar uma forma de lazer ou estudo fora do ambiente de trabalho, entretanto, enfatizaram o quanto seria benéfico a elas, uma vez que possibilitaria deixar a rotina mais leve”. O trabalho ocupa a mente em muitos momentos: “Ultimamente eu tenho deitado... e aí podia... surge alguma coisa e aí eu anoto... eu posso esquecer, aí eu anoto... a gente não desliga...” (2011, p. 179).²³

Mesmo sendo uma pesquisa com número limitado de entrevistadas, tais elementos percebidos em parte da coletividade docente podem levar ao afastamento da perspectiva mobilizatória, especialmente em momentos de menor conquista e movimentação: “Eu acho que perdeu muito... com a greve perdeu tudo... eu acredito que perdeu bastante... que perdeu tudo que poderíamos ter conquistado... perdeu a força” (p. 179-180).²⁴ As condições

²³ Sobre isso, destacam Sampaio & Marin que a “pauperização profissional significa pauperização da vida pessoal nas suas relações entre vida e trabalho, sobretudo no que tange ao acesso a bens culturais. (...). O acompanhamento do que ocorre na esfera cultural e no mundo está fora do universo desses profissionais” (2004, p. 1210-1211).

²⁴ Comentando sobre as docentes entrevistadas em sua pesquisa, Fisher sugere que a “dimensão missionária, inúmeras vezes aqui manifestada (a não-reação diante de injustiças salariais, desdobramento voluntário das horas de trabalho, tarefas extras à sala de aula, etc.), faz parte da mesma lógica que manteve essas mulheres desligadas de questões políticas mais amplas. (...) estas senhoras são representativas de uma geração de professoras primárias, cuja imensa maioria viu o movimento docente (...) a longa distância. Tal comportamento

materiais e culturais de vida influenciam na aproximação ou distanciamento da perspectiva profissional reivindicativa, assim como o papel da escola e a postura exigida de seus trabalhadores. Ao mesmo tempo, a desvalorização da atividade docente é um fator a ser considerado, pois, geralmente, o prestígio de uma profissão depende de como este segmento aparece perante um público importante que reconheça suas competências, mesmo duvidosas, como no caso dos médicos que por vezes ajudavam na morte nos tempos antigos e medievais. Estes eram respeitados por parte importante daquelas sociedades, de qualquer forma.

Ao ser desvalorizada uma atividade profissional, isso traz consequências até nos cursos de formação: “A imagem de um graduado num curso universitário que se dedica ao ensino se move entre a de alguém que renunciou à ambição econômica em favor de uma vocação social e a de quem não soube nem conseguiu encontrar algo melhor”. No limite, sendo o docente um assalariado, as opiniões sobre a adequação ou não de seu salário dependem da valorização que se faça do seu trabalho (Enguita, 1991, p. 43-45). Incluiríamos aqui também a valorização que cada docente faz do seu merecimento, ou seja, a sua autoestima profissional.²⁵

Tal cenário não se limita ao marco nacional: desde 1983 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) coloca os professores entre as categorias que mais adoecem. Os docentes representam “a segunda categoria profissional, em nível mundial, a portar doenças de caráter ocupacional, desde as físicas como reações alérgicas ao giz, distúrbios vocais, gastrite, até as mentais como a esquizofrenia” (Webber, 2011, p. 23). A autora ainda lembra sobre a ocorrência da não-remuneração do trabalho excedente e extraclasse, notoriamente executado pelo professor em seu horário de repouso. Tal situação, realizada em geral no seu domicílio, “afronta diretamente o direito ao lazer, à limitação semanal da jornada de trabalho, à vedação de trabalho gratuito involuntário” (p. 36).²⁶ Somado a isso, Fisher destaca o sentimento de

se justifica muito mais pela inércia do que por uma desejo intencional de obstaculizar práticas de transformação (2005, p. 144).

²⁵ Enguita recorda dos professores que dão o mínimo de si na sua atividade: “uma espécie de “acordo *brezhneviano*”, que consiste em conformar-se com receber pouco em troca de não dar mais” (1991, p. 59).

²⁶ Sendo possível uma analogia deste quadro com a vida industrial do século XIX, Engels recorda que “Vigiar máquinas, reatar fios quebrados, não são atividades que exijam do operário um esforço de pensamento, mas, além disso, impedem-no de ocupar o espírito com outros pensamentos” (2004, p. 32). A brutalização e o afastamento dos trabalhadores da vida cultural são parte das consequências de uma jornada de trabalho excessiva e precária.

passividade que pode ser percebido em docentes que comentam seu passado, suas desilusões e desencantos:

Salários atrasados, promessas de acertos com um Estado empregador relapso em seus compromissos, tudo isso já fazia parte da história. Chorávamos mas não lutávamos, dizem as professoras, olhando para a janela do presente. Ficar oito meses sem receber, tendo no pai ou no marido o amparo apropriado, sempre foi aceito com a mesma naturalidade com que assumiam, no início da carreira, a primeira designação para trabalhar longe de casa, em cantões distantes, atuando muitas vezes como a única professora da localidade e enfrentando imensas dificuldades: escolas precárias, número elevado de alunos, dialetos nem sempre compreensíveis, além de moradias carentes de uma infraestrutura mínima para uma pessoa viver dignamente (2005, p. 229).

Paradoxalmente, em suas origens, as escolas nasceram em oposição ao trabalho, como evidencia a própria palavra, *schole*, que significa ócio. Na contemporaneidade, ao contrário, se tornaram um local de intenso trabalho (inclusive extraclasse), capaz de fazer seus profissionais chorarem, mas não lutarem, como relata a citação anterior. Trata-se, assim, de um local de (re) produção de conhecimentos e, como instituição, a escola passou a ocupar um lugar específico na divisão social do trabalho e administrar um modo de circulação e de estabilização. Rodrigues recorda que “desde o advento da modernidade a escola assume o papel de instituição central responsável pela formação dos indivíduos, como tipo de educação e de socialização predominante na formação humana”, em especial a partir do século XIX (2012, p. 15-16).

Assim, neste ambiente escolar, determinadas formas de interpretação do processo de produção do conhecimento foram colocadas prioritariamente sobre outras e, além disso, as escolas buscaram mediar a normalização do comportamento de crianças, jovens ou adultos. Acabam tendo, assim, como estratégia, as exigências inscritas nesse modo de circulação do conhecimento.

(...) na nossa escola busca-se disciplinar, conformar os impulsos, as vontades do corpo, tendo em vista determinados modos de operar genéricos – atenção, prontidão, rapidez – que virão a ser necessários para um processo de trabalho e de produção de conhecimento que não se materializa na escola (Fontana, 2000, p. 109).

Ainda sobre o tema, Singer sugere que a escola é uma instituição social que tem uma finalidade muito própria, muito antiga do ponto de vista histórico: “Eu diria que vem desde a antiguidade clássica, pelo menos desde Esparta, passando pela Idade Média sem perder essa sua finalidade essencial até hoje - a finalidade de distinguir”. Tal distinção, segundo o autor, “credencia pessoas, distinguindo (...)”. Assim, a instituição escolar tem, entre suas funções, mesmo que não proporcione conhecimentos, habilidades ou valores, dar “(...) aqueles que por ela passaram com êxito e que se diplomam um determinado status social diferente do status daqueles que por ali não passaram” (1987, p. 52).

Para Fisher, contribuindo para uma perspectiva de sociedade disciplinar, as professoras primárias ajudam a constituir o que a autora define como “homens úteis” para a sociedade. “A professora, então, ao mesmo tempo em que é instituída por aquelas relações de poder/saber, assume um papel ativo como também instituidora de determinada ordem social” (2005, p. 140).²⁷ Segundo Nóvoa, no momento em que a escola se coloca como instrumento privilegiado da estratificação social, os docentes são investidos de um imenso poder, pois podem ter as chaves da ascensão ou da estagnação social, ou seja, estão colocados no cruzamento de interesses e aspirações contraditórias: “funcionários do Estado e agentes de reprodução da ordem social dominante, eles personificam também as esperanças de mobilidade social de diferentes camadas da população” (1991, p. 123).

Apesar de todos estes elementos e das críticas de parte da intelectualidade, a instituição escolar parece não deixar de ser reconhecida como espaço de acolhimento das novas gerações e um local de busca por mais igualdade e menos preconceitos. Dali podem surgir ou se desenvolverem instrumentos para a crítica, reflexão e criação de alternativas para a sociedade em que se vive (Sampaio & Marin, 2004, p. 1223) e tal paradoxo, em hipótese, pode colocar a escola como espaço de disputa de concepções de sociedade. Neste cenário se inserem os docentes, seus modos de agir, sentir e pensar. Nesta combinação, especialmente o papel sacerdotal relacionado com o processo educativo em si influenciou a construção do

²⁷ Mesmo em Marx e Engels vemos a preocupação em conceber uma função normatizadora à escola do século XIX: “Por educação entendemos três coisas: 1) Educação intelectual. 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares. 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais” (2004, p. 68).

estilo docente por várias décadas e foi, em última instância, barreira para a formação de um perfil profissional. Isso explica, em parte, por que as primeiras organizações de professores foram assistencialistas, mesmo considerando que outros grupos profissionais também tiveram caminho organizativo semelhante.

Refletindo sobre as origens do associativismo docente, vale ressaltar que foram “os professores de primeiras letras os impulsionadores do mesmo, fato talvez explicável pela precariedade das condições em que tal prática era desenvolvida”. Tais associações promoveram aproximações entre pessoas que partilhavam ideias e interesses comuns, fundaram grêmios e clubes com algum grau de articulação e representação coletiva (Borges & Lima, 2011, p. 227). Em geral, estas entidades se dedicavam a serviços de saúde, assistência financeira, jurídica, ou atividades recreativas, além de zelar pelos direitos dos seus sócios. Reses apresenta uma lista de algumas delas, no marco nacional, fundadas a partir de 1901, como demonstra o quadro abaixo:

Tabela 2 : Associações docentes de educação básica (1901-1931)

Organização	Estado	Sigla	Fundação
Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo	SP	ABPPSP	1901
Confederação do Professorado Brasileiro	RJ	CPB	1926
Centro do Professorado Primário de Pernambuco	PE	CPPP	1929
Centro do Professorado Paulista	SP	CPP	1930
Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais	MG	APPMG	1931

Fonte: Reses, 2008, p. 69-72

Em termos de periodização para as organizações docentes no Brasil, Cruz considera o período pré-associativo e pré-sindical vigente até 1945.²⁸ Entre 1945 e 1975 haveria o

²⁸ Lemos recorda que já no século XIX os professores públicos do magistério primário também estiveram presentes na imprensa. “Muitos dos debates ocorridos no interior do magistério ganhavam as páginas dos grandes jornais, como o *Jornal do Commercio* e *O Diário do Rio de Janeiro* (...) também possuíam veículos próprios de divulgação de suas ideias: os chamados jornais pedagógicos, como a *Instrução Pública*, *A Verdadeira Instrução Pública*, *A Escola*, *O Ensino Primário*, *A Gazeta da Instrução Pública*, *A Revolução Social*” (2006, p. 4/48). O autor ressalta que na corte, no “século XIX e sobretudo a partir das décadas de 1860

período associativo e o período sindical, após 1975 (2008, p. 29). Não sendo uma divisão rígida, tal periodização se confirma ao observarmos os dados relativos às ações e à constituição de organizações docentes. Neste sentido, comparativamente, os professores se sindicalizaram, na prática, mais tarde do que outros grupos profissionais, tema assim comentado pela autora:

Se considerarmos apenas o aparecimento da organização sindical docente, esse processo não é tão tardio, em relação ao aparecimento do sindicalismo operário; fato facilmente comprovado por meio dos estudos apresentados. Se considerarmos a “natureza” dessas organizações, esse atraso extrapola um século (2008, p. 258).

A demora em considerar-se plenamente uma categoria profissional tem origem na história do trabalho docente e na sua dificuldade em compreender-se como “trabalhador (a)”, termo nem sempre bem visto a partir dos conceitos da nobreza brasileira arraigados na elite dominante desde a época colonial, quando o trabalho não era destinado às pessoas mais nobres e qualificadas. Isso mudaria, em boa medida, após os anos 1950, como já observado e, assim, os modos de construção das representações coletivas sobre o labor educativo sofreram mudanças graduais. A representação vinculada a valores religiosos passou a disputar espaços com o modelo que incorporava valores profissionais à atividade de ensinar. Em síntese, assim explica Reses:

A atuação organizativa dos docentes, contudo, foi imbuída de propósitos que lhe tornavam de perspectiva acentuadamente associativo-corporativo. Ou seja, tratou-se de uma atuação com uma espécie de inspiração mais de prestação de assistência aos professores do que propriamente sindical, quer dizer, de reivindicações acompanhadas de mobilizações e manifestações públicas. Tal tendência parece que sofre certa modificação, inflexionando-se para a perspectiva sindical, nos últimos tempos que antecedem o Golpe de Estado, no auge da radicalização populista. É de acordo com essa configuração que se verifica, de forma dominante, a expansão acelerada do associativismo docente (2008, p. 73-74).

e 1870, houve uma multiplicação de associações de professores, de diferentes modelos, que iam das beneficentes/auxílio às profissionais, passando pelas de socorro mútuo e pelos montepios. Algumas de caráter mais corporativo/associativo, outras de perfil formativo/científico, embora muitas vezes tais características possam ser encontradas juntas numa mesma organização” (p. 7/21).

Especialmente a partir deste cenário de expansão, o movimento passa a adotar “práticas reivindicatórias mais agressivas para lutar contra a desvalorização salarial, levando os professores a se mobilizarem em atos públicos e a discutir a possibilidade de entrar em greve em diversos estados” (Vicentini & Lugli, 2009, p. 184). Antes disso e da virada dos anos 1970, vale ressaltar como as associações existentes, ao utilizarem práticas reivindicatórias como passeatas ou greves, insistiam “no caráter diferenciado dessas iniciativas, que eram descritas como ‘ordeiras’, com vistas a preservar a distância do operariado” (p. 105). Nesta transição do perfil docente, os paradoxos estavam colocados e, além disso, vale lembrar de opções políticas tomadas por associações de professores, como o CPERS, por um período, em aproximar-se do regime civil-militar no início dos anos 1970.

Tal fato não invalida a trajetória de alterações no perfil desta coletividade, mas demonstra que não existe uma pretensa homogeneidade entre os professores, como sugerem Vicentini & Lugli, pois estes “dividiram-se em associações diferentes e, no interior de determinadas entidades, também surgiram grupos com posições diversas”. A partir disso, inicialmente, “foram notáveis as dificuldades de articulação do magistério em torno de ideias e propostas comuns ou mesmo a concordância nas formas de conceber e exercer a profissão” (p. 102-103). Não é possível imaginar uma postura rígida pré-determinada dos docentes ou mesmo de outras categorias profissionais, afinal, como sugere Thompson a este respeito, a “identidade social de muitos trabalhadores mostra também uma certa ambiguidade. É possível perceber no mesmo indivíduo identidades, que se alternam, uma deferente, outra rebelde (2015, p. 20).

Tal perfil, em hipótese, se estabeleceu nas formas organizativas das entidades criadas do final do século XIX, as quais passaram a ser identificadas por parte de ativistas e dirigentes, a partir do crescimento mobilizatório do final dos anos 1970, como “conservadoras e símbolo de tudo o que deveria ser superado no processo de organização da categoria” (Vicentini & Lugli, 2009, p. 106). Assim, professores e professoras consolidaram associações com perfil sindical evidente e aos poucos se aproximaram do conjunto dos trabalhadores em suas pautas e mobilizações. O sacerdócio, embora não enterrado em definitivo, passou a ser visto por muitos apenas no espelho retrovisor da história: eram tempos de nascimento de práticas sindicais mais explícitas para os educadores.

1.2 O conceito social do trabalho docente

Além do tema do sacerdócio docente e suas trajetórias a um associativismo de cunho sindical, no marco teórico, vale a pena navegar num aporte interdisciplinar a respeito do perfil social dos professores, pois trata-se de uma categoria profissional sobre a qual os debates estão longe de serem definitivos. Este é um tema de larga discussão e aqui é possível apontar alguns elementos básicos para esta análise.

Diversas posições se colocam sobre o caráter classista de professores e professoras vinculado às suas atividades laborativas. Tal debate tem sua importância na perspectiva de localizar este importante e numeroso segmento da classe trabalhadora no âmbito econômico-social e não se trata de uma questão de menor porte. O tema “trabalho”, aliás, como objeto de pesquisas no campo das ciências sociais já teve seus dias contados e condenados, assim como a própria história teria chegado ao seu fim.²⁹ Não parece este o diagnóstico mais adequado na atualidade e o que se percebe são debates florescentes sobre tal tema, destacando aspectos como cultura, cotidiano, mudanças na produção, lutas, organização e identidade de setores da classe trabalhadora. Não tem sido diferente com o grupo docente e a polêmica em conceituar, de forma inequívoca, a posição destes na sociedade é viva, em função de complexas situações e desdobramentos. A própria coletividade docente é muito ampla, pois pertencem a ela trabalhadores (as) da educação infantil até livre-docentes da pós-graduação.

A perspectiva marxista geralmente se debruçou com interesse no debate sobre a condição social e também assim se deu em relação aos educadores. Sérgio Lessa, por exemplo, é taxativo em considerar o proletariado como classe composta exclusivamente pelos trabalhadores manuais. Para isto, o autor faz a leitura imanente ou ortodoxa - como ele mesmo afirma - da obra ‘O Capital’, de Karl Marx, especialmente seu Livro I. Para Lessa, a práxis do professor e de outros setores não ligados ao trabalho manual, não é trabalho produtivo: “Não há, portanto, qualquer possibilidade de, em Marx, o conhecimento

²⁹ Sobre isso, exemplarmente, Francis Fukuyama ficou mundialmente conhecido em 1992 ao publicar o livro “O Fim da História e o Último Homem”, no qual reflete que a história havia chegado ao seu fim e que a humanidade, no final do século XX, teria atingido o auge de sua evolução com a superação das contradições existentes na Guerra Fria (ver Forigo, 2011).

comparecer como ‘meio de trabalho’ – e isto, repetimos, direta e imediatamente, porque para Marx o trabalho é ‘intercâmbio orgânico’ homem/natureza” (2011, p. 145).

Tal intercâmbio não se resume apenas à produção de bens materiais, o que abre uma relativa brecha neste referencial teórico. Em Marx, citado pelo próprio Lessa, “A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. (...) Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (p. 152-153). Já ocorre nesta segunda observação uma ampliação relativa no conceito de “trabalho produtivo”, pois aqui a exploração do empregador e a retenção da mais-valia determinaria tal condição. Marx não esqueceu de citar categorias de serviços como docentes, cantores ou médicos em seus escritos. Na obra marxiana, professores são chamados, ao estilo do século XIX, como “mestres-escola”.

De qualquer forma, nos escritos de “O Capital”, os mestres-escola são considerados trabalhadores produtivos, caso explorados por um empregador. Mais uma vez, Lessa cita Marx: “O mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário” (p. 154). Neste momento, a condição do trabalhador é determinante, pois ele está vinculado a uma relação privada e a um contrato de exploração que garante lucro ao seu empregador. Conclui-se preliminarmente que tais serviços, se realizados no âmbito estatal (ou em escolas sem fins lucrativos), não seriam “trabalho produtivo”, mesmo que tivessem as mesmas características essenciais do ponto de vista da atividade laboral. Se para Lessa (utilizando Marx) “proletários e assalariados não são sinônimos” (p. 163), encontra-se em Teixeira uma crítica a esta visão quanto ao proletariado e sua composição. Utilizando também os escritos de Marx e Engels no famoso “Manifesto do Partido Comunista”, o autor sugere que proletário tinha nestes clássicos autores um conceito ampliado: “uma massa da população destituída de meios de vida, obrigando-a a vender sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção e de subsistência em troca de salário” (2009, p. 285-286). Ao citarmos direto da fonte do “Manifesto”, Marx e Engels definiram os trabalhadores modernos ou proletários como aqueles que

(...) só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender

diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado. (...) o trabalho dos proletários perdeu toda autonomia e deixou, assim, de interessar ao trabalhador (2008, p. 19).

Esta amplitude proletária se daria em um contexto histórico, lembrando que aqueles autores respiravam o século XIX e as específicas condições fabris daquele momento. Tal distanciamento não impede a utilização do critério assalariado como elemento significativo na definição social, por outro lado. Teixeira segue ainda citando Engels sobre o conceito de proletariado: “A classe dos que não possuem absolutamente nada, que são obrigados a vender aos burgueses seu trabalho, para receber em troca meios de subsistência necessários à sua manutenção” (2009, p. 285-286). Por sua vez, na visão de Enguita, o proletário típico seria “um trabalhador que não só perdeu ou nunca teve acesso à propriedade de seus meios de produção, como também foi privado da capacidade de controlar o objeto e o processo de seu trabalho, da autonomia em sua atividade produtiva” (1991, p. 42).

No mesmo tema, polemizando com Lessa, Cavalcante sugere que a proletarização existente em trabalhos definidos como não operários ocorre em função dos “níveis cada vez mais acentuados de um processo de subsunção formal e real ao capital”. Assim, tais trabalhos podem ser entendidos como novas camadas do proletariado contemporâneo (2009, p. 151). A partir desta perspectiva, a condição proletária determinaria a situação social como produto de uma interação entre a estrutura econômica e a superestrutura ideológica (Teixeira, 2009, p. 287). Tal condição é suficiente para definir a *classe-em-si*, ou seja, um grupo com características semelhantes e determinada identidade dentro de um sistema socioeconômico. Para tornar-se uma *classe-para-si* seria exigido um grau de articulação política (ou sindical) e identidade bastante superiores à simples existência, a partir dos conceitos marxianos.

No clássico de E. P. Thompson, “A Formação da Classe Operária Inglesa”, o autor define classe como “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência”. Assim, a “classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (...), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”. Nesta perspectiva, categorias ou classes estariam enquadradas como “uma lógica nas reações de

grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas (...) durante um considerável período histórico” (1987, p. 9-12). Sendo assim, segundo Thompson, classe é uma formação social e cultural que necessita de um contexto para sua definição.

Isso é reforçado por Silva, para quem a recusa do determinismo econômico e da ideia de classe exclusivamente como efeito do modo de produção acaba por implicar uma reconsideração da noção de consciência de classe: “(...) a consciência de classe é aquela que a classe efetivamente produziu, no processo (histórico) de seu autoreconhecimento e construção, e não aquela que deduzimos do modo de produção” (Silva, 2012, p. 66).³⁰ Ainda em Thompson, tal autor se debruçou inúmeras vezes em buscar refletir sobre as formas de constituição e características das classes:

Classe é uma formação social e cultural (...) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento (2012, p. 169).

A partir destes critérios e mesmo como acontecimento, através da ação coletiva e de mobilizações importantes ao final dos anos 1970 e da publicização de sua situação funcional, os docentes, em hipótese, se constituíram enquanto classe. Para Wautier, cada grupo de trabalhadores socialmente constituído coletivamente conquista reconhecimento, legitimidade e identidade social quando a sociedade passa a reconhecer “o trabalho e o trabalhador: seja essencialmente por razões econômicas, numa perspectiva de produção, seja por razões ideológicas e/ou humanitárias, numa ótica de integração social” (2004, p. 52).

Tais questões não tornam consensual uma suposta proletarização do grupo docente, especialmente a partir do debate marxiano proposto por Lessa, por exemplo, abordado no

³⁰ Hobsbawm recorda que é incorreto supor que qualquer classe ou camada social específica seja revolucionária *per se*, ou seja, independentemente da situação histórica concreta em que ela se encontre. Ainda, segundo o autor, é inadequado supor que atitudes “revolucionárias subjetivas” estejam correlacionadas simples e diretamente com a pobreza e a opressão. Outros elementos precisam estar presentes como disposição para a luta, dirigentes confiáveis etc. (2008, p. 314).

início do tópico. Almeida também evita localizar o setor docente como integrante do proletariado: a autora usa o conceito de “classe média assalariada”, apesar dos movimentos ao final dos anos 1970, da pauperização e da aproximação com o braço urbano do sindicalismo (1996, p. 127). Tal visão é compartilhada por Pacheco (1993, p. 13), para quem os movimentos reivindicatórios ao final dos anos 1970 incluíram as chamadas “profissões de classe média”, pois estavam “sofrendo enormes perdas com o esgotamento do modelo econômico imposto pelo sistema dominante”. Leite reconhece que mesmo sendo o professor parte das classes médias, teve suas condições de vida deterioradas em suas condições de trabalho, o que os aproxima em aliança a outros setores da classe trabalhadora (2003, p. 25), enquanto Silva problematiza se docentes são de classe média por sua renda ou vínculos familiares, como por exemplo, ao se considerar o salário do cônjuge.

Segundo o autor, além desta percepção subjetiva como membro da classe média, o professorado exhibe o problema para definir sobre o que, afinal, incide a qualificação: o indivíduo ou a família? Se escolhida a primeira possibilidade, vínculos profissionais que configurariam um contingente de classe média não ficariam cegos ante a remuneração inferior do professorado, a qual o afastaria de tal grupo. Se escolhida a segunda hipótese, as unidades de análise familiares deveriam incorporar, num cálculo da renda e do consumo dos grupos sociais, todos os membros remunerados ou não. De qualquer forma, apenas a renda não basta para a definição de classe e, por outro lado, o professorado, ao monopolizar o acesso a credenciais do ensino formal, é capaz de se ver como autônomo no exercício de sua atividade, em especial no espaço da sala de aula. Tal autonomia, esta sim, é uma característica das classes médias (Silva, 2007, p. 279).

Enguita também debate o tema da autonomia sugerindo que esta surge a partir de um certo privilégio monopolista e aspectos liberais no exercício da profissão. O autor localiza os docentes como parte de semiprofissões, grupos de assalariados ou parte de burocracias públicas com formação semelhante aos profissionais liberais, que possuem empregadores e autoridade a respeitar, mas lutam por autonomia no trabalho, vantagens nos aspectos de renda, poder e prestígio. Ao mesmo tempo, Enguita traz o elemento contraditório da condição social docente, os quais teriam uma crise de identidade ocupando um lugar intermediário e instável entre a profissionalização e a proletarização (1991, p. 41-43).

A perda da autonomia seria um fator decisivo para a proletarização, a qual não seria entendida como um salto ou uma mudança drástica, mas como um processo prolongado, desigual e marcado por conflitos abertos ou disfarçados: “(...) é o processo pelo qual um grupo de trabalhadores perde, mais ou mesmo sucessivamente, o controle sobre seus meios de produção, o objetivo de seu trabalho e a organização de sua atividade”. Como exemplo, os docentes podem perder, mesmo que parcialmente, o controle de seu processo de trabalho devido à ação de autoridades das escolas, as quais podem impor aos educadores formas de organizar as turmas e outras atividades, procedimentos de avaliação, critérios de disciplina para os alunos, etc. (p. 46-48).³¹

No contexto brasileiro dos anos 1970, ao ocorrer a ampliação da área de serviços e da esfera de supervisão da produção ensejou-se a expressão “nova classe média”, caracterizada não pela pequena propriedade dos meios de produção, mas pela posse ou propriedade de qualificações técnicas remuneradas amiúde por meio de salários, tal como são remunerados os proletários (Silva, 2007, p. 283). Neste sentido, se amplia o conceito de classe média ao incluir-se aí determinadas profissões. No outro lado deste debate, diversos autores reconhecem o lugar social docente junto ao proletariado. Também utilizam conceitos marxistas e consideram as profundas mudanças ocorridas no setor na contemporaneidade. Costa, por exemplo, descreve os principais elementos deste processo, como a transformação da categoria num trabalhador coletivo, a negação de suas peculiaridades de trabalhador individual e, ainda, a caracterização do professor como produtor de mais-valia, no caso da educação privada (2009, p. 94-95). Para a autora, os professores são trabalhadores, que, ao produzir seu produto, o ensino, por meio das atividades diversas e pela socialização de conhecimentos, imediatamente realiza a sua objetivação, com possibilidades de novas apropriações, o que é uma característica humana. Enfim, “a natureza imaterial desse trabalho

³¹ Em relação à crise de identidade docente entre profissionalismo e proletarização, segue Enguita: “Para sua proletarização contribuem seu crescimento numérico, a expansão e concentração das empresas privadas do setor, a tendência ao corte dos gastos sociais, a lógica controladora da Administração pública e a repercussão de seus salários sobre os custos da força de trabalho adulta. Mas há também outros fatores que atuam contra esta tendência e, por conseguinte, a favor de sua profissionalização. O mais importante, sem dúvida, é a natureza específica do trabalho docente, que não se presta facilmente à padronização, à fragmentação extrema das tarefas, nem à substituição da atividade humana pelas máquinas (...). Outros fatores relevantes, que com efeito vão na mesma direção, são a igualdade de nível de formação entre os docentes e as profissões liberais, a crescente atenção social dada à problemática da educação (...) e a enorme importância do setor público frente ao privado” (1991, p. 50).

torna a análise do processo de alienação tão complexa quanto daquele diretamente ligado à produção de bens materiais” (2009, p. 70). A imaterialidade deste trabalho não elimina o perfil proletário, portanto.

Por sua vez, Silver é enfática no quesito proletarização dos grupos docentes: “Professores são proletários. Na verdade, já faz tempo que os professores não detêm mais seus próprios meios de produção; para sobreviver, vendem sua força de trabalho (geralmente para o Estado)” (2005, p. 116). A autora reconhece que parte dos cientistas sociais não costuma concordar com tal definição, pois o trabalho docente por vezes é visto como qualificado ou considerado autônomo. Dal Rosso, por sua vez, afirma que “jamais se pode esquecer que os docentes são trabalhadores assalariados e que, deste modo, possuem vínculos materiais e formais com os demais segmentos dos trabalhadores”. Para o autor, o assalariamento é uma característica central, além o fato de o trabalho docente conferir uma qualidade especial à mão de obra, mercadoria básica para a produção do valor: “Este é seu sentido produtivo maior” (2011, p. 18- 21). Para Reses, a proletarização não opera apenas no campo da subjetividade do indivíduo, mas tem elementos objetivos traduzidos na origem social dos docentes, no tipo de trabalho realizado, na forma de assalariamento, na sujeição aos administradores estatais e privados, itens que modificam o ser social do professor e da professora (2008, p. 8).

Dentro do mesmo tema, Miranda sustenta que a maioria dos professores integra a classe trabalhadora em sua complexidade e heterogeneidade do fragmentado mundo do trabalho, especialmente devido ao “processo de proletarização, fundado principalmente na expropriação do conhecimento, e, sobretudo, pelo posicionamento na luta de classes no Brasil contemporâneo (...)”. Além do assalariamento, docentes são submetidos a uma crescente perda do controle do processo de trabalho e de flexibilização nas suas formas de contratação e para a autora, a “tese do trabalho inalienável do trabalho docente, defendida em diversos textos acadêmicos e discursos de resistência, apresenta-se, cada vez mais, com escassos respaldos empíricos” (2011, p. 320).

Respondendo aos conceitos marxianos do século XIX, Miranda sugere que o professor não é mais um mestre-escola nem empregador de si mesmo. Docentes perderam o controle total de seu processo de trabalho e o conjunto dos instrumentos necessários à

produção. “Só lhe restou o conhecimento parcial de sua área de atuação, alvo de constantes disputas, um conhecimento não patentado, que está à disposição da sociedade de diversas formas” (p. 326). Para a autora, “a identificação e a consciência de classes não é um processo mecânico, vinculado ao lugar que a profissão ocupa na estrutura social, tampouco individual, mas antes, é um produto de sua luta” (p. 342).

Em Hobsbawm, se percebe semelhante posicionamento. Para o autor é comprovado que a consciência de classe surge da condição proletária, “pelo menos da forma elementar de ‘consciência sindical’, isto é, o reconhecimento de que os trabalhadores como tais precisam organizar-se coletivamente contra os empregadores” (2008, p. 88). Unidos, podem se defender de determinados ataques e riscos a sua condição material, em especial. Ainda na polêmica estabelecida, vale a pena destacar o conceito de Antunes a respeito do proletariado, o qual segundo ele não se restringe “ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado”. Segundo o autor, o setor de serviços é incluído na *classe-que-vive-do-trabalho* sendo esta “um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos etc.” (2003, p. 102). Antunes utiliza o conceito de classe social proletária ampliada, ao contrário de Lessa e sua leitura imanente de Marx. Tal conceito se aproxima do que sugere van der Linden para quem a categoria de trabalhadores tem uma grande amplitude, seria como uma “grande massa” (2013, p. 27). Para ele, há diversas formas de mercantilizar a força de trabalho, o que amplia o grupo de trabalhadores subalternos: “Eles formam um grupo variegado, que inclui escravos, meeiros, pequenos artesãos e assalariados. É a dinâmica histórica dessa ‘multidão’ que, a meu ver, os historiadores do trabalho deveriam tentar entender” (p. 40).

Mesmo a afirmação de que o setor de serviços não produz valor material é discutida por autores que refletiram sobre o tema. Pizzi, por seu turno, afirma que a escola pública no capitalismo, apesar de economicamente improdutiva, é também produtiva e necessária ao capital, atuando em parte do processo produtivo, posição próxima a Dal Rosso:

Em primeiro lugar, o trabalho escolar da rede pública, apesar de economicamente improdutivo, pode ser analisado através do que define como tal, a sua participação na formação dos trabalhadores produtivos. Uma compreensão adequada da organização do trabalho escolar aponta pelo

menos dois aspectos implicados na formação do trabalhador e que são partes constitutivas da atividade pedagógica *strictu sensu*. De um lado os conteúdos transmitidos e de outro as relações sociais escolares (1994, p. 84-85).

É importante caracterizar o trabalho docente no dia a dia das escolas. Geralmente, os docentes são destituídos dos meios de produção, possuem apenas a força de trabalho e seguem normatizações do Estado. Os professores aproximam-se de outros trabalhadores: a longa jornada racionalizada faz com que não consigam desligar-se da sua ocupação e o controle do seu corpo é definido pela organização de suas atividades. A sua valorização é compensada mediante mais-trabalho e pela rotina da atividade na sala de aula sem ter tempo para maiores aprofundamentos, como pensar sobre o sistema educacional. Tais atividades acabam conferidas a outras pessoas, como gestores e mantenedoras dentro da lógica dominante no ambiente escolar (Alves, 2009, p. 28-31). Apesar disto tudo, se pode afirmar que o resultado de todo este trabalho não é material e produtivo, se comparado com os produtos de uma fábrica de sapatos ou uma colheita de milho ou soja. Sobre isso, ressaltamos a posição de Hypólito:

(...) as observações de Marx sobre a produção não-material são corretas e ainda se aplicam em várias áreas. No entanto, quando Marx discutiu essa problemática, inclusive com exemplos (educação, medicina, teatro etc.) o capitalismo estava em um determinado estágio de desenvolvimento. A natureza da coisa se modifica conforme evolui historicamente (...). (...) Marx somente teve contato com o trabalho do ator ao vivo e esta era a única possibilidade. Portanto, o consumo sempre se dava no mesmo instante da produção; ora, hoje no trabalho de ator o teatro é apenas uma modalidade entre muitas em que o ato de produção não coincide com o de consumo; há uma circulação, enquanto mercadoria, do trabalho do ator já apropriado por um grande empresário (...). Não se pode de maneira alguma fazer dessa elaboração de Marx algo rígido, fixo, imutável (1991, p. 10).

Especificamente sobre a categoria docente, Marx vislumbrou em seu tempo outro tipo de professor, absolutamente distinto e numericamente reduzido, pois atendia uma escola para poucos frequentadores. Mesmo no século XIX, Marx reconheceu a exploração da mais valia no mestre-escola privado, o qual recebia salário do patrão. Talvez seja esta a chave deste imbróglio teórico, pois fundamentalmente tanto o profissional da educação na rede privada como na rede pública tem atividades semelhantes.

Em Marx, trabalho produtivo é todo o trabalho que produz mais-valia, que valoriza o capital. Originalmente, o proletariado nos conceitos marxianos se dividia entre operários e

camponeses, trabalhadores que criavam e transformavam, a partir de suas relações com a natureza, produtos materiais. Marx valeu-se de vários exemplos para distinguir um trabalho do outro: casos do cantor, do professor e do médico. Estes não têm produção de base material, mas podem sofrer mais-valia e serem trabalhadores produtivos, pois em Marx importava a forma como e por quem o trabalho é apropriado.

Assim, se um professor contratado pelo setor privado para dar suas aulas e preparar uma ou mais turmas para determinada atividade sofre mais-valia em sua atividade e considera-se um trabalho produtivo, qual seria, na atualidade, a diferença efetiva da prática profissional entre professores da rede privada e da pública? Não se reconhece entre tais práticas laborativas distinção expressiva e inclusive, em muitos casos, a remuneração do trabalho é superior no setor privado.

Neste momento parece residir importante contradição na teoria. O Estado como ente público não explora mais-valia - no sentido determinado da teoria marxiana - mas no atual estágio de desenvolvimento capitalista, pode-se considerar que age diretamente para a acumulação do capital e forma, por exemplo, as gerações nas escolas para o mercado. Na teoria clássica marxiana, o trabalho do professor de escola pública não deve ser considerado como produtivo, mesmo sendo geralmente mais explorado e com salários menores que os professores privados. Parece ser uma contradição teórica, pois a *condição proletária* dos professores da rede pública tem sido um fator muito visível nas últimas décadas. A coletividade docente se localizou a partir dos anos 1980 como o maior grupo de trabalhadores do país em termos sindicais, fundando e construindo os maiores sindicatos do Brasil, ao lado de metalúrgicos e bancários. Tornou-se uma *classe-para-si*, ao menos em sua estrutura organizativa, e sustentada por milhares de ativistas, base de inúmeros movimentos reivindicatórios.

Por um lado, parece razoável não igualar o trabalho docente com a produção industrial ou agrícola, algo visível, por exemplo, pelo impacto na economia das ações grevistas docentes, as quais, em geral, não geram graves prejuízos diretos no campo econômico. Por outro, as ações reais localizaram nas últimas décadas os educadores, socialmente, ao lado do conjunto do proletariado moderno tipicamente considerado. Isso confere a estes uma

condição proletária concreta na vida social realmente existente, no ambiente de trabalho e fora dele, ou seja, no lazer, estilos e práticas cotidianas.

1.3 A crise do regime civil-militar, a ação dos trabalhadores e o despertar do “novo sindicalismo”

A partir da metade dos anos 1970 o regime autoritário vigente conheceria o crescimento da oposição aos seus governos e a sua forma de fazer política em boa parte do país, especialmente nos grandes centros urbanos. Os trabalhadores e suas lutas, entre outros fatores, contribuíram para a gradual falência deste modelo de sociedade, pois as ações organizadas das categorias profissionais, incluídos aí os docentes, chocaram-se invariavelmente com o autoritarismo do regime, sua repressão e também com a crise econômica que o atravessou, especialmente depois do fim das ideias desenvolvimentistas alardeadas com o milagre econômico.

Segundo Mattos, justamente tal período de crescimento econômico foi garantido pela exploração dos trabalhadores para assim elevar os lucros do setor privado: “O PIB cresceu anualmente em taxas superiores a 10% na maior parte do período 1968-76, chegando-se à taxa recorde de 14% de variação anual em 1974”. Tal cenário positivo não chegava ao trabalhador, o qual “não usufruía em nada esse crescimento. O salário mínimo chegaria a 1979 valendo 60% do que representara em 1960” (2003, p. 56) e para os trabalhadores organizados restava a faceta repressiva do regime. Na prática, uma greve era praticamente impossível de ser realizada pelo setor privado, pois a lei sobre greves de 1º de junho de 1964 exigia a presença da justiça trabalhista na assembleia do sindicato, tudo mediado pelos órgãos do Ministério do Trabalho, que poderia pedir a ilegalidade de qualquer movimento antes mesmo de seu início (Sandoval, 1994, p. 27).

Ao mesmo tempo, greves eram totalmente proibidas aos servidores públicos, bem como sua sindicalização.³² Tal proibição, presente na CLT e nos Estatutos dos Funcionários

³² Desde o período getulista ocorre tal proibição, não sendo uma invenção do regime pós-1964. A partir do Decreto 19.770, de março de 1930, os servidores públicos estavam separados dos demais trabalhadores em relação a seus direitos de sindicalização (Ver Cruz, 2008). Por outro lado, “el sector público quedó fuera del derecho laboral. Por eso las organizaciones docentes no tienen, entre otras cosas, que amoldarse a los rígidos

Públicos Civis em diferentes estados levou à organização de associações que eram reguladas pelo direito privado. Inicialmente, estas não estavam subordinadas ao Ministério do Trabalho e se desenvolviam, relativamente, com maior autonomia (Vicentini & Lugli, 2009, p. 99). Segundo Sandoval, os governos militares trataram o movimento sindical apelando para métodos mais autoritários, substituindo as estratégias populistas de controle, constituídas como prática característica de tentativa de cooptação por parte dos governos civis durante as duas décadas anteriores (Sandoval, 1994, p. 20).

Além do uso de instrumentos legais, a repressão do Estado no período de 1964 a 1970 agiu contra a organização dos trabalhadores, quando “mais de 483 sindicatos, 49 federações trabalhistas e quatro confederações foram postos sob intervenção do governo militar”. Somado a isso, “muitos de seus líderes foram presos e/ou exilados sem um processo judicial formal, ou simplesmente desapareceram” (p. 54).³³ Tal prática repressiva foi vital para desorganizar a classe trabalhadora e reordenar o sistema ampliando a hegemonia do capital ao mesmo tempo em que “exigia a reorientação conservadora dos sindicatos, e o consequente rebaixamento dos salários, a fim de avançar no processo de acumulação monopolista e oligopolista (...)” (Antunes & Santana, 2014, p. 131).

Este regime tinha características que o aproximava de outros governos na América Latina, pois eram não apenas autoritários e adversários de eleições amplas e livres, mas ditaduras que usavam amplamente a violência alicerçada na legitimidade estatal dotando-se de “aparelhos repressivos extremamente cruéis e degradantes, praticaram a cassação, o banimento, a tortura, a liquidação física dos oponentes e o desaparecimento forçado das pessoas” (Caubet, 1986, p. 14-15).³⁴ Presentes também em países da América do Sul como Uruguai, Argentina e Chile, expressaram sua natureza repressiva na perspectiva de “aniquilar os inimigos”, entre suas principais metas. Tais ditaduras não foram acidentes de percurso,

marcos de la legislación sindical ni cuentan con los recursos del impuesto sindical obligatorio ni con mecanismos de negociación con los empleadores establecidos legalmente” (Gindin, 2008, p. 361).

³³ “Como a legislação sindical vedou sistematicamente a organização sindical para os funcionários públicos, a primeira organização de docentes que se organizou segundo as regras ditadas pelo Governo Vargas e se mantém pujante até os dias de hoje é o Sinpro-Rio, que iniciou congregando assalariados do setor privado – especialmente do Ensino Médio – em 1931, na cidade do Rio de Janeiro” (Dal Rosso; Cruz; Reses, 2011, p. 113-114).

³⁴ Além da repressão clássica, “O regime militar fez uso não só de práticas coercitivas para exercer o poder, mas também de um forte aparato propagandístico”, sugere Martins ao estudar a Revista Manchete, de tiragem nacional, durante o governo Médici (1999, p. 12).

mas construídas no seio da democracia em oposição ao setor desenvolvimentista representado no Brasil por João Goulart, setores nacionais da burguesia e da classe trabalhadora organizada (Ramirez, 2012). A reação e as resistências ocorridas de variadas formas também tiveram escala continental – inclusive por parte do movimento docente - embora não necessariamente fossem articuladas:

Em vários países – e fundamentalmente no México e Brasil, onde o ciclo de mobilizações começou em 1978 e 1979 respectivamente – era difícil encontrar antecedentes de greves tão radicais. Em países como Peru, Uruguai, Argentina, Bolívia e Chile, onde, entre 1968 e 1975, tinham sido levadas adiante vigorosas experiências sindicais, a mobilização sindical foi retomada.

Este processo de agitação dos sindicatos de trabalhadores em educação na região se explica pela longa recessão econômica que debilitou as contas fiscais e, por essa via, as remunerações dos trabalhadores em educação; a continuidade da expansão do sistema educacional alcançada em parte por meio da redução salarial dos trabalhadores do sistema; as altas taxas de inflação que empurravam os trabalhadores a conflitos para a manutenção do poder aquisitivo; e, por fim, os processos de democratização política que possibilitaram a abertura suficiente para que o mal estar se expressasse e politizasse os movimentos (Gindin & Melo, 2011, p. 267).

Além da recessão, a opção governamental no campo econômico neste período foi a abertura acelerada aos financiamentos externos. Estrategicamente, o governo visava a uma rápida industrialização, mas tais financiamentos ampliaram o endividamento nacional. No momento em que a economia reduziu seu crescimento, destacadamente a partir de 1973, as consequências sociais foram brutais, especialmente aos assalariados. Estes fatores aumentaram as desigualdades sociais e pauperizaram boa parte dos trabalhadores brasileiros (Ridenti, 1990, p. 168). A gestão econômica se mostrou fracassada por este regime, sendo marcada pelo controle externo do FMI, pela “má distribuição da renda, pelo endividamento externo, pela concentração da propriedade e pela ausência de liberdades essenciais” (Petersen, 1984, p. 68). Entre “1964 e 1981 a dívida externa aumentou 25 vezes, e a inflação atingia índices anuais elevados (77% em 1979 e 110% em 1980) somada à recessão” (Soares, 2002, p. 54). Tais eventos teriam grande importância nos conflitos sociais a partir de 1979: um pouco antes, nas eleições legislativas de 1974, se ampliou o voto nas oposições articuladas no MDB e o sentimento de contestação entre a população (Sader, 1988, p. 118).

As dificuldades do regime se somavam e, especialmente na gestão do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), foi articulada o que os militares definiram como abertura política. Para Antunes, era um passo importante e um pequeno reparo ou autorreforma dentro da estrutura política da autocracia burguesa, uma espécie de “democratização por dentro da ditadura”. Seria uma transição lenta e capaz de soldar os interesses diferenciados das frações burguesas, preservando a estabilidade e a ordem (1988, p. 126). Segundo Silva, a abertura teve, entre seus atores principais e condicionantes políticos, além do cenário nacional, “a pressão exterior, representada principalmente pelo governo Carter e, também, os condicionantes da economia mundial; o projeto de abertura do poder militar, traduzido na estratégia Geisel-Golbery, e a ação autônoma, porém condicionada, da oposição”. Estes fatores estiveram presentes, entre outros, ao longo dos anos 1970 e 1980 (2003, p. 247).

Por parte dos militares havia certo temor, pois “diante dos sinais evidentes de saturação e decrepitude da ditadura” houve a luta pela anistia e, mais adiante, por eleições diretas. Internacionalmente eles acompanharam o desfecho de ditaduras na Grécia e em Portugal, “onde os regimes ditatoriais - em especial, os coronéis gregos - não foram capazes de preparar sua retirada do poder e acabaram por ser levados para a prisão” (Silva, 2003, p. 272). Este cenário contribuiu com a retomada da organização e mobilização de diversos setores da sociedade e do sindicalismo, pois as atividades grevistas geralmente dependem de dois elementos, ao menos: tolerância governamental (por debilidade ou concepção democrática) e uma correlação de forças na sociedade que incentive o movimento (Sandoval, 1994, p. 128).

Aparentemente, estes dois aspectos se encontravam presentes ao final dos anos 1970 e, desta forma, os sindicatos, mesmo os de caráter oficial, tornaram-se espaço privilegiado para ação organizativa dos trabalhadores: “Para dentro deles convergiram paulatinamente os poucos dirigentes e militantes que sobreviveram à ditadura e as novas lideranças surgidas nos locais de trabalho”. Sendo um espaço legítimo e legal, os sindicatos eram vistos como pontes com os trabalhadores além de contar “com um aparato nada desprezível na tarefa de arregimentação e mobilização”. Parte das novas lideranças deste processo via no controle do aparelho sindical a possibilidade de acesso a recursos e aos próprios trabalhadores, os quais

costumavam recorrer aos sindicatos em busca de seus serviços assistenciais (Oliveira, 1994, p. 502-503).

Assim, “grupos sociais cada vez mais amplos, beneficiando-se da liberdade que se alargava, trataram de proteger-se contra a deterioração de sua posição relativa na sociedade” (Lamounier, 1990, p. 15), o que levou a um período de multiplicação de associações de bairro, movimentos contra o custo de vida, por terra e moradia, entre outras reivindicações. Tais organizações se multiplicavam como redes que compartilharam crenças, solidariedades e ações coletivas “em torno de questões conflitivas, e ações que ocorrem fora da esfera institucional e dos procedimentos rotineiros da vida social” (Bertoncelo, 2007, p. 46). Importa ressaltar que apesar do aguçamento da crise do regime, o mesmo ainda não estava vencido, mas debilitado. Não conseguia mais governar da mesma maneira e, conforme Wautier, a partir do ano de 1975,

(...) a difícil situação econômica e o descontentamento popular reacendem a combatividade e a resistência: os sindicatos voltam a enfrentar o regime militar. Novas lideranças surgem e reúnem sob a mesma bandeira a luta pela liberdade sindical e pela liberdade política, além das reivindicações por melhores salários (2004, p. 54).

As lutas oriundas do mundo sindical se somaram a uma rede de resistência e crítica ao regime daquele período, sendo um dos suportes fundamentais para retirar forças e diminuir a legitimidade do mesmo. Por seu turno, tais lutas tinham suas reivindicações próprias:

(...) se voltavam para a liberdade e autonomia dos sindicatos em face do Estado que os controla através do imposto sindical compulsório; pelo direito de greve; pela formação de comissões de fábricas que controlem a produção e sobretudo impeçam a alta rotatividade e a instabilidade no emprego, além de impedirem as violências praticadas durante o processo de trabalho; pela unificação nacional do salário mínimo; pela igualdade das condições para as mulheres trabalhadoras; pela distribuição das terras aos sem-terra e pelo direito à terra para os posseiros; pela redistribuição da riqueza e pelo controle operário das finanças e orçamentos das empresas; e pela formação de uma central única de trabalhadores que corrija a divisão corporativa, instituída pela legislação trabalhista (Chauí, 1993, p. 53).

As pautas salariais, bastante significativas, se somavam a uma discussão política e mesmo transformadora das relações entre sindicatos e Estado. Vale ressaltar que, durante o

regime civil-militar, o Estado se tornou definidor das questões remuneratórias em todo país, mediando as relações entre patrões e trabalhadores impondo aos sindicatos um papel mais domesticado e assistencialista se comparado com períodos antecedentes (Santana, 2001, p. 144-145). Supostamente domesticada, a classe operária começou a ser procurada em circunstâncias históricas precisas e considerada como sujeito político que articulava entendimentos de sua realidade e estratégias de luta surgindo, assim, uma perspectiva renovada em pesquisas e abordagens do mundo acadêmico. Esta virada está intimamente relacionada com os movimentos grevistas que emergiram, sobretudo, no ABC paulista a partir de 1978, quando os trabalhadores se expressaram à margem dos antigos canais institucionais e criaram novas formas de mobilização e organização. Segundo Chalhoub & Silva, tal cenário “naqueles anos surpreenderia o mundo acadêmico, a imprensa, parcelas significativas da opinião pública, questionando fortemente a imagem de atrofia e passividade histórica dos trabalhadores” (2009, p. 30).

Estava aberto o caminho da época de grandes mobilizações sociais iniciada em 1978-1979, momento no qual também se localizaram os movimentos docentes de vários estados em ascensão. Houve, ainda, um elemento subjetivo e um personagem importante: o chamado “novo sindicalismo”, que começava a destacar-se. Tornou-se costumeiro defini-lo como fenômeno ocorrido em parte dos movimentos sindicais a partir do final dos anos de 1970, o qual contribuiu com o renascimento das mobilizações sociais daquele período. Vale ressaltar que já em 1978 ampliaram-se as lutas sindicais, se comparadas ao período anterior, especialmente no ABC Paulista. Cioffi recorda que o poder do Estado autoritário e as repressões sobre as manifestações populares estimulou, no início dos 1970, a existência de muitas ações de natureza operária acontecidas na clandestinidade e com pequenos movimentos específicos. Eram pequenas greves, mas que não perderam o viés político inserido em tais atividades (2008, p. 48). Em função da energia repressiva daquele momento não tiveram o destaque percebido ao final da década com a nova onda de ação sindical.

A partir do renascimento das lutas massivas e diretas, muitos entenderam tal fenômeno inicialmente como uma espécie de paradigma paulista, pois sendo o centro iniciador das greves operárias “o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC passaria a ser um referencial de combatividade. Porém não foi um caso isolado. Em 1978, ocorreram mais de

cem greves no país, e no ano seguinte já haviam mais que duplicado em número”. Cerca de três milhões de trabalhadores pararam no país (Mattos, 2003, p. 63) e tal cenário político social se tornou propício às grandes ações trabalhistas.³⁵ Chauí coloca tal contexto também como reflexo e reação a uma sociedade autoritária, que não consegue concretizar sequer alguns princípios do liberalismo e do republicanismo. A autora critica a indistinção entre o público e privado, a intolerância ante o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, além do combate de parte da classe dominante às ideias gerais contidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Soma-se a isso o período de repressão às formas de luta e de organização, além da discriminação racial, sexual e de classe. Assim, a sociedade brasileira estruturou-se historicamente de modo fortemente hierárquico e as relações sociais muitas vezes se efetuam sob a forma da tutela ou favor e não como um sistema de direitos consolidados (1993, p. 47).

Em reação ao cenário sugerido por Chauí, entre outros fatores, as greves ocorridas entre 1978 e 1980 tornaram o sindicato um espaço público operário em que os metalúrgicos da região constituíram-se como um sujeito coletivo. Este atributo se consolida com a presença militante no interior das empresas e uma camada de ativistas operários ligados à “estrutura organizativa sindical. A direção sindical ganhou a confiança e a classe conquistou espaço de barganha nas fábricas, como não tinha antes” (Sader, 1988, p. 296-297), o que contribuiu para ampliar o respeito das instituições sindicais, visto que ao final dos anos setenta, “o direito de greve foi restabelecido na prática e os trabalhadores reconduziram os sindicatos ao papel de organismo de representação e negociação de seus interesses”. Definitivamente, era um claro sinal de “rompimento da legalidade repressiva” (Oliveira, 1994, p. 505).

Junto a isso, os movimentos precedidos de assembleias plebiscitárias no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, mostravam a existência de um outro ator, até

³⁵ Como sugere Oliveira, em boa parte da “América Latina observa-se a debilidade crônica dos sindicatos, explicada basicamente pela condição de atraso econômico, político e social da região”. Nos países centrais, já se encaminhava refluxo nas ações sindicais e “os trabalhadores já começavam a enfrentar, em escala diferenciada, as consequências dos processos de reestruturação produtiva em meio à burocratização e à perda de representatividade de suas organizações”. Neste cenário, “ganhava corpo no Brasil o que se convencionou chamar de novo sindicalismo” (1994, p. 497).

aquele momento excluído do cenário político, mas que queria participar (Rodrigues, 1999, p. 77). Afinal, além da difícil situação econômica e social dos trabalhadores, já abordada no item anterior, um novo comportamento dirigente também surgiu neste contexto e foi verificado no período.

O “novo sindicalismo” tornou-se um fenômeno abordado por uma série de pesquisadores do tema com diversos enfoques. Vale destacar preliminarmente que a nova proposta sindical pretendia “romper com o passado de sua classe e as posições correntes no sindicalismo nacional naquele momento” (Santana, 1999, p. 103). A crítica se colocava contra a tutela estatal sobre os sindicatos, os quais funcionavam “ao longo do período de estabilidade da ditadura militar (1968-1978), como um sindicalismo de governo”. Boa parcela do sindicalismo esteve sob controle dos governos militares (Boito Jr, 1991, p. 46). Estava aberto o período no qual movimentos operários e populares emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. E este “novo sindicalismo” se pretendeu independente do Estado e dos partidos, se aproximou de movimentos de bairro buscando assim uma nova sociabilidade e uma politização de espaços antes silenciados (Sader, 1988, p. 35-36).

Ao mesmo tempo, eram metamorfoses pelas quais passavam parte das lideranças sobre suas práticas. Por vezes partiam “de dentro na prática sindical (...) ou com o lançamento contra direções acomodadas” (Blass, 1992, p. 59). O cenário do final dos anos 1970 permitiu a soma de reivindicações diversificadas como a luta pela cidadania, questões cotidianas, moradia, entre outras. Ocorreu uma modificação nas demandas sindicais e políticas as quais focaram também no desemprego e na melhoria das condições de vida (Duarte, 2000, p. 33). Enfim, os “baixos salários (...) fizeram crescer as insatisfações que culminaram com o renascimento do movimento sindical” (Padrós & Gasparotto, 2010, p. 43). Em termos comparativos, vale ressaltar que “embora o sindicalismo tivesse uma clara e importante dimensão política, no período pré-1964, ele ficou em parte prisioneiro de um certo estatismo”. Já no período, pós-1964 este “foi menos político em suas definições e mais confrontacionista em suas práticas e lutas”. Desta forma, no período de ressurgimento operário e sindical sob a ditadura, o novo sindicalismo de certa forma foi menos politizado

em sua conformação e definição e mais fortemente autônomo em suas ações (Antunes, 2011, p. 83).

Tal paradoxo pode ser explicado: tais movimentos renovados de trabalhadores de base tiveram, geralmente, “uma ação pautada por traços claros de espontaneidade (...) as greves foram sendo tecidas no solo fabril, (...) o que levou, na década seguinte, à eclosão de um movimento operário e sindical de grande envergadura” (p. 84-85). Assim, a eclosão de greves neste período foi essencial para a construção da imagem do “novo sindicalismo” entre os líderes sindicais e os meios acadêmicos. Era como um compromisso visando a “ruptura definitiva dos trabalhadores com a estrutura legal corporativista vigente no país e com os limites impostos pela ditadura” (Speranza, 2007, p. 21). Ao mesmo tempo, era uma promessa de maior combatividade sindical, de independência política e de maior participação dos trabalhadores na vida dos sindicatos através da sua democratização.³⁶ Segundo Mattos, ao analisar greves no Rio de Janeiro no período anterior a 1964, existiam elementos de continuidade nas propostas do “novo sindicalismo” se comparada com práticas sindicais pontuais já existentes no período anterior ao golpe civil-militar, mesmo que estas não tenham sido dominantes naquele momento.³⁷

Eram constituintes do “novo sindicalismo” setores denominados como “autênticos” e grupos de oposição sindical, ambos como lideranças deste processo: “repudiaban la intervención del Estado en las relaciones entre capital y trabajo, así como en la vida de sus organizaciones (...)” (Comin, 1996, p. 95). Enquanto formatação política, este grupo era heterogêneo, como já observado: incluía desde marxistas oriundos das organizações clandestinas até simpatizantes da Teologia da Libertação e sindicalistas independentes. Da

³⁶ O movimento sindical brasileiro inspirado no novo sindicalismo optou por um curso de ação orientado para a obtenção de metas de curto prazo, para a ampliação de seu poder de barganha e para o reconhecimento da legitimidade de seu papel social mediante a mobilização de suas bases. Para atingir essas metas adotou uma estratégia de confrontação, caracterizada pela oposição sistemática às políticas governamentais e pela ênfase na mobilização de massas e na ação grevista, o que se manteve ante a Nova República de Sarney e com isso se fortaleceu a CUT (Almeida, 1996, p. 31).

³⁷ “(...) embora a diretoria do sindicato priorizasse a resolução negociada dos conflitos, evitando as greves da categoria, a existência e relativa autonomia dos conselhos propiciou o surgimento de 20 greves por empresas, entre 1953 e 1964, 14 das quais em empresas de porte médio (entre 100 e 999 empregados). ‘Ilegais’, na medida que não se relacionavam aos momentos de dissídios, e ‘espontâneas’, no sentido de não serem precedidas por deliberações formais da direção do Sindicato, estas paralisações demonstravam o peso dos conselhos na vida sindical” (Mattos, 1998, p. 185).

convergência destes três segmentos, surge “uma avaliação do sindicalismo brasileiro anterior a 1964, bem como uma proposta nova” (Leite, 2003, p. 60).

As disputas no meio sindical também se intensificaram na busca pela hegemonia no comando do movimento e na disputa do modelo de sindicalismo. O “novo sindicalismo” disputava o comando do movimento nacional com os velhos dirigentes do período anterior e, internamente, esse grupo contava com lideranças que já participavam de direções de sindicatos, setores da igreja progressista, oposições sindicais e agrupamentos militantes de inspiração leninista e/ou trotskistas (Pas, 2009, p. 24).³⁸ O próprio dirigente metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva (destacada liderança entre os denominados “autênticos”) sugeriu, em entrevista, que “o que está existindo lá no ABC, principalmente em São Bernardo, é uma massa jovem de trabalhadores, pessoas que não aceitam esse tipo de exploração, que querem participar da vida política do país”. O sindicalista considerava que tais jovens “não viveram o populismo de Getúlio Vargas (...) são quadros dirigentes sindicais que não tiveram nenhum compromisso com o sindicalismo de antes de 1964, pois surgiram mesmo a partir de 1969” (Santana, 1998, p. 23). Romper com o passado e negar eventuais compromissos com este eram marcas essenciais do “novo sindicalismo”.

Nesta disputa crescia cada vez mais o espaço desta proposta. Segundo Sader, instituições em crise abriram espaço para estas elaborações: a Igreja tradicional, por exemplo, perdeu espaço e surgiram comunidades eclesiais de base, nas quais seus militantes aceitaram se lançar em atividades de contestação correndo os mesmos riscos que a militância da esquerda. Usaram a mística dos cristãos perseguidos e do sacrifício por uma causa justa. No Concílio Vaticano II definiu-se pela participação ativa de grupos comunitários deixando de ser meros receptores passivos e isso se tornou uma referência política (1988, p. 144-151).³⁹

³⁸ A outra corrente sindical que disputava o espaço com o novo sindicalismo era composta por sindicalistas ligados ao PCdoB, PCB, MR-8 e outros defensores do denominado “sindicalismo de resultados”. Esse grupo não simpatizava com a ideia de uma organização que tivesse outros segmentos sociais no seu interior, queriam uma central estritamente sindical, conforme o modelo previsto na CLT e a manutenção do modelo sindical mais vinculado ao Estado (Pas, 2009, p. 24).

³⁹ Vale ressaltar, como referência ao tema, a posição do Papa no início da década de 1980, no contexto de luta sindical na Polônia: “(...) os trabalhadores deveriam ter assegurado o direito à greve, sem terem de sofrer sanções penais pessoais por nela participarem. Admitindo que se trata de um meio legítimo, deve simultaneamente relevar-se que a greve continua a ser, num certo sentido, um meio extremo. Não se pode abusar dele; e não se pode abusar dele especialmente para fazer o jogo da política” (Papa João Paulo II, em 14/9/1981).

A síntese das condições objetivas e da condução subjetiva permitiu um expressivo ciclo de greves, no fim da década de 1970, que criou as condições para que deslanchasse uma fase ascendente das lutas sociais no Brasil nos anos 1980. Tal cenário foi desencadeado pelos mais variados segmentos de trabalhadores, o que incluiu um vasto movimento de massas, eclosão de várias greves gerais por categoria e ocupação de fábricas ou por empresas em diversas partes do país. Esta conjuntura e suas circunstâncias impediram que as facções de linha dura do regime autoritário apelassem para a severa repressão como ocorrera na década anterior no período de mais intensa repressão. A força do movimento se impôs combinado com o apoio declarado da Igreja Católica - ao menos de parte desta instituição - e em meio à deterioração das bases sociais do regime. “O ressurgimento da militância da classe trabalhadora e a força dos sindicatos parecem ter deixado o governo sem saber como agir face à emergência dos trabalhadores como um poderoso contendor” (Sandoval, 1994, p. 152). Parte desta militância ampliada e cada vez mais ativista também vinha dos quadros dos movimentos estudantis, e, muitas vezes, ingressava no ativismo docente. Denise Alves Schwochow e João Carlos Rodrigues, em seus depoimentos, recordaram suas origens ou passagens por estas experiências.

Denise recorda que entre 1976 a 1981 atuou no movimento estudantil da FURG: “A movimentação entre nós, estudantes, na reorganização estudantil era frenética. Eram reuniões em repúblicas até altas horas da madrugada, intermináveis análises de conjuntura, produção de textos, (...) a forma de comunicação entre os diferentes cursos”. A professora não esquece como a polícia, em que pese a suposta abertura política, monitorava as reuniões estudantis:

Esses encontros e movimentação eram monitorados de perto pela polícia que ficava observando do carro aguardando as reuniões terminarem, às vezes nos seguindo de longe. Os rapazes do ME (movimento estudantil) nos acompanhavam até em casa para terem certeza que chegaríamos em segurança. A revogação do decreto 477 que punia professor e alunos por ato indisciplinar e do AI 5 nos permitiam estarmos montando uma chapa para DCE e Diretórios Acadêmicos ao mesmo tempo que montávamos uma pauta de reivindicações de forma a superar o caráter do DCE até aquele momento mais voltado às questões culturais e esportivas.

Ainda, segundo Denise, os dias nacionais de luta da época mexiam bastante com a estrutura vigente. Diversas forças políticas do movimento estudantil também atuavam em Rio Grande, como o grupo denominado Viração: “Eram lideranças ligadas ao PCdoB, MDB e independentes. Eu me incluía nos independentes”. A militância estudantil também participava de eventos nacionais, uma espécie de laboratório de experiências acumuladas para quem, mais adiante, participasse do movimento sindical dos trabalhadores: “(...) participamos de Encontro Nacional (...) que visava a reestruturação da UNE (...). Lá eu pude antever os rachas entre as diferentes tendências, mas ainda não conseguia ver onde tudo iria chegar. Ainda tínhamos muitos sonhos, ideais, muita coisa para viver e aprender”.⁴⁰

Por sua vez, João Carlos conta que participou da direção da ULES (União Leopoldense de Estudantes): “Havia companheiros da ULES que estavam atentos ao movimento da classe trabalhadora, e até foram punidos pelo golpe de 1964, o presidente foi destituído e a entidade fechada”. Segundo o professor, sua “formação política era muito precária”, o que não impediu sua participação em entidades estudantis e depois engajamento no renascimento sindical do CPERS: “Entre no movimento mais no sentido agitado, por entender que a categoria buscava melhores condições (...). Salário muito baixo, as condições de trabalho não eram boas; esses elementos”. As experiências acumuladas ajudaram no engajamento do professor: João ainda recorda quando conheceu pessoalmente o líder metalúrgico Lula:

(...) o Lula veio a São Leopoldo e eu comecei a fazer esta relação mais clara. O Lula foi recebido por um grupo de pessoas na escadaria da Prefeitura, à noite, hoje Secretaria da Educação. Não muitas pessoas. O Lula com barba grande, pude cumprimentá-lo. Lembro que ele disse o seguinte: “Olha, a gente não precisa perder muito tempo, se quiser ver toda turma de ladrão no Brasil; é só pegar uma rede ir lá na FIESP, jogar assim e puxa... é só o que vem”. Tinha um cidadão muito simples que estremeceu com essa fala e disse: “O homem enlouqueceu!” E saiu quase correndo... sumiu... (RODRIGUES, João Carlos A. *Depoimento*: julho-agosto/2016).

⁴⁰ Denise Alves Schwochow cedeu depoimento ao autor nos dias 24/3/2016 e 1/4/2016. Licenciada em Estudos Sociais e Geografia, Especialista em Geografia do Brasil, em Educação Ambiental e em Estudos Avançados de Psicologia Transpessoal, é professora estadual desde 1978, quando iniciou suas atividades docentes na cidade de Rio Grande, onde participou de comandos de greve e como representante do Conselho de Representantes do CPERS. Foi eleita 2ª vice-presidente na gestão 1990/1993. Retornou para a atuação em sala de aula a partir de 1993, aposentando-se em 2009. Após este período, atuou como professora conselheira junto ao 39º Núcleo de Porto Alegre, em vários comandos gerais de greve e em comissões eleitorais. Atualmente atua como presidente do Conselho Fiscal do CPERS.

Tal fato foi marcante na vida do futuro dirigente docente: “(...) eu estar conhecendo a figura que corporificava o movimento sindical brasileiro. A essa altura eu já tinha feito minha faculdade (...)”. João Carlos concluiu seus estudos superiores depois de 1964, na Unisinos, outro fator de aprendizado, pois “os padres, se cuidavam muito; só entendi mais tarde. Li muitas obras de alguns autores de esquerda, como o Jorge Amado, e nunca me apresentaram a biografia dele. Minha formação política continuou precária”. Diversas possibilidades de formação política e cultural, portanto, contribuíram para o crescimento de um ativismo crítico ao regime vigente. A presença de uma massa crítica cresceu na proporção da crise do modelo: estava assim colocada a ideia de mudança na ordem do dia “na qual a norma ou a lei são contrariadas pelo acontecimento, de sorte que a ‘conjuntura’ põe em risco a ‘estrutura’, ou revela que esta última é inadequada para absorver o novo” (Franco & Chauí, 1978, p. 128).

Tal contexto, amadurecido ao final dos anos 1970, viu na década seguinte o desenvolvimento de quatro greves gerais nacionais, sendo que a mais expressiva ocorreu em março de 1989, paralisando aproximadamente 35 milhões de trabalhadores, sendo esta a mais abrangente greve geral da história do movimento sindical brasileiro. O patamar atingido pelas lutas no Brasil naquela década esteve entre os mais significativos em todo mundo capitalista: ⁴¹ o país, entre 1978 e 1989, se situou como “el país com mayor índice de conflictos huelguísticos en el mundo durante este período (...) (Comin, 1996, p. 97). Houve um quadro notadamente favorável ao “novo sindicalismo” e vale ressaltar que a mesma situação não ocorria nos países centrais do capitalismo, marcados por um quadro de crise sindical. Sobre isso, Perrot, em entrevista no ano de 1996, comentou sobre a redução do peso grevista na França, por exemplo: “o número de dias parados não cessa de diminuir há 20 anos, e, com a chegada dos socialistas ao poder, continuou a baixar. Agora subiu mais um pouco, por causa da direita, mas nem tanto assim”. Como parte deste contexto no continente europeu, os movimentos paredistas já não conseguiam, segundo a autora, “se fazer representar na

⁴¹ O cenário brasileiro e latino americano era bem específico, pois nos anos finais da década de 1970, quando os movimentos operários estavam sofrendo derrotas decisivas nos países centrais, um novo movimento sindical surgiu no Brasil, encerrando quase uma década e meia de passividade. Uma intensa onda de greves inaugurou um período de ativismo que sobreviveu e cresceu ao longo de uma década de repressão, recessão e dificuldades: os combativos anos 1980 (Silver, 2005, p. 65).

sociedade com uma identidade em definitivo. Isto acontece muito pouco agora”. Já era perceptível a redução do número de operários atuantes em tais movimentos e o aumento do chamado setor terciário (1996, p. 195).

Em sentido oposto, no Brasil dos anos 1980 as classes dominantes costumam dizer que a década foi, para elas, “uma década perdida”. Por outro lado, segundo Antunes, “pode-se dizer que o mesmo não ocorreu para a classe trabalhadora, cujos níveis de avanço, de conscientização e de organização foram muitos significativos” (2011, p. 139). Foram anos de eficiência e eficácia da ação representativa e organizativa sindical, pois após o renascimento do final da década de 1970, o número de sindicatos cresceu perto de 50% até 1989 (Cardoso, 2003, p. 33). Números expressivos do ponto de vista quantitativo, ao menos.

Se retornamos ao ano de 1978, início deste ciclo nunca visto na história dos conflitos brasileiros, a partir dali ocorreu “a incorporação crescente de categorias ou grupos de trabalhadores que jamais haviam experimentado o confronto direto. Em 1978 foram deflagradas 118 greves e, dez anos depois, elas somavam 2.188” (Noronha, 1992, p. 17). Naquele período, segundo o autor, a “greve não foi o único canal de manifestação desses segmentos (...), mas foi certamente a forma mais duradoura, crescente e talvez eficaz de expressão de descontentamento social e político (...)” (p. 21). Tais movimentos influenciaram e foram decisivos no cenário nacional: mais de 9 milhões de trabalhadores paralisaram em 1987, por exemplo e, entre 1985 e 1988, os salários reais na indústria da Grande São Paulo cresceram em média 10% ao ano, um caso de sucesso do movimento sindical local. Tais lutas efetivamente anularam, por exemplo, o plano anti-inflacionário do Governo Sarney, inspirado nas orientações do FMI. Ainda, tiveram um papel ativo na promoção de uma democratização mais ampla, especialmente com relação à inclusão de artigos na Constituição de 1988, a qual incluiu o direito à greve, a formação de sindicatos (relativamente) independentes, a gestão autônoma (com determinados limites legais) e o direito à representação no local de trabalho. A atenção dada às questões trabalhistas na Assembleia Constituinte foi reflexo do aumento do poder político dos trabalhadores no Brasil (Silver, 2005, p. 66). O ascenso grevista e suas consequências foi destacado, inúmeras vezes, em charges e editoriais de periódicos (figura 4).

Ao analisar tais dados, vale ressaltar a perspectiva de Hobsbawm, quando este recorda que a organização sindical em massa ocorrida nos Estados Unidos, na década de 1930, assim como todas as “explosões” análogas do movimento sindical estudadas pelo autor, foram “resultado da mobilização de trabalhadores e não causa dela” (2008, p. 410). Isso significa que não bastaria apenas a boa vontade e as ideias renovadas dos dirigentes do “novo sindicalismo” sem a ação efetiva e combativa de milhares durante aqueles anos.

Tal combatividade teve como consequência, entre outras, o aumento real do peso social e político dos trabalhadores e de seu poder de barganha. Ao mesmo tempo, no campo sindical mais específico dos servidores públicos, parte destes “buscava nova identidade como assalariado do Estado com o mundo do trabalho e sindical”. Este cenário incluiu os movimentos docentes no Brasil e suas greves, “sobretudo salariais, mas também políticas”, as quais “revelam a busca, pelos empregados do setor público, das formas históricas de luta operária e dos demais assalariados” (Nogueira, 1999, p. 53). O peso do setor de serviços nas atividades paredistas daquele período também pode ser explicado pelas características gerais do seu emprego, sua estrutura monopólica com poucos empregadores e um grande número de trabalhadores: assim estão os professores, além de bancários, profissionais da saúde, entre outros (Sandoval, 1994, p. 166).

Figura 4: Charge ironiza a onda de greves dos anos 1980



Fonte: CP, 27/3/87, p. 4

A partir deste quadro, a greve se tornou instrumento prioritário para numerosos segmentos de empregados estatais, os quais se tornaram vanguarda nas paralisações no final da década tanto em relação a jornadas perdidas como no número de greves (Almeida, 1996, p. 108). Junto a isso, “a estratégia sindical mais importante na década de 1980, utilizada à farta por trabalhadores de empresas públicas e privadas, legitimou-se junto à população em geral como instrumento adequado de pressão” (Cardoso, 2003, p. 37). Tal premissa é confirmada por Antunes, quando este comenta o espectro da organização e ação dos trabalhadores no continente latino americano:

Ainda nesse período que antecedeu a vigência do neoliberalismo no Brasil, ocorreu um acentuado ciclo de greves desencadeado pelos mais variados segmentos de trabalhadores, desde os operários da indústria até assalariados rurais, os funcionários públicos e diversos setores assalariados médios. O movimento foi caracterizado pela deflagração de várias greves por empresas e greves gerais nacionais. Foi um período em que se assistiu ainda a uma

ampla e expressiva expansão do sindicalismo de assalariados médios e do setor de serviços, como bancários, professores, médicos e funcionários públicos. O mesmo aconteceu com a organização e o fortalecimento de outros importantes sindicatos e centrais sindicais, caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983 e inspirada, em sua origem, em um sindicalismo de classe, autônomo e independente do Estado. (...) algo relativamente similar ocorreu no México, onde também foram intensas as mobilizações de professores, mineiros, metalúrgicos, eletricitários, trabalhadores da indústria automotiva, entre várias outras categorias. Mas outros países, como Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Colômbia, também contribuíram para a retomada das lutas sindicais e operárias em nosso continente (2011, p. 38).

Neste contexto, organizaram-se os movimentos docentes no Rio Grande do Sul, imersos na realidade nacional e com suas características próprias, ao mesmo tempo. Greves quase anuais tornaram-se praticamente parte do calendário estadual a partir de 1979 e, na década seguinte, acompanharam as tendências observadas de alargamento dos movimentos reivindicativos e contestatórios. A associação CPERS esteve no centro deste processo, mas também teve sua trajetória até chegar como polo mobilizador e organizador classista.

1.4 O CPERS e suas metamorfoses: surge uma ferramenta para os movimentos dos trabalhadores em educação

Ao contrário de outras associações, o CPERS não se apresentou desde 1945, ano de sua fundação, de forma exclusivamente assistencialista. Uma de suas primeiras reivindicações já incluía a questão da remuneração e o ingresso de normalistas na Faculdade de Filosofia, temas eternamente cristalizados nas pautas de reivindicações (Vicentini & Luigli, 2009, p. 113). Talvez por isso tenha sofrido certa oposição de grupos autoproclamados como “professores católicos”, além dos ataques anticomunistas registrados em seus tempos de fundação.⁴² Inicialmente, a entidade surgiu como associação, parte da estratégia já comentada anteriormente utilizada pelos funcionários públicos municipais, estaduais ou federais para driblar a proibição de sindicalização. Criavam associações ou centros sem

⁴² Houve pressões da sociedade e de setores conservadores do magistério contra a fundação do Centro de Professores Primários. A associação, assim, conviveu inicialmente com “tentativas de inviabilizar a entidade (...) na verdade, segmentos de direita que não admitem a existência de uma entidade reivindicatória” (Pacheco, 1993, p. 53).

poderes legais para representar sua categoria profissional, mas na prática “faziam o papel sindical, pois iam conquistando a legitimidade da categoria profissional representada e acabavam sendo porta-vozes das reivindicações dos associados” (Petersen & Pedroso, 2007, p. 202).

Importa ressaltar que a organização de sistemas escolares na esfera estadual, em boa parte, e a delimitação do espaço profissional do professor foram marcos significativos para a estruturação do campo educacional e, desta forma, as entidades representativas do magistério inseriram-se como porta-vozes da categoria numa tentativa de disputa dos rumos das políticas educacionais, de melhorar sua condição profissional e aumentar o prestígio social (Vicentini & Luigli, 2009, p. 16-17). No período anterior à fundação do CPERS, experiências de associações mutualistas existiram no Rio Grande do Sul: entre 1898 e 1930 funcionou no estado a Associação dos Professores Paroquiais Católicos Teuto-Brasileiros, o qual reuniu o professorado fiel aos valores da Igreja. Defendia interesses católicos e colaborava para o desenvolvimento educacional em escolas na região de ocupação colonizatória (Vicentini & Luigli, 2011, p. 175). Na sequência, como relatam Cardoso & Tambara, em 1929, foi fundada em Pelotas a Associação Sul Rio-grandense de Professores, portadora entre seus objetivos da proposta de aperfeiçoamento da educação no estado e de conectar os vários elementos dedicados ao magistério “oficial ou particular, seja primário, secundário, superior ou artístico; (...)”. Ainda, tinha como estratégias a defesa dos direitos e reputação dos sócios, a comemoração do dia 15 de outubro, a aproximação entre pais e professores, além do projeto de tornar-se uma sociedade beneficente com sede em todos os municípios gaúchos (p. 237 - 238).

Apesar dos esforços empreendidos, a ASRP conseguiu implantar filiais apenas em Rio Grande, Camaquã e Osório, tendo sócios em São Borja, Itaqui, Santo Ângelo, Cruz Alta, Tupanciretã, Vacaria, Santa Cruz, São Leopoldo, Rio Pardo, Caçapava e Herval (p. 239). Tratou-se de uma experiência prévia à fundação do CPERS, o qual acabou assumindo importante espaço na representação docente no Estado, em especial a partir do final dos anos 1970. A ASRP sobreviveu ainda até o final da década de 1980 e ficou marcada como a primeira associação docente mutualista de caráter leigo com o interesse focado na elevação

do nível do professorado e da proteção de seus interesses frente ao Estado no Rio Grande do Sul.

Independente da diferenciação entre o CPERS e as experiências mutualistas, não significa que este tenha se constituído como uma entidade de perfil combativo desde seu início. Representou, inicialmente, cerca de seis mil educadores existentes no estado na sua fundação e apenas em 1956, conforme Pacheco, se registrou o primeiro ato em frente ao Palácio Piratini, sede do Executivo Estadual. Naquele momento a ideia de greve foi levantada, embora não concretizada. A primeira ação paredista viria em 1963, no mês de setembro, após vários meses sem pagamento de salário:

Trata-se de um forte movimento desencadeado por professoras e professores contratados do Estado, em luta pelos vencimentos em atraso desde abril daquele ano e pelo pagamento das férias a que tinham direito. Promovem “marchas” e concentrações em frente ao Palácio Piratini (...) (Fisher, 2005, p. 87-88).

A autora afirma que o CPPE foi visto pelas professoras primárias como omisso em tal movimento. Mais adiante, Fisher relata que, em meados de outubro de 1971, a prioridade da entidade era promover atividades sociais e esportivas junto ao Clube do Professor Gaúcho, recém-inaugurado, e não se envolver em temas de ordem política, em tempos já de repressão do regime civil-militar (p. 112-113). Era uma tendência daquele momento, pois durante tal período, a defesa da pauta da categoria se reduziu e até mesmo participações em eventos relacionados ao novo regime pós-1964 ocorreram. Assim, se percebeu certa aproximação com os governos indicados e isso duraria até parte da década seguinte (Pacheco, 1993, p. 53).⁴³ Por este motivo, discursos de autoridades estaduais eram reproduzidos em órgãos de divulgação da associação, como descreve Duque. O próprio boletim informativo do CPERS tinha a participação de figuras da Secretaria de Educação e Cultura em sua elaboração e, por

⁴³ Em 1960 ocorreu a fundação da CPPB (Confederação dos Professores Primários do Brasil), que buscava articular os docentes em nível nacional, por se colocar como a “entidade representativa do magistério primário em nível nacional” (Vicentini & Lugli, 2011, p. 177). A CPPB apoiou a nova ordem constitucional após 1964 e em 1972 se tornou CPB (Confederação dos Professores do Brasil). Ao final daquela década, uma série de greves questionou este modelo de organização, mas somente em 1989 com a nova legislação sindical surgiu a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), explicitamente à esquerda e logo filiada a CUT (Vicentini & Lugli, 2009, p. 141-142).

vezes, dirigentes ocupavam cargos no Executivo ao saírem da gestão sindical, algo também ocorrido, aliás, fora do período civil-militar.⁴⁴ Ainda, o CPERS chegou a participar do “Desfile do Poder Nacional”, promovido pela Liga de Defesa Nacional, em setembro de 1973, e da recepção, no Palácio Piratini, por ocasião da Semana da Pátria, em 1974 (Bulhões & Abreu, 1992, p. 36-37).

Fora isso, do ponto de vista mobilizatório, durante o período associativo, conforme proposto por Cruz (2008, p. 29), até o ano de 1975, as assembleias da entidade congregavam, em média, ao redor de duzentas pessoas e as atitudes perante os governos eram no máximo do tipo protocolar. Não havia negociação, muito menos algum grau de conflito e as “correspondências protocolares nunca recebiam respostas (...). Os aumentos salariais não continham nem o gosto de barganha. Eram simples dádivas aos trabalhos prestados. A negociação nem era cogitada” (Cavalheiro, 1989, p. 97-98). A mudança deste perfil da entidade ocorreu gradativamente, como em outros estados do país, e também levou a uma ampliação da participação direta do quadro de sócios, mais um sintoma demonstrativo do rompimento da relação entre magistério e sacerdócio e do reconhecimento da necessidade da luta por valorização profissional. Ao observar o quadro abaixo, se percebe o contínuo crescimento na captação de novos membros, ressaltando-se que de uma associação de professores primários, o CPERS passou a congrega os professores de todo o 1º e 2º graus, a partir da Lei 5672/71.⁴⁵

Tabela 3: Número de sócios do CPERS (1970 - 1991)

Ano	1970	1974	1976	1977	1979	1982	1985	1987	1989	1991
<i>nº de sócios</i>	16.371	18.661	21.535	25.843	32.069	46.045	58.270	63.437	67.596	78.979

Fontes: Dresch, 1994; Bulhões & Abreu, 1992; Pacheco, 1993; Duque, 1998

⁴⁴ “O magistério é agente e objeto da luta pelo desenvolvimento econômico e pela justiça social, adotadas como metas prioritárias pela revolução de 1964, e que já empolgam atualmente todo país. (...)”. Trecho do discurso do Governador Euclides Triches, em 1974, na abertura do XI Congresso Nacional de Professores, em Porto Alegre, amplamente reproduzido no Boletim do CPERS nº 37, editado nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano (Duque, 1998, p. 71).

⁴⁵ Tal lei, de 11 de agosto de 1971, fixou as normas do ensino de 1º e 2º graus em substituição ao antigo primário, ginásio e colegial, alterando a vida funcional e profissional dos docentes desta área (Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm, acesso em 16/2/2015).

O CPERS não esteve isento do contexto de mudança nas atitudes em parte do sindicalismo brasileiro. Na conjuntura de abertura política e de emergência do “novo sindicalismo”, a entidade modificou sua estrutura, formas de organização, reivindicações, relações com o governo e começou a propor um perfil profissional para o professor: isso mexeu na identidade docente. Xavier, ao comparar tal trajetória entre brasileiros e portugueses, sugere que “as transformações políticas que marcaram a década de 1970 nesses países propiciaram avanços no processo de construção de uma identidade mais autônoma pelos professores”. Tal autonomia, como consequência, contribuiu para que tais coletividades construíssem “novas dinâmicas no campo das relações de poder, dentro e fora das instituições escolares, ora confrontando ora negociando com as instâncias governamentais” (2011, p. 192).

Assim, gradativamente os docentes e suas representações substituíram um perfil mais protocolar nas relações com o estado e se voltaram às temáticas funcionais a partir de exigências e do acirramento das contradições com os empregadores públicos. Tais modificações na postura estavam presentes nos materiais da entidade desde 1977, o que levou tal associação a se tornar referência para o grupo profissional que se transformava (Duque, 1998, p. 22). Conforme sugere Hobsbawm, as ações coletivas requerem estruturas e lideranças para que sejam eficazes e sem uma organização formal para ação é improvável que isso aconteça (2008, p. 45).⁴⁶

Assim, o estatuto do CPERS em 1977 tinha por finalidades, entre outras, “colaborar com os Poderes Públicos, entidades e órgãos comunitários no estudo e solução dos problemas educacionais”, mas as metas divulgadas em informativo para captação de novos sócios eram pautas de exigências sindicais como “valorização do professor, aperfeiçoamento e consolidação do plano de carreira, aposentadoria, formação, expansão para o interior e construção da sede”. Neste mesmo informe público, era anunciada que a “expansão do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul é uma necessidade para melhor atender a

⁴⁶ Cardoso afirma que entre outras características importantes, os sindicatos ajudam a ampliar os horizontes de cálculo de seus membros quanto a possíveis ganhos materiais e simbólicos, de tal modo que a confiança sempre renovada na eficiência e na eficácia do desempenho institucional é uma parte integral do processo de identificação política entre dirigentes e membros, sendo parte, também, do sentimento que estes nutrem de se sentirem representados por sua instituição (2003, p. 280).

todo Magistério. Já possuí 8 Núcleos, Supervisões em 38 municípios e 35 representações” (CPERS - Informativo: Conheça o CPERS, 1977, mimeo). Estava aí o ensaio das futuras reivindicações ao empregador.

A diversidade política interna também marcou a história da entidade e, segundo Duque, a direção do sindicato foi pressionada a partir de 1978 pela ação de grupos oposicionistas militantes que articulavam políticas e propostas para o movimento. Embora sofresse oposição destes setores inspirados pelo “novo sindicalismo”, a direção do CPERS na época não se considerava distante de tal proposta. Hermes Zaneti, presidente da entidade docente em 1979 recorda em depoimento cedido ao autor:

Nessa época, enquanto eu comandava o movimento do magistério aqui no Rio Grande do Sul, nascia o ABC. Nascia o Lula, o PT e esses movimentos todos e como presidente do CPERS fui à reunião da CONCLAT,⁴⁷ em Praia Grande e junto com Lula e outros companheiros de lá demos origem à CUT e, depois, ao PT.⁴⁸

Vale ressaltar que, por motivos locais, segundo Zaneti, a direção do CPERS daquele período acabou se afastando de uma participação direta em instituições como a CUT, um dos principais fóruns constituídos por sindicalistas da geração do final dos anos 1970. Segundo o ex-presidente do CPERS, ele não aderiu ao PT “por circunstâncias, especialmente daqui, devido àquele grupo de 200 que me ‘enchia o saco’ todo dia e eu não podia ‘me meter junto’ com esse pessoal”. Ao mesmo tempo, Zaneti se vê como aliado dos líderes do “novo sindicalismo”: “(...) meu espírito, o meu trabalho e o meu compromisso era Olívio Dutra, Lula, Alemão, enfim... esse grupo todo. Tínhamos uma visão nacional, algumas vezes conversamos”. A relação entre a direção do CPERS, ao final da década de 1970, e grupos de

⁴⁷ Ocorreram dois CONCLATs (Conferência - após Congresso - da Classe Trabalhadora) em 1981 e 1983, os quais definiram pela formação de uma Central Sindical. Pelo grau de diferença entre os grupos organizados no sindicalismo brasileiro houve uma divisão a partir da qual os sindicalistas inspirados no novo sindicalismo optaram pela formação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) com as suas bandeiras políticas. Mais moderados, os sindicalistas organizados na chamada *Unidade Sindical* deram origem em 1986 à CGT (desta vez significando *Central Geral dos Trabalhadores*, pois tal sigla apareceu outras vezes na história sindical brasileira), a qual se afastava dos cutistas em aspectos como a estrutura sindical e a relação com o Estado (Mattos, 1998, p. 149 - 153 & Costa, 1995, p. 54 - 72).

⁴⁸ Hermes Zaneti nasceu em Veranópolis no ano de 1943. Formou-se como professor rural, em Contabilidade e na área do Direito. Foi presidente do CPERS entre 1975 e 1979 e depois presidente da CPB (Confederação dos Professores Brasileiros) de 1979 a 1986, além de deputado federal na década de 1980. Cedeu depoimento ao autor em maio de 2012.

oposição como a LIBELU foi de extremo conflito, mas, também de síntese, o que é reconhecido atualmente por representantes de ambos setores em seus depoimentos.

O professor Adeli Sell esteve pouco tempo atuando como professor estadual, mas chegou a ser vice-presidente na chapa de oposição a Zaneti, derrotada na eleição de 1978.⁴⁹ Militante da LIBELU na época, Adeli recorda que as disputas estudantis preparavam muitas vezes militantes para a participação nos movimentos sindicais, para onde carregavam suas experiências passadas, aspecto já comentado anteriormente: “(...) vínhamos da academia e do movimento estudantil com uma certa radicalidade, ainda mais que participava de um grupo estudantil chamado Liberdade e Luta, era um grupo de orientação trotskista”. Em certo momento, tal organização tinha como “linha nacional” participar dos sindicatos, ferramentas em alta nos tempos de crise do regime civil-militar. No movimento sindical, a LIBELU se dedicou a “fazer oposição a suas diretorias, pois eram todos ‘pelegos’ em nossa visão, sem exceção”.

Para o professor, em reavaliação crítica, o sectarismo marcou a atuação política deste grupo, apesar de não considerar erradas as práticas geralmente utilizadas: “Eu diria que o Zaneti não era propriamente uma pessoa de esquerda, mas também não era de direita, longe disso. Eles tinham vínculos fortes com o MDB, oposição à ditadura, mas nós tínhamos uma visão um tanto quanto sectária”. Por sua vez, Zaneti, ao se definir politicamente, se aproxima da visão sugerida por Adeli, pois evita se colocar como comunista e muito menos como alguém que esteve “a serviço da ditadura”. Assim, se identifica como “um democrata, como eu sou. Um democrata. Naquela época essa luta era muito difícil, pois havia um mundo bipolar e você ou estava com os EUA ou estava com a URSS. E eu não estava com nenhum dos dois”. Ao se recordar dos grupos de oposição pela esquerda, em que pese as importantes diferenças, o ex-presidente afirmou que os mesmos não eram “expressivos numericamente, mas tinham o seu mérito ao ajudar a mobilizar”. Ao mesmo tempo, Zaneti não esquece atitudes de parte de lideranças da oposição que espalhavam boatos a seu respeito, inclusive sobre ganhos materiais e barganhas com o governador:

⁴⁹ Adeli Sell cedeu depoimento ao autor em Porto Alegre, em maio de 2015. Nascido no ano de 1953, em São Bonifácio (parte de Palhoça - SC) e crescido na cidade de Cunha Porã, veio para Porto Alegre entre 1971 e 1972, onde cursou Letras na UFRGS. Foi professor estadual durante o ano de 1979 e participou da oposição de esquerda à diretoria do CPERS da época.

Chegou a dizer que eu tinha ganho de presente um apartamento do Amaral de Souza e isso é uma coisa que me dói até hoje porque feriu a minha mais absoluta integridade que jamais permiti. Se você dissesse se um dia eu recebi um centavo, eu diria que nunca recebi. E isso não é mérito, apenas é a verdade e que se contrapõe a fuxicos, a fofocas e denúncias sem o menor cabimento.

As disputas entre os grupos organizados participantes da vida interna do CPERS tinham momentos de forte radicalidade, algo observável em boa parte dos movimentos daquele período. Tais contradições não impediram uma influência mútua. Sobre isso, Adeli sugere que a pressão pela esquerda ajudava a direção do CPERS “a ser mais avançada, não é fortuito que o Zaneti depois sai como candidato e se vincula ao setor avançado, pois o Zaneti também tinha oposição pela direita (...)”. Desta forma, ao não dividir o movimento de lutas, a LIBELU, bem como outros grupos localizados no espectro à esquerda, naquele momento, cumpriam o papel de “gás para aquele setor avançar mais”.

Passadas três décadas, sem esquecer certa “animosidade com Zaneti e outros”, Adeli afirmou que, atualmente, quando encontra o ex-presidente, “a gente se dá muito bem, temos um carinho especial um pelo outro”. O antagonismo do passado não impede o reconhecimento atual, pois ambos assumiram “algumas broncas pesadas, ele de uma forma e eu de outra, e vejo que todos nós tivemos um certo grau de amadurecimento”. Quanto à participação na vida interna da CUT, Adeli concorda que Zaneti e seu grupo teria espaço: “o Zaneti teria seu lugar na CUT (...). A Central nasceu não com um corte ideológico, pois a esquerda normalmente tem a concepção de que o sindicato é uma frente única dos trabalhadores, (...). Ele tem razão em se queixar do esquerdismo e do sectarismo (...)”. Vale destacar ainda que, curiosamente, o chamado MUTE (Movimento de Unificação dos Trabalhadores em Educação) estimulado pela LIBELU e outros ativistas, já utilizava naquele momento a expressão “trabalhadores em educação”, algo ainda incomum e de certa forma uma novidade um pouco “afrontosa na época”, segundo Adeli.⁵⁰

⁵⁰ Ainda, segundo o professor Adeli, muitas figuras do MDB discutiam com o grupo de oposição ao CPERS na época: “Eu lembro de ter discutido este tema nos anos 1970 com o Fogaça, professor de cursinho, ele não era deputado ainda (...) o MUTE, que criamos de uma forma ‘esquerdista’, digamos assim, começamos a ir para o interior do Estado e quem nos ajudou em Caxias do Sul? José Ivo Sartori e sua esposa, essa ninguém sabe e foi real. A mulher do Sartori chegou a participar no mínimo de uma reunião. (...) Tem origem no Partidão, da

Apesar do marco contraditório entre as diferentes tradições político-sindicais organizadas na vida interna do CPERS e os limites específicos de cada uma, as ações da direção da entidade naquele momento e, especialmente, a reposta de milhares de ativistas desde a base sindical se localizaram neste contexto de renovação das práticas sindicais. No ano de 1979, 47% dos professores estaduais já estavam associados, índice bastante significativo: ao mesmo tempo ocorria uma maior politização, animada tanto pela direção como pela oposição sindical, e um real embate entre a entidade e o governo. O ex-presidente confirmou, em seu depoimento, a importância de uma maior massificação da entidade:

(...) este ingresso de sócios me permitiu fazer uma negociação com o Plaza São Rafael, pois o edifício sede do CPERS na Alberto Bins estava já com sua estrutura comprometida com o tempo e havia apenas um esqueleto com a construção parada no segundo andar. Eu fiz uma negociação, erguemos os nove andares do CPERS, deixamos a base estrutural de fundos para o Plaza São Rafael e recebemos em troca todo o edifício. A partir daí passamos a construir núcleos no interior, ter verba para mobilização e tudo isso.

Naquele momento, o perfil docente sugerido nos materiais e na divulgação da entidade “começa a se identificar com outras categorias de trabalhadores e, no final dos anos 70, protesta, assim como diversas outras categorias profissionais, contra o arrocho salarial ocorrido naquela época” (Duque, 1998, p. 81). Se constituía o contexto que levaria à concretização da greve de abril de 1979, o que “representou um marco, pelo seu caráter de oposição ao regime e por apontar uma clara opção da entidade pela luta por melhores condições de ensino” (Dresch, 1994, p. 41). Assim, estava nascendo a primeira greve docente no Rio Grande do Sul e a segunda greve em termos nacionais, após o renascimento paredista do ABC Paulista.

Antes da greve de 1979, há o registro de outro movimento no ano de 1964: uma parede, que foi coordenada pela Federação dos Grêmios dos Professores (CPERS: 1995, p. 26). A mobilização teve origem entre os professores contratados em Santa Maria, ameaçados

Igreja, mas dentro do Partidão (PCB). O Zé Ivo e a Maria Helena, nós reunimos os professores e ele nos deu suporte e outra pessoa que ajudou, para cair os butiás do bolso, é o atual prefeito de Santa Maria, o Schirmer. E eu diria que ele foi mais efetivo, foi muito receptivo, nos deu muito apoio (...)”. Estes quadros citados, apoiadores do antigo MUTE, seriam importantes figuras na gestão do Executivo a partir do Governo Simon, eleito em 1986 pelo PMDB.

de não receberem seus salários de férias pelo Governador Ildo Meneghetti. O movimento obteve pleno atendimento por parte do Executivo: “A última greve realizada pelos professores gaúchos havia sido em março de 1964. A paralisação se prolongou das 22 h do dia 13 de março às 12 h do dia 19”. Zilah Totta era Secretária da Educação naquele momento e pediu demissão por apoiar a pauta docente (Magister nº 61: abril/79, p. 11). Ao final daquele mês houve o golpe que abriu o período autoritário no país.

O movimento de abril de 1979 foi a ponta de um processo de mudanças, por meio das quais parte da coletividade docente perdeu certa ingenuidade no trato de suas questões profissionais. Assim, “a partir da greve, o magistério passará a acreditar mais nas suas formas de mobilização e reivindicação como forma de resolver os problemas da categoria, ao invés de atitudes do governo estadual” (Duque, 1998, p. 142). A relação de confronto entre educadores e o Executivo se manteria nos anos seguintes, mesmo com a mudança dos representantes de cada lado, como se percebe na tabela 4. A luta seguiu, com as peculiaridades de cada greve.

Tabela 4: Secretários de Educação e Presidentes do CPERS durante as greves

Greve	Secretário de Educação	Presidente do CPERS
1979	Leônidas Ribas	Hermes Zaneti
1980	Leônidas Ribas	Glaci Côrrea
1982	Leônidas Ribas	Zilah Totta
1985	Francisco Salzano V. da Cunha	Paulo Egon Wiederkehr
1987	Bernardo de Souza	Paulo Egon Wiederkehr
1988	Ruy Carlos Ostermann	Delmar Steffen
1989	Ruy Carlos Ostermann	Delmar Steffen
1990	Iara Wortmann	Delmar Steffen
1991	Neuza Canabarro	Maria Augusta Feldman

Fonte: Bulhões & Abreu, 1992; Pacheco, 1993

Toda esta metamorfose e o patrimônio acumulado das lutas a partir de 1979 estão registrados nos materiais da entidade com assiduidade, em especial em momentos de reflexão ou de retomada histórica. Assim, os balanços das lutas foram muitas vezes publicados e analisados em diversos veículos, como nos dez anos da greve de 1979, quando houve uma avaliação retrospectiva deste fato:

Muitas etapas foram galgadas, mas o processo não se esgota aqui, por isso precisamos de muito fôlego, de união, de persistência, de organização e, acima de tudo mobilização. Nós não só fazemos parte da história, como também contribuimos para o seu rumo, neste sentido o som das sinetas nunca vai parar e, tampouco a nossa determinação de contribuir na construção da democracia (Editorial do jornal Magister nº 107: junho/julho de 1989, dedicado ao balanço de 10 anos de greves do CPERS Sindicato).

A sineta, aliás, objeto inspirador do título desta tese, a partir de 1985 passou a ser símbolo dos movimentos do magistério gaúcho, pois “(...) quando os trabalhadores em educação promovem conjuntamente o ‘sinetaço’, para marcar sua contrariedade em relação ao descaso com que os governantes tratam a educação pública” (Dresch, 1994, p. 29). Esta contrariedade, aparentemente sem fim, e as contradições com os governos estaduais, de diversos partidos, alçaram a categoria educadora estadual à condição destacada na conjuntura em inúmeras circunstâncias.

SEGUNDO CAPÍTULO

Lutas e movimentos docentes no período autoritário (1979 - 1984)

Figura 5: Assembleia no Clube Caixeiros Viajantes

Movimento deve começar na quinta-feira DECRETADA GREVE DOS PROFESSORES

O magistério reivindica aumento salarial de 70 por cento sobre os níveis atuais, piso de pelo menos três salários-mínimos e a nomeação de todos os aprovados em concurso. O governo declarou que reivindicações estão em estudo. PÁGS. 24/25

Governo mantém aberto o diálogo



A Assembleia dos professores reuniu mais de quatro mil pessoas na sede dos Caixeiros Viajantes em Porto Alegre.

zero hora

ANO XV — Terça Feia, 3-4-79 N.º 4939.
PORTO ALEGRE — 6,00

Jornalista aponta novos suspeitos no sequestro

No seqüestro de um jornalista, o primeiro do CPI que investigou o sequestro, o juiz federal Carlos de A. Sotelo de Azevedo aponta novos suspeitos. PÁGS. 24/25

Luiz Carlos Costa Filho na CPI de Sérgio R. Nogueira

Nesta edição,
um suplemento
especial sobre
imposto de renda

**Helmut Schmidt
chega hoje para
visita oficial**

Questões políticas e comerciais estão na pauta do chefe de governo alemão no Brasil. PÁGS. 10/11

**ALUGAR CARRO
É FÁCIL, NA GAÚCHA.**
**AUTO LOCADORA
GAÚCHA**

O carro que você quiser, na hora que você quiser. Av. Anjo, 211 - Tel. 22-2421 e 22-4611. Condições, 364 - Tel. 22-3383 e 24-5800. Aceitamos só pagar 1 mês. Tel. 22-2421 e 42-8364

Fonte: ZH, 3/4/79, capa.

Se não conseguirmos o atendimento do que foi prometido (...) discutirmos a viabilidade de uma greve, como uma medida extrema para salvarmos a pessoa do professor por demais sacrificado e cansado em esperar por promessas do Governo (...)

(Resolução do CPERS, aprovada por ampla maioria no Conselho de Representantes, registrada na ata nº 01/79).

Para nós, Governo, não devemos negociar com quem está na ilegalidade. E os professores, enquanto em greve, estão na ilegalidade, e o Governo não pode negociar, contestando a ilegalidade

(Deputado Estadual Firmino Girardello, ARENA).

Com a mudança de Governo, mudaram, também, as regras do jogo. Se, antes, a greve era proibida e a proibição, respeitada, agora, a greve continua proibida, mas é feita, aceita e não menos respeitada

(Jornal Magister nº 61, abril/79, capa).

2.1 Do Clube Caixeiros Viajantes ao Gigantinho

A assembleia marcada para o Clube Caixeiros Viajantes em dois de abril seria um marco na história dos movimentos docentes. O espaço se tornou diminuto para o número de sócios ali presentes e as longas filas para a entrada revelavam tal situação desde cedo, como a crônica de ZH indicou:

(...) duas longas filas se formavam pela Rua Dona Laura à porta do Caixeiros Viajantes, onde se realizou o encontro, dando a volta pela quadra e alcançando a Avenida Mostardeiros (...). Dentro do clube, entretanto, a situação não se modificou. Além do calor da tarde de ontem, as instalações eram pequenas para os, aproximadamente, quatro mil professores presentes. Com muita gente em pé, outros sentados no chão de pedra e grande quantidade ainda espalhada pelo pátio ou pelos bares, a irritação e o cansaço começaram a se manifestar desde logo (3/4/79, p. 24).

Independente do quadro de dificuldades logísticas, de forma unânime a assembleia definiu por dois dias de greve, inicialmente, para posterior definição da continuidade ou não do movimento. Cerca de onze entidades articularam tal encontro, sendo o CPERS a mais expressiva destas. Adeli Sell era professor estadual naquele ano e recordou de tal evento: “(...) eu participei daquela primeira assembleia (...), eu falei, lembro muito bem, fui eu que propus greve e eu tinha um contrato no Odila Gay da Fonseca, onde eu comecei a lecionar” (SELL, Adeli. *Depoimento*: maio/2015).

No debate interno na direção do CPERS, havia certa insegurança quanto ao desenrolar do movimento, algo compreensível considerando a originalidade do contexto. Isso fica revelado nas atas de discussões na diretoria. Existia, por um lado, o sentimento de que as autoridades seriam sensíveis⁵¹ aos pedidos dos educadores: “(...) sentiram que há apoio por parte das autoridades para a solução das reivindicações da Classe” (Ata diretoria n° 17/79). Por outro, a perspectiva de algum grau de enfrentamento:

(...) nossa linha é pura e sabemos que nossa comunidade está num momento de expectativa pela abertura. Não vamos permitir que o governador não cumpra o que prometeu. O grupo está com muito medo e com medo não pode fazer nada. Se arredarmos agora perderemos o crédito do Magistério (Opinião da prof.^a Marina registrada na ata de reunião de diretoria n° 18/79).

⁵¹ Posição de Hermes Zaneti: “confia na palavra do Governador como professor, e como governador cumpra o que prometeu, pelo seu bem, pelo bem da classe e pelo bem da comunidade do Rio Grande do Sul (...). A posição é séria, honesta, deve ser corajosa e firme. É importante a nossa união (...). Nosso objetivo é um objetivo sadio, sem outras implicações de ordem político partidária” (Ata diretoria n° 18/79).

Apesar do receio natural pela ação inédita que se aproximava, logo adiante foi decretada a primeira greve de trabalhadores no Rio Grande do Sul após 1964. Como já observado, os docentes acompanharam um contexto de rearticulação reivindicatória que ocorria no país, mas também havia peculiaridades locais como explicou Zaneti:

O governador nomeado na época era o Sinval Guazzelli, o qual nos respondeu deferindo se não todas, parte das reivindicações e prometendo que elas vigorariam a partir do início do ano seguinte. No ano seguinte, houve troca de governo, assumindo o Amaral de Souza que era professor estadual e vice-governador do Guazzelli. Nós passamos a considerar que era um compromisso de governo, acentuado pelo fato do novo governador ter sido vice do governo anterior e ser colega professor estadual. Passamos a cobrar isso do Amaral no início do ano letivo, em março, e ele mandou dizer que ele estava assumindo o governo e que não era um problema dele. Isso mexeu com os nossos brios e convocamos uma Assembleia para um prédio em construção dos Caixeiros Viajantes e para surpresa nossa compareceram nesse dia muitos professores e professoras e o ambiente, precário, não conseguiu dar conta (ZANETI, Hermes. *Depoimento*: maio/2012).

O Governador Guazzelli, em sua última mensagem ao CPERS, enviada um dia antes de sua saída do Executivo, afirmou que “(...) cômodo para mim, não seria correto avolumar os compromissos compulsórios do erário estadual, às vésperas de transmitir o Governo”. Ao mesmo tempo, assinalou a intenção de seu sucessor em buscar as devidas soluções às demandas docentes. Na ótica da direção do CPERS, este último texto manteve o padrão dos quatro anos de governo: “Educação inatacável, cordialidade, fineza – concretamente, muito pouco ou quase nada, além de belas palavras”. Os docentes seguiam sem respostas em nova troca de governo, mas, desta vez, teriam uma nova atitude (Magister nº 61: abril/79, p. 5). Assim, o contexto específico de promessas não cumpridas por Guazzelli e por seu sucessor foi um dos elementos centrais na deflagração do movimento paredista em 1979. A indignação da atitude ou descaso por parte de Amaral de Souza se espalhou entre os docentes por todo o estado.

Thompson, ao analisar revoltas na Inglaterra do século XVIII descreveu como o desrespeito a normas e pressupostos morais, assim como as privações eram motivos para a ação direta, além do descaso da elite dirigente. O autor definiu isso como economia moral, o que pode ser atribuído, respeitando as importantes diferenças entre os distintos contextos, a

determinadas situações de enfrentamento aqui analisadas (2015, p. 152). A atitude dos dirigentes e governantes acabava sempre pesando numa situação de ação coletiva ou rebeldia.

Amaral de Souza, governador recém-empossado em março de 1979, via eleição indireta e indicação do regime civil-militar, era professor estadual e parecia desconsiderar os compromissos anteriores com o CPERS e a coletividade docente.⁵² Ao mesmo tempo, em Brasília, assumia o comando do país o General Figueiredo, o qual seria o último dos presidentes do período autoritário. Em 13 de março, o debate no Conselho de Representantes docente refletiu este contexto e, contando com a presença de mais de cem participantes, entre diretores e conselheiros, apenas nove votos foram contra a seguinte resolução:

(...) 1º manifestar nosso descontentamento face do não cumprimento do que foi prometido pelo Governo do Estado e ao reajustamento de 40% (unanimidade): 2º Tomar medidas enérgicas, dando um ultimato ao Governo do Estado para um reajuste maior, ou seja, 70% (um voto contra): 3º Se não conseguirmos o atendimento do que foi prometido (...) discutirmos a viabilidade de uma greve, como uma medida extrema para salvarmos a pessoa do professor por demais sacrificado e cansado em esperar por promessas do Governo (...). Aprovada por maioria – 9 votos contra (Ata Conselho de Representantes, nº 01/79).

Segundo Pacheco (1993, p. 93), a aceleração do processo inflacionário também motivou a busca de recuperações salariais. No momento em que Amaral de Souza respondeu com uma proposta aquém desta recuperação, a indignação se manifestou como registrado acima. No cenário nacional, as greves começavam a se tornar a modalidade principal de expressão dos assalariados. Logo no seu início de governo, “o general Figueiredo se defrontaria com nada menos que 100 greves”. Diversas destas foram derrotadas ou ficaram sem conquista econômica em 1979, enquanto o governo defendia a chamada “transição controlada” e agia para não perder o controle da situação (Sader, 1988, p. 306-308). Eram

⁵² Amaral de Souza nasceu em Palmeira das Missões (RS), em 1929. Aos 10 anos de idade mudou-se para Porto Alegre, onde estudou no Colégio Rosário e depois cursou duas faculdades simultaneamente: Direito, na UFRGS e Filosofia, na PUCRS. Acabou entrando no movimento estudantil e chegou à vice-presidência da UNE no início dos anos 50. Em 1960, elegeu-se para seu primeiro cargo público: vereador de Palmeira das Missões pelo PSD. Em 1962 é eleito deputado estadual pelo PSD e, em 1964, apoia o golpe militar. Ingressou na Arena e no ano de 1966 elegeu-se deputado federal pela primeira vez. Em 1979 foi indicado pelos militares para suceder Guazzelli no governo do estado. Havia sido vice-governador deste. Após sair do governo, em 1983, foi diretor do BNDES (1985). Faleceu em 2012, como consequência de um AVC sofrido em 2006. Dados biográficos em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/06/relembre-a-trajetoria-do-ex-governador-amaral-de-souza-3788856.html>>, acesso em 22/12/2016.

sinais de que demandas represadas estavam aflorando: como sugere o histórico da greve na perspectiva da direção do CPERS construído pelos dirigentes da época, a assembleia no Caixaeros determinou “o dia da abertura das comportas (...) com aspecto de avalanche, porque provocado pela unanimidade dos que têm a consciência da justiça de seu movimento” (Magister, nº 61: abril/79, p. 4).

Entre a primeira assembleia no Clube Caixaeros e a segunda, realizada em 5 de abril, o governo apresentou uma proposta de 55% de aumento salarial, superior aos 40% inicialmente anunciados. Tal reunião ocorreu desta vez no auditório Araújo Vianna, amplo espaço ao ar livre, o qual recebeu cerca de 10 mil docentes, mesmo sob mau tempo. A proposta de 55% foi amplamente rejeitada e a greve continuava. Três aspectos chamaram atenção na sequência: a confirmação da pauta inicial,⁵³ a retirada da autonomia do comando de mobilização e a ruptura de diversas organizações docentes a partir destas decisões.⁵⁴

Como decisão soberana desta assembleia, o Comando de Greve não poderia decidir sem passar pelo crivo dos professores reunidos, o que ressalta o sentimento de protagonismo da reunião docente como fórum máximo de deliberação. Assim, a representação investida no Comando estava limitada e não poderia negociar outra proposta com o governo: “nova proposta só pode ser feita por outra Assembleia Geral; a suspensão da greve só será feita com o atendimento das três reivindicações ou por decisão de outra Assembleia” (ZH, 6/4/79, p. 26 e 27). Tal decisão é analisada por Bulhões & Abreu como a rejeição de poder decisório ao Comando, o qual poderia negociar, mas não decidir. Acabava se “derrotando, assim, a concepção de lideranças favoráveis à negociação com o governo sem a participação de massa” (1992, p. 33). Isso determinou certa ruptura nas tradições de negociação, o que justifica a saída destas associações representativas de setores específicos da categoria docente, o que não afetou a adesão do movimento, calculada ao redor de 90% da categoria (dados divulgados na imprensa e pelo CPERS).

⁵³ Os três itens básicos exigidos eram: piso salarial de três vezes o maior salário mínimo vigente no país, aumento salarial de 70% e nomeação de todos os aprovados em concurso, algo em torno de 22 mil professores (ZH, 6/4/79, p. 26-27).

⁵⁴ Entre outras, as seguintes organizações se retiram do movimento: Associação Gaúcha dos Professores Técnicos do Ensino, Associação dos Administradores Educacionais, Associação dos Inspectores de Ensino, Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos e Associação dos Orientadores Educacionais (ZH, 6/4/79, p. 26-27).

Essa expressiva adesão se deu apesar do relato de inúmeras pressões - inclusive das forças policiais - e dificuldades para reuniões nas escolas devido a proibições de diretores. O movimento contou, por outro lado, com a ausência de alunos, provavelmente em função de toda divulgação anterior à greve, que se constituiu como um fator colaborativo para a não realização de aulas. A oposição à direção central do CPERS, por sua vez, considerava que “desde segunda feira não estivemos em greve” e criticava “conchavos com o governo”. Segundo relato no periódico CP (7/4/79, p. 13), o grupo opositor sugeria greve até os objetivos serem alcançados, a formação de comandos em forma de assembleias nas escolas e o fim das medidas repressivas do Executivo. Representantes deste movimento citaram também o afastamento do professor Adeli Sell de sua escola. Sobre tal episódio, o professor, atuante no grupo de oposição, descreve que

(...) eu sai por questões claras, políticas, e objetivas por causa da militância. Se não tinha vaga no Odila, haveria trezentas escolas sem professor de inglês, pois faltava sempre. Depois disso, como eu comecei a ter chance de dar aula em cursinho e já tinha uma militância política, fiquei nos cursinhos. Nunca fui demitido, apesar de ficar vinte e dois dias preso, o cursinho que eu dava aula, o FISK, não me demitiu. Esperou eu retornar, peguei as aulas e continuei, inclusive aumentando minha carga horária (SELL, Adeli. *Depoimento*: maio/2015).

Apesar das dificuldades, a massificação do movimento fez o governo apresentar nova proposta na sequência, objeto da terceira reunião dos educadores no mês de abril. Para “resolver o impasse” os seguintes pontos foram para apreciação em assembleia: a) aumento de 55% a partir de 1º de junho e convite para negociar a forma de concessão dos 15% restantes pleiteados pela categoria a partir de 1980; b) nomeação de dois mil professores concursados mensalmente a partir de 1º de junho; c) piso salarial de Cr\$ 4 mil (ZH, 9/4/79, p. 28-29). Mais uma vez reunidos no Araújo Vianna, os grevistas rejeitaram a proposta e o Executivo, por sua vez, rompeu as negociações:

O Governo do Estado e os professores chegaram ontem ao momento de maior tensão desde o início da greve: de manhã, os professores rejeitaram em assembleia a proposta governamental feita sexta feira e complementada sábado. À tarde, o Governo decidiu suspender as negociações alegando que o magistério havia rejeitado "reiteradamente todas as propostas" (...). Com o fechamento das negociações, o dia decisivo para a greve passa a ser hoje. As

assembleias de ontem reuniram milhares de professores. O cálculo era de que cerca de 15 mil professores estiveram na assembleia (ZH, 10/4/79, p. 28-29).

A definição pela continuidade da greve foi confirmada pela maciça votação dos professores que não só levantavam os braços na hora de expressar seu voto como gritavam as palavras “greve” e “união” várias vezes, aplaudindo pela decisão tomada, conforme reportagem do CP (10/4/79, p. 4). Além disso, o periódico incluiu detalhes das falas de vários professores, o que demonstrou a importância dada ao evento: uma professora acentuou que a época de considerar o professor um sacerdote passou, “porque até os religiosos têm casa e comida seguras, além da possibilidade de promoverem seu aprimoramento cultural”.

Na segunda parte desta assembleia, após a entrega das decisões ao Governo do Estado, a dirigente da entidade, Zilah Totta, se posicionou em relação à ruptura das negociações: “era uma atitude constrangedora, mas que as ameaças não eram temidas pelo magistério. Pediu serenidade, bom senso e equilíbrio na hora das decisões” (CP, 10/4/79, p. 4). O governo, por sua vez, ao deixar claro que o diálogo apenas retornaria a partir do momento em que os professores retornassem às aulas, obrigou os docentes a novas formas de pressão para as negociações avançarem. A partir daí, Amaral buscou endurecer a relação com o movimento, o qual crescia, mais uma vez, em participação nas reuniões e nas adesões em cada escola. Reuniões regionais mantiveram o movimento em várias partes do estado nos dias seguintes, apesar do registro de recuos pontuais em cidades como Santa Cruz, Bagé e Erechim, segundo ZH na edição de 11/4.

Nos dias seguintes, a pressão do Legislativo, de maioria oposicionista, e a mediação do Cardeal Dom Vicente Scherer,⁵⁵ pedida pelos dirigentes da greve, contribuíram na quebra

⁵⁵ Alfredo Vicente Scherer nasceu em Bom Princípio, município de São Sebastião do Caí (RS), em 5 de fevereiro de 1903. Aos 11 anos ingressou no Seminário Provincial de São Leopoldo (RS), onde concluiu o curso secundário e iniciou seus estudos teológicos, concluídos com doutoramento em Roma. Já no Brasil, em janeiro de 1928, foi nomeado secretário particular do arcebispo de Porto Alegre, dom João Becker. Chegou a participar da Revolução de Outubro de 1930, e, mais tarde, foi nomeado em junho de 1946 bispo-auxiliar da arquidiocese de Porto Alegre. Com a morte de dom João Becker em 1946, foi nomeado pelo papa Pio XII arcebispo de Porto Alegre ficando nesta posição até 1981. Faleceu em 9 de março de 1996, de insuficiência respiratória, na capital gaúcha. Seu corpo foi enterrado na nave lateral da Catedral Metropolitana de Porto Alegre. Dados biográficos disponíveis em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alfredo-vicente-scherer>>, acesso em 22/12/2016.

das intenções governistas de congelar o movimento e assim houve encaminhamento de novas negociações. A tática de procurar a mediação do Cardeal é explicada assim por Zaneti:

Ocorre que o Amaral de Souza se negou a falar conosco e ficamos 13 dias em greve sem este contato com o governador na greve de 1979. E foi daí que tivemos um lampejo: como o Governo não queria falar conosco, nós fomos ao D. Vicente Scherer e fizemos uma espécie de armistício na Páscoa e construímos com ele, que tinha toda uma ascendência sobre o Governador, e por aí viabilizamos também uma solução (ZANETI, Hermes. *Depoimento*: maio/2012).

A mediação do Cardeal foi determinante no movimento e, apesar do governador argumentar sobre seus limites financeiros, o fator mais significativo era o crescimento da greve e sua adesão massiva, o que levou a uma solução positiva.⁵⁶ Pode também ser incluído aqui o lastro de solidariedade social obtido e vale destacar o manifesto de apoio ao movimento assinado por cerca de vinte e oito entidades sindicais de categorias diversas como médicos, propagandistas, bancários, trabalhadores do vestuário, arquitetos, conferentes, trabalhadores da indústria de energia, docentes da UFRGS, trabalhadores das empresas de radiodifusão e televisão, sociólogos, advogados trabalhistas, assistentes sociais, entre outros.

Ainda, artistas e escritores do Rio Grande do Sul lançaram semelhante nota: “Confiamos na promessa de abertura democrática, quando greves representam um justo instrumento em defesa de melhores salários de uma classe sabidamente sacrificada pela inflação incontrolada pelo próprio governo”. Assinaram tal conteúdo Dionélio Machado, Carlos Nejar, Moacir Scliar, Mário Quintana, Josué Guimarães, Zorávia Betiol, Vasco Prado,

⁵⁶ O Cardeal Scherer, apesar de sua significativa mediação na greve docente em 1979, nem sempre esteve inequivocamente ao lado de movimentos sociais e sindicais. Carla Rodeghero *et al*, em estudo sobre a luta pela anistia ao final da década de 1970, comenta que apesar do pronunciamento feito por Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, que pedia anistia generosa para os presos políticos e mesmo das palavras do Papa Paulo VI, que havia feito um apelo ao posicionamento cristão pela justiça e pela liberdade, a tentativa de obter apoio do Cardeal Dom Vicente Scherer para o movimento, por parte do MFPA (Movimento Feminino pela Anistia) não teve uma acolhida plena: “(...) as mulheres solicitaram a celebração de uma missa pela pacificação da família brasileira, mas não receberam de Dom Vicente Scherer o apoio esperado. O Cardeal disse que precisava analisar o Manifesto e as consequências de sua participação em uma atividade de caráter político. Disse, também, que era preciso ter mais clareza sobre como caracterizar os presos políticos, distinguindo aqueles que estavam presos ‘por não concordar[em] com um determinado sistema daqueles que estariam implicados pelo Código Penal’”. Para a autora, neste episódio, Scherer teve uma postura ambígua, somada aos constantes posicionamentos anticomunistas evidentes desde o Governo Brizola na década anterior (2011, p. 37-40). No terceiro capítulo desta tese também é demonstrado como Scherer se posicionou contrário à greve docente em 1987.

Francisco Stockinger, Tânia Faillace, Bruno Kieffer e Deonísio da Silva. Tais iniciativas buscavam também apelar à abertura do diálogo e solução do impasse (CP, 13/4/79, p. 28).

Figura 6: Caricaturado como criança, Amaral de Souza dialoga com professora grevista



Fonte: Folha da Manhã, 12/4/79, p. 2

Assim, a partir do clima pascoalino e de todos estes elementos, a capa de ZH no dia 13 de abril já anunciava como manchete em letras maiúsculas que “GOVERNO REATA O DIÁLOGO COM OS PROFESSORES”, o que incluía novo encontro entre as partes. Tal situação ocorreu de forma semi-secreta em residência de algum membro do Comando. Ali, as lideranças grevistas e o Secretário de Educação fizeram contato informal após mediação do Cardeal, costurando uma proposta visando o fechamento da mobilização. Este estilo de

negociação é reconhecida por Zaneti como legítima e válida em função dos resultados, pois “nunca deixei de ir a lugar algum, conversar com quem quer que fosse em função do objetivo que se tinha e é inegável que sempre alcançamos os nossos objetivos nas greves” (ZANETI, Hermes. *Depoimento*: maio/2012). Por parte de D. Vicente, o Cardeal declarou sua alegria com a situação:

O que eu vim fazer aqui foi o seguinte: atendendo a um pedido, a um apelo do comando de greve, vim aqui para conversar com o Governador, para ver se havia a possibilidade de reiniciar as conversações para achar uma solução conciliatória para este impasse que se criou. A resposta que posso dar a vocês é que julgo cumprida a minha missão e cumprida com resultado feliz (CP, 13/4/79, p. 28).

Feliz com sua “missão”, Scherer ainda disse que o “governo não modificou, mas tudo depende deste encontro”. Esse acabou ocorrendo e na segunda feira, dia 16/4, a capa de ZH já anunciava que MAGISTÉRIO VOTA NOVA PROPOSTA EM ASSEMBLEIA GERAL, enquanto o Comando já indicava o limite das possibilidades do movimento: “Conseguiu-se o máximo em termos de negociação. (...) Essa proposta é o resultado do esforço do Governo em atender aquilo que melhor se poderia buscar” (ZH, 16/4/79, p. 22).

Tal proposta, explicada na mesma página do periódico, incluía avanços importantes: “4 mil cruzeiros de piso, menor salário, incidindo vantagens. Para os salários maiores: 70% (40% já concedido, 15% em junho, 15% em dezembro), nomear 2 mil professores por mês e nenhuma punição administrativa aos grevistas”. No dia seguinte, a assembleia ocorreu desta vez no ginásio Gigantinho, parte do *Sport Club Internacional*, um espaço que permite a presença de mais de vinte mil pessoas em suas arquibancadas e na quadra de futsal. Ali, mais de dez mil professores e professoras aceitaram a proposta acordada entre as partes e encerraram o movimento. Esta ampla aceitação na assembleia foi referendada também por dezessete oradores inscritos para usar a palavra na reunião (CP, 18/4/79, p. 34) e assim foi registrada em reportagem do periódico docente: “Em bandos alegres eles foram chegando. As faixas e os cartazes antecipam o resultado da assembleia (...). Com o mesmo entusiasmo com que votaram pela paralisação, levantaram-na”. Ainda, o texto destacou um desabafo de um professor: “Provamos que não somos mais um rebanho de ovelhas, prontas para serem

tosquiadas, a qualquer momento” (Magister nº 61: abril/79, p. 9). Ao fim do resultado na assembleia, o presidente Hermes Zaneti assim se expressou na imprensa:

Hoje, mais do que nunca, precisamos estar cada vez mais unidos, porque estamos dando os primeiros passos de uma luta que está apenas no início. Mas a grande lição de conscientização e união tivemos durante todos estes dias de greve, que culminaram com a decisão tomada neste momento pelo magistério gaúcho (ZH, 18/4/79, p. 30).

O clima de fim de greve foi vitorioso: passeatas e festas se registraram no interior do estado, pois de forma objetiva a proposta final do governo se aproximou da pedida inicial dos docentes. Segundo Pacheco, a categoria conquistava naquele momento um ganho salarial, além de “avanços na situação funcional e acentuado crescimento da sua organização e mobilização, à semelhança do que ocorria com outras categorias mobilizadas no resto do país” (1993, p. 93). A avaliação no jornal do CPERS também evidencia a ideia de conquista durante e após o movimento daquele ano, especialmente no aspecto de autoestima. Segundo editorial sobre a greve, os professores se encontraram consigo mesmo a partir da demonstração de uma “maturidade dos injustiçados e oprimidos, os professores descobriram, juntos, a sua hora e a sua vez”. A greve, assim, representou o resgate do orgulho profissional e “o respeito por seu trabalho, por seus alunos, por si mesmos”. Na perspectiva docente, a publicização da situação material da coletividade fez que muitos passassem a pensar, afinal, sobre como vivem os professores (Magister, nº 61: abril/79, p. 2).

Para Zaneti, em depoimento ao autor, o evento grevista docente de 1979 foi mais significativo se comparado às greves operárias em São Paulo no mesmo período: “(...) o nosso mérito é superior ao mérito do movimento ocorrido no ABC”. Segundo o professor, o vínculo privado e celetista entre patrão e empregado é diferente do vínculo de um servidor estatal, “pois ele faz parte do Estado, em algum sentido ele se rebela contra si mesmo, enquanto instituição”. Por ter sido um evento ocorrido no Rio Grande do Sul, sua repercussão foi menor: “(...) se fosse em São Paulo, a visibilidade teria sido outra e a dimensão histórica do nosso movimento também teria sido outra. Estou convencido disso” (ZANETI, Hermes. *Depoimento*: maio/2012).

Em avaliação no Magister logo após o fim da greve, a direção do CPERS valorizou a greve realizada em tempos de proibição das mesmas: “Existem leis que tentam impedir o

efeito das greves, mas não tratam das causas, deixando a possibilidade permanente de eclosão dos problemas sociais”. Segundo os dirigentes, sendo a paralisação das atividades o único meio que dispõe o trabalhador, após esgotados outros recursos, esta também deve ser usada moderadamente, “sob pena de comprometer o futuro do próprio equilíbrio social, que visa defender”. As posições daquela gestão, assim, não devem ser localizadas numa posição de combate radical ao regime ou ao governo, mas de defesa da pauta específica da coletividade que representa. Ainda, a manchete deste texto avaliativo destacado, em letras maiúsculas, afirmou que “O fim da greve marca o início de uma longa jornada”, uma perspectiva futurista confirmada de forma impressionante (Magister nº 61: abril/79, p. 11).

Na avaliação do Executivo, por sua vez, a ideia de conciliação ficou evidente nas palavras do Secretário da Educação, Leônidas Ribas, ao destacar a vitória de ambos os lados ao fim do movimento, garantindo que todos saíam engrandecidos daquela crise: “A concretização desta meta é de todo satisfatória, especialmente para o governo, que pretende ver fortalecida sua prioridade maior, que é exatamente a melhoria da qualidade do ensino”. Tal expectativa de harmonia entre as partes era apenas uma ilusão temporária naquele momento (CP, 18/4/79, p. 34). As jornadas de luta dos docentes somadas a outros movimentos como bancários e metalúrgicos constituíram importante momento da retomada da luta social no estado, representando uma ruptura com o imobilismo grevista determinado pelos anos de repressão (Maestri, 2010, p. 392). Assim, as dificuldades na qualidade de vida dos trabalhadores, as perdas e o achatamento salarial, impediam a consolidação da ideia de conciliação ou harmonia, sugerida pelo Executivo. Isso não se desenvolvia de forma significativa na vida real.

Ao final do processo daquele ano, além da vitória da greve, no sentido econômico e anímico, o apoio popular, vindo de várias posições políticas, também ficou evidente, por exemplo, nas páginas dos leitores nos periódicos, geralmente constituída de cartas escolhidas pela redação e ali registradas. Neste espaço foram registradas inúmeras manifestações de apoio, de variadas formas, e vale destacar, entre tantas, esta carta enviada após a assembleia de 17 de abril:

Como mãe, sinto-me no dever de traduzir (...) o apoio de todos os pais de seus alunos. Com a volta hoje, às aulas, uma certeza deverá voltar junto: a

certeza da conquista de um lugar que há muito esperava por vocês, um lugar de respeito por si próprios, do apoio de uma classe a cada um de seus membros. (...) Com o término da greve não acaba o movimento empreendido. Este deverá ter continuidade sempre protegendo o magistério tão bem representado na pessoa de seu presidente. (...) No total apoio que tiveram de alunos e pais, fique a garantia de uma irrestrita admiração. (...). Gilda Haubert, da capital (CP, 20/4/79, p. 4).

Como sugeriu a senhora Gilda e também previu o presidente do CPERS, ao final da reunião estadual em 17 de abril, era apenas o início de uma caminhada de mobilizações que atravessaram toda a década seguinte.

2.2 As posições do Governo Estadual e o debate legislativo

Em 1979, estavam representados na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul os partidos ARENA e MDB, únicas legendas autorizadas no país. Cabe salientar que os deputados emedebistas eram maioria na Casa. Durante o movimento grevista docente, em geral, os deputados da ARENA tinham críticas às movimentações enquanto o MDB, oposição ao governador, externava seu pleno apoio. Semanas antes da greve de 1979, já se registraram discursos de legisladores sobre o tema. O futuro Secretário da Educação também era deputado e professor estadual. Leônidas Ribas (ARENA), em discurso, se preparava para exercer o cargo no Executivo:

(...) como é prioritária a área social, S. Ex.^a o Sr. Amaral de Souza já nos determinou que realizássemos um estudo profundo, para que se resolvesse a situação do magistério do Rio Grande do Sul (...). (...) conclamamos os representantes do povo do Rio Grande, para que possamos, não a médio, mas a curto prazo, encontrarmos uma solução para os agentes da educação, já que melhor incentivados, com mais tranquilidade, até mesmo para a própria família, possa através de uma assistência efetiva ao educando, ministrarem suas aulas, dando condições às crianças de serem receptíveis a estes ensinamentos e, como meta básica e fundamental, melhorarmos a qualidade do ensino (...) para que no futuro, dentro de um espírito preparado intelectualmente e numa instituição que permita a manifestação dos nossos anseios democráticos, levem o nosso país ao verdadeiro lugar que lhe está reservado (Comunicação: 10^a Sessão, 14/3/79).

A posição defendida pela bancada da ARENA, inicialmente, foi pela busca de uma solução negociada reconhecendo as dificuldades da categoria. Esperavam os arenistas que a categoria mantivesse seu tradicional método que não incluía movimentação grevista para

conquistar suas reivindicações. Por sua vez, a bancada do MDB trazia o cenário nacional para o debate local e era contundente em suas críticas:

É preciso pensar que as ramificações, que os tentáculos do arbítrio dos regimes ditatoriais atingem todos os setores da vida pública brasileira e atinge, principalmente, o setor da educação. (...) nos regimes obscurantistas, nos regimes de ditadura, naqueles regimes em que não há liberdade, em que há opressão, justamente a classe dos professores é sempre a mais atingida. Basta lembrar que, na Alemanha de Hitler, mais de 50 mil professores foram banidos de seus cargos (...). (...) o Ministério do trabalho (...) fez uma advertência séria à greve de professores que se realiza no RJ, atualmente alertando as autoridades estaduais e municipais para a grave ameaça que representa à segurança nacional, determinando a proibição desta greve e a advertência aos dirigentes sindicais acaso envolvidos que estão sujeitos a penas de advertência ou perda de mandato, conforme a Lei. Mas pergunto: como os professores podem exigir os seus direitos, como os professores podem lutar pela salvação, pelo reerguimento da educação neste país se lhes é vedado, se lhes é coibido o direito de greve, se lhes é vedado o direito de reivindicar? (...) Mais de 50 mil professores sofrem hoje problemas dos mais graves (...) vivem hoje com um salário que é três vezes menor do que aquele que tinham antes de 1964” (Comunicação do dep. José Alberto Fogaça, MDB: 10ª Sessão, 14/3/79).

A bancada emedebista tinha uma perspectiva de cobrança incisiva ante o governo eleito de forma indireta, no espírito do regime civil-militar. Especialmente eram lembradas as promessas não cumpridas pelo Governador Sinval Guazzelli, o qual encerrava sua gestão naquele dia, podendo haver uma inusitada greve docente logo na sequência: “Se isso vier a ocorrer, que ninguém diga que é subversão, porque os professores estão cansados de ouvir promessas que nunca são cumpridas” (Comunicação dep. Romildo Bolzan, MDB: 10ª Sessão, 14/3/79).

Nas atas legislativas aqui analisadas também se observa o registro de documentos originados do sindicato e também a visão do Executivo Estadual e suas declarações oficiais. Além da posição dos legisladores, tais registros se colocam como fontes de interesse visando compreender a contradição das posições entre os educadores e o governo, além de seus portavozes. Nas vésperas da greve, os deputados da situação apostavam nas tratativas entre sindicato e governo e na formação de uma comissão de negociação, evitando chocar-se contra a possibilidade da mobilização: “(...) há determinação do Governo Amaral de Souza em manter um diálogo permanente com o Magistério e todas as forças vivas do Rio Grande do Sul” (Comunicação dep. Firmino Girardello, ARENA: 19ª Sessão, 28/3/79). Apesar dos

supostos esforços, a greve dos educadores foi definida no Clube Caixeiros Viajantes, como já narrado anteriormente. A partir disso, tal fato direcionou os debates entre as bancadas, como se percebe nos discursos registrados:

A legitimidade da greve dos professores gaúchos é incontestável. Esgotaram a paciência, sustentando, durante todos estes anos, o arrocho salarial que atinge toda a sociedade brasileira. Aliás o governo e seus representantes têm dito que não há dinheiro para pagar o aumento. Ora, essa é uma desculpa esfarrapada, pois sabemos que dinheiro existe, basta apenas o Governo entender que a educação é prioritária (Comunicação dep. Antenor Ferrari, MDB: 23ª Sessão, 3/4/79).

As Delegacias de Educação e direções de escolas deste Estado estão pressionando os professores para que não adiram à greve, cortando o ponto desses professores. Sugiro o cumprimento das promessas feitas pelo governo – e por escrito – como única solução! Essa é a verdade! (Comunicação dep. Romildo Bolzan, MDB: 23ª Sessão, 3/4/79).

Ao lado do apoio emedebista, os representantes arenistas no legislativo utilizaram nesta sessão a própria existência do movimento como exemplo da liberdade de articulação sindical e da abertura política existente no país, segundo eles:

(...) o enfoque que deve ser dado é que estamos em plena abertura democrática e as greves são permitidas. (...) 54% da Folha de pagamentos é para o professorado e ainda se diz que não se dá prioridade à educação (...). (...) o Governo Amaral de Souza só dará o aumento no momento em que possa, efetivamente, pagá-lo. Não podemos voltar ao passado, em que os professores recebiam 2 vezes ao ano e no restante passavam a fazer vales nos armazéns e nas casas que os forneciam (...). Como pode o Governador Amaral de Souza afastar-se do Rio Grande do Sul para buscar recursos na área federal se os professores se declaram em greve? Exatamente o movimento grevista dificultará, sem dúvida, tanto a busca de recursos como, e principalmente, as outras medidas destinadas a beneficiar o professorado (...). Não somos contra a greve, de forma alguma, é a forma de reivindicar melhorias que caracteriza as democracias (Comunicação dep. Firmino Girardello, ARENA: 23ª Sessão, 3/4/79).

O debate nas vésperas da greve tomou conta do plenário e das intervenções dos deputados. José Fogaça (MDB) chegou a utilizar gravador com som da assembleia docente o que causou debate regimental por colocar recurso de voz estranho aos representantes da Casa. Mais adiante, especificamente no período da greve, as atenções se voltaram ao desenrolar e aos movimentos tanto do Executivo como dos trabalhadores. Em 4 de abril, o líder do governo, deputado Girardello, apresentou a proposta de Amaral de Souza como “o

que o governo pode oferecer e demonstra a sua preocupação em manter o diálogo, em um clima que corresponda ao alto nível da educação ministrada em nosso Estado” (24ª Sessão, 4/4/79). A partir do momento no qual a categoria não aceitou a proposta acima descrita pelo deputado situacionista, merece destaque a posição arenista sobre a legalidade da greve, debate prioritário para esta bancada:

Não é verdade que os deputados da Arena dizem que o movimento é legal, quando a Constituição diz, claramente, que os serviços essenciais - e educação se conceitua entre este princípio - não é legal. O movimento grevista não é legal, embora legítimo (Aparte do dep. Geraldo Germano, ARENA: 24ª Sessão, 4/4/79).

Observa-se a contradição entre legitimidade - não questionada - e a ilegalidade do movimento, sempre reforçada pelo discurso arenista e do governo. O debate da legalidade da greve seguiu até o final da mesma. Comparativamente, se recuarmos às ações das multidões plebeias estudadas por Thompson, o autor recorda que as ações populares tinham em geral uma noção legitimadora, pois “os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade”. Tal sentimento extrapolava o limite do coletivo atuante e o consenso chegava a ser tão forte ao ponto de “passar por cima das causas do medo ou da deferência” (2015, p. 152). As perdas materiais dos educadores representam este costume tradicional e o achatamento do status docente, naquele momento, atraía forte legitimidade ao redor do movimento em sua defesa.

Neste sentido, é significativo registrar o conjunto dos argumentos dos envolvidos no debate, pois estes refletem, ao menos em parte, a discussão que também permeava a sociedade sobre o tema:

De fato, pelos oradores que me antecederam foi citado, aqui, o artigo 162 da Constituição que diz: (lê) “Não será permitida a greve nos serviços públicos e atividades essenciais definidas em lei”. Depois foi dito que, a partir daí, as atividades essenciais haviam sido fixadas em Decreto Lei, desqualificando, talvez a inserção do magistério nestas atividades essenciais. (...) É um Decreto-Lei, por isso foi arguida, talvez a ilegalidade, pelo fato de inserirmos a greve do magistério na lei que proíbe greves. Mas, é exatamente neste ponto que faltou o esclarecimento que estou trazendo a tribuna. É que o Plano de Carreira do Magistério e o Estatuto do Funcionário Público, estes, sim são leis; estes foram votados aqui. E o que diz o Plano de Carreira do Magistério no seu Artigo 126? “Aplicam-se, no que couber ao pessoal do

Magistério Público Estadual, as disposições do Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado relativas a proibições, responsabilidades e penalidades”. Vamos agora ao que diz o Estatuto do Funcionário Público no seu Artigo 203. (...) “É ainda proibido ao funcionário (...) incitar greves ou a elas aderir ou praticar atos de sabotagem contra o regime ou o serviço público” (Comunicação dep. Firmino Girardello, ARENA: 26ª Sessão, 6/4/79).

Os argumentos do líder da bancada da ARENA não eram desprezíveis, pois as leis antigreve não eram fruto apenas de decretos do regime civil-militar no poder. Estas vinham do período anterior ou tiveram aprovação por parte de deputados, eleitos diretamente, ou seja, a visão criminalizante ante os movimentos grevistas não era restrita apenas aos mentores daquele regime. Depois de tal exposição, como era praxe dos deputados arenistas, foi pedido o registro de nota oficial do governador. Inicialmente, o Executivo dizia ter buscado a harmonia: “A comunidade rio-grandense é testemunha de que o Governo tudo fez para encontrar uma solução harmoniosa, capaz de ir ao encontro das reivindicações do Magistério Público”. Não conseguindo, ressaltou o governador que sua missão era manter a ordem: “Estendeu as mãos, num gesto de conciliação, e não foi correspondido. É dever do governo garantir a ordem, assegurar a tranquilidade social e manter o normal funcionamento dos serviços públicos”.

Referendando a nota de seu governo, o deputado deixou claro os investimentos que não seriam feitos com o aumento dos 15% colocados pelo governo no salário docente - parte da proposta que chegava a 55% de reajuste - e que muitos ficariam sem empregos, pois não haveria obras em estradas, eletrificação e infraestrutura. Lembrou ainda do ponto facultativo decretado pelo governador, o que demonstrava, segundo o deputado, a inexistência de pressões sobre o movimento, apesar da reafirmação dos itens legais.

O governo também constantemente apelou à ilegalidade nos espaços que tinha para disputar com o movimento grevista. Logo no dia da assembleia disparou tal questão: “A legislação atual impede a sindicalização dos funcionários públicos, e só podem entrar em greve as entidades sindicalizadas”. Tal declaração partiu do Secretário de Educação Leônidas Ribas, mas como uma posição do Executivo. Na mesma linha foi a resposta do Secretário da Administração, Olímpio Tabajara, ao ser indagado sobre qual seria o impacto político que causaria uma possível greve de professores: “o primeiro aspecto a ser examinado nesse caso

é sobre a legalidade ou não dessa greve” (ZH, 3/4/79, p. 25). O governador se posicionou, em nova nota, a partir de um conteúdo dialógico para a comunidade e docentes. Inicialmente, se colocou como identificado com as aspirações dos professores reafirmando que está identificado “com os anseios do funcionalismo (...). Mais ainda, quando estão em jogo os interesses de uma classe - a do magistério - à qual pertencemos, eu e minha mulher (...)”.

Na sequência, assumiu a posição de governador e administrador de importante déficit econômico: “(...) não posso perder de vista os graves problemas financeiros enfrentados por um Estado (...) acumulando no ano de 1979 um déficit de 6 bilhões e 900 milhões de cruzeiros num orçamento real de 23 bilhões”. Ao elogiar a proposta construída para os docentes, mesmo longe das promessas de 1978, Amaral de Souza concluiu que

(...) o Governo e particularmente o Governador, consciente do valor cívico do professorado, de sua inestimável obra de construção e preservação dos melhores valores de nossa comunidade, se empenhou em atender nos limites máximos das possibilidades financeiras do Rio Grande, as postulações apresentadas, embora tal medida aumente o déficit orçamentário previsto (ZH, 5/4/79, p. 27).

O discurso governista radicalizou-se e rompeu as negociações quando a categoria rejeitou a segunda proposta, momento no qual o Secretário de Educação exigiu a retomada das aulas imediatamente, sob a ameaça de “medidas legais cabíveis”. Em nota, comunicou ao “magistério estadual e ao povo em geral”:

1º) Que nunca pôs em dúvida a justiça da reivindicação de melhor remuneração para a operosa classe do magistério; 2º) (...) embora discordando dos caminhos escolhidos, que lançaram na ilegalidade grande número de professores que nem tiveram como se manifestar, procurou por todos os meios encontrar solução compatível com as finanças estaduais; 3º) Que as soluções a que o Governo se dispôs, em homenagem a nobre classe do magistério, examinadas em conjunto, permanentemente com as lideranças da classe, representariam o extremo limite de sacrifício das finanças estaduais, com comprometimento substancial do programa de investimentos em obras do Estado; 4º) Que, contrastando com a disposição conciliatória do Governo, que sugeriu várias fórmulas para o diálogo, a assembleia convocada pelo Centro dos Professores Gaúchos rejeitou reiteradamente todas as propostas; 5º) (...) vem agora o Centro de professores apresentar uma nova contraproposta, em níveis salariais superiores a sua própria reivindicação anteriormente formulada ao Governo; 6º) (...) em vista da situação criada, decide suspender toda e qualquer negociação enquanto o magistério público estadual não retornar as suas

atividades normais; 7º) Que só dentro de novo contexto de harmonia, ordem e compreensão normais, dispõe-se o Governo a reexaminar o problema (ZH, 10/4/79, p. 28-29).

Ao concluir o texto, o governo retomava a necessidade da legalidade e o seu papel de defensor dos jovens e da comunidade: “(...) em nome dos interesses da família, do jovem, da criança, de toda a comunidade (...) determina o imediato retorno à normalidade das atividades escolares, (...) no estrito cumprimento da lei”. Na sequência, na noite de 10 de abril, o governador esteve em comunicado na TV e rádio, utilizando mais um recurso massivo de mídia para chegar diretamente à sociedade. Ali desenvolveu as principais ideias presentes na nota acima destacada e esclareceu sua posição no impasse com os educadores. Ao mesmo tempo, se colocou ao lado de supostos professores silenciados pelos participantes das assembleias e como representante da legalidade, da ordem e dos interesses coletivos. Tal tentativa de ilegalização não surtiu efeito esperado e a adesão à greve de 1979 tendeu a crescer, como já analisado.

Ao mesmo tempo, em vários momentos, o governo se colocou na obrigação de compreender a legitimidade do movimento, algo paradoxal com a ilegalidade, mas presente também de forma dicotômica do discurso oficial. Percebe-se que a força do movimento dava a este a legitimidade necessária, o que superava os fatores de ilegalidade, especialmente considerando o refluxo do regime civil-militar e as dificuldades de governar como antes para a ordem autoritária. Assim, os discursos do Secretário da Educação, por exemplo, portaram certa contradição em momentos nos quais ele afirmou que “(...) é claro que sabemos que a greve é ilegal, mas ela é legítima pelos seus objetivos, que é dar melhores condições de vida para os professores (...)”. Paradoxalmente, na mesma declaração ele diz o oposto: “se a greve, pela atual legislação é ilegal, então é ilegítima, pois o que é ilegal, é ilegítimo” (ZH, 4/4/79, p. 30). Tal posição dúbia também se refletiu nos debates legislativos, reflexo e ator na construção de políticas sobre o movimento grevista. Nestes debates, aliás, outro aspecto significativo no contraditório entre as bancadas era a vinculação mais ampla - feita pela oposição emedebista - do contexto da greve local com a realidade nacional e, em especial, com o regime autoritário ainda vigente:

Não são os Srs. Deputados da ARENA mesmos que vêm, diária e constantemente a esta tribuna afirmar categoricamente as virtudes revolucionárias, a criação de riqueza neste País? Onde estão as riquezas? No bolso de quem? Dos professores? Não! Agora, quem está errado e quem está certo? (Comunicação dep. Romildo Bolzan, MDB: 28ª Sessão, 10/4/79).

A dureza por parte do governo em exigir o retorno às aulas para ocorrerem negociações também apareceu nos discursos da situação na Casa. Os deputados da ARENA se apressaram a apoiar a proposta de Amaral reforçando o discurso da ilegalidade:

(...) se acusa o Secretário de Educação de haver radicalizado sua posição. De forma alguma! Voltem os professores às aulas, e o Governo mandará para cá a mensagem, dando remuneração que pode ser dada: quatro mil cruzeiros de piso salarial e cinquenta e cinco por cento para todos aqueles que não forem contemplados por esse piso salarial. Para nós, Governo, não devemos negociar com quem está na ilegalidade. E os professores, enquanto em greve, estão na ilegalidade, e o Governo não pode negociar, contestando a ilegalidade (Comunicação de líder do dep. Firmino Girardello, ARENA: 28ª Sessão, 10/4/79).

Considerando tal impasse, na 30ª Sessão, em 11/4, foi sugerida pela bancada do MDB na forma de requerimento, uma Comissão de Representação para auxiliar nas negociações entre as partes “com vistas a possibilitar uma solução alta, honrosa, à altura das tradições democráticas da nossa gente”. Tal proposta foi aprovada sem os votos da ARENA, mas contribuiria no desfecho do movimento, somada à iniciativa da cúpula da Igreja Católica, vizinha, aliás, ao Palácio Piratini. O fim da primeira greve da educação em termos estaduais durante o regime civil-militar se deu com a conquista geral das reivindicações, apesar do prazo quanto à integralização da porcentagem de reajuste, o qual subiu dos 55%, inicialmente propostos, para 70%. Na Assembleia Legislativa, tal encerramento do movimento teve diferentes conclusões. Para o MDB fora uma vitória da categoria contra o governo e seu não cumprimento de acordos:

A greve do magistério gaúcho chegou ao fim. Vitória do professor; vitória da comunidade; vitória da educação; vitória da unidade, da honra, da dignidade profissional de uma classe, o professor. (...) Quero, ainda, registrar o apoio que a classe recebeu de toda a comunidade gaúcha e de todos os integrantes desta Casa que entenderam justas e legais as reivindicações do magistério e, apenas, lamentar que alguns quiseram imiscuir, dentro de um processo de greve honesto e legítimo, a palavra ilegal, a palavra subversão. (...) (Depoimento dep. Romildo Bolzan, MDB: 32ª Sessão, 17/4/79).

Na visão da bancada arenista, o Executivo havia concedido o máximo dentro dos seus limites orçamentários. Contrariando a dura realidade de dias anteriores, reiterou nunca ter se negado ao diálogo:

Superado o impasse, a greve deflagrada pelo professorado gaúcho dia 5 de abril chegou hoje ao seu final. Com a intermediação de (...) Dom Vicente Scherer, após a manifestação desta casa quanto aos justos anseios do magistério público estadual que estava a reivindicar um melhor tratamento salarial, muito embora as notórias dificuldades do erário em atender tal reclamo, felizmente chegou-se a um final feliz (...). A proposta conciliatória que uniu as partes interessadas na assembleia de ontem (...) coroamento de um diálogo que sempre existiu (*sic*) entre governo e magistério de nosso Estado, (...). O Governo sempre foi sensível ao reclamo da dedicada classe dos professores cujas fileiras integrei até assumir o meu mandato (...) (Depoimento do dep. Geraldo Germano, ARENA: 32ª Sessão, 17/4/79).

Apesar da sensibilidade arenista, o ano seguinte assistiria nova greve docente que mexeu na conjuntura política estadual. Os discursos legislativos representavam as posições de cada bancada naquele momento da realidade e a disputa objetiva que estava colocada: os movimentos grevistas eram um dado no tabuleiro utilizado pela oposição, entre outros, para enfraquecer o regime civil-militar. Em nenhum momento se tratou de uma discussão de princípios, pois o arcabouço antigreve não foi construído apenas pelos militares e por seu regime. A história desta e das futuras greves docentes duramente mostrou com o passar dos anos justamente isso: ser situação ou oposição muitas vezes influenciou o discurso de apoio ou de crítica aos movimentos grevistas de determinado momento, algo bem mais forte do que uma suposta coerência. Neste cenário, a ilegalidade e a legitimidade se equilibravam no debate de interesse político-partidário.

2.3 A segunda greve e o Acordo/80

O ano de 1979 se encerrou como um ano de greves, mobilizações e conflitos. Houve repressão em boa parte do país e no Rio Grande do Sul: como analisa Dienstmann, entre agosto e setembro daquele ano, 45 greves e 19 manifestações políticas de rua foram registradas no estado. Tal agitação reduziu sua intensidade nos meses seguintes (2016, p. 332-338). Quanto aos educadores, dezoito meses depois da greve de abril de 1979 houve o

seu segundo movimento paredista e neste, em hipótese, como parte de um processo maior de lutas e enfrentamentos de vários grupos sociais e profissionais, foi percebida uma ampliação da politização, das atitudes participativas dos grevistas e de suas ações.

No contexto nacional, ainda a democratização navegava de forma incerta, o que projetava também as dificuldades de negociação com o Governador do Estado. No campo político, no início da década de 1980, muito ainda estava por ser conquistado para que o país se encaminhasse realmente a uma abertura ampliada:

As greves e a movimentação no campo colocavam em xeque o modelo econômico conservador, implementado a partir de 1964, as políticas salariais e o arrocho que vinham sendo impostos aos trabalhadores e a setores das classes médias, o processo de concentração da terra e de expulsão dos trabalhadores não adaptados ao novo tipo de agricultura apoiado pelo governo. Refletiam também a crise econômica que o país enfrentava, com alto endividamento externo, queda no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e crescimento vertiginoso da inflação. (...) (Rodeghero, 2007, p. 112).

Segundo Rodeghero, o início dos anos 1980 viu a intensificação das lutas sociais, da política partidária e mesmo dos arranjos costurados por setores das elites visando tornar a transição à democracia o caminho mais indolor possível. “Esperanças e decepções acompanharam um número cada vez maior de pessoas que, na década de 80, passaram a se envolver em política e em movimentos sociais no Rio Grande do Sul” (p. 112). Este é o contexto da segunda greve docente. Desde o início daquele ano, aliás, os debates no Conselho de Representantes já apontavam a possibilidade de greve ou ao menos de mobilizações. As resoluções também iam neste sentido já no mês de março:

(...) 1) convocação de uma Assembleia Geral para o dia 22 de abril de 1980; 2) intensa mobilização da categoria em nível Estadual, Municipal e nas Escolas, onde os professores, trabalhando normalmente, farão reuniões para discutir os problemas da classe, buscando objetiva e concretamente aperfeiçoar suas formas de organização, preparando um maciço comparecimento à Assembleia Geral; 3) escolha de representantes do CPERS em municípios onde não haja núcleo ou representante; 4) audiência com a diretoria do CPERS com o Governo do Estado para negociações, até a data da Assembleia Geral, mantendo espírito de boa vontade e abertura através do diálogo; 5) amplo esclarecimento à opinião pública da real situação do Magistério no conjunto das demais categorias profissionais do funcionalismo público; 6) carta aberta aos Poderes constituídos e à Comunidade (Ata Conselho de Representantes nº 01/80).

Esta ideia de aperfeiçoamento nas formas de organização se desenrolou durante aquele ano e no dia do professor - em 15 de outubro⁵⁷ - o sentimento crítico do CPERS ficou evidente nas atividades da entidade noticiadas em ZH, por exemplo: “Desta vez, mais críticos, eles questionam o seu papel como agente formador, e propõem uma educação libertadora, seguindo os princípios de Paulo Freire (...)” (ZH,15/10/80, p. 31). Nesta mesma página, o CPERS divulgou nota paga sobre o dia do professor:

EM NOME DA DIGNIDADE - Aos professores. Hoje é o nosso dia. Mas a festa não é nossa. Dispensamos solenidades e homenagens formais. Não podemos permitir que se apossessem da nossa data. Queremos olhar nossos alunos bem de frente. A única manifestação que aceitamos é a do respeito. À Lei que nos ampara. Às causas que nos unem. À luta que nos incendeia a alma. À dignidade do cidadão que vive, pensa e age dentro de cada professor. Este dia, ao menos, é nosso.

Ainda em outubro, a segunda greve seria deflagrada em assembleia realizada em Porto Alegre no dia 20, quando foram definidos dois dias de paralisação (nos dias 30 e 31 daquele mês) e nova avaliação a ser feita ao final deste período. Cerca de dois mil professores no Auditório Araújo Vianna estiveram presentes, sob chuva, intempérie presente muitas vezes nas reuniões docentes, aliás. Tal decisão refletiu a negativa do Executivo em acenar com reajuste ainda no ano de 1980, além de não definir com clareza um índice, ao mesmo tempo em que anunciou genericamente questões referentes ao Plano de Carreira ou valorização dos professores em sala de aula, itens anunciados no dia do professor (ZH, 15/10/80, p. 30). Vale ressaltar que o ano de 1979 registrou um acúmulo inflacionário de 77%, enquanto o ano de 1980 acabaria em seus doze meses somando 110%: pela primeira vez, a inflação passaria a contar com três dígitos (Bulhões & Abreu, 1992, p. 21).

⁵⁷ “Originalmente concebida para que as pessoas expressassem a sua gratidão ao seu primeiro mestre, a comemoração do Dia do Professor evidenciava o predomínio de uma visão fortemente idealizada da docência que exaltava o sacrifício e a abnegação daqueles que a exerciam e eram relegados ao esquecimento a despeito da nobreza de sua missão e, com o passar do tempo, incorporou novos significados que se sobrepuseram ao inicial, mas sem anulá-lo. (...) a partir de meados dos anos 1950, começou a contar com protestos da categoria contra os baixos salários, de modo a evidenciar a importância da recompensa financeira da profissão” (Vicentini & Lugli, 2009, p. 172).

Na assembleia, foi registrada a presença expressiva dos professores do interior do estado, em maioria, segundo avaliação de ZH, a qual também descreveu com detalhes a reunião estadual:

Uma assembleia muito movimentada que além de músicas teve até uma representação teatral. Onde dois atores formavam o cenário de professor e governador. O primeiro, afobado em árdua tarefa de corrigir provas e mais provas aguardava ser recebido pelo segundo para pedir aumento. Ao defrontarem-se, empregado e patrão, o autoritário chefe negava-se terminantemente em conceder tal reivindicação. Sempre justificando a decisão de greve, os professores afirmavam estar cansados do mesmo tipo de solução, a volta para casa sem novidades, as idas e vindas do interior do Estado e os bancos vazios que aumentam, tal é o desgaste das assembleias (ZH, 21/10/80, p. 26).

Segundo registro no CP, a pauta reivindicatória econômica aprovada se baseava em postular “45,27% com retroatividade sobre 1º de outubro, e iniciar em janeiro uma campanha salarial de aumento de 100%” (CP, 21/10/80, p. 30). O movimento naquele ano iria bem mais além e seus resultados marcariam as lutas seguintes até 1987, ao menos. Assim, nos dias 30 e 31 de outubro, a paralisação pretendia pautar o governo quanto à “insatisfação da classe pelo não atendimento de suas solicitações, seja no que se refere à reposição de vencimentos seja sobre a equiparação salarial, que vem sendo buscada desde 1979” (CP, 21/10/80, p. 30). Os registros da imprensa demonstram uma forte paralisação ocorrida em várias regiões do Estado nestes dois dias, alicerçando as condições da greve que acabou se consolidando no sábado.⁵⁸

Segundo o CP, a adesão chegou a “mais de 90% dos estabelecimentos de ensino do Estado, sendo que a própria Secretaria de Educação reconhece que a quase totalidade dos colégios de Porto Alegre aderiu ao movimento” (CP, 31/10/80, p. 28). Chama atenção a participação de municípios que não haviam aderido à greve de 1979, além de ter ocorrido de forma espalhada pelo estado, com maior força nas cidades centrais. Assim, a preparação para a assembleia geral foi grande.

⁵⁸ A partir da lei 6672/74, em tese, estava assegurada ao professor um lugar no conjunto das profissões. Assim, surge a pauta propondo o Magistério equiparado com o pessoal de nível superior no âmbito Estadual. Este era o sentido da equiparação pretendida naquele movimento (Weber, 2003, p. 1143).

No dia 1º de novembro, reuniram-se cerca de 15 mil docentes lotando o ginásio Gigantinho, incluídos aí 40 ônibus do interior do estado. A reportagem sobre o evento no CP sugeriu a presença de inúmeros cartazes críticos ao governo e à situação da categoria profissional, além de destacar as propostas levadas ao debate no plenário (CP, 2/11/80, capa). O crescimento massivo da presença de professores na assembleia, reflexo do aumento numérico dos sócios do CPERS, foi uma marca, especialmente em reuniões decisivas como esta. Sentindo a força da articulação docente, o Executivo respondeu em matéria paga nas capas de todos os jornais no dia 3/11:

A greve e o incitamento à greve do magistério público estadual são ilegais, constituindo ao mesmo tempo falta funcional e crime previsto em lei; (...) O Governo somente considerará o pedido de audiência formulado pelo CPERGS (sic) após o término do movimento paredista. A democracia é o primado da lei. O Governo portanto agirá em estrito respeito à mesma. Nem governantes nem governados podem pretender impor seu arbítrio ao primado da ordem legal.

Aparentemente, o CPERS tentava colocar a greve de 1980 como uma paralisação e assim tentar evitar o enquadramento ilegal do movimento: mesmo o tradicional Comando de Greve foi denominado “Comando de Paralisação e Diálogo”. Isso não foi considerado pelo governo, o qual inicialmente exigia o retorno às aulas para negociação e arguia pela ilegalidade, sendo que ainda havia um dado novo: a greve ocorria ao final do ano letivo, colocando em risco as férias e o veraneio da comunidade a partir da recuperação dos dias sem aula. A adesão paredista em 1980, tendencialmente, foi superior à do ano anterior, algo demonstrado nos periódicos CP e ZH, os quais apresentaram panoramas neste sentido, pois se dedicaram a detalhar a situação do movimento em diversos municípios do interior do estado em inúmeras edições. Crônicas de cotidiano ali ficaram registradas, além de inúmeros acontecimentos vinculados à greve daquele ano. Abaixo, um exemplo na cidade de Carazinho:

Um fato interessante ocorreu por volta das 11h30min de ontem, envolvendo a diretora do Princesa Isabel e duas professoras. Ela saía da escola quando encontrou professores distribuindo panfletos aos alunos, onde explicavam os objetivos do movimento. Aos gritos, Mary Vargas acusou as professoras de “comunistas e subversivas”, ao que elas contestavam afirmando que a

diretora era “capacho do governo”. Uma delas, inclusive denunciou as pressões que vêm sendo feitas pela diretora aos professores (CP, 4/11/80, p. 10).

Vale ressaltar que naquele momento as direções eram cargos de confiança do governo e, portanto, indicados por este. Tal relação de confiança não impediu que muitos diretores apoiassem o movimento, mas, além de pressões e boatos, reuniões foram proibidas em determinadas escolas, num esforço dos governistas e de seus cargos indicados em utilizar todas as armas e formas para reduzir ou desqualificar a greve de ampla adesão naquele momento. A organização do movimento chegou a ser destacada em ZH:

Os professores que lá se encontravam trabalhavam, e muito, mas sem atropelos, com calma e a segurança dos que sabem o que estão fazendo. A explicação para a mudança de comportamento foi bem definida por um professor (...) “Hoje nós estamos conscientes, mais maduros, não somos mais debutantes” (...). Nas várias salas do quinto andar foram criados setores (...) o setor de informática que é encarregado de registrar os percentuais de adesão no interior e Porto Alegre (...). O setor de divulgação se encarrega de manter o painel de informações. Há também o setor de reprografia (...) além do setor de finanças, responsável pela aquisição de recursos para sustentar os gastos da paralisação (ZH, 6/11/80, p. 29).

A resposta ao tema salarial também foi dada pelos grevistas, considerando o esforço do governo em anunciar os altos salários de dirigentes do CPERS. O argumento alternativo dos docentes relatava que apenas uma pequena parte dos professores, perto de sua aposentadoria, poderia receber vencimentos elevados. A maioria dos professores tinha uma renda mensal ao redor de Cr\$ 6.200,00, sendo que o salário mínimo nacional era de Cr\$ 5.788,80 a partir de novembro de 1980.⁵⁹ Paulo Egon esteve entre aqueles com seus vencimentos publicados nas capas dos periódicos e lembrou tal situação em depoimento cedido ao autor: “(...) ocorreu uma manipulação de mídia que lembra dias atuais, passei de 20 para 40 horas no regime de trabalho, fui promovido, e contemplado com triênios, tudo foi computado na capa de um jornal de grande circulação como aumento salarial”. Segundo o ex-dirigente do CPERS, Amaral pretendia “jogar a opinião pública contra o

⁵⁹ Conforme dados em <<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>>, acesso em 18/2/2016.

movimento. Houve repercussão na imprensa e esclarecimentos prestados e havia muitas dificuldades para esclarecimento como hoje com o golpe parlamentar”.⁶⁰

Apesar das pressões e da disputa presente na atmosfera da greve, a adesão ao movimento continuou grande, no interior e na capital, algo registrado amplamente: “O movimento dos professores, em quatro grandes colégios estaduais de Porto Alegre, foi total (...) um professor dava aula para um aluno na manhã de ontem por volta das 10 horas” (CP, 4/11/80, p. 11). Tal tendência de crescimento do movimento se registrou nos dias seguintes, “(...) de 126 municípios, 73 apresentam índices de paralisação de 100% e, a maioria, acima de 90%” (CP, 6/11/80, capa). O apoio da comunidade escolar também foi um elemento presente em 1980. Como exemplo, 32 CPMs de escolas da capital registraram carta em favor das demandas dos docentes no CP (8/11/80, p. 10) exigindo ao governador “o apoio de Vossa Excelência às reivindicações dos professores como uma primeira atitude em busca da solução do grave quadro a que a educação das crianças está sendo levada”.

Este quadro de apoio não mudou a política inicial do Executivo de não negociação. Como analisam Bulhões & Abreu, o Governo Amaral resistiu à negociação nas greves de 1979 e 1980, recuando apenas com a força do movimento e pela pressão política (1992, p. 35-36). Assim, apenas em 12 de novembro se registrou o primeiro encontro entre governo e o Comando de Paralisação e Diálogo, após treze dias de greve. Representaram o Executivo, o Secretário de Educação e o da Fazenda, os quais atenderam separadamente os dirigentes do Comando. Inicialmente sem solução nem proposta concreta, tal articulação evoluiu até a chegar numa ideia mais definitiva em relação aos salários docentes, como explicou em entrevista a ZH Francisco Machado Carrion Júnior, economista e assessor técnico do CPERS: “Estamos tentando encontrar um critério comum entre Secretaria da Fazenda e os técnicos que venham a definir permanente e definitivamente a situação do magistério, atualizando os vencimentos vigentes” (ZH, 14/11/80, p. 24).

⁶⁰ Paulo Egon Wiederkehr cedeu depoimento ao autor via mail e telefone nos dias 15/6 e 1/7/2016. Nascido em São Vendelino no ano de 1946, tem sua formação em Educação Física, pós graduado em Planejamento Educacional e Mestre em Educação pela UFRGS. Atuou na rede estadual entre 1969 e 1995. No CPERS foi Tesoureiro Geral e duas vezes Presidente. Na CNTE, foi Vice-Presidente Região Sul, Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais e Secretário de Assuntos de Legislação. Também foi suplente de Senador pelo PMDB. A partir de 1999, atuou na Prefeitura de Porto Alegre, Governo Estadual e no MEC.

As tratativas entre Secretários e Comando seguiram evoluindo, enquanto o governador acompanhava à distância intervindo inicialmente com veto ante as definições deste diálogo, as quais permaneceram semi-secretas, mas de certa forma acompanhadas pela imprensa, a qual apostava numa “tentativa do magistério em estabelecer um índice de reajuste automático, anual e semestral, que assegure a atualização dos vencimentos do professorado, independente de sucessivos movimentos” (ZH, 15/11/80, p. 23). Seria um fato novo, caso confirmado.

Após dezessete dias de greve, foi convocada assembleia geral, justificada pelo Comando na perspectiva de “analisar uma provável proposta do Governo e/ou estratégias de intensificação para a manutenção do movimento (...)” (ZH, 16/11/80, p. 36). Tal reunião viria a ser decisiva para o desenlace da greve de 1980, num cenário de indefinição da proposta oficial, conforme relatou Hermes Zaneti (presidente da CPB naquele momento), auxiliar nas negociações com o governo, ao CP: “havia uma distância muito grande entre aquilo que o magistério solicitava e aquilo que o governo se propunha a dar” (CP, 18/11/1980, p.11).⁶¹ As reuniões entre representantes das partes seguiram, contando inicialmente com o veto do governador na questão econômica. Este quadro foi alterado na tarde, quando, mais uma vez reunidos no Gigantinho, os professores presentes inicialmente rejeitaram a proposta que tinha a aquiescência do governador e decidiram pela aprovação da proposta amadurecida entre o Comando e os Secretários.

Neste episódio, portanto, o governo dividiu-se em duas posições e, durante uma massiva assembleia com mais de 17 mil presentes e com cerca de oito horas de duração, houve pressão para que o governador aceitasse a proposta acordada entre as partes, o que ocorreu ainda durante aquele dia. Amaral, desta forma, concordou com a negociação consensual desenvolvida pelo CPERS junto aos Secretários de Educação e da Fazenda. Esta pressão articulada incluiu até mesmo a saída do Comando de Mobilização do Gigantinho rumo ao Palácio Piratini para esta negociação naquela tarde e início da noite. A cobertura da

⁶¹ O professor Hermes Zaneti foi indicado para a presidência da CPB em agosto de 1979. Assumiu assim a presidência do CPERS, até o fim daquela gestão, em abril de 1981, a professora Glaci Iolanda Rolim Corrêa (Bulhões & Abreu, 1992, p. 140).

aprovação da proposta merece registro por suas peculiaridades, pois quando o Comando retornou à assembleia, perto das 21 horas e 40 minutos, foi assim recebido:

(...) os professores presentes à assembleia cantavam “Pra não dizer que não falei das flores”. O comando foi recebido com fortes aplausos e a assembleia passou a cantar “Está chegando a hora”. Ao se dirigir à mesa, o professor Hermes Zanetti apanhou o microfone e também passou a cantar, enquanto todos permaneciam de pé. (...) Assim que a assembleia ficou em silêncio, Hermes Zanetti afirmou: “Vou ler aqui o resultado do que discutimos até agora no Palácio Piratini”. E passou a ler os itens da proposta. Depois, consultou a assembleia para saber se havia interesse em discutir a matéria e, em duas votações, essa possibilidade foi dispensada pelos professores (...) “A mesa declara que as aulas serão reiniciadas à zero hora de quinta-feira”. Recomendou aos professores que dedicassem a quarta-feira para agradecimentos à comunidade. (...) Após as palavras da presidente Glaci Correa, os professores cantaram o Hino Nacional. Seguiram-se abraços e cumprimentos, Zanetti foi carregado nos ombros, beijado pelas professoras e a assembleia terminou em carnaval animado por cordão de batucada (CP, 19/11/80, capa).

O clima festivo do fim da assembleia, semelhante ao corrido no ano anterior, demonstrou o sentimento de vitória daqueles ali presentes. Pela importância da proposta aprovada é fundamental registrar os pontos centrais da mesma, os quais influenciariam os rumos de movimentos posteriores. Em termos salariais foram conquistados 20% de abono em dezembro, janeiro e fevereiro, vencimentos básicos de Cr\$ 10.500,00 em março e gratificação para os professores em sala de aula; Cr\$ 11.000,00 como piso em maio e Cr\$ 12.500,00 em agosto.⁶²

Nas medidas educacionais conquistadas, um membro do magistério seria indicado ao Conselho Estadual de Educação em 1981; haveria estudos para regulamentação da eleição dos diretores de escola com a participação do CPERS; 25% das verbas orçamentárias seriam destinadas à educação, ainda, havia a aprovação da formação de quadros de pessoal por escola, ingresso na carreira por concurso público e garantia de nenhuma punição após a greve. O ponto central deste acordo foi a garantia para o ano de 1982 de um vencimento básico equivalente a 2,5 salários mínimos (CP, 19/11/80, capa).

⁶² Entre outras diferenças, a proposta oficial que tinha apoio do governador e foi rejeitada colocava os 20% de abono apenas para janeiro de 1981 e incluía um piso menor para o mês de agosto (ZH, 19/11/80, pags. centrais).

Segundo Bulhões & Abreu, tal vinculação do piso da carreira ao salário mínimo “não constava das reivindicações; o comando de greve o apresentou, recorrendo à proposta de um piso de três salários mínimos, apontada pela Confederação de Professores do Brasil (...)” (1992, p. 30). Foi, assim, uma ideia costurada nas negociações nas quais os resultados inicialmente eram semi-secretos, como já comentado. Tal conquista do piso se caracterizou como um expressivo ganho salarial efetivo para a categoria profissional docente e gerou imensa expectativa de ver concretizado e não apenas previsto. Estava selado o chamado “Acordo/80”, o qual estará muito presente nas páginas seguintes desta tese. Para Pacheco, tal conquista significou a crença de que o patamar atingido de 2,5 salários mínimos viria a estabilizar a eterna luta salarial da categoria. Segundo o autor, tratava-se de uma crença ingênua, de certa forma, pois apostava “na possibilidade de uma solução definitiva para a questão salarial” (1993, p. 95).

Por fim, em nota pública assinada pelo Comando de Paralisação no dia 21 de novembro sob o título “Documento final”, as lideranças docentes assim resumiram as conquistas da luta daquele ano:

O Magistério do Rio Grande do Sul sabe que o movimento não se esgotou com as vitórias alcançadas e o retorno às aulas. Os professores estão conscientes de que este movimento deixou raízes profundas, as quais fazem parte de um processo que responde ao compromisso que o profissional de educação tem com a sociedade. É mais um testemunho que professores, pais e alunos podem assumir a posição de sujeitos da História e não simples objetos ou meros expectadores, numa sociedade que se torna cada vez mais competitiva e, na qual, os valores de troca são colocados acima de todos os outros valores.

As raízes profundas seguiram agindo nos anos seguintes, até mesmo para que fossem cumpridos os acordos assinados e aprovados pelo poder público.

2.4 Amaral de Souza, a não negociação e a ação dos legisladores

A disputa de discursos e versões entre governo e categoria foi intensa nesta greve, o que acabou se tornando frequente no conjunto dos movimentos seguintes. Chamou atenção em 1980 a campanha governista ao redor dos salários dos dirigentes do CPERS. Um dos mais fortes discursos oficiais era denunciante quanto aos salários elevados dos dirigentes da entidade e como estes ganhariam muito com o aumento pretendido naquela mobilização. O Governador Amaral abordou este tema várias vezes e afirmava que se fosse concedido o reajuste pleiteado pelos professores, “cerca de 30% da categoria, ou seja, justamente aqueles que compõem as lideranças do movimento grevista, passariam a ganhar cerca de Cr\$ 135 mil mensais (...)” (CP, 4/11/80, p. 11).

Não são necessárias muitas fontes documentais para perceber que o montante das lideranças grevistas não atingiam 30% da massiva categoria profissional docente. O discurso governista era a maneira de fazer o debate com o conjunto da população, em geral detentora de salários ainda mais rebaixados no início da década de 1980. Antes disso, a voz oficial buscava descartar a possibilidade de greve e ao mesmo tempo de algum reajuste salarial ainda no ano de 1980, embora dissesse respeitar as manifestações dos servidores:

O percentual (...) de 45,27 por cento, representaria um acréscimo mensal na ordem de 650 milhões de cruzeiros, impossível de ser absorvido pelos cofres do Tesouro (...). Que a hora não seja de precipitações. O governo assegura a todos a mais ampla liberdade de pensamento e continuará a dialogar, pacientemente, sem rancores, tolerante e compreensivamente (...). O que importa é a solução dos problemas e o atendimento das justas reivindicações dos seus dedicados servidores (CP, 31/10/80, p. 11).

Vimos no item anterior as diversas formas de pressão colocadas aos servidores em greve, apesar da ideia acima destacada, em forma de nota, por parte do Executivo. Assim, a proposta enviada em 1º de novembro à assembleia docente foi severamente vaiada pelos presentes e, como reação articulada do Executivo Estadual, no dia 3, ao perceber a força do movimento, Amaral tentou demonstrar a desigualdade e as vantagens salariais dos dirigentes do CPERS. Chegou a sugerir que os dirigentes da entidade ganhariam mais que o próprio governador (CP, 4/11/80, p. 11). Sobre este tema, nota paga assinada pelo Centro de Professores da Escola Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, entrou no embate a respeito de

seus próprios salários ao divulgar os comprovantes de pagamentos dos principais dirigentes da entidade. Com o título de “A verdade é esta” (CP, 5/11/80, p. 11).⁶³

Como já observado no item anterior, o governador não negociava enquanto houvesse greve, justificado em discursos de seu Secretário da Educação Leônidas Ribas “porque considera ilegal, já que funcionário público não pode, pelo regime estatutário, deflagrar movimento grevista. Este é ilegal não só pelo próprio Estatuto, como também é vedada pela Lei de Segurança Nacional” (ZH, 4/11/80, p. 26).⁶⁴ Junto com o debate legalista se fazia também uma queda de braço com o Plano de Carreira, pois insistia o Executivo em valorizar os salários mais baixos, o que viria a desestruturar a carreira docente ao reduzir a diferenciação salarial entre as faixas de formação dos docentes (segundo grau, graduação ou pós-graduação). Ao mesmo tempo, no dia 5, o governo já adiantava as premissas de uma proposta a ser anunciada na perspectiva de aproximar salários: “(...) piso salarial de Cr\$ 12.500,00: incentivo aos professores dos níveis mais baixos e aos que permanecem nas salas de aula e correção das distorções entre os níveis mais altos e os padrões mais inferiores” (CP, 6/11/80, p. 30). Corrigir as supostas distorções representava o fim do Plano de Carreira.

Amaral também utilizou pronunciamento em rede de TV estadual no domingo, dia 9, quando tentou fazer a disputa de discursos diretamente com a população. Os dados recolhidos na imprensa revelam uma má acolhida do discurso oficial e inclusive o aumento de adesão de professores ainda eventualmente não paralisados em várias partes do estado. O Secretário Leônidas buscava justificar tal fala em rede televisa:

(...) o diálogo não se faz somente *tête-à-tête*. O governador abriu este diálogo falando pela televisão. Está abrindo um diálogo público com o magistério. Fez uma proposta publicamente (...) o Governo quer que os professores voltem às aulas. Se for o caso, suspendam temporariamente a greve digamos por três dias. (...) não tem dinheiro. Não há como atender às reivindicações feitas (ZH, 12/11/80, p. 26).

⁶³ Segundo a nota, os salários básicos dos docentes assim se dividiam naquele momento: 30.987 professores recebiam mensalmente Cr\$ 6.250,00; outros 32.590, Cr\$ 7.030,00; 1.757, Cr\$ 7.190,00; 5.964, Cr\$ 8.125; 88 professores, Cr\$ 9.375; 18.976, Cr\$ 11.565,00 e finalmente 3.828 recebiam o piso máximo de Cr\$ 12.500,00.

⁶⁴ A chamada Lei de Segurança Nacional é um documento legal que os países instituem para regular as regras referentes à sua segurança, a ordem e contra distúrbios sociais internos, o que inclui a ação dos movimentos sociais e sindicais. O Brasil teve várias formulações sobre tal legislação, desde 1935. Em geral, tais premissas legais continham a definição de crimes contra a ordem da Segurança Nacional, o que foi transformado pelo regime autoritário em doutrina fundamental do Estado. Sobre o tema, ver Alves (2004, p. 33-51).

A esperança do fim de greve para reatar o suposto diálogo não ocorreu e no item anterior foi observado o caminho que levou à construção da proposta aprovada na assembleia de 18 de novembro. Nas vésperas desta, o governo estava otimista na aproximação de um acordo e, ao mesmo tempo, reconhecia o investimento financeiro necessário para isso. Segundo o Secretário da Fazenda, Mauro Knijnik, o caminho estava amadurecido: “(...) já se havia chegado à elaboração de uma proposta que poderia ser aceita pelo Governo e pelo Magistério. Destacou que a nova proposta salarial vai exigir do Governo um maior dispêndio financeiro” (CP, 18/11/80, p. 11).

Amaral dedicou-se a encontrar uma saída negociada para esta assembleia e determinou que seus secretários negociassem com os grevistas antes do início da mesma. Quando foi rejeitada a proposta inicial, novamente o Comando de Paralisação docente buscou os secretários para costurar alterações na mesma para que fosse aceitável aos professores reunidos por horas no Gigantinho. Aparentemente o governo agiu dividido, apesar do aceite final do governador, possivelmente pressionado pelos acontecimentos. Quanto ao cumprimento do acordo fechado entre as partes, os governantes demonstraram importantes dúvidas em relação a isso já naquele momento. Amaral colocou, em entrevista, que seria necessário um grande sacrifício financeiro, envolvendo a redução do plano de obras públicas. No mesmo sentido, o Secretário da Educação afirmou que “o governador assumiu riscos, mas resolveu o problema da reivindicação. Isso prova que ele é pessoa transigente”; mais explícito ainda foi o Secretário Mauro, pois “como secretário, não deixava de se preocupar para poder atender os compromissos assumidos” (CP, 19/11/80, p. 11). Tais declarações públicas deixavam evidentes as dificuldades em cumprir o acordo de final de greve, fato fundamental na luta docente nos anos seguintes.

Enquanto o governo agia da forma analisada, o debate e as ações dos legisladores ocorriam. Em 1980, já estava consolidado o pluripartidarismo e três bancadas dividiam as cadeiras substituindo ARENA e MDB. Eram representados os partidos PDS, PMDB e PDT e a oposição ao PDS possuía a maioria legislativa. Após a definição da greve docente, esta se tornou pano de fundo no debate acirrado entre as posições e aqueles que se diziam

apoiadores ou críticos ao movimento. A bancada governista reclamava da politização das ações docentes, como no caso do deputado Cícero Viana:

(...) nada tem feito o Centro dos Professores do RS, durante todo o ano de 1980, senão política a partir de reivindicações justas (...)(...) uma série de investidas que objetivam outros resultados de natureza essencialmente política, procurando envolver o Governo em fatos que o desprestigiem perante a opinião pública rio-grandense e nacional (Comunicação dep. Cícero Viana, PDS: 162ª Sessão, 3/11/80).

As bancadas opositoras criticavam a posição, em especial do governador, e as dificuldades de solucionar as demandas docentes. A vinculação ao cenário nacional ocorria regularmente:

O governo está começando a funcionar os seus instrumentos autoritários, intimidatórios e repressivos em relação à mobilização legítima, pacífica e ordeira dos professores. (...) O governador deseja mostrar aos professores que não abre mão desse mecanismo de decisões. E nós sabemos que, como bom capataz, obedece às ordens de Brasília. (...) são de liquidar, mesmo que a pauladas e com violência, todos os movimentos sociais oriundos no seio dos trabalhadores. Depois da greve do ABC, não tivemos neste país nenhuma outra greve, porque aquela procurou ter um efeito didático sobre a sociedade civil, para mostrar como o Governo agiria e como é capaz de agir. (...) com tropas nas ruas, age com violência contra aqueles que representam os interesses dos assalariados, daqueles que vendem a sua força de trabalho (Comunicação dep. José Fogaça, PMDB: 162ª Sessão, 3/11/80).

A falta de diálogo foi duramente criticada também nos discursos na tribuna, ao considerar o governador como omissos ante o movimento docente e suas demandas apresentadas. Para a oposição, o prejuízo aos estudantes se avolumava: “(...) Porém, enquanto se constata a preocupação de todos, o Governo se nega ao diálogo” (Comunicação dep. Gil Marques, PDT: 169ª Sessão, 12/11/80). As fontes de imprensa registraram certa participação dos deputados na mediação entre governo e Comando grevista, considerando as dificuldades e exigências do Executivo em não negociar enquanto houvesse greve. Mesmo a bancada pedessista agiu na busca de soluções ante Amaral de Souza. Assim, deputados desta bancada saudaram quando as negociações evoluíram:

(...) congratulo-me com a reabertura do diálogo que se está a restabelecer com o Magistério rio-grandense, porque, agora sim, estamos todos

independente de posições político-partidárias, imbuídos e conscientes que somente através desse diálogo poderemos buscar soluções que não irão auto-realizar nenhum Deputado desta casa, que não há de ser vitória do Magistério, mas que, fundamentalmente, há de ser respeito aos estudantes do Rio Grande do Sul (Comunicação dep. Airton Vargas, PDS: 170ª Sessão, 13/11/80).

Mais adiante, com o encerramento do movimento, cada posição destacou o que julgou mais interessante na sua perspectiva política. Romildo Bolzan, pelo PDT, destacava a politização e o crescimento da valorização dos temas educacionais:

A paralisação do magistério está encerrada. A meu ver e no entender dos professores a mesma se constituiu numa vitória. O movimento foi político com P maiúsculo, o movimento não se propôs a mera reivindicação salarial, o movimento se propôs a algo muito mais alto: propôs-se a uma política que institua finalmente neste país a prioridade das prioridades para o nosso desenvolvimento, que é a educação. (...)

O fato do compromisso do Governo do Estado em dotar a educação com um percentual de 25% do seu Orçamento para o ano de 1982 se constitui em fato inédito e exemplar para todo o País e que representa o sentimento, a responsabilidade, a consciência e o patriotismo de uma classe, a do magistério. (...) Hoje neste Estado temos apenas 15% do Orçamento destinado à educação (...). A presença de um representante de um órgão da classe do Magistério no Conselho Estadual de Educação se constitui noutra conquista importante porque, na realidade, o professor é quem convive com a temática e a problemática do ensino e da educação (...) (Comunicação: 175ª Sessão, 20/11/80).

Mais uma vez, a dicotomia entre legitimidade e legalidade esteve no discurso do PDS. Ainda, o partido exaltava a tolerância do governador, mesmo que este não tenha recebido os grevistas.

(...) a comunidade rio-grandense emprestou uma solidariedade extraordinária à reivindicação dos professores, inclusive ao gesto extremo da greve. É coisa compreensível, mas a tolerância do governo deve ser também destacada; e há até quem entenda que ela não devesse ocorrer, porque transigiu com a obrigação precípua do Governo de prestar o serviço público essencial, como é a educação às crianças e à juventude do Rio Grande, através dos agentes que são os professores.

A greve não foi contra o Governo, porque não gerou prejuízo econômico, e o Governo sequer é o patrão; ela foi contra o povo do Rio Grande, mas este compreendeu a legitimidade de melhoria salarial reivindicada pelo Magistério.

Apesar do procedimento do CPERGS (*sic*) contra nós - que também assimilamos - apesar das listas negras, apesar de uma série de imprecisões, tenho convicção e tranquilidade de proclamar ao Rio Grande, que

resgatamos o nosso compromisso de encontrar uma solução legal, constitucional e viável, e nos declaramos satisfeitos (Grande Expediente dep. Rubi Diehl, PDS: 175ª Sessão, 20/11/80).

O deputado acima destacado ainda afirmou que o governador não recebeu a categoria em greve, delegando tal tarefa aos Secretários da Fazenda e da Educação. Também realçou a transigência dos setores envolvidos, em especial com a redução do pedido do Sindicato, o qual ao final aceitou a proposta dos 20% de aumento pela via do abono. Os governistas, ao mesmo tempo, nunca perderam a chance de localizar a greve como ilegal, alertando para que supostos novos movimentos não abusassem da tolerância do Executivo. Na Sessão seguinte, por fim, ainda havia algum debate a respeito do movimento docente já encerrado. O PMDB optou por destacar o caráter repressivo do Governo Amaral:

(...) Deputados do PDS ameaçaram punir e substituir professores, fazer novas contratações e reabrir escolas, e só não o fizeram porque os pais não mandavam as crianças às Escolas. Se mandassem, tenho certeza de que o Serviço de Publicidade do Palácio iria fazer manchete para responsabilizar os professores e desmoralizar a sua greve que buscava do Poder Executivo as justas reivindicações que a classe deseja. (...) Deixo registrado nesta intervenção o quanto foi valioso o apoio dos pais e das crianças, que apoiaram com dignidade o magistério, porque desejavam a eles melhores dias, para que seus filhos tivessem também um melhor aproveitamento (Explicação pessoal dep. Dorival Oliveira, PMDB: 176ª Sessão, 21/11/80).

Como já acontecera na greve de 1979, a alta adesão e repercussão do movimento, somadas as dificuldades do governo afastaram ou reduziram os riscos de repressão ou represália, dando a legitimidade ao movimento no lugar da ilegalidade imposta pelo regime autoritário e sua legislação. Nem sempre foi assim, como se percebe na sequência, ao analisarmos a reprimida tentativa de greve de 1982.

2.5 A força do velho regime e a dura repressão ao movimento docente em 1982

Após dois movimentos importantes, massivos e vitoriosos em 1979 e 1980, a greve ocorrida no ano de 1982 foi severamente reprimida, fato que refletiu ainda resquícios autoritários do regime civil-militar, apesar da propalada abertura democrática daquele momento. Houve iminente ameaça de intervenção na entidade docente e toda deslegitimação que levou ao recuo do movimento. Este episódio se inseriu contextualmente na relação entre Estado autoritário e tentativas de movimento reivindicatório no qual se demonstrou a permanência de possibilidades repressivas mesmo no ocaso da ordem em crise. Estas permitiram uma ação rápida por parte de seus representantes estaduais e do arcabouço legal vigente naquele momento.

Como já comentado, eram proibidas tanto a sindicalização como as greves dos servidores públicos e as “associações” buscavam driblar a legislação antigreve apostando na legitimação de seus movimentos para além da legalidade. Isso ocorreu em 1979 e 1980, bem como em inúmeros movimentos de servidores públicos pelo país e tal legitimidade acabava sendo relativamente reconhecida mesmo por integrantes do regime em muitas situações. Na greve de 1982 foi diferente e tal legitimidade foi quebrada por uma ação organizada e rápida da ditadura, seus apoiadores e sua legislação autoritária.

Quem vivia o ano de 1982 não poderia imaginar o tempo que duraria ainda o regime dos generais, subalternos e civis, mas havia um sentimento de que se caminhava para o final daquele modelo em ritmos lentos, mas sentidos no cotidiano. Naquele mesmo ano ocorreriam as eleições para governadores, por exemplo. Mesmo debilitado, o regime fez o enfrentamento aos trabalhadores e suas organizações sempre que pôde, pois ações trabalhistas eram como uma afronta ao seu sistema de valores e ao suposto bem comum. A repressão a um processo mobilizatório também se justificava, pois o poder instituído se via ameaçado, bem como a “contestação é vista como um ataque sistemático ao próprio regime, sendo, portanto, ilegítima e sujeita às medidas repressivas do Estado que derivam do princípio de autodefesa” (Stepan, 1986, p. 62). No mesmo sentido, se percebe como as práticas autoritárias geralmente não entendem as graves crises como fruto das contradições do processo histórico as quais deveriam ser trabalhadas social e politicamente e não apenas pelo uso da força: “A crise é sempre convertida no fantasma da crise, irrupção inexplicável e repentina da irracionalidade, ameaçando as ordem social e política. Caos. Perigo” (Chauí, 1993, p. 60).

Assim, a dicotomia ilegalidade/legitimidade ficou evidente de forma dramática no episódio de 1982 e o elemento político-partidário muito claro no discurso do Executivo. Para este, o movimento teria apenas uma origem emotiva e passional e, sendo um ano eleitoral, quando os governadores estaduais seriam eleitos após anos de eleições indiretas e indicações do regime, isso se tornou inadmissível. As ameaças de representantes governistas, como o Secretário de Justiça Celestino Goulart, foram registradas em reportagens e matérias com bom destaque e espaço, desde o início do mês de março, momento no qual os docentes passam a se articular rumo à ação paredista. O perfil autoritário de um governo, aliás, fica claro quando o responsável pela justiça discute questões funcionais, sindicais e educacionais:

(...) é evidente que, se as posições se radicalizarem, o secretário da Justiça tratará do assunto, (...) devemos, acima de tudo, crer no patriotismo dos professores, na possibilidade deles nos auxiliarem para que o Rio Grande do Sul seja um estado tranquilo, onde os pais possam enviar seus filhos para a escola sem sobressaltos (CP, 3/3/82, p. 28).

Na mesma página, o Secretário de Educação buscou explicar a posição oficial: “(...) a posição do Governo será diferente daquela das duas outras paralisações, uma vez que pretendemos agir dentro da lei, que proíbe a greve nos serviços essenciais e ao funcionalismo público”. O recado estava dado. Do ponto de vista da pauta reivindicatória daquele ano, um elemento fundamental era a luta pela implementação dos 2,5 salários mínimos como básico salarial já conquistado (em tese) no Acordo/80. Também a paridade com os demais servidores estaduais de nível superior era pautada. Para a direção do CPERS, o governo não cumpria o acordado na greve anterior e o piso estava distante de ser aplicado nos salários reais dos educadores.

(...) o projeto encaminhado pelo governo à Assembleia e aprovado, não atende à cláusula 4ª do acordo de greve firmado no final de 80 com os professores. Pelo projeto, os professores que queriam 2,5 salários mínimos como referencial básico a partir de janeiro de 1982, só serão beneficiados com esta importância integral, em outubro deste ano (ZH, 19/3/82, p. 22).

A inclusão de abono junto ao salário também desagradava aos docentes pelo desrespeito ao Plano de Carreira. Sendo aprovado pelas três bancadas, mesmo a oposição

legislativa desta vez demonstrou um apoio t nuo ao movimento docente, inclusive por parte do deputado Romildo Bolzan, bem mais enfático no apoio das lutas nos anos anteriores, como já registrado: “Vejam que estou falando neste instante não na minha maneira de ser; estou procurando falar com muita calma, transmitindo muita sensibilidade, porque este momento, para mim, que sou professor,   muito grave”. Desta vez, o deputado oposicionista estava mais compreensivo com o contexto financeiro estadual e cauteloso em seu discurso: “(...) temos consciência das dificuldades do Governo do Estado quanto ao setor financeiro, e tudo isso seria suscetível de discussão, de análise e de um acordo através de um diálogo” (Comunica o dep. Romildo Bolzan, PDT: 15^a Sessão, 19/3/82).

Para a bancada de situa o era importante desqualificar o movimento e partidari -lo como se o CPERS fosse apenas um braço do PMDB. Isso   o que sugere o deputado Pedro Américo Leal, com seu estilo peculiar de interven o:

O CPERS hoje em dia   um comitê eleitoral do PMDB. Todo mundo sabe disso. Quem   que não sabe? (...)   o Sr. Carrion, candidato a deputado, ocupando a televisão do Canal 2, falando sobre economia, dando aula para o povo do Rio Grande todo dia.   o Dr. Zanetti, que capitaneia o professorado do Brasil inteiro.   a dona Zilah Totta, com a batuta, ex-secretária do Governo do Meneghetti, que agora passou pra o outro lado. E tem mais gente, a D. Teresinha Noronha que já foi Presidente e agora apresenta-se como candidata a Deputada estadual a esta Assembleia Legislativa. Então, estamos discutindo com o comitê eleitoral que não tem qualquer interesse que esse assunto seja resolvido para que? Se isso resolver vai acabar a argumenta o política (...) (Comunica o de líder dep. Pedro Américo Leal, PDS: 13^a Sessão, 17/3/82).

Neste cenário e por sua pauta de reivindica es, 24 mil professores definiram por cinco dias de greve em assembleia estadual no dia 18 de março. Na reportagem sobre a reunião, Zilah Totta,⁶⁵ a então presidente do CPERS, revelou ser “(...) a melhor de todas as

⁶⁵ A professora Zilah Mattos Totta (1917-1997) nasceu e faleceu em Porto Alegre. A partir de 1976 foi Assessora Técnica da Confedera o dos Professores do Brasil (CPB). Nessa qualidade, coordenou congressos nacionais, encontros, simpósios, bem como proferiu conferências e palestras. De 1978 até 1980 foi Coordenadora da Comissão de Educa o do CPERS e em 1980 foi indicada pela CPB para a Coordena o Geral do Projeto de Capacita o de Recursos Humanos. Venceu a elei o ao CPERS em 1981 se tornando presidente da entidade, da qual foi fundadora, até 1984. Totta comandou a greve de 1982 e durante sua gestão, entre outras conquistas, o magistério passou a ter direito a aposentadoria aos 25 anos de trabalho no caso das mulheres e um piso salarial para cáculo dos salários para os diferentes níveis da carreira. Em 1986, foi eleita pelo Conselho Geral do CPERS para representar a entidade no Conselho Estadual de Educa o do Rio Grande do Sul (dados biográficos em Abrahão, 2007).

assembleias”, apesar do discurso em parte dúbio sobre a decisão dos dias de greve ser correta: “(...) talvez não tenha sido a mais, mas foi acertada porque resguardou uma posição assumida e saímos dessa assembleia de cabeça erguida”. A dirigente, em tal reportagem, também lamentou as ameaças de punição vindas do governo. Além disso, detalhes da movimentação dos presentes também foram abordados pelo jornalista responsável:

Foram distribuídos muitos panfletos antes da assembleia. (...) a maioria traziam assinaturas de partidos políticos, principalmente do PMDB, com as candidaturas de “Simon, Zanetti e Tereza” e do PT, que estampava a tabela de vencimento dos dirigentes do CPERS (...). As reações político eleitorais durante a assembleia dos professores foram espontâneas (...) “Os nossos votos, o PDS já perdeu”, disse um dos mais de 30 oradores (...). Mas o tom de humor fez com que as mais criativas dissessem: (...) “Em Passo Fundo, tchê, fio de bigode é compromisso, mas ‘ele’ não tem” (CP, 19/3/82, p. 11).

“Ele” se referia ao governador que não cumpria o acordo/80. Apesar do tom de humor entre os docentes, no mesmo dia da reunião, nota do Executivo nas capas de ZH e CP afirmava que a paralisação a partir da assembleia era apenas um “boato” e que “o motivo da pretendida greve não é a obtenção de melhores salários para o magistério. Uma classe inteira está sendo manipulada para que uns poucos obtenham notoriedade e benefícios eleitoreiros”.⁶⁶ Além disso, a nota polemizou sobre a concessão dos 2,5 salários mínimos como piso salarial:

(...) ao determinar a vigência do básico de 2 e 1/2 salários-mínimos a partir de outubro (rigorosamente dentro do acordo que diz “no exercício” e não “no início do exercício”) cumpriu o acordo e distendeu o máximo a sua capacidade financeira”. (...) A compreensão com que o governo vem acatando as sucessivas reivindicações do CEPERS (sic) e a tolerância que tem manifestado diante dos ataques até injustos que a entidade lhe vem fazendo, não devem ser confundidos com fraqueza. O Governo deve respeitar e fazer respeitar a leis. E o fará. Uma das responsabilidades maiores do Governo é a de proteger o povo contra ação desagregadora daqueles que preguem o descumprimento da lei e queiram causar mal-estar social. Uma greve como a que vem sendo insidiosamente sugerida aos professores causaria um prejuízo imenso à sociedade, privando quase um

⁶⁶ A participação de dirigentes do CPERS em processos eletivos e eventuais eleições dos mesmos sempre foi um tema debatido, em especial, pelos adversários do movimento. Estes consideravam que tais dirigentes poderiam utilizar a estrutura e o espaço de sua ação sindical para proveito individual e carreira política. Zanetti conquistou, por exemplo, uma cadeira na Câmara Federal, Paulo Egon chegou a ser suplente de Senador, ambos pelo PMDB, enquanto Maria Augusta Feldman chegou à Assembleia Legislativa eleita pelo PSB. Poucos dirigentes docentes, na prática, alcançaram postos eletivos em âmbito estadual ou nacional.

milhão de crianças das aulas a que tem direito. A hipótese de greve é, por isto, completamente inviável, e o Governo tomará todas as medidas de sua competência para evitá-la, com o objetivo maior de salvaguardar os legítimos direitos da sociedade, que paga impostos e tem direito a ter escolas em funcionamento durante TODO O ANO LETIVO (ZH e CP, 18/3/82, capas).

O governo deixou claro que greve seria um evento desagregador e que agiria dentro da lei para coibi-la. Quanto ao cumprimento do Acordo/80, afirmou que cumpriria o mesmo até o final do ano de 1982 e não no início de seu “exercício”, sendo este o tom fundamental da polêmica. Na mesma nota, o governo expôs o aumento (dez vezes mais recursos) dos investimentos nos salários dos educadores entre 1979 e 1982. Vale aqui ressaltar que as notas pagas não são responsabilidade do periódico, mas uma compra de espaço por parte do governo e tal prática passaria a ser comum a partir de então, bem como o uso de espaços pagos por parte da entidade classista. Quanto ao conteúdo editorial dos periódicos, ZH manteve um tom, em geral, direto e claro: “Certamente, o que se espera desta reunião é uma decisão ponderada, uma atitude sensata que não venha a ocasionar prejuízos ao conjunto da sociedade” (18/3/82, p. 2). ZH reconhecia os movimentos sociais, os quais deveriam ser moderados e reflexivos e destacava as dificuldades do erário público.

Na página 37 de ZH, nesta mesma edição, artigo publicado “a pedido” do jornalista Rogério Mendelski - também publicado em outros jornais - optou por um conteúdo fortemente contrário à greve docente, clamando pelo cumprimento da lei e temendo pelas consequências deste processo: “A sociedade brasileira - e gaúcha - que tanto tem lutado para que este país volte a sua plenitude legal e democrática, não vai tolerar que a lei seja rompida por líderes de uma classe que desejam apenas ‘vingança’”. O conteúdo editorial no CP também se assemelhava no apoio ao governo e na crítica às intenções docentes no período anterior e durante a greve. Já em 3/3/82, bem antes da assembleia estadual, o CP ditava o que considerava decisão sensata aos educadores estaduais em editorial do dia intitulado “Volta às aulas”:

(...) é de se esperar que saibam encaminhar as decisões das assembleias classistas já anunciadas para o momento da volta às aulas, num rumo de maturidade e de patriotismo. Provas bastante tem dado os líderes do magistério quanto a sua disposição de luta e reivindicação. O desejável agora

é que saibam dosar este espírito de luta com a necessária sensibilidade, (...) para ai deter-se, respeitoso, o ânimo reivindicatório. O Estado deu ao Magistério mais do que podia, consideradas a situação financeira do Tesouro e as perspectivas de uma economia em estagnação. (...) E o que todos esperam é a reabertura normal das escolas e a volta às aulas, com o pensamento colocado no futuro da pátria e de sua infância e adolescência que clama por informação e por cultura (p. 4).

Destaca-se neste texto a semelhança com a visão dos editoriais de ZH, o chamado a “dosar o espírito de luta” e os elogios claros ao Executivo e suas medidas a favor do magistério. Estes exemplos demonstram como a pressão contrária ao movimento era grande e, desta forma, muitos fatores não aconselhavam uma greve naquele momento. Apesar disso, a assembleia dos professores definiu por cinco dias de paralisação. A decisão foi dividida, o que permitiu a ZH dedicar a página 24 da edição de 19/3/82 a relatos de várias professoras contrárias à parede, com o título: “Não queremos greve, o momento não é oportuno”. Ainda, ZH comemorava ser uma paralisação de duração delimitada e não indefinida que não teria “(...) o caráter inflexível de levar o Governo novamente à mesa de negociações, forçoso é reconhecer que se trata mais de movimento de protesto, até mesmo, simbólico” (ZH, 19/3/82, p. 2). A reunião no Gigantinho foi numericamente muito expressiva, mas não refletiu na adesão à greve. Assim, em 20/3/82, nova nota do governo foi vista na capa dos jornais: nesta, ficou evidente a ameaça de intervenção, demissão e repressão à greve:

Haverá aulas, normalmente, em toda a rede escolar pública do Estado do Rio Grande do Sul, segunda feira e nos dias subsequentes. O Governo do Estado assegurará o direito de ir e vir a alunos e professores, não permitindo a formação de piquetes à frente dos colégios ou manifestações de incitação à greve. (...) Os professores que (...) NÃO DEREM AULAS, terão seu ponto cortado, nos termos da lei. (...) Os professores contratados que não comparecerem à escola para DAR AULA estarão sujeitos à rescisão de seus contratos (...).

Na mesma capa, salários de dirigentes da entidade foram divulgados, na tentativa de mostrar os “altos salários” dos líderes do movimento. Já fora uma disputa na greve anterior, mas desta vez a vida privada dos líderes do CPERS foi amplamente divulgada por seus empregadores. Ao mesmo tempo, a ameaça de intervenção à entidade classista e às lideranças foi evidenciada no discurso do Secretário de Educação publicado no CP com a sugestiva manchete “Líderes serão identificados para punição”:

(...) se houver greve, efetivamente, (...) procuraremos detectar os incitadores da paralisação para as punições cabíveis (...). Se os professores forem insensíveis às dificuldades do Governo e atenderem ao apelo da entidade de classe, a intervenção pode ocorrer (CP, 21/3/82, capa).

No campo das disputas políticas, a posição do Presidente da Assembleia Legislativa, do PMDB, oposição estadual, também teve nota na mesma capa. Isso mostra quanto foi acirrada a disputa no ambiente legislativo ao redor do debate da legitimidade da greve daquele ano: “As ameaças feitas ao magistério e ao CPERS, com a invocação, inclusive, da Lei de Segurança Nacional, indicam que o Governo prefere recorrer ao arsenal do arbítrio, ainda remanescente, a parlamentar e dialogar”. Seguindo na sua linha repressiva, o Executivo anunciou, com todo apoio da esfera federal, o chamado Decreto de Suspensão do CPERS, como explicou reportagem na capa de ZH em 23/3/82: “A decisão de suspender as atividades do CPERS foi tomada no fim da tarde de ontem durante audiência que o Presidente da República concedeu ao Ministro Ibrahim Abi Ackel”. O governo do estado prometeu e logo que pôde agiu no sentido de colocar a greve na ilegalidade: com a ajuda do Ministério do Trabalho, consolidou a intervenção e fechamento do CPERS a partir do tal decreto, recurso jurídico da chamada Lei de Segurança Nacional da época, assim descrita pelo Ministro Murillo Macêdo em mensagem ao governador:

(...) considerando que professores de ensino de primeiro e segundo graus da rede oficial de ensino do Rio Grande do Sul deliberaram paralisar seus serviços a partir do dia 22 do mês corrente; considerando que se trata, no caso, de paralisação de atividade essencial e de interesse para a segurança nacional (...) resolve reconhecer, no caso, a ocorrência de greve nessa atividade de interesse para a segurança nacional, para efeito do que dispõe o decreto-lei nº 1632, de 4 de agosto de 1978 (...) (CP, 23/3/82, capa).

O decreto acima citado proibia movimentos de greve em áreas consideradas essenciais e de interesse da segurança nacional. Assim, o fechamento efetivo da entidade apenas foi freado a partir do anúncio de nova assembleia da categoria: as manchetes de capa de ZH em 23/3/82 foram esclarecedoras neste sentido: “Ministro da Justiça diz que é iminente fechamento do CPERS: INTERVENÇÃO LEVA MAGISTÉRIO HOJE A NOVA ASSEMBLEIA”. Além da decisiva intervenção repressiva do regime, já bastante desgastado,

um fator determinante para as dificuldades da greve de 1982 foi sua adesão bastante inferior, caso comparada aos anos anteriores: as fontes, em geral, apontam baixa participação dos docentes no movimento daquele ano.

Assim, com forte ameaça de fechamento de sua entidade, os professores retornaram às aulas após dois dias de paralisação, decisão tomada na assembleia de 23/3/82. A partir da mediação do deputado federal Nelson Marchezan, o regime aguardou o resultado da reunião docente antes de aplicar o definido no decreto de suspensão do CPERS, como demonstra o discurso do PDS na Assembleia Legislativa:

(...) quero deixar bem claro: o Rio Grande concedeu esta suspensão (...) mas vai aguardar a decisão dessa assembleia geral de emergência provocada hoje e deixa muito claro que, se for para uma mera estratégia para reencenar outra atividade contestatória, aguardando, por exemplo, a participação de outros setores inclusive de outros estados, de outros setores do funcionalismo e até da vida sindical privada, não vai dar bom resultado (Comunicação dep. Rubi Diehl, PDS: 17ª Sessão, 23/3/82).

Mesmo no debate interno no Conselho de Representantes ficou clara a saída pelo recuo da paralisação: “(...) são apresentadas propostas no sentido de vigorar o bom senso para evitar que o CPERS seja fechado. Fica, então, decidida a realização imediata de uma Assembleia Geral (...)”. O próprio chamado desta reunião indicava os rumos pretendidos pelas lideranças, pois era previsto “resolver sobre a suspensão da paralisação, cuja pauta será ‘Avaliação do movimento e defesa da Entidade’” (Ata Conselho de Representantes, nº 2/82). Tal reunião e a decisão de retorno ao trabalho se deu com cerca de cinco mil presentes e também significou o recuo da repressão e da possibilidade de perdas organizativas a partir da suspensão da associação classista. ZH, em seu editorial logo ao final da greve, lançou elogios à decisão dos docentes e buscou justificar os encaminhamentos do governo:

(...) elogiável capacidade de se situar diante de um quadro que, ao fim e ao cabo, acabaria resultando contrário a seus próprios interesses. (...). Cabe ao Poder o cumprimento da Lei. (...) quando a normalidade volta a imperar, quando desaparecem as tensões e apagam-se as apreensões, as condições se tornam propícias para o entendimento aberto, leal e franco, como sempre foram as tradições gaúchas (ZH, 24/3/82, p. 2).

Apesar da repressão, para ZH tudo agora voltaria a ser “franco, leal e aberto”. Assim concluiu o editorial sugerindo o reatamento do diálogo, após esta “normalização”. O suposto diálogo ocorreu, mas sempre com o destaque - por parte do governo - da ilegalidade dos movimentos grevistas chocando-os com sua legitimidade, em geral reconhecida. Por parte do CP, em 23/3/82, Sérgio da Costa Franco, costumeiro colunista da época desenvolveu um longo balanço sobre a greve interrompida:

Durante os longos anos do autoritarismo triunfante, o magistério estadual esteve submetido a uma verdadeira compressão de salários. Não parece difícil sustentar esta assertiva. Basta ver, pelos demonstrativos publicados pelo atual governo, o alto percentual dos aumentos que ele mesmo concedeu no período entre 1979 e 1982.

A folha de pagamento teria passado de 7 para 70 milhões, segundo o texto e a divulgação oficial do Executivo. Na sequência, o articulista lembrou da divulgação dos salários docentes, atitude que deixou clara a situação e o patamar salarial destes profissionais:

O mesmo governo se incumbiu de quebrar a privacidade de seus funcionários e divulgar aquilo que o próprio leão da Receita Federal está impedido de fazer: publicou os vencimentos brutos dos líderes do magistério, e todo o mundo pôde ver, inclusive os eventuais credores e fornecedores, que só dirigentes do CPERS não passam da mediania em matéria de “tutu”. Se considerarmos o que ganham certos “assessores de coisa nenhuma”, sem títulos, sem concurso e sem bagagem de serviços, pode-se dizer que o magistério está mediocrementemente remunerado, apesar dos substanciosos aumentos e reajustes que lhe concedeu a administração Amaral de Souza.

Por fim, tal avaliação preferiu não desenvolver uma oposição direta, mas discreta ao movimento grevista em seu final. Mesmo crítico ao período autoritário e reconhecendo os baixos salários, chama atenção que a luta docente é definida no texto como uma ruptura da “porteira da disciplina”. Segundo o articulista, o concedente governador estava enfrentando um duplo encargo: “compensar o achatamento salarial do magistério,(...) e o de enfrentar a fúria reivindicatória do professorado a partir do momento em que este rompeu a porteira da disciplina e se largou campo afora”.

Aparentemente, havia uma aposta na abertura gradual e um receio que os movimentos sindicais pudessem atrapalhar tal abertura ao invés de acelerá-la. Para o autor do artigo, a

greve seria, ao fim e ao cabo, “hostil ao povo que paga impostos e que quer ver funcionando normalmente os serviços públicos. Enfim, uma típica decisão de assembleia passional e irrefletida (p. 4)”. Tal cenário de posições e dificuldades permitiu ao governo navegar com seu discurso legalista, o qual tinha eco na sociedade. Tal postura ainda se confirmou na intenção de manter descontos e a demissão de diretores que “perderam a confiança do governo”, pois a “(...) Lei deve ser preservada em um regime democrático, que em última análise, é o império da lei” (*sic*), segundo o Secretário da Educação (CP, 25/3/82, capa). Ainda se percebe o tom da versão oficial e a intenção de retaliação aos grevistas neste documento pós-greve:

A greve, nos serviços públicos é vedada (...) em qualquer de suas espécies, mesmo que eufemisticamente tenha o nome de “paralisação”. Ao deflagrar a greve (...) o CPERS fez com que os professores infringissem seu próprio Estatuto, a Constituição e o Estatuto do Funcionário Público Civil, aplicável, na espécie, ao magistério, pois os que assim agiram voltaram-se contra a lei, olvidando que a Educação é atividade essencial, e que o Sistema Estadual de Ensino não pode ficar constantemente à mercê de deliberações emotivas e passionais (Ofício da SEC n° 884/82, 29/3/82).

Para o governo, o movimento de 1982 foi motivado por decisões emotivas e passionais: ao desenvolver tal conceito, o Executivo menosprezou as pautas e divergências existentes entre as partes. Ao fim deste conflito e com o recuo da greve, a entidade não foi fechada, mas os descontos de salário referentes aos dias de paralisação seguiram sendo alvo de debate entre governo e grevistas, sendo resolvido apenas mais adiante. Diretoras que apoiaram o movimento foram afastadas, como a professora Neuza Canabarro, que contou em seu depoimento este episódio: ⁶⁷ “Quatro diretoras em todo o Estado assumiram a greve, eu entre elas. A Maria Fay de Azambuja daqui de Porto Alegre, do Instituto de Educação, a Emília Fernandes que depois foi senadora, de Livramento”. Sem recordar o nome da quarta

⁶⁷ Neuza Celina Canabarro Elizeire cedeu depoimento ao autor em 29/8/2016. Nasceu em Santana do Livramento, em 1945. Inicialmente foi nomeada professora primária e mais tarde formou-se em Inspeção Escolar, posição que permitiu a mesma assumir a direção de escolas a partir da indicação de Delegacias de Educação. Ligada ao PDT desde meados dos anos 1980, assumiu a Secretaria de Educação da Prefeitura de Porto Alegre em 1988, na gestão de Alceu Collares. Em 1991 assumiu a Secretaria de Educação Estadual quando o mesmo venceu as eleições do ano anterior. Em 1999, escreveu a tese intitulada “Avaliação do aproveitamento integral do espaço escolar e da melhoria da qualidade do ensino”, onde analisa a aplicação do chamado “calendário rotativo”, marca de sua gestão na SEC.

diretora, Neuza lembra como as mesmas foram afastadas de seus cargos: “o Governador Amaral de Souza, em comunicado, na hora do Jornal Nacional, ele disse que estava punindo quatro diretoras retirando da direção da escola”.

Segundo a professora, na época houve grande solidariedade na cidade sobre o tema e quando questionada sobre o acontecido naquele momento afirmou que “(...) talvez até por ingenuidade quando me convidaram pra ser diretora não me disseram que eu teria que estar alinhada ao governo”. O convite tinha surgido em função da experiência de Neuza como inspetora escolar. Talvez refletindo a experiência posterior como Secretária de Educação do estado, a professora ponderou: “não posso dizer nada, porque, pensando do lado deles, eu também talvez demitisse alguém que não estava alinhado”.

A professora Cléris também desempenhava a função de diretora naquele período, mas suas recordações dos movimentos não foram as melhores, como se percebe em seu depoimento. No ano seguinte (1983), aliás, ela pediria a aposentadoria: “no começo mesmo alunos ficavam na Secretaria pedindo aulas – ‘Quero aula...’ – por isso me aposentei aos 28 anos, pois meu espírito não era pra estes movimentos”. Na Escola Madre Benícia houve a divisão entre o grupo de docentes: “no fundo eu entendia as reivindicações, mas aquela divisão no grupo, o turno da manhã não aderir, era bilhete pra lá, bilhete pra cá. Era um ambiente terrível”. Tal cenário de desagrado acelerou seu afastamento da rede estadual: “Nem tudo sempre é azul tem também as partes difíceis. (...) foi terrível, aquelas agressões todas, bilhetes e o ambiente na escola. Que coisa, um turno fazer, o outro não fazer”. A ex-diretora lembra que os professores ficavam na escola, mesmo em greve, o que acabou levando a conflitos pontuais: “os professores da manhã eram todos naturais daqui e foram muito firmes. Os de tarde já tinham faculdade, vinham de fora”. Os docentes moradores na comunidade, possivelmente em função de pressões locais, não aderiram à greve. Especialmente pela derrota do movimento, uma marca negativa permaneceu nas memórias de Cléris (BECKER, Cléris A. *Depoimento*: setembro/2016). Ao mesmo tempo, trata-se de um exemplo sobre as divisões que ocorreram entre os docentes em momentos de embate. Em função destes fatores combinados, o regime e seus representantes conseguiram sair vitoriosos naquela greve específica.

Ainda sobre aquele período, Noronha destaca como a crise econômica a partir do ano 1980 fez cair o índice de paralisações. Tal fato, somado às dificuldades políticas, “transformou-se em elemento quase que proibitivo das paralisações (...) entre 1980 e 1984 a média de grevistas é declinante (...)” (1992, p. 90). Além da conjuntura mais difícil para os movimentos sindicais naquele momento, o exemplo da greve de 1982 demonstrou que, apesar da agonia do regime e do encaminhamento de determinada abertura, era questão de honra não ceder aos trabalhadores organizados, em especial num ano eleitoral. A manutenção do chamado “entulho autoritário” merece uma reflexão, até porque o mesmo se manteve por vários anos ainda, mesmo após a promulgação da constituição de 1988, como é problematizado por uma série de autores.⁶⁸

Na greve docente de 1982, assim que pôde, a partir da fragilização da greve e de uma leitura de um contexto favorável ao governo, este reuniu suas forças para debilitar o movimento e demonstrar quem comandava ainda. A derrota refluíu os movimentos docentes até o ano de 1985, quando houve uma nova paralisação. As lições de 1982 se somaram na longa bagagem das experiências coletivas da numerosa categoria docente estadual.

2.6 O contexto político e econômico da primeira metade da década de 1980

Após a derrota e refluxo da greve de 1982, o movimento docente, assim como o sindical, teve um período de dificuldades. Inflação, dívida externa e desemprego levaram as preocupações para a manutenção do trabalho, como sugere Pacheco. Apesar da assembleia com 24 mil docentes que definiu a greve de 1982, durante aquele ano a mobilização decresceu enormemente, chegando a ocorrer assembleias com apenas trezentos participantes (1993, p. 98). Por outro lado, o ano de 1982 - além da luta pelo acordo/80 - também foi marcado por um amplo debate sobre a democracia na educação e na própria entidade. Em julho, houve o “Seminário Estadual de Avaliação e Perspectivas do Movimento do Magistério Público Estadual”, onde se indicava “a necessidade de uma análise mais profunda da categoria”. Tal evento trouxe a tona o debate de um ponto fundamental para o movimento e o próprio

⁶⁸ Sobre o tema, ver Teles & Safatle, 2010.

CPERS: a questão da democracia como representatividade da maioria, além do papel de uma direção democrática (Correa, 2006, p. 7).

O professor João Carlos Rodrigues recorda dos debates de reformulação estatutária naquele altura. Tal discussão foi convocada pela direção central e foi construída uma proposta discutida entre os docentes atuantes na região do 14º Núcleo, de São Leopoldo: “O salão do CPERS estava quase lotado e apresentamos como alternativa o nosso projeto, e foi uma bela confusão. Trancou tudo, o que se faz? A direção apresentou seu projeto, e nós apresentamos outro; o debate evoluiu para a criação de uma comissão aberta”. Tal comissão funcionou aberta e depois um seminário foi realizado, estimulado pelos militantes da LIBELU, como Paulo Lopes, lembrado pelo professor João Carlos Rodrigues: “A turma do Paulo bancou com sucesso um seminário aberto também. Assim foi feito e a categoria pode contribuir pra produzir nosso estatuto, num longo debate, de meses” (RODRIGUES, João Carlos A. *Depoimento*: julho-agosto/2016).

Entre as mudanças significativas no Estatuto do CPERS, o professor destacou o Conselho Geral no formato de um conselheiro para cada mil sócios tendo como referência o número de associados em cada núcleo: seria este o novo formato do Conselho de Representantes. Segundo João Carlos, “um charme - um laboratório eleito em cada Núcleo”. Tal organismo interno seria uma espécie de

(...) escola de formação política plural que discute, elabora, propõe, passa na Assembleia Geral, circula num Congresso. Congresso, Assembleia, Conselho, Direção executiva, num espectro democrático singular. Nosso estatuto a camada popular podia dar uma olhada nele ... para desferrujar uma estrutura estatal insuportável, para a classe trabalhadora, frente ao Legislativo, Executivo, Judiciário, tudo enferrujado. Onde está o novo, como se cria o novo, acho importante dar uma olhada no Estatuto do CPERS-Sindicato, no desafio de pensar o novo (RODRIGUES, João Carlos A. *Depoimento*: julho-agosto/2016).

Na perspectiva da direção da entidade, registrado em editorial do jornal do CPERS, a reforma estatutária tinha quatro pontos básicos principais assim sintetizados pelos dirigentes: “maior democratização da entidade, descentralização, representatividade e unidade da categoria. Possibilita, daqui por diante, uma maior participação do professor na sua entidade de classe” (Magister nº 70: dezembro/83, p. 2). Além de toda esta mudança interna e apesar

da derrota no movimento grevista de 1982, os 2,5 salários mínimos de piso foram pagos nos vencimentos em parte do ano de 1983, conforme relata Pacheco (1993, p. 99-100). Houve resistência do Executivo nos temas funcionais e educacionais, como na eleição direta para diretores, por exemplo, situação na qual o governo buscou não cumprir tais cláusulas democráticas: para o PDS, os diretores eram cargos de confiança. De qualquer forma, como previa o Acordo/80, foi constituída uma comissão mista entre CPERS e SEC a fim de definir normas sobre a eleição de diretores e mesmo no longo prazo isso tornou o Rio Grande do Sul um dos pioneiros a deflagrar a democratização da gestão escolar, mesmo iniciando de forma tímida (Drabach & Mousquer, 2013, s/p).

Nos anos de 1983 e 1984 as questões educacionais tiveram destaque na pauta docente, além da luta constante para manter o patamar dos 2,5 salários mínimos de piso, o qual chegou, entre 1982 e 1983, ao seu ponto máximo da década em termos de valores reais relativos à origem do Plano de Carreira, em 1974 (Bulhões & Abreu, 1992, p. 45-46), como demonstra a tabela 5 abaixo.

Tabela 5: Índice do piso salarial no mês de início em cada greve

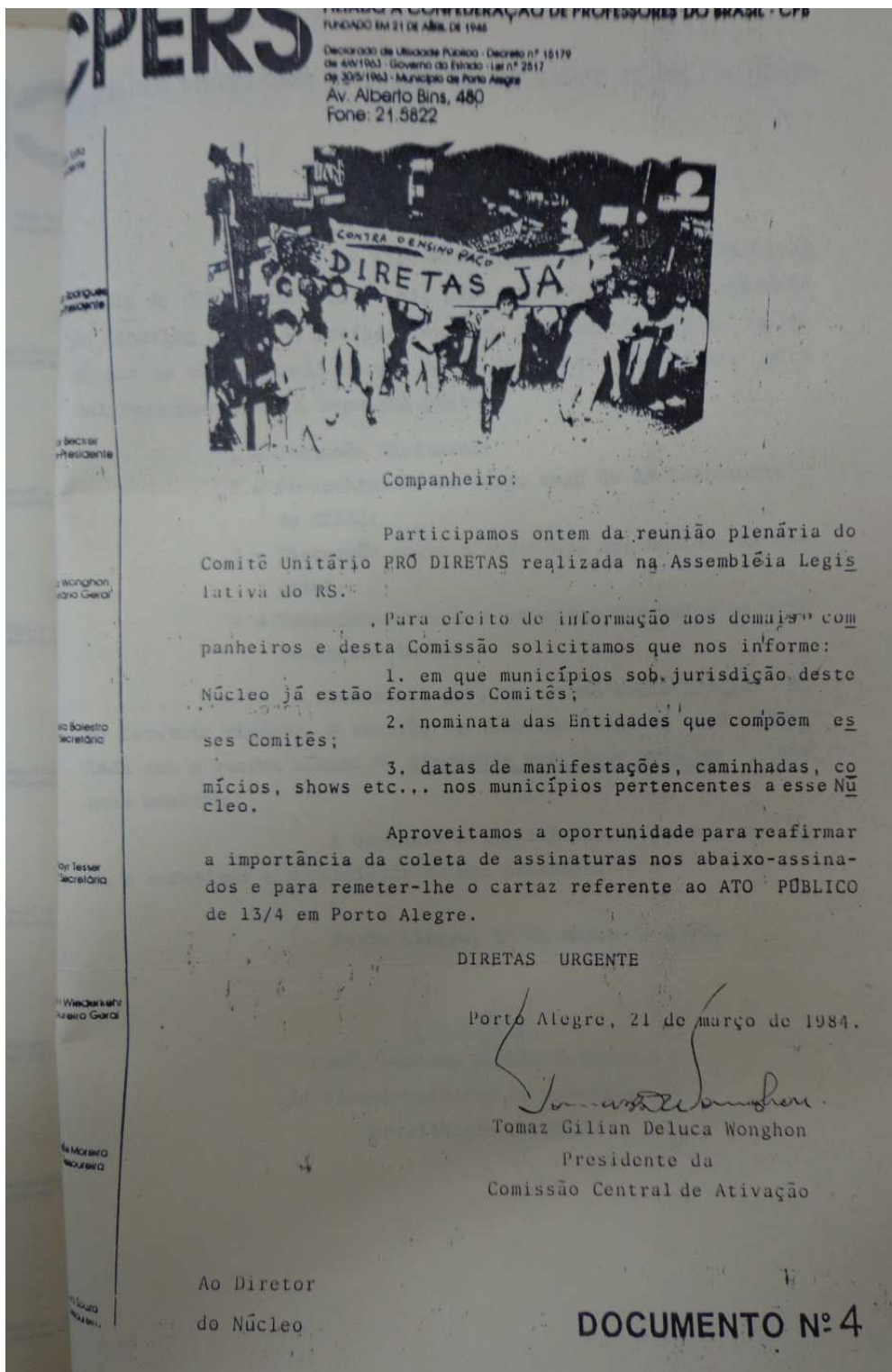
Ano	Índice do vencimento básico (piso)
1979	72,39
1980	50,54
1982	89,09
1985	46,59
1987	37,23
1988	24,05
1989	41,48
1990	27,51

1991	19,15
------	-------

Fonte: Pacheco, 1993, p. 114
(Referência-índice 100 = 1/1/1974, início do Plano de Carreira docente)

Nota-se que o valor máximo do piso docente ocorreu em momento de crise econômica no país, revertida a partir de 1984 quando houve novo crescimento do PIB nacional. Ao mesmo tempo, a galopante inflação que chegou ao índice anual de 211% em 1983 exigiu, em seguida, a inclusão na pauta reivindicativa os reajustes semestrais de salário, como lembram Bulhões & Abreu. Ainda merece destaque a participação da entidade em movimentos como as “Diretas Já”, em 1984 (figura 7). Conforme registro abaixo, o CPERS indicava a participação nos comitês, passeatas, manifestações e abaixo assinados referentes àquele movimento reivindicativo democrático.

Figura 7: Participação do CPERS nas “Diretas Já”



Fonte: arquivo particular do CPERS, 14º Núcleo - São Leopoldo

Ao mesmo tempo, no marco das dificuldades nacionais daquele período, ficou cada vez mais evidente a decadência do estado do Rio Grande do Sul no campo econômico, inclusive na comparação com outros estados da Federação: tratava-se de um cenário que vinha se acumulando há vários anos. Maestri lembra que no início dos anos 1980 o Rio Grande do Sul “conheceu taxas de crescimentos menores às nacionais e inferiores às do crescimento demográfico regional, registrando-se empobrecimento relativo e absoluto da região” (2010, p. 393). Eram especificidades locais no cenário de crise nacional.

Autores da área da economia buscam também explicar tal fenômeno na economia sulista. Soares ressalta a debilidade do estado ante crises cíclicas e a elevada dependência da indústria face a agricultura, além da descontinuidade do desenvolvimento econômico, a qual limitou o Rio Grande do Sul a um exportador de produtos agropastoris para o mercado interno, ou seja, uma função secundária se comparada aos centros do país. A partir do final dos anos 1970, ainda ocorreu o declínio acentuado da economia, momento no qual a soja, destacado produto regional, se viu em queda de 44% no seu valor. O autor define tal modelo econômico e social como “perverso” e ainda exposto naquele momento aos movimentos reivindicatórios, em especial pela ausência de liberdades democráticas (Soares, s/d, p. 24).

Com o tempo, estudos mais recentes superaram as adjetivações otimistas de períodos anteriores, tais como “o Rio Grande do Sul é o celeiro do Brasil” e passaram a encarar o estado gaúcho como um “novo Nordeste”, “insuficientemente desenvolvido”, “em crise” (Muller, 1993, p. 359). Mas onde estariam as raízes de tais mudanças? Para Muller, no período entre 1957 e 1961, enquanto se implantavam os blocos básicos industriais no centro-sul do país, movimento para o qual toda a economia nacional se movimentou a atender, os limites econômicos e políticos à instalação de uma indústria diferenciada no extremo-sul apareciam de modo destacado. Assim, os gaúchos não dispunham de condições materiais, geográficas e políticas para erigir um polo industrial de vulto. Era a implantação do Plano de Metas, período de Juscelino Kubitschek, o qual promoveu notável concentração dos investimentos produtivos (públicos e privados) na região sudeste. Isso acelerou ainda mais o crescimento da indústria paulista, estabelecendo um processo de industrialização pesada em escala nacional e coube, afinal, ao Rio Grande do Sul desempenhar um papel periférico e dependente na economia e na política brasileira.

Nas suas relações internas, por outro lado, desenvolvera um modo próprio de acumular capital, a partir da agropecuária. Em geral, a indústria regional era vinculada “à exploração dos constituintes agropecuários do modelo, criando um mercado próprio que, na unificação dos mercados regionais do país, mostrou-se pequeno para impulsionar uma forma de industrialização diferenciada” (Muller, 1993, p. 360-362).

Como exemplo desta dependência, Muller recorda que mais de 75% das exportações dirigiam-se para os mercados urbanos do Rio, São Paulo, Recife entre outros, o que “caracteriza a economia gaúcha como dependente. Seu caráter periférico advém dessa dependência, acentuando-se pelo fato de insistir na exploração desse modelo histórico” (p. 364-365). Como outro fator decisivo, ocorreu a perda de capital humano, pois mais de 340 mil pessoas saíram do Estado entre os anos 1960 e 1970, ocupando diversas regiões do país (p. 377). Tal processo de emigração de populações rurais gaúchas não se converteu em pobreza urbana, bem ao contrário, “continuou contribuindo de forma expressiva com o povoamento de amplas áreas do território brasileiro” (Herrlein & Corazza, 2007, p. 159). Para o cenário local sulista, por seu tempo, significou esvaziamento de cidades e perdas populacionais.

Carrion Jr., também assessor do CPERS por um período e deputado estadual em outro, constata que a perda de posição da economia gaúcha em relação à região extremo-sul e ao próprio país trata-se apenas de um exemplo da diminuição da participação do estado no valor da produção industrial brasileira (1993, p. 404). A monocultura da soja, muito forte nos anos 1970, não ajudou a superar tal dificuldade: “a monocultura da soja traz em si mesma grandes limitações para uma economia que pretendesse reestruturar um modelo de desenvolvimento agrícola de longo prazo” (p. 417). Ao fim e ao cabo, os laços de dependência externa são mais fortes que a articulação interna, primando “as forças centrífugas e desagregativas ao invés de forças centrípetas e agregativas”, segundo o economista (p. 422). O endividamento é outro fator de desagregação econômica e, sobre isso, Guimarães analisa uma série de dados:

(...) operações de crédito e déficit, financiaram, de 1979 a 1985, mais de 50% do total da despesa realizada pelo setor público estadual, enquanto, no período anterior, 1960-73, essas variáveis eram responsáveis por apenas

13%. No primeiro período, esses agregados se destinaram a financiar uma boa parte dos investimentos públicos, ao passo que, no segundo período, financiaram, além de investimentos, uma boa parte das despesas correntes e das inversões em aplicações financeiras (2007, p. 124).

Como consequência de tal endividamento elevado, este chegou a 48% da renda interna até 1985, segundo o autor. Isso evidencia uma perda na capacidade de investimento, além da queda da qualidade nos serviços públicos, ao contrário do período imediatamente anterior. Sendo assim, tratou-se de um paradoxo que, em 1983, o magistério tenha atingido seu ponto salarial máximo. Parecia claro que não poderia ser permanente tal situação, pois naquele ano foi inaugurada “uma nova fase da política geral de salário, marcada pela queda na participação do rendimento assalariado na renda nacional”. Desta forma, entre 1982 e 1988, “a participação dos salários foi reduzida de 51,2% em 1982 para cerca de 35% em 1988” (Pochmann, 1994, p. 657).

Naquele período, Soares ainda lembra que o ICM esteve reduzido pela metade devido às isenções e estímulos diretos ao capital, conforme fontes da própria Fazenda Estadual (s/d, p. 45). Vale destacar tal contextualização da redução do protagonismo gaúcho no cenário nacional no sentido de compreender as dificuldades e os limites econômicos estaduais, pois tal decadência do orçamento foi argumento e justificativa permanente dos governos para não atender plenamente as pautas docentes e dos demais servidores públicos. Por outro lado, mesmo nos estados centrais do país, as dificuldades econômicas de professores e demais servidores também foi sentida, com a ocorrência de greves do serviço público no mesmo período das analisadas nesta tese. Em hipótese, tal fenômeno pode ser explicado pelo baixo investimento na educação, nos serviços e políticas públicas, o qual não acompanha nem as demandas nem o crescimento populacional:

Encarado mais amplamente, o particular confronto entre o governo e o magistério estadual resulta, ao fim e ao cabo, uma faceta do desinvestimento em educação, refletida nas trajetórias dos salários real e relativo dos professores. O conflito trabalhista entre estes atores sociais e o fenômeno do desinvestimento em educação não se limitam, contudo, ao estado do Rio Grande do Sul (Horn & Calazans, 1992, p. 79).

Isso também demonstra que crescimento econômico nem sempre é apropriado pelos trabalhadores, como demonstra Boito Jr., lembrando que entre 1940 e 1986, o PIB “per capita” brasileiro cresceu 3,6 vezes, enquanto que o salário mínimo foi reduzido no decorrer do mesmo período, à metade do seu valor (1991, p. 224). A boa performance na economia, desta forma, “não foi acompanhada pela constituição de uma economia de altos salários e de um padrão de consumo homogêneo”, segundo Pochmann. Para o autor, as obstruções na condução do regime democrático implicaram o afastamento dos interesses das classes subalternas da agenda governamental (1994, p. 661).

Além disso, as dificuldades econômicas regionais estimulavam os governantes a utilizar os salários e a deterioração material das condições de vida dos professores em uma espécie de estratégia “visando ao equilíbrio das finanças públicas, em que o salário dos professores é eleito como variável de ajuste das despesas”. Ainda, segundo Horn & Calazans,

(...) essa forma de ajustamento produz efeitos negativos no médio prazo - de fato, já vivemos o médio prazo de decisões irresponsáveis do passado - pois implica a crescente desqualificação do ensino fundamental e impede a realização dos vínculos entre o desenvolvimento do sistema educacional, a preparação dos recursos humanos e a satisfação das necessidades da sociedade (1992, p. 80).

Tais autores afirmam que, apesar do período de algumas conquistas relatadas nas páginas anteriores, a característica fundamental da época foi “em larga medida, à deterioração salarial dos professores, que fomentou a insatisfação e gerou a propensão para a greve”. Eventuais conquistas, portanto, foram insuficientes “para reverter a tendência ao empobrecimento suportado pelo professorado gaúcho” (p. 65). O próprio piso de 2,5 salários mínimos era reajustado apenas uma vez ao ano, no mês de janeiro, por proposta do Executivo e, assim, quando o salário mínimo sofria o reajuste no mês de maio, passava a ficar defasado, como explica o editorial docente no início de 1984: “(...) com o reajuste do salário mínimo em maio, desencadeando uma alta geral nos preços de bens e serviços, veremos repetir este ano, em maior escala, a defasagem salarial verificada em 1983 (...)”. O custo de vida chegou ao índice de 200% em 1983, enquanto o aumento anual docente não passou de 142%. Surgia a pauta de reajuste semestral, além do 13º salário ainda não recebido pelos servidores estaduais (Magister nº 71: janeiro/84, p. 2).

Neste cenário, o ano de 1984 revelou o crescimento da mobilização dos docentes estaduais, embalado no contexto de luta democrática nacional e por suas perdas salariais. Como relata Pacheco, houve um bom número de assembleias naquele ano, novas formas de pressão como denúncias e debates públicos e um dia de paralisação em outubro em função das evasivas do governador (1993, p. 100). No debate do Conselho de Representantes, a greve chegou a ser aventada: “1) Greve por tempo indeterminado; 2) parar e nova assembleia; 3) paralisação por tempo determinado sem Assembleia Geral; 4) continuarmos a mobilização” (Ata Conselho de Representantes, nº 11/84). Vale ainda ressaltar que em 1984 se expande o número de sócios do CPERS, sendo um dos anos com maior entrada de novos membros de sua história (Pacheco, 1993, p. 100). Panfletos e notas públicas buscavam colocar para a população a disputa entre sindicato e governo com inúmeros materiais, que dinamizaram a comunicação interna e externa, algo a ser analisado no capítulo seguinte. Também foi um período de eleição para a direção da entidade classista enquanto um novo governador, desta vez eleito pelo voto direto depois de duas décadas, assumira o Executivo desde março do ano anterior.

A nova diretoria do CPERS, eleita em 1984, colocou Paulo Egon Wiederkher como presidente da entidade. Segundo Bulhões & Abreu, tratava-se de uma chapa predominantemente “zanetista”, ou seja, vinculada ao presidente da primeira greve de 1979 e seu agrupamento político próximo ao PMDB. Foi um processo que representou o crescimento das forças de esquerda na influência política no CPERS, inclusive a partir do fortalecimento do Conselho de Representantes, como já analisado: este fórum passou a ter caráter estadual e não apenas restrito a professores da capital. Assim, as duas chapas derrotadas em 1984 integraram tal Conselho em eleição proporcional realizada após a definição da diretoria (1992, p. 59-60).⁶⁹

O professor Egon, em seu depoimento, definiu-se como cutista, desde a fundação daquela entidade: “Minha prática desde o início se identificava com a CUT, e defendia esta

⁶⁹ Sobre as diversas diretorias do CPERS, após a greve de 1979 e da derrota “das lideranças que não aceitaram a nova fase de mobilização, as forças conservadoras, localizadas à direita no espectro político, não voltaram a disputar a direção da entidade. Do início da década de 1980 até hoje, as forças presentes de forma organizada no CPERS localizaram-se no campo progressista e democrático, nele incluídas diferentes forças de esquerda” (Bulhões & Abreu, 1992, p. 39).

Central Sindical (...)”. Quanto às lutas gerais e movimentos reivindicatórios, Egon destacou sua luta em unificar diversos movimentos sociais e, internamente, “os diversos grupos políticos internos, havia uma farta produção de material teórico, o que hoje decaiu muito e diferentes conceitos e formas de luta”. O ex-presidente recordou que se identificava na época com a corrente denominada “CUT pela Base”: “para este grupo deveria haver participação no chão na Escola com a base dos professores, e o sindicato só seria forte se fosse pela base e de massa, com a participação da categoria. Participava deste grupo (...)”. A partir da gestão empossada em 1984, o jornal *Magister* passou a ser um veículo mais voltado para mobilização, definição, aliás, de uma assembleia estadual: Ao mesmo tempo se mantinha como porta-voz das ideias e visão de mundo da direção central.

Em editorial daquele periódico, a nova direção do CPERS já expressava seus objetivos focados na mobilização de base: “A nossa entidade, por sua vez, renovada pela nova e atual diretoria, vem demonstrando, em conjunto uma eficiente capacidade de coordenação, ordenação e liderança da categoria (...)”. Já havia a perspectiva de um dia de luta em 10 de setembro e uma assembleia estadual no dia 14 daquele mesmo mês. A mobilização crescia (*Magister* nº 77: agosto/84, p. 2).

Mudanças também ocorreram no Executivo: Jair Soares (PDS) foi eleito em 1982, com estreita margem de votos contra Pedro Simon (PMDB). Segundo Maestri, tal vitória de um candidato teoricamente mais próximo aos setores sociais conservadores do estado e ao regime civil-militar se deu pela divisão entre as forças de oposição, as quais lançaram três candidaturas. Todos os candidatos de 1982, aliás, governariam o Rio Grande do Sul vencendo, cada um a seu tempo, eleições seguintes (2010, p. 394).⁷⁰ Vale ressaltar aqui o debate público realizado entre os candidatos e registrado em ZH, especialmente o discurso de Jair Soares sobre o tema educacional. Entidades de classe faziam perguntas aos candidatos e ao CPERS coube questionar sobre a democratização da educação e a possibilidade de eleições diretas para o Secretário desta área, além dos diretores de escola. Assim respondeu Jair:

⁷⁰ Os outros dois candidatos foram Alceu Collares (PDT) e Olívio Dutra (PT).

A educação no meu programa de governo é prioritária. Não posso compreender, sem uma alteração da legislação, a eleição de um Secretário de Educação pelos professores, já que é um cargo de confiança. Acredito que deva existir diálogo como todos os setores do funcionalismo público. Temos que procurar um plano de carreira para todo o funcionalismo, que dê dignidade e segurança pra que os funcionários possam por merecimento ou por antiguidade ser promovidos. Creio que o problema deva ser debatido, mas somente admito uma eleição neste nível com uma modificação da lei (ZH, 30/3/82, p. 26-27).

Como governador, foi bastante difícil o trâmite sobre eleições de diretores, (a ideia de eleição do Secretário da Educação não teve vida prolongada no movimento docente) como veremos no capítulo seguinte: após bastante pressão, a lista tríplice se tornou o método de indicação dos dirigentes escolares. Jair Soares cedeu depoimento ao autor, momento no qual definiu seu governo como “espartano”. “Quando governei o Estado, não fiz empréstimo e se o Estado está endividado não foi por minha causa, mas eu fiz ajuste fiscal. Meu Governo foi de austeridade espartana”.

Em relação aos servidores públicos, destacou nunca ter atrasado os salários destes e ainda governado com minoria na Assembleia Legislativa, mas com sucesso político: “(...) tinha 25 deputados do meu partido. O Maurício Sirotsky me disse ‘pega aí o PDT ou o PMDB e oferece espaço’, eram os três partidos que existiam. Não fiz, não precisava, vou mandar projetos para lá, quer votar... vota”. Ainda sobre outras questões funcionais, o ex-governador afirmou ter garantido diversas conquistas, entre elas o

(...) 13º salário, se eu não tivesse dado ninguém daria. Dei uma aumento de 323% e a inflação era de 80%, pois eu tinha uma experiência na saúde e pagava bem os médicos, a maioria queria trabalhar comigo *full time*. Um brigadiano no meu governo ganhava dez salários mínimos e obrigamos a ter o segundo grau completo nos concursos. Na minha campanha eu prometi binômio saúde e educação. O magistério, eu trago agora para o senhor ver, a lei da época determinava 25% da receita líquida de investimento em educação e em dois anos consegui aplicar 53%.⁷¹

⁷¹ Nascido na cidade de Porto Alegre em 26 de novembro de 1933, Jair Soares ingressou na carreira de servidor estadual via concurso na década de 1950 e teve sua formação como cirurgião-dentista e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Como membro do extinto PSD começou a vida pública como chefe de gabinete do deputado Gustavo Langsch. Também comandou, durante o governo de Ildo Meneghetti, o Instituto Rio Grandense do Arroz e participou dos governos de Peracchi Barcelos, Euclides Triches e Sinval Guazzelli. Eleito deputado federal em 1978, pela ARENA, licenciou-se para assumir o Ministério da Previdência Social no Governo Figueiredo. Eleito em 1982, governou o Rio Grande do Sul entre 1983 e 1987. Após esta experiência, ainda foi vereador em Porto Alegre e deputado federal. Cedeu depoimento ao autor em julho de 2015, em sua residência atual, também em Porto Alegre.

Assumindo em março de 1983, o novo governador, após um tempo de trégua conflitiva, enfrentaria a maior greve docente até então constituída. Estava aberta a era das greves de duração prolongada em período de abertura política e relativa expansão econômica. Esse é o tema do próximo capítulo.

TERCEIRO CAPÍTULO

*A época das greves de
duração prolongada (1985- 1990)*

Figura 8: Charge ironiza as dificuldades de Jair Soares com o barulho das sinetas



Fonte: Zero Hora, 30/6/85, p. 2.

*Então chegou uma hora, eu sempre recebia ele (Paulo Egon),
que era para fazer um acordo para valer e*

*chamei a Assembleia para dar respaldo.
Nós vamos nos comprometer a “tal dia” pagar os 2,5...
(...) Começamos às 3 e 30, 4 horas e entramos noite adentro.
Duas da manhã estava resolvido e se assinou um protocolo,
publicado nos jornais e se começou a pagar na data acertada*

(Jair Soares, em depoimento, sobre o Acordo/85).

*Uma greve de professores, eles queriam o salário do piso de
2,5 salários mínimos, que votaram, o Jair não tinha conseguido
pagar e eu não tinha condições, estava com o caixa zerado, uma
inflação galopante. (...) Eu não tinha nenhuma condição de pagar,
nenhuma (...)*

**(Pedro Simon, em depoimento, sobre a arguição de
inconstitucionalidade à Lei 8026/85).**

*Os apitos, sinetas e os tambores que haviam cessado as 18 h, como
ocorre diariamente, voltaram a funcionar por alguns minutos,
enquanto os professores gritavam em coro “não tem história, é
greve até a vitória”. Depois o silêncio voltou à praça*

(CP, 30/6/87, capa).

*Segundo a reportagem, a qual cruzou a noite do inverno gaúcho, as
ações policiais semearam o terrorismo no que chamou de “cidade
de lona”, local “onde a preocupação não era dormir, mas resistir”*

**(uma noite no acampamento grevista na
Praça da Matriz registrada no CP, 30/6/87, p. 13).**

3.1 As sinetas surgem na longa greve de 1985

O ano de 1985 ficou marcado na história do movimento docente no Rio Grande do Sul pela maior greve realizada até aquele momento. Muitos fatores contribuíram para tal fato, como os movimentos reivindicatórios democráticos do ano anterior, os quais foram intensos, mesmo sem a vitória das “Diretas Já”. Havia uma relativa melhora econômica no país,⁷² o que motivava a ideia de possíveis ganhos materiais em greves, além da consolidação do período de grande movimentação grevista geral dos trabalhadores no país.

No cenário político nacional, é possível considerar a eleição e posse dos governadores eleitos pelo voto direto em março de 1983 como um ponto de inflexão para as greves do setor público. Os discursos democráticos dos Executivos Estaduais, agora surgidos do voto popular, foram interpretados como indício de que as demandas trabalhistas poderiam ser discutidas e negociadas e, assim, a greve passou a ser vista como um recurso mais viável e menos sujeito a repressão. A substituição dos governos militares em Brasília por um civil levou à “generalização da expressão dos conflitos do trabalho. (...) o elevado custo político da repressão consolidou, na prática, o direito de greve e o inseriu definitivamente na agenda governamental” (Noronha, 1994, p. 335).

Isso se deu mesmo no cenário de uma transição conservadora e pactuada. O último presidente do período civil-militar encerrou seu mandato desgostoso da vida pública, em especial devido o alto desgaste de gerir o velho regime em época de profunda crise. A presidência fora mais “difícil e ingrata”, pois Figueiredo assumiu o governo pouco antes do Brasil entrar em sua pior recessão em cinquenta anos. Sua impopularidade foi imensa, algo que tal desastre econômico tornou inevitável.

(...) Quando o jornalista lhe pediu que dirigisse suas palavras finais ao país, durante uma entrevista de despedida pela TV em janeiro, disse com os nervos visivelmente em frangalhos: “Que me esqueçam”, ele simplesmente queria ir embora. Mas seu ressentimento pessoal compunha o frágil simbolismo da ocasião. O poder estava passando de um general ausente para um substituto civil (Skidmore, 1988, p. 495).

⁷² “(...) juntamente com a inflação, o governo Sarney herdara uma economia em crescimento cada vez mais rápido. O PIB de 1985 subiu 8,3 por cento, tornando o Brasil naquele ano o país com o crescimento mais rápido do mundo. Era, contudo, um *boom* dependente da produção de bens de consumo duráveis. O crescimento resultante beneficiava primeiramente o setor industrial, só depois de muito tempo estendendo os seus efeitos aos trabalhadores de menor salário, urbanos e rurais” (Skidmore, 1988, p. 536-537).

A transição para a eleição de um civil via Colégio Eleitoral que pôs fim ao ciclo de presidentes militares, iniciado em 1964, deu-se sobre as bases políticas e institucionais do regime autoritário. A Aliança Democrática, composição vitoriosa na eleição indireta, entre PMDB e dissidentes do PDS, agora como Frente Liberal, representou uma proposta eleitoral e ao mesmo tempo uma garantia de transição a um governo civil aceitável aos setores dominantes políticos e militares (Meneguelo, 1998, p. 80-81).⁷³ A decomposição definitiva do antigo regime político e a escolha de Maluf como candidato governista possibilitou as negociações ao redor do nome de Tancredo Neves, uma espécie de “oposição confiável”, o qual, por sua vez, “realizou um pacto com militares de não revisão do passado e permitiu a articulação do PMDB com os ‘notáveis’ do regime anterior, particularmente do PFL” (Noronha, 1992, p. 40-41).

Assim, em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo como presidente, com 480 votos contra 180 de Paulo Maluf. Esgotado o período civil-militar, “(...) O último general presidente não passaria a faixa presidencial ao seu sucessor, retirando-se do Palácio do Planalto pela porta dos fundos. Começava a Nova República” (Silva, 2003, p. 279). Mas não seria Tancredo a assumir: seu repentino internamento por doença, seguido de sua morte em 21 de abril, colocou no poder José Sarney. Assim, de forma paradoxal, a “oposição assumia o poder, mas pelas mãos de um político que fora nome destacado do situacionismo durante anos” (Pesavento, 1996, p. 112). Mesmo num quadro de lutas e confrontos, como o das “Diretas Já”, em 1984, a democratização resultou de um pacto elaborado entre “dirigentes do antigo regime seguidas de negociações com as lideranças democráticas”. De certa forma, houve uma decepção com a forma de escolha presidencial, pois as regras foram estabelecidas pelos militares e Sarney assumia a presidência como expressão visível do que já existia (Moisés, 2008, p. 19).

⁷³ A garantia de uma transição que não escapasse ao controle das elites políticas do regime agonizante seria feita através da incorporação do próprio José Sarney como vice-presidente, na chapa do PMDB, além da indicação de alguns dos principais políticos do PDS para o futuro Ministério, pontos acertados em negociação direta com Tancredo Neves e Aureliano Chaves, e alguns outros cardeais do PMDB e do PDS – era o Acordo de Minas (Silva, 2003, p. 277).

Nada disso deve retirar, por outro lado, o mérito da participação de milhares de ativistas e atores sociais pela democracia e pelos direitos civis, políticos e sociais. A democratização também serviu para que novos segmentos passassem a habitar o Estado, a chegar ao poder e à gestão de parcelas deste: especialmente inúmeros quadros vinculados ao PMDB e à luta democrática do período anterior, a antiga oposição, chegava ao governo.

Todo este quadro não representou uma ruptura com o passado de forma radical e o período de ascensão grevista após 1985 teve suas motivações. O processo de transição política conservador para a Nova República, pactuado a direita, mantinha fechada a participação dos trabalhadores e entidades e, ao mesmo tempo, a crise econômica se agudizava: a inflação cada vez mais alta e o valor real dos salários cada vez mais baixos se somava ao drama da dívida externa e seus juros. A concentração de renda no país continuava e se ampliava, contexto no qual o processo contínuo de renovação e reorganização sindical, já iniciado anos antes, prosseguia. As greves se tornaram parte fundamental deste período (Noronha, 1992, p. 23).

Assim, no início do Governo Sarney, temos a ampliação das paralisações dos servidores municipais, estaduais e federais, as quais se tornam mais abrangentes e longas (Noronha, 1992, p. 53). Estava aberto o período das greves de longa duração entre os docentes gaúchos, também. Já em março de 1985, os professores e suas ações foram lembrados em suplemento especial de ZH sobre a “Volta às aulas”. Ali se registrou o aniversário de 40 anos do CPERS naquele ano e a pretensão da entidade em lutar para que o Rio Grande do Sul deixasse de ser o único estado brasileiro que ainda não reajustava semestralmente os salários. Segundo o Suplemento, ainda, “os professores se preparam para lutar para que o acordo feito com o Governador Amaral de Souza, em 1980 (...) seja finalmente cumprido (...)”. A defesa das eleições de diretores também teve destaque no rol de reivindicações já previstas em março de 1985 (ZH, 4/3/85, p. XII, suplemento “Volta às aulas”).⁷⁴

O ano letivo iniciava com excedente de estudantes, uma característica da época. Segundo dados do CPERS, em entrevista, chegaria a dez mil o número de estudantes sem

⁷⁴ Vale recordar que o periódico CP não circulou no ano de 1985, o que limitou a pesquisa relativa ao conteúdo de imprensa a ZH nesta parte da tese.

vagas nas escolas (ZH, 7/4/85, p. 36). Tal problema era reconhecido pelo governo, embora não indicasse sua versão da quantidade de excedentes. Na mesma semana, o veto do Governador Jair Soares à eleição de diretores, devido à ausência da bancada do PDS, foi mantido na Casa Legislativa. Tal tema era uma pauta importante aos docentes, os quais defendiam a derrubada do veto, inclusive com notas públicas. Também era item previsto no Acordo/80, mas ainda não encaminhado pelo Executivo (ZH, 9/4/85, p. 34). Era mais um ponto de atrito entre as partes.

A relação entre Jair Soares e o CPERS, aliás, não estava satisfatória, desde o final de 1984. Em audiência, longamente descrita no jornal *Magister*, a sensação dos docentes era de que o governador parecia insensível à situação delicada de boa parte da categoria dos educadores: “Do encontro, que durou cerca de uma hora, os professores não obtiveram do governador nenhuma proposta concreta, com Jair Soares permanecendo irredutível diante das solicitações feitas e transferindo a problemática para o Governo Federal”. Segundo a reportagem, a postura do Executivo não dava esperanças de acordo, apesar dos alertas dos dirigentes sindicais ao governador revelando a ele sobre as dificuldades materiais dos professores: “reforçando sobre a gravidade do momento pela situação insustentável da categoria que terá, a partir de novembro, mais de trinta mil profissionais recebendo menos de um salário mínimo”. Segundo o texto do CPERS, a audiência não havia satisfeito aos “interesses do magistério gaúcho, que vê mais uma vez suas reivindicações não atendidas” (*Magister*, nº 79: outubro/84, p. 7).

Aos poucos foram se consolidando as condições da importante luta grevista desenrolada no ano seguinte. Em 11 de abril, por exemplo, ocorreu um ato público dos docentes visando entregar sua pauta reivindicativa ao governador, parte de manifestação articulada nacionalmente pela CPB.

No documento, os professores reivindicam reajuste trimestral, 13º salário; paridade para os aposentados; posse imediata dos concursados, luta em defesa do professor na zona rural; eleições diretas para diretores de escolas e delegados de ensino; constituinte democrática, livre e soberana. Em todos os Estados haverá manifestações semelhantes (ZH, 11/4/85, p 34).

Era o resumo da pauta, de certa forma, que nortearia os movimentos de luta reivindicatória em 1985. A entrega do documento se deu junto com a realização de um ato com faixas, cartazes e som o que caracterizou, assim, formas mais ousadas e de maior enfrentamento para encaminhar as reivindicações e mesmo na relação com o governo: “Salzano e Paulo tiveram um diálogo áspero, que só não chegou à discussão por que Motta interveio. O ambiente estava tenso na Casa Civil quando os professores entregaram o documento” (ZH, 12/4/85, p. 34).⁷⁵ Após tal ato, nota assinada pelo Conselho do CPERS nos jornais fez a divulgação da pauta docente e, ao mesmo tempo, criticou de forma pública o Governo Estadual. O tom crítico ali registrado foi bastante forte, ao mesmo tempo em que tinha boas expectativas quanto à democratização em termos nacionais. As principais críticas reclamavam da falta de negociação, do não encaminhamento dos acordos na comissão mista e da não publicação das promoções da carreira aos docentes. Havia o sentimento que no governo nada avançava para a categoria em suas reivindicações. A convocação para a assembleia de 10 de maio encerrava o texto (figura 9).⁷⁶

A expectativa positiva na Nova República, após o período civil-militar, esteve no discurso do presidente do CPERS em outros momentos, como na reportagem sobre os 40 anos da entidade. Ao lado do retrospecto das lutas e do crescimento da associação, Egon sugeriu que existiam esperanças de melhorias a partir do novo regime “na medida em que os novos governantes serão forçados a atitudes que realmente atendam aos anseios da população”. Ao mesmo tempo, ressaltou que nada viria de graça: “(...) a luta deve continuar em todos os setores” (ZH, 21/4/85, p 36).⁷⁷

⁷⁵ Os nomes citados se referem a Paulo Egon, Presidente do CPERS; Adylson Motta, Chefe da Casa Civil e Francisco Salzano Vieira da Cunha, Secretário da Educação.

⁷⁶ A decisão sobre a data da assembleia em 10 de maio ocorreu em reunião do Conselho de Representantes, assim como todo um calendário de mobilizações por todo o estado (Ata Conselho de Representantes, 01/85).

⁷⁷ No jornal do CPERS, texto sobre a posse de Sarney expôs de forma mais evidente a posição daquela diretoria sobre o governo recém-empossado: “Com a posse no dia 15 de março do vice-presidente eleito José Sarney, (...) instala-se a Nova República no país. Como afirmou o presidente: ‘encontramos, depois de algum tempo, o bom e velho caminho democrático’. (...) o governo terá que fazer jus à lição de fé, perseverança e vontade de mudar que nos legou Tancredo. O comando da Nação tem de se manter fiel ao projeto da Nova República”. A expectativa dos líderes do CPERS era manutenção dos compromissos da Aliança Democrática e dos acordos entre PMDB e PFL e, ao mesmo tempo, afirmavam que os trabalhadores não poderiam ser mais penalizados pela crise econômica. Ao menos inicialmente, as esperanças estavam lançadas (Magister nº 82: abril-maio/85, p. 3).

Figura 9: Nota Oficial do CPERS, abril/85

APEDIDO

CPERS CENTRO DOS PROFESSORES
DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL

NOTA OFICIAL

O Conselho Geral do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) vem a público manifestar a certeza de que vivemos um momento novo no país e que por isso se abrem perspectivas de conquista das nossas justas reivindicações.

O povo gaúcho, que tem desempenhado importante papel na caminhada democrática, começa a participar de forma ativa na consolidação da democracia no país.

Neste contexto, acreditamos que o governo do Rio Grande do Sul terá que reavaliar sua postura na forma como vem tratando as reivindicações dos diferentes segmentos da comunidade gaúcha e do magistério público estadual. O diálogo entre SEC/CPERS vem sendo gradativamente dificultado pelo não atendimento, por parte do governo, às reivindicações do magistério.

Um diálogo não avança quando reivindicações não são atendidas ou contrapropostas não são apresentadas. Nosso diálogo não avança quando a Comissão Mista SEC/CPERS foi desestabilizada pelo governo; quando o projeto de eleição de diretores, enviado pelo Legislativo, foi vetado pelo Poder Executivo, e quando o projeto da categoria, elaborado pela Comissão Mista SEC/CPERS, nem sequer foi encaminhado ao Executivo; quando professores mobilizados nas escolas no dia 8/11/84 para debater as questões da educação, receberam falta não justificada; quando os salários dos professores são pagos com atraso; quando as contratações continuam e os concursos não se realizam; quando as promoções não são publicadas e as alterações de nível são publicadas com atraso; quando se fazem remoções arbitrárias de professores; e quando a categoria é desconsiderada na pessoa de representantes por ela eleitos.

Como educadores somos firmes em nossos propósitos, e sabemos que é a continuidade de nossa luta que nos conduzirá à vitória. Portanto, não serão as negativas às nossas reivindicações nem a tentativa de desgastar a imagem de nossos legítimos representantes que abaterá nosso ânimo e destruirá a confiança que neles depositamos.

Nada impedirá que o Magistério, cada vez mais unido e mobilizado, faça jus à sua história de lutas e prossiga na caminhada pela conquista de suas reivindicações e por dias melhores, em perfeita consonância com as aspirações do povo gaúcho e da sociedade brasileira.

Somos perseverantes. Demonstraremos esta perseverança na Assembléia Geral do Magistério no dia 10 de maio. E estaremos sempre abertos ao diálogo porque nele acreditamos como a única forma democrática de encontrar soluções.

Porto Alegre, 12 de abril de 1985
CONSELHO GERAL DO CPERS
Firma reconhecida na forma da lei.

Fonte: ZH, 16/4/85, p. 36

Quanto à assembleia de 10 de maio, existia a previsão de uma grande reunião na medida em que esta se aproximava, por toda preparação ocorrida desde o início do ano e pelo clima existente. Em encontro com o Presidente do Legislativo no mês de março, Paulo Egon insistiu ainda na pauta dos docentes para aquele ano: “(...) além do reajuste salarial trimestral, a concessão do 13º ainda este ano”. Segundo o CPERS, apenas o Rio Grande do Sul não pagava o 13º salário (ZH, 30/3/85, p. 24) e, gradativamente, a situação do magistério foi sendo publicizada ante a população. Ao final de abril, a possibilidade de greve já estava sendo especulada em conteúdo de reportagem, mesmo que não assumida por Paulo Egon de forma antecipada. A escalada inflacionária era um fator também de aflição às condições materiais de vida dos docentes e assim foi comentado pelo presidente: “(...) em 1984 para uma inflação de 220% os professores receberam um reajuste de 142%. Neste ano, para uma inflação prevista de 300%, o reajuste foi de 191%” (ZH, 30/4/85, p. 39).

O início de maio apenas confirmou a tendência de crescimento do movimento: assembleias regionais encaminhavam indicativo por greve e cerca de 200 ônibus eram esperados vindos do interior. Nas palavras de Egon, estava sendo preparado “o maior movimento da história do magistério gaúcho”, como registrou ZH, ao final da reunião do Conselho de Representantes do CPERS, evento amplamente noticiado (ZH, 4/5/85, p. 33). O movimento da base da categoria era intenso, conforme relato da diretora do Núcleo da capital Marli de Araújo:

Ela acrescenta que durante toda esta semana os professores estarão reunindo-se nas suas escolas e nas chamadas zonais, quando uma escola serve de sede da reunião para todas as outras do bairro. Nestas reuniões, que vêm se realizando desde março, a cada semana dobra o número de participantes, numa clara demonstração de que a mobilização da categoria é crescente. Também no interior do Estado o interesse dos professores em participar da mobilização vem aumentando, principalmente depois da resposta do governador Jair Soares às reivindicações da categoria (...)” (ZH, 7/5/85, p. 36).

A reunião de diretoria do CPERS realizada no dia 8 de maio já se preocupava com a formação do Comando de Greve, pensando os critérios de representatividade do mesmo, além da organização prática da assembleia que já se mostrava como um grande evento: microfones, falas, portaria, etc. (Ata Diretoria, 26/85). Por outro lado, as ameaças do governo

nas vésperas, semelhantes ao tempo do período civil-militar, também não surtiram o efeito esperado, ou seja, aparentemente a repressão à greve de 1982 ficou para trás e não impediu a nova ação paredista por parte daqueles que lotaram o Gigantinho em 10 de maio. Tal evento impactou a cidade com a entrada de mais de 200 ônibus em Porto Alegre: 35 núcleos, dos 40 existentes, tinham a posição pela greve, o que já demonstrava a tendência por tal decisão (ZH, 10/5/85, p. 36).

A assembleia, de fato, foi das mais expressivas da história do movimento até aquele momento. Avaliações oscilaram entre 20 e 30 mil presentes, o que exigiu a liberação da pista para ingresso dos docentes, afinal, as arquibancadas foram insuficientes. Durante a reunião, longo histórico do processo de mobilização desde 1984 foi registrado e lembrado aos presentes, além dos inúmeros ofícios, “a pedidos” publicados na imprensa e audiências com representantes do Executivo. Na defesa da greve, não houve alguém que defendesse contra e a mesma foi aprovada por unanimidade (Ata Assembleia, 03/85).

O registro em ZH destacou o início da reunião onde concorriam “Jovens com suas roupas mais descontraídas, gaúchos pilchados, muita gente de mais idade e até de cabelos brancos tomavam o Gigantinho (...)”. A dinâmica do início dos trabalhos, como de praxe, foi aberta com o Hino Nacional “que todos cantaram de mãos dadas, fazendo eco não só dentro do ginásio mas também na sua área externa, (...). O entusiasmo dos professores mostrava a disposição com que chegaram” (ZH, 11/5/85, p. 24). Quanto à aprovação da greve, assim foi relatado pelos jornalistas presentes:

Às 16h30min (...) a maior assembleia que os professores realizaram até hoje já tinha aprovado, por unanimidade, a greve geral, por tempo indeterminado, a partir daquele horário. A determinação dos professores era tanta desde o início dos trabalhos que foram poucas as propostas apresentadas e escasso o número de oradores, possibilitando que a assembleia não fosse cansativa (...) (ZH, 11/5/85, p. 24).

Ainda há o registro de forte comemoração dos presentes ante a decisão de greve por tempo indeterminado, logo antes da eleição do Comando de Greve. “A aprovação da greve foi uma autêntica 'explosão' e ninguém segurou o plenário, que por vários minutos manifestou-se como pôde (...)”. Ao final da reportagem, ficou a impressão de que “Quem passou praticamente a noite viajando, percorreu mais de mil quilômetros, saiu

satisfeito. No rosto, os gestos, a certeza de que o sacrifício valeu. (...) os professores abriam um novo caminho em busca de suas reivindicações” (ZH, 11/5/85, p. 24).⁷⁸

O clima de mobilização estimulou os dirigentes do CPERS a afirmar que a greve atingiria os 100% dos professores estaduais, ao lado da expectativa de que o governo se posicionasse ante as reivindicações docentes. Ao final da reunião, os ônibus passaram em caravana ao lado do Palácio Piratini, enquanto parte dos grevistas ocupavam a praça e gritavam slogans. O receio de uma possibilidade de invasão do Palácio Piratini levou ao fechamento da rua pela Polícia, mas nenhum evento foi registrado neste sentido (ZH, 11/5/85, p. 25).

Assim, logo no sábado foi percebida a adesão expressiva à decisão da assembleia estadual: as escolas não abriram e mesmo aquelas com previsão de aulas tiveram professores organizando a paralisação. Por sua parte, o Comando de Greve já organizava as orientações ao movimento desde o final da reunião do Gigantinho (ZH, 12/5/85, p. 27). No Comunicado nº 1 do Comando Geral de Greve, foi destacada a massiva e madura decisão da “maior assembleia já realizada na história do magistério”, ao mesmo tempo em que considerou “que nossa luta traduz, na sua essência, um verdadeiro ato pedagógico”. Reafirmou, ainda, o compromisso pela democratização e transformação social na área educacional ao mesmo tempo criticando as ameaças punitivas do Secretário Salzano (ZH, 13/5/85, p. 29). Os dados do CPERS e o levantamento da imprensa indicavam uma adesão próxima a 95% da categoria docente nos primeiros dias do movimento. Chamava atenção também o apoio popular ao movimento:

A adesão ao movimento de greve está se mostrando bastante abrangente também no interior do Estado. Em diversos núcleos do CPERS, os dirigentes informaram que não só os professores não estão dando aulas, mas também a comunidade formada por pais de alunos tem oferecido apoio, através dos CPMs. (...) diretores de escola e professores que trabalham junto às Delegacias de Educação aderiram à paralisação (ZH, 14/5/85, p. 30).

⁷⁸ Em ofício do CPERS encaminhado ao governador, ao mesmo tempo em que externava oficialmente a tomada de decisão pela greve e apresentava a formação do comando desta, os docentes apontavam o desejo e “sua disposição de manter o diálogo como forma de chegar a uma solução que atenda suas reivindicações” (Ofício nº 486/GAB/85, 10/5/85).

A Associação dos CPMs, aliás, redigiu nota em apoio à greve e às reivindicações centrais do movimento, com um tom crítico ao Governo Estadual semelhante ao verificado no conteúdo das manifestações do CPERS (ZH, 15/5/85, p. 29).

Figura 10: Registro na imprensa do início da greve docente de 1985

MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
"HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA" H

PROFESSORES GAÚCHOS ENTRARAM EM GREVE

Assembléia decide movimento por tempo indeterminado



Professores querem o 13º salário, a semestralidade e a eleição direta dos diretores de escola. Logo depois da assembléia de ontem, que lotou o Gigantinho, os professores entraram em greve. Governo diz que o movimento é ilegal, mas aceita dialogar. PÁGINAS CENTRAL e 26

**Paralisação
deve começar
hoje nas
escolas do
Estado**

Mais de 20 mil professores lotaram o Gigantinho na assembléia convocada pelo Cpers

Governo insiste: diálogo não está esgotado

Júlio César Freijó/7/1

Fonte: ZH, 11/5/85, capa.

Logo na primeira semana, os dirigentes paredistas receberam um convite para reunião com o Executivo com o objetivo de colocar “a disposição todos os elementos referentes às finanças públicas estaduais”. O Comando, por sua vez, esperava por uma proposta concreta por parte do governo e não apenas demonstrativos (ZH, 16/5/85, p. 30). Tal reunião acabou negada por parte do Comando. Outra faceta da greve de 1985 foram as ações públicas, não apenas dos docentes, mas unificadas com outros trabalhadores. Uma semana após a greve, os professores articularam uma manifestação em frente à Prefeitura da capital que reuniu cerca de quinze mil pessoas. Além do magistério, compareceram bancários, vigilantes, carteiros e telefônicos, categorias em luta naquele momento: “A população que observava a gigantesca passeata dos trabalhadores, ontem, comentava unanimemente que aquele era o maior movimento organizado já visto nas ruas de Porto Alegre” (ZH, 18/5/85, p. 24). A formação do Comitê Unitário dos trabalhadores em luta sugeria também que novos protestos seriam organizados enquanto as pautas profissionais não fossem respeitadas. Ao mesmo tempo, passeatas e eventos docentes foram noticiados em diversas cidades do estado.

Com o passar dos dias, ficou evidente a demora quanto à realização de uma reunião efetiva de negociação, o que foi reclamado pelo Presidente Egon: “O momento é muito sério e muito grave (...) não há razão para o governador estar marcando para a outra semana o encontro” (ZH, 19/5/85, p. 31). Naquela altura, ainda não havia data indicativa e o Comando desejava uma audiência com o líder do Executivo e nada menos que isso. Assim, tal agenda foi convocada para o dia 22 de maio, momento no qual, segundo o Secretário de Educação, “alguma coisa deverá ser concedida” (ZH, 21/5/85, p. 28).

Neste encontro, Jair Soares se comprometeu a constituir uma contraproposta alicerçada em estudos da Secretaria da Fazenda e adiantou o encaminhamento favorável à eleição de diretores. A reunião foi considerada pela imprensa como cordial, mas sem acordos. Durou cerca de duas horas, teve a cobertura jornalística o tempo inteiro e, fora do Palácio, a praça esteve lotada de professores aguardando os resultados. Por parte do Comando de Greve, ficou clara a indisposição de participar de comissões de estudo, pois estas se estendem demasiadamente e quebram a mobilização existente e, ainda, que as “reivindicações prioritárias da categoria são inegociáveis”, sendo negociáveis unicamente os prazos e as condições (ZH, 23/5/85, p. 28).

A partir da reunião de negociação, os docentes partiram para dias de mobilização com vigílias, caminhadas e atos públicos no interior e na Capital. No início da semana seguinte haveria show de solidariedade ao movimento no Auditório Araújo Vianna com artistas como Vitor Ramil, Kledir, Borghettino, Elton Saldanha, entre outros. Na terça estavam previstas manifestações em várias partes do estado na forma de concentrações em locais públicos. De qualquer forma, diversos relatos em ZH seguiam demonstrando manifestações locais de professores, com apoio dos CPMs, em cidades do interior ou regiões da capital, as denominadas zonais, as quais mobilizavam desde a base para ações efetivas nas comunidades. A edição dominical de ZH em 26 de maio, aliás, se dedicou a registrar acontecimentos cotidianos do movimento.

Nestes 17 dias de greve, tem sido constante a realização de passeatas em diversos bairros da cidade, promovidas por professores, ou ainda pelos pais de alunos das escolas estaduais. Todas elas têm como objetivo esclarecer a população sobre os motivos do movimento (...). Ontem foram realizadas cinco caminhadas em vários pontos da cidade (...) (ZH, 26/5/85, p. 28).

Também o dia a dia de muitos docentes mudava com a greve, especialmente aqueles vinculados ao Comando, como o cotidiano de Maria Fátima Floriano Alves, destacada em ZH: “Passar 14 horas dentro de uma sala atendendo ou fazendo ligações telefônicas (...) até sem tempo para refeições, como nos primeiros dias da paralisação (...)”. Inúmeras professoras, como Fátima, precisaram lidar com a dificuldade de deixar seus filhos em creches, parentes ou mesmo levá-los ao CPERS nos finais de semana: “Apesar do sacrifício e dos problemas causados em casa, a professora (...) mostra seu entusiasmo ao lembrar que está colaborando para que a importância do magistério seja reconhecida (...)”. De qualquer forma, para centenas de ativistas deste movimento, havia compensações para a vida militante: “Em casa sua satisfação aumenta ao ouvir dos filhos a resposta de que ‘a mamãe tá batalhando por nós’, ou repetirem palavras que já se tornaram comuns para crianças de quatro ou cinco anos como mobilização, greve ou paralisação” (ZH, 26/5/85, p. 28).

A greve de 1985 amadurecia como um movimento de dentro para fora, por ter esta relação com a comunidade já descrita, ao mesmo tempo em que, em função do contexto nacional, em especial, não havia o receio da repressão autoritária. Também foi um

movimento de grande produção de materiais mobilizatórios e de divulgação, chegando a cerca de “300 mil cópias impressas nas duas semanas de greve”, fazendo a gráfica funcionar madrugadas adentro e 24 horas por dia, com quatro trabalhadores gráficos se revezando em turnos (ZH, 26/5/85, p. 30).

Como consequência do peso desta mobilização, o Governo Estadual se movimentou no sentido da construção de uma contraproposta, bastante aguardada para o dia 29 de maio. Os docentes mobilizados esperaram as notícias por parte do Executivo até o fim daquela tarde. Em quinze minutos a proposta foi entregue pelos Secretários da Educação e da Fazenda ao Comando de Greve. Tal proposta foi lida “aos 22 membros do Comando que, a cada item, demonstravam desagrado e impaciência”.⁷⁹ Salzano também demonstrou irritação, segundo a sensibilidade do jornalista de ZH. Mesmo decepcionados, tal proposta seria encaminhada à avaliação do conjunto dos professores, conforme relato de Paulo Egon, num prazo ao redor de três dias (ZH, 30/5/85, p. 28).

A vigília aguardando a proposta incluiu cerca de três mil professores em frente ao prédio da SEC, os quais portavam velas especialmente pelo cair da noite. Depois de saber dos itens anunciados, se dirigiram à frente da sede do CPERS, onde Egon os leu a todos os presentes. Como reação, os presentes “vaiaram item por item da proposta do Governador Jair Soares” (ZH, 30/5/85, p. 28). Parecia um indicativo que a proposta não agradara. As reações das lideranças foram, em geral, críticas aos itens sugeridos pelo Executivo, especialmente por desconsiderar os 2,5 salários mínimos como referência de piso.

Assim, gradualmente a partir das discussões em assembleias regionais e nas escolas, a proposta foi negada e repudiada pela base docente. Em nota assinada pelo Comando de Greve e pelo Conselho de Representantes, ocorreu o rechaço de cada item proposto, especialmente por sua “linguagem imprecisa e ambígua (...) infere-se a incoerência do governo que, ao declarar ter pressa de que os alunos voltem às aulas, não apresenta nenhuma solução às reivindicações da categoria” (ZH, 23/5/85, p. 28).

⁷⁹ Entre outros itens, a proposta do Executivo fixava um abono salarial de 30% a partir de 1/7/85 até o mês de novembro, semestralidade a partir de novembro e maio de cada ano, tendo por base o INPC e obtenção de recursos por via de operações de crédito, concessão do 13º em 1985 com um teto de Cr\$ 1.500.000,00, 25% de gastos da receita dos impostos estaduais na educação e 35% a partir de 1986 e ainda a eleição de diretores, via lista tríplice (ZH, 30/5/85, p. 28).

A rejeição foi unânime nas assembleias regionais e logo o Executivo passou a se mobilizar para construir uma nova, considerando a péssima recepção da primeira. A Casa Legislativa também começou a despontar como mediadora do impasse entre governo e docentes. Em avaliação de ZH, era preciso “encontrar uma saída honrosa para o governo e o magistério”. Em geral, o impasse e a demora incomodavam as avaliações editoriais dos periódicos e a nova esperança era a mediação do Legislativo, pois “em última análise, será lá naquela Casa que as decisões, bem ou mal tomadas, se transformarão em lei”, sugeriu a reportagem (3/6/85, p. 30).

Assim, nova reunião entre as partes ocorreu dia 3 de junho, momento no qual o diálogo se colocou, embora sem avanço propositivo. Iniciando o mês de junho, a adesão à greve seguia alta conforme os relatos da imprensa e do CPERS (ZH, 4/6/85, p. 43). No dia 5 de junho, numa temperatura próxima a dez graus, cerca de dez mil professores fizeram ato público com a participação de dezenas de entidades e partidos como PMDB e PT, além dos não legalizados na época, PCdoB e PCR. Assim registrou-se em ZH:

Mais papel picado vai sendo jogado na medida em que a passeata prossegue. É um longo passar, que atrai manifestações de solidariedade pelo caminho. (...) Soldados (...) começam a tomar posições diante do prédio governamental. A multidão contida pelo cordão humano da BM começa a se aglomerar defronte ao palácio (...). Muitos são os cartazes (...). O motorista de uma Kombi (...) resmunga algo como “vão trabalhar su...” (ZH, 6/6/85, p. 24).

A solidariedade aos movimentos grevistas não foi sempre homogêneo e absoluto por parte do conjunto da sociedade, como demonstra o fragmento de reportagem acima destacado. Quanto mais visível e publicizada era a situação do profissional docente, combinado com o desgaste político do Executivo a tendência era uma legitimação maior dos protestos públicos. Em 1985 assim parece ter ocorrido.

No dia 7 de junho, o governo optou por apresentar um projeto de lei e encerrou o diálogo com os professores, afirmando em audiência que “não tem condições de dar mais nada do que já concedeu”. Fixou, ainda, o prazo de segunda feira para o retorno às aulas ameaçando com faltas e descontos aos que não obedecessem. Em tal projeto, era incluído o piso de 2,5 salários mínimos, mas considerava o salário vigente no semestre “imediatamente

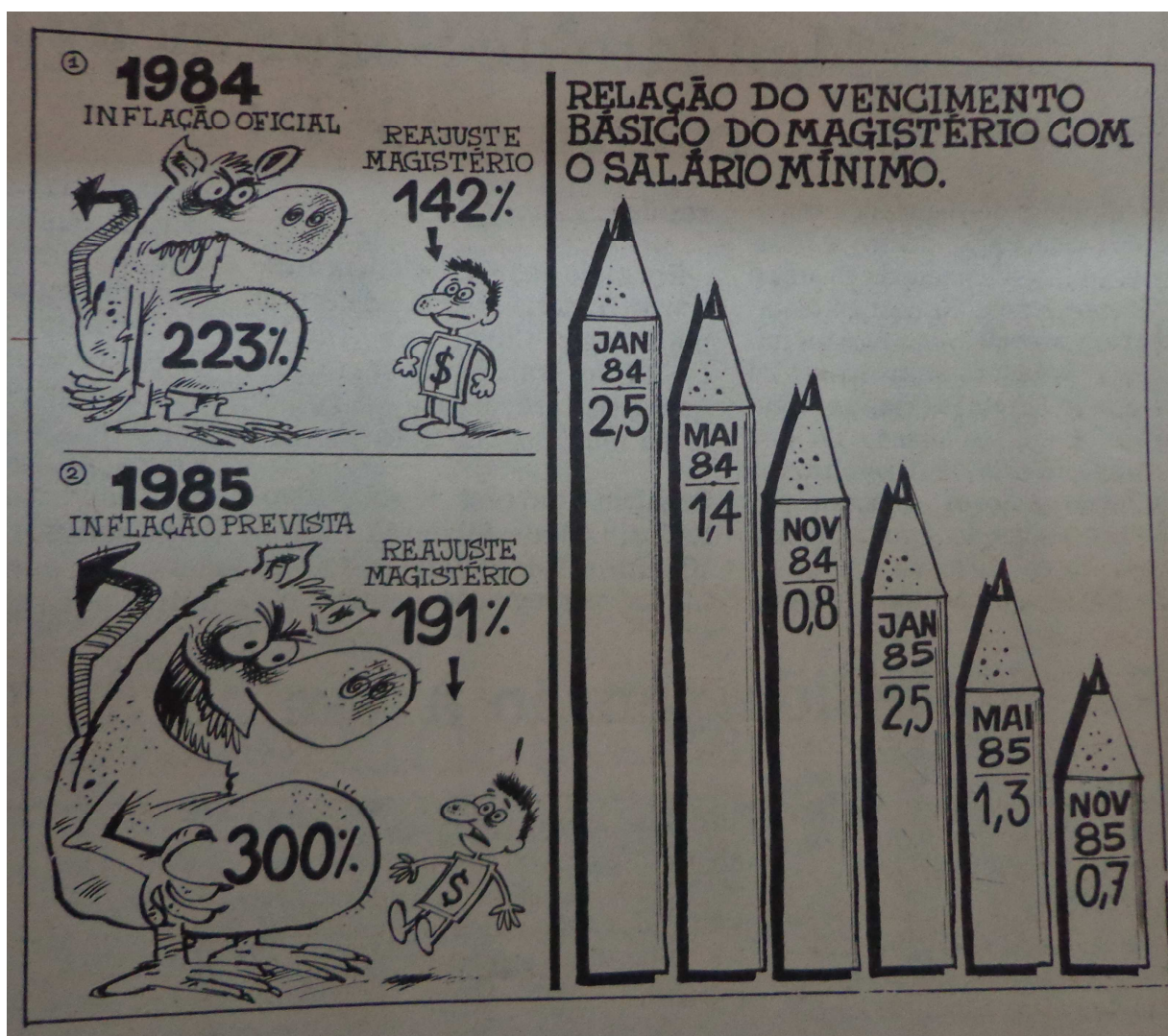
anterior” e não o específico do mês do vencimento. A reação do Comando de Greve foi de repúdio ao método autoritário, ao deboche e à perspectiva de perdas concretas comparadas ao Acordo/80: “Os integrantes do Comando salientaram, ainda a ironia com que o Secretário Hipólito Campos tratou os professores na reunião de ontem, mandando-os ‘dar suas aulinhas’” (ZH, 8/6/85, p. 32).

Como já observado, o desrespeito ou o descaso por parte daqueles que deveriam resolver os impasses, por vezes aumentava a indignação coletiva. Assim, o Comando também chamou a manter a mobilização e a debater o que deveria ser feito nos próximos dias. Conforme descrito no Comunicado nº 12 do Comando de Greve (14/6/85) ao mesmo tempo em que as lideranças se movimentaram no sentido de buscar apoio nas bancadas do Legislativo “visando delas obter uma tentativa de reabertura de diálogo”, também gestaram a rejeição do projeto encaminhado, pois o governo havia “ignorado as instâncias democráticas de decisão da categoria”. Vale ressaltar que a oposição a Jair Soares era maioria na Casa Legislativa. O Comando considerou a resposta dos líderes partidários como “pronta disposição e rápida ação” por parte dos mesmos e, na semana seguinte, o diálogo acabou sendo retomado, não sem antes um impasse de alguns dias.

Ao mesmo tempo em que assembleias regionais eram realizadas durante o final de semana e na segunda, o Presidente Egon era taxativo ao afirmar que os professores não voltariam às aulas, pois esta decisão não poderia ser tomada pelo Secretário da Educação. Assim, estava dada uma queda de braços entre governo e Comando de Greve quanto ao retorno ao trabalho naquele dia (ZH, 10/6/85, p. 28). Em nota, o chamado à continuidade do movimento foi feito aos docentes: tal texto criticou firmemente a postura do governo que não apresentava soluções e rompia o diálogo, além de quebrar acordos anteriores. A inflação alta da época acabava reduzindo gradualmente o piso de 2,5 salários mínimos caso valesse o vencimento do semestre anterior, o que foi didaticamente bem representado em charge do jornal *Magister* (figura 11). Além disso, as questões que não envolviam respostas financeiras não tinham posição favorável por parte do Executivo, segundo visão do Comando de Greve e do Conselho de Representantes. A ACPM também mantinha o apoio ao movimento: “(...) os professores não lutam apenas por uma melhoria salarial. Suas reivindicações vão

beneficiar a educação que chega aos nossos filhos”, comentou o presidente da ACPM Jocelin Azambuja (ZH, 10/6/85, p. 29).

Figura 11: Charge explica a defasagem do piso docente durante o ano



Fonte: Magister nº 81: março/85, p. 7

O impasse seguiu nos dias seguintes: em debate público na TV, o governo ponderou que sua última e definitiva proposta seria encaminhada para aprovação na Assembleia Legislativa, enquanto que os representantes docentes insistiam que “não haverá recuos, sejam quais forem as ameaças” (ZH, 11/6/85, p. 30). Naquele momento, o Executivo Estadual já

deixava claro que haveria descontos e mesmo demissões e novas contratações de professores, baseado na ilegalidade do movimento.

Tais ameaças e ultimatos não surtiram o efeito desejado quanto ao recuo do movimento: a Assembleia Legislativa indicava a reprovação do projeto a partir da pressão dos educadores e exigia novas negociações entre as partes. Assim, no dia 11 de junho, nova reunião foi agendada entre governo e grevistas, na qual se definiu pela formação de um grupo de trabalho paritário para dar prosseguimento à construção de propostas com prazo de 48 horas para definições. Como de praxe nesta greve, cerca de dois mil professores acompanharam a reunião do lado de fora do Palácio “em vigília, cantando, tocando sinetas e, no final, como já era escuro, acendendo tochas e velas” (ZH, 12/6/85, p. 29).

Os encontros deste grupo paritário aconteceram nos dias seguintes num clima relatado como de otimismo pelo conteúdo de imprensa. As punições foram suspensas enquanto as negociações evoluíssem. O Secretário da Educação, ao deixar claro que o governo não poderia pagar os 2,5 salários mínimos de piso no mês de maio seguinte, apontava a ideia de “encontrar uma forma alternativa de atender esta reivindicação, que é prioritária para a categoria” (ZH, 13/6/85, p. 28). Mas, concluído o prazo de dois dias para o funcionamento desta Comissão, ao contrário das boas expectativas, não houve acordo.

Surgiu, assim, a terceira proposta do governo, que incluía como novidade um piso de três salários mínimos para os professores com jornada de 44 horas. O Conselho do CPERS negou a proposta e encaminhou tal negativa às assembleias regionais, pois o piso desejado de 2,5 salários mínimos se referia a uma jornada de 20 horas semanais. Do ponto de vista da adesão ao movimento, as notícias seguiam divulgando um alto índice de grevistas (próximo da totalidade dos professores) mobilizados e concentrados, mesmo nas periferias:

O quadro é o mesmo em todas as escolas, não importando o bairro ou a vila em que ela se localiza. Nos portões, a presença indefectível da faixa - “Estamos em greve”, e, na sala dos professores, reuniões, discussões e trabalho de pintura em cartazes. Nos corredores, no pátio, nas salas de aula, nenhuma criança (ZH, 15/6/85, p. 29).

No dia 15 de junho, a partir da negativa dos docentes, um adendo foi realizado por parte do Executivo Estadual: gradativamente o piso seria elevado e chegaria aos pretendidos

2,5 salários mínimos em maio de 1987. Assim, com prazos dilatados, estariam atendidas as reivindicações centrais do magistério, segundo o governo. Tal proposta seguiu para análise dos docentes ainda durante aquele final de semana (ZH, 16/8/85, p. 35). O conjunto das reuniões regionais rejeitou especificamente os prazos e não a ideia central do adendo. Ficava claro que apenas o governo seguinte pagaria o piso integral reivindicado, apesar das promessas do candidato Jair Soares, durante as eleições, de cumprir o acordo negociado em 1980. Era esta a avaliação média do Conselho de Representantes e das assembleias regionais.

O novo encontro entre as partes, após esta definição, foi tenso, especialmente pela exigência por parte dos docentes que exigiam como prazo máximo para definições salariais o mês de novembro de 1985, aceitando boa parte dos outros itens já negociados. O impasse, em boa parte, seguia (ZH, 19/6/85, p. 26 e 27). No dia 20 de junho, a capa de ZH registrou grande manifestação com cerca de 20 mil professores na Praça da Alfândega, chegando a 30 mil na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini. Foi considerada a maior manifestação pública até aquele momento, superada apenas pela da campanha das “Diretas Já”, segundo avaliação de Egon.

Mais uma vez, ZH registrou a chuva de papel picado que caía sobre a passeata vinda dos prédios, além de uma forte e decisiva caminhada que se deslocou pelos principais pontos do centro de Porto Alegre: “E os professores não queriam dispersar-se. A manifestação continuava (...) os sinos continuavam badalando. As bandas tocavam e os estribilhos contra o governador prosseguiam” (ZH, 20/6/85, p. 32 e 33). De fato, o alvo das palavras de ordem foi centralmente o líder do Executivo com expressões do tipo “Jair omisso, assume o compromisso” ou “Professor na rua, Jair a culpa é sua”. O sentimento ao final do evento público era de que o movimento seguia forte, conforme as palavras das lideranças. O tom dos líderes políticos e sindicais oradores no ato foi bastante crítico à administração estadual (Figura 12). As sinetas foram amplamente usadas nesta e em outras manifestações. O simbólico objeto, aliás, surgiu nesta greve: nas vigílias em frente ao Palácio Piratini, bumbos e sinetas davam a tônica, chegavam a reunir quatrocentas pessoas por dia e incomodaram muita gente: “No início deste movimento, alto funcionário do Palácio chegou a solicitar ao CPERS que as professoras silenciassem suas sinetas”. As sinetas seguiram, por serem

importantes ao movimento, e mesmo deputados reclamaram não conseguir trabalhar na vizinha Casa Legislativa com o barulho destas (ZH, 21/6/85, p. 27).

Figura 12: Maior ato público na greve de 1985



Fonte: ZH, 20/6/85, capa

A sineta e outros símbolos como hinos e bandeiras passaram a marcar as ações públicas do magistério gaúcho. Originalmente, estas eram utilizadas “para marcar os períodos de início, intervalo e término das aulas nas escolas”, mas passam a representar

protesto e indignação nas ações de rua dos professores. O som coletivo do chamado “sinetaço” se tornou característico das lutas e manifestos a partir de então (Dresch, 1994, p. 29). Os rituais e simbologias são comuns na história de luta dos trabalhadores: desde os anos 1930, ao menos, adquiriram importância para os movimentos o desenvolvimento de símbolos, “como canções, *slogans*, poemas, hinos, gestos, indumentárias etc. Os estudiosos contemporâneos têm chamado a este processo ‘a mística’ dos movimentos sociais” (Gohn, 2012, p. 33). Tais místicas ou rituais podem ter encontro com atitudes tradicionais da fábrica ou do ofício do trabalhador, como recorda Hobsbawm:

(...) poderíamos esperar que os movimentos operários, na medida em que provenham ou dêem continuidade a processos de trabalho antigos e adotados há muito tempo – como na construção e na tipografia – absorvam muito dos rituais formais ou informais a eles associados. Alguns destes rituais não têm nenhuma afinidade especial com os movimentos operários, por exemplo, as inumeráveis “multas” e “pedágios” na oficina que – para tristeza dos defensores da abstinência alcoólica do século XIX – eram acompanhados de um trago coletivo, ou até mesmo de diversos (2008, p.102-103).

Segundo o autor, tais práticas rituais se aproximam do que ele define como “proto-sindicalismo”, situação na qual os personagens centrais na formação do movimento operário “eram, em grande medida, trabalhadores em ofícios especializados, educados e socializados na tradição do ofício e, neste sentido, estas tradições ajudaram a moldar as do trabalhismo moderno” (p. 103). Por analogia, guardando a importante distância entre os docentes e os trabalhadores das fábricas, os rituais do dia a dia do trabalho dos professores foram incorporados à simbologia das lutas, como no caso das sinetas. Ainda sobre o tema, Batalha explica que

A apropriação de locais públicos como espaço da política implica também a observância de certos procedimentos. A manifestação é um teatro político, que faz uso do espaço como seu palco. Essa teatralização vai desde a escolha do local, que pode ter maior ou menor peso simbólico, passando pela forma assumida pela manifestação (*meeting*, cortejo, etc.), pelo grau de ritualização de seus procedimentos (na ordem do cortejo, na apresentação dos estandartes, na forma e no momento de pronunciar discursos), para chegar até a indumentária dos participantes (2009, p. 257).

Rapidamente, a sineta foi incorporada oficialmente à mística do CPERS e, mais do que isso, como logotipo das lutas dos docentes do estado. Tal decisão ocorreu no ano seguinte, em reunião de dirigentes, quando as mesmas se tornaram símbolos oficiais do sindicato e foram incluídas na bandeira, além de diversos materiais impressos da entidade. Assim foi ampliada a dimensão e importância simbólica do objeto originalmente destinado a organizar a vida escolar (Ata Diretoria nº 65/86). Para assumir este novo patamar, as sinetas tiveram seu papel alterado, pois, em geral, “os objetos e práticas só são liberados para uma plena utilização simbólica e ritual quando se liberam do uso prático” (Hobsbawm & Ranger, 1984, p. 12). Desta forma, os pequenos sinos portáteis que, na ausência do sinal eletrônico moderno, controlavam o tempo e a mudança dos períodos nos turnos escolares, passaram a representar a presença dos trabalhadores daqueles locais.

Mais do que isso, demonstram a bronca com determinada situação e expressam uma identidade como uma espécie de “cimento de coesão grupal” (p. 21). A tradição das sinetas, mantidas até a atualidade, assim foi inventada na greve de 1985, caracterizada por fortes ações de rua e por atividades com expressivo senso criativo. Como recordam Hobsbawm & Ranger, tal invenção se caracteriza por um “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas”. A repetição de tal cerimonial identitário acaba implicando, de certa forma, numa continuidade em relação ao passado comum daquele grupo específico (p. 9). Desta forma, apesar das alterações das pautas em cada ano, em função do contexto e das necessidades, o estilo de apresentação e a demonstração da força daquele grupo reivindicativo seguia o ritual oficializado, mesmo que também variasse a quantidade do ativismo docente presente em determinado protesto. Outro aspecto a ser destacado é que tal simbologia não se resumiria às greves, podendo ser percebido em qualquer tipo de atividade militante que contasse com a presença dos educadores. Mais importante que o controle da separação dos períodos de aula, agora era o momento de ser visto e demonstrar sua presença, para muitos, incômoda e estridente. Assim se deu o renascimento das sinetas, aposentadas de sua função original a partir da modernidade dos apitos escolares automáticos.

Figura 13: Constantes sinetas em frente ao Palácio Piratini



Fonte: ZH, 14/7/85, p. 38

Enquanto as sinetas surgiam e cumpriam seu papel na greve de 1985, a bancada do PDS entrou na negociação a partir do dia 21 de junho e apresentou diretamente ao Comando de Greve uma formulação que adiantava o pagamento dos 2,5 salários mínimos em seis meses, para novembro de 1986 (ZH, 22/6/85, p. 23). Era um fato novo, pois a greve chegava nos 45 dias em clima de impasse e houve novos encontros entre as partes naquela semana entre 24 e 26 de junho. Ao mesmo tempo, os diretores de escola de todo Estado, reunidos em Porto Alegre, exigiram a resolução do impasse, o atendimento das reivindicações e a não punição dos grevistas, mesmo não sendo ainda cargos eleitos como desejava o movimento docente desde 1980. Estes, em nota, manifestaram “apoio às justas e legítimas reivindicações do magistério gaúcho, do qual fazem parte” (ZH, 25/6/85, p. 28).

A proposta dos legisladores do PDS se tornou a proposta oficial do governo e foi encaminhada ao Comando de Greve, apesar de representar grande aumento de gasto com

salários, segundo o Executivo: haveria assim o risco de não pagamento aos servidores durante o ano seguinte. Mesmo sem ter certeza nas condições de pagamento de tal vencimento aos docentes, a proposta foi assim encaminhada para o Legislativo em 27 de junho.⁸⁰ A partir deste dia, ocorreram assembleias regionais e uma estadual foi marcada: “o comando optou por convocar uma assembleia geral até segunda-feira, pois há indicações de vários pontos do Estado pedindo este encontro dos professores” (ZH, 27/6/85, p. 30). A ideia era avaliar o movimento, a proposta do governo e decidir os próximos passos a serem dados. Mesmo com críticas pontuais da base docente em relação à convocação desta reunião estadual, esta ocorreu no dia 1º de julho, tendo como pano de fundo novas ameaças de desconto de salários e demissões aos grevistas. O governador, em anúncio público no sábado, lembrou que a greve é ilegal aos servidores e aquela seria a última proposta a ser apresentada (ZH, 29/6/85, p. 27).

Apesar disso, cerca de 300 ônibus do interior eram esperados e a maior assembleia da história do CPERS foi realizada naquele dia, quando mais de 30 mil professores e professoras se reuniram em parte das arquibancadas do Estádio Beira Rio, sede do *Sport Club Internacional*, pois o Gigantinho não comportaria tal multidão. Tal reunião inédita rejeitou a proposta do governo e partiu na forma de uma imensa passeata até o Palácio Piratini. Na avaliação do Comando de Greve, aquela se constituiu na maior assembleia já realizada por uma categoria profissional no Rio Grande do Sul: “Ficou testemunhado, mais uma vez, o grau de politização, de consciência, determinação e convicção do Magistério, evidenciando a justeza de suas reivindicações (...)” (Comunicado nº 15, 3/7/85). Por sua vez, ZH registrou uma reunião ampla, desgastante e cansativa, em especial para quem viajara horas desde o interior:

(...) por volta da meia hora, alguns professores começaram a deixar o Estádio. Outros lembravam que além da chuva, estavam sendo castigados pelo “cheirinho do churrasco” mas ressaltaram que isso “é coisa que a gente não come há muito tempo” porque não tem mais condições. (...) o que mais entusiasmou foi o Hino da Greve, que todos cantaram de pé e cuja música é a mesma do Hino da Legalidade (...). (...) muita gente se emocionou ao ver

⁸⁰ Em relação ao piso dos 2,5 salários mínimos (SM) assim evoluiria na proposta encaminhada: 1,5 (SM) para 1º de novembro de 1985; 2,0 (SM) em 1º de maio de 1986 e finalmente 2,5 (SM) em 1º novembro de 1986. Havia, ainda, a garantia de reajuste sempre que o salário mínimo nacional sofresse alteração. 20% de reajuste seria concedido ainda no mês de julho, além da integralidade do 13º salário em dezembro de 1986 extensivo aos aposentados e a eleição e posse de diretores até final do ano de 1985 (ZH, 27/6/85, p. 31).

os 30 mil participantes cantando o “avante professores de pé, unidos pela educação” ou concluindo com “reivindicando verbas mais justas para o ensino e a categoria, elegendo diretor, ensinando democracia” (ZH, 2/7/85, p. 28).⁸¹

A passeata chegou até o Palácio Piratini e lá permaneceu por três horas, mesmo sob um garoa que insistia em cair, desde o Beira Rio. Mesmo ausente, Jair Soares havia gravado uma fala que iria ao ar em rádio e TV anunciando medidas repressivas, caso a greve continuasse. No entanto, a partir da negociação entre Comando, Legislativo e o vice-governador, após consulta a Jair, em Brasília, ficou acertado que tal gravação não seria utilizada até a retomada das negociações e, em troca, as vigílias docentes deveriam ser suspensas da Praça a partir daquele momento. Tal acordo foi assim descrito na perspectiva das lideranças do Comando de Greve, em texto avaliativo e explicativo amplamente divulgado na base docente: “(...) para o bom desenvolvimento das conversações se fazia necessário este acerto inicial, tendo em vista que era uma solicitação e não uma exigência, transmitiu esta posição aos milhares de professores presentes ao Ato Público” (Comunicado nº 15, 3/7/85).

Figura 14: Maior assembleia da história do CPERS, no Estádio Beira Rio

⁸¹ A letra completa do Hino, mais um dos símbolos das greves e do movimento docente surgidos a partir de 1985 é esta: Avante educadores / De pé, unidos pela educação / Lutemos todos juntos com fé / Neste momento, nesta nação / Reivindicar verbas mais justas / para o ensino e as categorias / Exigir nossos direitos / ensinar democracia (fonte: << <http://www.ptsul.com.br/?doc&mostra&20202>>>, acesso em 25/4/2016).



Fonte: ZH, 2/7/85, p. 28

Foi um dia exaustivo para os milhares de grevistas e após tantas atividades sob uma chuva fraca que não desistia de cair, chegava o momento no qual o cansaço dos presentes não pôde deixar de ser registrado, depois da longa jornada, como neste trecho da reportagem em ZH: “Não aguentamos mais, viajamos toda a noite, participamos da assembleia, caminhamos cerca de seis quilômetros em passeata e ficamos de pé, na praça, toda a tarde”, relatou uma professora em entrevista (ZH, 2/7/85, p. 29).

A partir do dia seguinte, a Praça da Matriz ficou vazia, foco de matéria em ZH. “O som das sinetas e bumbos, e das vozes dos professores, cantando ou repetindo as palavras de ordem do movimento da categoria, deram lugar, ontem, ao silêncio e à rotina na Praça da Matriz”. Os soldados da Brigada Militar ressaltaram o bom relacionamento entre eles e os grevistas, pois “nós respeitamos eles e eles nos respeitaram”, além dos taxistas da Praça, apoiadores do movimento: “Eu mesmo ganho três vezes mais que muitos professores. Do que adiantou eles estudarem (...). Se o Governador prometeu e não deu, eles têm mais é que reclamar” (ZH, 3/7/85, p. centrais).

Neste cenário, após a grande assembleia e a existência de dúvidas quanto ao pagamento dos vencimentos do mês de junho, no dia 4 de julho, novo encontro entre as partes foi realizado. Nesta reunião compareceram também os líderes dos partidos da Assembleia Legislativa e os prazos para pagamento do piso de 2,5 salários mínimos foram levemente reduzidos, adiantando para fevereiro a integralização dos 2,0 (SM) previstos inicialmente para maio. Quanto à integralização dos 2,5 (SM), tal possibilidade dependeria do acompanhamento das finanças estaduais, o que seria mensalmente realizado conjuntamente por governo e sindicato. Lá fora, na praça, cerca de 500 professores aguardaram até perto da meia noite, horário de término de tal reunião iniciada as 17 h e 30 minutos. Impedidos de usar sinetas e fazer barulhos, cartazes representaram tais símbolos nesta vigília derradeira perante o Palácio (ZH, 5/7/85, p. 35).

Tal encontro decisivo foi longamente descrito e registrado em reunião do Conselho de Representantes em 7 de julho. Ali, membros do Comando detalharam a postura dos governantes e do debate entre as partes. Segundo o relato, houve uma intransigência inicial do governador, reuniões em separado, pressão por parte dos líderes partidários e impasses constantes:

O Sr. Secretário da Educação manifestava que em nenhum Estado do Brasil, os professores ganham isso. Muitas manifestações ocorriam, tanto por parte do comando, como por parte dos srs. Deputados, mas o Secretário da Fazenda, muito mais que o Governador, continuava irredutível. (...) até que por nossa determinação e insistência dos Deputados que tiveram de se comprometer a apoiar alguns dos projetos do Sr. Governador. Este assentiu, após solicitar ao sr. Hipólito Campos, consentimento para alterar sua proposta, antecipando para fevereiro os 2 salários mínimos (...)” (Ata Conselho Representantes, 06/85).

Ainda segundo o relato, em reuniões apartadas, foi fechada uma avaliação dos integrantes do Comando que “essa semana era decisiva e o limite para a sustentação global do movimento”. Assim, os dirigentes da greve definiram por “esclarecer a categoria o que havíamos conseguido, sobre a necessidade de uma avaliação clara do movimento pela categoria (...)”, o que foi feito e acordado com os integrantes do Executivo e os líderes partidários. As pequenas alterações da proposta inicial foram discutidas e aprovadas na grande maioria (32 dos 40 núcleos) das assembleias regionais e também na reunião estadual

no dia 8 de julho no Gigantinho. Naquele momento, a ampla maioria dos 25 mil presentes concordou que o movimento estava esgotado, embora uma minoria de 5%, segundo ZH, tenha feito bastante barulho propondo a sequência da greve e agiram agressivamente após o fim da mesma “jogando cascas de frutas e copos plásticos no comando, e na imprensa”. Apesar disso, o Comando saiu da reunião, foi até o Palácio assinar o acordo junto ao governador e líderes partidários da Assembleia Legislativa. Na sequência, ao retornar para o Gigantinho, foi “festejado pela maioria dos presentes, que de mãos dadas cantaram o hino da greve (...)” (ZH, 9/7/85, p. 26).

No registro oficial do CPERS, a assembleia de encerramento foi disputada, mesmo que amplamente a base docente apoiasse o fim da greve e a aceitação da proposta amadurecida até aquele momento. Pelo “sim” ao acordo, o orador Eliezer Pacheco afirmou que “Nós não confundimos combatividade com incosequência (...) pela unidade da categoria, pela continuidade da luta, pelo fortalecimento cada vez maior do CPERS, é o sim, à vitória dos professores do RS”. Paulo Lopes teve sua defesa pelo “não” também registrada: “Devemos dizer aquele sim festivo do Acordo 80, devemos dizer sim como em 80? (...) Devemos dizer sim a nossa união até agora; o que quebrou nossa união? Foi a aceitação por parte do Comando desse acordo espúrio”! Após o debate, a proposta foi aprovada “por ampla maioria” (Ata Assembleia, 05/85).

Assim, estava encerrada a maior greve até aquele momento realizada pelos docentes do Rio Grande do Sul, a qual atingiu a marca de sessenta dias corridos (41 dias letivos). O sentimento médio na maioria dos ali presentes, conforme resolução aprovada na assembleia e registrada na mesma Ata, aparentemente atentava para o fato do magistério aceitar uma proposta que estava longe de atender as suas reivindicações, especialmente quanto aos prazos em período de grande inflação, mas, em vista do momento político, configurava-se como a saída possível.⁸²

⁸² “(...) votamos acima de tudo, pelas circunstâncias do momento político e pela manutenção da unidade da categoria. Entendendo que a mobilização não se limita à greve e não se esgota com ela, aceitamos a proposta, suspendemos o movimento grevista sem ufanismo e sem derrota, como uma vitória da organização e da unidade da categoria e reconhecendo os limites das circunstâncias políticas que esta Assembleia Geral democraticamente aceitou” (Ata Assembleia, 05/85).

Vale assinalar que contradições agudas em assembleias de final de greve foram comuns na história dos docentes e, em hipótese, o que motiva tal contexto vai bem além da luta de ideias ou pela melhor proposta. Muitas vezes se insere em projetos de disputas dos grupos ou correntes organizadas internamente ao sindicato, por exemplo. As fontes deste período - greves de duração prolongada - não tocam neste tema relativo a vida interna da luta sindical docente, mas as críticas e exigências nas assembleias poderiam visar o desgaste da direção de momento visando a disputa futura pelo controle da entidade. Eram aspectos da cultura militante sindical nem sempre apropriada ou entendida pela maioria da base de sócios.

3.2 A postura do Governo Jair Soares, o debate e a mediação do Legislativo

O Executivo Estadual teve durante o período da greve uma postura com semelhanças e diferenças se comparado ao antecessor Amaral de Souza. Partiu da ideia de repressão e ilegalidade, dialogou após esperar um certo tempo e justificou as dificuldades sempre pelo aspecto financeiro e não pela ilegitimidade das reivindicações. Ao contrário de Amaral, Jair Soares recebeu os grevistas durante o movimento em quatro oportunidades. Quanto às ameaças, dias antes da assembleia de 10 de maio, o Secretário da Educação foi taxativo quanto ao aspecto da legalidade: “os que aderirem ao movimento grevista poderão ser suspensos ou demitidos de suas funções uma vez que aos funcionários públicos é vedada a paralisação” (ZH, 8/5/85, p. 32). Por hipótese, parece que os governantes apostam que tais ameaças possam frear o ímpeto dos movimentos, o que não foi observado em 1985.

O debate legislativo, o qual contava com a inclusão do PFL nesta legislatura, desde março já assistia o destaque por parte da professora e deputada Ecléa Fernandes (PMDB), por exemplo, a temas como a semestralidade e o 13º ainda não garantidos aos servidores estaduais do Rio Grande do Sul (26ª sessão, 29/3/85). Por sua vez, a bancada do PDS, Partido da situação, dava pleno apoio às reivindicações do magistério, ao menos no discurso público: “são justas e procedentes todas as reivindicações do magistério do Rio Grande do Sul”, conforme sugeriu Airton Vargas, presidente da Comissão de Educação e Cultura (ZH, 9/5/85, p. 37). Vimos como o papel mediador da bancada pedessista foi determinante, em especial nos momentos finais da greve, pois esta ao mesmo tempo em que indicava o apoio aos

pedidos docentes, exigia reformas no campo tributário e as promessas da nascente Nova República no marco nacional. No depoimento de Jair Soares, o ex-governador também comentou tal questão: “Não dão nada. Eles são donos do bolo tributário, 63% é da União e só dá encargos aos Estados e Municípios, que sofrem mais ainda”.

Na disputa de discursos, o governo, através do Secretário Salzano, apontava ainda no dia da assembleia de 10 de maio que cumpria o acordo/80: “Apenas a eleição do diretor de escola ainda não foi cumprida entre todos os itens do acordo de 1980 (...)” (ZH, 10/5/85, p. 37). Sobre o tema, o próprio governador sentenciava:

O Governo não se nega, nós mandamos um estudo para a Procuradoria Geral do Estado. Há uma comissão que está examinando o assunto. A matéria não está esgotada, porque é complexa, porque de uma hora para outra nós vamos deixar de ter os cargos de confiança para as diretrizes do governo e adotar uma nova sistemática (ZH, 11/5/85, p. 25).

Amaral e Jair Soares tiveram dificuldades em conceber de forma tranquila a eleição de diretores, vistos como cargos de confiança que deveriam simplesmente repassar as diretrizes oficiais diretamente às escolas da rede. Tais posicionamentos do Executivo não impediram a decisão pela greve por tempo indeterminado em uma assembleia com grande presença dos docentes. Ao saber da decisão, o governo logo se posicionou pela manutenção do diálogo e reduziu o discurso relativo a punições, descontos e demissões, embora sempre considerando a greve como ilegal e sugerindo aos pais levarem as crianças às escolas. Ainda, aguardou para ter uma noção da dimensão do movimento a partir da segunda feira seguinte à assembleia. Neste dia, o governo precisou admitir que a adesão era expressiva. O Secretário Salzano “admitiu que este é o maior movimento que o magistério já realizou (...) 70% dos professores gaúchos aderiram ao movimento e 50% das escolas não funcionaram ontem” (ZH, 14/5/85, p. 27). Servidores atuando na Secretaria de Educação e nas Delegacias de Educação regionais aderiram à greve pela primeira vez na história do movimento. Nesta mesma reportagem, o Secretário foi direto ao ponto sobre as punições, deixando evidente que prováveis medidas repressivas dependeriam da adesão à greve: “Evidentemente que não poderemos instaurar sindicância para 70 mil professores (...) mas ainda há outros tipos de

punições como o desconto destes dias nos vencimentos, entre outros. Tudo dependerá do número de professores que sustentar a greve”.

Quanto ao reconhecimento da parede por parte do Ministério do Trabalho da Nova República, o Ministro Almir Pazzianoto já declarara que não reconheceria qualquer estado de greve até que a lei sobre o tema fosse alterada (ZH, 14/5/85, p. 30), o que ocorreu apenas em 1986.⁸³ De qualquer forma, com o crescimento do movimento, o governo deixou de lado momentaneamente o discurso da punição e da ilegalidade e apostou no debate sobre as finanças e o impacto financeiro das reivindicações docentes. As cifras de bilhões eram discutidas e a semestralidade, segundo o governo, dobraria a folha do Magistério, 45% do total da folha dos servidores estaduais (ZH, 15/5/85, p. 28).

No Legislativo, as promessas do candidato Jair Soares eram lembradas, assim como um desejado empréstimo pelo Executivo era condicionado, ao menos pela bancada opositora, a mudanças na atitude por parte do governo ante as reivindicações dos servidores:

(...) a promessa feita no palanque público não estava respaldada e condicionada a novos financiamentos externos. (...) a reposta deve ser dada no momento em que o Governo do Estado quiser sentar-se à mesa com o professorado gaúcho (...) não impondo condições, como se Assembleia (...) fosse responsável por aquelas promessas feitas através da campanha eleitoral (...) (Comunicação dep. Erico Pegoraro, PFL: 54ª sessão, 13/5/85).

Muitos deputados tinham discurso semelhante naquele período. Para o deputado Ruy Carlos Ostermann (PMDB), por exemplo: “o caso dos professores é grave sob todo ângulo em que se queira examinar a questão (...)”. As promessas feitas em campanha nunca eram esquecidas pela oposição ao governador e assim seguia o deputado peemedebista: “(...) não apenas porque eles têm absoluta justiça na reivindicação, mas porque esta reivindicação é antiga e vem sendo protelada e porque, sobretudo, a mesma foi proposta no ‘palanque’ (...)” (Aparte, 56ª sessão, 15/5/85). Deputados como Germano Rigotto (PMDB) reduziam a

⁸³ O Ministro Pazzianotto anistiou todos os dirigentes sindicais destituídos de seus postos desde 1964, era como uma sinalização de abertura (Skidmore, 1988, p. 499). Noronha recorda que, por um lado, a legislação sindical não se alterou profundamente mesmo com a nova Constituição em 1988, mas ela perdeu, na prática, os mecanismos claramente repressores como a possibilidade de intervenção nos sindicatos além de ocorrer a ampliação do direito de greve (1992, p. 50).

importância da crise financeira em discursos frente ao plenário lotado de professores em greve:

(...) tenta-se atirar a crise financeira do Estado, a responsabilidade pelos desmandos governamentais, a responsabilidade do centralismo governamental em cima do funcionalismo público e do magistério. Chega desse tipo de argumentação! (...) está na hora de o governo sentar-se a uma mesa com o magistério e (...) atender as reivindicações (...) (Comunicação de líder: 56ª sessão, 15/5/85).

A bancada da situação não questionava a legitimidade da mobilização, se colocava disposta a mediar o processo junto ao Executivo, mas aproveitava para comparar a greve gaúcha com os movimentos semelhantes ocorridos em estados governados pelo PMDB, como Goiás e São Paulo: “Como líder do Governo, coloco-me à disposição do CPERGS, dos professores e desta Casa, para manter um canal de comunicação aberto com o Governo (...)” (Comunicação de líder dep. Camilo Moreira, PDS: 56ª sessão, 15/5/85). Por parte do Executivo, apenas na semana seguinte ao início da greve, Jair Soares sinalizou algum grau de negociação a partir da marcação de uma reunião com os grevistas, mas seguia relacionando o aumento ao funcionalismo, o reajuste semestral e o pagamento em dia à autorização do empréstimo colocado na Assembleia Legislativa (ZH, 17/5/85, p. 24). Na mesma reportagem, considerou normal o movimento docente, pois “sou acostumado com a democracia” e, quanto às reivindicações, defendeu a semestralidade, sem citar o piso dos 2,5 salários mínimos: “Há um compromisso meu de dar a semestralidade, mas preciso de recursos. Não há necessidade nem de fazer greve. No momento em que eu tiver recursos, eu vou dar a semestralidade”.

Assim, numa quinta feira dia 22 de maio, houve o primeiro encontro entre as partes. Durou quase duas horas e teve a imprensa presente, sem definição de acordo. O governador se comprometeu a montar uma contraproposta e enviar aos docentes, mas adiantou que “não pode atender a todas as reivindicações salariais do magistério, pois os recursos arrecadados não permitem” (ZH, 23/5/85, p. 28). Para o deputado Porfírio Peixoto (PDT), discursando momentos depois do encontro, havia sido uma reunião onde “nada de conclusivo houve” (Comunicação: 61ª sessão, 22/5/85): apenas no dia 29 de maio foi entregue tal contraproposta ao Comando de Greve. Por parte do Executivo, havia a expectativa do retorno

da greve ainda naquela semana, considerando que tal proposta seria “completa, respondendo a todas as reivindicações (...) semestralidade, 13º salário, 25% do orçamento estadual destinado à educação e eleição de diretores de escolas”, segundo Salzano (ZH, 29/5/85, p. 26).

Como já descrito no item anterior, em quinze minutos a decepcionante proposta, do ponto de vista docente, foi entregue ao Comando e encaminhada para ampla rejeição nas reuniões de base. Salzano afirmaria ainda que tal proposição era definitiva, pois “dar mais seria passar um cheque sem fundo ao magistério” (ZH, 31/5/85, p. 26). Os qualificativos nos discursos legislativos sobre isso foram os piores, como no caso do deputado Carrion Júnior (PMDB):

Na verdade, a proposta do Governo ontem encaminhada representa uma agressão, representa uma provocação (...). O Governo do Estado, em 1980, gastava 23,5% da receita orçamentária em educação (...). Hoje, contudo, o governo Estadual está gastando 16,8% apenas. (...) Vale dizer, por essa proposta, no dia 1º de janeiro de 1986 o Magistério do Rio Grande do Sul terá um salário base não de 2,5, mas de apenas 1,5 salários mínimos. (...) essa proposta indecorosa e acintosa (...) o Governador do Estado está tentando criar maiores obstáculos ao entendimento (Comunicação: 68ª sessão, 30/5/85).

Apesar de propalada como definitiva, logo uma nova foi montada devido à ampla rejeição da primeira, inclusive na base do governo. Parte da situação considerava importante manter o piso de 2,5 salários mínimos como conquista histórica da categoria e, especialmente a bancada estadual do PDS, divulgava posições de apoio à greve docente e também ao governador na sua luta pela busca de recursos (ZH, 4/6/85, p. 42). Mesmo o deputado Pedro Américo Leal (PDS) reconhecia as reivindicações docentes, embora criticasse a oposição:

É claro que as reivindicações do magistério são justas. (...) O Governador do Estado está agora (...) buscando uma solução para o problema. Enquanto isso, as Oposições, desta tribuna, fazem manifestações desnecessárias e até subversivas. (...) eles são useiros e vezeiros desta maneira de fazer política. (...) na tribuna, iludem, prestigiando, justamente, os pontos nefastos da questão, enquanto, no impasse, o governador Jair Soares encanece seus cabelos. É um homem, hoje em dia, de cabelos grisalhos (Comunicação: 71ª sessão, 4/6/85).

O deputado Leal buscava criar expectativas na preocupação pessoal, nos cabelos brancos do governador e nos movimentos executados pelo governo, o qual realizou reuniões constantes de cúpula por toda a semana entre os dias 3 e 7 de junho. Neste último dia, apresentou um projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa encerrando o diálogo com o movimento docente e ainda exigindo o retorno às aulas na segunda-feira. O Executivo justificava sua atitude considerando que o atendimento das reivindicações causaria imenso impacto nas finanças do estado e, por isso, a referência de 2,5 salários mínimos obedeceria ao semestre imediatamente anterior. Tal defasagem de seis meses era necessária, pois “o Estado não tem condições de dar uma semestralidade integral, já que o salário mínimo vem crescendo mais que a inflação” (ZH, 8/6/85, p. 32). Mais uma vez se tratava de uma proposta definitiva, segundo o governo. A exigência quanto ao fim da greve foi formalmente assim registrada em ofício da SEC endereçado ao presidente do CPERS:

(...) os professores deverão retornar a suas funções, no próximo dia 10, segunda-feira, impreterivelmente, pois a efetividade, a partir daquela data, não será mais passível de qualquer negociação, atribuindo-se falta não justificada, tanto aos que não comparecerem por participarem do movimento grevista, quanto aos que, comparecendo, não atenderem suas atribuições funcionais (Ofício/GAB/NAA 002403, de 7/6/85).

Em entrevista ao jornal ZH naquela semana, o governador relacionou suas dificuldades na gestão do estado e a falta de recursos para atender as reivindicações dos servidores. Reconheceu a cobrança por suas promessas de campanha, mas afirmou que faltavam “meios que fogem ao seu alcance” para o cumprimento de parte destas. Aos professores em greve, declarou:

Uma palavra aos nossos professores, que foram à greve por mais justas condições de trabalho. Eu sei o que é viver de salário, e prometo, empenhando minha honra de cidadão, meu patrimônio cívico, permanentemente liberar o que o Estado tem, em seu favor. Eu sei, pela minha vida pessoal, qual é o valor de uma educação. Eu estou completamente ao lado dos que vivem para dar um futuro a nossos filhos e às minhas próprias filhas (ZH, 9/6/85, p. 35).

A luta pela reforma tributária foi uma pauta central em tal entrevista. Para Jair Soares, no ano do sesquicentenário da Revolução Farroupilha, se vivia uma concentração de recursos

no marco federal e um “centralismo que gerou a própria gloriosa Revolução de 1835” (ZH, 9/6/85, p. 35). Apesar destas observações, na segunda feira, o governo seguiu exigindo o retorno dos professores para as salas de aula no espírito do ofício acima descrito e ameaçando com cortes salariais e demissões. Para Salzano, a greve completava 30 dias “podendo incorrer em abandono de cargo, com o conseqüente desligamento do Estado”. Além disso, segundo o representante do Executivo, a proposta era “definitiva e não há razão para manter a paralisação”. Mesmo o Comando de Greve não ficaria ileso, por incitamento à paralisação. Para aliviar, concluiu que a ideia fundamental era “retorno imediato às aulas, e a conseqüente anistia correspondente aos 30 dias compensáveis”, ou seja, o perdão da greve dependia do retorno imediato ao trabalho (ZH, 10/6/85, p. 28).

No Legislativo, a proposta enviada unilateralmente foi recebida de forma explosiva pelos líderes da oposição, como o deputado Cezar Schirmer (PMDB), crítico ao corte do diálogo: “Não pode alguém propor o diálogo, o entendimento e a conversação tendo em uma das mãos uma péssima proposta e na outra mão o tacape da truculência sobre uma classe que se organiza na reivindicação dos seus direitos”. O deputado sugeria negociações entre as três partes: “(...) nós não conversamos nem conversaremos isoladamente com o Sr. Governador, ou isoladamente com o magistério. Podemos, sim, conversar, se for necessário, numa relação tripartite (...)” (Comunicação de líder: 73ª sessão, 10/6/85).

Chegava o primeiro mês completo de greve e o governo parecia disposto a uma queda de braço com o movimento, na figura do Secretário Salzano, o qual insistia que a folha de pagamento daquele mês viria com o desconto dos dias parados, que professores novos poderiam ser contratados e ainda que o Legislativo deveria aprovar a proposta encaminhada para não prejudicar “boa parte da categoria” (ZH, 11/6/85, p. 30). A intenção da Assembleia Legislativa, ao contrário, era não aprovar tal projeto e, a partir da pressão dos líderes partidários, o governador recebeu novamente o Comando de Greve no dia 11 de junho, momento no qual afirmou que dele “irão receber toda boa vontade” (ZH, 12/6/85, p. 28). Aparentemente, o Executivo dava giros constantes e rápidos em sua política perante a greve

docente, em especial pela persistência do movimento, sua adesão alta, o apoio da maioria dos legisladores estaduais e a pressão constante sobre o governo.⁸⁴

Como já analisado no item anterior, nesta reunião houve a formação de uma comissão paritária com tempo determinado para trabalho, sem grande sucesso e a terceira proposta surgida incluía o piso de 3 salários mínimos para um regime de 44 horas de trabalho por semana, o que tornaria o piso para os docentes com 22 horas de 1,5 salário mínimo e não mais 2,5. O governo, na figura do Secretário da Fazenda, Hipólito Campos, defendeu a proposta comparando a situação daquele momento e o que mudaria: “atualmente os professores só recebem dois salários mínimos e meio de janeiro a março, (...) o que faz com que sua média salarial seja de 1,25 salários”. Segundo o Executivo, 42% dos professores seriam beneficiados com o piso de três salários mínimos (ZH, 15/6/85, p. 22). Logo na sequência, o governo encaminhou o adendo garantindo a chegada ao piso dos 2,5 salários mínimos para 22 horas de trabalho semanal, mas vigente a partir de maio de 1987, na gestão seguinte: “É um adendo para o futuro (...) trata-se da posição definitiva do Governo, já que o Estado não tem condições de pagar mais”, afirmou Salzano, ao entregar o adendo ao Comando de Greve (ZH, 16/6/85, p. 35).

A rejeição nas assembleias de base, em especial dos prazos dilatados, fez o Comando pressionar e pautar o Executivo no sentido da redução destes. O governo buscava demonstrar em números a impossibilidade da reivindicação do pagamento do piso ainda em novembro daquele ano, pois a cifra necessária para isso chegaria próximo a Cr\$ 439 bilhões mensais, acima do disponível à folha dos servidores, “Se pagarmos o que pedem os professores, não poderemos pagar nenhum outro funcionário durante este ano”, afirmou Salzano em entrevista (ZH, 20/6/85, p. 33).

A bancada do PDS mais uma vez entrou no debate trabalhando também pela redução dos prazos inicialmente propostos. A deputada Dercy Furtado fez longa descrição de tal intervenção da bancada estadual do Partido. “Ficamos por mais de duas horas no Palácio Piratini, debatendo, discutindo, brigando, numa verdadeira luta com o Sr. Governador. Foram

⁸⁴ Mesmo o PDS dava mostras de pressão ante o governador. Em convenção realizada em meados de junho, votou uma moção de solidariedade ao magistério e um pedido a um encaminhamento favorável por parte do Executivo, conforme relatou o deputado Roberto Cardona (PDS) (Comunicação de Líder: 77ª sessão, 17/6/85). Em hipótese, representa o grau de legitimidade que o movimento obteve na sociedade.

momentos bastante difíceis”. A deputada não teve receios de detalhar as diferentes argumentações entre o líder do Executivo e sua bancada, possivelmente pressionada pelo movimento dos docentes, ainda forte naquela altura em todo estado: “Dizíamos que era preciso ouvir as propostas do CPERS. O Secretário da Fazenda estava presente na reunião. Depois de muita discussão, já passava do meio-dia, chegamos a uma proposta que foi aceita pelo Sr. Governador” (Comunicação: 81ª sessão, 24/6/85).

Assim, Jair Soares aceitou a ideia da chegada gradativa ao piso pretendido ainda durante seu governo, em novembro de 1986: a ideia era “terminar esta situação sem ferimentos”, embora não houvesse certeza quanto aos pagamentos em dia no ano de 1986 (ZH, 26/6/85, p. 28). A partir desta nova proposta, o governo voltava a ameaçar os grevistas e afirmava a incerteza dos recursos para honrar os pagamentos. Nas palavras de Salzano:

Ao fazer esta proposta, o Governador está jogando com o futuro, na expectativa de que ocorram fatos positivos na economia do Rio Grande do Sul, como maior arrecadação, reforma tributária, rolamento da dívida externa, entre outros (...) se não for aceita, o Governo passará a aplicar a lei (ZH, 27/6/85, p. 30).

Mais uma vez, o discurso era de que esta se tratava de uma proposta definitiva e encaminhada já em forma de lei à Assembleia Legislativa. Jair Soares confirmou tal ideia de repressão em entrevista: “Agora, a partir desta última proposta, é com tristeza até que digo, vou ter que aplicar a Lei” (ZH, 29/6/85). Apesar de mais uma rodada de ameaças oficiais, a assembleia docente do dia 1º de julho, a maior da história, exigiu mais ajustes na proposta do Executivo em relação aos prazos. O governador estava ausente do Estado naquele dia, mas desde a capital federal deu resposta aos pedidos da massiva reunião docente. Afirmou que nesta quinta proposta o magistério seria atendido até o final de seu governo em suas reivindicações e que suspendera a divulgação de um vídeo ordenando a aplicação da lei contra os grevistas. Ao mesmo tempo deixou claro que

(...) sou um homem aberto ao diálogo, mas não posso avançar mais, porque seria desonesto de minha parte prometer algo que não poderia cumprir. Se concedo mais do que o Estado pode pagar, o resultado seria de que, dentro de algum tempo, os professores estariam novamente em greve para receber o prometido (ZH, 2/7/85, pag. central).

A trégua se estabeleceu ao fim da assembleia a partir do contato com o vice-governador Claudio Strassburger e os líderes partidários. Naquela semana, novos contatos seriam feitos para retomar a negociação e apenas as sinetas, como exigência, deveriam se silenciar na Praça, em frente ao Palácio. Assim, no dia 4 de julho, em longa reunião, foram definidas algumas mudanças pontuais na proposta do governo, já citadas no item anterior da tese, as quais chegaram para avaliação nas assembleias regionais tendo grande aceitação.

Em depoimento, Jair Soares lembrou esse acordo que deu fim à greve de 1985. Segundo o ex-governador era um acordo para valer, com respaldo da Casa Legislativa: “(...) chamei a Assembleia para dar respaldo. Nós vamos nos comprometer a ‘tal dia’ pagar os 2,5... além do 13º e de dezesseis leis que eu dei pra eles. O Rigotto, o Schirmer e Valdomiro lideravam a oposição, assim como o Renan Kurtz”. Os detalhes da assinatura do acordo foram lembrados: “Começamos às 3 e 30, 4 horas e entramos noite adentro. Duas da manhã estava resolvido e se assinou um protocolo, publicado nos jornais e se começou a pagar na data acertada”. Em ZH, existe uma diferença no relato do horário, sugerindo que a reunião terminou antes da meia noite, algo secundário ante o cenário do acerto entre as partes.

Após a assinatura de tal acordo, o governo em alguns momentos deixou clara a dificuldade em imaginar o cumprimento financeiro das metas salariais ali contidas. Logo no dia seguinte, Jair Soares comentou: “Nós estamos dando mais do que poderíamos ao magistério. (...) aquilo que vai ser difícil de ser cumprido a partir de 87, mas a sociedade se manifestou (...) vai pagar a conta” (ZH, 6/7/85, p. 24). De certa forma, parecia até uma previsão do que realmente aconteceria nos embates posteriores entre estado e coletividade docente no Rio Grande do Sul.

No dia 6/8/85, a Assembleia Legislativa votou o acordo estabelecido entre as partes. Havia a expectativa de que estando na forma de lei, o piso salarial de 2,5 salários mínimos se manteria de forma permanente, segundo o discurso da deputada Ecléa Fernandes (PMDB), e não seria apenas um acordo de final de greve entre as duas partes. Deputados do PDS também saudaram o acordo e as conquistas docentes depois de tanto tempo de impasse, enquanto Germano Rigotto (PMDB) considerava limitados os resultados do movimento e que poderia haver mais: “Os dois salários mínimos e meio de piso deveriam ser pagos em novembro de 1985, em vez de 1986 (...). As promessas feitas no acordo de 1980 deveriam

ter sido respeitadas” (Comunicação: 89ª sessão). Assim, o projeto foi transformado em lei pelo voto unânime das bancadas e o acordo de fim de greve agora tinha poder legal. Será que isso seria suficiente para ser cumprido?

3.3 Entre 1985 e 1987: a lei também não é cumprida

A avaliação entre os docentes do movimento de 1985 teve um espaço especial. Um encarte⁸⁵ explicando detalhes da greve e também analisando as consequências da mesma foi elaborado e amplamente distribuído. Segundo o texto, a preparação da parede incluiu dez meses de trabalho, uma paralisação em novembro de 1984, visita a centenas de escolas, viagens ao interior e no litoral durante as férias, além do calendário de mobilização a partir de 15 de março aprovado pelo Conselho de Representantes (Greve/85: Avaliação e resultados, p. 19). Com o amadurecimento da ação grevista cresceu também a preocupação com o aspecto organizativo:

(...) no dia 3 de maio, o Conselho do CPERS percebeu que a greve era irreversível. E a diretoria da entidade elaborou e imprimiu, antes do dia 10, instruções acerca da greve e como agir até o dia 13 (segunda-feira), que foram distribuídas após a Assembleia do Gigantinho, o que foi fundamental para que a greve já nascesse adulta (Greve/85: Avaliação e resultados, p. 19).

O resumo realizado pelas lideranças da entidade era positivo quanto ao contexto dos sessenta dias de paralisação, vistos como um momento de união e determinação da base: “Todos participaram efetiva e ativamente, discutindo, opinando, votando e saindo às ruas para esclarecer a opinião pública e pressionando o governo, com organização, seriedade, com humor, criatividade e ordem” (p. 19). A imprensa também recebeu elogios em tal texto, pois teria não apenas feito a cobertura, “mas claramente apoiou nosso movimento” (p. 20). Vale salientar que as reportagens, as crônicas e a cobertura de fato davam destaque às reivindicações docentes e suas lutas, mas isso não significava que o conteúdo editorial de ZH fosse no mesmo sentido: em geral, ao contrário, este criticava o prolongamento da greve e a falta de soluções. Exemplarmente, quando a greve já completava mais de um mês, o editorial

⁸⁵ Tal publicação tinha o título de “Greve/85: Avaliação e resultados”, mimeo, CPERS.

do dia afirmava que o movimento estava “assumindo proporções cada vez mais sérias e uma abrangência mais ampla pelas consequências negativas que traz (...)”. O texto insistia na busca da conciliação sem vencedores ou vencidos e, segundo este, a comunidade do estado desejava “uma solução, para que não tenha que arcar com os prejuízos resultantes de negociações malconduzidas” (Editorial “É preciso superar o impasse”: 11/6/85, p. 2). Outros editoriais de ZH, publicados até o final da greve, seguiram na mesma perspectiva de análise.

86

Por fim, sobre o acordo conquistado, a avaliação das lideranças do sindicato expressava o sentimento que sem a mobilização não haveria a garantia das conquistas: “Sem greve teríamos este ano a média salarial de 1,56 salário mínimo de piso, com a greve teremos em média 1,91 salário mínimo de piso. Em 86, nosso piso terá como média 2,25 salários mínimos e a partir de 87, com o 13º, será de 2,7 salários mínimos”. Tais conquistas salariais são assim consideradas: “(...) foram tantas que os Partidos já se preocupam com o peso que isto significará para o próximo Governo, pois nunca tivemos salários tão altos (...)” (p. 22). Esta questão, bem avaliada, seria determinante nas lutas seguintes dos professores. Mas antes de sonhar com uma nova greve, eram lutas vislumbradas nesta avaliação a “(...) implementação do Acordo, a Constituinte, as eleições municipais, a reformulação partidária” (p. 22): pautas políticas que se avizinhavam no cenário a partir do segundo semestre de 1985.

No jornal *Magister*, avaliação semelhante foi amplamente destacada na edição após o término da greve. A relação entre governo e sindicato havia mudado a partir da parede daquele ano, “resultado inquestionável da nossa organização e de nosso poder de mobilização. Foi difícil a assimilação por parte do governo, porém, sobressaiu-se a lição democrática: construímos uma nova realidade para a educação e para o magistério (...)”. Ainda, segundo a mesma avaliação, a SEC havia sido um empecilho para a luta daquele ano, “contrapondo-se de forma ostensiva ao avanço das conquistas para a educação”. Ao mesmo tempo, o debate das finanças do estado e os dados técnicos vindos do discurso do Executivo representaram “a frieza dos números, o desconhecimento e o menosprezo à história de lutas e conquistas da categoria” (*Magister* nº 83: julho-agosto/85, p. 5).

⁸⁶ Após o dia 11/6/85 há editoriais sobre a greve nas seguintes edições de ZH: 13/6/85, 30/6/85, 2/7/85, 6/7/85 e 9/7/85, sempre na página 2.

Esta avaliação positiva, vinda de um sentimento de vitória, tinha razão de existir: do ponto de vista das condições salariais, a conquista do piso dos 2,5 salários garantidos em forma da Lei nº 8026/85 trouxe ao magistério relativa estabilidade salarial entre 1985 e 1986: além do crescimento do piso docente, ocorreram reajustes em maio e novembro de 1986, enquanto outros trabalhadores estavam com vencimentos congelados devido o Plano Cruzado I.⁸⁷ Neste cenário, o CPERS e os ativistas docentes se dedicaram a temas como a LDB, a nova Constituinte e a democratização da escola, na esteira da conquista da eleição de diretores (Bulhões & Abreu, 1992, p. 49).

Tal momento positivo se esgotaria nos limites de 1986, não tendo sequência no ano seguinte. Este, aliás, foi marcado pela formulação do Plano Cruzado e pela convocação da Assembleia Constituinte no segundo ano do Governo Sarney. Tal plano econômico visava combater uma grande inimiga, a inflação: os economistas da Nova República também reclamavam deste modelo herdado, eram seus críticos anteriores, e o Plano Cruzado foi uma tentativa de mudança de rumo. Anunciado por Sarney em fevereiro de 86, convocou a população para ajudar o governo e teve como resposta um grande apoio popular a partir do surgimento de milhares de “fiscais do Sarney” (Skidmore, 1988, p. 538-539).

O centro deste Plano foi o congelamento de preços e de salários, mas com relativo ganho para estes últimos, embora Mattos afirme que nos “primeiros anos de governo civil, os ‘tratamentos de choque’ para a inflação incluíram sempre o congelamento de salários (...) os trabalhadores pagavam a conta” (2003, p. 66). As centrais sindicais da época (CUT e CGT) também criticaram a essência do Plano, inicialmente, apesar do apoio popular visível: “Alertaram para a recessão e ameaçavam convocar uma greve geral. Em seguida, a Conclat, batizada de CGT, aderira ao Plano e a CUT apenas vociferava, embora apoiasse o congelamento de preços” (Almeida, 1996, p. 76-78).

Uma consequência fundamental do “Cruzado” foi a conquista por parte do PMDB de quase todos os governos estaduais nas eleições daquele ano, inclusive no Rio Grande do Sul: “Em 1986 o PMDB venceu em quase todos os Estados exceto um”. Em parte, tal vitória pode

⁸⁷ Vale ressaltar que o Conselho de Representantes do CPERS já discutia o não cumprimento de itens do Acordo/85, em outubro de 1986, e definia uma campanha de denúncias públicas com cartazes e *outdoors* contra Jair Soares (Ata Conselho de Representantes, 09/86).

ser devida “à sua imagem ainda viva de partido que lutava contra o governo militar e ao fato de ter deitado raízes ao nível local, enquanto o PDS se tornava cada vez mais fraco”. Mas, a massiva adesão ao chamado de Sarney, em fevereiro, indicava que “também refletia a aprovação pelo público do Plano Cruzado (...)” (Skidmore, 1988, p. 586).

No marco estadual, Jair Soares encerrava seu mandato com índices de popularidade baixos e o quadro econômico regional agravado a partir da queda do PIB: a perspectiva do arrocho salarial aos servidores se avizinhava. Assim, em 1987, o Acordo/85 (também na forma de Lei) passou a não ser cumprido em função do congelamento de salários em nível federal. Tal cenário jogou os professores e seus ganhos salariais “numa situação de perdas reais, que acumuladas conduzem a maior greve de sua história: noventa e seis dias em 1987” (Pacheco, 1993, p.102-103).

Naquele ano, o Plano Cruzado fracassou e a inflação retornou com força: se em 1986, o acúmulo inflacionário ficou em 47,25% em função das políticas de congelamento, no ano seguinte a cifra anual chegou a 415,84%, recorde absoluto até então (Bulhões & Abreu, 1992, p. 21). De certa forma, após a euforia temporária do Cruzado e da Nova República entrando no seu terceiro ano, esta “não havia nem correspondido às esperanças dos seus entusiastas nem confirmado os receios dos seus críticos”. O cenário brasileiro parecia não ser “uma democracia em pleno funcionamento, nem uma plataforma de lançamento para os ‘subversivos’. Era uma nova transição” (Skidmore, 1988, p. 590). Os trabalhadores passaram a agir com energia neste contexto.

Em março de 1987 assumia no Rio Grande do Sul um novo governador: Pedro Simon vencera a eleição de outubro do ano anterior, quando obteve cerca de 42% dos votos alicerçados numa história vinculada à oposição ao regime civil-militar na Assembleia Legislativa e no Senado da República (Maestri, 2010, p. 395). Em depoimento, assim Simon definiu sua vitória, em 1986:

Eu me elegi e o MDB tinha 27 deputados e a oposição 28. Foi até meio estranho eu ter sido eleito, pois o PDT do Brizola se uniu com a antiga ARENA. Lançou o deputado Aldo Pinto e para o Senado o deputado da ARENA Nelson Marchezan (...). E todos se uniram contra mim. Eu fiquei com um governo do MDB, trouxe gente da sociedade e que não era político partidário, mas não fiz acordo com nenhum partido. Tinha deputados que queriam vir para o governo e nós não aceitamos: eu governei com 27. (...)

mas nunca tive nenhum problema na Assembleia, que a oposição tivesse boicotado, dificultado.⁸⁸

Ainda, segundo Simon, o magistério teve a chance de avanços no seu governo, mas o PT, partido que chegava à Assembleia Legislativa com quatro deputados, não permitiu: “quando tiveram um governador que era deles, poderíamos sentar na mesa e ver o que poderia fazer, mas ao invés deles aceitarem o dialogo com participação, o PT, que na época era revolucionário, não deixou, foi algo realmente difícil de se fazer”. A avaliação do CPERS é distinta. Em obra retrospectiva dos 50 anos da entidade, o Governo Simon, embora tenha gerado forte expectativa por representar a mudança no poder na esfera estatal, é avaliado como competente em reproduzir o “autoritarismo herdado dos governos militares”. Segundo a avaliação do CPERS, Simon desconsiderou o piso dos 2,5 salários mínimos, usou o policiamento contra os professores e ainda reduziu o espaço democrático para discussão na escola pública e acabou enfrentando greves em todos os anos de seu governo (CPERS, 1995, p. 20).

Somado a este contexto, o ano de 1987 se revelou como recordista em greves no país, pois “registrou um volume de paralisações e de jornadas perdidas superior ao dos nove anos precedentes. O número de greves dobrou em relação a 1986, passando de 1004 para 2188 (...)” (Almeida, 1996, p. 92). Tais movimentos ocorreram muito em função do vácuo após a falência do Plano Cruzado e neste ano o número de grevistas chegou a 8,5 milhões, enquanto cerca de 132 milhões de jornadas de trabalho não foram realizadas (Noronha, 1992, p. 119). Foi marcado como um período de paralisações dos funcionários públicos, os quais “deflagram 838 greves, o que representa não só o maior número realizado num ano, mas a maior participação percentual no total (38,3% desde 1978)” (p. 125).

Curiosamente, o ano de 1987 começou com anúncio de ganhos aos docentes do Rio Grande do Sul, em função das conquistas da greve de 1985: “O magistério acaba de ganhar

⁸⁸ Pedro Simon cedeu depoimento ao autor em agosto de 2015. Nascido em Caxias do Sul no ano 1930, formou-se em Direito na PUC, onde participou do movimento estudantil. Elegeu-se vereador caxiense em 1962 e depois Deputado Estadual, assumindo em 1963. Foi eleito ao Senado em 1978 e nos anos 1980 foi coordenador nacional do movimento das “Diretas já”, em 1984. Ministro da Agricultura no Governo Sarney, indicado por Tancredo, e Governador do Rio Grande do Sul (1987-1990). Retornou eleito ao Senado a partir de 1990 permanecendo até 31 de janeiro de 2015.

um novo aumento, que passa a ser o segundo em dois meses, representando um feito inusitado” e a elevação da folha docente a tornou cerca de “metade de toda a despesa que o estado tem para manter a máquina administrativa” (ZH, 9/1/87, p. 12). Naquele momento era 20% de reajuste em função do chamado “gatilho”, política estabelecida pelo Governo Sarney. Isso tudo num cenário onde praticamente nenhum dos governos estaduais pagou, ou pagou atrasado ou ainda parcialmente os gatilhos (Pacheco, 1993, p. 103).

Apesar do bom momento, constantemente era divulgado o problema que se tornou o pagamento do piso elevado dos professores e mesmo os dirigentes do CPERS buscavam reafirmar sua importância, como destacou Delmar Steffen, vice-presidente, em entrevista: “a categoria não abre mão desta conquista e a mobilização dos professores, a partir de março, vai se intensificar”. Mesmo com a identificação ou simpatia de parte das lideranças da categoria docente com o PMDB, Steffen deixou claro que “a diretoria do CPERS não vai abrir mão de encaminhar as reivindicações da categoria” (ZH, 22/1/87, p. 41). A desconfiança ante o cumprimento da lei salarial tinha sentido. Segundo Simon, em seu depoimento, Jair Soares já o havia alertado, antes da sua posse em março, quanto às dificuldades orçamentárias a partir do Acordo/85 e do piso dos docentes vinculado ao salário mínimo nacional: “Então, (...) eu estava lá no ministério quando ele me procurou, ficou muito amigo meu e me disse: ‘Simon, tu vai pegar uma bomba, o pessoal deu um aumento lá, eu não tenho condições, é uma grana enorme e pra ti vai ser pior’”.

A lei, de fato, era frágil em sua sustentação e estava ameaçada. Segundo reportagem de ZH, “Ninguém pode garantir que o piso salarial de dois e meio salários mínimos vai continuar sendo aplicado apesar de garantido em lei (lei que obviamente pode ser revogada ou alterada)”. O Plano de Carreira era outra empecilho para o novo governo do PMDB, pois os técnicos ligados a este partido apontavam a “absoluta falta de condições do Tesouro continuar pagando as folhas do magistério com o agravamento gerado pelo plano de carreira e a lei que fixou o piso em dois e meio mínimos” (ZH, 2/3/87, p. 11).

Já em meados do mês de março ficou claro que Jair Soares, como a maioria de seus colegas governadores, também não pagaria o reajuste do gatilho, ferindo a lei que ele mesmo havia enviado para aprovação legislativa em 1985. Assim, os primeiros dias de aula foram movimentados com protestos dos professores estaduais pelo não pagamento do reajuste

devido. A reunião da Diretoria do CPERS, em 6 de março, já organizava uma manifestação pública:

Como até hoje o governo não cumpriu a Lei 8026/85 que se refere à questão salarial, não fazendo o pagamento dos 2,5 salários mínimos, relativo ao “gatilho salarial”, desde janeiro próximo passado, será feita uma concentração em frente ao Palácio Piratini, na 3ª feira próxima, às 17 horas. Sobre o mesmo assunto elaborou-se uma Nota Oficial a ser distribuída à imprensa para publicação. A mobilização para a concentração será organizada com: 1. Aviso aos núcleos; 2.- chamada na TV, 2 chamadas no domingo; 3.- cartaz do CPERS; 4.- entrevistas; 5.- na imprensa (jornal) Nota Oficial, na 2ª feira; (...) (Ata Reunião Diretoria, 09/87).

Em tal ato, no dia 12 de março, ficou evidente que o pagamento não viria, pois segundo o governo, os seguidos aumentos salariais implicaram numa majoração de “70% na folha de pagamento do magistério, sendo praticamente impossível ao Estado obter esses recursos a curto prazo”. Como consequência, o piso, que na lei deveria ser em março de 1987 cerca de Cz\$ 3.420,00, estava apenas na faixa de Cz\$ 2.010,00 (ZH, 13/3/87, p. 38). O governador, em resposta ao CPERS, reconheceu o direito à manifestação, mas afirmou não ter “dinheiro nem máquina para fazer dinheiro. Com esta declaração, Jair Soares deu a primeira resposta oficial que não tem recursos para pagar os professores após a assinatura do acordo, em 1985” (CP, 13/3/87, p. 15).

Além do tema salarial, as dificuldades estruturais das escolas eram notícia na imprensa, algo já costumeiro. O sucateamento das unidades escolares e o verdadeiro abandono em relação a muitas destas era uma realidade constante:

Forro caindo, paredes laterais deslocadas, enormes buracos no chão, vidraças quebradas, sistema elétrico precário e telhado desmoronando é a situação em que se encontra um número significativo de escolas de primeiro e segundo graus de Porto alegre e interior do Estado. E muitos casos, os pavilhões de madeira construídos no governo de Leonel Brizola, entre 1959 e 1962, até o momento não sofreram nenhuma reforma, apresentando, até mesmo, riscos de vida aos alunos que retornaram hoje às aulas (CP, 11/3/87, p. 15).

Neste cenário iniciava o ano letivo de 1987. O novo governador assumiu no domingo seguinte e já nos primeiros dias recebeu as lideranças dos servidores e dos professores numa primeira audiência não definida como tranquila, segundo a reportagem do CP, mas com

dureza por parte do novo líder do Executivo: “Não negociarei com categoria em greve. Ou trabalhamos juntos ou partimos para o confronto”. Chegou a pedir uma espécie de trégua para ter ciência das finanças do estado. “Bastante tenso durante a audiência, o Governador não escondeu seu descontentamento com a forma de reivindicação dos funcionários públicos, que classificou ‘na base do paga ou entramos em greve’” (CP, 21/3/87, capa).⁸⁹

Tal trégua pedida não teria sustentabilidade em tempos de inflação alta e salários congelados contra a lei aprovada por unanimidade na Casa Legislativa. Neste sentido, o Conselho de Representantes, reunido no dia 8 de março, indicou a realização de uma assembleia estadual para o dia 10 de abril e de vigílias durante as audiências com o governador (Ata Conselho de Representantes, nº 02/87).

Por parte do governo, logo na primeira semana de abril surgiu uma proposta de reajuste escalonado aos servidores que ganhavam menos e de apenas 20% de aumento geral, além de um abono. Aos docentes em atividade na sala de aula haveria uma gratificação de regência de classe específica o que garantiria a estes o piso de 2,5, segundo o Executivo. Na prática, significava a renúncia do conteúdo da Lei 8026 e do piso vinculado diretamente ao salário mínimo aplicado ao Plano de Carreira (CP, 9/4/87, capa).

Figura 15: Charge ironiza a dificuldade financeira do Estado com a presença reivindicativa das sinetas docentes na mão de Simon

⁸⁹ Em entrevista dias antes, Simon foi mais explícito quanto à situação financeira do Estado: “O estado vive a situação financeira mais dramática de sua história. Ao lado do que já existia até o dia 15 de março, a repercussão de tudo aquilo que vou dar e das vantagens que foram concedidas pelo governo anterior e que passaram a vigorar a partir de agora. (...) algo deve ser feito para mudar” (CP, 18/3/87, p. 5).



Fonte: ZH, 18/3/87, p. 2

Nesta audiência noturna, a vigília diante do Palácio Piratini contou com mais de 200 professores portando sinetas e velas. Quanto à proposta, a mesma desagradou a estes vigilantes e às lideranças ali presentes (CP, 9/4/87, p. 22). Como de praxe, a proposição foi lida em alto falante para os professores que ali aguardavam:

Egon leu (...) a íntegra da proposta apresentada à categoria pelo governador Pedro Simon. Cada item era acompanhado de risadas e vaias, mostrando o desagrado do magistério pelo conteúdo do documento. “Não tem história, é greve até a vitória” foi o desabafo dos professores, ao encerrar a manifestação. Dezenas de velas acesas foram deixadas junto aos marcos divisórios das pistas parecendo despachos (ZH, 9/4/87, p. 18).

O clima da assembleia, dois dias depois da audiência, estava já colocado.

3.4 “A última greve não existe”: a “Praça da Sineta” e a perda do piso

*Ai, voltei atrás
E os 2,5
Não quero mais (Simon).
Ai tu tens razão
Os 2,5
Não dão mais não.*

*Se alguém me perguntar
Por que mudei
Vou explicar
Eu pensei bem
E quero de ordenado
Só 10% do que ganha um deputado (Simon).*

(Paródia “Vai, com jeito vai”: Sineta, edição especial/músicas da greve: junho/ 87).

Em 10 de abril, uma sexta-feira de 1987, os docentes mais uma vez definiram greve em uma assembleia estadual e se uniram aos servidores estaduais paralisados desde o dia 8. Cerca de 15 mil presentes rejeitaram a proposta do Executivo que seria, segundo parte do discurso dos oradores da reunião, “absurda, imoral, indecorosa e ilegal”, além do fato paradoxal de que “na ditadura fazíamos greve para ter direitos e na Nova República temos que fazer greve para manter a lei”. Assim, a rede escolar que contava com aproximadamente 80 mil professores, 3.200 escolas e 1 milhão e meio de alunos no 1º ou no 2º grau, ao final dos anos 1980, estava mais uma vez paralisada (ZH, 11/4/87, p. 26). Na ata relativa a esta reunião está registrada a rejeição por unanimidade quanto à proposta de Simon e a descrição sobre a decisão de greve:

Greve já: 20 núcleos, Greve não já 17 núcleos, sendo que a maioria destes entendem da necessidade de uma nova Assembleia para deflagrá-la (...). As Assembleias regionais realizadas ontem, nos núcleos do Interior e da capital tiveram a participação de grande número de professores, onde a proposta do Governo foi rejeitada por unanimidade. (...) As Assembleias apresentam, no conjunto, posição majoritária pela greve, sendo que a discussão e polêmica giram em torno do momento da deflagração. – (...) Após ampla discussão

(...) ficou aprovada “Greve já”. – Deflagrada a greve, elegeu-se o Comando Geral (...) (Ata Assembleia, nº 01/87).

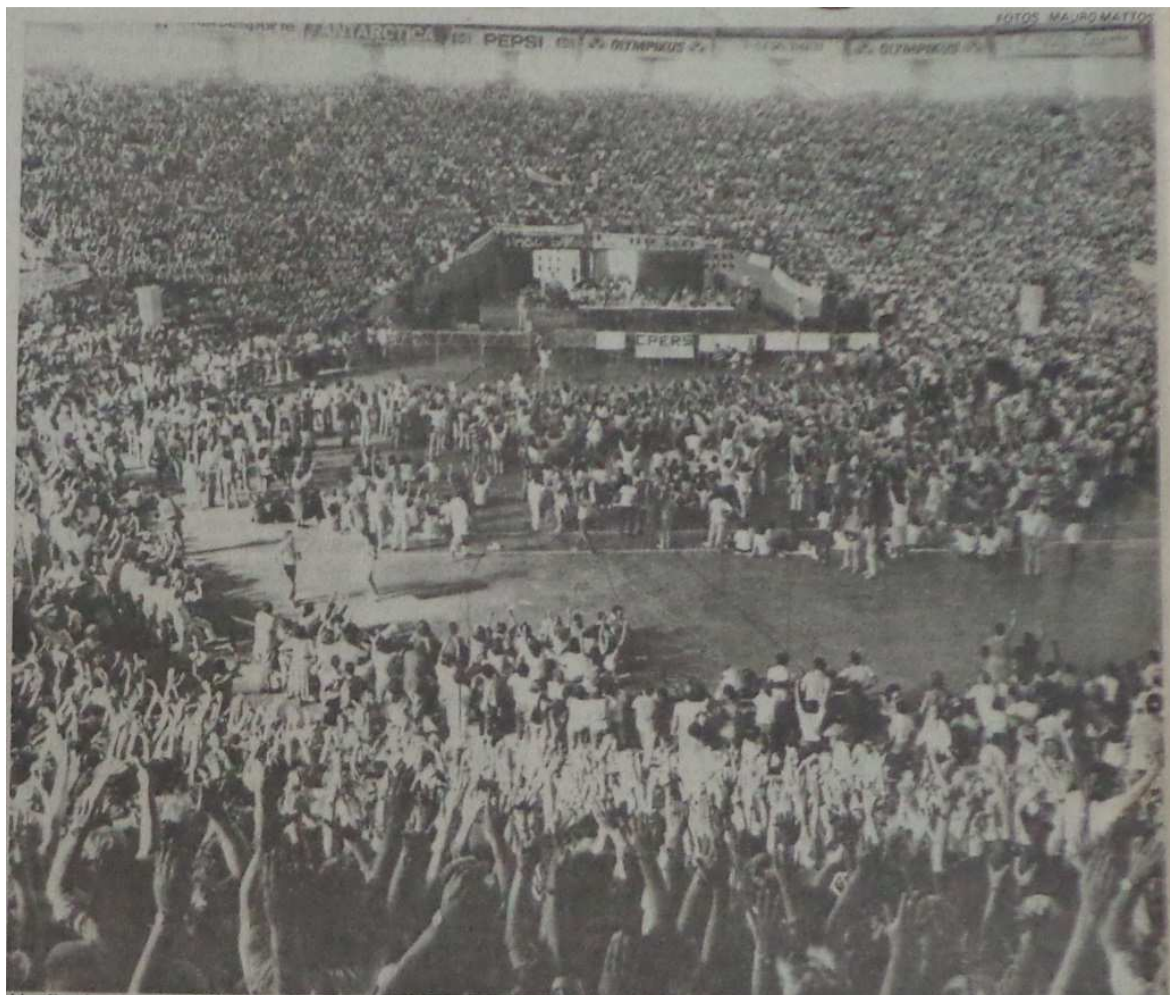
Menos de um mês após sua posse, Simon enfrentava o início do movimento da categoria mais numerosa do Estado e, neste episódio de mobilização, os grevistas se sentiam respaldados pela legislação aprovada em 1985: “em cima da lei não há o que negociar”, sugeriu o presidente Egon em entrevista (CP, 11/4/87, capa). Naquele mês, o informativo “Sineta”, órgão de divulgação do CPERS criado após a greve de 1985, explicava sobre o não cumprimento da lei do piso. Inicialmente esclareceu sobre o gatilho: “O governo federal decretou o reajuste automático do salário dos trabalhadores brasileiros sempre que a inflação alcançasse 20%”. O gatilho salarial já havia disparado e o Executivo “não cumpre a nossa Lei 8026/85 que estabelece o reajuste sempre que for reajustado o salário mínimo (...)”. Resumidamente, era esta a polêmica que levou a greve a partir de abril (Sineta nº 18, abril/87).

Decidida a greve e encerrada a reunião docente, uma passeata percorreu as ruas até o Palácio Piratini, complicando o fluxo do trânsito, segundo reportagem de ZH. Muito barulho e agito foram feitos nas imediações da sede do Executivo até por volta das 20 horas, quando houve dispersão: “eles prometem estar de volta para bater ponto em frente ao Piratini e tirar o governador da cama com as suas sinetas” (ZH, 11/4/87, p. 28).

Nos dias seguintes, as negociações não foram fáceis entre governo e docentes, pois, aparentemente, estavam se reconhecendo, descobrindo limites, como neste diálogo entre as partes na audiência do dia 15 de abril: “Quem decide é o governador, mas nós podemos negociar, enquanto que o comando não (...)”. Em resposta aos representantes do Executivo, o Comando rebatia que eram “apenas instância de conversação, sendo tudo encaminhado para a categoria em assembleia, que é quem delibera” (ZH, 16/4/87, p. 32). O governo, por sua vez, já apontava que não cumpriria a lei 8026 pelas dificuldades financeiras e por ter limite constitucional.⁹⁰

⁹⁰ Em longo ofício, o Executivo sugeria que a dinâmica das reuniões de negociação incluísse a formação de um grupo paritários com cinco membros e mais dois assessores técnicos para cada lado (governo e Comando de Greve). A crítica para a postura de não definição dos representantes docentes seguia: “(...) o Comando de Greve, (...) recusa-se a negociar, declarando não dispor de mandato, nem de investidura para tanto, pretendendo limitar-se a mero canal de informações para Assembleias Gerais”. Assim, para o governo, o formato das reuniões

Figura 16: Em 1987, mesmo a quadra do Gigantinho foi ocupada durante a assembleia docente



Fonte: CP, 11/4/87, p. 18

Existia um limitador importante no marco reivindicativo desta greve, assim explicado por Delmar Steffen, vice-presidente do CPERS: “Não temos alternativa para levantar junto com o governo pelo simples fato de que não temos novas reivindicações” (ZH, 19/4/87, p. 33). Assim, qualquer proposta vinda do Executivo, distante da Lei 8026, sofria resistência, ainda mais que o mesmo insistia “em questões já repudiadas pela categoria”, conforme Egon anunciou em entrevista à ZH (ZH, 23/4/87, p. 32). No dia seguinte, nota assinada pelo Comando de Greve criticava a não negociação, o não cumprimento da lei e convocava ampla

realizadas até aquele momento era improdutivo na busca de soluções (Ofício GAB/SAE/nº 783, 22/4/87). Nem a proposta de paridade, nem a mudança do papel do Comando foram aceitas por parte dos educadores.

manifestação pública, assinada por uma série de entidades. O raciocínio presente no texto e na linha geral do movimento não permitia, na prática, negociar sobre a lei: “as leis devem ser cumpridas e não negociadas”, afirmava o texto (CP, 23/4/87, p. 17).

A greve em 1987 teve forte adesão anunciada em seu início, desde o primeiro dia e na segunda feira seguinte. O CPERS divulgou um índice médio de 95% como percentual de docentes grevistas, inclusive no interior do estado (ZH, 14/4/87, p. 32-33). O governo reconheceu índices elevados, com pequena margem para baixo inicialmente, mas logo passou a disputar números chegando a disputar também os dados referentes à adesão ao movimento. Pontualmente se percebeu professores que não aderiram ao movimento na sequência dos dias de greve. “Não queremos poupar Pedro Simon, mas precisamos dar um tempo para que ele acabe com as mordomias do funcionalismo público”, disse professora não identificada em entrevista ao CP. Outros tantos resistiram à greve, argumentando sua preocupação ante os prejuízos para os alunos ou ainda o desgaste de uma greve longa que poderia ocorrer devido ao contexto complicado (CP, 24/4/87, p. 17).

Independente disso, o protesto convocado para o dia 24 de abril foi massivo e considerado um dos maiores já realizados pelos servidores públicos. Quinze mil presentes, segundo os organizadores e cinco mil para a Polícia. A crítica e o bom humor estiveram no ato a partir da presença dos “marajás”, dos “funcionários fantasmas” e do “dragão sonegador” devidamente representados na pele dos servidores e professores fantasiados, além da presença do deputado federal paulista Luis Inácio Lula da Silva. As caricaturas versavam sobre temas moralizadores da máquina pública (CP, 25/4/87, p. 15). Ameaças relativas ao corte de ponto e demissões também estiveram presentes nesta greve. O trabalho de discussão do Comando com os diretores de escola, cargos eletivos após a conquista da greve de 1985, se deu também como uma forma de disputa em relação à entrega da lista de grevistas para o setor de recursos humanos. O apoio de diretores ao movimento dificultava a tarefa do governo em relação ao corte de salário dos paredistas (CP, 28/4/87, p. 18).

Como forma de luta, em 28 de abril, a entrada forçada de um grupo de grevistas na Secretaria de Educação contribuiu para o agendamento de uma negociação entre as partes

(CP, 29/4/87, p. 17). Mesmo com o enterro simbólico de Bernardo de Souza,⁹¹ o clima foi ameno e, na semana seguinte, as Delegacias de Educação também sofreram ocupação, visando sensibilização de quem não aderira ainda ao movimento, nas palavras de Egon (ZH, 6/5/87, p. 31). Eram atitudes mais fortes no sentido de dar corpo ao movimento e, desta forma, no início de maio, nova proposta foi apresentada por Simon, a qual logo foi taxada por Delmar Steffen, vice-presidente do CPERS, como inaceitável por descaracterizar conquistas e o Plano de Carreira. O governo sugeria a semestralidade como forma de reajuste em tempos de forte inflação, o que retirava a conquista da Lei 8026, a qual previa que o piso docente acompanharia o reajuste do salário mínimo nacional. Devido ao perfil da proposta e à perspectiva de negação por parte da base docente, os dirigentes já apontavam que “a paralisação poderá se estender por um longo período” (CP, 2-3/5/87, p. 12). De fato, todas as assembleias regionais rejeitaram tal proposição, que pretendia também anular por dois anos os efeitos da Lei 8026.

No dia 8 de maio, os grevistas unificados - professores e servidores - cercaram o quarteirão do Palácio Piratini em forma de cordão humano e depois realizaram um ato show com artistas diversos para marcar os primeiros 30 dias de greve. Desta vez, o enterrado foi o governador e sua dignidade: “As carpideiras choravam sobre o esquife, inconsoláveis” e Neto Fagundes, cantou “Paga, Pedro”, adaptação de música nativista com o título “Para Pedro”, de José Mendes. A crítica ao partido do governador no evento foi intensa (ZH, 9/5/87, p. 23). Já se completava um mês de greve e em avaliação do Comando, o movimento estava se intensificando em função da série de atividades e apoios recebidos, além de diminuir o número de não grevistas: “apenas sete pequenos municípios dos 244 que o Estado possui não estão em greve, o que se constitui um recorde de paralisação em relação a todas as greves do magistério estadual”. A visão positiva do Comando ainda afirmava que o governo voltava a negociar e que a bancada do PMDB, Executivo e Legislativo pareciam divididos (Comunicado Geral de Greve nº 9, 11/5/87). Tal divisão e pressão do Legislativo, além dos

⁹¹ Bernardo de Souza viveu entre 1943 e 2010. Foi eleito duas vezes prefeito de Pelotas e deputado estadual. Político reconhecido no PMDB, no Governo Simon foi indicado como Secretário estadual da Justiça e da Educação, estando à frente da SEC na greve de 1987. Dados biográficos disponíveis em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2010/06/morre-bernardo-de-souza-ex-prefeito-de-pelotas-2939502.html#>> acesso em 24/6/2016.

impasses da greve, levaram Simon a recorrer ao Supremo contra a Lei 8026, a famosa arguição de inconstitucionalidade, um fato decisivo nesta greve. Ao mesmo tempo, possivelmente como compensação, sinalizou com um aumento emergencial e a cessação das punições já anunciadas, desde que não houvesse mais invasões a espaços públicos, como no caso das Delegacias de Educação e na SEC.⁹²

Em reunião com o Comando de Greve no dia 12 de maio, o Executivo começou a abrir um canal de diálogo, como relatou Egon ao público grevista em vigília, que portava suas sinetas, lanternas e mesmo lampiões. Mas eram poucas as novidades naquela altura do conflito entre as partes: “De início, foi avisando que muito pouco tinha a lhes anunciar: de concreto, disse que seriam suspensas as ameaças, que seria discutida apenas a questão salarial e que, até uma decisão final, continuava vigorando o acordo de greve de 1985”. No relato de ZH, certo desânimo teria abatido os vigilantes e, ainda, uma forte chuva os dispersou da Praça da Matriz, mas, a luta continuaria (ZH, 13/5/87, p. 27). Assim, no dia 15 de maio, uma das maiores manifestações daquele período foi realizada em Porto Alegre:

Cerca de 30 mil pessoas formaram um compacto e gigantesco corredor humano, preenchendo todos os espaços vazios da Avenida João Pessoa e cujas pontas de início e fim, em determinado momento, podiam ser encontradas na Avenida Borges de Medeiros, esquina Avenida Salgado Filho, e na Rua Jerônimo de Ornellas, respectivamente. (...) A passeata foi alegre e a formação se assemelhava a uma escola de samba. (...) tinha a ala dos que estavam “de luto” pela morte da democracia; (...) a da educação libertadora que desfilava com esparadrapos na boca e, espalhados em todos os pontos, muitos palhaços, fantasmas, marajás, batendo freneticamente sinetas, cantando sem parar e gritando as palavras de ordem, sob o fundo musical de uma intermitente bateria e do carro de som (ZH, 16/5/87, p. 26).

Uma manifestação deste porte demonstrava que o movimento ainda tinha força, na expectativa de uma nova proposta do Executivo que não demoraria. Nos primeiros minutos de 19 de maio esta foi apresentada e consistia num aumento de 71,64%, que tornava o piso

⁹² Tal decisão foi criticada pelo Comando de Greve como uma “gritante incoerência política”, pois Simon buscava apoio na antiga Constituição criticada desde o velho MDB. Ainda lembrava que a Lei 8026 havia sido “aprovada pela unanimidade dos deputados estaduais da Legislatura passada, inclusive pelos do PMDB (...)”. Afirmando que tomaria todas as medidas jurídicas cabíveis, os líderes da greve já se preparavam para uma possível derrota nesta análise: “A Lei 8026 foi o instrumento jurídico utilizado para garantir estas conquistas. Se, porventura, esta lei for declarada inconstitucional deverão ser buscados outros instrumentos legais que garantam nossas conquistas. O fundamental não é a questão legal, mas sim a manutenção daqueles direitos conquistados através de nossa luta” (Comunicado Comando de Greve nº 10, 15/5/87).

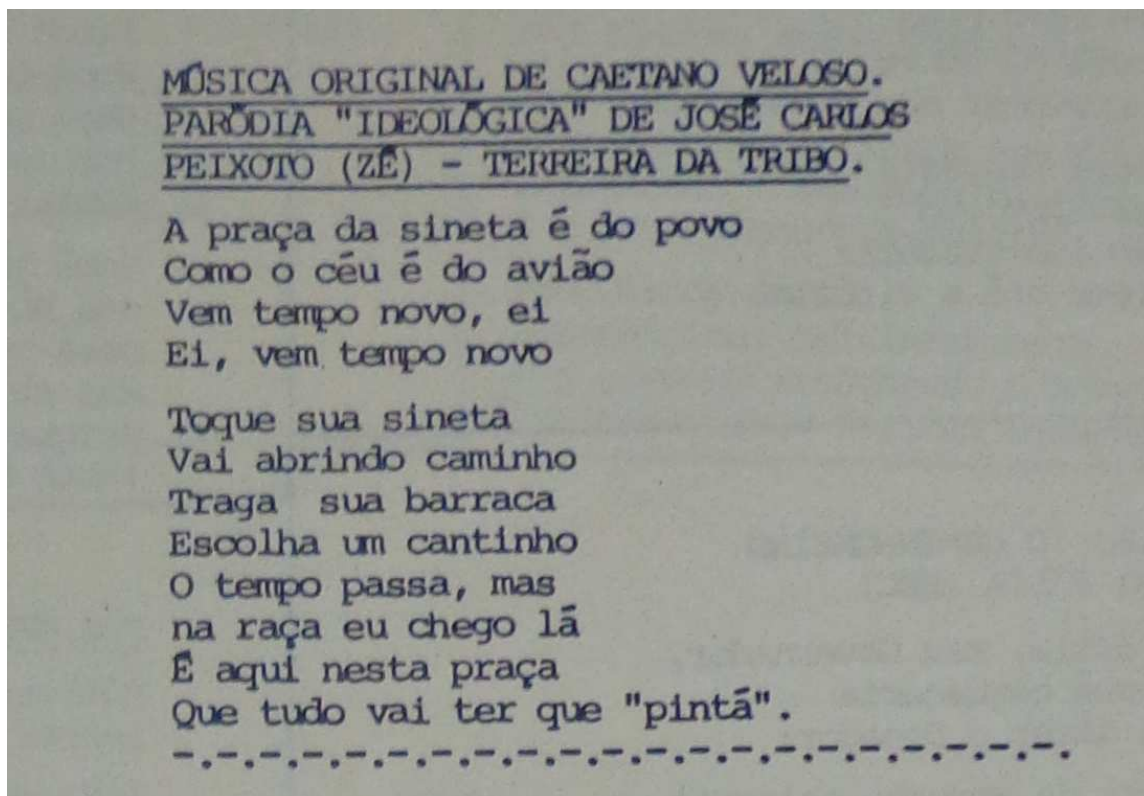
docente equivalente a 2,1 SM, distante cerca de Cz\$ 651,82 do desejado na pauta. Tal novidade foi encaminhada à base docente para avaliação, mesmo que inicialmente fosse reconhecida a distância entre o que foi oferecido e o reivindicado (ZH, 19/5/87, p. 32). Poucos dias depois, o Supremo Tribunal Federal concedeu as liminares pedidas pelo Governo do Estado suspendendo os efeitos da Lei 8026. Ainda não havia o pronunciamento dos ministros sobre a inconstitucionalidade da mesma, por outro lado, e a promessa do movimento grevista docente era não desistir das referências estabelecidas a partir de 1985 (ZH, 22/5/87, p. 26). Tal resultado e a perspectiva da confirmação da inconstitucionalidade da lei, junto às dificuldades para as negociações levaram a radicalizações de atitudes por parte do movimento e a definição por novas estratégias, como realizar acampamentos estratégicos para pressionar o governo.

Quanto à nova proposta apresentada, nem ao menos uma assembleia estadual foi chamada. Na reunião regional de Porto Alegre, “quando foi colocado se alguém aceitava a proposta governamental, nenhum braço se ergueu e o que se ouviu foram algumas risadas” (ZH, 22/5/87, p. 28). A rejeição da proposta fez o governo girar para uma postura de maior enfrentamento com o movimento grevista, inclusive com a suspensão da folha de pagamento de maio e, ao final daquele mês, apenas os docentes permaneciam em greve, pois os servidores acabaram decidindo pelo retorno ao trabalho, a partir do endurecimento da postura do Executivo (ZH, 26/5/87, capa e p. 2).

Paulo Egon, em entrevista, foi taxativo no sentido da impossibilidade de repressão por parte do governo e da necessidade da negociação, até pelo fato dos docentes terem o controle do ponto: “(...) nós resistimos às baionetas do governo anterior, não seria a repressão do atual que iria nos intimidar (...) nós temos o controle absoluto do ponto oficial e não há nada que o Governo possa fazer a respeito” (ZH, 26/5/87, p. 29). Ao se completarem quase cinquenta dias de greve, e com o retorno ao trabalho da maioria dos servidores, os professores seguiram a mobilização com um fato novo: ocuparam a Praça da Matriz, localizada entre os três poderes estaduais. Inicialmente, eram “47 barracas, que representam o comando de greve do Cpers, agrupamento de escolas, zonais, delegacias de educação e núcleos regionais do interior” (CP, 28/5/87, p. 13). Surgia, assim, o inédito acampamento diante do Palácio Piratini, fato simbólico e bastante destacado nesta greve como forma de luta naquele

momento e que obteve destacada centralidade. Se inaugurava um espaço fundamental para a sustentabilidade do movimento, lembrado nas paródias famosas e criativas composições dos docentes grevistas utilizadas a farta durante os protestos (figura 17).

Figura 17: Paródia musical referente a ocupação da Praça da Matriz



Fonte: Sineta, edição especial/músicas da greve: junho/87

Ontem, pouco depois das 15 horas, cerca de 1.000 professores tomaram a Praça da Matriz, instalando barracas e prometendo não arrear pé dali até que o governador Pedro Simon receba o comando de greve e restabeleça as negociações com a categoria em greve há 48 dias. (...) Cuidadosamente planejada, a invasão ocorreu, quase sem que ninguém percebesse. Os próprios policiais que guardam a área se surpreenderam quando, atrás dos manifestantes começaram a surgir barracas em todos os pontos da praça, num total de 27, num espaço de tempo que não ultrapassou os dez minutos (ZH, 27/5/87, p. 28).

Esta reportagem de ZH demonstra a forma arquitetada pelos docentes para montagem das barracas entre os poderes estaduais na Praça da Matriz. Era o dia 26 de maio e se constituía um dos eventos mais destacados na história das greves dos educadores. Naquela

tarde, como senha para ação, houve o canto de uma paródia da música “A Praça”: quando os policiais perceberam e exigiram a retirada das barracas, o presidente Egon respondeu que o próprio governador havia recomendado que as manifestações se limitassem aquele local. Percebendo a aproximação policial, os docentes organizaram correntes ao redor das barracas e do carro de som e anunciaram que o acampamento era uma forma de protesto pacífica e ordeira. O professor Moisés Berti esteve naquela ocupação e deu a este episódio destaque especial em seu depoimento. Ele ajudou na montagem das barracas naquele dia e neste evento central durante o que ele denominou de “grande greve”: “bota barraca, não bota, e nós botamos, as mulheres entraram pra dentro e eu me grudei numa delas e veio um brigadiano querendo abrir as minhas mãos”.

Moisés recorda do diálogo estabelecido entre ele e o policial tentando impedir o acampamento: “Ficamos os dois, e eu disse pra ele: ‘Se tu conseguir abrir minha mão tu ganhou, se não conseguir, tu perdeu’. No fim, ficamos amigos, demos risada e veio a ordem que podia botar a barraca e encheu a praça (...). Aquela cena foi engraçada, ninguém sabe”. O experiente grevista lembrou que não esteve diuturnamente no acampamento:

Trabalhava de dia no município, tirava uns dias pra ir pra lá... meu chefe dizia pra ir e participar. Era um inverno forte e este acampamento foi simbólico, tinha ruas e corredores de barracas, tudo organizadinho. Nós chegávamos lá de manhã, bem frio, o pessoal com cobertor, enrolado, pareciam uns fantasmas naquela praça (risos)... mas é isso, mais ou menos (BERTI, Moisés. *Depoimento*: julho/2016).

Por sua vez, o presidente Egon, em avaliação posterior no Magister, recordou de detalhes do momento da ocupação: “Nós criamos um código, durante o meu discurso iríamos interromper e fazer a famosa contagem regressiva que terminava com um sinetaço, e exatamente na interrupção do meu discurso que seria hora de instalar as barracas”. O líder docente lembrou daquele momento em detalhes: “senti uma emoção, um grito trancado na garganta de cada pessoa e quando chegou no sinetaço começamos a gritar palavras de ordem como eu nunca tinha visto antes”. A posição de Egon era privilegiada para ter uma visão ampla do ocorrido: “De cima da Kombi eu vi o pessoal tropeçar nas raízes. Era uma correria e foi tudo muito rápido e emocionante”. A partir do momento da confirmação da ocupação, assim foram os passos seguintes, segundo ele:

Foi uma grande vibração e todo mundo foi para dentro da Praça. Os guardas me procuravam no meio da multidão e quando conseguiram me encontrar falaram: - recebemos ordens para retirar as barracas agora. E eu disse que o próprio governador, numa audiência, havia dito que nós estávamos muito perto do Palácio, que nosso lugar era na Praça, pois lá é um lugar público. Então ele saiu para falar com o comandante e não voltou mais. Esse episódio, entre tantos, talvez foi o que mais marcou (Magister nº 93: agosto-setembro/87, p. 24).

Aos poucos foi se consolidando um espaço organizado e administrado pelas forças grevistas. Na sequência, rapidamente foi articulada uma manifestação com carro de som anunciando entidades e parlamentares apoiadores da causa ali presentes. Era a consolidação da ocupação:

Entre uma intervenção e outra, o comando “puxava” as clássicas palavras de ordem do movimento e as músicas da greve, com “professores-cantores” apresentando-se espontaneamente para os “números musicais”. A banda, improvisada entre os professores de várias escolas, circulava entre os manifestantes, “para manter o ritmo” (ZH, 27/5/87, p. 28).

Tal ocupação, segundo reportagem de ZH, foi planejada detalhadamente nos dias anteriores por cerca de cem pessoas que chegaram a treinar a montagem de barracas “utilizando fundos de pátios e terrenos baldios e até salas de apartamentos”. O objetivo era montar as mesmas em cerca de dez minutos, o que foi importante no momento da ocupação do espaço. Toda infraestrutura foi pensada, além da organização daqueles que permaneceriam nas barracas: “Alguns acamparão com a família toda. No interior das mesmas podia-se encontrar liquinhos, fogareiros, utensílios de cozinha, cobertores e roupas para o frio”. A segurança era garantida com vigílias por turnos e entidades como a OAB e a Comissão Legislativa dos Direitos Humanos estavam previamente esquematizadas para eventual acionamento, além de uma agenda cultural:

Em cada barraca (...) há uma máquina fotográfica, equipada com flash “para documentar qualquer ato arbitrário na tentativa de deslocar as barracas da praça”.

Entre as promoções previstas estão diversas atividades artístico-culturais, uma missa crioula e brincadeiras para entreter as crianças no final de semana. Já está funcionando na parte fronteira ao Palácio uma “Feira dos Sem-piso”, que vende de tudo, como caixas de tecido, pintura em porcelana, caixas de

papel para proteger velas (...), quentão e até “café turco” com “bolo da democracia”. Cerca de 20% vai para o “fundo de greve” (ZH, 27/5/87, p. 29).

Teatro, missas, tribunas livres, feiras da sobrevivência, venda de bolos e sanduíches caseiros, danças folclóricas, entre outras ações, ocuparam o tempo do acampamento consolidado em frente à sede do Poder Executivo. O número de barracas também crescia, como analisou o CP no conteúdo de suas reportagens que destacaram a colocação de 47 unidades, inicialmente. Segundo lideranças do movimento grevista, um projeto de tratamento paisagístico fora elaborado por professores engenheiros agrônomos para garantir melhores condições à Praça da Matriz, parte de todo plano detalhado para tal ocupação (CP, 28/5/87, p. 13).

A charge reproduzida na figura 18 retrata o trabalho coletivo realizado para a montagem do acampamento e coloca no centro o símbolo máximo da luta docente, a sineta, num tamanho desproporcional para demonstrar seu destaque. No acampamento efetivo, a primeira noite nas barracas teve o frio como inimigo evidente no outono sulista, “contornado pelo uso de cobertores, de roupa de lã e pelo consumo de muito chimarrão e café, além do ‘calor humano’, conforme os grevistas” (ZH, 28/5/87, p. 34). A movimentação era constante na região do acampamento, referência central do movimento a partir daquele momento. As passeatas e atos passaram a encerrar-se nos arredores daquele espaço, como a caminhada com cerca de 10 mil participantes apelidada de “Luz nas Trevas”, a qual iluminou a noite fria do final de maio nas ruas de Porto Alegre.⁹³ Nela, os docentes portavam lamparinas de papelão e papel celofane, com destaque ao “boitotá”, ser mitológico, com três metros de comprimento simbolizando o monstro da inflação assustadora daquele ano. O simbolismo do ato visava demonstrar supostas “trevas” do governo estadual e, curiosamente, as luzes do Palácio estiveram apagadas durante o protesto, contribuindo à mística estabelecida. Naquela altura, a Praça já era chamada de “Praça da Sineta” e, ao se retirarem do ato, os grevistas deixaram as velas acesas ao redor do Palácio Piratini (ZH, 30/5/87, p. 28).

⁹³ No dia 27 o local foi palco de Ato público relacionado ao dia Nacional de Luta, convocado por ANDES, CPB, CUT e CGT. Naquele momento, onze Estados tinham greves docentes ao mesmo tempo e vale destacar que durante tal evento foi inaugurada a bandeira da greve “com as cores da bandeira oficial do Estado, contém o desenho de uma mão, segurando uma grande sineta dourada”, símbolo oficial das lutas docentes (ZH, 28/5/87, p. 34).

Figura 18: Charge mostra a montagem do acampamento



Fonte: ZH, 27/5/87, p. 2

Durante as semanas seguintes, o espaço ocupado viu florescer sistemas de som utilizados para os interesses do movimento. As barracas marcavam sua posição em frente aos poderes e mesmo uma rádio batizada de “2,5”, em alusão ao piso tão desejado, mantinha a circulação de informações entre os presentes, especialmente das negociações com o governo. Abaixo, CP registrou um exemplo destes usos:

(...) foi lido ontem, através de equipamento de alto-falantes instalado na praça da Matriz e distribuído na forma de panfletos, um documento do PMDB, em outubro de 1982, de autoria do então candidato (...) Simon. Nele, o tão procurado trunfo dos professores: a palavra de Simon de que asseguraria o salário básico de 2,5 salários mínimos, além da promessa de investir 25% do orçamento do estado na educação (CP, 8/6/87, p. 5).

Encontros e plenárias de avaliação também faziam parte da vida política e sindical entre as barracas. Como sugeriu texto de ZH, temas educacionais eram debatidos, além das avaliações constantes sobre o movimento, o que tornava intensa a rotina do acampamento: “Ali, incessantemente, revezam-se bandinhas, grupos com sempre renovadas palavras de ordem, músicas e slogans da luta dos professores, tudo ao som das sinetas”. A consolidação de tal rotina incluiu a solidariedade de pessoas que levavam mantimentos ou ajudavam na manutenção constante, além do apoio logístico da Escola Paula Soares, vizinha ao Palácio Piratini. A convivência era a melhor possível e existiam normas a cumprir: “(...) até mesmo os policiais têm sido agraciados com chimarrão e alguns quitutes levados ao acampamento (...). Dentro deste espírito procuram manter o local limpo, respeitando o horário de silêncio, após as 22 horas” (ZH, 3/6/87, p. 35).

Ao mesmo tempo, nos primeiros dias de junho, o governo acenou a retomada de negociações com os professores, embora seguisse alegando o limite das possibilidades financeiras do erário público ao mesmo tempo em que considerava a Assembleia Legislativa o fórum de análise da proposta oficial. Segundo Bernardo de Souza, naquele momento, 44% das escolas estavam paralisadas e 16% com atividades reduzidas, o que revela um índice grevista, segundo dados do governo, inferior a 60 % (CP, 2/6/87, capa). Novas reuniões ocorreram entre as partes, mas sem avanços em relação à última proposta, o que levava o processo a um impasse que se arrastava sem horizontes, aparentemente. Em encontro no dia 4 de junho ficou garantido que não seria cortado o ponto nem descontado o salário, uma questão que tinha idas e vindas e era sempre uma carta a ser utilizada pelo Executivo (CP, 5/6/87, capa).

A greve se aproximava dos sessenta dias, como no ano de 1985, enquanto o acampamento na Praça se consolidava como uma grande novidade pela sua organização, estrutura e dinâmica, mesmo enfrentando o fim do outono e o duro inverno daquele ano. Chuvas e intempéries variadas não diminuíram a energia militante de mais de 650 professores distribuídos nas 72 barracas contabilizadas na primeira semana de junho: “Ninguém se molhou a não ser durante as raras corridas entre uma e outra barraca, todas protegidas por valetas para não permitir que a água escorra para seu interior” (ZH, 5/6/87, p. 28). A partir

da ampliação do número de barracas, os intercâmbios entre as regiões do estado também ocorriam e os professores chegados de várias partes iam se somando na colmeia docente ali constituída. Em reportagem num dia chuvoso, depoimentos fragmentados foram registrados em ZH:

“Pode chover a vontade que a gente não arreda pé daqui da praça”; “Se duvidarem, ficamos aqui por 90 dias”; “O pessoal reclama da perda do ano letivo, mas nós não queremos é voltar perdendo, porque aqui ninguém negocia perdas”; “Apesar da ênfase que algumas pessoas dão à parte festiva do nosso acampamento, ele é muito mais político, com debates diários e também com espaço para o bom humor”; “Hoje até comemos um churrasco de ovelha trazido pelo pessoal de Pelotas”; “Professor molhado fica mais zangado” (ZH, 5/6/87, p. 28).

No dia 5 de junho, a “Chama da Resistência” foi acesa, mesmo com chuva, na Praça da Sineta junto ao monumento de Júlio de Castilhos. Representava a simbologia da resistência docente cada vez mais viva e era fruto da soma das chamadas dos 40 núcleos do interior do estado. “Só saímos da Praça com a vitória”, foram as palavras de Egon no ato (ZH, 6/6/87, p. 27), possivelmente refletindo o sentimento da maioria dos grevistas, em especial dos mais ativos. No primeiro final de semana de junho, famílias e populares visitaram o acampamento docente após a saída da missa da Catedral Metropolitana, também vizinha da cidade de Iona: “muitas famílias, talvez emocionadas com o sermão do sacerdote, em favor dos professores gaúchos, foram passear na praça e olhar mais perto a situação do magistério”. Entre tantas curiosidades, chamou atenção, segundo a reportagem, o contracheque da miséria, onde despontava o de um professor com 31 anos de trabalho e um salário de Cz\$ 1.300,00. O texto ainda destacou a vinda dos professores do interior para realizar revezamento com os já acampados há vários dias, no momento em que o cansaço era visível e as chuvas recorrentes deixavam também o saldo de gripes entre muitos, sem significar a diminuição do ânimo militante (ZH, 8/6/87, p. 38).⁹⁴

Ao mesmo tempo, a disputa com o Executivo continuava e o Secretário de Educação sugeria naquela altura que os pais levassem seus filhos às escolas buscando fazer disputa de forças com o movimento. Segundo Egon, essa atitude protagonizada por Bernardo

⁹⁴ Naquele momento, junho de 1987, o salário mínimo nacional estava no valor de Cz\$ 1.962,92, conforme <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm>, acesso em 17/9/2016.

demonstrava o quanto este era “um homem incompetente, sem credibilidade, que se esta expondo ao ridículo”. O presidente do CPERS também destacou o apoio dos pais, via ACPM, ao movimento docente (CP, 7/6/87, p. 5). Reagindo a este chamado do governo aos pais, os professores passaram a pressionar a Assembleia Legislativa por mediação em busca de uma proposta mesmo que emergencial, enquanto as barracas marcavam sua posição em frente aos poderes e a rádio ‘2,5’ mantinha a circulação de informações entre os presentes visando demonstrar “à população que a categoria está unida e não vai ceder às pressões do governo (...)”, conforme sugeriu o dirigente do CPERS Odirlei Gonçalves, em entrevista (CP, 8/6/87, p. 5).

A pressão de pais de fato ocorreu de forma articulada exigindo o retorno às aulas em escolas centrais de Porto Alegre. Demonstrava, em hipótese, as dificuldades das negociações, a força do impasse gerado e o receio de mais uma vez haver uma greve prolongada com todas as suas consequências na vida das famílias preocupadas com as crianças “que tiveram apenas 19 dias de aula”. Segundo a reportagem do CP sobre o tema, “O movimento grevista não se esvazia como quer o governo, mas cresce a insatisfação dos pais ante essas posições dúbias” (CP, 10/6/87, p. 7). Em nota, no dia 9 de junho, o Comando de Greve criticava o atraso dos salários de metade das escolas e ainda a ação de grupos de pais apoiados pela Polícia e articulados pelo Secretário Bernardo de Souza, “na tentativa de jogar trabalhadores contra trabalhadores” (ZH, 9/6/87, p. 29).

Parte importante dos docentes não recebeu seus salários de maio, inclusive aqueles que estavam trabalhando normalmente, em função da efetividade não informada por seus diretores. Tal confusão enfureceu os professores não grevistas, como Jalma Úrsula de Souza, da Escola Mariz e Barros, na capital: “Não aderi à greve porque esse movimento não leva a nada. Meu mísero salário é tudo que tenho e eles me tiram assim desta forma injusta”. Mesmo morando em Gravataí, a professora anunciou que iria e voltaria a pé para trabalhar, por não ter recursos para o transporte coletivo. Em outra escola, registrada em reportagem de ZH, a Luiz Gama, na mesma cidade, uma professora se escondia para não aparecer em foto da reportagem: “(...) ao perceber a objetiva tratou logo de esconder o rosto atrás do livro ponto em que ela apontava quem eram os grevistas da escola”. Ao questionar, de forma indignada, se era ou não um direito trabalhar, não foi poupada de certa ironia por parte de seus alunos

ali presentes na hora da reportagem: “Mostra a cara, professora”, disseram eles (ZH, 10/6/87, p. 28). Tais exemplos pontuais de resistência antigreve representavam a minoria dos docentes naquele momento, algo reconhecido mesmo pelo governador, apesar do contexto difícil.⁹⁵

O corte de salários, mesmo que parcial, era mais uma forma de buscar esvaziar o movimento e reduzir a adesão. Curiosamente, ao contrário disso, no dia 11 de junho um grande ato público reuniu cerca de 20 mil professores partindo em marcha desde a rodoviária até o acampamento. Segundo Egon, era mais que uma atividade dos professores e sim uma “luta de todos contra o arrocho salarial”. Como resultado, uma audiência bastante ampliada foi organizada com a participação do Comando de Greve, da CNBB, da bancada do PMDB e do Executivo, na figura do vice-governador Guazzelli. Tal encontro, autorizado por Simon, desde Brasília, era tão aguardado que levou a “prolongado aplauso da multidão. Houve até desmaios e enjoos, atendidos em uma ambulância da Brigada”, algo comentado em reportagem do CP (12/6/87, p. 7).

A folha de pagamento foi integralizada na semana seguinte e dois fatos novos ocorreram: a mediação ativa de Dom José Ivo Lorscheiter⁹⁶ e a proposta da bancada do PMDB, a qual sugeria um piso de Cz\$ 4.100,00 e aumentos trimestrais vinculados à arrecadação estadual (ZH, 13/6/87, p. 25). Neste cenário, nos dias seguintes, fruto de reuniões e articulações do Executivo, a terceira proposta foi apresentada e seguia sem incluir o piso dos 2,5 salários mínimos, o que causou o repúdio das lideranças docentes (ZH, 19/6/87, p. 26).⁹⁷ No debate dos núcleos, gradualmente a proposta foi rejeitada por unanimidade e o governo passou a construir uma nova. Ao entregar os resultados das assembleias regionais ao vice-governador, Egon explicou que “cerca de 70 mil professores foram ouvidos” e a

⁹⁵ Em entrevista a ZH, Simon reconheceu que “uma boa parcela” docente estava em greve (ZH, 9/6/87, p. 29).

⁹⁶ Nascido no ano de 1927, em São José do Hortêncio, então distrito de São Sebastião do Caí (RS), José Ivo Lorscheiter foi Bispo Emérito de Santa Maria e Cardeal católico brasileiro. Ocupou a Secretária geral e a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, entre 1979 e 1987, quando destacou-se por suas críticas ao regime militar no Brasil e pela sua defesa dos direitos humanos. Abrigou vários defensores da Teologia da Libertação, além de bispos e sacerdotes de esquerda. Aos 79 anos, vítima de complicações resultantes de uma cirurgia no estômago, morreu de falência múltipla de órgãos no ano de 2007. Dados biográficos em <<http://www.diocesasantamaria.org.br>>, acesso em 24/6/2016.

⁹⁷ A proposta trazia um piso de Cz\$ 4.267,30 até 1º de agosto, quando haveria novo reajuste chegando as Cz\$ 5.120,76. Inicialmente representava um piso superior a 2,5 SM, mas não tinha perspectiva de reajuste vinculado ao salário mínimo nacional e sim ao Padrão salarial 12, do quadro do funcionalismo estadual (ZH, 19/6/87, p. 26).

rejeição se deu basicamente pela desvinculação ao salário mínimo e à ausência do pagamento dos atrasados daquele ano (ZH, 24/6/87, p. 33).

Naquele momento, a greve já passava dos setenta dias e foi alvo de uma pesquisa de opinião por parte do CP, onde 78,8% dos entrevistados (mostra de 400 pessoas na capital do Estado) apoiava a luta dos professores, enquanto 35,8% os considerava extremistas, irresponsáveis, injustos ou sem-vergonha, qualificativos sugeridos na entrevista da pesquisa. Ao mesmo tempo, 64,8% não culpavam Simon pela greve (CP, 20/6/87, p. 3). Foram raras as pesquisas de opinião como estas durante o período aqui analisado. Ao mesmo tempo, o acampamento grevista, segundo ZH, era um espécie de atração na cidade de Porto Alegre. A ocupação da Praça já não era uma simples forma de protesto e se consolidava como parte do cenário da cidade, onde quem ali passava se sensibilizava e simpatizava com a causa docente. Mesmo o Correio já havia entregue cartas endereçadas à “Praça da Sineta”, de origem internacional.

O conteúdo de ZH repetiu alguns aspectos já destacados anteriormente como o estilo da organização do acampamento, o zelo com a disciplina e segurança, mas traz novos elementos do testemunho jornalístico. Mesmo à noite, quando a praça era ocupada pelos murmúrios, após o toque do silêncio das 22 horas, o texto do periódico revela que não menos que 350 pessoas passavam as madrugadas no acampamento, sendo zelada a segurança, em geral, tarefa dos homens ali presentes, uma tarefa com forte elemento da ideia de gênero: “(...) ainda não foi registrado nenhum incidente ou problemas com ladrões e que a ronda dos professores pela praça durante a madrugada vem sendo feita com muito cuidado desde o início do acampamento, 20 dias atrás” (ZH, 14/6/87).

Por outro lado, nem tudo foram flores, humor e criatividade no acampamento, como sugerem os textos anteriormente destacados. No final de junho, moradores vizinhos a este entraram com uma representação na Procuradoria Geral da Justiça pedindo a retirada do acampamento em função do número de pessoas e a degradação do espaço, “a despeito de constituírem dano ao meio ambiente, a bens de valor estético, turístico e paisagístico” (ZH, 24/6/87, p. 33). Inicialmente a ideia era uma solução amigável para a retirada do acampamento, mas até em função do tempo e dos desdobramentos do conflito, isso ocorreu apenas quando os organizadores assim definiram.

A última semana de junho também foi marcada por duas situações: um movimento no qual a bancada do PMDB sinalizou apresentar, com o aval do governador, uma fórmula para garantia do piso dos 2,5 salários mínimos (CP, 25/6/87, capa) e a conquista, logo na sequência, por parte do governo, da inconstitucionalidade da Lei 8026, em primeira instância. Para a justiça, índices como INPC ou salário mínimo não poderiam ser referenciais para reajuste de salários de servidores por agredir “o princípio da harmonia entre os poderes e delegação de atribuições”.

Figura 19: Vice-governador Guazzelli envia nova proposta diretamente ao acampamento docente



Fonte: ZH, 24/6/87, p. 2

Vale ressaltar ainda os argumentos finais da sentença favorável ao Governo Simon por parte do Juiz Pancaro da Silva, quase um pedido de desculpas ante um movimento de luta de mais de setenta dias naquela altura:

(...) sei que a presente decisão frustra a esperança, não apenas dos autores, mas a de milhares de funcionários públicos, que viam nas leis ora analisadas a possibilidade do reajuste de seus vencimentos e, como consequência, a diminuição dos sofrimentos causados por uma inflação sem precedentes na história de nossa terra. Entretanto, devem também ter em mente que o judiciário, apesar de neste caso ser o veículo indireto de suas desilusões, é, e sempre será, a garantia da correta aplicação da lei e a segurança do respeito aos direitos individuais, não só desses servidores, mas de toda população (CP, 26/6/87, capa).

Tudo mudaria a partir desta decisão, mas a reação inicial foi uma nova ofensiva dos grevistas unidos às bancadas de oposição do Legislativo, com notas, encontros e caravanas vindas do interior para pressionar o governo (CP, 26/6/87, p. 13). Isso indicava o prolongamento da greve ainda por mais dias e que a conquista do piso profissional em 1985, vinculado a um reajuste periódico, estava enterrada. Nesta perspectiva, no dia 26 de junho, houve a ocupação da Casa Civil, parte do Palácio Piratini, momento no qual o Comando, após entrar às 10 horas da manhã na sala de espera, lá permaneceu por 8 horas e 26 minutos, alusão a Lei 8026 (CP, 27/6/87, capa). Já eram 77 dias de greve e a iniciativa inédita visava agilizar as negociações, mas seria um fato marcante no movimento, utilizado amplamente por parte do Executivo como uma afronta e desrespeito: “Simon entrou pela porta da frente, sob vaias e o repicar das sinetas. ‘Simon, enrolador, recebe o professor’, gritavam mais de 4 mil grevistas situados diante do Palácio” (ZH, 27/6/87, p. 28).

A permanência na Casa Civil se deu de forma relativamente pacífica e os seguranças não gostaram de ver as bandeiras docentes ocuparem o espaço oficial do Executivo no lugar das bandeiras: “Os 26 professores deixaram o Palácio Piratini exatamente às 18 h 26 min. Saíram de braços dados e erguidos. Antes, tentaram entrevistar ao menos com o Chefe da Casa Civil, (...). Não conseguiram” (ZH, 27/6/87, p. 28). O professor João Carlos Rodrigues esteve entre os ocupantes naquele dia e recorda do evento: o governo negava o piso conquistado e estava “fragilizado, em solidão”. O grupo de líderes da greve, assim, saiu do “acampamento da praça para ocupar a Casa Civil, ficar lá mais de oito horas, hastear a bandeira do Sindicato, cantar o hino da categoria, deu a dimensão do movimento”.

Após o ocorrido, a reação por parte do governo nos dias seguintes foi dura, pois o mesmo considerou a ocupação uma agressão à história do Palácio e um desrespeito

institucional. Assim, prometeu medidas de força para terminar com a greve (CP, 28/6/87, capa).⁹⁸ No mesmo dia, nota do Executivo exigiu o retorno das aulas nas escolas ainda fechadas quando se somavam 79 dias de greve, num contexto de ameaças e de derrota judicial para os docentes. Em resposta, em nota publicada no dia seguinte, o Comando de Greve buscou resistir às ameaças de força do governo:

O Magistério tem agido com firmeza e tranquilidade, demonstrando unidade e coesão na defesa de suas legítimas conquistas. A categoria não se intimidará com novas ameaças e resistirá mantendo seu movimento de forma ordeira e pacífica. Os professores reafirmam que: (...) só retornarão às aulas com a garantia de suas conquistas (CP, 29/6/87, p. 16).

Era um cenário bastante complexo e parecia incerta a garantia das conquistas. A partir do não retorno dos docentes às salas de aula, mesmo com as exigências do governo, o rol de ameaças se concretizou com o afastamento de diretores e professores contratados, bem como a abertura de inúmeras sindicâncias. O salário do mês também estava suspenso aos grevistas, desta vez de forma oficial e, ao receber tal notícia, direto do acampamento grevista, o presidente Egon convocou os presentes a mais união e luta ante tais ameaças:

Paulo Egon Wiederkehr, emocionado, foi quem informou aos professores, que já haviam chegado para passar a noite no acampamento, sobre a decisão do governo. Ele afirmou que a portaria do secretário de Educação não intimidaria o magistério e conclamou a todos para “mais união em torno da luta”.

Os apitos, sinetas e os tambores que haviam cessado as 18 h, como ocorre diariamente, voltaram a funcionar por alguns minutos, enquanto os professores gritavam em coro ‘não tem história, é greve até a vitória’. Depois o silêncio voltou à praça (CP, 30/6/87, capa).

Especialmente entre as lideranças e o ativismo mais mobilizado, as retaliações serviram para aumentar a indignação, como sugere matéria do CP sobre o despertar no

⁹⁸ Segundo a versão do Comando, não houve exatamente uma invasão do Palácio, como sugeriu o Presidente Egon em entrevista: “Solicitamos audiência com o governador, fomos recebidos pelo chefe da Casa Civil, com autorização da Casa Militar. Entregamos um ofício, uma nota oficial e uma relação de apoios para agilizar o diálogo. Comunicamos ao chefe da Casa Civil que lá permaneceríamos por oito horas e 26 minutos. Ninguém nos mandou ou convidou a sair. Ao contrário, até nos serviram chá. Ninguém serve chá a invasor. E Simon sempre disse que o Piratini era a casa do povo. Não entendemos a sua surpresa, a sua contrariedade e o que ele classifica como desafio”. Para o líder do magistério, tudo era um pretexto para adiar soluções (ZH, 29/6/87, p. 33).

acampamento: “Ontem, todos levantaram cedo depois de uma noite mal dormida e começaram as manifestações do dia” (CP, 30/6/87, p. 13). Naquela noite se verificou receio por parte dos acampados de que as barracas da Praça fossem removidas e a atenção na madrugada foi redobrada. Ao invés da retirada, apenas um cordão de isolamento foi esticado por parte da Brigada Militar visando proteger veículos oficiais no espaço que já contava com 75 barracas a mais de um mês: a greve já durava 81 dias (ZH, 30/6/87, p. 32-33).

A imprensa e as bancadas parlamentares foram alertadas sobre o risco de agressão policial ao acampamento. A repórter Iolanda Marquardt, do CP, passou uma noite no local trazendo um relato dos mais significativos sobre aquela experiência: “(...) às 4 h da madrugada homens da BM cercaram o palácio entre a General Auto e a Espírito Santo, reforçando inclusive as cordas rente ao meio fio da calçada”. Tal descrição revela curiosas situações como a fala do policial ali destacado para tal tarefa: “Indagado sobre o motivo da colocação de mais cordas, um policial respondeu que se tratava ‘de mais uma burrice do governador’”. Segundo a reportagem, a qual cruzou a noite do inverno gaúcho, as ações policiais semearam o terrorismo no que chamou de “cidade de lona”, local “onde a preocupação não era dormir, mas resistir” (CP, 30/6/87, p. 13).

A partir deste quadro, o diálogo foi definitivamente rompido por parte do governo e com apoio da maior parte da bancada do PMDB. Isso se contrapunha à ideia de sair da greve apenas com a conquista das reivindicações e parecia que este caminho ia afunilando de maneira irreversível: o mês de julho começou com mais demissões anunciadas:

Agora já são 25 diretores afastados e 279 professores contratados demitidos e, segundo o secretário, muitos outros ainda serão dispensados, porque existe excesso e os que estão em greve “não cumprem a missão para a qual foram contratados em caráter de emergência” (CP, 1/7/87, p. 11).

A onda repressiva estava consolidada por parte do Governo Simon e justamente neste cenário, o maior protesto desta greve ocorreu no dia 2 de julho, em repúdio às demissões. Tal ato trouxe cerca de 300 ônibus do interior, mais de 40 mil presentes, ocupando todo o espaço ao redor da Praça da Matriz numa demonstração de força da greve, com o apoio dos partidos de oposição e de dissidentes do PMDB. A atividade transcorreu sem conflitos físicos, apesar do clima tenso entre governo e docentes: “Os líderes grevistas aproveitaram para projetar contra as fachadas do Palácio Piratini e da Assembleia *‘slides’* com as frases ‘Paga Pedro,

Pedro paga' e 'É greve até a vitória'" (CP, 3/7/87, capa). Era uma inovadora forma de protesto.

Figura 20: Sinetas na praça perturbam o Governador Simon no Palácio Piratini



Fonte: CP, 3/7/87, p. 4

A charge reproduzida na figura 20 tenta reproduzir o contexto após tantos protestos, barulho na praça e palavras de ordem: Simon com expressão de cansaço extremo parece não conseguir dormir e tal tensão foi registrada em muitas reuniões com os grevistas, momentos nos quais o governador demonstrou intranquilidade. Na luta das ruas, logo foi anunciado o corte total de ponto para todo o magistério, justificado pelas dificuldades em saber o controle de frequência docente. Naquela semana, o governo considerava que 40% das escolas estavam trabalhando normalmente, enquanto o CPERS apontava em 5% tal número (CP, 5/7/87,

capa). Mesmo o Cardeal Dom Vicente Scherer, colaborador do CPERS em 1979 nas negociações com Amaral de Souza, criticou a greve naquela altura, especialmente devido “vaías na Assembleia Legislativa e, finalmente, na invasão da sede do governo como baderneiros” (CP, 7/7/87, p. 5).

Cada vez aumentava o afastamento entre governo e grevistas, mas ao mesmo tempo ocorriam movimentos no sentido de reaproximar as partes visando novas negociações para solucionar o conflito: “Políticos, religiosos, sindicalistas e representantes de dezenas de entidades civis se articulam para ‘quebrar o gelo’ entre governo estadual e o magistério e acabar com o impasse que emperra o reinício das negociações (...)” (ZH, 5/7/87, p. 31). O editorial publicado em ZH também sugeria que “Governo e Cpers assumam a postura que a sociedade gaúcha está a exigir, pondo de lado, desde logo, posições rígidas e irrenunciáveis” (Editorial “Um lugar para o bom senso”: 6/7/87, p. 2).

O retorno de parcelas do professorado às aulas neste cenário parecia ocorrer, em quantidade difícil de determinar com exatidão a partir das fontes disponíveis, mas não se dava de forma impactante, do ponto de vista quantitativo. O Comando de Greve reconhecia determinado retorno, mas limitado a 5%, o que, em hipótese, pode ser considerado um informe otimista por parte de tal organismo grevista. Em nova nota, o Comando buscava denunciar as medidas do Executivo, taxadas de “métodos de terrorismo”. Considerando que “apoiado pelos setores conservadores e autoritários do PMDB, o governo isola-se do processo democrático que a sociedade exige”, o texto conclamava à luta unitária contra o desemprego e o arrocho salarial e, para os docentes, em letras maiúsculas “A LUTA CONTINUA. UNIDOS E FORTES OS PROFESSORES MANTERÃO A GREVE ATÉ A VITÓRIA” (ZH, 6/7/87, p. 27).

Intensa pressão foi realizada por parte das entidades reunidas na “Frente pela Reabertura do Diálogo”: eram mais de seiscentas, as quais ameaçavam romper com o governo e inviabilizar a condução do Estado, caso não houvesse novas negociações. Assim, na tarde do dia 7 de julho, uma nova proposta foi apresentada em audiência de 45 minutos diretamente pelo governador ao Comando de Greve. A votação na Assembleia Legislativa dependia da aceitação da categoria, assim como a folha de pagamento daquele mês esperava tal definição. As punições seriam revistas mais tarde e, futuramente, caso a nova Constituição

nacional permitisse, o piso poderia voltar a ser vinculado ao salário mínimo, segundo compromisso de Simon (ZH, 8/7/87, p. 28).⁹⁹

Nos dias seguintes, o debate sobre a proposta pautou diversas reuniões docentes e, segundo avaliação de ZH, para a maioria dos professores crescia a “convicção de que é necessário interromper a greve para evitar a destruição da estrutura do Cpers que tem hoje 80 mil associados e uma invejável capacidade de mobilização”. Segundo o registro, o clima era tenso mesmo entre os membros do Comando grevista em busca de um consenso naquele momento: “(...) as posições eram ainda tão divergentes que a reunião foi cancelada por duas horas para um arrefecimento dos ânimos. Nervoso, o presidente do Cpers Paulo Egon teve que recorrer à tradicional água de melissa para acalmar-se” (ZH, 9/7/87, p. 30). Nesta atmosfera bastante complicada, a maioria dos núcleos (34 dos 40) aceitou a proposta do governo com ressalvas, como a antecipação dos valores de novembro e mesmo a demissão do Secretário Bernardo de Souza, mas o debate estava bem dividido. Em nota, o Comando grevista reafirmou que as decisões são tomadas de forma democrática e unitária, apesar das tentativas de divisionismo no seio da categoria. Ressaltou o texto, ainda, que “a condução do movimento nunca foi pautada por questões partidárias e nem pela questão sucessória da entidade”. Por fim, convidava a categoria a decidir a partir das instâncias do movimento (ZH, 12/7/87, p. 52).

Figura 21: Charge ironiza conflito entre as partes: sineta docente contra o tacape de Simon

⁹⁹ O piso salarial na proposta seria de Cz\$ 5.000,00 a partir de julho e de Cz\$ 6.120,00 a partir de 1º de novembro (CP, 8/7/87, capa). Comparando com os salários mínimos vigentes nestes meses (houve oito reajustes durante 1987), o piso de julho chegaria a 2,54 SM, mas em novembro estaria ao redor de 2,1 salários mínimos, visto que a proposta de Simon desvinculava o piso docente e o salário mínimo nacional. Disponível em <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm>, acesso em 15 de maio de 2016.



Fonte: CP, 3/7/87, p. 4

A assembleia estadual, a primeira que analisaria uma proposta do governo desde o início da greve, foi agendada para 14 de julho. Nas reuniões preparatórias do Conselho de Representantes, realizadas nos dias 9 e 11 de julho, o cenário informado pela maioria dos núcleos regionais era de retorno da maioria dos grevistas a partir da segunda feira seguinte, independente da decisão da estadual, o que demonstrava a dificuldade de sustentação do movimento além daquela data (Ata Conselho de Representantes, nº 08 e 09/87).

Na noite anterior, os últimos acertos foram realizados entre as partes, assinado em um protocolo, no qual se garantia, em especial, o pagamento para todos os grevistas e o fim das punições e inquéritos, caso houvesse o retorno imediato às aulas, o que foi registrado em ambas as capas dos periódicos de circulação estadual (ZH e CP, 14/7/87, capas). Com tais ajustes na proposta, cerca de 20 mil professores estiveram presentes no Gigantinho e, divididos, decidiram retornar às aulas, após duas votações para confirmar a decisão. A

proposta do Executivo nem chegou a ser apreciada pelo conjunto dos presentes, mas a partir da definição do encerramento da greve, a Casa Legislativa foi liberada para votar o Projeto de Lei, mesmo sem a aprovação estadual da categoria (Ata Assembleia, nº 05/87). Não há detalhes no registro docente na ata da reunião sobre o conteúdo das falas e nem dos conflitos ocorridos.

Na avaliação escrita no Magister, a direção do CPERS afirmou que a decisão de volta às aulas se deu em função das pressões para o retorno ao trabalho, que estavam “insustentáveis e algumas Escolas enfrentavam dificuldades para manter o movimento com o mesmo índice de adesão do início” (Magister nº 93: agosto-setembro/87, p. 20). Na mesma avaliação foi reconhecida a divisão da votação, sem maiores detalhes. Segundo reportagem do CP, 30% dos presentes exigiam a sequência da greve. O periódico descreveu assim as reações dos descontentes:

A decisão de suspender a greve fez alguns professores chorarem. Não faltaram acusações contra alguns integrantes do comando de greve: Paulo Egon, “pelego” (...). O clima dentro do Gigantinho oscilava entre o humor e a tensão. Mas a estrutura estava montada: o Hospital Conceição e o HPS mobilizaram duas unidades de serviço, duas ambulâncias, médicos e enfermeiras. (...) Em 350 ônibus vindos do interior, os professores trouxeram, além de travesseiros, cuias para chimarrão, térmicas, sinetas, apitos, cartazes, faixas e muita disposição (CP, 15/7/87, p. 11).

Discretamente, a reportagem do CP sugeriu que os defensores da continuidade da greve eram vinculados à CUT. Em entrevista na mesma página, Egon afirmou que mesmo com o fim da greve, “o magistério não saiu derrotado, lembrando que o governo se comprometeu a retirar as punições”. Encerrada a reunião estadual, chegava o momento de desmontar o acampamento da “Praça da Sineta”, o que ocorreu dentro do mesmo clima de divisão do movimento: “Os mais exaltados tentaram até impedir que alguns jornalistas filmassem e fotografassem a retirada das barracas. Houve confusão, empurrões e uma agressão contra um cinegrafista da Televisão Educativa” (ZH, 15/7/87, p. 28).

Houve choro e lamento por todo o contexto: entre as últimas iniciativas dos acampados esteve a desocupação simbólica do espaço e o pedido aos vereadores de Porto Alegre no sentido de mudar o nome daquele local para “Praça da Sineta”, o que acabou não sendo atendido. Como declaração final daqueles que desmontaram a estrutura tão bem

organizada, ficou registrado em ZH que a retirada das barracas não significava uma debandada, pois se dava em respeito à comunidade. Os coordenadores afirmaram que seguiam prontos para a luta que viria e “deixaram um aviso ao governador Pedro Simon numa grande faixa: ‘Nós voltaremos’” (ZH, 15/7/87, p. 28).

Segundo compromisso assumido desde o início da greve pelos docentes, a praça seria recuperada em parceria com a SMAM (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) e assim foi realizado (CP, 15/7/87, p. 11). Uma das pretensões da recuperação do espaço era o plantio de um arbusto chamado brinco-de-princesa, o qual tem flores semelhantes à sineta. Tal atividade foi paga pelo CPERS e teve além da ação profissional, a ajuda militante de professores grevistas: “O Centro também vai fornecer a tinta para a pintura de todos os bancos da praça”. A recuperação foi global, mesmo nos espaços onde barracas não foram montadas:

A SMAM e o Cpers realizaram duas reuniões (...) para o cumprimento do acordo. (...) se as condições ambientais permitirem, a Praça da Matriz estará pronta no início da próxima semana. Os operários começaram o trabalho pelo canteiro em frente ao Palácio Piratini e, para dar uniformidade, até os canteiros onde não foram instaladas barracas, serão recuperados (CP, 17/7/87, p. 10).

Assim chegava ao fim o acampamento da maior greve do país e uma das maiores do mundo do trabalho em toda a História. Nunca mais houve uma ação articulada com magnitude daquele acampamento nos aspectos organizativos e políticos. Tal ação dos docentes atingiu um grau de legitimidade impressionante, pois, conforme analisado anteriormente, em nenhum momento houve questionamento sobre a pertinência do acampamento grevista, a exceção pontual foi dos vizinhos que tentaram ação na justiça, sem sucesso. Mesmo nos momentos decisivos e de desgaste da prolongada greve, enquanto editoriais criticavam a postura do governo e do CPERS, o acampamento era noticiado e registrado nos periódicos com uma perspectiva positiva, como símbolo legítimo da luta e da organização da resistência.

A charge reproduzida na figura 22 sugere que o silêncio sem as barracas e os grevistas era uma novidade, depois de três meses, capaz de causar estranheza mesmo ao Governador Simon, discretamente escondido na janela, talvez uma alusão aos líderes do Executivo que

aparecem pouco visando evitar eventual desgaste. Dali, ele observa a praça após o fim da greve e a desmontagem das barracas.

Figura 22: Charge ironiza a solidão de Simon após a retirada do acampamento grevista da Praça da Matriz



Fonte: CP, 25/7/87, p. 4

Por outro lado, o fim da greve não se deu no clima favorável e vitorioso como acontecera em movimentos anteriores, justamente na maior greve da história. Em avaliação posterior, na imprensa do CPERS, Egon tentou resumir o movimento destacando que este teve “um significado político mais amplo, se caracterizou pela compreensão de que a última greve não existe, de que o movimento social é permanente e faz parte da luta de classes” (Magister nº 93: agosto/setembro/87, p. 2). Tal previsão se mantém atual, mas, curiosamente, na maior das greves uma de suas conquistas centrais foi perdida pela coletividade docente. Sobre a duração desta greve, aliás, em termos gerais, considerando a duração do movimento e seus seguidores como variáveis, os 96 dias foram uma marca histórica mundial.

Conforme pesquisa do CP, uma greve docente no Ceará durou 101 dias no ano de 1986, mas envolveu cerca de 30 mil professores e no ano de 1967 ocorreu a greve recordista de dias absolutos, pertencente aos metalúrgicos da empresa *Wallig* Cosmopolita: teve 333 dias envolvendo 1200 operários. No Rio Grande do Sul, o recorde absoluto pertence aos docentes: além desta de 1987, a dos professores federais, em 1984, durou 86 dias, sendo as duas maiores da história grevista no Estado (CP, 13/7/87, capa). Em termos globais, Van der Linden recorda a “impressionante greve dos trabalhadores têxteis de Mumbai (Bombaim), ocorrida em 1982-83. Com a participação de cerca de 240 mil trabalhadores e durando 18 meses”. Segundo o autor, deve ser esta a paralisação recorde e o “maior protesto de trabalhadores industriais de todo o mundo” (2013, p. 200). Vale também destacar a paralisação em Liverpool, Inglaterra, onde cerca de 410 portuários paralisaram por 28 meses a partir de 1995.¹⁰⁰

Levando em consideração todos estes dados, na combinação dos números absolutos e relativos, (na relação entre número de dias e de participantes da paralisação) a greve dos docentes gaúchos em 1987 se inseriu entre as maiores da história grevista mundial e certamente a maior do país. Na maior das paredes, ironicamente não vitoriosa, esta ação de tamanha envergadura na história das lutas docentes ficou registrada pela sua grandeza, organização e legitimidade conquistada: o acampamento na “Praça da Sineta”. Este não impediu a perda de uma das maiores conquistas do professorado, ou seja, o piso salarial solidamente referenciado no salário mínimo nacional.

3.5 Da oposição ao governo: o PMDB e suas relações com o movimento docente

Ei Simon

¹⁰⁰ Detalhes da greve inglesa em <<http://joresimao.blogspot.com.br/2015/09/estivadores-caminho-de-liverpool.html>> e <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq151024.htm>>, acessados em 23/5/2016.

*Ei Simon
Ei Simon, eu estou aqui*

*Vou ao supermercado
E vejo gente que está comprando
Porque só do meu carrinho
Eu tenho sempre que ir retirando
As coisas que eu escolho
São necessárias, não são banais
Dá logo os 2,5
Porque eu já não aguento mais...*

(Paródia “Jesus Cristo”: Sineta, edição especial/músicas da greve: junho/87).

Pedro Simon foi eleito em 1986 com expectativa de uma renovação política depois de mais de duas décadas com governos da ARENA-PDS e num cenário de grande crescimento eleitoral do PMDB. Logo após sua posse, tal governo enfrentou grandes dificuldades na gestão financeira do Estado e, por conseguinte, em relação às inúmeras demandas das categorias de servidores públicos, em especial da coletividade docente. Logo na primeira audiência com os representantes dos servidores, em 20 de março, o novo governador expressou não negociar com trabalhadores em greve. As propostas de reajuste encaminhadas por ele nos dias seguintes não foram aprovadas pelas assembleias das categorias e um importante enfrentamento se colocou entre as partes. No espaço legislativo, aos poucos, os discursos da oposição, representada nos partidos PDT, PFL, PDS e PT, este último estreando com quatro deputados na Casa Legislativa sul rio-grandense, em apoio às reivindicações dos servidores se contrapunha ao discurso do PMDB no sentido do pedido de paciência em função do pouco tempo de governo e pela herança recebida por Simon.¹⁰¹

As greves do período também atingiram o Poder Legislativo. De forma curiosa, houve um período sem sessões, devido à paralisação de seus servidores, entre os dias 13 e 21 de abril, conforme registrado no debate parlamentar.¹⁰² Por sua vez, os professores definiram

¹⁰¹ Sobre este período legislativo, Pesavento recorda que a bancada petista estreante no legislativo gaúcho centralizou sua crítica na intransigência de Simon ante as reivindicações grevistas, solidarizando-se com o movimento. A bancada do PMDB se viu dividida, alguns argumentavam sobre as dificuldades. O PDS lembrava a mudança de postura do PMDB em relação às greves anteriores. A autora destaca a presença forte da Brigada Militar na praça e a ameaça constante dos descontos salariais (1996, p. 117-119).

¹⁰² As atividades em 21 de abril foram garantidas após diálogo com os servidores em greve: “Em primeiro lugar, a Bancada do PT gostaria de agradecer aos funcionários que estão trabalhando e que, desta forma, possibilitam que a Sessão Plenária funcione, sem que isso signifique que os companheiros estejam abrindo mão de suas reivindicações e do movimento grevista” (Comunicação José Fortunati, PT: 27ª Sessão, 21/4/87).

sua greve em 10 de abril, dois dias depois dos demais servidores, rejeitando a primeira proposta formulada por Simon que garantia o piso de 2,5 SM apenas para quem estivesse em sala de aula. Assim, o governador se referiu à decisão de greve recentemente definida: “Eu respeito a decisão do magistério, embora lamente o resultado. Eu estou no governo há menos de um mês, foram um quarto de século de governos que se repetiram e uma situação financeira que nós conhecemos” (CP, 11/4/87, p. 2). Inicialmente, Simon lamentava aquela pressão imediata, e, ainda, que o comparassem “como se eu fosse um dos que me antecederam nestes 25 anos” (ZH, 11/4/87, p. 26-27). De qualquer forma, as respostas que docentes e servidores desejavam tinham pressa, afinal, a inflação em 1987 explodiu em um patamar galopante, que atingia diretamente as condições materiais de existência.

O Secretário Bernardo de Souza declarou que o piso salarial, tão desejado pelo magistério, era um “engodo”, pois, o “governo anterior não avaliou sua criação, ou avaliou e sabia que não poderia ser pago enganando o magistério e a população” (ZH, 11/4/87, p. 27). Durante o movimento, o Governo Simon utilizou muito o espaço da imprensa escrita com diversas publicações de grande porte e também apostou em alguns pronunciamentos em cadeia de Rádio e TV para disputar com os movimentos paredistas sua visão sobre a luta daquele ano. No dia 12 de abril, utilizou tal espaço por quinze minutos, explicando a situação difícil do estado e chamando todos para reconstrução do mesmo. Quanto às greves, estranhou que as mesmas surgiram “sem buscar o diálogo, sem buscar o entendimento, só na ânsia de fazê-las”. Insistiu que assumia o poder após muito tempo de controle de apenas um grupo e que trabalhava dia a dia para contornar a crise. Por fim, esperava o apoio da maioria dos servidores públicos (CP, 13/4/87, capa).

No primeiro momento, a postura do Executivo foi dialógica, numa perspectiva de superar as dificuldades e considerando que apenas as questões orçamentárias separavam as partes em litígio. No mesmo período, prestes a completar um mês de governo, críticas já eram registradas em reportagens na imprensa em especial devido à pressão importante vinda das greves e por um relativo imobilismo, segundo diziam seus opositores (CP, 15/4/87, p. 19).

Logo, no dia 15 de abril, foi montada a primeira mesa de negociações definida como “truncada, difícil e improdutiva”. Nesta, o Executivo foi direto quanto ao tema da legalidade da Lei 8026: “A agitação percorreu o ambiente quando o procurador geral se referiu à

inconstitucionalidade da lei já que a Constituição Federal proíbe qualquer vinculação para efeito de remuneração aos servidores públicos”. O Secretário Bernardo de Souza destacou as duas dificuldades combinadas: “o aspecto jurídico e a inviabilidade da questão financeira” (ZH, 16/4/87, p. 32). Tais argumentos se mantiveram centrais durante toda a greve. Germano Rigotto, líder do governo na Assembleia Legislativa, tentou também ser direto quanto à ideia central do Executivo no sentido de atender os servidores com um índice menor, mas preservar as conquistas do funcionalismo e do magistério (ZH, 21/4/87, p. 30). Na sequência, depois de idas e vindas, tal perspectiva não se manteve na política do Governo Simon.

No legislativo, o líder Rigotto não fugiu do debate, especialmente por ter sido incisivo nas cobranças ao governo anterior em relação ao pagamento do piso docente de 2,5 SM: “Houve casos de professores e funcionários perguntarem-me se tinha esquecido o meu voto para as Leis 8020 e 8026. Quero dizer que não esquecemos nossos votos, que não esquecemos e que não trocamos os nossos discursos”. Defendendo a preservação das conquistas dos servidores, ressaltou a dívida de 114 bilhões de cruzados recebida, que exigia do governo recém-empossado “um tempo para poder colocar a casa em ordem e atender não apenas a esta, mas a outras reivindicações do funcionalismo”. Em resposta às galerias lotadas, disparou que “o grito nas galerias é ‘paga’ e eu devo dizer que o que procuramos, o que estamos tentando conseguir são as formas para fazer este pagamento” (Comunicação dep. Germano Rigotto, PMDB : 27ª Sessão, 21/4/87).

Na mesma sessão, bastante focada no debate da greve dos servidores, Raul Pont, pelo PT, sugeriu que a folha de pagamento do magistério e servidores correspondia a cerca de 1 bilhão e 410 milhões de cruzados, sem a aplicação das Leis. “Se fossem cumpridas estas leis, hoje, em março, teríamos (...) 2 bilhões e 600 milhões, e não os 3 bilhões e meio, ou 4 bilhões de cruzados, como o Governo alardeia que teria que ter para pagar”. O deputado calculava que eram necessários cerca 2 bilhões e 400 milhões de cruzados como valor necessário para o Estado cumprir efetivamente o previsto na legislação. Questionando as prioridades do PMDB, Pont criticou que havia “dinheiro para pagar o serviço da dívida e não há para pagar os funcionários? Por que este Estado, hoje, está pagando a maior média em relação ao estoque da dívida de todo o País?”. A média nacional dos Estados estava em 9%, enquanto o Estado

pagava juro sobre o estoque, segundo Pont. Era este o debate proposto pelo PT no início da greve dos servidores.

Porfírio Peixoto, do PDT, reconheceu, em tese, que se não tivesse caixa suficiente para o cumprimento imediato da lei, poderia o governo ter uma proposta, mas nada autorizaria o governante a não cumprir a lei ou a negá-la. Segundo Peixoto, os servidores até “poderiam aceitar uma proposta reescalando isso tudo. Não estou dizendo que aceitam, mas poderiam aceitar. Mas não existe uma proposta concreta. Não existe nada!”. A crítica à paralisia do governo fez parte do discurso do deputado: “O que existe é o silêncio, que esconde a incompetência dos que estão governando (...). É um começo extremamente melancólico de governo”.

Por sua vez, o PDS, que enfrentou as greves anteriores, agora estava na oposição ao governo. Celso Bernardi afirmou na tribuna legislativa que não poderia o governador querer dialogar ameaçando os grevistas de demissão ou corte de efetividade e salários: “Não pode alguém propor o diálogo, o entendimento e a conversação, tendo em uma das mãos uma péssima proposta e, na outra mão, o tacape da truculência sobre uma classe que se organiza na reivindicação dos seus direitos”. Bernardi buscava reproduzir o discurso do atual Secretário César Schirmer, em 1979, quando o mesmo era oposição legislativa a Amaral: “Rebelem-se diretores, como fizeram os professores, contra este Governo incapaz, que, não encontrando soluções para o problema da educação e do magistério do Rio Grande do Sul, procura distribuir responsabilidades que são de quem governa”. Naquele momento, Amaral tinha apenas 17 dias de governo: a situação se assemelhava e a cobrança da coerência do PMDB foi a tônica entre seus opositores. Por fim, Bernardi apelou a Simon para que o mesmo “tenha a consciência de que nós, gaúchos, emprestamos-lhe um voto de confiança e de que a Bancada do PDS deu-lhe uma trégua, entretanto não esperávamos decepção tão urgente, razão pela qual estamos aqui, fazendo a nossa cobrança”.

Por fim, a bancada do PFL, também do campo opositor, exigiu em requerimento que fosse publicado “até o dia 10 de cada mês a Receita do Estado no Diário Oficial, como vinha sendo até o mês de março, e em todas as administrações anteriores”, além da despesa com pessoal, dívidas e outros gastos (Comunicação dep. Germano Bonow, PFL). Nesta breve rodada de discussão entre as bancadas é possível perceber o tom do debate em frente a

galerias lotadas de servidores, os quais recebiam desde o ano anterior o mesmo salário, apesar da alta inflação registrada. Somente o Rio Grande do Sul ainda não havia reajustado salários no país.

A greve, por sua vez, seguia intensa e após reconhecer a alta adesão grevista, o governo também passou a medi-la e disputar os índices com o Comando: “apesar da greve do magistério, somente algumas escolas estão totalmente paralisadas, mas a maioria funciona normalmente no Estado”, conforme anunciou, em nota, a Secretaria da Educação (ZH, 26/4/87, p. 42). Tais dados não se confirmam se cruzados com várias outras fontes consultadas quanto à adesão docente, inclusive do próprio governo, em outros momentos. Na sequência, em 28 de abril, um grupo de grevistas forçou a entrada na Secretaria de Educação para exigir o agendamento de uma negociação entre as partes. O Secretário Bernardo de Souza, na ocasião, considerou tal ato “uma visita já que houve respeito e cordialidade de ambas as partes” (CP, 29/4/87, p. 17). Mesmo o seu enterro simbólico foi realizado pelos manifestantes na ocasião: “A cerimônia teve o tradicional caixão preto com uma foto do ‘morto’ e até a ‘viúvas do magistério’, que vestidas de preto se desmanchavam de lágrimas”. Quando perguntado, Bernardo de Souza “disse não ter conhecimento do ato, mas afirmou: ‘Estou mais vivo do que muita gente pensa’” (ZH, 29/4/87, p. 50). De qualquer maneira, junto a outros membros do governo, nova proposta estava sendo montada por Bernardo para os próximos dias.

Nesta nova proposição, o Executivo passou a defender a suspensão do cumprimento das leis salariais e admitiu isso na forma de projeto encaminhado ao Legislativo e também nos discursos na Casa, por exemplo, da deputada Ecléa Fernandes (PMDB): reconhecendo o direito de protesto e de crítica assumiu que “Quando foi possível lutar para que o magistério tivesse o piso de dois e meio salários mínimos, eu lutei. Posicionei-me”. Reclamando da dificuldade de se expressar ante a manifestação das tribunas, Ecléa confessou: “Temos discutido muito internamente se é democrático que fiquemos aqui para sermos vaiados, ou se é democrático que não estejamos aqui, porque a nossa luta, como Parlamentares do Partido do Governo, é exatamente dialogar e encontrar uma solução”. Considerando a realidade financeira, a deputada expressou ante a galeria lotada de grevistas que as leis não seriam cumpridas: “É preciso que se diga isso, e isso vocês não querem ouvir. Até entendemos que

não queiram ouvir. Temos que dizer que não há possibilidade, neste momento, de o Governo do Estado cumprir”.

A deputada buscou justificar que não se tratava de não querer cumprir as leis, mas considerando a grave situação “a proposta é a de não cumprir as leis agora, neste momento difícil, para, talvez mais adiante, cumpri-las efetivamente. A proposta do Governo é a de apresentar um projeto emergencial que possa ser efetivamente cumprido”. Tal aposta no futuro não se concretizou, não confirmando a possibilidade sugerida pela oradora (Comunicação: 32ª Sessão, 28/4/87).

No 1º de maio, data do trabalhador, longo encarte especial em ZH explicava detalhadamente a proposta de Simon encaminhada a Assembleia Legislativa, que suspendia, a partir da justificativa do montante da dívida estadual, “a vigência das Leis 8020 e 8026 bem como outras concessoras de vantagens especiais (...)”. A dívida, segundo o governo, chegava a um montante de Cz\$ 111,4 bilhões, enquanto a arrecadação em 1986, por exemplo, chegou a cerca de Cz\$ 20 bilhões. Rigotto defendeu que tal projeto estava na lógica prevista, pois as leis polêmicas ficariam suspensas por dois anos e havia um aumento emergencial. O líder do PMDB tinha esperança na aprovação do mesmo (ZH, 1/5/87, Encarte Especial).

No dia 4 de maio, o governo publicou amplo texto nos jornais, ocupando uma página inteira, momento no qual explicou a proposta aos servidores em detalhes visando disputar a opinião pública. Insistia que os docentes em sala de aula teriam o vencimento mínimo de Cz\$ 3.420,00 por 20 horas de trabalho, representando 2,5 vezes o menor vencimento dos servidores estaduais (CP, 4/5/87, p. 3). Tal proposta foi rejeitada na Assembleia Legislativa pelas bancadas de oposição e defendida de forma constrangida e parcial pela bancada do PMDB. Aparentemente, o isolamento de Simon aumentava, algo sintomaticamente analisado em editorial do CP:

Depois de cinco dias em Brasília (...) o governador Pedro Simon retornou ao Rio Grande ontem à tarde. O quadro que encontrou, (...) um forte aparato policial em torno do Palácio Piratini tentava impedir um possível bloqueio pelos grevistas reunidos na Praça da Matriz. (...) A sequência de protestos, envolvendo diversos segmentos da sociedade, é a evidência maior de que a sociedade gaúcha cansou das manobras realizadas pelo governo estadual e que geraram o monumental impasse que estamos vivendo. (...) O governador Pedro Simon precisa revisar imediatamente a sua ação política. Se isto não

acontecer, vai continuar trabalhando muito, irritando-se com as críticas, mas sempre só (Editorial “Simon, um homem só”: CP, 8/5/87, p. 4).

Tal crítica editorial foi comum neste período no espaço do CP, o que não significou o apoio incondicional à greve docente, mas a consideração da legítima reivindicação do cumprimento da lei conquistada em 1985. ZH, no dia anterior, criticou o desrespeito dos movimentos em greve aos poderes constituídos e ainda a condescendência das autoridades a este caos, sugerindo que a “Democracia é sim, o regime da liberdade. Mas é também da ordem” (Editorial “Da falta de autoridade à anarquia”: 7/5/87, p. 2). Na Assembleia Legislativa, de forma inusitada, a bancada do PMDB passou a retirar-se do plenário a partir da sessão de 6 de maio, devido as atitudes dos grevistas nas galerias, como expressou Germano Rigotto, em meio a vaias e gritos assim registrados nos anais:

Quero dizer claramente aos professores que estão nas galerias - eles me perguntam: “Deputado, o Sr. foi uma bandeira quando conquistamos a Lei nº 8.026, por que muda a sua posição?” - que não estou mudando posição nenhuma, porque entendo que...

(Manifestações nas galerias.)

...deve ser compreendido racionalmente e não emocionalmente que o Governo, neste momento, não tem como cumprir a Lei 8.026 e está pedindo um prazo.

(Manifestações nas galerias.)

Se o prazo determinado pelo Governo não é o melhor, vamos discuti-lo. Se a proposta que o Governo está fazendo não é a melhor, então vamos discuti-la. O que é racional, lógico e temos que fazer para chegar ao entendimento é procurar as alternativas para sair desse impasse. Quanto ao fato de o Deputado João Osório ter vindo à tribuna para fazer um desabafo, queremos dizer que respeitamos as manifestações democráticas das galerias, mas entendemos que se tem de permitir aos Deputados que possam externar as suas posições livremente e sem interrupções - e isso vimos pedindo há muito tempo, há algumas Sessões e não temos conseguido. Por isso, Sr. Presidente, neste ambiente, a Bancada do PMDB não permanecerá nesta Sessão. Enquanto não formos respeitados, não ficaremos mais em Plenário e pensamos que seremos mais úteis ao desdobramento de soluções para esses problemas trabalhando fora daqui. (Palmas)

(Não revisado pelo Orador.)

(Tumulto no Plenário.)

(Retira-se a Bancada do PMDB, com exceção dos Srs. Deputados José Antonio Daudt, Mendes Ribeiro Filho e Carrion Júnior, que continua na Presidência dos trabalhos.) (Comunicação dep. Germano Rigotto, PMDB: 36ª Sessão, 6/5/87).

Especificamente o deputado Carrion Jr. não apenas permaneceu em plenário como usou seu espaço, na mesma sessão, para criticar o projeto do Executivo de forma contundente,

representando a mais importante fissura na bancada do PMDB. Não deixou de chamar Simon como “meu Governador”, como se percebe na sua conclusão:

Quero, ao deixar este Plenário, pedir aos meus colegas, a quem respeito, ao meu Líder, Deputado Germano Rigotto, a quem respeito e admiro, pedir a eles que reconsiderem a sua posição e me ajudem a convencer o meu Governador, Governador que deverá estar chegando a Porto Alegre, no sentido de que ele, usando do bom senso, recue do erro que cometeu e respeite a comunidade gaúcha, retirando o Projeto da Assembleia Legislativa.

A mesa diretora Legislativa formalmente exigiu de Simon o cumprimento da Lei 8026 em ofício do dia 7 de maio, entregue ao governador pelo Presidente da Casa: “Dirijome a Vossa Excelência para comunicar que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, em reunião desta data, decidiu formalmente exigir do Poder Executivo o cumprimento pleno de todas as leis que dizem respeito ao funcionalismo e magistério”. Simon, ao receber o ofício do presidente Algir Lorenzon, perguntou: “Presidente, o verbo exigir é de sua autoria”? Lorenzon respondeu que “Não, governador. É uma decisão da mesa” (CP, 8/5/87, capa).

No debate em plenário, o deputado Jauri Oliveira (PMDB) lamentou o ocorrido por considerá-lo um ultimato “que me parece da maior infelicidade, já que colocou contra a parede uma autoridade que estava envidando todos os esforços para solucionar o impasse”. De qualquer forma, o deputado não conseguiu concluir seu discurso, após a reação das galerias: “Sr. Presidente, conforme já foi acordado pela nossa Bancada, retiro-me do Plenário por falta de condições para prosseguir meu pronunciamento” (Comunicação: 38ª Sessão, 11/5/87).

Ante a imensa pressão de várias frentes, a decisão de arguir a inconstitucionalidade das leis estaduais que vinculavam os salários de docentes e servidores ao salário mínimo foi tomada, depois de intenso debate interno. Inicialmente a motivação desta medida se justificava pela ausência de recursos combinado ao fato das mesmas contrariarem princípios da Constituição estadual (CP, 9/5/87, capa). Em entrevista coletiva no dia 11 de maio, à noite, depois de longa reunião com CUT e CGT, o governador anunciou oficialmente a decisão de arguir a inconstitucionalidade da lei 8026 ante o Supremo Tribunal Federal, depois do ultimato da Mesa Diretora do Legislativo, fator decisivo para definir a questão: “(...) preciso

resguardar minha dignidade. A Assembleia, em rede de televisões, de rádios e nos jornais me levou a isto. Eu jurei cumprir a Constituição e não posso deixar margem nesta questão” (CP, 12/5/87, p. 12).¹⁰³

Em depoimento, Simon confirmou as justificativas de 1987: “Eu não tinha nenhuma condição de pagar, nenhuma. (...) O Jair já lá atrás não tinha conseguido” (SIMON, Pedro. *Depoimento*: agosto/2015). Reconhecendo o desgaste político de tal processo, o ex-governador lembrou sua vitória em eleições futuras para o Senado da República. De fato é muito difícil medir o desgaste político de uma figura pública ou partido, mesmo neste episódio, quando o PMDB saiu da oposição para gerir um estado com dificuldades e tendo que tomar medidas criticadas por este mesmo partido no passado. Na sequência, após a decisão de questionar judicialmente a Lei 8026, Simon recebeu os setores em greve no dia seguinte e, ao Comando de Greve docente, prometeu não demitir mais professores ao mesmo tempo em que pediu o fim das ocupações dos órgãos estaduais (CP, 13/5/87, capa). O Executivo dava grande importância ao tema das ocupações e, no dia 15 de maio, publicou uma nota nos jornais temendo a radicalização do movimento paredista e “danos eventuais ao patrimônio público e privado. Aos excessos e abusos - que acredita não virão a ocorrer - o governo, embora a contragosto, responderá com a inflexibilidade da lei (...)” (CP, 15/5/87, capa).

Ao mesmo tempo, após conversações com as lideranças grevistas, Simon retirou o projeto que tramitava na Casa Legislativa, atitude saudada por Ecléa Fernandes como um novo passo rumo às negociações. Inicialmente, “novo projeto definindo as regras para a política salarial no Estado só surgirá após a discussão com as categorias envolvidas e englobando as sugestões apresentadas por elas” (ZH, 15/5/87, p. 26). O deputado Carrion Jr., desde o início da greve dos servidores, insistia na tese de que o governo poderia atender a estes e buscava demonstrar em números tal possibilidade. Na qualidade de economista e

¹⁰³ O ex-governador Jair Soares, embora não tenha cumprido a lei 8026 ao final de seu mandato, se surpreendeu com esta decisão de Simon a respeito do Acordo/85, conforme depoimento ao autor: “Para surpresa minha, o governo que me sucedeu arguiu a inconstitucionalidade. Simon é um homem honrado, meu amigo” (SOARES, Jair. *Depoimento*: julho/2015).

assessor do CPERS no período anterior, considerava que o Executivo desconsiderava ou menosprezava a possibilidade de receitas (ZH, 15/5/87, p. 28).

Enquanto isso, Simon elogiava as manifestações e imensas passeatas que ocorreram durante a greve: “É tão bonito ver a democracia, eu passei toda a minha vida lutando por isso”. Como em outros momentos, o governador chegou até a sacada do Palácio Piratini: “Durante cinco minutos, Pedro Simon observou a manifestação. ‘O povo vem à praça manifestar sua vontade’ (...) ‘Se Deus quiser, vamos chegar a um entendimento’” (ZH, 16/5/87, p. 27). Nos dias seguintes, uma nova proposta surgia, oferecendo um índice de 71,64% de reajuste, ao mesmo tempo em que o Executivo obtinha a primeira vitória no Supremo Tribunal Federal, com a concessão da liminar contra a Lei 8026, o que dava sustentação à tese de inconstitucionalidade sobre a mesma, defendida por Simon e seus técnicos. Ao mesmo tempo, os primeiros distanciamentos entre o Executivo e os grevistas foi observado: Simon chegou a sugerir o pagamento do índice de reajuste somente aos trabalhadores não grevistas, mesmo com a rejeição das entidades e das bases dos servidores (ZH, 23/5/87, p. 25).

No dia 25 de maio, a nova proposta foi apresentada diretamente nos periódicos com o título “Aos servidores e ao povo do Rio Grande”. Ali, o governo argumentou, a partir de uma série de dados, sobre o orçamento estadual e apresentou o reajuste de 71,6% aos professores em maio, mais 20% em agosto, o que elevaria o piso de 40 horas a um valor mínimo de Cz\$ 6.900,00. Também foi anunciada a ideia de um teto salarial 25 vezes maior que o menor salário do funcionalismo (CP, 25/5/87, p. 3). Tal proposta retirou a maioria dos servidores da greve, restando os docentes. Ao mesmo tempo, a partir da folha salarial do mês de maio, o governo começou a utilizar o não pagamento aos grevistas como instrumento de pressão e, a partir deste fato, como reação do movimento docente, ocorreu a montagem do acampamento na Praça da Matriz, diante do Palácio Piratini.

No início de junho, Simon se afastou das negociações com os professores, transferindo tal incumbência ao Legislativo e aos Secretários. Em entrevista no centro do país, justificou o não cumprimento da lei e a arguição de inconstitucionalidade em função da falta de “recursos para pagar o reivindicado, mas foi compelido a recorrer ao Judiciário diante de uma posição da Assembleia, interpelando-o sobre o cumprimento ou não da lei”, ou seja,

Simon manteve o mesmo padrão discursivo e ainda afirmou existir “excesso de professores”, sendo este um quadro originado a partir de vários governos de um mesmo partido que o antecederam (ZH, 1/6/87, p. 13).

As reuniões entre docentes e os Secretários Bernardo de Souza, Cézar Schirmer, da Fazenda, e Fábio Koff, de Governo, nada avançou do ponto de vista de uma nova proposta (CP, 5/6/87, capa). Parecia cristalizado o impasse entre as partes, enquanto o Executivo mantinha sua última proposta que elevava o piso salarial docente a um patamar de 2,1 SM. Para piorar a relação, a folha do mês de maio acabou não sendo paga para quase metade do Magistério, estando ou não em greve, em função de aspectos administrativos (ZH, 9/6/87, p. 28). Um fato novo foi a entrada nas negociações de representantes religiosos, de forma mais intensa do que no episódio de 1979, quando o arcebispo de Santa Maria, Dom José Ivo Lorscheiter, se prontificou a buscar uma mediação entre as partes e para isso fez audiência com o Comando e Executivo: “Estou colhendo dados e ouvindo atentamente. Cada parte está expondo os seus motivos” (ZH, 12/6/87, p. 40). A presença do arcebispo ou de seus assessores seria uma constante nas negociações seguintes, as quais passaram a ser coordenadas pelo vice-governador Guazzelli. Deste período surgiu a terceira proposta, gradualmente rejeitada pelos professores, enquanto Simon apelava pelo retorno às aulas. Apesar de extenso, vale a pena analisar tal discurso em sua versão completa:

Os professores, a esta altura, haverão de entender que é muito importante que voltem às escolas. Espero que a proposta seja aceita, porque é a melhor. Tenho certeza de que vou ser ouvido. Quero até acreditar que essa greve termina na próxima semana, com a volta às aulas já a partir desta segunda-feira. O estado terá dificuldades enormes para pagar o que prometeu nessa última proposta. Mas ela surgiu como decorrência da gravidade da situação que estamos vivendo, onde milhares de crianças estão sendo prejudicadas com esta greve. É preciso entender que em termos financeiros a proposta atende às reivindicações dos professores, embora não ligue os vencimentos ao salário mínimo, porque a Constituição Federal proíbe esta vinculação. Mas se o problema é colocar a questão em termos de ganhar ou perder, se a essa altura dos acontecimentos tem alguém que perdeu, eu reconheço que o governo perdeu. O importante agora é a aceitação da proposta, muito acima do que é possível pagar (ZH, 20/6/87, p. 26).

A disputa pela aprovação da proposta estava colocada e, hipoteticamente, a rejeição da mesma demonstrou a importância dada pela coletividade docente não exatamente ao valor

do piso, mas sua vinculação a um reajuste permanente, em tempos de alta inflação. Mesmo aceitando uma suposta derrota ao atender parte das reivindicações docentes, o governador seguiu sem ser ouvido em sua terceira tentativa de enterrar a Lei 8026 a partir da compreensão e aceite dos professores. O programa *Os gaúchos e o Governador*, da Rádio Gaúcha, também era um espaço constante para as posições de Simon, por vezes reproduzidas em ZH. No programa de 20 de junho, se dedicou a repetir os conceitos já citados sobre a terceira proposta, destacando o seu desejo do retorno às aulas, o que, segundo ele, todo povo do Rio Grande do Sul desejava (ZH, 21/6/87, p. 14). Apesar de todo apelo e argumentação do Executivo, a proposta foi amplamente rejeitada.

Curiosamente, nos dias seguintes, no momento em que a bancada peemedebista publicamente apontou ao Executivo uma fórmula que garantiria os 2,5 de piso salarial, este venceu, ainda em 1ª instância, a inconstitucionalidade da Lei 8026, o que mudou radicalmente a relação e as referências salariais existentes e, ao mesmo tempo, fortaleceu a posição do governo (CP, 26/6/87, capa). Tal fato criou um clima de reação por parte dos docentes e da base de apoio das oposições legislativas e, no dia 26 de junho, como resposta ao contexto negativo, o Comando de Greve ocupou o Palácio por 8 horas e 26 minutos, um fato marcante da greve aproveitado por parte do Executivo como forma de repudiar o movimento: seria um desrespeito às regras institucionais. O editorial do CP, por exemplo, até então compreensivo com a pauta docente, não poupou críticas:

Os professores, ao melhor estilo dos alunos gazeteiros, zombaram das instituições e dos saudáveis princípios de respeito que regem a prática democrática. Um mau exemplo para os seus alunos (...). Por isto, espera-se do governador Pedro Simon, no pronunciamento deste domingo, que coloque um ponto final à greve que descambou para a baderna (Editorial “A baderna do magistério”: 28/6/87, p. 4).

Neste domingo citado no editorial, Simon anunciou medidas de força para conter a greve e assim seria nas semanas seguintes: uma queda de braço tentando acabar com a parede sem a decisão dos docentes sobre isso. A ocupação do Palácio seria uma afronta, segundo o governador, momento no qual aproveitou para questionar em seu pronunciamento: “por que não se permite haver a tranquilidade e a paz necessárias para que eu possa governar”, e concluiu que o “governo se firmará usando da força necessária a favor de todo o povo do Rio

Grande do Sul” (CP, 28/6/87, capa). A permanência do Comando grevista na Casa Civil se tornou o pretexto perfeito para um governo em dificuldades e certo isolamento lidar com uma greve forte e com um impasse prolongado. Assim, a principal medida de força de Simon foi o afastamento de diretores e a demissão de professores contratados combinada com uma intensa campanha para que os pais mandassem seus filhos às escolas.¹⁰⁴

O dia 29 de junho foi eleito pelo governo como o de retorno às aulas, conforme exigência de Simon, mas não ocorreu como esperado. Em nota, na capa dos jornais deste dia, o Executivo insistiu que a ocupação na sexta feira havia sido “flagrante desrespeito às melhores tradições de nosso povo e às instituições públicas democraticamente estabelecidas” e anunciava o limite de sua tolerância criticando o que chamava de escalada da intransigência docente:

Tornou-se evidente que a liderança do movimento grevista não valoriza o diálogo e, com hostilidade e sectarismo, quebra as regras normais de conduta, comprometendo a causa do professor. Todos são testemunhas do clima de ampla liberdade assegurado aos grevistas para que pudessem exercer suas manifestações. Em sua última atitude, o comando de greve foi longe demais (...). Há iminente risco de perda do ano letivo (CP, 29/6/87, capa).

Eram três as determinações do governo na nota: o imediato retorno às aulas a partir de 29 de junho, a responsabilização dos diretores pelo controle da frequência docente e a aplicação das normas disciplinares previstas na legislação, bem como das punições, em caso de descumprimento. Por fim, convocava os pais a enviarem seus filhos à escola (CP, 29/6/87, capa). O Executivo tentava transformar a ação docente da ocupação da Casa Civil em seu favor, buscando agregar apoios que não dispunha inicialmente. A não obediência dos professores em relação às ordens oficiais desencadeou mais punições por parte do Executivo

¹⁰⁴ O deputado Carlos Araújo fez uma comparação entre as punições do Governo Simon e o período inicial do regime civil-militar em pronunciamento legislativo: “É o novo AI-1 aqui no Rio Grande do Sul. Tenhamos consciência disto: estamos diante de um ditador que, através do Jurista Bernardo de Souza, editou um AI-1, mas também devemos ter consciência, queridos grevistas, de que, se até agora atribuíamos exclusivamente ao Sr. Pedro Simon todos esses desmandos, de hoje em diante fica claro que o principal responsável, juntamente com ele, é o seu Partido, que o apoia irrestritamente. (...) Antes de concluir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria ainda de dizer que outro traço que identifica a época de hoje com 1964 é a Ordem de Serviço do Sr. Bernardo Olavo Gomes de Souza, ao criar um SNI, um DOI-CODI na SEC, que ele chama, com a sua retórica, de Sistema de Inspeção. É a polícia do Sr. Bernardo que ele vai aplicar para cima de vocês. E a polícia deste outro ajudante de ditador que aí está” (Comunicação dep. Carlos Araújo, PDT: 68ª Sessão, 30/6/87).

via inspeções nas escolas, momento no qual diretores foram afastados de suas funções e suspensos como funcionários públicos, o que ocorreu em mais dez escolas de Porto Alegre, por manterem as mesmas fechadas ou sem acesso aos alunos (ZH, 30/6/87, p. 32). Sindicâncias foram instaladas pelo Secretário da Educação, além da demissão de mais de 190 professores contratados, o que demarcava o pior período da greve do ponto de vista da relação entre as partes e, por consequência, Simon seguiu sem receber os paredistas.

A reação no debate legislativo foi intensa, com destaque à posição do deputado Carrion Jr., crítica às práticas de seu governo e às atitudes arbitrárias do Executivo que usava “instrumentos contra os quais combati no PMDB desde 1971”. Simon usava do arbítrio e não do diálogo para tentar resolver os impasses: além disso, segundo ele, havia recursos para pagar o funcionalismo e o magistério a fim de evitar que “conquistas realizadas por nós, magistério e sociedade, em plena ditadura tendo como marco o Acordo de 1980, sejam agora, no momento democrático, de construção democrática, contestados pelo meu Partido”. A crítica do deputado peemedebista e das bancadas de oposição, embora contundentes, não modificaram as linhas de atuação do governo naqueles dias seguintes (Comunicação: 68ª Sessão, 30/6/87).

No dia 2 de julho, o líder do Executivo recebeu a “Frente de Apoio ao Magistério”, integrada por 17 entidades além de todos os partidos. Por duas horas manteve audiência com estes, momento no qual a tensão de Simon foi flagrada pelo conteúdo da reportagem no CP:

(...) a tensão do governador pôde ser avaliada pelos 15 cigarros que fumou e nas frases repetitivas que pronunciou: “Só falo com o magistério em aula”, “o Cpers não tem condições de decidir”, “a volta às aulas é condição para o diálogo”. Quando conseguiu contornar o assunto, convidou os membros da frente ampla a, juntos, “recuperarmos o estado” (CP, 3/7/87, capa).

Aparentemente, o tema da greve docente tinha centralidade na tensão e na preocupação política do Executivo naquele momento. No início de julho foi anunciado o corte do pagamento de todo magistério, além da continuidade das inspeções escolares: “Ontem, somente na capital, 30 equipes da Secretaria da Educação passaram o dia inspecionando nas escolas quem estava ou não trabalhando, evidenciando que novas punições serão anunciadas” (CP, 4/7/87, p. 11). Segundo o governo, havia retorno das aulas

em muitas escolas, sendo que em 75 cidades já não haveria mais greve naquela altura. Outro investimento por parte do Executivo foi a publicação, em duas páginas de ZH, de todos os detalhes de sua proposta, em forma de anúncio, além das tabelas dos vencimentos e da insistência em conclamar o retorno às aulas: “(...) é fundamental que todos os alunos voltem às escolas. Pais, alunos, professores e Governo, unidos, representam uma força irresistível para normalizar o ensino no Estado” (ZH, 3/7/87, p. 8-9).

De qualquer forma, mesmo com certa redução da adesão ao movimento, a greve se aproximava dos 90 dias num impasse expressivo, quando nova proposta foi apresentada, depois de intensa mediação e pressão com ultimatoss por parte da “Frente”. Simon aceitou receber o Comando na tarde de 7 de julho e entregou ao mesmo a quarta nova formulação. No mesmo dia, debateu em três páginas inteiras pagas no jornal ZH a intenção desta nova proposição e apresentou as novas tabelas com os vencimentos docentes que surgiriam, caso esta fosse aprovada:

Mais uma vez, o Governo do Estado propõe uma solução concreta para pôr fim ao impasse criado no campo da Educação. Num último esforço para salvar o ano letivo, o Governo está encaminhando Projeto de Lei à Assembleia Legislativa que, se aprovado, vai trazer vantagens imediatas e ao longo dos próximos meses aos professores. Analise este projeto e você vai chegar à conclusão de que o Governo do Estado não está medindo esforços para terminar esta greve (ZH, 8/7/87, p. 7).

Dialogando diretamente com a população, via imprensa em textos pagos, o governo reconheceu que a proposta resolveria as questões “ao longo dos próximos meses”, sem dar uma solução estável de longo prazo, pela inexistência de uma política de reposição salarial. A nova proposição trouxe otimismo ao governador que declarou: “Tenho a convicção que agora acaba a greve”, pois a proposta era “irrecusável” (ZH, 8/7/87, p. 28). A principal crítica no debate legislativo foi relativa à insegurança do futuro da proposta, embora partisse de um piso superior a 2,5 SM. Exemplarmente, Celso Bernardi analisou a falta de “passado”, sem reajuste desde janeiro e a falta de perspectiva para frente. Também aproveitou para comparar com a greve anterior, sob o governo pedessista:

Quando se faz essa comparação do custo de vida, verificamos como o Governo responde a essa sociedade, deixando o magistério, desde janeiro até agora, sem aumento e não contemplando de forma imperativa e de forma

clara como ficará o passado e como ficará o futuro. Gostaríamos que o Governo do Estado se propusesse a fazer como fez na greve de 1985, ou seja, um amplo acordo com o magistério, onde se contemplem todos os aspectos, desde os dias letivos do calendário escolar, as punições, como ficará o afastamento de diretores e depois, sejam transformados em lei os resultados desse acordo (Comunicação: 3ª Sessão da Comissão Representativa, 8/7/87).

Na mesma sessão, Raul Pont (PT) expressou a posição de seu partido em duas perspectivas: do ponto de vista do método, representava mais uma proposta apresentada de forma “impositiva, sem discussão e sem negociação” e no marco econômico, se afastava das reivindicações docentes, pois não tinha vinculação a uma referência e não garantia o que ele definiu como “uma escala móvel de salários, de um índice que garanta seu poder aquisitivo e que garanta a possibilidade de enfrentar o processo inflacionário” (Comunicação: 3ª Sessão da Comissão Representativa, 8/7/87).

A assembleia geral foi marcada para o dia 14 julho e até aquele momento o governo incluiu na proposta a revogação das punições e a efetividade dos grevistas, caso a greve se encerrasse. Com ressalvas, os docentes não definiram aprovação desta quarta proposição do Executivo, deixando o Legislativo livre para aprová-lo. A partir do encerramento do movimento grevista, Simon expressou em declaração que as divergências estavam abertas, mas “haveremos de, através do diálogo, buscar um entendimento, fazendo com que o estado volte a ter o alto nível educacional, meta que não é só dos professores, mas também da minha administração” (CP, 15/7/87, p. 11). Também aproveitou o distensionamento para dizer que não tinha ressentimentos e elogiar o CPERS como o “sindicato de trabalhadores, de funcionários, melhor organizado na América Latina” (ZH, 15/7/87, p. 27).

Um pouco antes, nas vésperas da assembleia estadual docente, Simon utilizou seu programa na Rádio Gaúcha para expressar o esforço oficial para salvar o ano letivo e também a intenção, ao contrário dos governos anteriores, segundo ele, de analisar profundamente os problemas da educação estadual com o apoio dos professores, após a superação da questão salarial (ZH, 12/7/87, p. 14). O fim da greve foi um alívio na situação política do governo Simon, na metade de julho de 1987, mas não representou a superação da questão salarial, pois nos anos seguintes tal tema pautaria novas greves docentes durante sua gestão.

Quanto ao debate na Assembleia Legislativa sobre a proposição do Executivo, Carlos Araújo (PDT) parecia prever o futuro, pois sugeriu que a greve na prática não havia acabado

e que Simon teria “um encontro marcado com o magistério logo ali na frente”. O deputado esperava, por outro lado, que o Executivo “no dia-a-dia de sua vivência no Palácio, olhando para a Praça da Resistência, ou a Praça da Sineta, se sensibilize com o que ocorreu nesses noventa e seis dias de greve (...)”. Para Araújo, as manifestações ali concentradas estariam gravadas na memória dos gaúchos como forma de resistência de uma parcela de um povo, “que procurou, com sua atitude, recuperar suas próprias tradições de dignidade, resistência e altivez” (Comunicação: 2ª Sessão de Autoconvocação Extraordinária, 16/7/87). A partir da decisão dos docentes, a Assembleia Legislativa aprovou por maioria a proposta de reajuste de Simon.¹⁰⁵

Acabava assim a primeira rodada de enfrentamento entre o novo governo do PMDB e os servidores. Os arranhões foram inegáveis e a experiência dos grupos mais combativos e críticos com este partido se acelerou e, em certa medida, o PT se credenciou ante muitos ativistas e militantes decepcionados com a gestão de Simon, algo difícil de mensurar de forma exata. A vitória de Olívio Dutra e do PT na Prefeitura de Porto Alegre, em 1988, pode ser, em hipótese, um indicativo de certo deslocamento eleitoral a este partido, ao menos na capital do estado. O PDT venceria, por sua vez, a eleição estadual seguinte, possivelmente recebendo parte desta massa de votantes descontentes com o PMDB.

Importante destacar que parte dos dirigentes do CPERS – desde o fim dos anos 1970 - eram vinculados ao PMDB, de certa forma, como o próprio Simon afirmou em seu depoimento: “o movimento dos professores quem estava na frente era o MDB que era oposição e os comandantes eram os nossos, todos que estavam no meu governo era o pessoal que saiu da oposição do CPERS”. Simon recordou de nomes como “Paulo Egon, nosso deputado, o Zaneti, foi até presidente em nível nacional, Bernardes que foi prefeito de Pelotas eram todos nossos” (SIMON, Pedro. *Depoimento*: agosto/2015).

Na greve de 1987 tal relação partidária não impediu que estes dirigentes tivessem uma postura combativa ante um movimento que, poucos dias após sua posse, já questionava o principal partido opositor ao regime civil-militar e à gestão do PDS e, portanto, portador

¹⁰⁵ Foram incluídas quatro emendas que exigiam um novo projeto de reajuste em novembro daquele ano, o pagamento dos atrasados em até quatro dias depois do retorno às aulas, a garantia do 13º salário e a anulação das demissões e afastamentos (ZH, 17/7/87, p. 29).

de algum grau de expectativa por parte dos professores e de vários quadros dirigentes do sindicato.

Foi bastante destacado, ao final de 1987, o episódio no qual alguns dirigentes do CPERS rasgaram publicamente suas fichas partidárias do PMDB. Delmar Steffen e Marli Araújo, já na condição de presidente e vice da entidade, protagonizaram tal situação, que se deu no mesmo dia em que a Brigada Militar agrediu professores, servidores e chegou a invadir a assembleia Legislativa.¹⁰⁶ O boletim Sineta registrou que os professores se desfiliam do PMDB como um direito individual de cidadania considerando que tal partido “não corresponde mais a sua identidade ideológica”. A ação da Brigada Militar exigiu a evacuação da Praça da Matriz e, para isso, utilizou amplo aparato repressivo contra a manifestação “com polícia de choque, gás lacrimogênio, cães amestrados reunindo um efetivo de 400 homens contra os professores, servidores, jornalistas e até mesmo deputados (...)” (Sineta nº 23, dezembro/87).

Paulo Egon, em seu depoimento, recordou que também se desfiliou do PMDB, embora de forma mais discreta: “Na questão partidária, tanto eu como Delmar Steffen éramos oriundos do antigo MDB, que era a esquerda que existia, reunia todos os grupos, até os mais revolucionários”. Egon era suplente do Senador Bisol e pediu a desfiliação partidária assim que terminou sua gestão sindical:

(...) acabei pedindo a desfiliação logo após sair da presidência do CPERS. Importante que sempre fui fiel aos meus princípios e à categoria e jamais abri mão da função no sindicato e cumpri isso com absoluto compromisso. (...) Quando me desfiliei, o Simon chegou a me dizer pessoalmente que ‘a gente continuava amigos, apesar das divergências’ (...) Não cheguei a rasgar a ficha de filiação, na verdade. O Delmar que fez isso no episódio da invasão da Brigada Militar na Assembleia Legislativa (WIEDERKEHR, Paulo E. *Depoimento*: junho-julho/2016).

Do ponto de vista das avaliações do sindicato, em documento distribuído publicamente pelo Comando de Greve após o encerramento da paralisação, o PMDB é

¹⁰⁶ Nas eleições realizadas após o término da greve, Delmar Steffen chega a presidência do CPERS ao vencer as eleições contra a chapa encabeçada por Maria Augusta Feldman. Assim, seria o presidente entre 1987 e 1990, numa gestão marcada pela ampla composição equilibrada entre dirigentes cutistas e outros da “Unidade e Luta” (identificados com posições políticas de PCB, PSB, PCdoB e PMDB) e ainda os professores denominados como “liberais progressistas” (Bulhões & Abreu, 1992, p. 95-96).

definido nacionalmente como um “partido da nova ordem e lançou mão de medidas repressivas a nível nacional, pois as greves colocaram em xeque a vitória hegemônica do PMDB nas eleições de novembro de 1986”. Segundo os dirigentes, Simon agiu articulado e com respaldo do Governo Federal, especialmente ao participar de “fóruns de governadores e Secretários de Educação” que alinhariam tal política de arrocho salarial: “Através desta política econômica, subordinada ao FMI, a classe dominante empenha-se em aumentar cada vez mais seus lucros”. Considerando a greve de 1987 superior em aspectos quantitativos e qualitativos, se comparada a 1985, as lideranças do Comando se dividiram em tal texto, algumas considerando precipitado o fim da greve enquanto outros definiram que “Saímos da greve na hora e de forma correta: (...) Isso foi uma lição dada pela categoria que causou impacto sobre a comunidade”. Ambas as avaliações foram registradas no documento, especialmente em respeito à diversidade política verificada no ampliado Comando desta mobilização (Comando Geral Avalia a Greve 87, mimeo, sem data).

Independente da postura dirigente, os resultados da greve de 1987 estiveram distantes de serem considerados vitoriosos. Segundo Bulhões & Abreu, o índice do piso docente atingiu naquele ano seu índice mais baixo desde 1974, embora tenha se elevado comparado ao salário mínimo, que sofreu um arrocho expressivo no período. Ainda, segundo as autoras, ao perder o referencial no piso de 2,5 SM, não houve a substituição por outra forma que se aproximasse de uma política salarial e, possivelmente, resida aí a necessidade das greves frequentes nos anos seguintes, pois não havia um padrão de reajustamento salarial em tempos de inflação e perdas imensas (1992, p. 50-51).¹⁰⁷

Para Pacheco, a conquista da greve de 1987 se localizava na manutenção do Plano de Carreira.¹⁰⁸ Quanto à relação entre Simon e o movimento, em resumo, considerou que o governo alternou momentos de negociações e outros baseados em ameaças, punições ou ainda o apelo ao retorno às aulas. Somente a mediação da Igreja ou do Legislativo

¹⁰⁷ As autoras reforçam que a perda do piso de 2,5 SM era algo previsível, pois era conhecido seu caráter inconstitucional, e, apesar de “ser de conhecimento da direção do movimento e de ampla parcela da categoria desde 1985, os professores secundarizaram este fato, por acreditarem na legitimidade do acordo firmado em 1985, com a participação de deputados estaduais do PMDB, então na oposição” (Bulhões & Abreu, 1992, p. 50).

¹⁰⁸ No quadro de conquistas da greve relativas ao ano de 1987 constam em publicação do sindicato apenas três itens: a garantia do plano de carreira, a não discriminação dos aposentados e ainda a não demissão dos professores contratados até a promulgação da Constituição ocorrida no ano seguinte (CPERS, 1995, p. 36).

aproximavam as partes estremeçadas pelos impasses (1993, p. 102-104). Um dos fatores de tal impasse descrito nas páginas anteriores pode ser fruto da ideia de greve sem negociação, sugerida por Bulhões & Abreu, resumida na palavra de ordem “não tem história, é greve até a vitória”. Na greve de 1987 não houve negociação, na prática, e sim uma exigência para o cumprimento de uma lei, mesmo quando tal legislação foi suspensa. Isso também ajudou a prolongar a duração do movimento, na perspectiva das autoras:

Como a negociação e como a greve não deveria terminar logo, desenvolveu-se também nestes anos o mito da não convocação da assembleia geral, na medida em que ela é a instância na qual pode ser decidida a deflagração ou a suspensão do movimento grevista. Em 1985 foram realizadas 3 assembleias gerais durante os 2 meses de paralisação; a primeira deflagrou a greve e as outras duas ocorreram no final do movimento (...). Na greve de 1987, foram realizadas apenas duas assembleias gerais (1992, p. 54).

De fato, houve assembleia apenas no início e depois ao final do movimento daquele ano, algo explicado pelo Comando de Greve: quando houvesse propostas que fossem alternativas para o cumprimento da lei, estas seriam “remetidas aos Núcleos para discussão em Assembleias regionais; após, o Conselho Geral avalia o resultado das discussões (...) e decide se convoca ou não Assembleia Geral”. Houve vários debates nas instâncias intermediárias dos educadores e, segundo os líderes do Comando, esta tinha sido “a sistemática consagrada na greve de 1985 e que será mantida porque privilegia a democracia interna do CPERS, assegurando o direito a todos os professores de discutirem as propostas (...)” (Comunicado Comando de Greve nº 7/87).

Apesar da dinâmica dos debates constantes entre os educadores e da criatividade das paródias musicais compostas durante a greve, aqui reproduzidas em parte, as dificuldades de encaminhamento, segundo Correa, impediram uma situação posterior da mobilização na qual houvesse um sentimento vitorioso: ao contrário, o movimento sofreu uma grande derrota, especialmente por não existir um acordo que pusesse fim à greve. Assim, a ausência de negociação como um mecanismo de resolução dos conflitos levou a um cenário de constantes embates naquele período, no qual os acordos firmados eram cumpridos apenas sob constante pressão, ou, nem mesmo desta forma (2006, p. 8). Especialmente por este fator, o Governo Simon enfrentou greves em todos os anos de seu mandato.

3.6 Entre negociações e impasses: uma greve por ano (1988, 1989 e 1990)

O ano de 1988, ao contrário das greves do período, registrou um conflito pontual de curta duração entre o estado e os docentes, quando as escolas paralisaram por nove dias. Durante aquele ano, cresceu a pauta pelo reajuste mensal de salário considerando uma inflação que atingiu o índice anual com quatro dígitos, chegando a 1.037,54% (Bulhões & Abreu, 1992, p. 21). O salário mínimo foi reduzido a um patamar dos mais rebaixados de sua história (38,22%, caso comparado aos valores de 1940), além da economia demonstrar um crescimento negativo. Por sua vez, o número de greves no Brasil, neste ano, chegou a 2.241 eventos (Pacheco, 1993, p. 106).

Neste cenário, o ano de 1988 assistiu da parte do movimento docente uma série de articulações por suas reivindicações, após a longa greve de 1987. Até pelas dificuldades de uma greve sem ganho econômico, algumas discussões na diretoria revelavam relativo marasmo e distanciamento entre a direção do movimento e a base: “(...) no que se refere à categoria, há descrédito na entidade e nas lideranças, pois com o mito da entidade forte que tudo pode e que tudo faz (...) temos que reorganizá-la”, sugeriu o diretor Louzada em reunião de diretoria ainda no mês de abril. Segundo o dirigente José Clóvis, por sua vez, havia “uma ofensiva dos empresários e do governo contra o movimento sindical e contra os trabalhadores; é uma situação extremamente difícil para os trabalhadores com recessão inflação, etc.”. No geral, era um período de retomada de articulações mobilizatórias que percorreram boa parte daquele ano (Ata Diretoria, nº 32/88).

O professor Moisés recorda também das dificuldades de mobilização após a longa greve de 1987: “com a ‘grande greve’ eu desisti de fazer greve, eu disse pra turma: ‘Olha, o desgaste foi grande, pra recuperar estas aulas’. A gente só tinha domingo, até fim de janeiro, trabalhava direto nos sábados. Tivemos dois dias de Natal, dois dias de Ano Novo”. A recuperação dos dias letivos havia sido muito dura, segundo o docente: “Um desgaste imenso, por que as férias não são grandes, nunca são suficientes pra um professor, pois se desgasta muito”. Mesmo quando houve adesão nas greves posteriores a 1987, a ação nas ruas foi menos intensa:

Acho que até desmotivou a fazer. Houve mais umas greves, mas não teve a adesão da primeira, porque foi muito desgastante e muita gente ‘tirou o cavalo da chuva’. Entrava em greve, mas não participava, em relação ao apoio às equipes de direção nos municípios. A desmotivação pegou, e outras greves não foram tão pesadas assim (BERTI, Moisés. *Depoimento*: julho/2016).

Nas vésperas da assembleia estadual de outubro, o cenário não era muito mais animador do ponto de vista da mobilização das bases. Eram no mesmo sentido as palavras e memórias de Moisés articuladas no ano de 2016 e as avaliações médias dos dirigentes registradas em 1988: “(...) a categoria está com pouco ânimo para mobilização, principalmente, sem recursos financeiros para vir a POA para Assembleia Geral; por esses motivos a presença poderá ser baixa”. De fato, entre cinco e seis mil professores estiveram presentes na reunião do dia 14 de outubro, num contexto de dúvida sobre a greve que pairava sobre os dirigentes do CPERS:

(...) o Governo continua jogando duro; a categoria não está respondendo aos ataques (...); há resistências para a greve, mas a categoria está na miséria econômica; não há compreensão clara de que podemos entrar em greve e perder, mas que devemos lutar. Temos, enquanto Diretoria, fazer avançar o movimento, mais do que nunca, mostrar que é em momentos como esse que temos que lutar (Ata Diretoria, nº 100/88).

No debate legislativo, a oposição batia firme no reajuste trimestral vigente em tempos de inflação descontrolada. “É uma injustiça muito grande. Repito, outra vez aqui: com uma inflação de 1% ao dia, um atraso de 90 dias, com mais 10 dias, subsequentes, que é quando ocorre o pagamento, o que será um aumento hoje de 86%”. Os dados eram alarmantes, afinal, as perdas salariais poderiam ser calculadas diariamente naquele período: “O que representará isso, em janeiro de 1989, quando os servidores estarão recebendo a parcela correspondente ao mês de dezembro de 1988?” (Comunicação de líder dep. Celso Bernardi, PDS: 91ª Sessão, 4/10/88).¹⁰⁹

Considerando o cenário de dificuldades, a reunião realizada no Gigantinho definiu uma greve inicial de 72 horas e rejeitaram votar a proposta encaminhada pelo governo apenas

¹⁰⁹ Vale ressaltar que os debates ou discursos dos deputados sobre a greve e os movimentos de luta docente em 1988 foram praticamente inexistentes na Casa Legislativa.

na madrugada daquele dia.¹¹⁰ O debate realizado pela manhã no Conselho de Representantes se deu no mesmo sentido. Conforme o registro dos conselheiros de todo o estado, as assembleias regionais tiveram pouca presença de docentes e insegurança quanto à definição de uma greve prolongada. Muitas propostas surgiam no debate deste fórum, definindo ao seu final pela análise da proposta do governo, mas com paralisação e nova assembleia geral na sequência (Ata Conselho de Representantes, nº 20/88).

Vale relatar que havia novos personagens nas posições chave do conflito: após eleições no CPERS, era presidente da entidade Delmar Steffen e, como Secretário da Educação, Ruy Carlos Ostermann¹¹¹ substituíra a Bernardo de Souza. Ostermann foi reconhecido como um Secretário de maior capacidade de diálogo e logo anunciou que, apesar de discordar da decisão da assembleia, respeitava o encaminhamento e insistia “no diálogo com o Cpers” (CP, 15/10/88, capa).

O jornal *Magister* daquele mês dedicou-se a justificar a decisão dos três dias de greve: o magistério optou por não apreciar a proposta do governo e parar nos três dias seguintes, sendo que “no último dia será realizada nova assembleia geral no Gigantinho. (...) nos dias 17 e 18 a proposta será discutida em todas as escolas do Rio Grande do Sul”. Na mesma página do periódico docente, em editorial analítico da conjuntura daquele momento, os dirigentes afirmaram que a “história de todas as sociedades é a história da luta de classes”. Assim, a clássica manifestação marxista abria o texto daquela edição, a qual buscava fazer as relações significativas com o contexto ao final do ano de 1988.

Assistimos colegas de outros estados recorrerem à greve devido à galopante perda do poder aquisitivo. A precariedade física das escolas gaúchas não se constitui num “privilégio” só do Rio Grande do Sul, mas é generalizada. (...) temos o exemplo do Chile, onde o povo, após muita luta conseguiu dizer não

¹¹⁰ Em longa explicação na forma de “Manifesto à Sociedade Gaúcha”, a Diretoria do CPERS relatou todas as negociações com o Executivo durante o ano de 1988, até culminar na Assembleia de 14 de outubro e a decisão pela greve. Ali fica explicitada a posição docente pela reposição mensal dos salários além de um plano de reposição de perdas, pauta definida a partir do mês de agosto em função da espiral inflacionária crescente e do arrocho que se avolumava (Comunicado nº 1, 15/10/88).

¹¹¹ Ruy Carlos Ostermann é professor de filosofia. Atuou na política como deputado estadual duas vezes e foi Secretário de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, em 1987 e logo depois Secretário de Educação. Presidiu, ainda, o Conselho Deliberativo da TVE-RS. Além disso, foi comentarista de basquete e de futebol na Companhia Jornalística Caldas Júnior - Rádio Guaíba, Folha da Tarde, Folha da Manhã e Correio do Povo. Atuou na RBS a partir de 1978, onde aposentou-se. Dados biográficos em <http://www.encontroscomoprofessor.com.br/ruy_carlos_ostermann.php> acesso em 24/6/2016.

a Pinochet apontando a sociedade para novos rumos. Nós (...) não nos iludimos que a nova constituição vá resolver os problemas que hoje assolam o país e tampouco que o futuro presidente, eleito no próximo ano pelo povo, tenha receitas mágicas para acabar com a crise (...).

Além do amplo quadro de análise, que incluía o contexto chileno de superação da ditadura pinochetista, segundo a direção do CPERS era preciso fortalecer as entidades sindicais e populares, crendo nas suas próprias forças rumo a uma sociedade mais igualitária, sem espaço para divisão de classes. No chão da escola, havia a greve recém-definida, o engajamento nas eleições para diretores e a batalha pela democracia no ensino. Na mesma página, houve a reprodução detalhada da proposta do Executivo para ser debatida nos dias já apontados. Ao final desta apresentação, o Secretário Ruy reforçou a sua expectativa pela compreensão por parte dos docentes a respeito da linha de ação da SEC naquele momento, a qual, segundo ele, desejava apoiar a escola e aos professores norteando assim o desempenho da Secretaria. Além disso, era reafirmado o “propósito de permanente e franco diálogo com esse Centro” (Magister nº 102: outubro/88, p. 2).

No dia 16, em nota específica quanto à proposta ao magistério, Simon definia a mesma como vantajosa e conclamava a sua aceitação na quarta feira seguinte. Note-se que não houve menção a outras categorias que também se mobilizavam no período, como os economiários da Caixa Econômica Estadual (CP, 16/10/88, capa).¹¹² No dia seguinte, o Executivo publicou duas páginas inteiras em ZH explicando em detalhes a proposta, além de transcrever as correspondências emitidas entre as partes (ZH, 17/10/88, p. 42-43). Na sequência, mais duas páginas inteiras foram utilizadas sob o título “A educação passada a limpo”, divulgando todas as realizações na área da educação, bem como os investimentos realizados desde sua posse, em março de 1986 (ZH, 19/10/88, p. 14-15).

Apesar do esforço oficial em demonstrar os benefícios de suas ações para a educação e da boa proposta apresentada, na perspectiva do Executivo, todos os núcleos rejeitaram-na. Na assembleia estadual realizada após a paralisação de três dias, em 19 de outubro, cerca de 17 mil docentes, em maioria, decidiram pela continuidade da greve por tempo indeterminado,

¹¹² A pauta proposta pelos docentes era a seguinte: 61,65% de reposição salarial, reajuste mensal dos salários e 15% de aumento real. A resposta do governo previa inicialmente os seguintes itens: adiantamento do reajuste de 70% para o mês de outubro, garantia da unicência (inclusão de 50% do valor do piso) para os professores das séries iniciais (CP, 21/10/88, p. 13).

decisão não unânime desta vez. Como reação imediata, as aulas foram suspensas pelo governo até o dia 25 daquele mês, como uma forma de evitar os conflitos entre grevistas e não aderentes ao movimento, segundo justificativa do Executivo. Ao mesmo tempo, seguiu na expectativa de negociações com a entidade classista (CP, 20/10/88, capa). Buscando se diferenciar do secretário anterior, Ostermann afirmou que “poderia conclamar para que os descontentes com a decisão da assembleia comparecessem às escolas. Mas aí eu estaria fazendo o jogo do conflito e é isto justamente que quero evitar” (ZH, 20/10/88, p. 47).

Em comunicado, o Comando de Greve considerou que a suspensão das aulas levaria a uma ampliação e massificação da greve, mas também advertia quanto aos seus riscos: “Com esta atitude, o Governo tenta passar uma postura democrática e de disposição ao diálogo, ao mesmo tempo que tenta descaracterizar a greve e desmobilizar a categoria” (Comunicado de Greve nº 2, 20/10/88). Na sequência, outra nota do Comando desafiava o desejo de negociação do secretário tão destacado pelo mesmo:

Os professores desafiam o Governo do Estado a comprovar frente à sociedade Gaúcha sua disposição ao diálogo. Cabe ao Governo apresentar propostas concretas que respondam às reivindicações da categoria e encaminhem a busca efetiva de soluções para a questão salarial do magistério (...) (CP, 21/10/88, p. 11).

Desafiado, o governo articulou nos dias seguintes uma nova proposta para apresentar aos docentes em greve, o que não impediu acusações por parte do governador sobre supostas infiltrações políticas dentro das ações paredistas: “O PCR, uma linha revolucionária dentro do PT defende a guerra revolucionária. Todo mundo sabe disso, Esse grupo tem força até na Igreja, na CUT”. Ao mesmo tempo, disparou que os professores de jornada de 40 horas ganhavam acima de Cz\$ 90 mil, o que não justificaria a greve (CP, 23/10/88, capa). A resposta dos grevistas veio rapidamente ante tais insinuações, em nova nota: “Além de falsa, esta manifestação revela um preconceito em relação aos partidos políticos, que em nada contribui para a consolidação da democracia, e revive típicas manifestações do período de exceção” (CP, 24/10/88, p. 9 e ZH, 24/10/88, p. 38). O texto ainda destacou o maior arrocho salarial da história brasileira e, quanto às acusações de influência partidária, parecia difícil

imaginar como um coletivo político interno ao PT influenciaria a imensa massa de quase 20 mil professores em assembleia, como sugeriu Simon.

Independente de tais querelas, nova proposta foi constituída pelo governo e após avaliação das assembleias regionais houve a aprovação da mesma em reunião com cerca de 12 mil presentes em Porto Alegre. O Executivo ampliou sua oferta de reajuste chegando a 96% (70% em outubro e 26% em dezembro), além da unidocência (benefício salarial aos professores das séries iniciais com apenas uma turma), reajustes bimestrais e da aceleração de promoções devidas. Em ofício encaminhado à direção da greve, assinado pelo Secretário de Educação, depois de longa explicação sobre a proposta, esperava o Executivo “(...) que o Magistério, sensível ao esforço desenvolvido pelo Governo do Estado, retome suas atividades profissionais, respondendo com a seriedade de seu trabalho, os anseios de toda comunidade escolar” (Of. Gab/SAE nº 372/88).

Na ata referente a esta assembleia geral ficou registrada a intenção de parte dos docentes em seguir o movimento, mas sem sucesso. O encaminhamento que definia pela aceitação da “proposta do governo como atendimento de parte das reivindicações da categoria, suspendendo a greve e dando continuidade à luta e negociações com o governo” foi vitoriosa, sem a definição da proporção de votos dos presentes (Ata assembleia, nº 11/88). Na sequência, no dia 27, durante a 104ª Sessão, a Assembleia Legislativa aprovou tal projeto de reajuste por unanimidade entre os presentes.

Assim chegava ao fim uma greve relativamente rápida de apenas nove dias, o que representou uma exceção na era das greves de duração prolongada. Steffen, após a decisão docente em assembleia, lamentou mais uma greve para obter pequenos avanços e afirmou que “Numa inflação galopante como a nossa, os trabalhadores não podem ficar recebendo reajustes trimestrais” (CP, 26/10/88, capa). Na descrição em ZH, por sua vez, ficou evidente a divisão entre os presentes no Gigantinho incluindo mais detalhes que a ata do CPERS. As imagens captadas demonstravam um bom número de cartazes com dizeres contrários à greve: “Foi uma assembleia disputada palmo a palmo. Em cada canto, corredor ou degrau das arquibancadas, os professores discutiam as suas posições, uns querendo a greve, outros não, num debate paralelo ao que se dava no microfone”.

Como de praxe, os derrotados após a votação choraram ou ironizaram: “O Simon vai convidar a pelegada pra pastar, dizia o refrão de um grupo de descontentes com o resultado da votação”. Na visão de ZH, o interior do estado parecia mais disposto a encerrar o movimento e a região da capital sofreu com o resultado contrário à greve:

‘Que ódio, que ódio’, esbravejou Maria Rita Dutra, de Alvorada. ‘Não podemos ter medo de um governo que nos pressiona, temos que lutar por nossa dignidade’, protestou, em lágrimas. (...) ‘Ano que vem, começa tudo de novo’, concluiu Maria Rita, desolada (ZH, 26/10/88, p. 30).

O governo, por sua vez, saudou a “maturidade política revelada na decisão de retornar às aulas” através de comunicado publicado na capa do CP e, ainda, se comprometeu a debater junto aos docentes e a comunidade escolar o futuro da educação (CP, 26/10/88, capa). Com otimismo, Ostermann considerou não haver vitoriosos ou derrotados e se mostrou disposto a manter o diálogo com o sindicato, delegados de ensino e diretores para evitar novos conflitos nos anos seguintes. Segundo ZH, o secretário teria “quatro meses para tentar apagar o pavio de uma nova greve, deixado aceso, ontem, para explodir no início do próximo ano letivo” (ZH, 26/10/88, p. 31). Aparentemente, tal pavio não foi apagado nos anos seguintes.

Logo adiante, em 1989, se deu mais um conflito entre docentes e o Governo Simon. Justamente no ano de maior inflação e de maior conflito grevista na década, quando, ao final do Governo Sarney, a falta de perspectivas levou a ações fortes por parte dos sindicatos, especialmente dos servidores públicos, responsáveis por 77% das jornadas de trabalho perdidas naquele ano (Almeida, 1996, p. 106-108). A inflação, por sua vez, chegava ao índice anual de 1.782,90% enquanto as jornadas não realizadas pelos trabalhadores superaram as 246.422.000, recorde absoluto no país (Bulhões & Abreu, 1992, p. 21 e 26).

Já no mês de março era discutida a Greve Geral nacional, seus eixos e reivindicações, no cenário estabelecido pelo chamado Plano Verão, mais uma tentativa anticrise do Governo Federal, o qual, segundo o debate da direção do CPERS e dos líderes sindicalistas nacionais, “congela os salários do trabalhador e não garante o congelamento das mercadorias. Tarifas e serviços públicos como telefone e energia elétrica foram aumentadas (...)”. Numa época marcada pela sequência de planos econômicos, este novo pacote exigia enormes sacrifícios dos assalariados, “sem perspectiva real de baixa da inflação e de solução para os problemas

econômicos, pois não atacou a dívida externa, os juros altos e a questão agrária” (Ata Diretoria, nº 20/89). Assim iniciava o ano letivo em 1989, prometendo dificuldades em relação aos ganhos salariais e um volume recorde de paralisações e greves.

Especificamente a greve geral de março de 1989 teve grande adesão, superior às greves gerais dos anos 1986 e 1987. Cerca de 22 milhões de trabalhadores paralisaram e além das centrais sindicais – CUT e CGT – as prefeituras do PT conquistadas no ano anterior, além de outros prefeitos da oposição à Sarney, contribuíram nas paralisações nos grandes centros urbanos (Sandoval, 1994, p. 193). Tal ano foi marcado pelas perdas salariais especialmente pelo impacto inflacionário que não parava de crescer, algo denunciado pelos tribunos da Assembleia Legislativa: o arrocho salarial dos servidores seguia implacável.

O reajuste do mês de março aplicado por Simon fora abaixo da inflação: “Recentemente, o Governador Pedro Simon definiu o índice de 32% para o aumento do funcionalismo público estadual do Estado, desrespeitando lei aprovada pela Assembleia Legislativa”. Era legal o uso do índice do IPC, que atingira naquele período 76,41%, o que, segundo o deputado Valdomiro Lima (PDT), além de um aumento insignificante para enfrentar os aumentos do custo de vida, demonstrava politicamente que Simon praticava “aqui no Rio Grande do Sul, uma política de achatamento salarial, deliberada e afinada com a orientação do Governo Sarney” (Comunicação de líder: 19ª Sessão, 12/4/89).

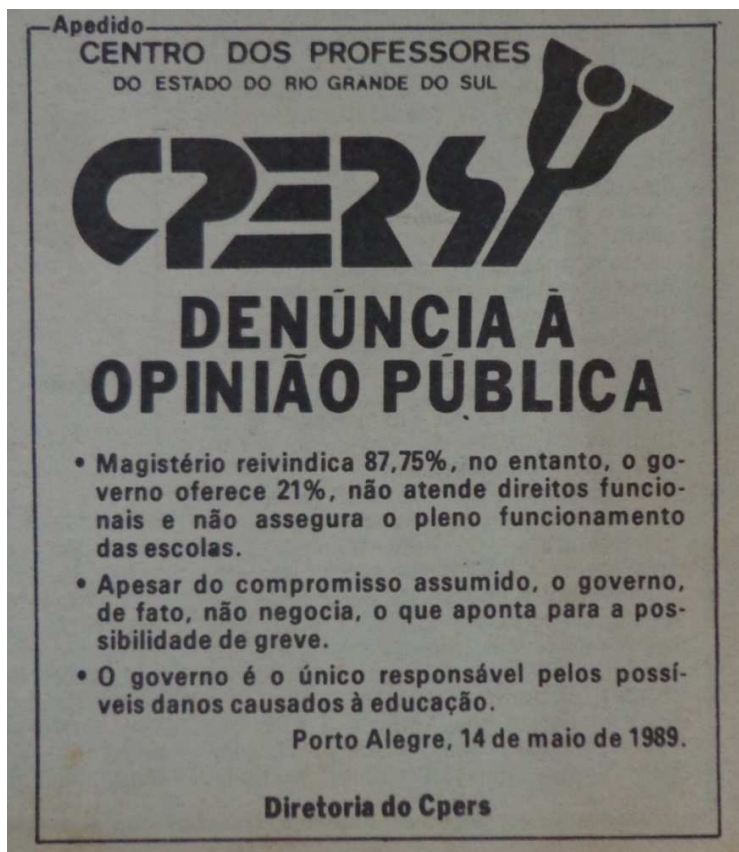
Na tradicional guerra de notas e publicações “a pedido” nos periódicos, o CPERS publicou em 10 de maio que há 27 dias esperava uma resposta à pauta apresentada no mês anterior, afirmando que o “magistério aguarda respostas concretas” (CP, 10/5/89, capa). No mesmo dia, pela manhã, o governo apresentou uma proposição de 21% de reajuste, bastante distante dos 87,75% da pauta docente.¹¹³ Segundo Marli Araújo, vice-presidente do CPERS, a exigência colocada na pauta representava apenas a defasagem salarial do magistério do estado e, considerando a proposta bastante aquém vinda do Executivo, reforçou que as

¹¹³ Este índice refletia a soma das perdas desde 1986 considerando a combinação dos índices inflacionários ICV e IPC, o que acabava divergindo da perspectiva do Executivo (Comunicado do Comando de Greve nº 04). Além disso, a pauta de reivindicações do ano de 1989 incluía um elemento novo: a exigência das alterações de nível, as quais ocorrem a partir da formação de cada docente em cursos de graduação ou pós-graduação. Pelo Plano de Carreira do Magistério, a formação é um dos elementos determinantes para o crescimento na carreira e localização no quadro salarial. Cerca de 13 mil professores aguardavam tal promoção e alteração nos seus níveis naquele momento (ZH, 15/5/89, p. 38).

instâncias tradicionais do sindicato deliberariam sobre o tema na semana seguinte (CP, 11/5/89, p. 13). A assembleia estadual estava marcada para o dia 17 daquele mês e quanto ao ofício da proposta apresentada, o mesmo foi considerado “vago e sem nenhuma solução para os problemas do magistério” pelo Conselho de Representantes, o qual pediu novas negociações antes da assembleia prevista. A perspectiva era lotar o Gigantinho, mobilizando a categoria principalmente do interior que estava disposta a ir a luta por seus interesses (CP, 13/5/89, p. 8).

No dia 14, novo “a pedido” fazia denúncia à opinião pública (figura 23) responsabilizando o Executivo por possível greve na educação. No Conselho de Representantes realizado dia 17 existia uma avaliação em parte dos presentes de que o Executivo estaria preocupado com a possibilidade “não admitindo de forma alguma que esta se realize, devendo negociar com a categoria”. Uma parede atrapalharia o processo constituinte estadual, segundo avaliação do presidente Steffen. A mesma reunião de conselheiros indicou a aprovação de greve à assembleia que aconteceria pela tarde. Tal resolução parecia insegura no discurso registrado na ata e foram encaminhadas outras possibilidades para debate na reunião geral dos docentes além da greve, baseadas nos moldes da mobilização de 1988: debater a proposta do Executivo em dois dias e realizar nova assembleia na semana seguinte, sem decidir greve naquele dia (Ata Conselho de Representantes, nº 08/89).

Figura 23: CPERS denuncia publicamente a proposta insuficiente do Executivo



Fonte: CP, 14/5/89, capa

Na tarde, após debate, foi definida nova greve docente na assembleia a partir de uma votação unânime. Novamente, uma proposta do Executivo foi apresentada pouco antes da reunião, o que dificultou a avaliação da mesma (CP, 18/5/89, capa). O Executivo agregou ao reajuste oferecido inicialmente o índice de 12,3% a ser pago nos meses de junho e novembro, definidos como “ganho real” (ZH, 17/5/89, p. 38).

Após a assembleia e a entrega de ofício relatando a decisão ao Executivo, forte sinetaço foi ouvido na noite em frente ao Palácio Piratini “que causou a revolta dos moradores da redondeza. Pois, ainda, às 22 horas, o barulho prosseguia, quebrando a tranquilidade da população daquela área” (ZH, 18/5/89, p. 42). Os dados iniciais apontaram, na perspectiva docente, cerca de 80% de paralisação, em especial nas grandes escolas, segundo reportagem de ZH:

A greve do magistério público atingiu as grandes escolas de Porto Alegre, que paralisaram totalmente suas atividades no primeiro dia do movimento. Em muitas escolas menores, a adesão foi parcial, por um motivo apenas: a recuperação das aulas dos alunos. A histórica greve de 96 dias do magistério, em 1987, continua viva na memória dos professores, que entraram janeiro dando aulas, e muitos não querem repetir a dose (ZH, 19/5/89, p. 33).

Por sua vez, o Executivo, na disputa de discursos diretamente na sociedade, publicou página inteira explicando sua proposta à comunidade (figura 24). Enquanto isso, Simon afirmava que “Não haverá nova proposta do governo do Estado ao magistério, pelo menos em termos de reajuste de vencimentos”. Mobilizações antecederam a segunda assembleia geral que apreciaria a proposta do Executivo: no interior e na capital as sinetas foram ouvidas e panfletos distribuídos (CP, 22/5/89, capa).

Em nova reunião estadual, ocorrida em 23 de maio, 16 mil presentes rejeitaram de forma unânime a proposta de Simon, reafirmaram a pauta estabelecida desde abril e mantiveram a paralisação, conclamando ao governo a negociações relativas ao reajuste e às perdas acumuladas além de cumprir a lei quanto às verbas escolares e questões funcionais (CP, 24/5/89, capa). O Executivo havia somado aos 21% inicialmente oferecidos uma parcela de 15% em julho e outra de 10% de reajuste apenas em janeiro do ano seguinte.¹¹⁴ Mas, segundo o presidente Steffen, “A atual situação econômica do país não permite que façamos um acordo desta natureza” (CP, 24/5/89, p. 8).

Figura 24: Proposta explicada diretamente à sociedade nos periódicos, algo realizado inúmeras vezes durante o Governo Simon

¹¹⁴ Além disso, Simon acenava com reajustes bimestrais a partir de julho, tendo como referência o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), que daria ganhos reais ao salário docente, segundo o Executivo (ZH, 23/5/89, p. 37).

CORREIO DO POVO

SEXTA-FEIRA, 19 de maio de 1989 - 13

Aos professores e à comunidade gaúcha

O GOVERNO DO ESTADO dirige-se novamente aos professores, pais, alunos e à comunidade gaúcha, para manifestar sua posição.


- O Governo tem demonstrado, através de ações concretas, seu compromisso com a educação e o diálogo com o Magistério. Nas últimas semanas, como resultado do diálogo e da negociação com o CPERS, novos avanços foram alcançados:
 - 8.736 novas promoções por antiguidade e mérito, relativas a 1986, foram publicadas;
 - Foi estabelecido o cronograma das promoções relativas aos anos de 1987, 88 e 89, que serão publicadas em setembro deste ano e em março e setembro do próximo ano, respectivamente;
 - A nomeação de 2.058 secretários de escola foi autorizada;
 - O Conselheiro-representante do CPERS no Conselho Estadual de Educação foi nomeado;
 - A manutenção do Plano de Carreira foi assegurada e o seu aperfeiçoamento será buscado em conjunto com o CPERS.
- A questão salarial foi negociada pelo Governo, em conjunto com o CPERS, até o último momento que antecedeu a assembleia
- A proposta de reajuste salarial do Governo significa um acréscimo real de salário de 19,45%, uma vez que a variação do IPC no bimestre março/abril foi de 13,85%.
- Pela proposta do Governo, o reajuste bimestral, já assegurado em 1º de julho, pelo IPC integral dos meses de maio e junho, incidirá sobre o atual salário, corrigido em 36%.
- Não tendo sido apreciada na assembleia da última quarta-feira a proposta apresentada, o Governo do Estado acredita que o exame da mesma com profundidade e equilíbrio, tendo em vista o seu conteúdo, nos levará ao necessário e imperioso restabelecimento das atividades no sistema de educação pública do Estado.

Os salários dos professores com a proposta do Governo

PROFESSOR	Vencimentos em MAR/87 Em Ncz\$	Vencimentos em MAI/89 Em Ncz\$	Reajuste acumulado (%)	CRESCIMENTO REAL DE MAR/87 A MAI/89 (%)	CRESCIMENTO REAL DE MAR/87 A JUL/89 c/12,4% acima do IPC (%)
• NÍVEL I (20h)					
Classe A	2,01	170,40	8.377,6	16,7	31,2
Classe E	2,81	238,56	8.377,6	16,7	31,2
• NÍVEL I (40h)					
Classe A	4,02	340,80	8.377,6	16,7	31,2
Classe E	5,62	477,12	8.377,6	16,7	31,2
• NÍVEL V (20h)					
Classe A	3,71	315,17	8.377,6	16,7	31,2
Classe E	5,21	441,23	8.377,6	16,7	31,2
• NÍVEL V (40h)					
Classe A	7,42	630,34	8.377,6	16,7	31,2
Classe E	10,42	882,46	8.377,6	16,7	31,2
• NÍVEL I (20h) Classe A com unicidência	2,01	255,60	12.616,4	75,0	96,7

GOVERNO DO ESTADO/89

Leve o Rio Grande no peito.



Fonte: CP, 19/5/89, p. 13

Após a assembleia, os oito quilômetros foram percorridos entre o Gigantinho e o Palácio Piratini e tal manifestação, que incluiu palavras de ordem e a animação costumeira, “foi aplaudida por populares em diversos pontos do trajeto e quando chegou em frente aos prédios do IPE e DAER, na avenida Borges de Medeiros, recebeu uma chuva de papel picado dos funcionários estaduais solidários ao movimento”. Cerca de dez mil participaram da passeata e, na reportagem de ZH, a ideia de negociação foi destacada ao menos três vezes em apenas uma reportagem, especialmente ao relatar o discurso de Steffen antes da dispersão do

ato: “Vamos insistir na negociação até obter uma vitória” (ZH, 24/5/89, p. 40). O Secretário Ostermann também sugeriu, ante a decisão docente, a sequência do diálogo na perspectiva de um entendimento com os docentes.

Apesar das intenções faladas, a semana final de maio foi marcada por pouca aproximação e certo afastamento entre as partes, apesar da intermediação da bancada legislativa do PMDB e a expectativa de uma nova proposta que pudesse pôr fim à greve com rapidez. De forma dúbia e oscilante, Simon chegou a afirmar que as negociações estavam encerradas, pois seu governo era o que mais tinha feito pela educação e pelo magistério num cenário de inflação jamais vista na história do Brasil. Ainda estranhou que não houvesse greve na prefeitura petista de Porto Alegre, onde, segundo ele, os reajustes foram inferiores (ZH, 27/5/89, p. 38). Em ano eleitoral, o Executivo buscava vincular os movimentos que ocorriam à luta partidária que se avizinhava e tentava encerrar o assunto quanto aos índices de reajuste já propostos.

Na Casa Legislativa, por sua vez, os defensores do Governo Simon faziam comparações entre os reajustes oferecidos pelo Governo Estadual e pela prefeitura petista da capital: “Haveremos de recuperar ainda mais a dignidade do funcionalismo público do Rio Grande, dos trabalhadores da empresa pública e dos servidores da administração direta deste Estado, porque viemos mostrar ao Rio Grande que queremos mudar”, sugeriu o líder do governo, reforçando a perspectiva comparativa: “Não vamos fazer como o PT, que não deu aumento salarial algum. E perguntamos: por que não saem greves na Prefeitura de Porto Alegre?”. O deputado Picarelli ainda sugeriu em seu discurso que “os funcionários públicos da Capital do Estado também não estão satisfeitos com o que recebem e nem com o tratamento que lhes é dado (...)” (Encaminhamento de votação dep. Constantino Picarelli, PMDB: 31ª Sessão, 31/5/89). Os petistas responderam a tal provocação justificando que importante aumento já fora dado pelo prefeito anterior as vésperas de sua saída e que mesmo assim o reajuste até março havia sido maior na capital do que o oferecido pelo estado.

Parecia que as negociações não avançariam apesar de ocorrer de forma sistemática pressão por negociações: “os professores realizaram um ‘sinetaço’, reforçado pela conhecida ‘Furiosa’, a banda que acompanha a magistério em todos os seus movimentos” (ZH, 30/5/89, p. 38). A bancada do PMDB buscou certa intermediação dialogando com o governador sobre

os pontos que entravavam as negociações naquele momento, algo saudado no debate entre os conselheiros do CPERS como positivo: “(...) o Comando de Greve sentiu a disposição dos deputados do PMDB em chegar a um ponto conciliatório com a classe do magistério” (Ata do Conselho de Representantes, nº 10/89). Nesta mesma reunião, segundo informes de todos os núcleos, os índices grevistas estavam positivos, embora inferiores a greves anteriores. Também foi apontado por muitos conselheiros certas dificuldades em realizar atividades e manifestações de rua.

A partir de toda pressão de grevistas, comunidade e bancada do PMDB, novo encontro entre as partes, desta vez com a participação de Simon, avançou até o início da madrugada do dia 2 de junho e resultou, inicialmente, no adiantamento do índice de 10% para o mês de setembro, mas seguiam indefinidas as alterações de nível da carreira docente, pois o Comando não aceitava a formação de uma comissão paritária sobre o tema.¹¹⁵ Segundo o líder do Executivo, “o reajuste acumulado concedido aos professores até maio foi de 8.377%, contra uma inflação de 7.167%, o que representa um ganho real de 16,7%” (CP, 3/6/89, capa). Simon ainda tentou demonstrar como nenhum outro realizou medidas de sua envergadura, desde a regularização das promoções docentes até a compra de mobiliário escolar, desafiando quem provasse se algum outro havia feito mais que ele na história da educação do estado em dois anos de gestão e, ao mesmo tempo, fez analogia a partidarização da greve. Segundo ele, “Nunca na história do Rio Grande do Sul se fez tanto pela educação (...) nunca como hoje o componente político esteve presente na greve dos professores. Basta ouvir os slogans que são ditos na frente do Palácio Piratini” (ZH, 4/6/89, p. 26).

A partir da nova proposta foi gerada uma expectativa no retorno dos docentes ao trabalho a partir desta negociação inicial. Na assembleia marcada para o dia 7, a perspectiva no CP, por exemplo, era de fim de greve: “Greve dos professores deverá terminar hoje”, anunciava a manchete da reportagem, a qual não confirmava exatamente tal anúncio, pois as reuniões docentes regionais condicionavam o retorno às aulas a certas garantias quanto às

¹¹⁵ “O Comando considerou que essa posição prejudicaria o andamento das negociações, pois não representa uma solução para a questão das alterações de níveis, significando apenas um encaminhamento a longo prazo” (Comunicado Comando de Greve nº 05).

promoções da carreira: “A questão das alterações de níveis é tão ou mais importante que a salarial”, disse a vice-presidente do Cpers, Marli Araújo” (CP, 7/6/89, p. 5).

Ao contrário das expectativas e votando contra o indicativo do Conselho de Representantes, algo incomum na história das assembleias,¹¹⁶ 12 mil professores decidiram continuar a greve rejeitando a proposta do Executivo, o qual considerou a decisão meramente política: “Segundo o presidente da entidade, (...), a resposta reflete a coragem da classe. A seguir, os professores saíram em passeata até o Palácio Piratini, onde, em meio ao ‘sinetaço’, entregaram documento a um representante do governo” (CP, 8/6/89, capa). Vale ressaltar que no ano de 1989 haveria o pleito presidencial no mês de novembro, o que justificava a insistência do governo em taxar a posição docente como um componente político partidário.

A pauta relativa à alteração dos níveis nas promoções docentes teve grande importância na decisão, além da suspensão da folha de pagamento do magistério no mês de maio. Mesmo o compromisso do governo em definir tais alterações em dez dias foi desconsiderado pelos docentes e para o Executivo, as negociações voltavam à “estaca zero”, pois nem o Comando grevista tinha respaldo ou era respeitado pela assembleia geral (ZH, 8/6/89, p. 47). Por sua vez, em nota, logo o Comando de Greve buscou esclarecer a posição tomada no dia 7 onde se definiu “Condicionar a proposta salarial ao restante de sua pauta de reivindicações (...). A proposta salarial apresentada à Assembleia da categoria não foi rejeitada, pois não houve deliberação sobre a mesma”. No mesmo texto, adjetivos de exaltação ao movimento não faltaram e chamam a atenção do leitor:

Ressaltamos a pujança e soberania desta assembleia em suas manifestações e decisões. E a vibrante passeata foi mais um marco de nossa história, onde novamente evidenciou-se o apoio da comunidade à luta do magistério. Nossa passeata culminou com um grandioso ato público em frente ao Palácio Piratini, com a retomada da praça, caracterizada na colocação de placas com os nomes das escolas nos respectivos locais ocupados em 87 (Comunicado Comando de Greve nº 06).

¹¹⁶ A definição do Conselho no dia 6 de junho apontava pela continuidade da greve pela defesa do plano de carreira e pelas alterações de nível do mesmo. A proposta do Executivo sobre isso era inaceitável, segundo os conselheiros. Ao mesmo tempo era indicada a aprovação da nova proposta salarial: apesar da definição, havia uma insegurança de parte dos conselheiros na sequência da greve exclusivamente pela pauta da carreira. Na assembleia, a categoria rejeitou toda a proposta do governo (Ata Conselho de Representantes, nº 11/89).

De certa forma, tais afirmações em um anúncio público eram inéditas se observadas as greves anteriores e, em hipótese, podem revelar novas tendências do movimento. Ao invés de barracas e acampamento, agora foram colocadas placas, importante diferença ante a ocupação realizada durante a parede de 1987. Já se passavam os vinte dias de duração nesta greve e tal problemática ocupou as preocupações até dos editoriais dos periódicos. No CP, reclamações pontuais de alunas da Escola Paula Soares levadas até o Secretário de Simon, César Busatto, foram relativamente ampliadas como uma preocupação de “praticamente todas as escolas”. No mesmo editorial, CP criticou as longas greves, as recuperações de aulas apuradas e ao mesmo tempo sugeriu que

O quadro é negro na educação pública do Rio Grande do Sul, através de uma decadência progressiva nos últimos 15 anos, reflexo do achatamento salarial dos professores e dos baixos investimentos realizados pelas administrações passadas nesse setor. O governo do PMDB, que antes participava ativamente dos movimentos do magistério, agora tem dificuldades para encontrar as soluções e retomar a qualidade do ensino (Editorial “Alunos querem entendimento já”: 11/6/89, p. 4).

Em ZH, editorial sem título específico criticava a decisão de seguir a greve, um radicalismo “sem sentido”, segundo o periódico, e um risco para a educação estadual por comprometer “se não o ano letivo, pelo menos o que resta de qualidade na educação pública do Rio Grande” (ZH, 9/6/89, p. 2). Ao mesmo tempo, o Executivo definiu por desconsiderar a existência do Comando de Greve e partir para decisões unilaterais sem negociações. Para isso, foi formada uma “comissão de alto nível, composta por representantes de cinco secretarias e Procuradoria Geral do Estado”, pois, segundo o governo, “não há mais condições de negociar com o atual comando de greve do magistério, por este não representar mais a categoria, desautorizado que foi na última assembleia” (ZH, 10/6/89, p. 50). Para os sindicalistas, quem definiria a legitimidade do Comando seria a categoria docente reunida, mas tal conceito não modificou a postura oficial na sequência dos dias de greve.

Nos dias seguintes, as partes em luta disputaram as opiniões da sociedade em mais uma batalha de notas públicas: o Executivo publicou amplo material de duas páginas comparando a pauta docente com o que o governo atendia, além de todas as realizações na área educacional, afirmando não esconder “sua decepção com a decisão da Assembleia Geral

do CPERS pela continuidade da greve” (ZH, 11/6/89, p. 46-47). Por sua vez, em outra nota, o Comando de Greve acusou “um setor do governo” de buscar a radicalização e apostar no confronto com pronunciamentos que afastariam um entendimento entre as partes (CP e ZH, 12/6/89, capas). No dia 13/6, cerca de três mil professores realizaram uma passeata com múltiplas atividades criativas destacando a procissão luminosa e a múmia representando Ulysses Guimarães, candidato de Simon à presidência: “(...) agitavam sinetas e cantavam: ‘Peemedebê, em novembro tu vai vê’. Ao lado, um caixão preto com cruces e a sigla do PMDB em vermelho era conduzido pelos manifestantes”. Além da crítica com um perfil mais político, questões como as condições nas escolas e o não cumprimento do Plano de Carreira foram destacadas pelos manifestantes. Naquela altura, os salários de maio ainda não tinham sido pagos ao magistério (CP, 14/6/89, capa).

As notas nos jornais seguiam: por parte do o Comando de Greve, este insistiu nas negociações não encaminhadas por parte do governo, acusou este de protelação e ao mesmo tempo articulava ato público para o dia 20 de junho (CP e ZH, 17/6/89, capas). O Executivo, no dia seguinte, também em nota, colocou ao conjunto da sociedade as medidas para encerrar a greve, as quais incluíam o pagamento dos salários de maio, a nomeação de 3 mil professores e a publicação de alteração de nível do Plano de Carreira, além de enumerar quantitativamente as aquisições materiais destinadas às escolas.

Ao lado de tantas notas publicadas nos periódicos, o impasse continuava sendo a marca do embate entre as partes quando a greve passou dos trinta dias de duração. O esforço por uma audiência e a negativa por parte do Executivo foi assim registrada no CP:

Após espera de quase duas horas, ontem à tarde, no saguão do Palácio Piratini, os representantes do Cpers forma recebidos pelo chefe da Casa Civil, Cezar Schirmer, na ante-sala de seu gabinete, num encontro que não durou mais de 15 minutos. Mais de 2 mil professores se reuniram na frente do Palácio, realizando manifestações numa vigília que se estendeu até que a comissão fosse recebida. (...) Enquanto Steffen insistia quanto às definições sobre as promoções do magistério e solicitava novo encontro com o governo, Schirmer apenas repetia que as reivindicações já haviam sido atendidas e que a publicação das alterações de níveis será feita no dia 26. Repetiu estes pontos e o apelo para o fim da greve do magistério por sete vezes (CP, 21/6/89, capa).

Este curioso encontro, em pé, no saguão do Palácio demonstrou as dificuldades e a erosão da relação entre grevistas e Executivo naquela altura. Aparentemente, o governo desejava o fim da greve sem a aprovação da categoria nem diálogo com o Comando e, para isso, divulgou um cronograma com as desejadas alterações de nível considerando assim atendida tal reivindicação, segundo o Secretário Ostermann, o qual afirmou que “Não há mais motivos para manter a greve. Espero que os professores voltem às aulas” (ZH, 21/6/89, p. 32). No dia 22, o Executivo anunciou, em mais uma nota, que encaminhava a Assembleia Legislativa o projeto com as reivindicações docentes, apelando ao final da mesma que a partir daquele momento: “Atendida a pauta de reivindicações do Magistério, o Governo conclama os professores a retomarem as atividades escolares em favor dos alunos, da Escola pública, do ensino e do novo Rio Grande” (CP e ZH, 22/6/89, capas). No entanto, diferente de outros anos, não houve proposta oficial dirigida aos dirigentes docentes, os quais buscavam pedir explicações, em agendas com o Secretário da Educação, mas, ao fim e ao cabo, foram excluídos do processo de negociação efetivamente.

Tal postura foi duramente criticada pela oposição legislativa, em especial pela bancada petista, a qual responsabilizava o governo pela continuidade do movimento de greve: “(...) se a greve do magistério persistir, se as crianças continuarem fora da escola, se os professores continuarem paralisados, será por única e exclusiva responsabilidade do Governo do Estado”. O deputado Fortunati seguiu narrando as tratativas realizadas por parcela dos deputados:

Uma comissão de Deputados esteve, na segunda-feira, conversando com o Deputado Cezar Schirmer, Chefe da Casa Civil, ocasião em que ficou claro que efetivamente o Governo não quer, de forma alguma, prestigiar - entre aspas - a entidade máxima dos professores. Por trás dessa intolerância, por trás dessa truculência, na verdade, fica demonstrada inequivocamente a prática de quem quer terminar com a livre organização dos trabalhadores. Não temos dúvida alguma de que o discurso empregado pelo Governador Pedro Simon durante toda a ditadura militar em favor de liberdades democráticas, em favor da livre organização dos trabalhadores cai por terra, mostrando a verdadeira face deste Governo que hoje ocupa o Palácio Piratini, que só tem o intuito de tentar terminar, pela força, com a organização livre dos trabalhadores, nesse caso, com a do magistério. Se o Governo do PMDB pudesse voltar a utilizar as regras ditatoriais de cassação e intervenção nas entidades sindicais tão usadas na ditadura militar, ele o faria de forma tranquila. Já que não pode fazê-lo, usa outro subterfúgio. Tenta atacar e esvaziar a entidade, colocando a população contra o

magistério, já que não é possível valer-se das formas draconianas usadas durante tantos anos, desde a época do Estado Novo de Getúlio Vargas (Comunicação de líder dep. José Fortunati, PT: 35ª Sessão, 22/6/89).

A incisiva crítica registrada pelo representante petista buscou comparar o histórico de lutas democráticas com as práticas do Governo Simon. Independente disso, tal postura oficial de não promover mais negociações com a representação grevista acabou vitoriosa: nova assembleia foi marcada pelos docentes para o dia 27, gerando expectativa para o fim do movimento. “Concedemos o reajuste salarial reivindicado pelo magistério e as alterações de níveis que emperravam as negociações”, afirmou o Secretário Ostermann em entrevista esperando pelo fim do movimento paredista (CP, 25/6/89, p. 9). Nesta assembleia, com a presença de 8 mil docentes, reconhecendo a conquista de uma série de itens da pauta, os professores decidiram pelo retorno às aulas.¹¹⁷ No registro da ata do CPERS, as definições são assim enumeradas:

1. Aceitação parcial da proposta. 2. Suspensão da Greve. 3. Manutenção do movimento pelas reivindicações não atendidas. 4. Publicação da “Resolução Denúncia” na imprensa. 5. Retorno às aulas na quinta feira, dia 29 (...) (Ata Assembleia, nº08/89).

Assim que soube do resultado, Ostermann anunciou o envio de projeto ao Legislativo garantindo que não haveria corte de ponto dos grevistas e, em folha suplementar, seriam pagos os reajustes devidos do mês de maio. Para o Secretário, todos foram vitoriosos a partir dos resultados da paralisação (ZH, 28/6/89, p. 39). Em mais uma nota dos grevistas - foram muitas nesta greve por parte dos docentes e do governo - desta vez assinada pelo presidente Steffen, foi reclamado que não foram restituídas o conjunto das perdas acumuladas e, que o governo, ao não encerrar adequadamente as negociações, tentou “desgastar o CPERS e o seu Comando”. Também chama atenção neste texto a afirmação da direção sindical de que os docentes continuariam “a sua resolução de seguir construindo o CPERS como a sua entidade sindical (...)” (CP, 28/6/89, capa). A partir da nova Constituição promulgada no ano anterior,

¹¹⁷ Como conquistas da greve de 1989, Pacheco destaca a bimestralidade para o reajuste salarial e a recuperação parcial das perdas (1993, p. 107). Para o sindicato, ainda, a agilização do pagamento da unicência, o pagamento das alterações de níveis e a nomeação de três mil professores são itens considerados como ganhos (CPERS, 1995, p. 37).

o CPERS entrou em um período de debates para se tornar uma entidade sindical e não mais uma Associação de direito privado, o que ocorreu no decorrer de 1989.¹¹⁸ Entre os conselheiros, a ideia não era criar uma nova estrutura, mas aproveitar a existente com alterações estatutárias. A proposta amadurecida no Conselho foi a seguinte:

1. Transformar o tipo jurídico do CPERS de associação civil em Sindicato, concretizando esta transformação na Reforma Estatutária a ser realizada na primeira quinzena de dezembro de 1989. – 2. Ampliar a base social do CPERS, transformando-o no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de 1º e 2º graus do Estado do Rio Grande do Sul (...). De acordo com esta proposta, serão mantidos na base social do CPERS os professores e especialistas em educação e serão incluídos (...) os servidores das escolas públicas se assim o decidirem (Ata Conselho de Representantes, nº 18/89).

Tal proposta foi aprovada em assembleia realizada no dia 6 de outubro daquele ano. A inclusão dos funcionários escolares (secretários, merendeiras, manutenção, monitores e etc.) se deu no período posterior e significou a unidade organizativa dentro da mesma estrutura sindical da categoria denominada como “trabalhadores em educação”. Na assembleia que debateu o tema foi longamente descrito pelos dirigentes que não haveria alterações significativas na estrutura da entidade que a transformasse em um sindicato do tipo “celetista” do setor privado e, ainda, como vantagens, foram destacadas a possibilidade de representação ante a Justiça em processo coletivo e a regulamentação da negociação com o patrão. A proposta originada do Conselho de Representantes descrita acima foi aprovada nesta reunião com algumas abstenções (Ata Assembleia, nº 9/89). A transformação em sindicatos por parte das associações de direito privado fundadas há décadas por servidores públicos não deixou de ser criticada por autores como Boito Jr. Para o autor, o “legalismo induziu as associações de funcionários a lutarem pela sua oficialização, isto é, pelo seu atrelamento ao Estado”, mesmo que as entidades cumprissem plenamente sua função representativa ante os governos antes das alterações na lei (1991, p. 54).

¹¹⁸ Segundo Sandoval, foram as seguintes modificações essenciais na nova Carta de 1988 do ponto de vista da organização dos trabalhadores: “1. Fim do poder do Ministério do Trabalho de interferir nos assuntos internos dos sindicatos; 2. O direito dos trabalhadores entrarem em greve, com certas restrições com relação as assim chamadas ‘atividades essenciais’; 3. O direito dos funcionários públicos de se organizarem em sindicatos; 4. O direito dos trabalhadores de elegerem representantes em seus locais de trabalho nos estabelecimentos com duzentos ou mais trabalhadores” (1994, p. 31).

De qualquer forma, a sindicalização foi aprovada. Na prática, características como a cobrança do imposto sindical não recaíram sobre o CPERS, sustentado apenas pela contribuição voluntária de seus sócios e o estatuto interno da entidade manteve as características já constituídas e amadurecidas nas reformas estatutárias anteriores. A filiação à CUT, tema também discutido naquele período, não teve prosseguimento e, aparentemente, não tinha o apoio da maioria dos sócios e dividia as lideranças da entidade. A participação na constituinte estadual foi outra importante ação de dirigentes e da militância docente em 1989. A carta estadual traria avanços do ponto de vista da estrutura educacional consolidando algumas propostas de muitos anos do movimento docente:

35% da receita de impostos para o ensino público; o repasse trimestral de verbas para as escolas; a não municipalização do ensino fundamental; a eleição direta e uninominal dos diretores das escolas estaduais pela comunidade escolar; a formação dos Conselhos Escolares; uma nova composição do Conselho Estadual de Educação, com 2/3 de representantes indicados pelas entidades da comunidade escolar (Bulhões & Abreu, 1992, p. 72).

Segundo os dirigentes sindicais, o ano de 1989 pós-greve sobrecarregou as lideranças de muitos elementos na rica conjuntura ali colocada. Além da constituinte estadual, havia a consolidação das questões funcionais pendentes no acordo com o governo, o que gerava um “volume exacerbado de tarefas que consome as lideranças e os professores”. Neste editorial do *Magister*, também foi destacada como a luta salarial nos dez anos seguidos, desde 1979, havia crescido:

Nesta última década foram deflagradas sete greves que resgataram o poder aquisitivo para o bolso dos educadores (...). Não existe a última greve, a última mobilização, mas sim que as lutas fazem parte de um processo que visa uma educação pública e gratuita de boa qualidade, salários dignos, ou em linhas gerais contribuir para a transformação da sociedade (*Magister* nº 108: agosto/89, p. 2).

A lembrança do decênio de greves e uma breve retrospectiva ocorreram em alguns materiais do CPERS: eram 10 anos da primeira greve e a possibilidade de, a partir desta memória reconstituída, reforçar a importância da entidade, das lutas e da ação dos trabalhadores. No *Magister*, o ano de 1989 foi considerado o encerramento de “uma

década de lutas na história do magistério gaúcho, uma vez que a primeira greve foi deflagrada em 79 (...) através destas mobilizações que o professorado obteve avanços e garantiu conquistas”. Tal período foi, assim, relacionado aos principais eventos políticos daquele tempo como o fim da ditadura, a Constituinte, as “Diretas já”, entre outros. Há neste caso um esforço de representar parte da memória das paredes docentes até mesmo como suporte para futuras mobilizações (Magister nº 107: junho-julho/89, p. 12).

No cenário nacional, os últimos meses de 1989 foram marcados por eleições polarizadas em segundo turno entre o candidato petista Lula e Collor de Mello, do pequeno PRN (Partido da Reconstrução Nacional), vitorioso por pequena margem. A queda do PMDB, devido aos sucessivos fracassos em planos econômicos, contribuiu para o crescimento tanto de forças à esquerda como conservadoras, refletidas no segundo turno daquela eleição. Collor tornou-se, assim, o primeiro presidente eleito pelo voto direto desde Jânio Quadros, em 1960: a partir de sua posse, em 1990, tal governo adotou um plano econômico de combate à inflação que levou à recessão econômica e um arrocho salarial violento, na sequência do que havia no período Sarney. Neste ano, o PIB foi negativo (- 4%) e o salário mínimo voltou a ser reduzido a índices dos mais baixos de toda sua história (Pacheco, 1993, p. 108).

De forma um tanto paradoxal, a década de 1980, marcada pelo alto número de greves e lutas sindicais, acabaria no seu último ano com a reversão desta tendência. Enquanto os anos 1980 foram marcados pela abertura política e como um período de ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento dos trabalhadores, reintroduzindo este importante ator na cena política nacional, na década de 1990 ocorreram mudanças impulsionadas por Collor que abriram a economia brasileira. Intensificou-se a chamada reestruturação produtiva que significou, para a luta dos trabalhadores, uma “época de arrefecimento em termos mobilizatórios e reorientação de práticas e estratégias” (Santana, 2003, p. 285).

A partir da vitória eleitoral de Fernando Collor, cuja primeira medida foi o bloqueio temporário das contas correntes e cadernetas de poupança, o país incorporaria uma agenda de ajustes econômicos que traria em seu bojo a abertura comercial e a privatização de empresas estatais e, no que diz respeito às mobilizações grevistas, ao longo dos anos 1990 houve um importante decréscimo de tais práticas (p. 300-305). Apesar do quadro pouco

animador do ponto de vista da ação dos trabalhadores, o ano de 1990 foi marcado por mais uma greve docente estadual e, desta vez, com um perfil mais ofensivo se comparado com 1988 e 1989.

A pauta reivindicativa daquele ano tinha mais de sessenta pontos, consequência de todo contexto do ano anterior e, especialmente, relativo à inclusão dos funcionários de Escola, os quais trouxeram sua pauta de reivindicações (Bulhões & Abreu, 1992, p. 73). O debate que definiu tal inclusão se deu em janeiro de 1990, em assembleia dos funcionários de escola reunidos na Associação dos Funcionários das Escolas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul (AFEPRS). Também estava em pauta constituir um sindicato próprio ou se unir ao Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais (FASPERS) e, após o debate, as três propostas foram colocadas em votação. A definição por unir-se ao CPERS e ao ramo de Trabalhadores em Educação foi amplamente vitoriosa, segundo relato da ata, a qual não detalha o número de presentes na reunião (Ata-relatório da Assembleia da AFEPRS, mimeo, 12/1/90).¹¹⁹

Durante a greve de 1990, o governador era Sinval Guazzelli,¹²⁰ devido à renúncia de Pedro Simon, o qual optou a concorrer ao Senado e, como Secretária de Educação, ocupava tal pasta Iara Wortmann.¹²¹ No final de abril, assembleia estadual dos educadores definiu

¹¹⁹ A partir desta parte da tese, o termo “docente” dará lugar a “educadores” ou “trabalhadores em educação”, devido à ampliação dos segmentos abrigados sindicalmente no CPERS. O mesmo não ocorre nas fontes aqui utilizadas, as quais continuam, possivelmente por força do hábito, utilizando termos como “magistério” ou “professores” para o conjunto dos educadores.

¹²⁰ Sinval Sebastião Duarte Guazzelli nasceu em Vacaria no ano de 1931 e cresceu no setor rural, presidiu a Associação Rural de Vacaria e a União Democrática Nacional (UDN) local. Formou-se em direito na PUC-RS, em 1953. Elegeu-se deputado estadual (1958 e 1962) e afastou-se do Legislativo em 1964 para ocupar o cargo de secretário de Obras Públicas, no governo de Ildo Meneghetti. Filiou-se à ARENA e, em 1970, elegeu-se deputado federal. Em 1974 foi eleito pela Assembleia Legislativa, de forma indireta, governador do Rio Grande do Sul (1975-1979). Em fevereiro de 1979, manifestou-se a favor de uma anistia abrangente e do retorno de todos os exilados políticos brasileiros. Com a extinção do bipartidarismo, Guazzelli filiou-se ao Partido Popular (PP), o qual mais adiante fundiu-se com o PMDB. Em novembro de 1982 foi eleito deputado federal por este partido. Em 1986 integrou como vice a chapa ao governo gaúcho encabeçada por Simon. Eleito, recebeu a incumbência de promover a articulação política do Executivo estadual com os setores mais conservadores do PMDB. Em abril de 1990 assumiu o governo gaúcho e permaneceu no cargo até o final do mandato, em março de 1991. Em 1994, tomou posse no Ministério da Agricultura e, em outubro de 1998, elegeu-se deputado federal. Faleceu em Brasília, no dia 12 de abril de 2001: fora diagnosticado como portador da rara doença denominada esclerose lateral amiotrófica (ELA). Dados biográficos em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sinval-sebastiao-duarte-guazzelli>>, acesso em 8/12/2016.

¹²¹ A renúncia foi solicitada ao Legislativo em carta datada de 2 de abril daquele ano: “Tenho a elevada honra de me dirigir a Vossa Excelência, oportunidade na qual, em cumprimento ao disposto no art. 14, § 6 P, da

por uma pauta de reivindicações e projetou para o dia 3 de maio uma paralisação estadual e, ainda, nova assembleia no dia 8 do mesmo mês. Segundo Steffen, em entrevista, o diálogo com o novo governador não avançara, enquanto o Executivo dizia estar estudando o reajuste possível de ser aplicado naquele momento. Um fato novo daquele ano foi o ajuizamento junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da pauta de reivindicações, prática estabelecida também pelo Plano Collor (CP, 1/5/90, p. 13).

Para o Governo Estadual, o Plano Collor estabelecia novas bases e mudara a realidade mesmo de leis estaduais como a 9062, que estabelecia o reajuste salarial docente relacionado ao índice inflacionário medido pelo IPC, aprovada em fevereiro e já colocada em xeque: “Houve uma diminuição da receita do Estado. Além disso, não podemos tratar a questão do magistério fora do contexto do funcionalismo” afirmou a Secretária Iara, em entrevista. Para Steffen, era preciso cumprir o acordado em fevereiro, pois “o Executivo deixou claro que só assumiria o que poderia pagar, independente da política financeira adotada pelo novo governo federal” (ZH, 1/5/90, p. 26). Por sua vez, Guazzelli insistia que o reajuste seria combinado com a necessária continuidade das obras públicas, numa curiosa relação de prioridade entre os custos da educação e os investimentos gerais do orçamento.

A paralisação dos educadores realizada no dia 3, por sua vez, movimentou cerca de 95% dos trabalhadores em educação e representou, nas palavras de Steffen, o cumprimento do objetivo de “esclarecer para a comunidade gaúcha as reivindicações do magistério e a falta de palavra do governo, que não cumpriu seus compromissos com a categoria”. A extensa pauta de 1990 incluía no item salarial o reajuste de 166%, pois considerava os índices inflacionários de 84,32% relativo a março e 44,8% a abril. Os servidores públicos estaduais também estavam em campanha acelerada naquele momento (CP, 4/5/90, capa). A situação criada pelo Governo Collor de imensas dificuldades ao conjunto dos trabalhadores foi tema

Constituição da República,(...) venho, perante essa Egrégia Assembleia Legislativa, renunciar ao mandato de Governador do Estado, eis que pretendo concorrer a cargo eletivo no pleito de outubro do ano em curso. Estou, nesta data, transmitindo o cargo ao Vice-Governador Sinval Guazzelli. É-me grato, ao ensejo, Senhor Presidente, externar a Vossa Excelência e seus Pares o reconhecimento pelo grandioso e profícuo trabalho dessa Casa Legislativa em favor dos interesses maiores do Rio Grande. Com os meus cumprimentos, reitero-lhe a segurança de todo apreço e consideração. Pedro Simon; Governador do Estado” (Leitura de expediente, 18ª Sessão, 3/4/90).

de editorial no CP, o qual não poupou de críticas o risco iminente de greve em tempos difíceis, mesmo reconhecendo a legitimidade da luta dos servidores e educadores:

(...) não se pode pensar na greve como o caminho adequado neste momento. Se os professores consultarem os pais dos seus alunos, saberão que uma greve, agora, não terá apoio. Porque enquanto outras categorias enfrentam a ameaça da redução da jornada, com corte de salários, que pode desembocar na perda do emprego, professores e funcionários públicos tem nas mãos uma proposta razoável: o reajuste de 41,28% dividido em três parcelas. (...) o Estado não pode existir apenas em função de sua máquina. É bom lembrar que qualquer quilômetro a menos de estrada asfaltada, por exemplo, significará operários a menos trabalhando. (...) se a opção for pela greve, que não reclamem da falta de apoio da sociedade, porque o plano atingiu a todos e não apenas os que, trabalhando para o governo, terão reajuste abaixo da sua expectativa, apesar do emprego garantido e aposentadoria integral (Editorial “Servidores devem ter bom senso”: 7/5/90, p. 4).

Apesar das ironias no editorial referentes ao emprego e aposentadoria garantidas, aparentemente um luxo para o articulista, a greve seria decretada na reunião estadual que se avizinhava. O Governo Estadual manifestou posições semelhantes às do editorial em longa nota publicada nos jornais: “O compromisso do governo não pode se esgotar no atendimento às reivindicações, por respeitáveis que o sejam, dos servidores públicos”. Para o Executivo, atender aos servidores no contexto do Plano Collor colocaria em risco suas outras premissas: “É dever indeclinável do governo a prestação dos serviços e a realização de investimentos públicos indispensáveis ao resguardo dos interesses e ao próprio bem estar de toda a comunidade (...)”. Uma das polêmicas centrais no movimento deste ano foi a referência de reposição salarial: os educadores insistiam no IPC, já cancelado pelo Governo Collor, enquanto o Executivo Estadual colocava o Bônus do Tesouro Nacional (BTN) como índice para o reajuste proposto: “Veja-se que o salário mínimo está congelado, e se olharmos os demais Estados brasileiros, seus percentuais de revisão salarial estão bem abaixo do índice registrado pelo BTN” (Nota “Momento de reflexão”: CP, 7/5/90, p. 19).

Em reuniões entre as partes, prévias às assembleias marcadas, não houve avanços nas negociações e o indicativo de greve acabaria sendo levado e aprovado para as reuniões dos setores do funcionalismo: “A reunião entre a diretoria das entidades e os representantes do governo foi tensa. O Secretário da Fazenda alegou que o índice de 166,89% não é compatível com a arrecadação do Estado (...)”. Analogias com o setor privado acabaram sendo um

argumento por parte do Executivo, pois os servidores receberiam “41,28% de reposição, enquanto os trabalhadores do setor privado ficaram presos ao índice zero, decretado pelo novo plano econômico. Os servidores não aceitam esta alegação” (ZH, 8/5/90, p. 33).

No debate legislativo, o representante do governo argumentou sobre as incertezas quanto à receita estadual e este tom polêmico atravessou o período grevista com versões distintas por parte da oposição. Segundo a Secretaria da Fazenda, a relação entre o arrecadado e o gasto com pessoal era a seguinte no primeiro quadrimestre: “(...) 21 bilhões e 500 milhões de cruzeiros [o gasto com pessoal] e a Receita Corrente Líquida, 25 bilhões, 205 milhões de cruzeiros, o que dá 85% de gasto com pessoal e encargos neste período”. Tal índice elevado foi questionado pela oposição nos dias seguintes, mas seguia o deputado Picarelli afirmando haver um déficit entre 1 e 2 bilhões de cruzeiros e buscou ainda comparar com as prefeituras administradas pela oposição:

Agora, tecer críticas em virtude do aumento concedido, se as administrações do PT estão dando menos do que o Governo do Estado, destaco ainda que a administração de São Paulo concedeu 10,9% para o funcionalismo público. Por que criticar o PMDB, por que fazer política partidária no seio de entidades classistas? Deve se separar a política partidária que é feita dentro dos partidos políticos num regime democrático da política que é feita dentro das entidades classistas. Na verdade, querem tirar dividendos políticos em cima de algo que está claro, que está transparente, porque os dados do Governo estão à disposição de quem quiser examiná-los. Por isso, entendo que devem analisar os fatos à luz da realidade, à luz da justiça, com o está sendo feito pelo Governo do Estado, que está fazendo uma proposta possível, adequada ao momento, uma proposta que, segundo a Secretaria da Fazenda, faz com que o Estado ainda repense alguma coisa com relação à Receita e Despesa no futuro, para que se possa cumprir estas condições que são propostas para o funcionalismo público, pelo Governo. (...) com relação à questão do índice de aumento para o funcionalismo do Estado, é que vai, sem dúvida alguma, fazer com que a decisão das assembleias gerais do funcionalismo seja correta, seja equânime e corresponda àquilo que se está trazendo neste momento (Comunicação dep. Constantino Picarelli, PMDB: 30ª Sessão, 8/5/90).

Vale lembrar que a capital paulista tinha a gestão petista naquele momento. A oposição trazia os índices positivos da arrecadação e o fato que, ano após ano, reduzia o

comprometimento com pessoal no orçamento do Governo Simon/Guazzelli.¹²² Apesar de tantos argumentos por parte do Executivo e seus defensores, a assembleia dos trabalhadores em educação afirmou a greve como caminho para buscar reduzir a diferença entre o pedido de 166% e a resposta do Executivo de apenas 41,28%. Os demais servidores também estavam em greve e era forte a expectativa de mobilização unificada. A oitava deflagração da greve dos educadores registrou a presença de 12 mil trabalhadores em educação e mais de 150 ônibus de todo o estado na decisão e, segundo CP, o “magistério público estadual comprou a briga com o governo do Estado (...) e desde ontem à noite está em greve por tempo indeterminado” (CP, 9/5/90, capa).

Inicialmente, o Executivo cortou o diálogo com os grevistas e reafirmou que a proposta era definitiva, sugerindo que “o reajuste oferecido assegurava os investimentos do Estado, preservando 20 mil empregos”, discurso que buscava confrontar a comunidade com a pauta reivindicativa dos educadores (CP, 10/5/90, capa). A adesão ao movimento, por sua vez, mais uma vez foi ampla e dificultou à reportagem de ZH encontrar escolas com aulas normais, além de registrar a alegria discente na greve: “O primeiro dia de greve foi recebido com agrado pela maioria dos alunos. (...) as crianças aproveitaram para andar de bicicleta e brincar”. Os estudantes, apesar de muito jovens, já demonstravam experiência do desenrolar das greves: “Nos primeiros dias, até acho bom ficar sem aula, podendo brincar com os amigos, mas depois, quando temos que recuperar as aulas nos sábados fica chato”, diz Tyarleys Kuster, da 5ª série” (ZH, 10/5/90, p. 45).

Vale ressaltar que o jornal ZH publicou editorial contrário à greve bastante incisivo, sugerindo inclusive que a inflação não seria controlada no país enquanto categorias profissionais ficassem presas ao passado, em tempos nos quais a maioria lutava para manter o emprego, mesmo sem reposição salarial. Ainda, aconselhava ao governador o “corte do ponto dos faltosos, sem descartar punições mais drásticas. Educação é algo sério demais para que seja espezinhado por interesses corporativos” (ZH, 10/5/90, p. 2). Um certo contraponto já foi verificado no primeiro Comunicado do Comando de Greve, o qual buscou trabalhar

¹²² O Deputado petista Raul Pont trouxe os seguintes dados: sobre despesa com pessoal pela Receita Corrente em porcentagem no final do Governo Jair Soares e no período Simon/Guazzelli: 1986 - 68,99%; 1987 - 61,29%; 1988 - 51,35%; 1989 - 47,90%. Relativa à receita do ICMS: 1986 - 89,32%; 1987 - 89,90%; 1988 - 84,44%; 1989 - 71,52% (30ª Sessão, 8/5/90).

esta situação e responder sobre o contexto nacional e o Plano Collor com uma avaliação política de longa duração:

De 1986 para cá, vários pacotes foram baixados pelo Governo Federal com o objetivo de controlar a inflação, passando pelos Plano Cruzado I, II e pelo Plano Verão. Estes planos significaram grande sacrifício aos trabalhadores e não controlaram a inflação. Neste momento, o país convive com o pacote do Plano Collor, que com o mesmo objetivo dos anteriores aprofunda a exploração da classe trabalhadora com o maior arrocho salarial da História do país, pois o salário mínimo vigente corresponde a 25% do salário mínimo de 1940. Além de confiscar do conjunto dos assalariados 166,9% correspondente a inflação dos meses de março/abril/90. A redução da jornada de trabalho, como a redução salarial e o espectro recessivo, ao invés de nos levar a acomodação, ao contrário nos coloca a responsabilidade de contribuímos para a reação do conjunto do movimento sindical às medidas impostas pelo governo Federal e assumidas pelo governo Estadual (Comunicado Comando de Greve nº 1: 'A greve e a conjuntura').¹²³

Enquanto alguns criticavam quem resistia ao Plano Collor, argumentando sobre o reajuste zero da maioria dos trabalhadores, o texto grevista buscava contribuir e estimular a resistência sindical a tais mazelas. Em termos de adesão, cerca de 90% dos professores e funcionários de escola estavam paralisados, segundo dados do CPERS, enquanto o governo optou por não disputar tais índices. No debate do Conselho de Representantes, tais índices foram confirmados nos informes dos núcleos e na avaliação geral do movimento e considerados como bons indicativos em início de greve (Ata Conselho de Representantes, nº 9/90). As negociações, por outro lado, andavam a passos curtos, embora houvesse encontros específicos, os quais separavam na mesa de negociações os servidores dos educadores. A Assembleia Legislativa, por sua vez, não votaria o reajuste do Executivo se não houvesse acordo das categorias envolvidas (ZH, 18/5/90, p. 34).¹²⁴

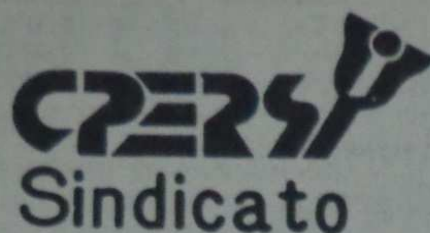
¹²³ Foi mantida a redação original, apesar de alguns erros ortográficos.

¹²⁴ Conforme lido e registrado nos anais pelo deputado Fortunati, foi assim o pedido do CPERS, via ofício, para a não votação e rejeição do projeto de reajuste: "O Comando Geral de Greve do CPERS SINDICATO dirige-se a V. Ex.^a para manifestar posição em relação ao Projeto de Lei do Poder Executivo enviado para apreciação da Assembleia Legislativa (...). - Considerando que os trabalhadores em educação rejeitaram o índice de 41,28% apresentados pelo Governo para repor a inflação de março e abril/90 o qual não atende o acordo firmado em fevereiro/90; - Considerando a posição do Poder Judiciário, manifestada nas Resoluções 01/90 e 02/90 coincidente com a nossa de que as Leis 9.061 e 9.062 estabelecem critérios claros para o reajuste dos vencimentos do funcionalismo; - Considerando que, contrariando práticas usuais, quanto ao envio de projetos individualizados para cada categoria neste momento o Governo engloba num único projeto todos os quadros do funcionalismo inclusive o magistério; - Considerando as contradições do projeto do Governo, por um lado reconhecendo as Leis 9.061 e 9.062 e por outro alterando os critérios estabelecidos na própria Lei; -

O impasse das negociações foi resumido em nota no dia 20 de maio por parte do Comando de Greve (figura 25). Ali, os educadores repudiaram a mudança de critérios unilaterais e a postura de não negociar os índices nas audiências realizadas até aquele momento. Mais uma vez, uma lei estadual, no caso a 9062/90, não era cumprida, fato justificado insistentemente pelo Executivo em função do contexto nacional. As negociações não avançaram nos dias seguintes e a proposta enviada pelo Executivo à Assembleia Legislativa não foi votada, fruto do trabalho dos educadores na Casa e da relação entre as forças políticas. Destacou-se o uso de agitação na Sessão com vaias, apitos e o sempre presente “sinetaço”, ajudando na desistência por parte dos deputados em relação à votação do projeto de aumento salarial.

Figura 25: Denúncia do não cumprimento de uma Lei por parte do Executivo

Considerando que o processo de negociação em andamento é a única forma de superação do impasse; e que o envio desse projeto manifesta uma posição unilateral do Governo. O Comando Geral de Greve, reafirmando a vontade da categoria posiciona-se pela rejeição do referido projeto no que se refere aos trabalhadores em educação (...)” (Comunicação de líder dep. José Fortunati, PT: 35ª Sessão, 17/5/90).



À OPINIÃO PÚBLICA

O Comando Geral de Greve do CPERS/SINDICATO dirige-se aos trabalhadores em educação e à opinião pública em geral para manifestar o que segue:

- O acordo firmado entre o Governo e o CPERS/SINDICATO, transformado na Lei 9.062/90, determina uma forma de pagamento da inflação de março (8 4,32%) e abril (44,8 %), medida pelo IPC. Unilateralmente, o Governo pretendeu mudar o "critério", substituindo o IPC pela variação do BTN e apresentando o índice de 41,28 %.
- Na Assembléia Geral de 8 /5/90, os trabalhadores em educação rejeitaram os 41,28 % e deflagraram a greve pela reposição das perdas salariais e por sua pauta de reivindicações.
- Nas audiências (14 e 15.5.90) entre o Comando Geral de Greve e secretários de Estado, o Governo embora manifeste sua disposição de negociar a pauta de reivindicações, mantém sua posição sobre o reajuste salarial de abril e maio, por ele considerado "questão superada".
- Comprovando a correta posição dos trabalhadores em educação e dos servidores do Estado, em 15.5.90, o Pleno do Tribunal de Justiça do RS declarou que a Lei 9.061/90 (funcionalismo), de igual conteúdo à Lei 9.062/90 (magistério), estabelece critérios claros para o reajustamento dos salários e determinou o pagamento de 64,32%, em abril, para os servidores da Justiça, o que equivale à inflação de março menos 20%, conforme estabelecem as leis.
- Em consequência, o Governo do Estado suspendeu audiência com o Comando de Greve do CPERS/SINDICATO, marcada para 16.5.90, e enviou projeto de lei à Assembléia Legislativa, interrompendo, portanto, o processo de negociação.

**A DEMORA NA BUSCA DE SOLUÇÕES É DE
RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO ESTADO
A GREVE CONTINUA PELA REPOSIÇÃO SALARIAL E
PELA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES**

Porto Alegre, 18 de maio de 1990.

COMANDO GERAL DE GREVE

O debate seguia na Casa Legislativa e, se comparado aos anos anteriores (1988 e 1989), houve um acirramento nas falas e nas disputas, possivelmente em função da aproximação do pleito estadual e da luta política pelo desgaste ou pela propaganda positiva da situação. Do ponto de vista do Executivo, entre as justificativas da bancada do PMDB, se destacava o deputado Mendes Ribeiro Filho, o qual expressou a necessária adequação ao limite constitucional de 65% com os gastos de pessoal: “precisamos chegar em dezembro com esse percentual”. Em ano recessivo, era incerto o futuro da arrecadação: “Evidentemente temos que levar em conta que até lá a receita tem que crescer o suficiente para retirar as despesas com pessoal dos atuais 71,98% e essa média é preciso alcançar” (Comunicação de líder dep. Mendes Ribeiro Filho, PMDB: 36ª Sessão, 22/5/90). Mesmo o debate histórico foi levantado pela oposição: o passado do ex-governador Guazzelli, o qual já havia governado o estado pela ARENA, foi recordado pelo PDS:

Algumas pessoas mudam de Partido, mas não mudam de comportamento. O Sr. Synval Guazzelli de hoje é o mesmo de ontem, que deixou, em 1979, um débito com o magistério gaúcho nos quatro anos, o que foi a origem da primeira greve. Portanto, não foi o Governo Amaral de Souza que, com quinze dias de Governo, teve a primeira greve: foi uma resposta ao desgoverno passado de Synval Guazzelli. Mudou de Partido sim, mas continua o mesmo, prometendo e “enrolando”. Disse, numa reunião de Líderes, no dia 17 de maio, que no dia 22 entregaria aos Líderes - comunicou pela imprensa - o Parecer da Procuradoria Geral do Estado com relação às resoluções baixadas pelo Poder Judiciário. Estamos no dia 30 de maio, onde está o parecer? Onde está a divulgação do parecer? Estamos a exigir a resposta que o povo do Rio Grande do Sul tem o direito de saber: qual é a posição do Poder Executivo em relação ao pedido administrativo de reposição salarial e de pagamento dos atrasados que deveriam ser concedidos conforme a lei? (Comunicação de líder dep. Celso Bernardi, PDS: 40ª Sessão, 30/5/90).

Por outro lado, a mesa de negociações com o Executivo parecia congelada (CP, 25/5/90, capa), enquanto as sinetas tinham seu protagonismo na mobilização retomada no 17º dia de greve, como registrou ZH:

A técnica do sinetaço já foi usada inúmeras vezes pelo magistério. Esse tipo de manifestação começou em 1985, durante uma greve. Ali se organizaram sinetaço em rodízio, um dia para cada grupo de escolas. Em 1987, durante o acampamento que os professores fizeram na praça da Matriz durante mais de um mês, as sinetas também badalaram o dia todo. Naquela época o hoje governador Synval Guazzelli era o negociador do Governo com o

magistério, e teve que ouvir muita sineta. Ontem o governador ouviu sinetas de diversos tamanhos – tinha até um bebê com uma sinetinha bem pequena – e também pratos de banda e apitos. Agora, o magistério ameaça badalar suas sinetas diariamente caso as negociações não avancem (ZH, 25/5/90, p. 36).

Figura 26: Sinetas e seu som, uma constante em frente ao Palácio Piratini



Fonte: ZH, 25/5/90, p. 36

Vale também destacar que a ACPM-RS manteve apoio efetivo à greve participando dos eventos em unidade com os trabalhadores em educação, mesmo que houvesse receio de uma greve prolongada. O presidente da representação dos pais de todo o estado (Antonio Carlos Falavena) chegou a afirmar, em entrevista, que “não vê outra alternativa para os docentes senão a paralisação” (CP, 28/5/90, p. 7). Ao final do mês de maio, enquanto o Executivo afirmava que estava dando o maior índice de reajuste do país e criticava o aspecto ideológico da campanha grevista coordenada por Delmar Steffen, já indicado como candidato ao Senado pelo PT,¹²⁵ nova manifestação em frente ao Palácio Piratini foi registrada,

¹²⁵ Segundo o Secretário da Fazenda, Antônio Carlos Brites Jaques, um professor com nível superior ganharia cerca de dez salários mínimos a partir da proposta do Executivo. Ao mesmo tempo, Jaques buscou em entrevista desqualificar o presidente do CPERS, por ser candidato ao Senado pelo PT (ZH, 27/5/90, p. 42).

incluído aí, segundo CP, que “as velhas sinetas voltaram a tomar conta da praça da Matriz”. Ainda, o Executivo afirmava não ter nova proposta a apresentar enquanto a greve completava 22 dias (CP, 30/5/90, p. 7).

Também neste período foi registrada alguma tentativa de articulação entre as diferentes categorias em luta salarial,¹²⁶ as quais realizaram encontros e atos públicos, como no dia 31 de maio com a presença da comunidade escolar e trabalhadores da área metroviária, bancária, entre outros (ZH, 31/5/90, p. 36).¹²⁷ Assim, cerca de 2 mil pessoas de diversas categorias profissionais, pais e estudantes fizeram atividade de protesto em frente ao Palácio Piratini e “como vitória, a categoria festejou a retomada das negociações” (ZH, 1/6/90, p. 34). Tal pressão, de fato, talvez tenha contribuído para que, no início de junho, o governo começasse a encaminhar uma nova proposta aos educadores, conforme anunciado sem grandes detalhes pela Secretária Iara Wortmann, enquanto os grevistas prometiam seguir com os sinetaços (ZH, 2/6/90, p. 29).

Apesar desta perspectiva, uma nova reunião entre as partes demorou a ocorrer, obrigando inclusive a realização de auto-agenda com o Chefe da Casa Civil, momento no qual o governo parecia não ter um norte evidente: “Num jogo de palavras interminável, aos 31 dias de greve do magistério e do funcionalismo, Manoel André da Rocha disse que não era o interlocutor do governo, ‘mas do governador’”. A titular da educação, por sua vez, “negou as palavras de Guazzelli, na quarta-feira, afirmando ‘o governo não disse que tem contraproposta’”. Neste jogo ambíguo sem negociações, os sindicalistas sugeriram que o governo desejava passar a impressão à sociedade que estava negociando e na realidade estava apenas “enrolando” (ZH, 8/6/90, p. 26).

Wortmann ainda afirmou, de forma contraditória, que até a semana seguinte poderia ocorrer algum entendimento, embora negasse uma contraproposta, ao contrário do que havia afirmado no início do mês. Assim, em 8 de junho, a noite, foi entregue uma proposta por

¹²⁶ Na visão do Comando de Greve, no final de maio, o crescimento das lutas de vários segmentos dos trabalhadores e a decisão judicial favorável à reposição das perdas de março e abril em vários casos em todo o país criava um cenário mais favorável ao movimento grevista naquele momento (Comunicado Comando de Greve nº 8, 31/5/90).

¹²⁷ Em tendência oposta, na greve deste ano também há o registro de uma “Comissão Pró-aula” composta por pais, alunos e professores que não aderiram à greve e articulavam atividades, inclusive conversas, com o Executivo. Tal comitê era favorável à aprovação da primeira proposta de reajuste de 41,28%, por exemplo (CP, 7/6/90, p. 17).

escrito aos movimentos de greve que continha nove páginas e 45 itens em resposta às reivindicações (ZH, 10/6/90, p. 43). Esta segunda proposta do Executivo surgida na segunda semana de junho foi fruto das articulações entre os líderes das bancadas do Legislativo e secretários. O novo índice era mais que o dobro do anterior e incluía parcelas em junho, agosto e setembro daquele ano, além do índice original, mas não agradou plenamente os líderes do movimento por não garantir nada para o futuro e não repor as perdas do período: “A primeira avaliação do comando de greve é de que a proposta não atende às reivindicações do magistério, desconsiderando a inflação de 44% do mês de abril e sem estabelecer futuros aumentos dentro de uma política salarial” (CP, 9/6/90, p. 17).¹²⁸

Para chegar a tal proposta não foi trilhado um caminho tranquilo, como relatou o deputado Carrion Jr: as lideranças legislativas não foram recebidas pelo Executivo, após escreverem ofício¹²⁹ endereçado ao governador na intenção de “restabelecer o diálogo, a fim

¹²⁸ O reajuste salarial proposto incluía os 41,28% em abril, 10% em junho, 10% em agosto e 9% em setembro, percentuais cumulativos (ZH, 12/6/90, p. 27).

¹²⁹ O conteúdo do ofício era o seguinte:

“Porto Alegre, 07 de junho de 1990. (...) Senhor Governador: As Lideranças da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, através do Líder de Governo e dos demais líderes de Bancadas dirigem-se á Vossa Excelência para considerar e sugerir o que segue:

- Considerando a necessidade de adequação entre as reivindicações do Magistério Público Estadual e do Funcionalismo Público Estadual com as possibilidades do Tesouro do Estado:

- Considerando o interesse da com unidade rio-grandense em ver normalizadas as atividades do Sistema Estadual de Ensino e da Administração Pública em geral, sugerem a Vossa Excelência o envio a esta Casa de um a Mensagem Retificativa estabelecendo os seguintes critérios para o reajuste do Magistério Público Estadual do Funcionalismo Público Estadual:

- 41,28% a partir de Abril - 10% em Junho - 10% em Agosto - 9% em Setembro

Observado o caráter cumulativo desta escala de reajustes seria alcançado um percentual global de 85,96% sobre os vencimentos de Março de 1990. Manifestam também a confiança de que a partir de Maio será traçada uma Política Salarial que deverá ser produto de uma ampla e democrática negociação e entendimento entre as categorias funcionais e o Governo do Estado. É válido ressaltar. Senhor Governador, o interesse da Assembleia Legislativa, que seja dado o mesmo tratamento para a Administração Indireta, guardadas suas características.

Por fim, reafirmam a sua permanente disposição para o diálogo entre as instituições do Poder Público no sentido do encaminhamento democrático dos altos interesses do Rio Grande do Sul.

Deputado Constantino Picarelli - Líder da Bancada do PMDB

Deputado Valdomiro Lima - Líder da Bancada do PDT

Deputado Celso Bernardi - Líder da Bancada do PDS

Deputado Antônio Carlos Azevedo - Líder da Bancada do PFL

Deputado José Fortunati - Líder da Bancada do PT

Deputado Jauri de Oliveira - Líder da Bancada do PSB

Deputado Ecléa Fernandes - Líder da Bancada do PSDB

Deputado Sérgio Zambiasi - Líder da Bancada do PTB

Deputado Sanchotene Felice - Líder da Bancada do PL

Deputado Gleno Scherer - Presidente da Assembleia Legislativa”.

de que, amanhã, na Assembleia geral do magistério, fosse possível haver uma proposta acordada entre magistério e Governo do Estado”. Carrion registrou ainda que as lideranças e ele esperaram até a noite por uma resposta de Guazzelli, mas “o Sr. Governador não se dignou a receber-nos nem tampouco ao magistério para que, em cima de um documento (...) fosse firmado um acordo, e pudéssemos avançar nas negociações”. Por fim, o deputado lamentou as decisões do Executivo:

Hoje, abrimos os jornais e vemos o Governo fazendo um pedido de liminar para solicitar a suspensão das duas leis que ele mesmo mandou para a Assembleia e sancionou após terem sido aprovadas nesta Casa. Sr. Presidente e Srs. Deputados, desse modo fica claro que o Governo está fechando as portas para a negociação. Ele quer que o magistério amanhã decida permanecer em greve. Esse é o recado que recebemos ontem à noite, não há outra maneira de entender isso. (...) amanhã, temos assembleia geral, e os gaúchos, os pais, os estudantes, desejariam que houvesse uma possibilidade de suspensão da paralisação. Mas ainda temos vinte e quatro horas, e faço um apelo deste Plenário não ao magistério, que está aberto para sentar-se e negociar; não às Lideranças desta Casa que já cumpriram o seu papel; mas às Lideranças do Governo, ao Presidente da Assembleia Legislativa, que está neste Plenário e que firmou esse documento ao qual, no entanto, não está sendo dado seguimento. Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste momento, a responsabilidade é exclusivamente do Executivo do Rio Grande do Sul (Comunicação de líder dep. Carrion Jr., PDT: 45ª Sessão, 12/6/90).

Tais índices acabaram assumidos pelo Governo Guazzelli e, apesar disso, a assembleia convocada para debater tal proposta a rejeitou por unanimidade e teve a presença de 6 mil trabalhadores em educação, metade dos presentes da anterior: “Queremos o reconhecimento das perdas e não uma proposta fechada e sem discussão, como o Governo agiu até agora” sugeriu o dirigente José Clovis Azevedo, enquanto o governo lamentava a decisão e a sequência da greve que já acumulava 37 dias (ZH, 14/6/90, p. 29). No Legislativo, o líder do governo colocou a nova proposta em apreciação reconhecendo as decisões distintas entre as categorias sobre o mesmo: “em todos os momentos a busca permanente foi de entendimento por parte da Liderança do Governo, por parte da Liderança da Bancada, por parte dos demais Líderes e de todos os Srs. Parlamentares”.

Ribeiro Filho buscou realçar o projeto: “Existe um projeto de lei nesta Casa que retrata um parcelamento que permite um aumento de 86% ao servidor público. (...) e, além disso, o compromisso governamental de que, em 30 dias, definiria uma política salarial”. Ao

mesmo tempo, reconheceu as discordâncias: “A proposta foi entregue para as categorias, tendo algumas manifestado o desejo de apreciar o projeto e outras, na soberania de sua decisão, manifestaram que não fosse apreciado o projeto”. Parte dos servidores apoiava a proposta, o que levou o deputado a concluir que “não pode, neste caso, a minha Bancada, a Bancada do PMDB, deixar de ouvir, neste momento, os apelos que existem das classes dos servidores das mais diversas, que pedem a votação do projeto”. De qualquer forma, a parcela dos educadores, como parte contrária ao projeto, foi retirada do mesmo (Comunicação de líder dep. Mendes Ribeiro Filho, PMDB: 46ª Sessão, 13/6/90).

Assim, os deputados não aprovaram o reajuste para todos, mas apenas aos demais servidores e aos magistrados, a partir da separação da proposta em dois projetos. Tal processo foi assim explicado pelo deputado Celso Bernardi: “estamos retirando, a pedido, em razão do resultado da assembleia geral do CPERS, do Sindicato e do Magistério, o Projeto de Lei nº 156/90”. O deputado buscou diferenciar os grupos e os posicionamentos existentes de forma didática:

Essa diferença é porque esta categoria está mobilizada e se manifestou, numa assembleia realizada hoje, pela não-votação do projeto de lei. Portanto, não se votará o Projeto de reajuste com referência ao magistério. Em relação aos servidores, a situação é diferente. A Mesa e os Líderes receberam oito ofícios de associações e da Federação dos Sindicatos, pedindo a votação do projeto hoje. Há uma diferença completa de comportamento por parte das categorias. Estamos esclarecendo isso, porque queremos - como fizemos no início deste pronunciamento - que as categorias saibam quem são os responsáveis pela derrubada da política salarial. Não é o Poder Legislativo, não são os Deputados os responsáveis: é o Poder Executivo, é iniciativa exclusiva do Governo do Estado. Estamos votando o projeto de lei dos servidores exatamente por que vários sindicatos, associações e a federação solicitaram, através de um documento escrito, que isso acontecesse, enquanto que o CPERS, na sua unidade, solicitou que fosse retirada a votação no que lhe diz respeito (Encaminhamento de votação dep. Celso Bernardi, PDS: 46ª Sessão, 13/6/90).

Para o governo, a decisão dos trabalhadores em educação representava a consolidação de um impasse. Assim, anunciou que tinha chegado ao seu limite em termos financeiros e que “difícilmente tomará a iniciativa de reatar o diálogo, embora esteja aberto a receber os dirigentes dos professores”, como sugeriu em entrevista o Chefe da Casa Civil, Manoel André da Rocha (ZH, 16/6/90, p. 26). A partir do momento em que a proposta foi aceita pelos

demais servidores, os quais realizavam uma greve de baixa adesão, restavam apenas os docentes e funcionários de escola paralisados, além de uma série de categorias não vinculadas ao estado, em geral reivindicando o mesmo índice de reposição, mas com pouco retorno de suas patronais.¹³⁰ Segundo a CUT, cerca de dois milhões de trabalhadores estavam realizando paredes em todo o país, sendo 300 mil servidores públicos das três esferas (CP, 17/6/90, capa).

Na greve dos trabalhadores em educação, o governo se recolheu, reafirmando não ter mais propostas e contando com o bom senso para o retorno às aulas. Assim, as negociações permaneceram congeladas por vários dias, algo denunciado em nota assinada pelo CPERS no dia 21 de junho: “a demora na solução do impasse é de responsabilidade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul” (CP, 21/6/90, p. 13). Neste mesmo dia, houve uma retomada inicial de uma conversa entre as partes ao redor da meia noite, estendendo-se à madrugada, mas não havia nova proposta por parte do Executivo e sim a busca de um acordo para o fim da greve. Os sinetaços seguiam na frente do gabinete da Secretária Wortmann, ex-participante do Conselho de Representantes do CPERS:

Desde as 10h, os grevistas tomaram conta dos arredores, interromperam o trânsito na rua Carlos Chagas, com o carro de som, a banda “raivosa”, sinetas, apitos, faixas e muito papel picado. A secretária Iara Wortmann manteve a porta de seu gabinete aberta e deu expediente ouvindo refrões como “quem diria, a conselheira traiu a categoria” (ZH, 22/6/90, p. 32).

Na última semana de junho, foi registrada a possibilidade de recuo da greve em função do cansaço das partes em conflito. De um lado, o governo não esperava uma greve de longa duração e, surpreso, parecia disposto a reavaliar sua proposta. Por parte dos educadores, a partir de uma negociação adequada, estavam dispostos a fazer uma contra proposta como ocorreu na madrugada do dia 22 de junho.¹³¹ Os dirigentes pareciam desejosos a encaminhar o fim da paralisação que, entre outras coisas, não conseguia realizar forte atos públicos:

¹³⁰ Portuários, metalúrgicos, sapateiros da cidade de Campo Bom, juízes, vigilantes, bancários, fluviários, entre outros grupos estavam em greve naquele momento (CP, 14/6/90, p. 7).

¹³¹ O Comando grevista sugeriu como contra proposta um piso salarial correspondente a 50% do salário mínimo do Dieese, cerca de CR\$ 15.000,00 e reajustes mensais tendo como referência o ICV (Índice do Custo de Vida) (ZH, 25/6/90, p. 26).

O movimento de lutas deste ano já está sendo chamado de greve tatu. (...) Ao contrário de greves anteriores, quando milhares de professores saíam às ruas, agora em 1990 a maioria está preferindo ficar em casa, e acompanhar a evolução do movimento pela imprensa. Os sinetaços feitos este ano tem a participação de 300 a 500 professores. Em 1987, alguns atos reuniram até 20 mil pessoas (CP, 24/6/90, p. 5).

A “greve tatu”, nos dizeres do CP, recebeu a terceira proposta no dia 27 de junho depois de denunciar insistentemente a protelação do Executivo e responsabilizá-lo “pelo descaso à educação pública” (CP, 26/6/90, p. 17). O novo índice de reajuste proposto atingia os 105,24% em parcelas até o mês de setembro e incluía a promessa de uma revisão salarial em agosto com reposição inflacionária (CP, 28/6/90, capa). Mantendo o costume, o governo divulgou o detalhamento dos itens propostos, bem como um quadro demonstrando como ficariam os salários especificamente dos docentes a partir do reajuste em discussão naquele momento. Foram usadas duas páginas inteiras nos periódicos para conhecimento público, mas, desta vez, houve uma reação a tal atitude em nota do Comando de Greve: em texto endereçado à comunidade se estranhou que apenas o magistério tenha seus valores salariais divulgados e não o conjunto do funcionalismo, os cargos de confiança, as gratificações e etc. Ainda, o texto questionou “por que não utiliza também esta prática com respeito aos sonegadores de impostos, aos incentivos, às isenções, às anistias fiscais?” (CP, 1/7/90, p. 9 & ZH, 1/7/90, p. 32).

A assembleia para avaliar tal proposição foi marcada para 4 de julho, garantindo-se que a mesma fosse debatida nos dias anteriores. Neste espaço de tempo, o Comando grevista estadual buscou melhorar a proposta, insistiu num encontro com o governador e esperava mais clareza quanto à perspectiva futura dos reajustes salariais (ZH, 3/7/90, p. 42). Nos debates na base dos educadores, em maioria, nas reuniões locais e regionais, a proposta foi aceita em caráter emergencial, mesmo sendo distante do reivindicado pela coletividade grevista.¹³²

Na reunião estadual, ao redor de 8 mil professores e funcionários de escola aprovaram a terceira proposta do Executivo, decisão referendada por cerca de 70% da base do CPERS. Ainda naquela manhã, em encontro com o governador, o mesmo garantiu que não enviaria

¹³² 25 núcleos aceitaram a proposta, 15 núcleos a rejeitaram e 2 núcleos não registraram posição nas reuniões prévias à assembleia estadual (ZH, 5/7/90, p. 33).

política salarial para o Legislativo sem o consentimento e debate com os educadores. Ainda houve a promessa de recomposição do piso salarial no mês de novembro e, assim, tais compromissos ajudaram na aprovação da proposta (CP, 5/7/90, capa). Na reportagem de ZH, foi registrada uma assembleia acirrada e disputada, mais uma vez, para encerrar uma greve de longa duração: “Foi uma Assembleia que oscilou entre vaias e aplausos, num duelo sem tréguas. Já antes de chegarem ao Gigantinho, em cem ônibus e dezenas de automóveis, os professores demonstraram a sua divisão” (ZH, 5/7/90, p. 33). No debate sobre a decisão central da reunião, as defesas se dividiram também:

Marisa Abreu, (...) argumentou que tem “de saber a hora de parar, porque quem tem pressa come cru”. (...) José Clóvis Azevedo, pediu “racionalidade, responsabilidade”. Outros militantes, no entanto, queriam continuar o movimento. Paulo Lopes afirmou que os professores terão uma perda real de 35%, o que não aconteceu nem nos “tempos da ditadura militar”. Darlon Oliveira acrescentou que “suicídio era pedir ao governo ser arrojado” nos vencimentos. “O que não podemos é aceitar uma proposta que nos dará 105,42% em setembro”, objetou Darlon, “quando só nos dois primeiros meses do ano tivemos 166% de inflação” (ZH, 5/7/90, p. 33).

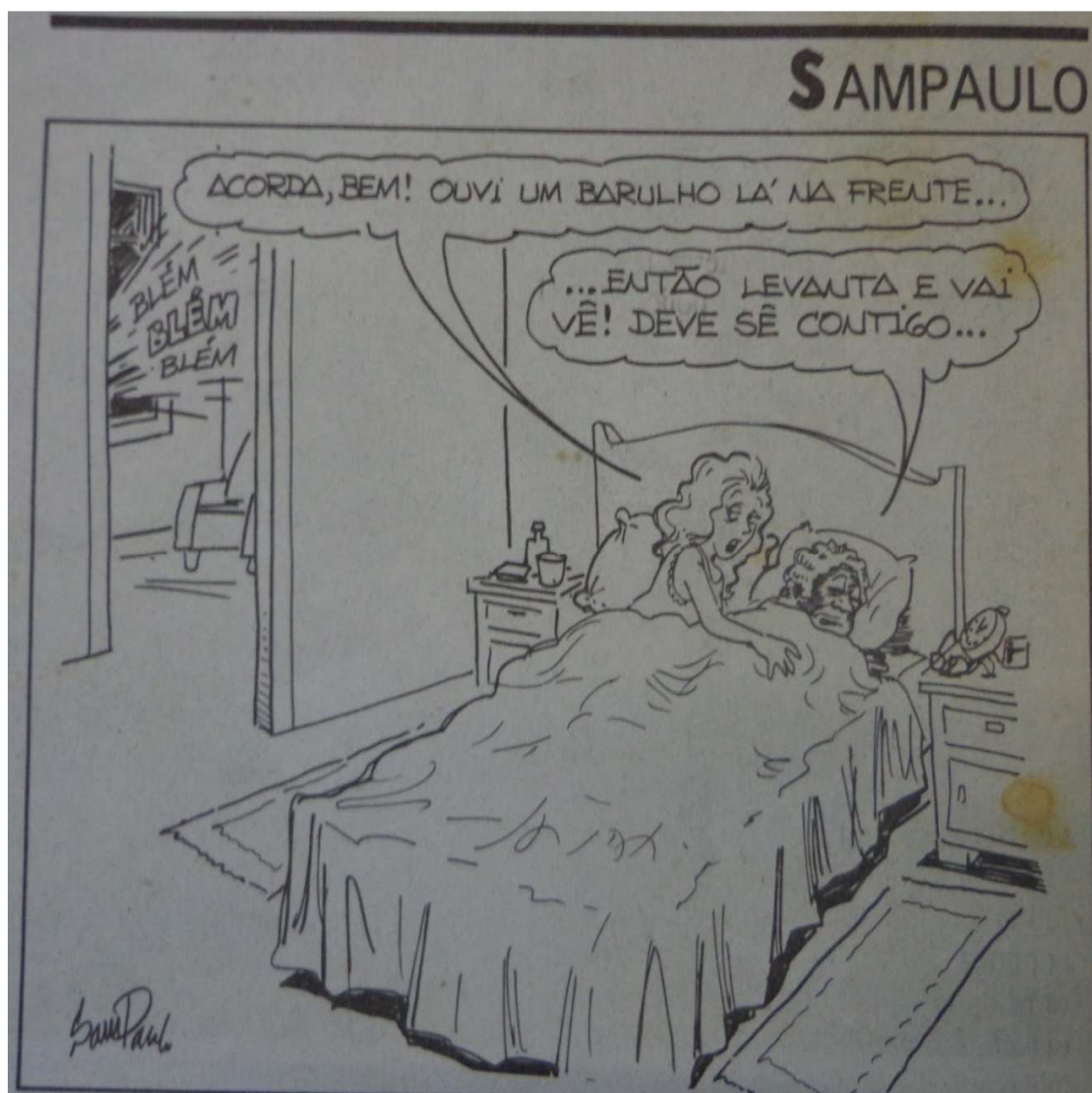
Mais uma vez a satisfação não foi plena em relação à proposta aprovada e havia a convicção que haveria mais mobilizações durante o ano e na sequência, algo plenamente confirmado. No registro em ata do CPERS, aparentemente, se a greve continuasse haveria uma redução expressiva da adesão a mesma e várias falas registradas temiam um “racha” na categoria dos educadores. A recuperação das aulas também foi aprovada pela maioria, após debate sobre o assunto, quando alguns docentes defenderam a não recuperação dos dias parados (Ata Assembleia, nº 04/90). Guazzelli cumpriu boa parte do acordo, mas não definiu a prometida política salarial, o que deixou os salários congelados a partir de setembro daquele ano, enquanto a inflação atingia altos índices. Ainda, ao final daquele ano, novas eleições renovaram a direção do CPERS e o Executivo Estadual (Bulhões & Abreu, 1992, p. 76).

Em breve, um novo capítulo na luta entre educadores e estado se concretizaria.

QUARTO CAPÍTULO

A greve de 1991 e a quebra da legitimidade grevista

**Figura 27: Sinetas perturbam o Governador Collares
e Neuza Canabarro, Secretária de Educação**



Fonte: Zero Hora, 19/3/91, p. 2

Nós vamos resgatar a dignidade do salário do Magistério. Vamos melhorar a qualidade do ensino, vamos realizar uma profunda revolução no campo da educação popular, como fizemos na prefeitura de Porto Alegre. Nós pedimos ao Magistério uma trégua para as crianças

(Governador Alceu Collares, em nota – ZH, 5/4/91, p. 29).

O governador do Estado mudou, a diretoria do Cpers mudou, a reivindicação mudou e o ano mudou. Porém, a história continua a mesma. A 9ª greve na história do magistério público no Rio Grande do Sul, uma das categorias mais fortes da América Latina, completa hoje 31 dias dentro de um cenário de indefinição e impasse total, numa repetição do quadro dos anos anteriores

(CP, 7/4/91, p. 8).

O governo do PDT caracterizou-se também por impor uma política de arrocho salarial ainda maior à categoria e por repetir a tentativa de governos anteriores de alterar o Plano de Carreira do Magistério, agora, pela primeira vez, através de Projeto de Lei enviado à Assembleia Legislativa, à revelia dos professores

(Bulhões & Abreu, 1992).

O fato de eu ser do PDT não facilita nem complica a relação com o governo. Não há qualquer relação entre a filiação partidária de nenhum elemento do Cpers com a posição política da entidade. O Cpers é pluralista

(Maria Augusta Feldman, em entrevista ao CP, 25/3/91, p. 5).

4.1 Novos personagens, novo cenário, mesmas lutas

O final do ano 1990 continuou sendo de dificuldades na relação entre o Governo Simon-Guazzelli e os trabalhadores em educação: tudo registrado oficialmente em comunicações originadas do Executivo. Em dezembro, próximo ao Natal, este se comprometia ainda a enviar ao legislativo alguns projetos de interesse da categoria como a eleição de conselhos escolares e das direções, além da reposição “a partir do mês de janeiro de perdas salariais ocorridas desde agosto do corrente ano” (Of. GAB/SE nº 01369, 18/12/90). No mesmo documento, informou-se o parcelamento do 13º salário “tendo em vista as dificuldades financeiras causadas pelo quadro recessivo nacional à arrecadação do Estado”, sendo a primeira parcela de Cr\$ 35.000,00 entre os dias 20 e 24 daquele mês. As demais parcelas seguiam sem previsão de datas: “O Governo do Estado fará todo o esforço que estiver ao seu alcance para integralizar o pagamento do décimo terceiro salário no mais breve prazo possível”.

Este era o cenário do final daquele ano. Salários congelados e os servidores estaduais sem perspectiva de receber integralmente seus proventos. Vale lembrar que em outubro, o PMDB conheceu importante derrota na eleição estadual: o candidato da situação, José Fogaça (PMDB), obteve cerca de 20% de votos e nem figurou no segundo turno da eleição, vencido por Alceu Collares contra Nelson Marchezan. Era a vez do PDT governar: um partido da chamada tradição trabalhista de Vargas e Brizola, bastante centrado em seu discurso e programa político na questão da educação.¹³³

Collares anunciou uma revolução na educação, lembrando o Governo de Brizola, ao final dos anos 1950. Mesmo antes de sua posse, no entanto, os professores já se encontravam em greve, o que permite afirmar que o Governo Simon-Guazzelli teve cinco greves de educadores em seu período. Tal turbulência não impediu a eleição de Pedro Simon ao Senado, onde permaneceria até 2015. Como ele mesmo comentou em seu depoimento, seria um sinal de credibilidade, apesar do desgaste de sua gestão:

¹³³ Nascido em Bagé no ano de 1927, Alceu de Deus Collares vem de uma família pobre e afrodescendente. Foi quitandeiro e trabalhou nos Correios, se formando em Direito aos 33 anos de idade. Em 1964 foi eleito vereador em Porto Alegre pelo PTB e depois ingressa no MDB durante o bipartidarismo. Por esta sigla elegeu-se deputado federal nas eleições de 1970, 1974 e 1978. Prefeito de Porto Alegre em 1985, pelo PDT, governa a capital até 1988, dois anos antes de vencer a eleição estadual (Maestri, 2010, p. 399).

O interessante é que quando sai um pouco antes do governo para concorrer ao Senado e ganhei o Senado. Isso significa que, nenhum governador foi reeleito governador, naquela época não tinha reeleição, mas é muito mais complicado o Senado, o meu candidato a governador perdeu e eu ganhei, sinal que tinha credibilidade.

O início do ano letivo em 1991, conforme CP, tinha um signo negativo e uma aura pessimista, pois segundo o periódico, o magistério estava revoltado com os atrasos de salários congelados desde agosto. Havia o risco de não reiniciarem as aulas para cerca de um milhão de estudantes: o quadro sugerido na reportagem do CP via de um lado Collares e sua pretendida revolução na educação e, de outro, desafios como “enfrentar um sinetaço na Praça da Matriz”, a falta de professores, - ao redor de 8 mil vagas - excedente de estudantes, roubos e drogas na porta das Escolas (CP, Encarte 1/3/91, capa).

Collares, ao montar a equipe de governo, indicou para o cargo de Secretária da Educação sua consorte, Neuza Canabarro, que também participara do quadro de sua gestão municipal em Porto Alegre. Todas as tratativas no período grevista tiveram a forte ascendência da Secretária Neuza, a qual influenciava fortemente os rumos da área educacional, conforme indicam as fontes de pesquisa. Além disso, segundo Maestri, Collares representava os setores mais conservadores dentro de seu partido e a relação com a greve dos educadores em 1991 foi repressiva, na expectativa de derrotá-la (2010, p. 399 - 400). Para Bulhões & Abreu, durante a greve daquele ano, após contato com o Comando grevista, o Executivo recém-empossado partiu para o não reconhecimento da legitimidade do movimento e para isso “suspendeu o ano letivo, não aceitou negociar a pauta de reivindicações durante a greve e, como forma de punição, não pagou, após o término da paralisação, os dias parados em maio” (1992, p. 93), aspectos desenvolvidos na sequência desta tese.

Do ponto de vista do CPERS, também sua diretoria passara por alterações no ano de 1990: as eleições daquele ano deram a vitória para a articulação encabeçada por Maria Augusta Feldman,¹³⁴ em pleito com duas chapas que teve desdobramentos também após o processo eleitoral específico, como explica a professora Denise Alves Schwochow:

¹³⁴ Maria Augusta Feldman nasceu em Santo Amaro (BA) e é graduada em Ciências Jurídicas e Sociais e em História Natural. Foi dirigente do CPERS na gestão 1978 - 1981 e presidiu a entidade entre 1990 e 1993. Elegeu-se Deputada Estadual de 1995 a 1999 e foi administradora pública de 1999 a 2005. Presidiu a Associação

Antes da eleição de 1990, participei das negociações para a construção de uma chapa única oriunda das lideranças do comando de greve que tinham conseguido conviver bem durante aquele período. Após intensos debates a cisão se deu. Nosso grupo fechou com a chapa da Maria Augusta Feldman e a outra chapa foi encabeçada por José Clóvis Azevedo. Nossa chapa foi vencedora com cerca 60% dos votos. A chapa Compromisso passa então a atuar como uma oposição sistemática. Ao mudarem de posição de situação para oposição mudam o discurso de forma oportunista. O líder acusou através dos jornais a direção eleita de ser chapa branca e teve início uma campanha de difamação que chegou até a CPB, hoje CNTE (SCHWOCHOW, Denise A. *Depoimento*: março-abril/2016).

A acusação de “chapa branca” se dava em função das ligações de Maria Augusta Feldman com o PDT. A chapa vitoriosa resultou de uma articulação que não incluiu as forças cutistas atuantes no CPERS naquela altura. A tentativa de compor uma chapa unificada de todas as forças acabou não se concretizando, em função da exigência das forças cutistas pela sua majoritariedade na composição, segundo Bulhões & Abreu (1992, p. 100). A chapa da presidente Feldman chegou a um índice de 64% de votos e logo tal gestão enfrentou a falta de pagamento do final da gestão Simon-Guazzelli e o desafio de encarar o novo governo eleito também com expressiva votação em segundo turno, quando obteve 61% dos votos.

A gestão iniciada em 1990 buscou uma diferenciação constante com as forças cutistas no CPERS e sofreu severa oposição de parte destes grupos. Curiosamente, tal distanciamento cutista/petista é percebido inclusive nas atas da época, algo raro nestes registros. Logo após a posse da nova gestão classista, ao ser programada uma atividade na Praça da Matriz no dia 12 de dezembro de 1990, ficou ali registrado como a disputa com petistas e cutistas era uma preocupação para os dirigentes:

(...) deve haver também, a participação dos conselheiros 1/1000. Transporte para trazer as escolas para a praça. Participação do PT: a coordenação deve ficar com os dois Núcleos de POA. Eles devem participar, mas com controle nosso. A contribuição do PT deve vir como militância sindical, a nível de entidade, e não como articulação somente (Ata Reunião de Diretoria, 82/90).

Brasileira de Agências Reguladoras, foi destaque em Regulação em 2008, Prêmio ABAR e reconhecida pela FGV/RJ e ABAR como uma das 10 personalidades que mais contribuiu para o Direito Regulatório. Dados biográficos disponíveis em <<http://www.feldman.adv.br/equipe/maria-augusta-feldman>> acesso em 18/12/2016.

A relação de forte conflito entre os grupos internos ficou bastante evidente nesta gestão do CPERS, especialmente na condução da greve daquele ano. Quanto ao Governo Guazzelli, a nova gestão enviou um ofício logo após sua posse, onde já expressava suas preocupações para o Executivo Estadual quanto à cobrança de compromissos assumidos ante a política salarial daquele ano. A pauta econômica de exigências ao final de 1990 era sintetizada no documento da seguinte forma:

Além do IPC de abril deste ano não repostos ao funcionalismo do RS, reafirmamos as reivindicações aprovadas pela categoria:

1 - Política salarial de reajustes mensais pelo IPC, a partir de agosto de 1990, além do resíduo do trimestre correspondente a maio, junho e julho.

2 - Pagamento das diferenças retroativas aos meses de setembro e outubro deste ano.

3 - Recomposição do Básico da categoria em novembro através de um reajuste equivalente ao percentual que foi concedido em setembro aos funcionários ligados à Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Outros itens encaminhados ao governo incluíam o pedido de concurso público para o magistério, especialistas e funcionários de escola, o envio de anteprojeto relativo à eleição de diretores e conselhos escolares para a Assembleia Legislativa e a instalação de uma comissão paritária para tratar da criação do quadro próprio aos servidores de escola (Ofício nº 313/GAB, 31/10/90).

Vale ressaltar que a taxa inflacionária anual de 1990 superou os 1.400%, apesar do aspecto recessivo do Plano Collor, enquanto a categoria amargava a não reposição salarial por meses e o não pagamento integral de salários a partir do final daquele ano. O cenário estava colocado para o ano seguinte, momento no qual, mais uma vez, os educadores e o estado iriam para o embate mais profundo. Ainda em dezembro de 1990, uma intensa campanha publicitária foi deflagrada pelo sindicato, quando, no dia do Natal, foi destacada a campanha “Nosso papai Noel está em greve” nos jornais de circulação estadual, na qual era denunciado o desrespeito aos direitos dos servidores e apontada a política nacional “de arrocho do Governo Federal”. Em janeiro, além de mobilizações no litoral gaúcho, as campanhas midiáticas continuaram a partir de notas publicadas nos periódicos (Sineta nº 74: janeiro de 1991). Todo este esforço da entidade classista e de centenas de ativistas em todo

o estado ajudou a construir um clima favorável à greve, mesmo antes da posse do novo governador.

4.2 “Uma trégua, por favor. As crianças merecem”

A assembleia estadual dos trabalhadores em educação foi marcada para 8 de março e os preparativos, como de praxe, logo começaram. No primeiro dia de março, em reunião do Conselho de Representantes, foi indicada a rejeição da proposta do Executivo - um reajuste de 131,30% escalonado até o mês de junho - em função da não reposição das perdas e da perspectiva do piso salarial permanecer próximo ao salário mínimo. A greve já era abertamente ventilada para o início do ano letivo previsto para o dia 6 daquele mês, pois “é menos prejudicial para os alunos que a paralisação ocorra logo no início do ano letivo, para que as aulas não comecem e sejam interrompidas” (ZH, 2/3/91, p. 30).

Os dias 6 e 7 de março foram utilizados para debates entre os educadores na expectativa da assembleia da sexta, dia 8. Ao mesmo tempo, o sindicato buscou debater com ACPM, mais uma vez, os dilemas da educação estadual a fim de obter apoio da entidade dos pais e mães. Registrado em ZH, a posição do então presidente da Associação dos Círculos de Pais e Mestres - Antônio Carlos Fallavena - foi no sentido da espera pela greve: “‘Está difícil, muito difícil’, disse ele, já quase que resignado com mais um começo de ano letivo com greve” (ZH, 5/3/91, p. 37).

Em reportagem sobre os preparativos pré-assembleia, ZH expôs que o início do ano letivo foi dedicado aos debates e “a sombria perspectiva de ser interrompido novamente daqui a três dias”. No mesmo texto, o periódico destacou o dia em escolas da capital e a reação de alguns estudantes:

A Escola Santa Rita de Cássia, no Morro Santa Teresa, espera o comparecimento dos 1300 alunos com seus pais a partir das 8 h. Depois disso haverá aula até a hora da assembleia de sexta (...). No Júlio de Castilhos, a movimentação, ontem à tarde, não transmitia o clima de incerteza que envolve a abertura do ano letivo. Os professores responsáveis pela coordenação dos horários quebravam a cabeça para encaixar os perto de 300 professores da escola nas 96 turmas que funcionarão esse ano. (...)
 “Tá brabo”, desabafou Beatriz Carolina da Silva Diel, que esperava a vez de fazer a inscrição de uma neta, Beatriz, que prometia “com toda a certeza”

bater o ponto na reunião com os professores. Junto com ela estarão estudantes como Letícia (...) e Francisco (...) também do grêmio estudantil do Julinho. “Há o lado dos professores e há também o nosso, que nunca recuperamos as aulas perdidas”, disse Francisco. Letícia sentia mais forte os dois lados da moeda. “Meu pai também é professor”, contou (ZH, 6/3/91, p. 38).

Esta longa reportagem de ZH consegue contribuir para imaginarmos parte do cotidiano de escolas em Porto Alegre naquele dia, em especial na maior de todas elas, o Júlio de Castilhos, e ainda como a assembleia era ansiosamente esperada pelos diversos atores da comunidade escolar. Na Assembleia Legislativa, também era articulada a não aceitação da proposta do Executivo e, segundo informações da imprensa, o governador de saída e o futuro, cuja posse estava marcada para 15 de março, mantinham contato sobre o tema sindical dos servidores e educadores.

Um pedido constante por parte de Collares foi um período de trégua aos servidores materializada em cem dias de espera após a sua posse para buscar soluções aos impasses existentes. Em entrevista a ZH, ele explicitou tal pedido: “Por isso peço, por favor, uma trégua. Me deem apenas 100 dias para que eu possa acertar com as categorias o que é melhor para o Estado e para nossos servidores”. Tal apelo seria constante nos dias seguintes. Na mesma entrevista, ele reconheceu as dificuldades dos educadores e apontou algumas medidas previstas em seu governo, a começar na semana seguinte: “Ele reconhece que a situação das professoras é lamentável e diz não poder ignorar a importância fundamental da educação no processo de desenvolvimento do Estado”.

Um suposto plano seria logo lançado e envolveria melhorias estruturais nas escolas e “uma melhoria ao magistério. ‘Daremos um tratamento diferenciado ao magistério. Um aumento um pouco maior do que o do funcionalismo’ (...)” (ZH, 7/3/91, p. 11). Na mesma reportagem, por outro lado, Collares destacou o endividamento do Rio Grande do Sul, o estado mais endividado do país, segundo ele. Insistia o governador eleito, enfim, em pedir compreensão e um voto de confiança para os servidores públicos. Enquanto isso, a expectativa quanto à assembleia dos educadores prosseguia. Em geral, os registros sobre os primeiros dias de aula tiveram o formato dramático, referentes a uma situação desoladora:

(...) as dificuldades salariais estão se agravando. “Alguns não tem dinheiro para a passagem até a escola”, reclama Mafalda Roso. Ela conta que tem 20 anos de profissão, nível superior e está pensando em desistir da carreira. Com seu salário – cerca de Cr\$ 70 mil, a professora explica que não tem mais condições de sustentar três filhos adolescentes. “Por isso, esse ano poderá ser de grandes decisões na minha vida”, continua (ZH, 7/3/91, p. 38).

Vale ressaltar que o piso salarial docente no Rio Grande do Sul, por exemplo, estava abaixo de Cr\$ 17 mil, salário mínimo nacional daquele momento. Neste cenário, ainda no dia 7, nas vésperas da reunião estadual, novo encontro entre governo e CPERS estava agendado para a parte da manhã, numa última tentativa de evitar a greve dos educadores. Ao mesmo tempo, os núcleos regionais optavam, em sua maioria, pela greve e apenas uma proposta de reposição salarial que se aproximasse dos 188% de reajuste seria acatada pela categoria educadora. Era o montante das perdas calculadas desde agosto do ano anterior. O governo não acatou tal pauta e, na sexta feira, o Conselho de Representantes reuniu-se pela manhã e a assembleia estadual à tarde. No Conselho, foi informado que 14 núcleos estavam contra a paralisação imediata naquele momento e os demais eram favoráveis. Um terço das regionais não indicava greve naquele dia, mas a maioria parecia desejar o movimento ainda antes da posse de Collares. Isso refletiu na fala de várias lideranças tanto da diretoria como da oposição naquele Conselho de Representantes. O vice-presidente Eliezer Pacheco, por exemplo, afirmou que “a categoria não tem outra alternativa que não seja a greve”, enquanto José Clóvis, líder de uma das chapas derrotadas no ano anterior, reconheceu que “os fatores se multiplicaram em favor da greve e é o que nos unifica hoje” (Ata Conselho de Representantes, 03/91).

Na tarde, cerca 16 mil professores e funcionários de escola confirmaram a posição majoritária do Conselho e definiram pela greve.¹³⁵ Desta vez foi incluída a decisão de não recuperação dos dias parados, conforme registrou ZH:

Sob um calor de mais de 35 graus, 16 mil professores lotaram o Gigantinho em Porto Alegre, recusaram a proposta do governo e decidiram entrar em greve imediata, por tempo indeterminado e sem a recuperação das aulas perdidas. O Governo tentou um entendimento até minutos antes da

¹³⁵ No dia da assembleia, Guazzelli, em ofício, anunciou um acréscimo de 20% no mês de fevereiro, o que alçava o índice de reajuste a 141,37%, no conjunto da proposta. Mesmo assim, não foi aceita pela categoria de educadores reunida no Gigantinho (Of. GG/080/91: 8/3/91).

assembleia geral, apresentando uma proposta que concedia 101,13% (parcelados em cinco vezes), mais 20%, como recomposição do piso salarial, num total de 141% (ZH, 9/3/91, capa).

Uma semana antes da posse de um novo governo, era definida uma greve por tempo indeterminado, uma decisão inédita na trajetória grevista dos educadores desde 1979. Assim, professores e funcionários de escola esperariam a posse de Collares paralisados, o que foi inicialmente reconhecido pelo governo eleito como legítimo, ao mesmo tempo em que anunciou audiência de negociação com os grevistas nos primeiros dias após sua posse. Ao reconhecer o movimento, chegou a dizer que “a greve é um direito do trabalhador e, se fizesse parte da categoria, afirma que também poderia aderir à paralisação” (ZH, 9/3/91, p. 31). Para a presidente Feldman, em entrevista, “esta greve significa o sufoco, o desespero, a angústia de uma categoria que não tem mais dinheiro nem pra comprar leite (...) é impossível uma trégua com um salário de miséria” (CP, 9/3/91, capa). Collares ponderou sobre as difíceis condições financeiras do Estado e que lutaria para construir propostas boas para os dois lados, mas que fossem “incisivas para não prejudicar os alunos e preservar o direito da criança a ter aula” (CP, 10/3/91, capa).

Na ata desta assembleia, a primeira em 1991, ficaram registradas uma série de propostas e análises da situação dos trabalhadores em educação, com variadas perspectivas: “(...) o movimento dos professores está se dilacerando. (...) ficar de braços cruzados e não recuperar as aulas; (...) ficar na escola e discutindo com os pais. Propõe parar tantos dias quantos forem o atraso do pagamento”. Outros docentes ou funcionários de escola sugeriam que era “insuportável nossa situação. Greve hoje, com um comando mais democrático, com calendário de mobilização”. Para outra professora, não identificada, as negociações não haviam avançado: “Nós não queremos 100 (cem) dias de trégua, não somos tratados da maneira como deveria ser. Greve por tempo indeterminado e Assembleia Geral no dia 22 de março” (Ata Assembleia, 01/91). Vale ressaltar os argumentos contrários à greve registrados na ata, com os limites típicos deste tipo de documento escrito, mas que dão uma ideia do debate ocorrido naquele evento. Tinha a palavra contrária à greve a professora Iolanda, da cidade de Santo Ângelo:

(...) não podemos lutar contra partidos, temos que lutar pela categoria. O magistério aprendeu a lição desde a greve de 1979. Nós que somos a classe pensante não conseguimos encontrar outro meio a não ser greve. Temos que pensar em outro meio. Se sair greve hoje, ela pode sair pela culatra. Propõe operação tartaruga. Não acredito em radicalismo. A greve traz pouco. A Diretoria do CPERS tem autonomia para negociar. Assim o Governo não terá porque radicalizar.

A greve por tempo indeterminado foi aprovada por maioria. Eliezer Pacheco, ao defender a posição de greve, lembrou a importância do magistério como parte do movimento popular e “com ele tem que derrotar o arrocho não só do Governador Guazzelli, mas do Plano Collor também” (Ata Assembleia, 01/91). No dia seguinte, já no primeiro Comunicado de Greve do Comando, as decisões da assembleia foram divulgadas: “Greve por tempo indeterminado; não recuperação dos dias parados; construção de uma pauta de reivindicações para 1991; marcação de Assembleia Geral, (...) até 22/3/91” (Comunicado do Comando Geral de Greve nº 1: 9/3/91).

Por sua vez, o governo em fim de mandato inicialmente sinalizou que não faria uma nova proposta, em especial por não ter tempo viável para isso, mas mudou de posição e a semana seguinte foi de pressão sobre Guazzelli. Logo na segunda feira foi agendada uma reunião entre as partes, na perspectiva de buscar um entendimento e entregar aquele governo sem greves. O encontro não constituiu uma nova proposta imediatamente, apesar de durar mais de três horas e tal quadro mudaria nos dias seguintes, quando Guazzelli elevou o índice proposto a 151%.¹³⁶ Collares, ao saber do índice, assim se posicionou em entrevista: “evidentemente ultrapassa os limites da capacidade suportável pela caixa do Estado”. Preocupado, chegou a sugerir que os servidores não receberiam ao final do mês considerando que não se poderia prometer algo impagável (ZH, 13/3/91, p. 6).

Ao entregar a proposta ao Comando de Greve, os representantes do Executivo deixaram claro que se tratava da proposta final daquele governo, justificando, ao mesmo tempo, que a quebra da safra e a baixa arrecadação formataram a proposta que não atendia plenamente à pauta dos educadores. “É uma demonstração de boa vontade para iniciar o ano letivo e conceder a trégua solicitada pelo governador eleito”, sugeriu César Buzatto,

¹³⁶ A proposta de reajuste de 151,85% incluía 20% no mês de fevereiro (+ 20% de recomposição) e quatro parcelas de 15% entre março e junho (ZH, 13/3/91, p. 36).

Secretário Especial. A expectativa da gestão que se encerrava era concluir a greve a partir desta proposta (ZH, 13/3/91, p. 6).

Os demais servidores tiveram seu reajuste aprovado, mas os professores e funcionários de escola seguiam em greve e isso era um ponto central nas vésperas da posse de Collares. Em relação ao tema, pediu a Guazzelli que não enviasse ao Legislativo a proposta formulada aos educadores. “O governador eleito pretende discutir na segunda-feira com o Cpers uma política salarial para a categoria, mas ainda não possui índice para apresentar”, afirmou reportagem de ZH. Segundo compromisso de Collares, “No momento que tiver dinheiro em caixa, os professores serão contemplados” (ZH, 15/3/91, p. 6).

Assim, o Governo Simon-Guazzelli encerrou seu mandato sem protocolar a proposta salarial no Legislativo. De forma melancólica, do ponto de vista da relação com os educadores, se encerrava um governo que conseguiu enfrentar cinco greves em quatro anos de gestão. Collares, ao solicitar que não fosse protocolada a proposta do Governo que saia, esperava resolver diretamente a questão (CP, 15/3/91, p. 7). Os grevistas, por sua vez, desejavam que o índice de 151% fosse parâmetro para as negociações seguintes, apesar da rejeição do mesmo por parte do Conselho Geral no dia 16 e o governador, por sua vez, era ciente quanto à situação dos educadores, como registrado no CP: “Collares parou em frente a um cartaz em que estava impresso o piso dos professores: ‘Como esse pessoal pode viver com Cr\$ 15.895,00?’, comentou” (CP, 17/3/91, capa).

Em correspondência enviada ao CPERS Sindicato após sua posse – evento analisado no próximo tópico - e antecedente à audiência do dia 18, Collares assinou um longo texto no qual assumia a prioridade de sua gestão para a educação. Era pretensão do Executivo buscar “na ampla escuta e participação do magistério rio-grandense” os critérios para a qualificação na educação. Além disso, lamentava a situação financeira que impedia naquele momento “uma remuneração justa e imediata à categoria”, mas que tal situação se resolveria numa caminhada conjunta entre as partes envolvidas. Collares convidava a categoria para participação de uma renovação pedagógica e de um amplo entendimento na área da educação e já indicava, como sugestão, a formação de uma “comissão paritária para estudar o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério, a fim de corrigir distorções”. Por fim, deixava por escrito seu compromisso em elevar os investimentos em educação, além de chamar os “profissionais

da educação à volta às aulas para iniciarmos juntos a caminhada que levará concretização desses objetivos”. Por fim, assegurava percentuais maiores para recuperação de perdas e aumento real de salário (Correspondência do Governo Estadual ao CPERS s/nº: 18/3/91).

Por parte da Diretoria, havia pouca expectativa na audiência de 18 de março. Atas de reuniões ocorridas nos dias anteriores caracterizavam tal reunião como uma espécie de "teatro público" do governador para "impressionar a sociedade" e que algum tipo de armadilha poderia estar sendo armada para jogar a entidade contra a sociedade em especial quanto ao problema dos professores cedidos fora das salas de aula (Ata Reunião da Diretoria, 23/91). Especificamente no encontro, não houve proposta por parte do Executivo. Collares anunciou uma dívida de Cr\$ 30 bilhões e recebeu o conjunto do Comando de forma aberta e alegre, um novo estilo público de acolher os grevistas, ao menos inicialmente:

Na primeira audiência com o magistério gaúcho, o governador Alceu Collares inaugurou um novo estilo de tratar (...) reunião aberta, com direito a microfone e piadas. Há 11 dias em greve, os professores, que tinham expectativas de uma contraproposta, saíram preocupados. O governador foi amigável, pediu o apoio (...) para fazer uma 'revolução na educação', mas não aceitou o índice oferecido pelo governo do PMDB (...) como patamar para início das negociações (ZH, 19/3/91, p. 33).

No dia seguinte era prevista uma nova proposta do Executivo, mas a mesma se baseou em um "abono escalonado para fevereiro, março e abril, até a data base do magistério, em 1º de maio". Seria temporário e no valor de Cr\$ 20 mil para os professores de 20 horas de jornada, Cr\$ 30 mil para 30 horas e Cr\$ 40 mil para 40 horas. A surpreendente proposta preocupou os representantes grevistas. A presidente Feldman avaliou que esta poderia levar a um achatamento e distorções irreversíveis no salário dos educadores. Já era previsível que na assembleia do dia 21 a categoria não aceitaria abonos que na prática desconsideravam o Plano de Carreira, o qual deveria sofrer alterações, segundo a ideia do Executivo. Como de praxe, a audiência foi acompanhada na Praça da Matriz por cerca de cem professores e funcionários portando sinetas e faixas. O Comando saiu do Palácio perto das 22 horas e eram visíveis os sinais de descontentamento quando foi noticiada a audiência: "Alguns, desolados, balançaram a cabeça negativamente. A presidenta pediu mais mobilização e um maior número de professores diante do Piratini" (CP, 20/3/91, capa).

Até a assembleia do dia 21 de março, Collares oficializou a proposta de abono, parte de seu pedido de trégua até o mês de maio. Insistia que a proposta era temporária, em função do contexto calamitoso das finanças estaduais: “Nós só precisamos de um prazo para organizar a receita do Estado”, afirmou a Secretária Neuza Canabarro. No seu depoimento ao autor, ela também comentou sobre este fato:

As aulas que deveriam ser iniciadas em 8 de março não tinham, os professores esperaram o Collares em greve e o Collares fez um discurso pedindo, na frente do Palácio, uma trégua de cem dias pra ele ver o que podia fazer.

Elas disseram que não dariam esta trégua e aí ficaram naquela discussão e marcaram uma assembleia pra daí uma semana. Conversando com o Collares nós decidimos que até a decisão da assembleia nós aguardaríamos e a assembleia decidiu permanecer em greve (CANABARRO, Neuza. *Depoimento*: agosto/2016).

Partindo das tradições da categoria educadora de rejeitar propostas de abono, a sequência da greve era evidente e assim posicionou-se a presidente Feldman: “Nos preocupa um governo que quer melhorar o ensino, corrigir distorções e que faz uma proposta que causa achatamento salarial e desrespeita o plano de carreira” (ZH, 21/3/91, p. 30). Para a presidente, a “rejeição aos abonos é uma posição histórica do magistério, que sempre lutou pelo seu plano de carreira” (CP, 21/3/91, capa).

A ideia de trégua comentada pela secretária foi descrita em nota direcionada em especial aos educadores: “Pedimos ao magistério uma trégua até a data-base, 1º de maio, para recompor as finanças do Estado, iniciando-se, então, negociações que visem a reposição dos salários do magistério” (ZH, 21/3/91, p. 30 - 31). O Comando de Greve, a partir de dois textos em forma de comunicados, inicialmente informou detalhes das cinco primeiras audiências com o governo realizadas em três dias e depois avaliou as consequências da proposta de abono, concretizada no quinto encontro. Segundo as lideranças do Comando, inicialmente Collares desenvolveu um discurso em defesa “do professor e do seu compromisso com a educação. Afirma que a situação da receita é trágica e tormentosa; que a negociação vai começar do ponto zero; (...)” (Comunicado do Comando Geral de Greve nº 5: 21/3/91).

Ao analisar o abono encaminhado pelo Executivo, o Comando afirmou que o mesmo levaria a “um brutal achatamento salarial”. Collares, ao apresentar esta proposta, “subestimou

a capacidade de análise da categoria acreditando que o ‘individualismo’ e o ‘imediatismo’ iria dividir os professores” (Comunicado do Comando Geral de Greve nº 6: 23/3/91). Confirmando as expectativas, a assembleia do dia 21 de março não atendeu ao pedido de trégua nem aceitou o abono salarial, em decisão referendada por cerca de 9 mil presentes.¹³⁷ Foi uma reunião rápida num dia quente, mais uma vez, praticamente unânime ao rejeitar a proposta de abono e bastante crítica ao governo recém-empossado:

Com faixas, cartazes, apitos e sinetas, os professores aguentaram o calor de mais de 30 graus, caracterizaram o abono como “a mais cínica e descarada ameaça ao plano de carreira da categoria”, um tipo de “esmola” e chamaram o governador de “inimigo, eleito com um falso discurso democrático”. (...) os professores rejeitaram a proposta com uma manifestação forte, cantaram o hino do magistério de punhos levantados e aplaudiram a representante do núcleo de Cachoeira do Sul que defendeu o endurecimento da greve (ZH, 22/3/91, p. 38).

Após a votação, uma professora pediu a palavra para dizer que votou favorável ao abono e recebeu vaias. Segundo os dirigentes da greve, era uma professora ligada ao PDT nomeada por Neuza Canabarro. Neste clima de polarização, a greve seguia depois de 14 dias. Um clima de empolgação foi visto até a frente do Palácio Piratini, quando os professores jogaram moedas na porta do Palácio Piratini em alusão às dívidas públicas e como frase simbólica nesta reportagem de ZH, o “hino do magistério ecoou pelos corredores do Palácio Piratini” (ZH, 22/3/91, p. 38). Tal perspectiva também foi registrada no CP, onde se leu que a “emoção foi tão forte que voltou a lembrar a união da categoria na greve de 1987 (96 dias), no início do governo Simon” (CP, 22/3/91, p. 13).

Depois de três horas de espera, o Comando foi recebido pelo Executivo: o governador lamentou a decisão da coletividade educadora ao mesmo tempo comparando a sua proposta de abono afirmando que traria salários maiores que a proposta de Guazzelli, especialmente para os salários mais baixos. Na prática, um abono segundo carga horária significava negar o escalonamento do Plano de Carreira e reduzir a diferença entre os diversos níveis separados por formação. Segundo Collares, índices de reajuste ao piso levavam a um efeito cascata e significavam aumentar as “distorções entre as faixas”. Para o Comando de Greve, “abonos

¹³⁷ No Conselho de Representantes naquele dia foi aprovada uma moção por quase unanimidade - apenas uma abstenção - de “repúdio contra qualquer tipo de abono” (Ata Conselho de Representantes, 05/91).

só dividem a categoria, e causam achatamento salarial, pois podem ser retirados posteriormente” (ZH, 22/3/91, p. 38).

A ideia do governo era mexer na estrutura do Plano de Carreira. A professora Neuza Canabarro expõe de forma clara tal intenção em seu depoimento e também na sua tese de doutoramento escrita em 1999 sobre o chamado “Calendário Rotativo”. Ali, a ex-secretária analisa as distorções colocadas por tal legislação ao conjunto da categoria docente estadual: “21 anos se passaram e munidos de dados que demonstram o crescimento do magistério, podemos inferir uma série de distorções que foram geradas em consequência de um plano idealizado”. Considera a autora que tal plano, surgido em 1974, visava a qualificação e a melhoria do ensino, mas trouxe consequências que se tornaram “grandes entraves para atender as justas reivindicações salariais do magistério gaúcho” (Elizeire, 1999, p. 50).

Em 1991, uma das formas de resistir às intenções de alteração no Plano foi a continuidade da greve dos educadores. Como reação do Executivo a isso, no dia seguinte à assembleia, foi decidido fechar a rede escolar e determinar o início do ano letivo para o dia 2 de maio. Inicialmente, mesmo as escolas sem greve fechariam e teriam seus dias letivos já completos desconsiderados. Este fato mudou os rumos dos acontecimentos e aumentou as diferenças entre governo e educadores, radicalizando as posições. Tal decisão do governo foi justificada pela “decisão inusitada da assembleia dos professores, que, além de rejeitar o abono oferecido pelo governo do Estado, decidiu não recuperar as aulas perdidas” (ZH, 23/3/91, p. 25).

O Decreto foi duramente criticado em nota do CPERS e Comando de Greve já no mesmo dia, onde se leu que a atitude de Collares era uma espécie de represália ao movimento de greve. A crítica política ao novo governador também foi evidente: “Esta posição se contrapõe aos propósitos manifestados pelo governador, de negociar e buscar o entendimento (...) desmente seu discurso de campanha e seu propósito de valorizar a educação, agrava o impasse e protela soluções”. A rejeição do adiamento do início do ano letivo incluiu por parte dos grevistas um chamado a toda sociedade: “Ao tentar atingir o magistério, o Executivo penaliza a sociedade rio-grandense em seu direito à educação e à escola pública de boa qualidade, além de tolher a discussão democrática” (ZH, 23/3/91, p. 25). Em entrevista ao CP, Feldman afirmou que Collares iria “arcar com as

consequências” de tal decreto que tentava se contrapor a uma decisão democrática (CP, 23/3/91, p. 14).

Figura 28: Na charge, alunos comemoram o adiamento do início do ano letivo



Fonte: ZH, 23/3/91, p. 2

A Secretária Neuza assim explicou em seu depoimento o adiamento do reinício das aulas na rede estadual naquele ano:

(...) quando eles vieram com a decisão de continuar em greve, o Collares disse ‘E agora’? Eu disse pra ele... ‘Agora... ainda não foi assinado o decreto pelo Governador determinando o início e o término do ano letivo. Então vamos fazer o decreto a partir de 2 de maio’. Daí elas dizem que estão em greve e eu digo que... pelo decreto... daí eu fechei tudo que foi Escola só a partir de 2 de maio vamos ter aula. Dia 2 de maio nós abrimos as Escolas e tivemos 19 dias, 32 mil, aproximadamente, ficaram em greve, eram cem mil na época (CANABARRO, Neuza. *Depoimento*: agosto/2016).

A ideia de uma queda de braço e de uma disputa com o movimento parece bem evidente na recordação da professora Neuza. Por parte dos grevistas, em panfleto distribuído na semana seguinte à assembleia, foi anunciado que a greve continuava em função do alinhamento do governo estadual ao Presidente Collor “na sua política de arrocho e recessão, penalizando com salários miseráveis o funcionalismo público”. No texto, houve a exigência de propostas concretas por parte do Executivo, sem autoritarismo e distorções, pois para “negociar não basta abrir as portas do Palácio” (Panfleto ‘Por que a greve continua?’: março de 1991). Ao fim do período, a trégua implorada por Collares não foi aceita, as posições se radicalizaram e a paralisação iria ainda bem longe.

4.3 O duro conflito com Collares e o esgotamento da greve

Apesar do prolongamento das férias, a decisão dos educadores foi de seguir o movimento grevista, na perspectiva de que apenas os trabalhadores em educação poderiam encerrar tal movimento. “As férias já foram gozadas em período regulamentar. Por isso, todos devem estar nas escolas hoje, intensificando a mobilização, reunindo a comunidade e repudiando o ato autoritário do Governo”, declarou a presidente Feldman. O plano dos dirigentes grevistas era intensificar o movimento com ações por todo estado (ZH, 25/3/91, p. 28).

Enquanto isso, Collares chegou a anunciar que pagaria o piso dos 2,5 salários mínimos assim que o tesouro permitisse. O governador “vai esperar apenas o aumento da arrecadação e o reequilíbrio das finanças para conceder, em curto prazo, o novo piso, que ‘pode ser ainda maior que os dois e meio’” (CP, 24/3/91, capa). Tal ideia apareceu em entrevista concedida à Rádio Guaíba na capital, e, considerando os movimentos do Executivo, tal piso seria concedido caso o Plano de Carreira fosse alterado, uma proposta permanente desta gestão.

Na sequência, o calendário anunciando o ano letivo entre 2 de maio e 8 de janeiro de 1992 foi apresentado à população no dia 25 de março. Além destas datas, ele incluía o uso de quase todos os sábados nos meses letivos e 200 dias de aula, o que se tratava de uma

novidade. As escolas que não aderiram à greve ou os municípios com pleno funcionamento de suas escolas não seriam atingidos pelo decreto, uma mudança da ideia inicial e uma clara disputa de forças com a greve que se desenvolvia naquele momento e era desconsiderada pelo governo, que assim argumentava:

Justificando a medida de adiar para 2 de maio o início do ano letivo, Collares disse que a previsão de que a greve duraria mais de 90 dias o teria levado a tomar “esta medida forte”. Agora, segundo ele, o magistério só pode entrar em greve depois do dia 2 de maio, pois, por enquanto, está em férias, “perdendo o objetivo da greve” (ZH, 26/3/91, p. 38 - 39).

Assim, segundo Collares, o decreto a respeito do ano letivo teria simplesmente acabado com a greve, quebrando o temor do prolongamento da mesma como acontecera no início do Governo Simon. A reação de repúdio foi plena por parte do movimento dos educadores acusando o governador de coação e de arbítrio, além de desconsiderar seus compromissos de campanha. Assim, no dia 27 de março, mais de dois mil professores ocuparam a frente do Palácio Piratini com faixas, apitos e as históricas sinetas, “símbolo tradicional da mobilização do magistério gaúcho” (CP, 28/3/91, capa). Foi o primeiro ato mais expressivo durante a greve, excetuando as ações após a assembleia: “No microfone do carro de som falaram pais, deputados e integrantes do comando de greve. A palavra de ordem era retomada das negociações abaixo do refrão ‘Collares enrolador’” (ZH, 28/3/91, p. 30). Apesar do esforço dos grevistas e de seus apoiadores, não houve audiência naquele momento e assim se posicionou a Secretária Neuza sobre os eventos em frente ao Palácio:

Os gritos dos professores na Praça da Matriz entravam pelas janelas do Palácio Piratini. Refrões como “Collares enrolador” e “Collares Colloriu” foram considerados “agressivos” pela secretária. “O respeito parece que foi esquecido dentro do sistema de educação”, disse ela. Mesmo assim ela afirmou a posição do governo de manter a calma e, por isso, suspendeu as aulas para evitar atritos dentro das escolas, até a solução da greve (ZH, 28/3/91, p. 30).

Na mesma entrevista, ao ser questionada sobre o impedimento da assinatura do ponto aos grevistas nas escolas, afirmou que deveria ser usada uma lista paralela. Além disso, sugeriu que os grevistas deveriam estar “em casa e não nos colégios (...) o Estado esteve anos

sem autoridade e precisamos ter claro que existem limites para tudo”. Considerando as férias forçadas pelo decreto, Neuza Canabarro ainda afirmou que “estes professores que estavam em greve não precisam comparecer nos seus locais de trabalho, porque o ano letivo está suspenso até maio” (ZH, 28/3/91, p. 30).

Na sequência, o início do mês de abril foi marcado pela retomada das negociações, a partir do dia 1º. No dia anterior, em entrevista a ZH, o governador mantinha uma expectativa otimista e a certeza de um acordo com os grevistas, além de considerar democráticas as medidas por ele tomadas. Da mesma forma recebia os sinetaços “como uma manifestação democrática ordeira”. Deixou clara a resistência ao Plano de Carreira docente e, à semelhança de governos anteriores, afirmou desejar “pagar mais a quem ganha menos” evitando o efeito cascata do plano (ZH, 31/3/91, p. 6). Por sua vez, o Comando grevista desejava “dar um xeque” em Collares ao apresentar uma contraproposta salarial e deixar com ele o ônus da resposta, segundo Eliezer Pacheco (CP, 1/4/91, capa). Assim foi feito na audiência, algo incomum na história das negociações, ao ser pautado um índice de 151% parcelado nos meses de fevereiro, março e abril, apontando para maio a negociação de outras perdas acumuladas. O governador reconheceu como justas as reivindicações e prometeu uma resposta para os dias seguintes, deixando claro que o estado estava “numa situação de calamidade pública, com uma queda violenta na arrecadação de impostos”. Ainda, afirmou que um índice genérico “tem uma repercussão financeira maior, já que incide sobre as vantagens” (ZH, 2/4/91, p. 46).

No dia seguinte à audiência, Collares rejeitou a contraproposta do CPERS argumentando ser esta uma “proposta exagerada de reajuste” e que o tesouro não aguentaria por ter como resultado um montante de Cr\$ 32 bilhões, impacto calculado pelo Executivo. Sua proposta de abono geraria uma despesa de Cr\$ 22 bilhões e este era o limite para a reposição salarial (CP, 3/4/91, capa). Além disso, não havia nova proposta, num cenário no qual os trabalhadores em educação amargavam o congelamento de seus salários há meses, em tempos de inflação poderosa. Collares, por seu turno, desejava tratar da “moralização do magistério”, ou seja, a correção de distorções, como os professores fora da sala de aula, algo em torno de 51 mil, segundo ele (ZH, 3/4/91, p. 34).

Ao mesmo tempo, especialmente pelo dilema do novo calendário, movimentos antigreve eram registrados, demonstrando fissuras no conjunto da coletividade dos educadores. Em reportagem de ZH, docentes reclamavam das férias forçadas, como na Escola Cidade Jardim, onde seu diretor, Armândio Duarte, afirmou que “muitos professores não querem entrar férias adentro”. Assim, o docente considerava a parada um retrocesso do ponto de vista pedagógico, pois “os alunos é que perdem”. Em outra escola, Benjamin Constant, a professora Maidi Chaves sugeriu que era preferível resolver os impasses nas negociações e, portanto, sem greves que paralisassem o ano letivo como sempre: “Somos a favor de uma melhor valorização dos professores. Nós queremos ganhar mais, só que na base da negociação, não da greve (...). Não é medo de perder férias, porque aqui a maioria não tem sítios, nem vai para a praia. É pela educação”. Vale ressaltar que, apesar desta reportagem buscar em escolas exemplos de não greve, numa espécie de contraponto à parede da maioria, a cobertura em ZH das posições, atos, assembleias e decisões grevistas foi ampla, como nos anos anteriores, aliás (ZH, 3/4/91, p. 35).

O impasse entre governo e grevistas se aprofundou nos dias seguintes, inclusive na interpretação dos números sobre os déficits do Estado. Segundo dados do sindicato, os professores representavam 52% dos servidores públicos, mas seu peso na folha de pagamento se limitava a 37%, uma distorção, aliás, presente por vários anos. Collares insistia no abono, que seria incorporado aos salários básicos a partir de maio, e reclamava a respeito da trégua pedida e não concedida pelos grevistas (ZH, 4/4/91, p. 40). No mesmo dia, passeata luminosa - como ocorrera na greve de 1987 - com cerca de dois mil presentes, segundo a reportagem, foi até o Palácio Piratini acompanhar a negociação. Assim se leu em ZH:

A “passeata luminosa” saiu da Praça Dom Feliciano às 18 h 30 min (...). As velas eram protegidas por copos e embalagens de plástico. Um carro de som abria o caminho, mas não evitou congestionamentos (...). O governador e a secretária de Educação, Neuza Canabarro não foram poupados nas cantorias e palavras de ordem (...). (...) “Não sou otário, abono não é salário”, mostravam que o magistério gaúcho não está disposto a aceitar o abono escalonado. (...) As sinetas acompanhavam as músicas do carro de som. “Neuza traidora, esqueceu que é professora” foi uma frase repetida várias vezes pelos professores manifestantes. Quando chegaram na frente do Palácio Piratini, eles gritaram “negociar, negociar para as aulas iniciarem” (ZH, 4/4/91, p. 40).

Enquanto a passeata se desenrolava ocorria uma nova reunião entre as partes, mas sem avanços: “O governador e os professores perderam a calma algumas vezes e chegaram a trocar palavras agressivas”. Acusações mútuas e reclamações do processo deixavam claro que o impasse parecia estar recrudescido (CP, 4/4/91, capa). Este quadro de dificuldades levou os grevistas a definirem a intensificação da mobilização e chamarem uma nova assembleia no dia 17 de abril. Ao mesmo tempo, longo editorial em ZH (“Uma chance para a trégua”) se posicionou frente ao dilema daquele momento. Sugeriu que os grevistas aceitassem a trégua pedida pelo governo e apontava uma pesquisa de opinião pública que desaprovava as ações paredistas, “conforme se pode aferir da pesquisa recentemente divulgada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística”. Segundo tal pesquisa, 70% dos entrevistados (300 pessoas na capital) concordavam com a proposta de trégua: “A greve foi condenada totalmente por 48% dos entrevistados e desaprovada parcialmente por 18%, obtendo um índice de aceitação total por parte de apenas 13% da população”. Tal pesquisa ainda indicou que 48% davam razão ao governador e 28% aos educadores.

O editorial destacou os 300 dias de greve nos seis anos anteriores, a recuperação precária das aulas perdidas e que a partir deste quadro “não pode ser considerado demagógico o apelo do governo quando pede trégua para as crianças”. Segundo o articulista, os docentes não se diminuiriam se “aceitarem o abono oferecido”, pois estariam dando sua cota de sacrifício ante as dificuldades do estado. Curiosamente, o editorial concluía lembrando o líder dos Beatles: “como disse John Lenon, dar uma chance à paz. Que, no caso, está representada pela trégua oferecida pelo governo e encampada pela comunidade rio-grandense” (ZH, 6/4/91, p. 2). Com nuances, os editoriais deste periódico mantiveram certas semelhanças durante vários movimentos paredistas: em geral, apostavam em conciliações e tréguas. Além disso, reconheciam – até certo ponto – as ações docentes e criticavam os atos supostamente mais extremados ou emocionais, na perspectiva da voz do dono.

A ideia de trégua foi problematizada também pelos dirigentes grevistas: Eliezer Pacheco, 1º vice-presidente, afirmou que “o que ele pede não é uma trégua, é uma rendição e os professores não vão voltar às aulas enquanto não houver acordo”. Além disso, houve uma comparação entre as práticas políticas do governador e as do Presidente Collor, considerada incabível pelo Chefe do Executivo (ZH, 6/4/91, p. 32). Na sequência, teve lugar

no canal televisivo RBS um debate entre as partes iniciado perto da meia noite. Feldman e Eliezer estiveram representando os grevistas e Collares representou o governo, junto com a Secretária Neuza. O debate seguiu a dinâmica dos dias anteriores, ou seja, a disputa pela ideia de trégua e dos números do orçamento do estado. Ficou evidente, talvez estimulado pelas pesquisas de opinião, a posição oposta às greves por parte de Collares, mesmo que reconhecesse a legitimidade das mesmas: “Vamos resolver este problema de greves todos os anos. Grevismo só traz prejuízos”. Embora possa ter sido de interesse do público televisivo, o debate não levou a encaminhamento algum nem saiu do impasse colocado. Para os grevistas, adiar o ano letivo foi “um atentado ao direito de greve”, enquanto o governador definiu que não recuperar as aulas seria como perder “as estribeiras” (ZH, 8/4/91, p. 25).

Ao contrário da tendência de acordo, nos dias seguintes, Collares enviou a proposta de abono ao Legislativo e anunciou, em longa conversa com os deputados, que caso a greve seguisse após o dia 2 de maio os salários não seriam pagos, afinal os professores estavam em férias até este dia, na visão do governo. Ficou evidente nas manifestações das bancadas de oposição que não seria aprovada tal proposta sem o aval dos grevistas (ZH, 10/4/91, p. 35). Os deputados ouviram a posição do Comando de Greve no dia seguinte, quando Feldman explicou por que realizou uma contraproposta e rejeitou o abono oferecido. Também trouxe números da arrecadação para justificar a possibilidade do pagamento daquele índice de 151%: “Ficou claro que os deputados não vão votar o projeto de abono e pretendem esgotar todas as possibilidades de aproximar governo e magistério até o fim de semana”. O Executivo, por sua vez, afirmava não ter recursos para tal despesa salarial (CP, 11/4/91, capa).

No dia 11 de abril, um ato com sinetaços em frente ao Palácio foi realizado. Seguindo uma tendência dos atos anteriores, não foi expressivo numericamente, algo comentado pela Secretária de Educação, que chegou a contar a quantidade de manifestantes: “A manifestação que durou duas horas foi considerada natural e ‘sem problemas’, por Neuza Canabarro. Ela achou o número de participantes pequeno - um assessor contou, em determinado momento, 94 pessoas no ato público”. Independente da quantidade de pessoas no ato, as palavras de ordem deixaram claro que “estou em greve, sim senhor, porque férias é coisa de ditador” (ZH, 12/4/91, p. 32).

Nos dias seguintes, antecedentes a uma nova assembleia estadual dos educadores, o Legislativo se mobilizou para constituir uma proposta que pusesse fim ao impasse. CP chegou a falar em 205% que já teria o “aval do Executivo”, mas se tratava de um boato jornalístico de fonte insegura (CP, 14/4/91, p. 15). Uma proposta concreta surgiu no dia 15 de abril e estipulou um reajuste de 109% a partir daquele mês, apontando para julho discutir outras perdas salariais. Não houve esperança que este novo índice acabasse com a greve até porque não sinalizava as perdas desde agosto que eram bem maiores: “Temos que garantir uma política salarial. Não podemos suspender um movimento e ter que retomá-lo daqui a 14 dias”, afirmou Eliezer Pacheco (ZH, 16/4/91, p. 43). Nenhuma das reuniões regionais sugeriu o fim da mobilização e, segundo Feldman, o índice oferecido “agride a data-base da categoria, pois as discussões só voltariam a ser retomadas em julho, conforme sugeriu o governador” (ZH, 17/4/91, p. 38).

Neste espírito, no dia 17 de abril, a reunião estadual no Gigantinho definiu pela continuidade da greve. Sete mil educadores estiveram presentes, um número baixo se comparado com outras assembleias, mas mesmo assim, o sentimento entre os presentes foi de acelerar o confronto. “Vamos mostrar que quem decide sobre o retorno às aulas são os professores e não o governador”, afirmou o vice-presidente Eliezer Pacheco. Por sua parte, Collares deixou claro que a decisão era inconsequente e que cortaria os salários a partir de 2 de maio. As propostas de trégua e abono foram votadas na assembleia e assim foi registrado em ZH:

Na apresentação de propostas, a professora Magda Patrícia M. Martins pediu uma trégua de cem dias ao governo Collares. A proposta teve dois votos a favor, uma abstenção e foi rejeitada pelo restante dos professores presentes. A professora e sua proposta foram vaiadas. A proposta de abono foi rejeitada, mais uma vez, mas teve três votos a favor e uma abstenção (ZH, 18/4/91, p. 31).

No sentido oposto, afirmou professor não identificado na reportagem que “Estamos nos preparando para o maior confronto da história do magistério”. A ideia de fazer uma assembleia no Estádio Beira-Rio com 40 mil presentes, como ocorrera em 1985, também foi aventada. Novo encontro estadual foi definido para 2 de maio, dia de retorno às aulas, segundo o calendário adiado: “ao marcar a data da assembleia para 2 de maio, a categoria

mostra ao governador sua capacidade de resistência na defesa de suas reivindicações”, explicou Feldman (ZH, 19/4/91, p. 41).

Os dias seguintes à assembleia foram de afastamento entre as partes. Collares seguia firme na ideia de usar sua autoridade em relação aos grevistas, caso estes não voltassem ao trabalho no dia 2 de maio. Ao mesmo tempo, ainda havia esperança de conseguir sua almejada trégua: “Isso não é ameaça, não é terrorismo, mas eu preciso garantir os órgãos estaduais funcionando” (CP, 21/4/91, capa). O dissídio se aproximava, era o mês de maio, o que motivou a divulgação das perdas históricas da categoria que chegava ao alarmante índice de 536,29%. Tal fato serviu como argumento para Collares não apresentar novo índice, mesmo que isso estivesse em seu horizonte na 11ª audiência ocorrida dia 22 de abril: “Não tive coragem de fazer uma proposta de 130%, quando eles pedem 536,29% (...). Eu conheço o jogo deles (Cpers-Sindicato). Aí eu apresento essa, depois querem outra, depois querem outra”, anunciou (ZH, 23/4/91, p. 36).

Figura 29: Capa do CP anuncia as decisões da assembleia dos educadores



Fonte: CP, 18/4/91, capa

Em que pese o impasse que se mantinha, uma nova proposta foi apresentada ainda naquela semana melhorando de forma significativa o índice, alcançando a cifra de 191,61% em quatro parcelas, fruto da melhora da arrecadação, segundo Collares. O projeto de abono foi oficialmente retirado, o que aparentemente levava a um ambiente de concórdia e consenso, mesmo que os dirigentes destacassem que o índice ainda estava longe de repor as perdas previstas no dissídio (ZH, 25/4/91, p. 40). O Executivo desejava votar logo, mesmo sem o acordo dos educadores, pois queria o fim do impasse "que está prejudicando as crianças e estava se caracterizando como enfrentamento" (CP, 25/4/91, capa).

Apesar de o índice ser mais elevado que os anteriores, a última parcela seria paga em outubro de 1991 e o suposto consenso era apenas aparente, pois parte das lideranças logo

começaram a criticar o reajuste e os prazos previstos: “Ficar 14 meses somente com 191% de aumento é ridículo”, sugeriu o ex-presidente Steffen em entrevista. As assembleias regionais logo avaliariam a proposta: “Cento e noventa não dá nem para a polenta”, gritavam professores chegados do interior em mobilização na Praça da Matriz no dia 25 de abril (ZH, 26/4/91, p. 42). Mesmo com o reajuste proposto, havia uma previsão por parte do DIEESE que as perdas chegariam a 123,72% em outubro de 1991, considerando os índices inflacionários dos meses seguintes (ZH, 28/4/91, p. 43).¹³⁸

Segundo reportagem no CP, a greve estava nos seus dias finais, apesar da proposta insuficiente, pois havia indícios de desgaste do enfrentamento e de que “a greve deve terminar esta semana” (CP, 28/4/91, p. 9). Tal previsão foi construída antes das assembleias regionais, pois, com todos os alertas e debates realizados, a maioria destas rejeitou a proposta fazendo exigências quanto aos prazos, índices e política salarial para o futuro. A partir deste resultado, em nota assinada pelo Comando de Greve e pelo sindicato e publicada nos jornais, houve um pedido para que o Legislativo aguardasse as definições da reunião dos educadores, o que, com dificuldades, acabou ocorrendo.

Assim, no dia 2 de maio, milhares de educadores estavam na capital para a assembleia estadual. De manhã bem cedo as sinetas já batiam para despertar o Palácio Piratini. Na Praça da Matriz, houve a “Feira da Miséria” que vendia lanches, trabalhos artesanais e bijuterias. Ao redor das 11 da manhã foi servido o “Sopão da Miséria”, preparado pelos professores, na praça mesmo, em panelas de 20 litros (CP, 3/5/91, p. 13). À tarde, no Gigantinho, 90% dos 18 mil presentes (dados da imprensa) não aceitou o índice de 191,61% nos termos propostos pelo governo e optou pela continuidade da greve, assim registrado em ZH:

Parecia Gre-Nal. Tinha vendedor de almofada, filas nos portões, engarrafamento e até minuto de silêncio. Mas não era. Era uma das maiores assembleias do Centro dos Professores do Estado: cerca de 18 mil professores estaduais decidiram ontem, no Gigantinho lotado, manter a greve por melhores salários, que já dura 57 dias, e deixa mais de um milhão de estudantes gaúchos sem aulas (ZH, 3/5/91, p. 40).

¹³⁸ Entre janeiro e outubro de 1991, o índice inflacionário alcançou 277,7%, conforme dados coletados do Banco Central do Brasil e da FGV (Bulhões & Abreu, 1992, p. 21).

O minuto de silêncio foi relativo à morte de Gonzaguinha, ocorrida dias antes da reunião, certamente em função do cantor ter sido um aliado de diversas ações dos movimentos sociais e populares durante anos. Além disso, suas letras refletiam geralmente a vida cotidiana e as lutas do povo trabalhador. Quanto às manifestações orais na reunião, cerca de 20, todas defenderam o prosseguimento da greve e, no momento da defesa de propostas, apenas uma professora defendeu o seu fim: “Aceitemos a proposta, embora conscientes de suas limitações”, expressou Regina Fontana, (ZH, 3/5/91, p. 40), que teve sua manifestação também registrada na ata oficial dos trabalhos. Em entrevista ao CP, uma professora identificada como Gená Vargas afirmou que “até o abono servia”, em função de sua situação desesperadora (CP, 3/5/91, p. 12).

A imensa quantidade de educadores lotou o anel do ginásio e também a pista central em um ambiente quente, inclusive do ponto de vista climático, além das atividades culturais impulsionadas por bandas e suas músicas críticas. A ampla maioria dos presentes defendeu a continuidade do movimento justificando que a proposta apresentada não recuperava as perdas e os resíduos inflacionários, não definia uma política salarial e nem contemplava os funcionários de escola (CP, 3/5/91, p. 12).¹³⁹ Tais considerações estavam também na ata do evento, além do debate realizado entre os presentes. Vale registrar os argumentos articulados a favor e contra o retorno às aulas. Reconhecendo a existência da contradição, a mesa garantiu a expressão de cada posição:

Devido à presença de professores que são favoráveis à aceitação da proposta do Governo, a mesa garante manifestação destes professores. – Prof.^a Regina S. Fontoura disse que o momento é de muita reflexão e união, com respeito às opiniões contrárias, desejo inicialmente reafirmar a importância (...) da unidade da categoria. A luta dos Sindicatos e dos Partidos não deve ser de igualdade de pessoas, mas pela igualdade de espaço para mostrar que são diferentes. Temos a posição de que há outros mecanismos ao invés da greve. Deve ser uma decisão conjunta, toda a escola, isto é, toda a comunidade escolar. Devemos reivindicar sem parar, lutar por uma sociedade pluralista, divulgar pela mídia a valorização do profissional de educação. – Prof.

¹³⁹ No registro oficial do Conselho de Representantes, realizado antes da assembleia, assim foi justificada a rejeição da proposta: “A - Não aponta para a recuperação das perdas totais em tempo algum; B - Não define uma política salarial para o futuro; C - Não aponta para a concessão da gratificação aos funcionários de escola, contemplando a diferença do que for concedido ao magistério, até a implantação do Quadro Especial dos Funcionários de Escola. Por estas razões continuamos em greve, responsabilizando o Governo para a busca de solução imediata que permita a volta às aulas em condições de resgatar a qualidade do ensino na Escola Pública do RS” (Ata Conselho de Representantes, 10/91).

Joaquim colocou que, com todo respeito à colega, precisamos agora reverter esta posição romântica de querer buscar outras formas. A formulação do Conselho Geral foi feita para unificar as correntes da sociedade e depois para se dirigir ao Governo. É Collares que quer colocar a cabeça do magistério na mesa dos empresários. Repudia a proposta mesquinha. “Não” à proposta (Ata Assembleia, 04/91).

O texto oficial do Comando de greve contabilizou 25 mil presentes, bem mais do que previsto pela imprensa, e destacou a reunião estadual como “um dos maiores eventos já realizados pela categoria ao longo de sua história de lutas”. Segundo o Comando, a assembleia sinalizara a busca, via negociação, da solução para o impasse vivido. Além disso, “somente através de mobilizações fortes, unidade e firmeza, conseguiríamos romper a intransigência do Governo” (Comunicado do Comando Geral de Greve nº 14: 5/5/91).

Uma longa passeata se estendeu até o Palácio Piratini após a assembleia, onde foi recebida por um coral de crianças reproduzido em nove caixas de som, com capacidade de mil *watts*, onde uma gravação feita trazia uma música gravada pelos infantes. A Secretária Neuza Canabarro lembrou esta ação planejada, em seu depoimento: “Saíram do Gigantinho para o Palácio Piratini, como era normal, só que nós mandamos fazer uma faixa que tomou conta de toda a parte da frente do Palácio (...)”. Quanto ao coral de crianças, o planejamento havia sido meticuloso:

(...) como tenho experiência de Escola o que eu fiz? Mandei gravar com alunos de Escolas que estavam funcionando uma musiquinha: “Chegando na nossa Escola, cantamos com alegria... saudando os professores... boa tarde... boa tarde...”. E repetia, repetia, repetia. Mandei instalar todos os alto-falantes pra baixo, porque eles vinham e faziam a maior... com caminhão de som. Quando eles chegaram eu liguei e terminei com... por que eles não tiveram condições de colocar som nenhum, o de cima abafava tudo. Talvez isso aí no momento me pareceu como uma sinalização de quem estava ali com coerência, legitimidade, que eu tinha sido grevista e tinha vindo pra trabalhar. Meu interesse era arrumar os salários deles (...) (CANABARRO, Neuza. *Depoimento*: agosto/2016).

A referida faixa pendurada no Palácio Piratini registrava a frase “Uma trégua. Uma trégua. Apenas uma trégua, por favor. As crianças merecem”. Cerca de 30 estudantes também pediam a volta às aulas segurando uma faixa, que era a posição da entidade municipal dos estudantes - UMESPA - contrária à greve (CP, 3/5/91, p. 12). Os professores, indignados, utilizavam o som das sinetas, tambores e da “Banda Furiosa” para abafar o som das caixas

de som instaladas pelo governo. Segundo registro de ZH, era difícil entender o conteúdo da gravação devido o excesso de volume. Ao mesmo tempo, o “magistério, em greve há 57 dias, balançava as sinetas e gritava: ‘É não, é não, é não’. Eles se referiam ao projeto de lei encaminhado pelo Governo, rejeitado” (ZH, 3/5/91, p. 40). Em reportagem do CP, foi revelada que a estratégia sonora foi preparada de forma absolutamente sigilosa pela Secretaria de Comunicação e havia o boato circulando que o governador usaria as caixas para uma fala, mas quando chegaram os grevistas em frente ao Palácio, estes foram surpreendidos pelo som. Apesar da surpresa, “Em vez de ficarem embaraçados, os professores aproveitaram o som para dançar” (CP, 3/5/91, p. 12).

O tempo passava, mas o som e a música infantil persistiam. Os educadores, irritados, se deram as mãos e de costas ao Palácio cantaram o hino nacional e o do magistério. Segundo texto do Comando de Greve, tal situação era uma espécie de “cena surrealista” e uma provocação ao conjunto dos educadores “que se mantiveram firmes no propósito de repudiar a política de confronto, reafirmando a disposição de negociar” (Comunicado do Comando Geral de Greve nº 14: 5/5/91). A entrega do ofício com as demandas da assembleia foi assim registrada em ZH:

Quando o comando subia as escadas, um grupo de professores conseguiu cortar um dos fios que levava o som até os alto-falantes. (...). Uma professora subiu no pilar de uma das janelas da parte inferior do Palácio. Pés descalços, ela trazia um pequeno cartaz colado no peito: “A gente não tem cara de panaca”. Passou quase três horas de pé na beirada da janela (...). Os professores tomaram a Rua Duque de Caxias. Alguns cansados, sentaram na calçada. Às 19h30min, o comando de greve voltou com o relato da conversa com o governador. Pelo microfone, Maria Augusta comunicou que Alceu Collares disse que as conversas entre o magistério e o governo serão através da Justiça, depois da decisão da assembleia. Os alto-falantes do Palácio já estavam desligados e os professores gritaram sozinhos: “Chega de chantagem, isso tá virando molecagem”. Saíram da Praça da Matriz depois das 20h, mas antes cantaram o hino da Internacional Socialista (ZH, 3/5/91, p. 40).

Imediatamente, as medidas do Executivo foram no sentido de retirar a proposta de 191,61% do Legislativo, anunciar o corte de ponto e pedir que os pais levassem seus filhos às escolas. “As faltas não serão abonadas de forma alguma, mesmo por uma questão de justiça para os que estão ou desejam continuar lecionando”, assegurou Neuza em entrevista

(ZH, 3/5/91, p. 41). De forma inexorável, a trégua solicitada não foi concedida e os dias seguintes seriam de grande enfrentamento entre as partes envolvidas marcando inclusive os anos seguintes no movimento dos educadores no estado. O Legislativo afastou-se, ao menos como instituição, das negociações e, ao mesmo tempo, em diversos pontos do estado, pais e mães se mobilizavam pelo retorno das aulas. Parte da opinião pública pressionava pelo fim da greve e, além disso, a ameaça do corte de ponto levava muitos professores de volta às salas de aula.

Ainda naquela semana, foi aventada a construção de uma política salarial em 30 dias, caso fosse aprovado o índice de 191,61%. Tal ideia foi amadurecida durante um debate na Rádio Gaúcha com a presença de Feldman, Collares e Neuza. Segundo a presidente do CPERS, a definição de uma reposição salarial periódica é mais importante até que os prazos do reajuste. Apesar da sinalização positiva, tal debate foi marcado por acusações mútuas inclusive sobre partidização. Segundo Collares, o PT supostamente daria a “linha” nas ações da gestão de Feldman, eleita, aliás, contra chapa de petistas e cutistas.

Maria Feldman disse que não existem membros petistas na diretoria da entidade. Collares perguntou qual partido que apoiou a atual diretoria do Cpers-sindicato. “Companheiros do PDT me apoiaram, exceto a secretária (Neuza Canabarro) que apoiou a outra chapa, onde tinha gente do PT”, respondeu Maria Augusta. “E fê-lo bem”, rebateu Collares (ZH, 5/5/91, p. 20).

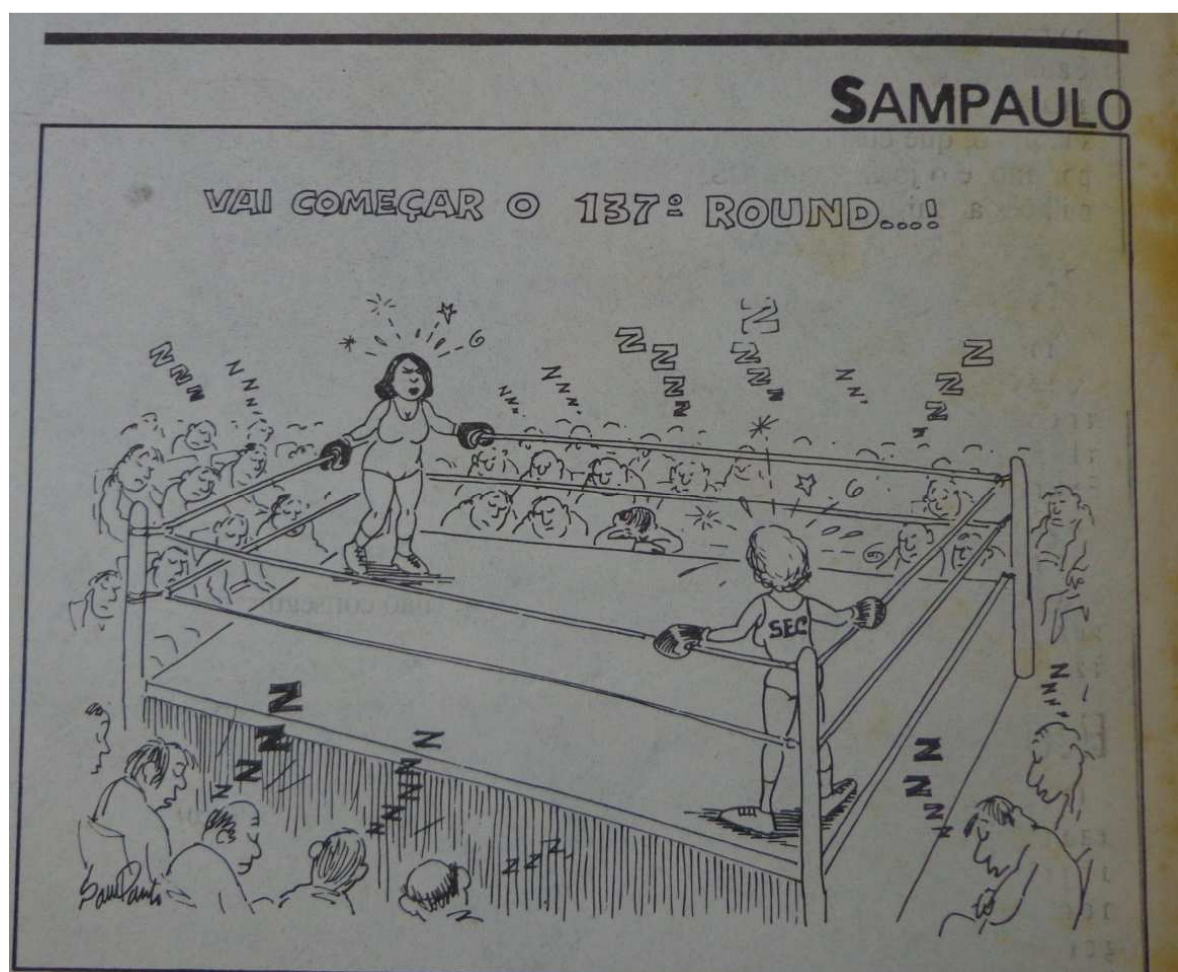
Collares insistia em utilizar o nome do PT para de alguma forma descaracterizar a greve como legítima, como se apenas pessoas daquele partido pudessem se opor à sua gestão. Assembleias massivas definiram os rumos do movimento e nada nas fontes demonstra que os petistas/cutistas possam ter nada mais do que seu discurso ouvido e respeitado nos fóruns da entidade. Como já analisado, a gestão de Feldman pautou-se, aliás, pelo distanciamento programático aos setores da CUT. O governador, neste mesmo caminho discursivo, um dia antes, também havia comentado para estudantes recebidos no jardim do Palácio Piratini que a falta de acordo entre as partes se dava “porque o PT está dirigindo a greve dentro do CPERS” e sugeriu que os alunos forçassem seus professores a dar aula (CP, 4/5/91, p. 11).

Muitos aspectos paralelos prejudicavam a relação entre governo e grevistas e, além disso, a possibilidade de entendimento por vezes se esvaía por diferenças nas interpretações

e exigências. Collares repetia a retórica que desejava pagar mais a quem ganhava menos, premissa não aceita em função da quebra do Plano de Carreira docente. Acordos e desacordos, acertos e desacertos marcavam esta greve que se aproximava, contando os dias de adiamento do ano letivo, dos 60 dias.

Os passos seguintes das negociações tiveram a participação de deputados federais buscando amenizar os desencontros entre as partes. Ao retirar a perspectiva de pagar mais a quem ganhava menos, Collares advertiu que poderia pedir a ilegalidade da greve, além de descontar salários e ainda demitir professores. Eram duras advertências, caso a greve não terminasse logo. Por outro lado, a desejada política salarial, segundo ele, deveria levar em conta o déficit público e não apenas o incremento de receita. Para os dirigentes grevistas, isso poderia levar a aumento zero, conforme a crise do tesouro em determinado período.

Enquanto isso, as manifestações de pais e alunos por volta às aulas se ampliavam pelo estado. A ideia de que a greve prejudicava a infância nunca foi tão alardeada como naquele ano. Mesmo a ACPM fixou um prazo para entrar na Justiça exigindo aulas. Ao mesmo tempo, as negociações foram parar no TRT, Tribunal Regional do Trabalho, o qual, segundo nova legislação, poderia mediar assuntos individuais ou coletivos de funcionários públicos, algo não pacífico e questionado pelo Executivo. De qualquer forma, a proposta amadurecida no debate no TRT trouxe um índice de 137,3% dividido entre abril e maio e a definição de uma política salarial até o dia 27 daquele mês. Ambas as partes acharam boa a proposta do Juiz João Luiz Leite e, para Feldman, poderia até mesmo representar o fim do impasse (ZH, 9/5/91, p. 36). Mais uma vez esta possibilidade não se concretizou.



Fonte: 7/5/91, p. 2

Collares seguiu na sua premissa de deslegitimar a greve dos educadores e torná-la ilegal. Para isso baixou ordem de serviço estipulando o corte de ponto e a demissão aos ausentes há mais de 30 dias do serviço, pois a parede seria “ilegal, abusiva e despropositada” (ZH, 11/5/91, p. 30). Seguindo nesta perspectiva, o governador lembrou que as greves dos servidores públicos ainda dependiam de regulamentação por lei complementar federal e, ao mesmo tempo, conclamou a que “os pais assumam as escolas juntamente com as crianças” (CP, 11/5/91, capa). O CPERS se pronunciou denunciando as medidas como um atentado ao direito constitucional de greve, pois grevista não seria “desaparecido” do serviço e não poderia ser assim comparado. Tais medidas contribuíram para agudizar as contradições, as quais pareciam irreversíveis naquele momento.

Neste contexto, a greve parecia visivelmente desgastada. Mais uma pesquisa, baseada na entrevista de mil pessoas na capital, revelou que 90% desejavam o retorno às aulas e 9% apoiavam a greve, sendo que 48% davam razão ao governo e 28% ao sindicato. Mais uma vez, Collares parecia ter uma avaliação positiva entre os pesquisados (ZH, 12/5/91, p. 26). Durante os doze anos de movimentos grevistas, foram raras as pesquisas deste tipo. Estas ajudam a revelar, embora sejam parciais, a relação entre as lutas e o apoio social às mesmas, que pode variar muito. O desgaste das greves no serviço público acaba sendo uma queda de braço entre grevistas e governo, como afirma Guedes: “(...) uma greve do setor industrial ou no setor privado, de maneira geral, significa de imediato prejuízo à empresa. Nas paralisações do serviço público direto, o prejuízo é socializado”. A partir do momento no qual a sociedade tem prejuízos com a suspensão dos serviços - muitas vezes estas greves são longas - ocorre “uma disputa em que servidores públicos e governo procuram responsabilizar uns aos outros pelo desgaste junto à população” (1994, p. 411).

Perrot recorda como uma paralisação no setor de serviços atinge diretamente a população de usuários: “aquele que se incomoda é o consumidor, por exemplo, dos trens, dos correios, do metrô. Há muita dificuldade de atingir o outro, o patrão, o poder”. Desta forma, há o risco das pessoas ficarem “furiosas com o trabalhador, e este não sabe mais o que fazer com este instrumento que se tornou uma faca de dois gumes” (1996, p. 195). A autora relata o contexto grevista europeu em momento descendente nos anos 1990 e com relativa perda de legitimidade, fator decisivo para solidariedade – ou falta da mesma – por parte do conjunto da comunidade. A pauta de uma coletividade de trabalhadores para obter solidariedade deve dialogar e buscar certa empatia popular, algo bastante complexo e difícil de concretizar.

Especificamente, paredes de educadores costumam se propagar por toda a divisão social do trabalho, atrapalhando “as rotinas das famílias e dificultando o trabalho dos pais”. As greves longas e frequentes na educação ou a hostilidade entre educadores e seus empregadores pode levar a um temor de parte da sociedade que tal cenário paredista a longo prazo possa prejudicar o “produto final - ou seja, no progresso educacional dos alunos e em sua socialização adequada como cidadãos” (Silver, 2005, p. 119). Tal discurso foi bastante utilizado pelo Executivo na greve em 1991, em maior medida se comparado aos movimentos

anteriores, e também se percebeu isso em editoriais críticos à greve em ZH, que contribuía com a tentativa de reduzir a legitimidade da luta dos educadores.¹⁴⁰

Vicentini & Lugli, sobre tal relação, reforçam que a “suspensão do trabalho põe em evidência a ambiguidade das relações existentes entre o professorado e o restante da sociedade”. Assim, como consequência da ausência do acolhimento e da educação às crianças, mesmo que temporária, as greves podem causar formas de “dessolidarização” a partir desta relativa “ruptura da categoria em relação à sociedade inteira” (2009, p. 189). Se a legitimidade do movimento se reduz pela conjugação de vários fatores, tais aspectos se aprofundam. Aparentemente, na greve de 1991, as fontes demonstram que isso ficou bem mais evidente que nos movimentos anteriores.

Levando em consideração tal desgaste e como síntese das diversas propostas anteriores, o CPERS apresentou nova contraproposta que aceitava os 191,61% parcelados, pedia que o governo reconhecesse a defasagem e que discutisse uma política salarial em 30 dias a ser implementada a partir de setembro daquele ano (ZH, 12/5/91, p. 26).¹⁴¹ Por sua vez, o governo não reconhecia a defasagem, especialmente por não considerar o DIEESE como órgão confiável para cálculo de perdas. Assim, entre outras coisas, Collares afirmou que: “Não pensem os professores que vão me cansar. Quem já se cansou é a sociedade gaúcha. Vou esgotar este grevismo inconsequente e absurdo. Estou acostumado com as greves”.

O líder do Executivo considerava que, nos últimos 10 anos, os 360 dias de greves tornaram as crianças vítimas da intransigência de líderes do CPERS. Aparentemente, isso incluía as greves do período autoritário, inclusive as realizadas pela Secretária Neuza Canabarro entre 1979 e 1982. Quanto às medidas repressivas, estas continuavam: “Vou cortar o ponto a partir de hoje, responsabilizar diretoras que fecharem escolas e, quem assinar o

¹⁴⁰ “Negociar significa disposição para compor, para ceder, para acordar. Não é o que se assiste neste lamentabilíssimo episódio, em que a entidade dos professores não recua um milímetro em suas exigências, guiando-se por uma cartilha de radicalismo que só conduz ao confronto” (Editorial “A grande derrotada”: ZH, 24/4/91, p. 2). Outros editoriais com conteúdo semelhante a este são percebidos nas edições dos dias 29/4, 3/5, 4/5, 14/5 e 21/5, sempre na página 2.

¹⁴¹ Esta contraproposta, detalhadamente, além de aceitar o índice de 191,61%, dividido em quatro parcelas, concordou com uma política salarial bimestral de reajuste a ser iniciada em setembro daquele ano. O indexador desta política seria definido em 30 dias, (poderia ser a variação do custo de vida ou da arrecadação de ICMS) mas não seria considerado o déficit público em tal cálculo. Pedia, ainda, o reconhecimento das perdas entre maio de 1990 e abril de 1991 (CP, 12/5/961, capa).

ponto sem trabalhar, vai ser responsabilizado por falsidade ideológica”. Ao mesmo tempo, a SEC divulgou números que indicavam o retorno à sala de aula. Segundo a Secretaria, apenas 40 cidades tinham greve plena no estado e 57% das escolas estavam trabalhando, reconhecendo, porém, que este retorno se dava nas cidades de menor porte. Para Neuza, isso significava que “as tentativas de negociação empreendidas pelo Governo têm sido encaradas de forma muito positiva” (ZH, 13/5/91, p. 29).

Em audiência, no dia 13 de maio, o governo confirmou que não reconhecia as perdas reclamadas pelos grevistas, mas sem especificar quais índices poderia assumir como dívida salarial. A bimestralidade sugerida como política para reposição de perdas, por parte do CPERS não foi aceita de imediato. O governo aceitava colocar como índice de reposição um percentual de acréscimo nominal vinculado à variação da receita do ICMS, desvinculando-o, assim, do déficit público. Desta forma, ao marcar uma nova assembleia para 20 de maio, a questão fundamental ainda pendente para os grevistas era o índice que o governo reconhecia com perda do período e quando iria acertar tal defasagem (ZH, 16/5/91, p. 37). Collares anunciou que não aceitaria mais negociar, sendo esta a última proposta: “Pretendo não reabrir as negociações. Me recuso a continuar discutindo com este comando de greve. Fora desta proposta, não discuto mais” (CP, 14/5/91, capa).

No Conselho de Representantes do dia 15 de maio, ficou evidente esta dificuldade em negociar com o Executivo: na fala de vários conselheiros e dirigentes a negociação estava “(...) difícil. Em outras greves tivemos problemas de mobilização e não de negociação (...). O objetivo deste Conselho é colocar as nossas dificuldades. Percebo que há intenção de ser mexido no Plano de Carreira e na eleição para diretores”. Havia a avaliação de que o movimento começava a se esvaziar e que o governo usaria esta tática de esvaziamento: “a Secretaria vai elaborar uma política salarial em cima da redução de salário. Precisamos da categoria que dê fim de uma greve com suas próprias mãos” (Ata Conselho de Representantes, 12/91). Estas falas, embora parcializadas, demonstram parte do debate que circulava entre os dirigentes classistas uma semana antes da assembleia.

Por parte do governo, além da repressão oficializada, Collares denunciou o conjunto da estrutura sindical dos educadores afirmando que dez integrantes do Comando “são do PT” e que mesmo 20 mil pessoas na assembleia poderiam ser manipuladas. Sugerindo que a

oposição desejava uma greve de cem dias, observou que rapidamente o Comando grevista comunicava-se com o interior e os 42 núcleos e “quando eles chegam na assembleia geral está tudo preparado”. Segundo ele, três pessoas de sua confiança lhe contavam tudo (ZH, 16/5/91, p. 37). Declarações deste tipo ainda não haviam ocorrido por parte dos governadores anteriores, nem mesmo quando as greves eram proibidas legalmente. Aparentemente, amparado no desgaste do movimento, Collares buscava um esforço máximo na desmoralização do mesmo.

Em resposta, a presidente Feldman se disse surpresa com as atitudes autoritárias do Executivo informado por delatores e denunciante. Qualquer informação poderia ter sido pedida ao próprio Comando, afinal “ninguém tem vergonha de sua filiação partidária no Cpers”, afirmou a presidente (ZH, 17/5/91, p. 37). Neste cenário, a greve completava 71 dias: era um momento crítico em função das muitas ameaças e tudo indicava um desfecho para os dias seguintes, até pelo desgaste entre as partes. Na véspera da assembleia geral, o acirrado embate foi transferido para propaganda em canais de TV. Vale a pena comparar o conteúdo de cada inserção:

A propaganda do Cpers mostra uma professora olhando para a câmara enquanto o locutor diz: “O que você faria se desde agosto o seu salário não tivesse sido reajustado? Depois de muito evitar, o magistério só encontrou resposta na greve. Ninguém aguenta mais ouvir falar nesse assunto. Os professores e funcionários também não. O Governo precisa perceber que não adianta as nossas crianças terem aulas hoje e não poderem contar com novos professores amanhã. Para os alunos responderem ‘presente’, a sensibilidade do governador não pode faltar”. (...) Já a propaganda do Governo mostra uma bandeira do Rio Grande do Sul enquanto o texto corre na tela e o locutor fala: “Comunicado ao povo gaúcho”. A seguir vêm as propostas do Governo para a educação. “Encontramos o magistério em greve, uma constante na última década, já atingindo mais de 360 dias de paralisação”. O texto adverte para os prejuízos da greve e mostra as propostas rejeitadas. O Governo fala das medidas que tomou e encerra com o apelo: “Por favor, professores do Rio Grande, as crianças merecem”. Assina Alceu Collares, (...) (ZH, 18/5/91, p. 29).

Chama atenção que mesmo o texto do sindicato dialogava com a impopularidade do movimento, acumulada, possivelmente, nas cinco paralisações seguidas, desde 1987. Neste clima polarizado, as reuniões regionais, em sua maioria, optaram pelo retorno às aulas. “A tendência é de fim de greve, mas a maioria dos núcleos dá um prazo de 30 dias para o governo

discutir a política salarial, com a marcação de uma nova assembleia geral, para avaliar as negociações” (ZH, 19/5/91, p. 28). Os núcleos também estabeleceram uma série de propostas e parâmetros para incrementar a proposta, em especial quanto a não punição dos professores, o que, para Collares, só poderia ocorrer se os mesmos recuperassem os dias de greve. Decisão anterior em assembleia vetava a recuperação dos dias perdidos (CP, 18/5/91, p. 3).

No dia 20, pela manhã, o Conselho de Representantes refletiu sobre a ideia de recuo do movimento e negociação, por 30 dias, da política salarial: “O momento é extremamente difícil, existe corrida para volta às escolas; não há condições de continuar o movimento (...) (4º Núcleo)”. A ideia de preservação da entidade ante um cenário desfavorável também foi registrada: “A entidade deve ser preservada, a continuidade da greve hoje é levar ao esfacelamento da categoria. Achar os erros que se cometeram, mas não apontar coisas para culpar a direção do movimento (Prof. Ernane)”. Uma terceira preocupação de alguns dirigentes dizia respeito à imagem pública da direção do CPERS após a reunião estadual: “É de extrema responsabilidade o discurso que vamos fazer na Assembleia Geral não culpar as lideranças, pois tudo que acontece numa Assembleia sai na imprensa (Pelotas)” (Ata Conselho de Representantes, nº 13/91).

O temor desta última avaliação registrada acabou se materializando na assembleia da tarde, no Gigantinho. Foi uma reunião de forte embate e bastante polarizada, com 8 mil presentes, bem menos que na reunião de 2 de maio. O retorno às aulas foi confirmado, opinião da maioria de presentes, calculada entre 60 e 70%. A direção do CPERS e a maioria do Comando de Greve foi severamente criticada por parcela dos presentes, como registrou ZH:

A diretoria do Cpers-Sindicato foi duramente atacada por vários dirigentes de núcleos ou mesmo membros da base do magistério. Os manifestantes chamaram a direção de “pelegos”. Foram acusados de “entreguismo” e de “fazer a política do Collares”. Um dos professores chegou a levar para o Gigantinho um pelego de verdade, uma pele de ovelha, que brandia como uma bandeira cada vez que alguém da diretoria do Cpers falava. No final, a “banda furiosa” do Cpers (...) aguardava a presidente Maria Augusta Feldman e os demais membros da diretoria num dos portões do Gigantinho. A direção preferiu sair estrategicamente pelo outro lado do ginásio (ZH, 21/5/91, p. 30).

Para os críticos da direção, após o dia 2 de maio o Comando se dedicou às negociações com o Executivo e poucas atividades públicas, o que desmobilizou o conjunto dos educadores. Em entrevista ao CP, José Clóvis Azevedo, candidato derrotado na eleição anterior e membro do Comando de greve, afirmou que o fim do movimento paredista se resumia a uma derrota e que a condução da direção do CPERS havia sido antisindical: “A maioria do comando optou pela negociação sem se preocupar com a mobilização da categoria. Isso gerou uma greve sem força” (CP, 21/5/91, p. 5).

Para Feldman, o fim de uma greve em geral é um momento de divisão e o estado emocional das pessoas junto aos salários defasados “fizeram com que alguns perdessem a razão, buscando culpados entre nós mesmos e fazendo, mesmo sem querer, o jogo do Governo”.¹⁴² De forma melancólica, em parte, a greve de 1991 se encerrava num momento de dificuldades, como registrou a ata dos trabalhos, quando diversos oradores defendiam que a greve estava esgotada favorecendo ao governo e não à categoria: “Não há nenhum companheiro, fazendo o jogo do Governo e negam-se a ver a realidade. A greve está servindo, nos últimos dias, para o Governador (...). É hora de mudar de tática e suspender o movimento (...)”. Para os defensores da continuidade da greve ainda havia energia e o movimento deveria seguir em função do que não foi conquistado e da política populista: “desde o governo Vargas temos a prova do que é populismo: ter os sindicatos na mão. Não temos política salarial e também os funcionários de escola não conseguiram seu Plano de Carreira. Precisamos continuar a greve”.

Após os debates, a ata registrou que fora “Aprovada a suspensão da greve” e aparentemente algum grau de confusão se deu no plenário, pois foi registrado: “Prof.^a Maria Augusta: pede compreensão para garantir a continuidade dos trabalhos”. Quanto às decisões, a proposta de Collares foi aceita como parte emergencial das perdas salariais e rejeitada a ideia de recuperação de aulas, além da exigência de não punições (Ata Assembleia, 05/91).

No mesmo dia, ao receber o ofício com os resultados da reunião estadual, Collares reafirmou sobre os descontos: “Quem não trabalhou, não vai receber”, assegurou. Além

¹⁴² Em resposta às afirmações de José Clóvis, no CP, Maria Augusta afirmou que as posições do professor refletiam acusações identificadas com a chapa derrotada na eleição anterior. Disse que ele não expressou nos fóruns da entidade suas opiniões e que seu grupo, quando esteve na direção do sindicato entre 1988 e 1990, não tinha realizado manifestações de vulto como as daquele ano (CP, 22/5/91, p. 7).

disso, deixou claro que “nós vamos nos dar bem. Vamos restabelecer a dignidade dos salários do magistério e a qualidade do ensino público estadual” (CP, 21/5/91, capa). Nos dias seguintes, a mesa de negociação foi retomada com a presença do governador, que não desistiu da ideia de descontar os salários, especialmente pela confirmação da ideia dos docentes grevistas de não recuperar os dias parados. Era uma questão de honra, aparentemente.¹⁴³

Após o fim do movimento, Collares disse que estava aberto o caminho para sua “revolução na educação”. Para isso, previa um enxugamento dos professores cedidos em várias secretarias, além do calendário rotativo, aplicado a partir do ano seguinte, que consistia na utilização do espaço escolar durante o ano todo, com três calendários, onde houvesse excedente de estudantes. Na sequência, também cassou as eleições de diretores conseguindo arguir sua inconstitucionalidade. São questões que superam o recorte proposto nesta tese, mas valem a menção. Ao fim, foi difícil para as partes “se darem bem”, conforme previa Collares, e os embates perduraram até o final deste governo, mas sem novas paredes.

4.4 A vez do PDT no poder: discursos e embates na luta pela legitimidade

A vitória de um partido comprometido com um discurso favorável a investimentos massivos na educação popular nas eleições causou certa expectativa quanto a melhorias nesta área social. Collares obteve importante vitória nas urnas no final de 1990, muito em função de suas origens populares e compromissos de campanha. No ano anterior, seu colega de partido, Leonel Brizola, também havia vencido na votação estadual para a presidência, o que pode ter contribuído em certa herança eleitoral. No seu discurso de posse, em 15 de março, a educação foi citada uma série de vezes, após assumir sua origem política e ideológica no legado de Getúlio, Pasqualini e Brizola. Para Collares, a educação se materializa como uma

¹⁴³ Trechos revelados em ZH da primeira audiência pós greve ajudam a entender a relação entre as partes em negociação. Sobre o desconto salarial dos dias de greve, Eliezer dialogou com Collares: “‘Seria um gesto de grandeza de sua parte não descontar os dias de greve’. O governador não perdeu o sorriso no canto da boca e disse ‘não’(...) ‘Mas os salários já são pequenos. E esse ponto é muito importante para retomar as negociações e os professores voltarem às aulas com algum estímulo’. Collares disse ‘não’ mais uma vez (...)”. Quanto ao índice de reposição, o diálogo também foi interessante: “Feldman quis saber do governador o que continha o projeto enviado à Assembleia Legislativa, ‘Os 191,61% e ponto final’, disse ele, rindo. Ela respondeu: ‘Nós não aceitamos ponto final, mas uma vírgula’” (ZH, 23/5/91, p. 38).

“riqueza das nações e se constitui para nós numa questão de Estado e numa prioridade política”. Educação teria para ele um significado estratégico.

O conhecimento, para o recém-empossado líder do Executivo, seria como um “grande produto do mundo moderno, a nova matéria-prima do comércio internacional”, o qual tem sua origem “numa simples sala de aula”. O investimento em educação teria centralidade no programa de governo, assim explicado:

Povo que não investe em educação jamais deixará de ser carregador de água e de lenha, no labor subserviente do desenvolvimento dos outros. A educação é um compromisso que nós, do trabalhismo, já assumimos, e resgatamos; é um caminho que já testamos com sucesso. Aí estão os CIEPs. Vamos massificar essa experiência - uma verdadeira revolução no campo da educação popular - vamos universalizar o ensino, que é um direito da criança e um dever do Estado. E vamos assegurar a sua qualidade, para que possamos entrar no terceiro milênio contemplando largos horizontes e desfrutando a promessa de um mundo novo - construído em tão pouco tempo, com tanta garra e convicção, com tanta pujança e força - que, embora vindos de tão longe, possamos olhar para trás, como se tivéssemos chegado ali da primeira esquina do tempo (Sessão solene para a posse do governador e do vice-governador do Estado: Assembleia Legislativa, 15/3/91).

Aspectos poéticos e ufanistas se misturavam na visão de progresso e modernidade do gestor que ali expressava seus conceitos fundamentais. A educação seria a oportunidade dos mais pobres. Neste ponto, talvez Collares reflita sobre seu próprio passado na extrema pobreza de uma família afrodescendente, como ele relatou no início de seu discurso de posse.¹⁴⁴ Ainda no tema educacional, não deixou de incluir em sua fala os agentes profissionais desta área e as imensas dificuldades que encontraria a partir daquele dia: “Encontramos a máquina administrativa estagnada por longo tempo. Defrontamos o crescimento desordenado da nossa estrutura funcional, que hoje emprega mais de 200 mil funcionários”.

Durante a greve dos educadores, temas como o inchaço e as distorções da máquina pública foram muito abordados pelo Executivo: alguns dados fundamentais já estavam trabalhados desde seu texto de posse. Ao lembrar-se dos 93 mil professores estaduais, os

¹⁴⁴ No seu discurso de posse, Collares assim narrou sobre suas origens humildes: “Venho da convivência com os analfabetos. Sim. Sou filho de pai e mãe analfabetos. Não porque quisessem, mas porque a estrutura social onde nasceram não lhes permitiu que abrissem os olhos para a leitura, para o saber e para o conhecimento. Venho de onde a mesa, às vezes, não tinha comida, onde o teto, às vezes, não agasalhava nem proteção. Venho com a alma cheia de marcas da pobreza a que são submetidos milhões e milhões de irmãos nossos, mas não carrego na alma nenhuma nesga de ódio”.

definiu como “um enorme contingente humano disponível para realizar a grande revolução do nosso tempo: nenhuma criança sem escola, nenhuma escola sem professor, nenhum professor sem dignidade”. As distorções foram citadas de forma direta: 51 mil matrículas fora da sala de aula, oito mil fora das atividades educacionais com ônus para o estado. Defendeu a administração com eficiência para que o estado pudesse cumprir seu papel reformando as estruturas anacrônicas, libertando forças sociais capazes de operar tais mudanças, para que o poder público se dedicasse centralmente às “iniciativas no campo da produção, no crescimento da riqueza, na distribuição da renda, na realização do homem”. Eram estas as prioridades, segundo o governador empossado.

Ao mesmo tempo, Collares demonstrou saber da situação material e estrutural dos servidores da educação e se comprometeu com melhorias nestes aspectos: “(...) vamos resgatar a dignidade dessa generosa função, que constrói, na dimensão modesta de uma sala de aula, a grandeza de um povo”. A estrutura da educação e a falta de recursos também foi diagnosticada:

Vamos defrontar professores e funcionários mal pagos, com salários miseráveis, que não lhes permitem um padrão de vida razoavelmente decente. Vamos encontrar dificuldades materiais de toda a ordem, escolas depredadas, estradas intransitáveis e a voracidade deste monstro exausto - o Estado - que esgotou a sua energia produtiva, que consome quase toda a receita para alimentar a sua própria fisiologia. Resta muito pouco do orçamento público, quase nada, para investir na educação das crianças, para cuidar da saúde do nosso povo, para zelar pela segurança pública, pelo patrimônio do povo, para cuidar do pequeno produtor, para viabilizar suas potencialidades (Sessão solene para a posse do governador e do vice-governador do Estado: Assembleia Legislativa, 15/3/91).

Na parte final em seu discurso sobre educação, Collares deixou evidente a limitação orçamentária para os investimentos necessários e desejados. Também este tema foi polêmico nos meses que se seguiram, assim como as diversas atitudes fortes do governador: as ameaças constantes e o cancelamento do ano letivo. No Legislativo, como sempre, este debate foi dinâmico. A Legislatura 1991-1995 mais uma vez não deu maioria ao Executivo, pois o PDT tinha apenas treze deputados entre os 55 eleitos. O PDS dispunha do mesmo número, o PT

elegeu cinco deputados, o PMDB doze, o PTB oito, o PFL dois, enquanto PSB e PCdoB contavam com um deputado (a) cada.¹⁴⁵

Ainda no mês de março, as cobranças começaram, na ciranda histórica entre oposição e situação. Neste primeiro período, entre as bancadas com maior número de deputados, o PT e o PDS apresentaram posições de maior confrontação em relação ao governo recém-empossado e o tema da greve dos educadores teve seu espaço no debate. O deputado Otomar Vivian (PDS) inaugurou na Tribuna a discussão sobre isso preocupado com o fato do governo ainda não ter encontrado uma solução, mesmo sabendo dos problemas salariais desde o ano anterior, quando venceu as eleições: “(...) por ser a educação a prioridade (...) esperávamos que o Governo estivesse tratando esse assunto com o magistério estadual de maneira a encontrar uma solução definitiva para o impasse”. A crítica inicial do deputado focava nas audiências ocorridas sem proposta concreta aceitável e resumia, em suas palavras, a dinâmica destas:

(...) o Sr. Governador, ao assumir seu cargo, convida o magistério para uma audiência e, espantosamente, não oferece qualquer proposta concreta. Posteriormente, durante a realização de uma segunda reunião foi apresentada não uma proposta, mas uma alternativa, em forma de abono salarial. Abono, em nosso entender, serve para resolver as questões absolutamente emergenciais. Não podemos esquecer que o magistério do Rio Grande do Sul, do qual, honrosamente, fazemos parte, tem uma história de lutas, e uma de suas maiores conquistas é seu Plano de Carreira. Por isso, é extremamente preocupante que o Governo atual, que se propõe a fazer da educação a prioridade das prioridades, fique encaminhando os entendimentos com o magistério dessa forma.

Vivian apelava pela solução do impasse, pelo esforço em conseguir construir uma proposta num patamar aceitável, a partir do que fora deixado pelo governo anterior. Era claro para os representantes do Legislativo naquele momento que a composição da Assembleia Legislativa reunida não aprovaria a ideia de abono salarial: “é absolutamente necessário que esta Casa, (...) especialmente os que apoiam o atual Governo, procure sensibilizar o Governador e sua equipe de trabalho para encontrar uma solução definitiva para o tema” (Comunicação de líder: 16ª sessão, 21/3/1991). Parecia reinar no

¹⁴⁵ Dados disponíveis em <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=GAXJNH-BHww%3d&tabid=3543&language=pt-BR>> acesso em 17/12/2016.

Legislativo certa expectativa, ou trégua ao novo governante, pois eram poucos os pronunciamentos sobre o tema da greve. Na sessão seguinte, o deputado Flávio Koutzii (PT) fez o pronunciamento mais enfático em relação ao Executivo proferido até aquele momento. Inicialmente lembrou do apoio petista ao PDT no segundo turno em 1990: “(...) lutamos junto à base do Partido para que a nossa gente votasse na candidatura Alceu Collares, entendendo que ela representava um aliado inseparável frente à dura política do Governo Collor”. Koutzii dizia ter confiado no candidato: “jamais levantamos dúvidas sobre a legitimidade do Governo Collares e sempre disse que lhe deveria ser concedido um tempo para encaminhar seus planos”.

Afirmando ser a bancada petista uma oposição construtiva, o deputado afirmou que os caminhos levavam a uma ruptura: “O que está sendo feito agora com os professores (...) é o desenvolvimento de uma política que degrada completamente o salário dos oitenta mil professores”. Tal fato seria decisivo naquele momento para um alerta a Collares e à lembrança das lutas travadas por PT e PDT conjuntamente no período Simon:

Estamos convencidos, e nosso partido também, de que a defesa das reivindicações dos professores não é meramente corporativista, porque se uma parte importante deste Estado tem que ser convidada a trabalhar desmoralizadamente, pois não tem a retribuição elementar de um salário basicamente aceitável - essa mesma categoria que perdeu o piso salarial de referência que tinha no início do Governo Simon -, sabemos que aquilo que nos aliou ao atual partido do governo (...), que é de justamente reforçar a sociedade civil, sua forma de organização e suas estruturas sindicais para combater uma política que consideramos nefasta para nosso País, para o desenvolvimento que queremos e para o tipo de sociedade que desejamos preservar, perde o sentido.

Koutzii parecia prever as relações complicadas entre CPERS e governo e alertava que se desejassem destruir ou desmoralizar “um sindicato de importância capital, considerado um dos maiores da América Latina, uma das estruturas mais sadias da democracia que vivemos”, o governo teria a oposição frontal da bancada petista: “o Partido dos Trabalhadores tem que se colocar, com a sua Bancada, modestos cinco votos nesta Casa, mas muita gente lutadora, de garra (...) frontalmente, neste sentido, em uma linha de choque com o atual Governo” (Grande Expediente: 17ª sessão, 26/3/91). Os acontecimentos iriam confirmar as perspectivas de Koutzii, um dos deputados mais destacados na pauta dos

servidores estaduais durante o governo do PDT. Em outra intervenção na tribuna durante a 20ª Sessão, ele trouxe números da arrecadação estadual e das dívidas para ponderar sobre a proposta do Executivo. Partindo dos dados da Secretaria da Fazenda registrou a arrecadação de Cr\$ 95 bilhões líquidos entre janeiro e março, sendo que em abril haveria perto de Cr\$ 37 bilhões. O gasto total com os salários, em março, atingiria cerca de Cr\$ 20 bilhões, ou seja, 66% da receita daquele mês. Considerando ainda a ideia de investimentos e o pagamento das dívidas do Estado, conforme os cálculos do deputado, assim seria o quadro financeiro:

Farei um pequeno cálculo: se em abril a receita líquida for da ordem 37 bilhões de cruzeiros, se separarmos 5,8 bilhões de cruzeiros para pagar a dívida, se separarmos 3,7 bilhões de cruzeiros para os 10% de investimento que o Governador vem propondo desde o primeiro momento de seu mandato, se agregarmos, ainda, a proposta de aumento em 4 parcelas - 20% a partir de 1º de fevereiro, 15% em março, 15% em abril e mais 15% em maio -, teríamos 23 bilhões de cruzeiros para o pagamento dos funcionários e ainda sobrariam 4,5 bilhões de cruzeiros, ou seja, 12% do total da arrecadação para o funcionamento e até mesmo o pagamento de algumas empreiteiras, uma vez que, neste momento, ele está imobilizado em função da moratória.

Koutzii sinalizava que havia dinheiro para pagar a proposta ali citada, mesmo com a ideia injusta, segundo ele, de separar 10% dos valores da arrecadação para investimento: “Não pagar é apostar no impasse, é apostar na crise, é apostar naquilo que denunciei desta tribuna, mas que, lamentavelmente, vem-se confirmando dia a dia: o desgaste dos sindicatos, o desgaste dos funcionários”. Ainda, seguia firme o alerta sobre a ruptura política caso as posições do governo seguissem daquela forma: “não conte conosco enquanto não flexibilizar e atender a justa demanda dos funcionários” (Comunicação de líder: 20ª Sessão, 3/4/91).

A bancada situacionista teve uma postura defensiva no início de sua gestão no Executivo. Tentava argumentar acerca das dificuldades do estado e insistia no necessário tempo para o Executivo modificar tal quadro. O combate à sonegação era um mote a ser perseguido: “(...) aqui, Collares inicia uma autêntica maratona, correndo atrás de dinheiro e cavando, da maneira que pode, novas fontes de recursos”. Segundo o deputado situacionista Gleí Santana (PDT), os valores devidos pela sonegação aliviariam o caixa:

Esses grandes devedores deixaram de recolher ao erário algo em torno de 100 bilhões de cruzeiros, montante igual a três vezes a arrecadação do Estado ou a cinco folhas e meia de pagamento do funcionalismo. O governo conhece


os grandes devedores e Collares diz que vai tratar pessoalmente deles. O Sigilo da Lei Tributária protege essa gente.

Quanto à crise com os educadores, - os demais servidores já haviam recebido os 109% de reajuste - mesmo reconhecendo os salários defasados, sugeria o deputado que o momento era propício para pensar “um pouco mais nos estudantes e abandonar posicionamentos radicais” (Grande Expediente: 21ª Sessão, 4/4/91). Na mesma perspectiva, uma longa nota do Executivo foi publicada nos jornais de circulação estadual pedindo por uma “trégua para as crianças”. Naquele momento, já estava consolidado o adiamento do início do ano letivo, “resguardando, desta forma, o direito da criança aos 200 dias letivos”. A proposta de reajuste via abono salarial também já havia sido encaminhada ao Legislativo, a revelia da decisão dos educadores. Aqui cabe um destaque: com o passar dos anos, a legitimidade das reuniões massivas em assembleias deram a este fórum um caráter deliberativo ante as propostas, em geral respeitado pelo Legislativo. Tal legitimidade foi um dos tantos aspectos questionados pelo Executivo e por parte da bancada situacionista. O episódio da proposta de abono encaminhada à decisão legislativa é um exemplo disso.

Ainda sobre a nota, como se percebe logo abaixo, são destacadas as conquistas - como os 25 anos de tempo de trabalho para aposentadoria (para as professoras, especificamente) do magistério combinado, ainda naquela altura, com a ideia de que as negociações resolveriam os dilemas visando melhorar a qualidade do ensino e “realizar uma profunda revolução no campo da educação popular, como fizemos na Prefeitura de Porto Alegre. Nós pedimos ao Magistério uma trégua para as crianças” (figura 31). Mais uma vez, em nome dos infantes, Collares fazia um chamado aos educadores em greve.

Figura 31: Nota do Executivo disputa posições na greve de 1991

APEDIDO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MAGISTÉRIO: UMA TRÉGUA PARA AS CRIANÇAS.

O Magistério já estava em greve, quando assumimos o Governo. Em assembléia, o Cpers-Sindicato rejeitou o reajustamento de 151% e resolveu não recuperar os dias de aula correspondentes a paralisação. Em mais de 10 anos, 302 dias de greve. A greve é um direito do trabalhador, é indiscutível. Todavia, há atividades que embora não consideradas essenciais, são fundamentais para uma sociedade, e o atendimento à criança é uma delas. A criança não pode ser prejudicada, mas tem sido a grande vítima destes acontecimentos. A escola pública por isso está desacreditada, a educação perdeu a qualidade. Portanto, o prejuízo é de todos.

As reivindicações do Magistério são justas. Salários defasados, falta de condições para o trabalho levaram os professores ao cansaço e à marginalização. O Estado está em concordata. Não tivemos condições de manter a proposta rejeitada, oferecemos um abono beneficiando mais os que ganham menos e menos os que ganham mais: para o professor que trabalha 20 horas 20 mil cruzeiros, 30 horas 30 mil cruzeiros, 40 horas 40 mil cruzeiros. Era uma medida emergencial. Em 1º de maio, data-base, este abono poderia ou não ser incorporado ao salário.

Em diversas audiências comprovamos ao Cpers a situação de calamidade pública do Estado, que nos levou a decretar uma moratória, não pagando fornecedores, empreiteiros, reduzindo as despesas de custeio e tentando negociar a dívida pública com o Governo Central, tudo em vão. No Rio, em São Paulo e em outros estados houve trégua aos novos governadores. Não podemos viver todos os anos com estes conflitos. Queremos, todavia, junto com o Cpers, corrigir as grandes distorções encontradas, com mais de 60 mil professores em sala de aula sofrendo desgaste psico-emocional do trabalho com a criança, enquanto, por incrível que pareça, mais de 50 mil estão fora da sala de aula, sendo que destes, quase oito mil foram cedidos, inclusive para outros estados, numa monumental deformação do processo educacional.

São conquistas legítimas do Magistério: 25 anos para aposentadoria, 60 dias de férias, 13º salário, licença-prêmio, direito a 10 dias de falta não justificada, em alguns casos, trabalho só de quatro dias por semana. Com a proposta de abono, pedimos uma trégua ao Magistério e ambas foram rejeitadas.

Para defender a criança não tivemos outra alternativa. Decretamos o início do ano letivo para após 1º de maio, resguardando, desta forma, o direito da criança aos 200 dias letivos. Pedimos ao Cpers-Sindicato que designasse um representante seu para integrar a superintendência financeira da Secretaria da Fazenda, a fim de acompanhar o comportamento da receita e da despesa. Pedimos mais: que nos ajudasse a fixar os critérios básicos para iniciar o processo de correção das grandes distorções existentes no Magistério do Estado do Rio Grande do Sul.

Apesar de tudo isso, temos certeza de que, nas negociações que continuam, vamos encontrar condições para esses graves problemas que angustiam o Governo, o Magistério e a sociedade rio-grandense. Nós vamos resgatar a dignidade do salário do Magistério. Vamos melhorar a qualidade do ensino, vamos realizar uma profunda revolução no campo da educação popular, como fizemos na prefeitura de Porto Alegre. Nós pedimos ao Magistério uma trégua para as crianças.

ALCEU COLLARES
GOVERNADOR DO ESTADO

Sobre o envio de propostas salariais sem a aprovação da assembleia dos trabalhadores em educação, merece destaque a posição do deputado Francisco Áppio (PDS) que trata exatamente desta tradição constituída com o tempo e como resultado de anos de movimentos reivindicatórios: “O Sr. Governador do Estado enviou para esta Casa o Projeto do abono, como se ele tivesse sido acordado pelas Lideranças e tivesse sido aceito pelo CPERS”. A crítica contundente do deputado pedessista reconhecia a legitimidade da entidade classista em referendar propostas do Executivo antes da definição do Legislativo: “Se, preliminarmente, o CPERS denunciou o abono como uma agressão ao plano de carreira e já o rejeitou, não será esta Casa que irá validar uma proposta que, sabemos, está sendo desencadeada apenas em um momento de impasse”.

Ao mesmo tempo, Áppio criticou o adiamento do ano letivo para 2 de maio, considerando que tal decisão não contribuía para a solução dos impasses criados e que eram mal vistos pela sociedade. A solução, segundo o deputado, viria da ação do Legislativo, que seria protagonista nas negociações nas semanas seguintes:

(...) a sociedade civil já não aguenta mais essa situação, porque as crianças precisam estudar, porque os professores querem lecionar, porque os pais estão angustiados com a falta de aulas. Há interesses extremamente importantes no sentido de que se retome a normalidade nas escolas — em algumas delas as aulas já haviam começado, em outras parcialmente. Por que esperar o dia 2 de maio? Isso poderá fazer com que continuemos neste impasse. O Governador nos traz um “pacote” que mais parece ser um grande “abacaxi”, mas, com a responsabilidade que assumimos, vamos desembrulha-lo, vamos discuti-lo seriamente. E sou forçado a acreditar na seriedade do Governador quando diz que aceitará a manifestação desta Casa como poder legítimo que é. Vamos ao entendimento, vamos às negociações, vamos buscar um denominador comum que traga uma solução o quanto antes, porque acreditem que, se essa solução não for tomada nesta Casa - que agora recebeu tal atribuição, que, aliás, é de seu direito -, duvido que no Palácio ou no CPERS ela surja ainda neste mês de abril (Comunicação: 22ª Sessão, 9/4/91).

Na perspectiva do deputado Wilson Mânica (PDS), na mesma sessão, tal situação se aproximava dos 30 dias numa espécie de “lengalenga”, nas palavras do legislador. Quando Collares trouxe a mediação para o Legislativo, tal fato seria como se ele tivesse sugerido: “Olha, vou atirar o pepino e vocês que se virem”. Para ele, o líder do governo não cumpria o prometido em campanha, ou seja, um poder decisório baseado em medidas concretas: “(...) essa malandragem de ‘chutar’ o ano letivo não pega bem para quem criticava tanto meu

Partido, tido como ditatorial, que prejudicava a comunidade brasileira”. Tal deputado não perdeu a chance, durante tal crise, em vários momentos, de lembrar os impasses também vividos quando o PDS era governo e o PDT, oposição. Sobre isso, ele realizou um breve retrospecto:

E digo isso porque cansei de levar vaias, aqui por dizer o Partido a que pertença. Ao contrário, orgulho-me do meu Partido, porque o produto não vale pela marca, mas pelo que é. E, orgulhosamente, integramos a Bancada do PDS, felizmente cercados por 12 colegas que nos causam orgulho. Então, venho a esta tribuna, hoje, para fazer um pedido ao Governador Alceu Collares: assumo sua autoridade de governo, juntamente com sua esposa, que é a mesma que, há alguns anos, andava de sinetinha na mão, ali na praça, dizendo que a greve é um direito dos trabalhadores. É a mesma, não mudou em nada. Aquilo que no tempo do PDS era democrático, era um direito, hoje continua sendo um direito, só que na vida - e isso é interessante - tudo que se fez hoje será cobrado, talvez, amanhã.

Mânica insistiu que as cobranças havidas no tempo dos governos pedessistas deveriam seguir: “aquelas soluções milagrosas que ouvíamos desta tribuna no tempo de nossos governos, de que só faltava vontade política, estão nas mãos, hoje, do Governador Alceu Collares e da Secretária de Educação, sua esposa”. Ironicamente, lembrava que era só ter vontade política, desejo e autoridade. Assim, como o deputado Áppio, confessou que só votaria matéria que servisse aos interesses dos educadores, afinal tinha aprendido com “(...) a Dra. Neuza Canabarro e com o Dr. Alceu Collares que na democracia existe o direito de reivindicar, portanto, existe o direito à greve. Desse modo, cabe à autoridade máxima, o Sr. Governador do Estado, o dever de solucionar este impasse”. Ironias a parte, o legislador exigia coerência do novo governo e da secretária da educação para que lembrasse do seu passado de exigências: “(...) praticando realmente tudo aquilo que ela reivindicava há dez anos. Nada me foi contado. Eu assisti a tudo o que aconteceu, no passado, na Praça da Matriz” (Comunicação: 22ª Sessão, 9/4/91). Vale ressaltar que Mânica citou três vezes o fato de Neuza Canabarro ser esposa do governador em seu discurso, o que mostra algum peso dado a este fato na retórica irônica estabelecida por ele. Vale ressaltar que foram comuns piadas, charges e comentários de todas as partes a respeito da relação marital entre o governador e a secretária, o que pode trazer elementos de uma visão machista em algum grau, em tempos nos quais o nepotismo ainda não era problematizado.

No debate legislativo, Flávio Koutzii (PT) voltou ao tema da arrecadação e das novidades trazidas das fontes oficiais: “Tivemos uma fantástica revelação. (...) Está aqui o documentos do Sr. Secretário do atual Governo. Em janeiro, 44% da receita líquida foi para o pessoal; em fevereiro, 56%; em março, 41 % (...)”. Tais números estavam bem abaixo do limite exigido legalmente de 65% de gasto com pessoal. Vale ressaltar que a falta do reajuste salarial era um fator determinante nesta baixa repercussão da folha de pagamento na receita, ou seja, o arrocho e a falta de reposição aliviava o cofre estadual. Seguia o deputado petista discorrendo que, além das negociações ante a dívida federal, era preciso eliminar a dívida salarial: “Deixo aqui uma reflexão para todos como fica a rolagem da dívida dos Professores”? (Comunicação de líder: 24ª Sessão, 11/4/91).

A mediação da Assembleia Legislativa avançou nos dias seguintes e a centralidade da greve dos educadores foi tanta que uma sessão foi cancelada para dar espaço a negociações e mediações das bancadas, assim descrito pelo presidente César Schirmer (PMDB):

(...) fatos novos ocorridos ao longo do dia de hoje e ainda à tarde nos ensejam fazer com que esta Sessão excepcionalmente tenha a sua duração reduzida, para que cada uma das bancadas possa, no decorrer das horas que nos restam até o fim do expediente, discutir e formar juízo sobre estes fatos novos. Da mesma forma, reduzindo os nossos trabalhos desta Sessão, permitiremos que a Casa receba no Gabinete do Presidente a direção do CPERS e do comando de greve, para que as nossas negociações e a intervenção desta Casa neste processo alcancem o fim desejado e para que possamos mais rapidamente resolver este impasse, atendendo os reclamos e as ansiedades da sociedade gaúcha. Em função disso encerramos a presente Sessão (Da Presidência: 29ª Sessão, 24/4/91).

Tal esforço contribuiu na concretização do índice de 191%, proposta substancialmente superior a anterior, embora ainda trouxesse uma série de destaques por parte dos grevistas. Por parte da bancada de situação, foi saudada a nova proposta como um limite alcançado nas possibilidades do estado, mesmo reconhecendo sua insuficiência: “Temos hoje um projeto salarial ao magistério público, que oferece não tanto quanto necessita e deseja o magistério, mas tudo aquilo que o Governo Estadual tem, em face das receitas públicas orçadas e previstas neste período de governo”. O legislador descreveu como positiva a mediação do Legislativo, através de suas bancadas e da presidência da Casa, para chegar àquele momento como uma espécie de “coroamento do sacrifício que há muito a sociedade do Rio Grande faz no caminho e na construção da solução deste problema”. Não

era a melhor das propostas, segundo o orador, mas “a que se apresenta dentro da realidade suportável, diante das dificuldades” (Comunicação de líder dep. João Luiz Vargas, PDT: 30ª Sessão, 25/4/91).

Não era esta a opinião de Flávio Koutzii, sempre representando a posição mais distante em relação aos interesses do Executivo na Casa Legislativa. Participante das tentativas de solução do impasse, disse o deputado que seu partido discordava dos números apresentados: “É preciso julgar o caráter da proposta. E ela é uma má proposta. Ela é muito pior do que as anteriores. Ela representa um nível de recuperação salarial (...) que fica muito aquém da defasagem já existente de 270%”. Era este o índice das perdas, conforme os dados do CPERS. Para a bancada petista, o governo poderia dar conta de tais perdas e mais uma vez a querela sobre a votação da proposta foi posta. Seria necessário esperar pela posição do sindicato e dos grevistas? Assim se posicionou Koutzii:

(...) a Bancada do PT fica satisfeita ao verificar que o Projeto não será votado hoje, porque isso seria um erro e uma desconsideração profunda ao período de reflexão e debate que o magistério deve fazer para indicar seu ponto de vista, o que, para nós, é o que mais importa (...). Deixamos claro que votaremos o projeto - e essa é a posição de nossa Bancada - a partir de uma sinalização que o magistério faça o Parlamento Gaúcho (Comunicação de líder: 30ª Sessão, 25/4/91).

Tal posição não era unânime. Uma novidade desta greve foi a intenção de setores do Legislativo em votarem a proposta à revelia da decisão dos educadores. O deputado Carlos Araújo, importante crítico do Governador Simon nas greves anteriores, reconhecia o momento delicado, mas defendeu a aprovação da proposta independente da posição dos grevistas, apesar de perceber que tal votação não seria possível, na prática.

Vale ressaltar a nota pública paga assinada pelo Comando de Greve e pelo sindicato publicada nos jornais estaduais, onde faziam um apelo aos deputados: “(...) os professores e funcionários de escola aguardam que o Poder Legislativo decida pela **não-votação** do projeto de lei de reajuste salarial, antes que realizem sua Assembleia Geral”. No texto, além de grifar o desejo de não votação do projeto, ficavam claros os pontos divergentes por parte dos educadores: “A ausência de uma política salarial no projeto, (...), gera insegurança nos

trabalhadores em educação e na sociedade em geral, pois apenas transfere o problema para o futuro” (CP, 30/4/91, p. 7).

O novo ano letivo, o qual reiniciaria em 2 de maio, estava chegando e havia a intenção do Executivo em encerrar o movimento paredista de qualquer forma. Para o deputado Araújo, a sua bancada, ao lado de outras, desenvolveu esforço no sentido de construir “uma proposta que, se não resolvesse o impasse, ao menos fosse razoável e pudesse colaborar com o magistério até setembro ou outubro, época em que o Governo entende que poderá elaborar definitivamente a política salarial”.

Originalmente, havia a intenção de chegar a um índice que tivesse trânsito entre as partes momentaneamente: “Temos consciência, repetimos, de que não é uma proposta que irá resolver os problemas, mas é a melhor que podemos fazer nesta oportunidade” e, para o deputado pedetista, era desejo do Comando de Greve haver uma proposta em tramitação no Legislativo: “E mais, hoje temos aqui uma Mensagem Retificativa, na qual o Governo se compromete a iniciar de imediato as negociações, a iniciar a discussão em torno da pauta de reivindicações do magistério”. Ainda existia a promessa de fixar, em definitivo, uma política de salários para os educadores até o mês de outubro. A presença dos grevistas nas galerias parecia desconfiar da promessa do deputado, como registraram os anais da Casa, aparentemente sem a revisão do orador:

(...) o Governo se compromete, como democrático que é... (...)
(Manifestação das galerias)... na qual o Governo se compromete, Sr. Presidente...como democrático que é ... (...) Sr. Presidente, prosseguindo com a nossa manifestação, sublinhamos que o nosso Governo, democrático como é, se compromete, e não poderia ser de outra forma, a que não haja quaisquer punições por motivo do movimento grevista.

Pareciam certas as desconfianças das galerias, ao menos em relação à punição dos grevistas, concretizadas ao final do movimento. Araújo, em seu longo pronunciamento, assumiu que desejava votar a proposta de qualquer forma, apesar do pedido dos grevistas: “nossa Bancada pretendia votar hoje esse projeto com o qual concorda, porque, ao nosso ver, é o máximo que o Governo do Estado pode conceder”. Apesar disso, afirmou que não iria “apresentar requerimento no sentido de votar o projeto hoje”. Possivelmente, a bancada da situação tenha percebido que a maioria não concordaria com tal requerimento, por existir,

segundo o orador, uma “situação delicada por que passam algumas bancadas, com opiniões divergentes neste momento” (Comunicação de líder: 31ª Sessão, 30/4/91).

Membros da bancada pedetista insistiram nas sessões seguintes que o Legislativo não deveria esperar por nenhum tipo de consulta aos grevistas. Assim se posicionou, por exemplo, o deputado Valdir Fraga, após avaliar que o Legislativo fez uma mediação adequada entre as partes em conflito: “Insistimos no sentido de que devemos esperar o resultado da assembleia do magistério, mas, seja ele qual for, devemos proceder à votação dos 191% de aumento para a categoria”. A opinião dos grevistas, na prática, não importava, de acordo com tal posição. Ao mesmo tempo, sugeria que as negociações fossem entre o governo e o sindicato, considerando os diversos afazeres da Casa:

A discussão e a resolução do problema dos professores devem ser feitas entre o Poder Executivo e o CPERS. Caso contrário, vamos ser sempre considerados os aparteadores de brigas ou as pessoas de posições radicais. Solicitamos ao Sr. Presidente que leve em consideração esse pedido, a fim de que possamos desenvolver nesta Casa outros trabalhos importantes, como, por exemplo, os com relação o cólera, à seca e a outros assuntos que nos afligem. Vamos insistir com o Sr. Governador no que diz respeito à política salarial. A partir disso, debateremos os assuntos nas comissões e receberemos representantes de todas as áreas, como os da segurança, saúde e educação. No Plenário, temos de discutir, encaminhar e votar os projetos.

O deputado parecia ter desistido da solução do impasse no contexto que se avizinhava e o temor que o Legislativo fosse controlado pela entidade classista, talvez de forma exagerada, foi expresso: “(...) chegou o momento as charges já andam aí, de repente teremos neste Plenário uma campanha, um sino ou um não-sei-o-que, dando-nos o horário de iniciar e terminar os trabalhos”. A assembleia dos educadores aconteceria naquele dia e esperava o deputado que o CPERS aceitasse a proposta, “mesmo sabendo que merecem muito mais, para que possamos continuar a luta. Estamos conscientes de que o nosso trabalho foi realizado” (Comunicação: 32ª Sessão, 2/5/91). Mais explícito ainda foi o deputado pedetista Pompeo de Matos, na Sessão seguinte, para quem o Legislativo se acovardava ante determinados interesses corporativos: “(...) é preciso que se diga que esta Casa não pode se submeter a pressões feitas pelo corporativismo”. O deputado questionou energicamente até mesmo a plena legitimidade da entidade classista e suas reivindicações: “Não há como manter a dignidade e elevar o conceito ético, político e moral da Assembleia Legislativa, quando nos

curvamos à coação de um grupo que sequer - assim entendo - pode representar todos os segmentos do magistério”. Seguindo no mesmo caminho discursivo, concluiu sua manifestação afirmando ter a “impressão de que, aqui, estamos sendo a Assembleia Legislativa dos professores do Rio Grande e não a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul” (Comunicação de líder: 33ª Sessão, 7/5/91).

Naquela altura, o impasse seguia depois da nova rejeição à proposta do Executivo na reunião estadual dos educadores. Neste cenário, o deputado Carlos Araújo (PDT) anunciava os acordos e as diferenças existentes naquele momento entre as partes ainda em forte impasse: “(...) já há acertos feitos, (...), tais como o percentual de 191% de reajuste, o estabelecimento de uma política de salários dentro de 30 dias, com vigência de aumentos a partir de 1º de setembro e a discussão da pauta do CPERS”. As divergências se resumiam “basicamente, no valor do percentual da recomposição do salário e a como se procederia para efetuar essa recuperação financeira”.

Seguiu o deputado aludindo sobre a diferença ante a recuperação das aulas: “(...) há uma decisão do CPERS em não recuperá-las -, e o desejo do Governador de descontar dos salários os dias de greve”. Ao contrário do prometido no discurso anterior por parte de Araújo, existia uma “discussão sobre o pagamento dos salários do mês de maio”. Em síntese, eram estes os pontos críticos divergentes entre grevistas e o governo: “a diferença que faltaria aos salários e a forma de pagamento dessa diferença, e o desconto ou não dos dias de greve relativos ao mês de maio”. Araújo expressou otimismo quanto a um acerto entre as partes nos dias seguintes: “Na verdade, a divergência não é grande. Tentaremos ainda hoje, (...) chegar a um acerto sobre esses aspectos. Se houver um acerto preliminar, o conselho convoca uma assembleia para sexta-feira” (Comunicação de líder: 35ª Sessão, 14/5/91). Eram os momentos finais da greve de 1991, sinteticamente relatado do ponto de vista da bancada de situação.

Como já observado no subcapítulo anterior, a assembleia, em 20 de maio, aprovou a proposta de 191% e assim o fez, na sequência, o Legislativo. A ideia de desconto dos 19 dias de greve daquele mês - bem como a não recuperação das aulas por parte dos docentes - foi mantida. Na votação entre os deputados foi incluída uma emenda que retirava os descontos mediante a recuperação das aulas, mas houve o veto de Collares, o qual também foi derrubado

pelos deputados, excetuando o voto da bancada do PDT. O desconto de salários foi mantido por ações judiciais, pois o tema tornou-se, aparentemente, uma prioridade para o Executivo.

4.5 A greve de 1991 no divã

O CPERS fez longas avaliações da greve e da relação com o Governo do Estado. Na Diretoria, ainda em maio, foi avaliado pelos diretores, entre outros itens, que a dinâmica da greve foi dada pelos petistas e que o movimento havia saído “no momento errado”. O esforço pela diferenciação ante as forças cutistas continuava, lamentando que nem sempre conseguiam parecer diferentes para a categoria. Para a maioria dos dirigentes, a categoria não estava pronta para a greve e o professor Eliezer Pacheco ainda lembrou que os grupos atuantes na diretoria - PCdoB, PDT e PSDB, segundo ele - estavam em crise e com dificuldades políticas: “Nossa relação com o PT deve ser uma relação de dureza, até porque o discurso deles é um fator de atraso”, concluiu. Segundo Feldman, os dias seguintes - no prazo de trinta dias para definir a política salarial - seriam decisivos para salvar a mesa de negociações com o governo para os dirigentes não serem “liquidados”.

A direção do CPERS buscava uma resposta para evitar o signo da derrota da greve que era alardeada pelos petistas e pela oposição sindical (Ata Diretoria, 30/91). Tal debate demonstra uma profunda divisão entre as forças do sindicato, um fator importante nas dificuldades percebidas durante a greve. Denise Schwochow, 2ª vice-presidente naquela gestão, recordou em seu depoimento as dificuldades de negociar com Collares, assim como as práticas de pressão constante por parte dos opositores sindicais: “A posição do governo foi extremamente autoritária e dura, e a oposição sectária e sistemática fez com que nos momentos de maior impasse a diretoria procurasse a Assembleia Legislativa como aliada”. A ex-dirigente cita a luta por posições nos microfones das assembleias classistas, algumas com grande presença de sócios: “As assembleias gerais gigantescas assistiam embates cada vez mais sangrentos no microfone. Enquanto a direção passava nos gabinetes pedindo a não votação de projetos que considerava prejudiciais, a oposição passava pedindo ao contrário”.

Segundo Denise, a oposição cutista variou suas acusações, pois, de “chapa branca” próxima ao Governo Collares no lastro partidário, “passamos a ser a direção radical que não

consequia ser recebida pelo governo por uma questão pessoal. E pipocavam boatos pelo Rio Grande do Sul, os mais sórdidos possíveis”. Vale aqui ressaltar que o Executivo também trabalhava com a ideia da luta de espaços entre Maria Augusta e Neuza Canabarro, ambas do PDT. Em reportagem/entrevista no CP, isso ficou subentendido, quando exposta a história conflitiva entre ambas: Maria Augusta fora diretora na Secretaria Municipal da Educação, quando Collares era prefeito, e Terezinha Chaise, a Secretária Municipal da Educação. Quando Canabarro assumiu a Secretaria em Porto Alegre, entre outras alterações no *staff*, Feldman perdeu tal posição: “Ela não esconde as divergências com a atual Secretária Estadual da Educação, ‘mas são divergências de filosofia e métodos de trabalho e em nenhum momento se caracterizam por desavença pessoal’” (CP, 12/5/91, p. 6).

Quanto à oposição cutista a Maria Augusta e sua Diretoria, segundo a professora Denise Schwochow, o objetivo das práticas destes opositores, naquele momento, “era desconstruir o ‘inimigo’, que no caso era a direção central do Sindicato”. Em relação às negociações e análise das propostas, também houve constante conflito entre os grupos, como relata a depoente:

Radicalizaram as manifestações cada vez que se vislumbrava uma possibilidade de negociação. Defenderam a continuidade da greve mesmo quando o movimento já mostrava seu esgotamento. Forçaram rejeição de uma proposta do governo para dias depois encerrarem a greve com aceitação da mesma proposta, isso quando o desgaste das relações entre o Comando de greve e o Governo não permitia mais a possibilidade de reversão dos descontos dos dias parados. A direção central era atacada pelo autoritarismo do governo Collares e sofria o confronto sistemático da oposição dentro do Sindicato (SCHWOCHOW, Denise A. *Depoimento*: março-abril/2016).

Essa oposição citada pela professora Schwochow, formada por diversos grupos do campo identificado com a esquerda cutista, venceu as eleições seguintes em 1993 e passou, a partir daquele momento, a disputar entre si a hegemonia do sindicato, o qual, aliás, filiou-se oficialmente à CUT em 1996.¹⁴⁶ A avaliação da greve de 1991 também pôde ser

¹⁴⁶ Sobre a filiação a CUT, recorda-se Paulo Egon Wiederkehr, em seu depoimento: “Eu sou fundador da CUT, que iniciou, salvo melhor juízo com a CONCLAT, criada em Santos, depois se desdobrou em duas centrais. A filiação do CPERS à CUT aconteceu quando eu era presidente. Inicialmente havia resistências e até e incompreensão em relação à importância das Centrais Sindicais e seu papel na representação de todos os trabalhadores e a força que a união de todos tem na luta pelos direitos da classe trabalhadora. Houve muita disputa sobre as diferentes visões e práticas que caracterizavam ideologicamente as centrais. Minha prática

explicitada por parte da Diretoria no periódico *Magister*, a partir de um detalhado relato das negociações. Aspectos como falta de objetividade e de detalhamento foram destacados, assim como um “caráter ambíguo e vago” nas discussões na mesa entre as partes, “além da tentativa de procurar dar interpretações descabidas às propostas formalizadas pelo Cpers/Sindicato”. Na visão dos dirigentes, as manifestações fora da mesa também foram elementos complicadores que contradiziam “ou desarticulavam o conteúdo discutido nas reuniões. Isso dificultou a interpretação do rumo que efetivamente queriam os negociadores do Cpers/Sindicato (...)” (*Magister* nº 117: julho de 1991, p. 3).

O difícil contexto nacional foi destacado pelo órgão de informação da direção do CPERS. Segundo tal leitura da realidade, a transição dos novos governos estaduais, somada à dificuldade financeira, “dificultou a relação do movimento com a opinião pública, principalmente considerando o respaldo popular destes governos, eleitos recentemente em pleitos de dois turnos”. Collares, assim, era um governo fortalecido e recém-empossado que, na avaliação dos dirigentes classistas, se submeteu as exigências do Governo Federal, especialmente aplicando um arrocho salarial aos servidores públicos, “além de diminuir investimentos na área pública, dando prioridade para o setor privado” (*Magister* nº 117: julho de 1991, p. 6). Na mesma avaliação, a Assembleia Legislativa foi elogiada como cumpridora de um “destacado papel de mediadora, especialmente na construção da proposta de reposição das perdas, estabelecendo o patamar de 191%, parcelado em quatro vezes”.

Quanto à definição da greve antes da posse de um governo recém-eleito e que pedia uma trégua de cem dias, houve o reconhecimento que a decisão favorável ao início da paralisação fora da maioria, mesmo que “um número significativo de lideranças tivesse a clareza de que o quadro político era adverso e não estava explicitada a posição política do futuro governador em relação ao movimento reivindicatório”. Para a direção do CPERS, a ampla campanha de mobilização realizada nos meses anteriores motivou esta resposta forte

desde o início se identificava com a CUT, e defendia esta Central Sindical, mas em relação à filiação acompanhei o amadurecimento da categoria e quando propusemos a filiação vencemos pois a categoria estava informada, esclarecida e consciente do papel das centrais sindicais e da diferença entre elas” (WIEDERKEHR, Paulo E. *Depoimento*: junho-julho/2016).

dos educadores ainda ao Governo Guazzelli, embora “demonstrassem receio de enfrentar uma nova greve” (Magister nº 117: julho de 1991, p. 7).

Sobre este tema, em seu depoimento, Schwochow recordou que antes da assembleia que definiu a greve houve uma reunião dos principais dirigentes das forças e articulações atuantes no CPERS. Ali foi analisada como temerária a decisão por uma paralisação por tempo indeterminado naquele momento:

(...) na véspera da grande assembleia que decretou a greve houve uma reunião com todas as lideranças no 5º andar do CPERS. Todos concluíram ser temerário decretar greve durante um período de troca de governo do PMDB para o PDT. Nessa reunião se construiu a proposta, a ser levada para o plenário, de aprovar uma paralisação como forma de advertência. No entanto, na assembleia, lideranças de oposição defenderam a greve e acusaram a diretoria que levou a proposta de paralisação de estarem protegendo o governo reforçando uma acusação feita durante a campanha eleitoral (SCHWOCHOW, Denise A. *Depoimento*: março-abril/2016).

Eliezer Pacheco, vice-presidente na mesma gestão junto à professora Denise Schwochow, em sua dissertação, também discorre sobre a prudência da greve antes mesmo da posse de Collares. Para ele, tal greve deixara valiosas lições, pois “a quase totalidade das lideranças tinha clareza de que não poderíamos nos orientar apenas pela indignação da categoria, a qual amargava nove meses sem reajuste”. Apesar disso, os acontecimentos foram se sucedendo e a categoria “atropelou” as lideranças, na visão de Pacheco. Assim se definiu pela paralisação e tais líderes em nenhum momento haviam “colocado com clareza os riscos da mesma”. Em poucos dias, haveria a posse de um governo que prometera uma “revolução na educação”, eleito por boa margem de votos e detentor de certa expectativa, logo frustrada. O autor não esqueceu da definição pela não recuperação das aulas da greve, o que levou a um “isolamento da categoria em relação à opinião pública e expôs antecipadamente um trunfo que deveria ter ficado para ser utilizado no momento oportuno”.

Durante o processo grevista, o governo jogou com o prolongamento do mesmo, “como forma de isolar mais ainda o movimento”. Na prática, ao final do episódio de 74 dias, “se conseguiu de concreto apenas sair dela com a entidade e a categoria preservada, frustrando neste aspecto o objetivo de Collares”. Segundo Pacheco, ficou demonstrado que o desejo de luta e o grau de indignação não bastam para se decidir por um movimento

paredista: “as greves devem ser deflagradas no momento em que a conjuntura lhe permite conquistar vitórias. E isto depende da conjugação de uma série de fatores, muitos dos quais independentes de nossa vontade” (1993, p. 110-113).

Vale ressaltar que nem mesmo o professor Eliezer Pacheco, conforme as atas analisadas neste capítulo, se posicionou contrário à greve naquele momento específico, quando compunha a diretoria central do sindicato. Rever uma posição em determinado contexto é válido e para isso servem balanços e avaliações posteriores. Ao se debruçarem sobre este tema, Bulhões & Abreu registram que no debate sobre a definição paredista em março, “a maioria da diretoria também defendeu a deflagração da greve”. Contrários à ideia, inicialmente se posicionaram algumas lideranças específicas, alguns diretores de Núcleos que expressavam a posição de suas regiões, e, na assembleia geral, alguns educadores não identificados como lideranças destacadas.

A professora Mariza Abreu, coautora desta obra, também pertenceu àquela diretoria na condição de 1ª vice-presidente até o início de 1991, quando renunciou para assumir a nomeação em concurso público na área da educação na Câmara dos Deputados. Era a dirigente eleita na chapa de Feldman com mais experiência durante a década de 1980 na gestão sindical. Sobre isso, ela relata: “as dificuldades de direção do movimento na greve de 1991 estiveram ligadas à falta de consolidação na diretoria eleita de experiências de articulação da mobilização com a negociação”. Soma-se a isso a reação da diretoria capitaneada por Feldman ante a acusação da chapa cutista, ocorrida desde a eleição em 1990, de que o grupo eleito não levaria a luta de forma consequente em função de seus compromissos partidários. Tal elemento também pode ter contribuído para a formulação da posição majoritária favorável ao embate grevista, mesmo antes da posse do novo governador (1992, p. 103 - 104).

Mas como supor que esperar a posse de Collares sem greve ou conceder a trégua de cem dias levaria a um melhor desfecho, mesmo que momentâneo, à luta daquele ano, constituída na longa duração, desde 1979? Não há como ter certeza ou avançar além da reflexão sobre probabilidades que não passam de especulações no campo teórico. A derrota de 1991, entre tantos outros elementos, reduziu o piso salarial docente ao menor índice desde 1974, conforme estudos do DIEESE na época. Após a greve, “não houve avanço nas

negociações. A política salarial não foi estabelecida, ficando o magistério sem novos reajustes no restante do ano”. A ideia do Executivo era atrelar os futuros reajustes ao movimento da arrecadação. Além disso, o governo arguiu a inconstitucionalidade da eleição de diretores, ameaçou cortar o repasse das mensalidades dos sócios do CPERS e, em dezembro de 1991, novamente houve parcelamento do 13º salário, apesar do violento achatamento salarial. As investidas defensivas dos educadores no âmbito judicial não tiveram sucesso (1992, p. 79 - 80).

Quanto ao fim da greve, em 20 de maio, segundo avaliação no periódico dos educadores, isso ocorreu fruto das condições adversas. Ao mesmo tempo, a proposta da continuidade das reivindicações, via negociação, fora “correta e responsável”. Mesmo a assembleia expressiva de 2 de maio já demonstrava certo desgaste e isolamento ante à sociedade, “o que dificultava sua continuidade. As dissensões já eram elevadas (...)”. Como positivo, foi destacado que a entidade havia sido preservada, apesar do violento conflito com Collares, bem como a proposta de abono derrotada. Além disso, “o ano letivo não começou quando o governo determinou, mas quando a categoria decidiu, e abriu-se a perspectiva de se buscar, no prazo de trinta dias, a negociação e uma política salarial” (Magister nº 117: julho de 1991, p. 7).

As avaliações acerca da greve de 1991 seguiram tendo espaço em vários materiais do sindicato nos meses seguintes. A direção da entidade buscou explicitar suas opiniões e assim fazer a disputa com o Executivo Estadual, por vezes comparando-o com governos do período da ditadura. Para os dirigentes, Collares, em suas práticas, havia ferido o “direito legítimo de greve, de livre manifestação e de reunião” e, desta forma, o Executivo havia lembrado “os dias sombrios da ditadura, onde divergir significava crime”. Os ataques citados pela Diretoria foram vários, o que demonstrava uma intenção de desarticular a entidade: “corte de salários, (...) ameaças de faltas não justificadas e inviabilizar economicamente o Sindicato, com a retirada dos Diretores de Núcleos, (...) um acordo que se mantinha (...) na época dos governadores nomeados”. As críticas do CPERS ao Governo Collares sugeriam que este queria retroceder a educação gaúcha a “padrões de 1950” (Magister nº 120: agosto-setembro de 1991, p. 2).

O relato da presidente Feldman, em assembleia no dia 30 de agosto de 1991, afirmava que Collares se afastou de qualquer possibilidade de entendimento, ao contrário do que fora pregado no início de seu governo, o qual já estava ali marcado pela falta de professores, de proposta pedagógica e de democracia, em função das sindicâncias e ordens de serviço:

Há uma determinação em atacar a organização sindical. Este desrespeito não é só em relação ao CPERS; é, também, em relação a FASPERS que o governador não recebe. A FESSERS não foi recebida, porque ele esqueceu ou não avisou, quando desmarcou a audiência, deixando-os esperar até que anunciaram o cancelamento (Ata Assembleia, 08/91).¹⁴⁷

A relação entre as partes assim se manteria, com graves choques e desentendimentos até o fim de ambas as gestões, mas sem novas greves. Quanto aos valores relativos aos 19 dias de desconto, até hoje não foram restituídos aos grevistas daquele ano, mas as faltas foram abonadas no governo seguinte, liderado por Antônio Britto (PMDB). Ao justificar os descontos, a ex-secretária Neuza afirmou em seu depoimento que em “qualquer lugar do mundo quando se tem uma greve ou desconta do funcionário ou o sindicato assume pagar pro funcionário”. Segundo Neuza, não é possível recuperar o dia já perdido: “(...) ainda mais que ele tá disponível ali. Não é como numa fábrica, que as pessoas se dispõem a fazer um terceiro turno pra recuperar, pela produção. Aí não se recupera e eu descontei”. A relação do desconto salarial com o futuro de sua gestão sem greves ficou evidente: “Descontei esses dias aí dos professores e não tivemos mais greve até o final do nosso mandato do Collares e o meu mandato de Secretária de Educação” (CANABARRO, Neuza. *Depoimento*: agosto/2016).

Em sua tese de doutoramento, a professora Neuza Canabarro destaca que o movimento docente vinha em confrontos com o Executivo Estadual desde 1979. Segundo ela, a gestão Collares tinha como “prioridade a educação” e como objetivo “atender a Pauta de Reivindicações da categoria”. Para a autora, no entanto, “a prática demonstrou quão difícil é a administração pública, quando outros interesses político-partidários intervêm nos

¹⁴⁷ FESSERS - Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul - fundada em 25/5/1975 - representa diversos sindicatos de trabalhadores na área da saúde, enquanto a FASPERS - Federação das Associações de Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul - fundada em 18/4/1984 - atua como representante de diversas entidades de servidores ligados ao estado. Ambas são entidades classistas de segundo grau.

objetivos da categoria” (Elizeire, 1999, p. 138). A ex-secretária não desconsiderou, por outro lado, o fator salarial como mais um entrave na relação entre governo e sindicato: “(...) a dificuldade em manter uma boa relação com o Sindicato, além do fator político, foi pelo aspecto salarial, que, na verdade é o que centrava as negociações”. O Plano de Carreira nunca é esquecido na análise: “sem abrir mão das pseudo conquistas, a própria entidade impedia um avanço maior do nível salarial” (p. 140).

Avaliações tão distintas levaram a um confronto de grandes proporções, como analisado nas páginas acima. Ao menos temporariamente, a gestão Collares, ao descontar os vencimentos e endurecer as negociações, fez refluir o ascendente movimento dos educadores que naquele momento iniciou um intervalo nas suas constantes e destacadas mobilizações paredistas. Vale ressaltar que, apesar do desconto dos dias de greve, na prática, as aulas acabaram sendo recuperadas, o que, aliado a outros fatores, representou uma séria derrota aos professores e funcionários de escola.

O cenário geral dos movimentos sociais e dos trabalhadores em todo país também contribuiu no refluxo das lutas dos educadores, até então constantes. A década de 1990 foi marcada, entre outros fatores, pelo “predomínio de uma agenda de reformas liberais-conservadoras e nos últimos anos houve ainda um aprofundamento da crise econômica e social” (Oliveira, 1994, p. 501). A partir do Governo Collor de Mello (1990-1992), o país entrou no cenário da reestruturação produtiva sob o comando do neoliberalismo. Gradualmente ocorreram transformações no sentido da “desregulamentação, flexibilização, privatização, desindustrialização”, além do aumento da “informalidade, terceirização, subemprego e desemprego aberto”. Mesmo a CUT, reconhecida - ou temida - nos anos 1980 pela radicalidade, caminhou para um modelo sindical de concertação e negociação baseados no sindicalismo social-democrático europeu “que tendia mais ao contratualismo, a ser mais propositivo, institucionalmente forte e cada vez mais verticalizado (...)” (Antunes & Santana, 2014, p. 135 - 137).

Tais elementos combinados fizeram que a década de 1980, caracterizada pelas lutas e, segundo os críticos, pelo grevismo, não se repetisse. A sequência dos movimentos grevistas por mais de uma década inegavelmente levou a um processo de desgaste, como se fossem banais tais processos, sempre aguardados durante cada ano letivo que se iniciava. Inúmeras

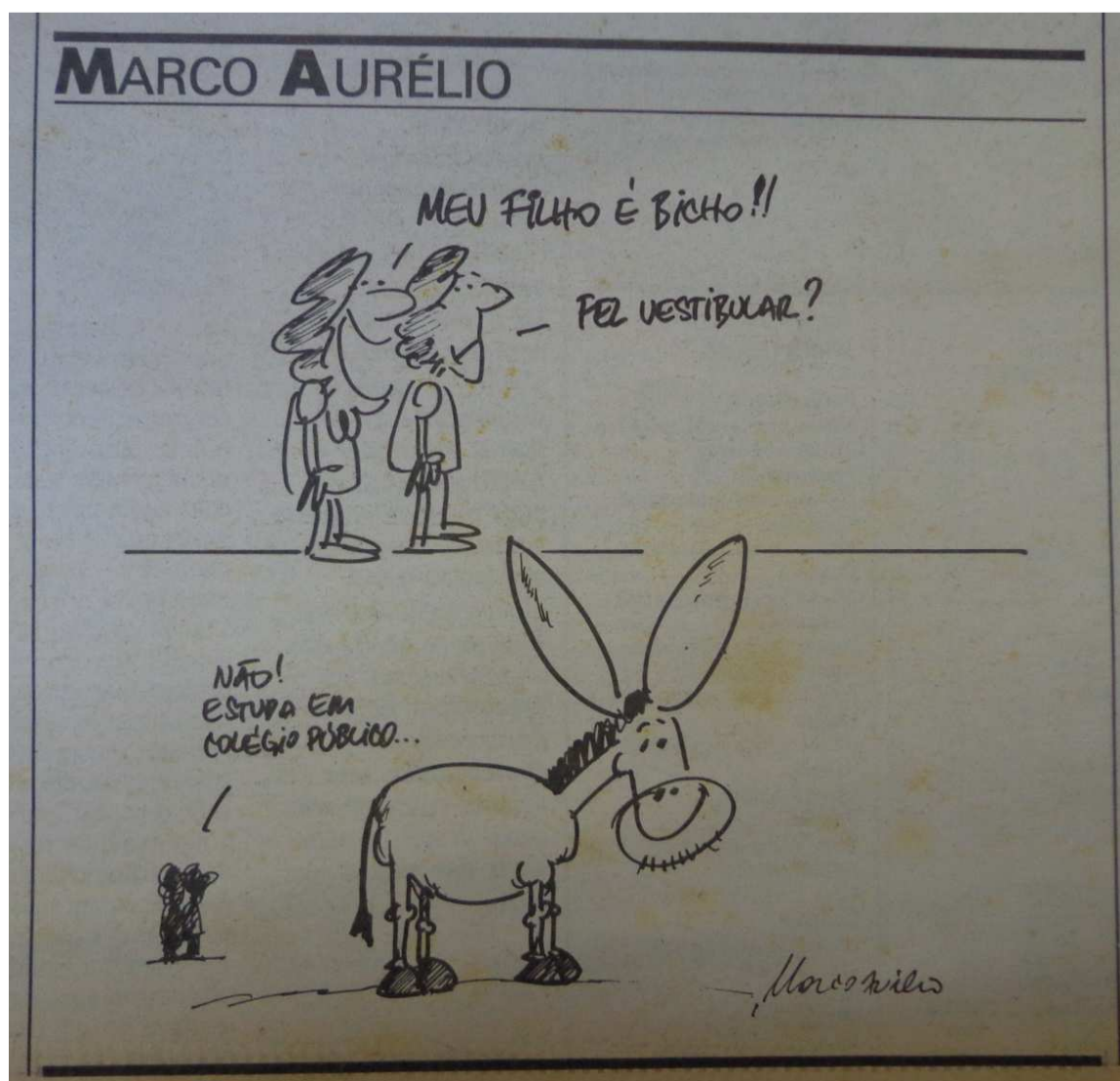
reportagens na imprensa davam conta desta situação, como esta, em ZH: “O currículo das escolas estaduais ganhou uma nova disciplina desde 1979: a greve. Nos últimos 12 anos, formou-se uma geração de alunos que se acostumou a conviver com um ensino precário e professores cada vez mais frustrados”.

Segundo tal reportagem, escrita em 1991, os prejuízos foram inúmeros neste período, como relata ao descrever o exemplo da estudante Simone Corte e suas dificuldades no vestibular:

A pequena estudante que adorou não ter aula por causa da primeira greve de professores (...) aprendeu cedo a criticar o movimento e a conviver com a realidade de quem não tem condições de financiar um colégio particular. Na greve de 45 dias de 1989, trabalhava como estagiária da Caixa Econômica Federal. Na de 90, era funcionária de uma distribuidora de papel. (...) “Odiava porque tinha aulas aos sábados para recuperar. A gente achava que eles estavam com má vontade. Perdi um pouco de respeito pelos professores. Era como se eles estivessem interessados só no salário”. (...) Simone traz na bagagem estudantil todas as greves do Magistério e esse desdém enorme pelo ensino da escola estadual. “Os alunos debochavam quando os professores vinham com a explicação ‘pela melhoria da educação’. Se não tivesse feito cursinho, não teria passado no vestibular (...)”.

No mesmo texto, foi apresentada a irmã de Simone, dez anos de idade, na 5ª série, mas que ainda lia com dificuldade. Devido às férias prolongadas até 2 de maio, a pequena Cíntia passava os dias “assistindo ao programa da Xuxa na televisão, ou brincando com os amigos”. Havia, para a jovem estudante, a esperança de ir para uma escola particular no ano seguinte. Ana Elusa Rech, mãe de dois filhos, também foi entrevistada sobre o tema, quando afirmou que as paralisações frequentes poderiam formar uma geração de reacionários, pois “as crianças entram em pânico quando se fala em greve” (ZH, 31/3/91, p. 26).

Figura 32: Charge relaciona estudante da rede estadual a um burro, em função das longas greves



Fonte: ZH, 3/5/91, p. 64

Em tempos de refluxo dos movimentos e desgaste ante a constante ocorrência grevista desde 1979, tal abordagem encontrou espaço expressivo no periódico. Como já comentado, o movimento sindical combativo depende muito de fatores como legitimidade, qualidade das lideranças, liberdade política e um contexto favorável para que atitudes combativas possam se desenvolver. A derrota de 1991, apesar de marcante, não significou a perda na confiança na luta, mas um arranhão temporário. Se o receio ou pânico de pais e alunos ficou destacado em momento de derrota de uma greve, com o passar do tempo, novos (e velhos) motivos se combinaram para que a síntese entre solidariedade e legitimidade pudessem ser retomadas

em novas lutas. Assim, novas ações, paredes e protestos ocorreriam nos anos 1990 e mesmo no século seguinte.

Se tantos fatores combinados contribuíram para a redução da legitimidade da greve de 1991 e uma rede complexa de cenários isolou o movimento dos educadores naqueles 74 dias e o levou a uma derrota importante, em 1997, já no Governo Antônio Britto, um novo movimento grevista, também com grandes assembleias no Gigantinho, foi observado. A saga dos trabalhadores em educação teve um intervalo, mas a sua jornada em defesa das condições de vida e de trabalho está, ainda no século XXI, longe de um horizonte de término.

Considerações finais

*Professores
Protetores... das crianças do meu país
Eu queria, gostaria
De um discurso bem mais feliz
Porque tudo é educação
É matéria de todo o tempo*

*Ensinem a quem sabe de tudo
A entregar o conhecimento
Ensinem a quem sabe de tudo
A entregar o conhecimento*

*Na sala de aula
É que se forma um cidadão
Na sala de aula
Que se muda uma nação
Na sala de aula
Não há idade, nem cor
Por isso aceite e respeite
O meu professor*

*Batam palmas pra ele
Batam palmas pra ele
Batam palmas pra ele que ele merece!*

(Anjos da Guarda, Leci Brandão: Álbum Anjos da Guarda, 1995).

A letra acima foi composta em 1995 - premiada como melhor álbum de samba no ano seguinte – e tonou-se música constante nos movimentos, passeatas e protestos dos educadores em todo país. Conforme relato da própria autora Leci Brandão, em entrevista à Rádio Globo em 2014, a letra surgiu quando a sambista assistiu uma notícia na TV sobre uma passeata de

professores duramente reprimida pela polícia.¹⁴⁸ Rapidamente a mesma tomou forma após o fim de tal noticiário; Brandão é uma compositora intuitiva, característica de quem não utiliza instrumentos musicais para compor letras e músicas.

Facilmente se pode refletir sobre o conteúdo de “Anjos da Guarda”, uma tentativa de valorização dos trabalhadores da educação, possivelmente a categoria profissional diplomada em nível superior com menor *status* na sociedade brasileira. Que outro ofício precisaria de uma letra como essa, de debates e campanhas constantes que estimulem e lembrem como é importante a sua valorização? Se Leci Brandão registra em sua canção o desejo de ter um “discurso mais feliz”, certamente milhares de educadores, especialmente a parcela oriunda dos estratos economicamente menos privilegiados da sociedade, desejariam uma vida com maior conforto e previsibilidade material. Nos capítulos anteriores se refletiu, ao menos parcialmente, sobre algumas respostas para este cenário: um panorama que perdura por décadas e penetra o século XXI com poucas perspectivas. Segue ainda a falta de previsibilidade.

Tal dificuldade se aprofundou com as crises periódicas do modelo nacional que atingiu com diferentes nuances as décadas 1970, 1980 e 1990. Sendo um país marcado por expressivas desigualdades sociais, o Brasil refletiu isto na valorização de sua categoria profissional mais numerosa: os trabalhadores em educação, especialmente os da rede pública de ensino básico. O regime civil-militar contribuiu no aprofundamento de tais desigualdades e o “bolo” que seria repartido mais tarde, após o devido crescimento, ainda é esperado por milhares. Naquele período, a área educacional conheceu um crescimento quantitativo espantoso, a partir da entrada de milhares de educadores no mercado de trabalho em todo o país. Ao mesmo tempo, foi percebida a expansão da rede básica escolar acompanhando tal processo. Esta ampliação da classe trabalhadora urbana acabou se voltando, em inúmeras lutas, contra o regime que, de alguma forma, contribuíra para tal quadro expansionista.

Mais adiante, de forma dramática para milhares de ativistas pela redemocratização, se percebeu que a chegada da abertura política não significou uma mudança drástica neste

¹⁴⁸ A entrevista completa está registrada em <<http://radioglobo.globoradio.globo.com/botequim-da-globo/2014/04/24/LECI-BRANDAO-CONTA-O-QUE-A-LEVOU-ESCREVER-A-CANCAO-ANJOS-DA-GUARDA.htm>>, acesso em 31/10/2016.

quadro e, em certos aspectos, ocorreu a piora ou a continuidade no mau trato às questões dos trabalhadores, em que pese a maior liberdade de ação e expressão individual e coletiva. As crises constantes do modelo econômico brasileiro, enlaçadas na realidade estadual, colocaram como opção dos governantes - invariável - o achatamento salarial, especialmente, no caso sul rio-grandense, a partir do governo do PMDB. A contenção de despesas com pessoal se tornou importante variável para redução dos déficits públicos e a possibilidade de realização de investimentos, inclusive na educação, mas não nos salários dos educadores. Essa tônica, já percebida no Governo Brizola, anterior ao golpe de 1964, se repetiu nas gestões do PMDB e do PDT, ou seja, existiram investimentos na estrutura física da educação, superiores aos governos anteriores, mas não houve o mesmo patamar de acréscimo na massa salarial dos servidores da área. Importa assinalar que, apesar disso, os investimentos globais na área da educação comparados com o conjunto da administração direta tiveram uma tendência de queda significativa no mesmo período. Mesmo com a ampliação da rede de atendimento e da massa de estudantes, os investimentos educacionais foram cortados drasticamente, o que, em parte, explica os excedentes comuns na época das matrículas escolares verificados nos anos 1980 e 1990, limitadores da universalização do acesso à escola pública.¹⁴⁹

Assim, o cenário das importantes batalhas entre estado e educadores estava montado, o que explica, de forma essencial, o conflito aparentemente incessante entre as partes. Do ponto de vista local, a origem das greves geralmente esteve na imprevisibilidade das condições materiais da coletividade de educadores e na reação às perdas acumuladas. A falta de indexadores sólidos e constantes para reposição de perdas foi um elemento central das lutas no período analisado. O piso dos 2,5 salários mínimos esteve na pauta em boa parte destas lutas e, quando conquistado, arrefeceu a quantidade de greves e foi o período de maior crescimento da massa salarial docente, apesar da crise econômica nacional recessiva estabelecida entre 1982 e 1983. Porém, tal piso teve vida efêmera, pois ameaçava o cenário

149 Tais dados foram divulgados, por vezes como denúncia, por bancadas legislativas de oposição e também registrados por Bulhões & Abreu, baseados em dados oficiais da Secretaria da Fazenda e no Parecer 1187/91 do CEE/RS. Entre 1964 e 1966, por exemplo, houve investimentos na área da educação no montante de 28%, enquanto no ano de 1991, tal índice foi reduzido a 15,8% (1992, p. 117 - 120).

descrito acima: a contenção salarial no contexto de redução dos investimentos educacionais globais.

A garantia de tal piso, quiçá a maior conquista dos anos 1980, se deu por poucos meses nos anos 1982 e 1983 e, mais tarde, apenas ao final de 1986, após a importante greve de 1985, marco divisório das mobilizações dos educadores. O marco das conquistas grevistas, como neste caso, acabou sendo transitório: mesmo as mais vitoriosas negociações de fim de greve, especialmente em período de inflação crescente, foram sem sustentabilidade e na escuridão da imprevisibilidade. Este quadro acirrou as desconfianças da massa de educadores ante a capacidade do estado cumprir seu papel quanto à garantia de um padrão de qualidade na educação e de cumprir acordos, ou mesmo leis aprovadas no Legislativo. Os acordos e legislações rasgados foram um aspecto central no acirramento de conflitos entre o Executivo e os educadores, algo comentado, com variadas nuances, pelos depoentes destacados nesta tese, por exemplo. Ao mesmo tempo, a alta pressão realizada pelos movimentos docentes trouxe acordos e legislações que os gestores realmente não sabiam se poderiam cumprir: isto ficou visível nos episódios de 1980 e 1985.

Vale ressaltar que isso acirrou a desconfiança ante as instituições, tão comum no processo político brasileiro e que atingiu, de forma peculiar, também o aparato sindical. Tal desconfiança justifica, pontualmente, as propostas rejeitadas em assembleias regionais ou estaduais quando estas não estipulavam os seus itens detalhadamente e também refletiu na falta de autonomia do Comando, ocorrida na maioria das greves, quando este organismo não tinha plena autonomia para negociações complexas na mesa junto ao Executivo, sendo obrigado a levar tudo para a deliberação amplamente coletiva na assembleia geral. Isto não impediu uma certa síntese entre a base docente e a entidade nucleadora e representativa das ações durante o período das lutas: especialmente uma luta vitoriosa tende a ampliar o prestígio de uma entidade e de seus dirigentes. Em caso contrário, uma derrota pode afastar setores importantes dos trabalhadores de seu sindicato-associação e ampliar a desconfiança institucional, o que reforça a importância de que os estudos sobre a classe trabalhadora não se resumam à superestrutura sindical.

E quanto à ação direta docente e o papel cumprido pelas assembleias estaduais dos educadores? Nem sempre reuniram muitos milhares, mas representaram o fórum coletivo

amplo de deliberação e de mobilização estadual do conjunto da categoria profissional: eram redes de participação e união em tempos sem *web*. Merece destaque esta característica: tais reuniões não se limitaram a deliberar sobre temas, mas se estabeleceram como fóruns de ação direta, de contradição, de polêmica ou de consenso, segundo o contexto de cada enfrentamento. Se nos períodos de baixa mobilização, as assembleias reuniam no máximo duas ou três centenas, as grandes mobilizações somavam mais de vinte mil, vindos de todas as partes do estado.

Ao redor de quarenta mil estiveram na memorável reunião no Estádio Beira Rio em 1985, o maior evento (em termos quantitativos) da história dos movimentos dos educadores. Esta característica dual - deliberação e mobilização - é comum em toda esta década de lutas, mesmo nos períodos de menor ascenso. A tabela 6 abaixo se dedica às assembleias maiores, em geral definidoras do início e término das paredes. No espaço da imprensa, capas e reportagens inúmeras vezes registraram as massivas presenças nas reuniões estaduais dos educadores e tal público, podendo variar e sendo muitas vezes quantitativamente impreciso, em geral seguiu uma certa lógica: as grandes assembleias que decidiam grandes questões foram marcadas por grandes públicos.

Tabela 6: Principais assembleias, definições e público presente (1979 – 1991)

Data	Presença	Principais definições
2/4/79	4 mil	Greve por 2 dias/rejeita proposta do Executivo.
5/4/79	10 mil	Greve por tempo indeterminado/rejeita proposta do Executivo.

9/4/79	15 mil	Segue a greve por tempo indeterminado/rejeita proposta do Executivo.
17/4/79	10 mil	Fim da greve/aceita proposta do Executivo.
20/10/80	2 mil	2 dias de paralisação ao final daquele mês.
1/11/80	15 mil	Greve por tempo indeterminado.
18/11/80	17 mil	Fim da greve - aprovado Acordo/80.
18/3/82	24 mil	5 dias de greve.
23/3/82	5 mil	Retorno às aulas ante ameaça de intervenção no CPERS.
10/5/85	25 mil	Greve por tempo indeterminado.
1/7/85	40 mil	Segue a greve por tempo indeterminado/rejeita proposta do Executivo.
8/7/85	25 mil	Fim da greve. Aceita proposta – Acordo/85.
10/4/87	15 mil	Greve por tempo indeterminado/rejeita proposta do Executivo.
14/7/87	30 mil	Fim da greve, mas não aceita proposta do Executivo. Legislativo fica liberado para aprovar.
14/10/88	6 mil	72 horas de paralisação.
19/10/88	17 mil	Greve por tempo indeterminado.
25/10/88	12 mil	Aceita proposta do Executivo e retorna às aulas.
17/5/89	18 mil	Greve por tempo indeterminado/rejeita proposta do Executivo.
7/6/89	12 mil	Segue a greve por tempo indeterminado/rejeita proposta do Executivo.
27/6/89	8 mil	Aceita proposta do Executivo e retorna às aulas.
8/5/90	12 mil	Greve por tempo indeterminado.
13/6/90	6 mil	Segue a greve por tempo indeterminado/rejeita proposta do Executivo.
4/7/90	8 mil	Aceita proposta do Executivo e retorna às aulas.
8/3/91	16 mil	Greve por tempo indeterminado/rejeita proposta do Executivo.
21/3/91	9 mil	Segue a greve por tempo indeterminado/rejeita proposta do Executivo.
17/4/91	7 mil	Segue a greve por tempo indeterminado/rejeita proposta do Executivo.
2/5/91	25 mil	Segue a greve por tempo indeterminado/rejeita proposta do Executivo.
20/5/91	8 mil	Retorno às aulas, proposta do Executivo aceita em caráter emergencial.

Fontes: ZH, CP e Magister

Os protestos massivos de rua por parte dos docentes foram praticamente inexistentes no período autoritário, mas floresceram a partir da abertura democrática e reduziram - sem desaparecer - a partir de 1987, possivelmente fruto das decepções após a mais longa greve. Atitudes menos públicas dos grevistas são definidas popularmente como “greve tatu” ou “de pijama”. Mesmo neste cenário ocorreram grandes assembleias enquanto as ações públicas de massa se reduziam relativamente. Vale ressaltar como o movimento dos educadores esteve sensível às tendências gerais do movimento sindical e do contexto político: as ações sentiram

a dureza da repressão e o golpe desanimador de determinadas derrotas, como em 1982 e 1991, as quais abriram períodos sem greves. Em 1987, a perda do piso histórico na justiça arrefeceu os ânimos, mas não impediu uma sequência de paredes anuais em função das perdas agudas que não deixavam outra forma de reação a não ser a mais radical das ações: paralisar as atividades letivas e assumir os riscos possíveis.

No mesmo sentido, as greves seguiram o calendário de forte ascenso paredista dos anos 1980 e a redução das atividades sindicais na década seguinte, seguindo a tendência de refluxo dos países centrais do capitalismo, já consolidada naquela altura. Importa ressaltar que as lutas e reivindicações não se resumem às greves e paralisações, sendo estas as ações mais radicalizadas e impactantes. Por outro lado, as conquistas grevistas representaram, no geral, momentos de alívio da situação material dos educadores, mesmo que as mesmas não se sustentassem em continuidade nem em sua previsibilidade, como já analisado. Imprevisíveis, em várias oportunidades, também foram as políticas do Executivo Estadual e de seus representantes de ocasião: em linhas gerais, no período autoritário, a luta por parte do Executivo foi no sentido de retirar a legalidade do movimento, apesar de reconhecer sua legitimidade. O governo do PMDB, por sua vez, oscilou entre o enfrentamento e a disputa direta com o CPERS e a negociação com os grevistas, após conseguir sepultar o piso dos 2,5 salários mínimos. Em seu tempo, o governo pedetista, ao não ter como impor uma pecha de ilegalidade, retirou a legitimidade do movimento visando derrotá-lo. Imaginava que, ao romper o ciclo grevista, estaria livre o caminho para construir a sua “revolução na educação”, largamente anunciada na campanha eleitoral.

Amaral de Souza, oriundo da ARENA e posteriormente filiado ao PDS na abertura partidária, jamais recebeu o Comando grevista em função da pretendida ilegalidade do movimento, mas delegou a negociação a secretários. A pressão da sociedade ante a legitimidade dos pedidos docentes conseguiu trazer resultados positivos na greve de 1979 e, especialmente, na de 1980. Tal cenário não impediu que, em 1982, ante a quebra da legitimidade, o Executivo desenvolvesse forte repressão àquela greve. Ainda assim, os resquícios das conquistas anteriores deram ao período posterior o melhor momento para o piso salarial docente. O retorno às ações grevistas, em 1985, se deu em um novo cenário: ações mais politizadas e públicas combinadas com fortes críticas eram vistas nas ruas e praças

em várias partes do Estado. Foi a greve que fez nascer as sinetas como símbolo de luta e o momento no qual, mesmo nos seus últimos dias, a maior assembleia de todos os tempos foi constituída no Beira Rio, fato que fez recuar intenções repressivas do Governador Jair Soares. Fruto desta mobilização, detalhada legislação sobre o piso de 2,5 foi montada e aplicada a partir do ano seguinte.

O firme propósito de Simon em não aplicar a lei do piso motivou a maior greve em dias de paralisação no ano de 1987, sustentada em boa parte de sua duração pela maior ocupação realizada pelos docentes em sua histórica caminhada reivindicativa na Praça da Matriz. Justamente um movimento desta magnitude deslogrou o já conquistado - ao menos na legislação - indexador salarial e, junto a este, a possibilidade de trabalhar sem recorrer a dezenas de dias de greve para manter um patamar médio de sobrevivência. Ao derrotar o piso salarial docente, Simon desgastou seriamente o seu projeto partidário como amplamente alternativo ao velho regime anterior, certamente com a ajuda da Nova República de Sarney. Com ajustes na prática política, num segundo momento, Simon e Guazzelli priorizaram saídas negociadas nas greves anuais que enfrentaram. Cinco paralisações em quatro anos disseram muito do contexto do primeiro governo peemedebista no Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, de certa forma, banalizaram a ocorrência de tais movimentos, como algo pertencente ao calendário escolar, praticamente.

Na vez do PDT governar, Collares deixou claro que era preciso quebrar a sequência do “grevismo”, conforme definiu. Recebeu inúmeras vezes o Comando grevista negociando diretamente, o que não significou uma relação de tranquilidade ou busca de consenso. Ao contrário, foi o caminho da derrota mais importante deste período histórico para os educadores, construída a partir da deslegitimação do movimento e da conquista da simpatia da opinião pública, como governo recém-eleito, por mais que tal situação fosse efêmera. Tanto neste governo, como na experiência do PMDB, os investimentos em estrutura física na educação acabaram financiados, na prática, pelo arrocho salarial. Isso explica, em parte, o esforço do Executivo em limitar os desejos reivindicatórios. Especificamente Collares inovou ao descontar os 19 dias de paralisação de maio daquele ano, o que arrefeceu as intenções grevistas em anos seguintes, demonstrando o quanto a mobilização pode ser

sensível a determinados contextos. O cenário neoliberal “desertificador”, termo sugerido por Ricardo Antunes, também contribuiu neste refluxo temporário das lutas.

Como uma das mais terríveis consequências, do ponto de vista dos educadores, o ano de 1991 assistiu ao pior patamar do piso salarial: foi o preço pago por manter o Plano de Carreira, uma pequena garantia sólida nos tempos em que acordos e leis eram facilmente rasgados. Se comparado ao ano de 1974, gênese do plano, o piso em 1991 chegou a valer menos de 20% de seu valor original (ver tabela 5). Apenas em setembro de 1992 começou a ocorrer o reajuste bimestral instituído por Collares, mas sem um indexador fixo.

Ao fim e ao cabo, houve um fio de continuidade nas políticas institucionais estatais, passando por diferentes momentos republicanos e diferentes gestões partidárias, em relação ao tema grevista. Ante este quadro é fácil compreender a tática paredista como ação preferencial em vários momentos, alicerçada em assembleias estaduais massivas que articulavam deliberações com a ação direta como elementos centrais. Tais reuniões também foram ocasiões de memoráveis embates, críticas e traumas, como parte de um movimento massivo e heterogêneo, como não poderia deixar de ser. A diversidade entre os educadores se inicia na própria origem múltipla do profissional docente, somados ainda aos servidores de escola, em geral originados das camadas mais proletarizadas e empobrecidas da sociedade. Tiveram um tom dramático alguns encerramentos grevistas, onde se disputavam interpretações sobre o desenrolar dos movimentos, mas também as posições das diversas tendências do campo sindical organizadas no CPERS, bem como suas diversas concepções.

Como parte da luta política sindical, a pressão das oposições de momento em relação às gestões do CPERS pode se dar ao se exigir uma greve, mesmo que o próprio grupopositor, no fundo, entendesse que não era melhor tática do momento, por exemplo. Mais importante, na prática, seria desgastar o grupo na situação da entidade. Situações semelhantes ocorreram no mundo da política legislativa, testemunha de importantes mudanças nos discursos das bancadas de oposição ao passarem para situação, após vitória eleitoral. Tal fenômeno foi bastante perceptível nos quadros do PMDB e PDT ou nos quadros do PDS, quando este se tornou, por muitos anos, bancada oposicionista. No campo sindical, as forças vinculadas à CUT se consolidaram aos poucos e surgiram da militância petista somada às rupturas do PMDB, além dos apartidários simpatizantes das propostas. O campo “Unidade

Sindical” incluía as correntes originadas dos PCs e do MR-8, enquanto os militantes do chamado “campo democrático”, de origem pluripartidária ou independente, também ocupavam seu espaço. Após as dificuldades na gestão de Feldman no enfrentamento ao governo do PDT, as forças cutistas não mais perderiam a hegemonia no CPERS, apesar de importantes embates entre as diferentes correntes vinculadas a esta Central. A luta sindical e a diversidade ideológica da classe trabalhadora refletiam, assim, na organização do maior sindicato do estado e um dos maiores do país, algo nem sempre compreendido pelos sócios mais distantes desta dinâmica peculiar da vida interna de tendências, facções e centrais sindicais.

Tal diversidade não impediu a ação unificada constante dos educadores pelos objetivos comuns, a partir do respeito às deliberações do grande fórum classista: as assembleias estaduais, a referência fundamental dos movimentos. Mesmo que originadas na polêmica ou no trauma, as decisões da maioria eram seguidas pelo conjunto, ainda que a insatisfação fosse percebida pelos proponentes derrotados. Como imaginar que uma massa mobilizada e liderada pelos mais intrépidos representantes de sua categoria profissional, não disputassem pontualmente a melhor tática e a melhor avaliação da conjuntura?

Mesmo que tal disputa assumisse ares dramáticos em alguns momentos, tirando de vários a promessa de “nunca mais fazer greve”, tal ideia era logo esquecida, empurrada por acontecimentos decisivos como a ameaça da própria sobrevivência nos tempos de valorização do capital combinado ao arrocho salarial constante. A disputa no campo interno dos trabalhadores é histórica, constante e faz parte da história plural das lutas e movimentos. Tal quadro não impediu a ação unitária contra a repressão policial, funcional ou à tentativa de desmoralização, sem esquecer da disputa permanente pela legitimidade.

Após doze anos de embates assumidos de formas diversas ante um estado em franca decadência no cenário nacional caracterizado por volumosas isenções fiscais ao capital ¹⁵⁰ e

¹⁵⁰ O tema das isenções fiscais é largamente debatido especialmente nos períodos de crise fiscal. Destinados ao empresariado, pode ser assim definido: “As desonerações fiscais são as disposições existentes na legislação tributária que reduzem a arrecadação potencial do imposto. Também chamadas de ‘gastos tributários’, se referem aos institutos presentes nos impostos que substituem gastos governamentais para alcançar variados objetivos: econômicos, ecológicos, culturais, sociais, saúde, assistência social e outros. Em síntese, as desonerações fiscais (...) se referem a um tipo de gasto do governo só que realizado por meio do sistema tributário”.

disposto a retirar da sobrevivência salarial parte dos desejados investimentos públicos, restou aos educadores, com seus limites e possibilidades, fazer um enfrentamento constante consolidado na dura luta pela legitimidade, a qual demonstrou ser muito mais importante que uma suposta legalidade. Tais movimentos se constituíram na prática da deliberação e ação direta, nem sempre com amplas ações de rua, mas com fóruns organizativos geralmente lotados nos momentos decisivos no âmbito estadual e nos inúmeros encontros e ações regionais.

Trazer para as páginas de uma pesquisa esta pequena parcela das lutas dos educadores, reconhecendo seus limites e possibilidades, assim como destacar as políticas e o papel do estado como instituição, muito além do desejo dos gestores e partidos, contribui pontualmente para incluir a ação de professores, professoras, funcionários e funcionárias de escola nas lutas que muitas vezes transcenderam o corporativo. Ao realizar tal superação, os trabalhadores em educação contribuíram para a redemocratização e para conquistas mais gerais da população, como exemplarmente, a ampliação de direitos sociais ou a garantia de uma escola pública acessível para a maioria. Naqueles anos, as ações de docentes e servidores de escola ampliaram o respeito social e ergueram o CPERS à condição de um dos sindicatos mais prestigiados na América Latina, capaz de um embate constante e de disputar uma espécie de duplo poder em relação ao Executivo Estadual, especialmente quanto ao tema educacional.

Ao mesmo tempo, no marco da contradição, a crítica de diversos setores em relação às constantes paralisações letivas e o receio conservador das ilimitadas ações conspirativas ao poder estabelecido esteve inserida nos cenários de mobilização. Nunca foi simples realizar o que está fora da norma escrita ou legislada nem questionar o estabelecido por regimes políticos, sejam estes autoritários ou democráticos. Isso é chocante para legalistas ou defensores da ordem *per si*. Ora, onde já se viu esses docentes largarem o tradicional sacerdócio, o qual aceita as dificuldades como missão, e passarem a reivindicar melhores condições materiais de existência e de trabalho? Para quem admira a nostálgica idealização

do passado, as mutações na vida docente também se revestem de estranheza e podem ser chocantes. De forma ainda mais aguda, alguns ainda ousaram se definir como trabalhadores em educação.

Nestes tempos de mutações, novas posturas e rupturas com o passado, o constante desafio do reconhecimento da legitimidade de lutas e movimentos, em última análise, foi o mote central nestes doze anos de embates aqui parcialmente analisados e que foram germinados ainda antes de 1979, quando a coletividade docente se preparou para um novo cenário, ainda imprevisível naquele momento. Em 2 de abril de 1979, um passo foi dado e ultrapassaram o Rubicão; em 20 de maio de 1991 um freio temporário foi estabelecido.¹⁵¹ Por tudo isso, entre tantos outros fatores, tocaram as sinetas. Com suas variadas formas e tamanhos sinalizaram a bronca dos educadores com os rumos das coisas. Passados tantos anos, depois de se tornarem, possivelmente, o símbolo mais expressivo da luta sindical no espaço sul-rio-grandense, ainda parecem distantes de um silenciamento.

FONTES

¹⁵¹ No dia 10 de Janeiro do ano 49 a.C., Júlio César atravessava o rio Rubicão, proferindo as famosas palavras “*alea jacta est*”, isto é, “*os dados estão lançados*”. Desde aí, a expressão “atrasar o Rubicão” adquiriu um significado paradigmático de qualquer situação que chegue a um ponto de não retorno. Disponível em <<http://golpedeestado.blogs.sapo.pt/51008.html>>, acesso em 17/12/2016.

1) Acervos pesquisados

a) Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa;
Arquivo privado do Jornal Zero Hora;
Arquivo privado da Caldas Júnior (Jornal Correio do Povo e Folha da Manhã).

Periódico Zero Hora: 1979 – março e abril; 1980 – outubro e novembro; 1982 – março; 1985 – abril a julho; 1987 – março a julho; 1988 – outubro; 1989 – abril a junho; 1990 – abril a julho; 1991 – março a maio.

Periódico Correio do Povo: 1979 – março e abril; 1980 – outubro e novembro; 1982 – março; 1988 – outubro; 1989 – abril a junho; 1990 – abril a julho; 1991 – março a maio.

Periódico Folha da Manhã: 1979 – março e abril.

b) Memorial da Assembleia Legislativa do RS.

Anais legislativos: 1979 – março e abril; 1980 – outubro e novembro; 1982 – março; 1985 – abril a julho; 1987 – março a julho; 1988 – outubro; 1989 – abril a junho; 1990 – abril a julho; 1991 – março a maio.

c) Memorial Jesuítico Unisinos.

Jornal Correio do Povo: 1987 – março a julho.

d) Arquivo particular do CPERS Sindicato: sede central (Porto Alegre) e 14º Núcleo (São Leopoldo).

Atas do CPERS Sindicato:

- Reuniões de Diretoria: atas nº 17/79, 18/79, 26/85, 09/87, 32/88, 100/88, 20/89, 82/90, 23/91, 30/91.

- Reuniões do Conselho de Representantes: atas nº 01/79, 01/80, 02/82, 11/84, 01/85, 06/85, 09/86, 02/87, 08/87, 09/87, 20/88, 08/89, 10/89, 11/89, 18/89, 9/90, 03/91, 05/91, 06/91, 10/91, 12/91, 13/91, 14/91.

- Assembleias estaduais: atas nº 03/85, 05/85, 01/87, 05/87, 11/88, 08/89, 04/90, 01/91, 04/91, 05/91, 08/91.

Jornal Magister: Edições nº 61, 70, 71, 77, 79, 81, 82, 83, 93, 102, 107, 117, 120.

Boletim Sineta: Edições nº 18, 23, 74 e edição especial-músicas da greve (junho/ 87).

Ofícios do CPERS: nº 484/GAB/85, 313/GAB/90.

Ofícios do Executivo Estadual: nº GAB/SE 884/82, GAB/NAA 2403/85, GAB/SAE 372/88, GAB/SAE 783/87, GAB/SE 1369/90, GG/080/91.

Comunicados do Comando de Greve: 1/85, 12/85, 15/85, 07/87, 09/87, 10/87, 01/88, 02/88, 04/89, 05/89, 06/89, 09/89, 01/90, 08/90, 01/91, 05/91, 06/91, 14/91.

Materiais diversos:

Informativo “conheça o CPERS”, 1977, mimeo;

Greve/85 – avaliação e resultados, mimeo;

Comando geral avalia a greve 87, sem data, mimeo;

Ata-relatório da assembleia da AFEPRS, mimeo, 12/1/90;

Correspondência do Governo Estadual ao CPERS s/nº, 18/3/91, mimeo;

Panfleto “Porque a greve continua?” – março de 1991, mimeo.

2) Entrevistas

a) BECKER, Cléris A. *Depoimento presencial*. (setembro/2016).

b) BERTI, Moisés. *Depoimento presencial*. (julho/2016).

c) CANABARRO, Neuza. *Depoimento presencial*. (agosto/2016).

d) RODRIGUES, João Carlos A. *Depoimento presencial e via correio eletrônico* (julho-agosto/2016).

e) SCHWOCHOW, Denise A. *Depoimento via correio eletrônico*. (março-abril/2016).

f) SELL, Adeli. *Depoimento presencial*. (maio/2015).

g) SIMON, Pedro. *Depoimento presencial*. (agosto/2015).

h) SOARES, Jair. *Depoimento presencial*. (julho/2015).

i) WIEDERKEHR, Paulo E. *Depoimento via correio eletrônico e telefone*. (junho-julho/2016).

j) ZANETI, Hermes. *Depoimento presencial*. (maio/2012).

3) Referências bibliográficas

a) Livros

ABREU, Alzira Alves. **A modernização da Imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Crise Econômica & Interesse Organizados: O sindicalismo no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

ALVES, Maria H. Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Vozes, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80.** São Paulo: Editora Ensaio & Campinas: Editora UNICAMP, 1988.

_____. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

_____. **O continente do labor.** São Paulo, Editora Boitempo, 2011.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa Estado Autoritário (1968-1978).** São Paulo: EDUSC, 1999.

AZEVEDO, Elcinete; CANO, Jefferson et al. **Trabalhadores na cidade.** Campinas: Editora Unicamp, 2009.

BERTONCELO, Edison. **A Campanha das Diretas e a Democratização.** São Paulo: Editora Humanitas, 2007.

BLASS, Leila M. da Silva. **Estamos em GREVE! Imagens, gestos e palavras do Movimento dos Bancários, 1985.** São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

BOITO JR., Armando [et al.] **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BULHÕES, Maria da Graça & ABREU, Mariza. **A luta dos professores gaúchos – 1979/1991. O difícil aprendizado da democracia.** Porto Alegre: Editora L&PM, 1992.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.** São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

CASTRO, Celso & D'ARAUJO, M. Celina (org.). **Militares e políticos na Nova República.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CATTANI, Antonio David. **Greves: um instrumento político.** Porto Alegre: Publicações IESPE, 1984.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CHAUVEAU, Agnês & TÉTART, Philippe (org). **Questões para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

COSTA, Sílvio. **Tendências e Centrais Sindicais. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi & Goiânia: Editora da Universidade Católica, 1995.

CPERS. **CPERS Sindicato – 50 anos – compromisso com a cidadania plena**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1995.

DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (organizadores). **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

DAL ROSSO, Sadi (org) **Associativismo e Sindicalismo em educação. Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

ELMIR, Cláudio Pereira. **Os 170 anos do Parlamento Gaúcho – Volume IV – A Democracia Reconquistada (1983 – 2004)**. Porto Alegre: Editora CORAG, 2005.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano (v. 4) o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FISHER, Beatriz T. Daudt. **Professoras: histórias e discursos de um passado presente**. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

FORTES, Alexandre (et al). **Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho & CHAUI, Marilena. **Ideologia e Mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário (1964-1984) volume 3 – A reconstrução**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

GALVANI, Valter. **Um século de poder: os bastidores da Caldas Jr**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

GERTZ, René. **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)** (História Geral do Rio Grande do Sul – volume 4). Passo Fundo: Editora Méritos, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques**. São Paulo: Contexto, 2006.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2003.

_____. **Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre História Operária**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda – a democratização no final do século XX**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI 5 à constituição de 1988**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar (org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

LIMA, Mara Rejane Leandro. **A questão salarial dos professores do Estado do Rio Grande do Sul na região metropolitana: suas implicações na educação**. Salamanca: Imprensa KADMOS, 2003.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo/Brasília: Editora Marco Zero/Editora da UNB-MCT-CNPQ, 1988.

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora UPF, 2010.

MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regia. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro: Editora Vício de Leitura, 1998.

_____. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

MENEGUELO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando Contra os Fatos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi. & SILVA, Sergio (orgs) **E. P. Thompson As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa, MATTOSO, Jorge Eduardo Levi *et al* (org.) **O Mundo do Trabalho. Crise e mudança no final do século**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

PADRÓS, Enrique Serra [et. al.] (org.). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória – Volume 4 – O Fim da ditadura e o processo de redemocratização**. Porto Alegre: Editora CORAG, 2010.

PAS, Iran. **A ação sindical em tempos de crise**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a União operária seja nossa Pátria!” História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Santa Maria/Porto Alegre: Editora UFSM/Editora da Universidade - UFRGS, 2001.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande. A educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2002.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade – 1964-1984**. Londrina: Editora UEL, 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira. A organização escolar**. São Paulo: Editora Cortez/Autores Associados, 1992.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. **Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

RODRIGUES, José Roberto Gomes. **Pedagogia e Ensino de História da Educação**. Brasília: Liber Livro, 2012.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo - 1970-1980**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SALLUM JR., Brasília. **LABIRINTOS: dos generais à Nova República**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: editora Boitempo, 2001.

SCHIRMER, Lauro. **RBS: da voz do poste à multimídia**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2002.

SILVER, Bervely J. **Forças do Trabalho. Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

SIMÕES, Carlos. **A Lei do arrocho**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir (org) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária inglesa – a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VICENTINI, Paula P. & LUGLI, Rosário G. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

b) Artigos, capítulos de livro e anais de eventos

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Zilah Mattos Totta: síntese da educação e do educador. In **Educação/PUCRS**. Porto Alegre: ano XXX, nº especial, 2007.

ABRAMO, Perseu. Significado político da manipulação na grande imprensa. In **Fragmentos de Cultura**. Goiânia: IFITEG, 1991.

_____. O professor, a organização corporativa e a ação política. In **Universidade, escola e formação de professores**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Trabalho docente e proletarização. In **Revista HISTEDBR**. Campinas: nº 36, 2009.

ALVES, Gilberto Luiz. O Seminário de Olinda. In LOPES, Eliane Marta Teixeira *et al* (org.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

ANTUNES, Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BATALHA, Cláudio H. M. Os Desafios atuais da História do Trabalho. In **Anos 90**. Porto Alegre: v. 13, nº 23/24, 2006.

_____. Vida Associativa: por uma nova abordagem da História institucional nos estudos do movimento operário. In **Anos 90**. Porto Alegre: nº 8, 1997.

_____ A Geografia Associativa. Associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. In AZEVEDO, Elcinete; CANO, Jefferson et al. **Trabalhadores na cidade**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

BENITES, Sônia Aparecida Lopes: A História contada nas páginas de jornais. In **Revista Letras**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BORGES, Angélica & LIMA, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. In **Associativismo e Sindicalismo em educação. Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

CARDOSO, Adalberto M. & COMIN, Álvaro A. Centrais sindicais e atitudes democráticas. In **Lua Nova**. São Paulo: nº 40-41, 1997.

CARDOSO, Sérgio R. Pereira & TAMBARA, Elomar. Associação Sul Rio-Grandense de Professores: Um caso de associativismo mútuo docente (1929-1979) In **Associativismo e Sindicalismo em educação. Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

CARRION JR, Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul. Evolução recente. In DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (organizadores). **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

CAUBET, Christian G. A Nova República em seu contexto Americano: dos golpes dos 60 às democratizações dos 80. In: **Encontro Anual ANPOCS. São Paulo: 20 a 24/10/1986**.

CAVALCANTE, Sávio. Notas sobre uma polêmica na definição marxista de proletariado. In **Crítica Marxista**. nº 28, 2009.

CHALHOUB, Sidney & SILVA, Fernando T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In **Cadernos AEL**, Campinas: v. 14, nº 26, 2009.

CIOFFI, Leandro. Sindicalismo brasileiro: história, ideologias, legitimidade e direito. In **Revista Espaço Jurídico**. Joaçaba: v. 9, nº 1, 2008.

COMIN, Álvaro Augusto. Sindicatos y centrales sindicales em Brasil em los años 80 y 90. In **Revista América Latina, Hoy**. Salamanca (Espanha), edição nº 14, 1996.

CORREA, João Jorge. A História do CPERS/Sindicato e a construção da sua presença no debate das políticas educacionais. In VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" 20 ANOS DE HISTEDBR: Navegando pela História da Educação, **Anais eletrônicos**: UNICAMP, Campinas- SP, 2006.

COSTA, Áurea. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação no trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In: COSTA, Áurea et al. **A proletarização do professor**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

COSTA, Emilia Viotti da. Experiência versus estruturas. Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos? In **Revista História UNISINOS**. São Leopoldo, nº especial, 2001.

DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hélvia Leite; RESES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. In **Pro-Posições**. Campinas: v. 22, nº 2 (65), 2011.

DAL ROSSO, Sadi. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In **Associativismo e Sindicalismo em educação. Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contextos, 2005.

DRABACH, Neila Pedrotti & MOUSQUER, Maria Elizabete L. Trajetória da gestão democrática do ensino público estadual do Rio Grande do Sul – uma análise do período de 1985 a 2010. In XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Recife: **Anais Eletrônicos** – ANPAE, 2013.

DUARTE, Luiz Cláudio. Os movimentos sociais urbanos nos anos 70 e 80: um balanço historiográfico. In **Revista Vértices**: ano 3, nº 1, 2000.

ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In **Revista Teoria & Educação**. Porto Alegre: Editora Pannonica, nº 4, 1991.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In **Universidade, escola e formação de professores**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

FERREIRA JR, Amarílio, BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. In **Educação e Sociedade**, Campinas: v. 27, nº 97, 2006.

FONTANA, Roseli Cação. Trabalho e subjetividade. Nos rituais da iniciação, a constituição do ser professora. In **Cadernos CEDES**. Campinas: ano XX, nº 50, abril de 2000.

FORIGO, Marlus Vinicius. A tese de Francis Fukuyama acerca do fim da história e a ditadura militar brasileira. In **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**. Curitiba: Volume 2, nº 14, 2011.

GIN DIN, Julián. Sindicalismo docente en México, Brasil y Argentina. Una hipótesis explicativa de su estructuración diferenciada. In **Revista Mexicana de Investigación Educativa**. Cidade do México (México): Volume 13, nº 37, 2008.

GIN DIN, Julián & MELO, Savana D. Gomes. A internacionalização do debate sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina. In **Associativismo e Sindicalismo em educação. Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970. In **ECCOS – Revista Científica**: Volume 11, nº 1, janeiro-junho de 2009.

GOMES, Nilo Sérgio. **A imprensa carioca na virada do século XX – Memórias do JB**, disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline>> acesso em 20/2/2006.

GRAZZIOTIN, Francine. **Imprensa: considerações para seu uso como fonte histórica**. disponível em <<http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006/Francine%20Grazziotin.pdf>> acesso em 10/7/2007.

GUEDES, Cezar. Os trabalhadores no setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas. Análise do período pós 1978. In OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa, MATTOSO, Jorge Eduardo Levi *et al* (org.) **O Mundo do Trabalho. Crise e mudança no final do século**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

GUIMARÃES, Raymundo Ferreira. Agravamento da crise financeira do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1979 a 1985 e suas consequências atuais. In **Indicadores Econômicos FEE – Revista eletrônica**. Porto Alegre: Volume 34, nº 4, 2007.

HERRLEIN Jr., Ronaldo & CORAZZA, Gentil. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-85). In GERTZ, René. **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985) (História Geral do Rio Grande do Sul – volume 4)**. Passo Fundo: Editora Méritos, 2007.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. In **Revista Teoria & Educação**. Porto Alegre: Editora Pannonica, nº 4, 1991.

HORN, Carlos Henrique & CALAZANS, Roberto Balau. Por que os sinos dobram? Conflito trabalhista e salários do magistério público do Rio Grande do Sul, 1974-1991. In **Análise Econômica**. Porto Alegre: ano 10, nº 18, 1992.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In **RBCS**. São Paulo: v. 1, nº 2, 1986.

LIMA, Maria Odila Finger F. Lima & MARTINI, Rosa Maria F. Trabalho docente: em busca de novos sentidos. In **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul: v. 19, nº 1, 2011.

LOPES, Sérgio Leite. História e Transformações do Sindicalismo Brasileiro. In **Revista THEOMAI**: nº 19, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. In **Revista Outubro**. São Paulo: nº 14, 2006.

MIRANDA, Kênia. As greves do CEP-RJ na década de 1980 e a sindicalização dos trabalhadores da educação. In XIV Encontro regional da ANPUH-Rio, 2010. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: ANPUH/RJ, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia. Lições da experiência brasileira. In **Rev. Bras. Ciências Sociais**, volume 23, nº 66, 2008.

MULLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (organizadores). **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

NOGUEIRA, Arnaldo J. F. Mazzei. Emergência e crise do novo sindicalismo no setor público brasileiro In **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

NORONHA, Eduardo Garuti. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa, MATTOSO, Jorge Eduardo Levi *et al* (org.) **O Mundo do Trabalho. Crise e mudança no final do século**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. In **Revista Teoria & Educação**. Porto Alegre: Editora Pannonica, nº 4, 1991.

OLIVEIRA, Eloíza da Silva Gomes. O “mal-estar docente” como fenômeno da modernidade: os professores no país das maravilhas. In **Ciências & Cognição**. Rio de Janeiro: v. 7, 2006.

PADRÓS, Enrique S. & GASPAROTTO, Alessandra. Gente de menos – nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985). In PADRÓS, Enrique Serra [et. al.] (org.). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória – Volume 4 – O Fim da ditadura e o processo de redemocratização**. Porto Alegre: Editora CORAG, 2010.

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil colonial. In LOPES, Eliane Marta Teixeira *et al* (org.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

PAOLI, Maria Celia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. IN **Revista Brasileira de História**. São Paulo: nº 6, vol. 3, 1983.

PERROT, Michelle. A história feita de greves, excluídos & mulheres (entrevista). **Tempo Social (Rev. Sociol. USP)**. São Paulo: nº 8(2), 1996.

PETERSEN, Áurea & PEDROSO, Elizabeth. Movimentos Sociais Urbanos (1930-85). In GERTZ, René. **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985) (História Geral do Rio Grande do Sul – volume 4)**. Passo Fundo: Editora Méritos, 2007.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. In **Anos 90**. Porto Alegre, nº 8, 1997.

PIZZI, Laura Cristina Vieira. Escola pública: trabalho produtivo ou improdutivo? IN **Educação e Filosofia**. Uberlândia: v. 8, nº 16, 1994.

POCHMANN, Marcio. Trinta nos de políticas salariais no Brasil. In OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa, MATTOSO, Jorge Eduardo Levi *et al* (org.) **O Mundo do Trabalho. Crise e mudança no final do século**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

RAMÍREZ, Hernán. Política e Tempo Presente na historiografia das ditaduras do Cone Sul da América Latina. In **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, Volume 4, nº 1, 2012.

RECH, Maria H. Bortolon; FELTES, Heloísa P. de Moraes. No Fio do Discurso: Análise do discurso sobre o Trabalho no Artigo Opinativo do Jornal Correio Riograndense. In **Linguagem em Discurso**. Tubarão: Editora UNISUL, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. Regime Militar e Oposição. In GERTZ, René. **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)** (História Geral do Rio Grande do Sul – volume 4). Passo Fundo: Editora Méritos, 2007.

RODRIGUES, Iram Jacome. A trajetória do Novo Sindicalismo In **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira & MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. In **Educação e Sociedade**. Campinas: v. 25, nº 89, 2004.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. In: **RBCS**. v. 14, nº 41, 1999.

SCHMIDT, Benito Bisso; BILHÃO, Isabel; SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. Aspectos da história operária: entre o público e o privado. In **Revista MÉTIS**. Caxias do Sul: v. 1, nº 1, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano (v. 4) o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Em busca da classe média. In GERTZ, René. **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)** (História Geral do Rio Grande do Sul – volume 4). Passo Fundo: Editora Méritos, 2007.

SILVA, Sergio. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. In NEGRO, Antonio Luigi. & SILVA, Sergio (orgs) **E. P. Thompson As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

SINGER, Paul. Diploma, profissão e estrutura social. In **Universidade, escola e formação de professores**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

SOARES, Marcos Flávio. **As greves de 1979 no Rio Grande do Sul**. Publicação do IESPE – PUC-RS, s/d.

SOBREIRA, Henrique Garcia. Alguns aspectos da reorganização do Movimento dos professores públicos do Estado do Rio de Janeiro (1977-1980). In **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 77, 2001.

TAMBARA, Elomar Calegare *et al.* A educação (1930-80). In GERTZ, René. **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)** (História Geral do Rio Grande do Sul – volume 4). Passo Fundo: Editora Méritos, 2007.

TEIXEIRA, Kleber Garcia. Questão de classe (social): o proletariado de Marx segundo Sérgio Lessa. IN **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis: v.1, nº 1, 2009.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos Ingleses In NEGRO, Antonio Luigi. & SILVA, Sergio (orgs) **E. P. Thompson As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

VICENTINI, Paula P. & LUGLI, Rosário G.. Associativismo docente no Brasil: Configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. In **Associativismo e Sindicalismo em educação**. Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

VILLELA, Heloisa de O. O mestre-escola e a professora. In LOPES, Eliane Marta Teixeira *et al* (org.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

XAVIER, Libania. Ação coletiva, oportunidade política e identidade docente nos jogos de poder: Um ensaio a partir dos movimentos docentes brasileiro e português. In

Associativismo e Sindicalismo em educação. Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

WEBER, Silke. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. In **Educação e Sociedade**. Campinas: v. 24, nº 85, 2003.

c) Teses e dissertações

CAVALHEIRO, Hermengarda de Carvalho. **A organização dos professores públicos e a realidade brasileira. Uma perspectiva histórica e sindical, dois estudos de caso: a PPMG e UTE.** Dissertação (Mestrado) – PUCRS. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Porto Alegre, 1989.

CRUZ, Helvia Leite. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica.** Tese (Doutorado) - Universidade Nacional de Brasília. Departamento de Sociologia: Brasília, 2008.

DIENSTMANN, Gabriel. **A luta pela democracia em foco: fotojornalismo e movimentos sociais no Rio Grande do Sul (1977-1979).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 2016.

DRESCH, Márcia. **O discurso do CPERS Sindicato: uma abordagem discursiva.** Dissertação (Mestrado) – PUCRS. Instituto de Letras e Artes: Porto Alegre, 1994.

DUQUE, Luís Guilherme Ritta. **Hei de vencer, mesmo sendo professor: o CPERS e o magistério público estadual do RGS, 1972-1979.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 1998.

ELIZEIRE, Neuza Celina Canabarro. **Avaliação do aproveitamento integral do espaço escolar e da melhoria da qualidade do ensino.** Tese (Doutorado). Departamento de Métodos e Técnicas de Investigação em Ciências do Comportamento e da Educação. Universidade de Santiago de Compostela: Espanha, 1999.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Jornalismo e identidade cultural. Construção da identidade gaúcha em ZH.** Tese (Doutorado) – PUCRS. Programa de Pós Graduação em Comunicação Social: Porto Alegre, 2006.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e Vermelhos: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 2004.

LEITE, Ivonaldo Neres. **Sindicatos, trabalho e educação: um estudo do posicionamento do sindicalismo docente brasileiro e português durante a década de 1990.** Tese (Doutorado) - Universidade do Porto – Programa de Doutoramento em Ciências da Educação: Porto (Portugal), 2003.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. **O Discurso da Ordem: A constituição do campo docente na Corte Imperial**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Educação: Rio de Janeiro, 2006.

MIRANDA, Kênia. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós Graduação em História: Niterói, 2011.

NORONHA, Eduardo Garuti. **Greves na transição brasileira**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Depto Ciência Política): Campinas, 1992.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Sindicato e projeto pedagógico. A organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul, de 1945 a 1991**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 1993.

PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis. **Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980-1983)**. Dissertação (Mestrado) – PUCRS. Instituto de Estudos Sociais, políticos e econômicos: Porto Alegre, 1984.

RESES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. Tese (Doutorado). Universidade Nacional de Brasília. Departamento de Sociologia: Brasília, 2008.

SOARES, Vânia Fonseca. **A abertura política e os movimentos sociais em Porto Alegre (1979 - 1985)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 2002.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **A greve da oficina de chumbo. O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 2007.

WAUTIER, Anne Marie T.G.E. **As relações de trabalho nas organizações de economia solidária. Um paralelo Brasil-França**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Sociologia: Porto Alegre, 2004.

WEBBER, Deise Vilma. **Profissão Professor – desafios e possibilidades do direito ambiental laboral frente ao mal-estar docente**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Caxias do Sul. Curso de Direito: Caxias, 2011.

ANEXOS

Depoimentos

a) ZANETI, Hermes. *Depoimento presencial*. (maio/2012). Entrevistador: Mauro L. B. Marques.

Mauro: Porto Alegre, 2 de maio de 2012, depoimento do professor Hermes Zanetti, 10 horas da manhã. Inicialmente, o senhor pode nos dar um breve currículo, especialmente vinculado a questão do CPERS?

Zaneti: Nasci na comunidade de Monte Bério, interior de Veranópolis, no dia 3 de agosto de 1943 e fui registrado no dia 3 de setembro. A razão é que na época tinha uma multa que se cobrava caso não se registrasse dentro de determinado período. Nasci numa colônia italiana e deve-se a isso o fato de eu só falar italiano até os 7 anos de idade e só na escola aprender falar português. Algo que ficou marcado na minha infância, quando eu no colo da minha mãe, ela foi na polícia exigir a soltura do meu pai que estava preso por ter falado em italiano na “bodega” de sua propriedade. É preciso lembrar que estávamos em plena Segunda Guerra e o Brasil estava alinhado com os EUA, contra o Eixo.

Usei meu primeiro calçado aos 14 anos de idade e tive a oportunidade de estudar devido ao destaque que tive no meu ensino fundamental e a bolsa de estudos no Colégio Murialdo, de Ana Rech. Estudei num internato e me formei como professor rural e, após formado, fui atuar no interior e depois disso fiz o curso de Contabilidade em Veranópolis e o curso de Direito na PUC, em Porto Alegre.

São coisas interessantes, pois só pude passar no Vestibular porque tinha italiano no currículo da PUC. O que era motivo de *bulling* na minha infância, foi veículo de meu ingresso na universidade, o italiano que eu aprendi de guri. Paralelo a isso fiz curso de Supervisão Escolar pelo Ministério da Educação e exerci a atividade de supervisor de ensino.

A partir de determinado período eu me licenciiei do Estado e passei a advogar. Fui buscado no escritório para ser presidente do CPERS. Nessa época eu já assessorava empresas e fiz a opção de largar uma empresa que me foi oferecida para que eu ficasse de dono, desde que eu assumisse a gestão. Optei por ficar no CPERS por entender que seria uma carreira mais útil ao processo político e público até em homenagem a minha origem, pois me considerei sempre como fruto do processo educativo, o que me deu oportunidade de crescer e sair daquela condição: nós não tínhamos terra, dávamos ao dono uma terça parte do produto, na época de minha infância e juventude.

Então fui presidente do CPERS de 1975 a 1979, depois presidi a CPB (Confederação dos Professores Brasileiros) de 1979 a 1986 e entre 1980 e 1986 fui diretor da CMOPE (Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino), que tinha sede na cidade de Morges, na Suíça. Nesse tempo todo o planeta Terra estava em convulsão. Ao mesmo tempo em que eu me dedicava a liderar o movimento aqui no Rio Grande do Sul, eu tinha uma responsabilidade nacional e uma responsabilidade internacional. E nesse tempo, entre 1983 e 1986 eu ainda fui deputado federal.

Dessa forma, eu tinha responsabilidade de comandar o movimento no RS, já não era presidente do CPERS, mas liderava o comando de greve, responsabilidade de presidir a CPB, com o magistério em todo Brasil conflagrado, e ainda a direção da CMOPE, onde me dedicava, especialmente, à América Latina, onde havia uma convulsão no Chile, na Argentina, no Uruguai e evidentemente também no Brasil. Também em Honduras, na Nicarágua e especialmente em El Salvador. Vivi, enfim, me envolvendo e participando desse processo todo.

Recordo, destacadamente, de um fato. Eu fui ao Canadá buscar 56 mil dólares para ajudar as famílias de 305 professores assassinados em El Salvador: vesti esse dinheiro pelo corpo, entrei pela Nicarágua e fui ao encontro desse pessoal para entregar esta colaboração que os professores do Canadá estavam destinando. Na verdade, neste período construímos com mais força não apenas o CPERS, mas a própria CPB. Em 1980, trouxemos o professor Paulo Freire, que ainda estava na Suíça e participou de um ato: a Assembléia mundial de professores ocorrida aqui no Brasil.

Nessa época, eu mesmo fui preso em Brasília, porque havia um confronto evidente entre os nossos movimentos e os objetivos da Ditadura Militar. Depois tive um segundo mandato como Deputado Federal onde me dediquei a essas questões da dívida pública, dívida externa e, sobretudo, o direito de votos aos 16 anos. Fui deputado constituinte, nessa época. Eu imaginava que a luta do magistério, além de ser basicamente uma luta salarial e sindical, também merecia outras atenções e assim criamos no caso do CPERS a Comissão de Educação, preocupados que a sociedade tivesse um retorno dos nossos movimentos, que não seria apenas o salário do professor, mas uma qualidade da educação melhorada por via desse movimento todo e como retribuição pelo apoio que a comunidade nos dava.

Vendo o problema que eram as finanças públicas, não só por não priorizar o salário do professor e o orçamento da educação, mas também estrangulada por uma nova forma de colonialismo, via juros escorchantes, que faz destinar boa parte do orçamento público ao pagamento de juros, briguei muito em função desse problema da dívida externa e a sua constituição ilegal e também buscando o voto do jovem como uma força transformadora, que pudesse ser nestas lutas maiores um impulso de alguém que quer transformar a sociedade.

Hoje eu sou basicamente advogado com a perspectiva de retomar o processo político, já que ele foi interrompido em 1990 porque eu enfrentei duas questões: a questão da dívida externa onde, inclusive, o artigo 26 das disposições transitórias, é de minha autoria. Fizemos na época a Comissão, constatamos que o Brasil tinha uma dívida de 113 bilhões de dólares e nós levantamos indicações que apontavam para um crédito de 125 bilhões de dólares, ou seja, o Brasil não seria devedor e sim credor.

O trabalho dessa comissão foi mandado ao arquivo pelo Senador Nelson Carneiro, então presidente do Congresso Nacional e mesmo com ações junto ao Supremo Tribunal Federal jamais conseguimos desarquivar. Essa é uma história que não tomou na opinião pública a dimensão que poderia ter tomado, mas é uma profunda injustiça e eu me senti tão desapontado com tudo isso que eu decidi nem concorrer mais em 1990.

Além disso, concorreu, decisivamente, para eu não concorrer o fato de eu ter feito uma denúncia sobre a questão do narcotráfico e o acobertamento de um mega narcotraficante por parte de assessores do Presidente da República, na época o José Sarney. Estavam envolvidos a filha dele, Roseana Sarney, o genro dele Jorge Murad, senadores da base dele e outras lideranças. Na época, minha esposa grávida de nossa filha que tem hoje 22 anos, foi ameaçada de seqüestro, eu fui chamado pelo então ministro chefe do SNI, o General Ivan de Souza Mendes, para me dizer que eu ia ser assassinado pela Polícia Federal, que a nível público dava a idéia que estava me protegendo. Na verdade, depois descobri que a 200 metros de um sítio que eu tinha em Veranópolis, estava já um desses policiais, cujo núcleo depois veio à tona, que era um grupo de Campo Grande de policiais federais envolvidos com o narcotráfico.

Isso tudo me aborreceu muito e preferi continuar vivo deixando de concorrer. Agora as condições são outras, tem muita gente me procurando achando que precisa de um “brigão” na política e estou pensando, eventualmente, em voltar à militância se as condições se apresentarem sendo que, para isso, estou filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Mauro: O senhor falou desse mundo explosivo, então aqui no Brasil e também no RS, no final dos anos 1970 aquele regime autoritário foi questionado por muitos trabalhadores em greve. Como o CPERS participou disso tudo a partir de 1976, 1977, até chegar em 1979?

Zaneti: Eu fui eleito pela primeira vez para o CPERS em 1975, quando tínhamos 17 mil associados e uma pequena sede no 12º andar na rua Dr. Flores, nº 62. Sempre tive muito este espírito empreendedor e logo vi que se nós tivéssemos como objetivo o enfrentamento com aquela situação que era absolutamente insatisfatória tínhamos que nos fortalecer.

Para isso, eu contratei uma empresa e pagava as duas primeiras parcelas de cada professor associado a essa empresa e com isso quando eu saí, formalmente, da presidência do CPERS, em 1979, nós já estávamos com 42 mil associados. Este ingresso de sócios me permitiu fazer uma negociação com o Plaza São Rafael, pois o edifício sede do CPERS na Alberto Bins estava já com sua estrutura comprometida com o tempo e havia apenas um esqueleto com a construção parada no segundo andar. Eu fiz uma negociação, erguemos os nove andares do CPERS, deixamos a base estrutural de fundos para o Plaza São Rafael e recebemos em troca todo o edifício. A partir daí passamos a construir núcleos no interior, ter verba para mobilização e tudo isso.

Tive muito apoio, na época, do jornal Folha da Manhã e também a Folha da Tarde que davam grande destaque à nossa mobilização. A partir da minha posse, que tinha 72 pessoas presentes naquele momento, em abril de 1975, fizemos uma pauta de reivindicações que divulgamos, amplamente, com apoio da imprensa, o que deu início à mobilização do magistério.

Nessa época começaram a ser fundadas as escolas chamadas de PREMEM, no espírito semelhante das Escolas Técnicas Federais de hoje. Os professores do PREMEM eram contratados e eram um grupo de pessoas atuantes e bem formadas, qualificadas, com espírito de luta e de liderança e foi com esse grupo que se iniciou um movimento mais forte em 1978. Na segunda metade daquele ano, nós fizemos uma assembleia e elaboramos uma pauta de reivindicações que foi encaminhada ao governo.

O governador nomeado na época era o Sinval Guazzelli, o qual nos respondeu deferindo se não todas, parte das reivindicações e prometendo que elas vigorariam a partir do início do ano seguinte. No ano seguinte, houve troca de governo, assumindo o Amaral de Souza que era professor estadual e vice-governador do Guazzelli. Nós passamos a considerar que era um compromisso de governo, acentuado pelo fato do novo governador ter sido vice do governo anterior e ser colega professor estadual.

Passamos a cobrar isso do Amaral no início do ano letivo, em março, e ele mandou dizer que ele estava assumindo o governo e que não era um problema dele. Isso mexeu com os nossos brios e convocamos uma assembleia para um prédio em construção dos Caixeiros Viajantes e para surpresa nossa compareceram nesse dia muitos professores e professoras e o ambiente, precário, não conseguiu dar conta.

Mas, assim mesmo, conduzimos o processo e aprovamos uma decisão de uma greve de 72 horas e uma nova assembleia, mas desta vez no Araújo Viana, que era um espaço maior. Na quinta-feira compareceram perto de 4 mil pessoas, lotação máxima do local. Iniciamos a discussão, o governo não nos deu nem resposta, não atendeu, então... greve por tempo indeterminado.

Quando convocamos a assembleia para o clube Caixeiros Viajantes, o fizemos entre onze entidades: era associação de supervisores, de inspetores entre outros. Estas onze entidades também estavam na mesa de trabalhos no Araújo Viana. Quando a assembleia definiu pela greve por tempo indeterminado, destas entidades,

dez se retiraram da mesa dos trabalhos e foram para trás do palco. Eu suspendi a assembleia e fui lá saber o que estava acontecendo. Não consegui convencer as pessoas a voltar. Fiquei sozinho, então abri para a assembleia o que estava ocorrendo e veio do plenário da assembleia a proposta de que fossem eleitos ali dez pessoas para o lugar das que haviam se retirado.

Assim foi feito. Eu lembro de dois nomes especialmente destacados por sua liderança, sua força e cooperação no processo que foram a Zilah Totta e a Teresa Noronha, as quais estavam entre estes 10 e desta forma constituímos o Comando de Greve. Ocorre que o Amaral de Souza se negou a falar conosco e ficamos 13 dias em greve sem este contato com o governador na greve de 1979. E foi daí que tivemos um lampejo: como o Governo não queria falar conosco, nós fomos ao D. Vicente Scherer e fizemos uma espécie de armistício na Páscoa e construímos com ele, que tinha toda uma ascendência sobre o Governador e por aí viabilizamos também uma solução.

Na greve de 1980, também ocorreu algo parecido: num determinado dia chega uma professora, não recordo atualmente quem é, e sugere uma conversa minha com o comandante do 3º Exército, General Antônio Bandeira. Ele era tido como comandante da tortura dentro do Exército e eu 'arrepiei', mas avaliamos que era adequado. Alguém ligou, marcou e ele me recebeu num domingo, 4 horas da tarde na residência do Comando do 3º Exército.

Eu convidei a Zilah Totta para ir comigo, porque ela era uma filósofa, tinha fundado o Colégio João XXIII, era muito respeitada e tinha sido Secretária de Educação do Ildo Meneguetti, do PSD da época. E ela foi comigo. Quando nós entramos, o Antonio Bandeira nos recebeu logo com o dedo em riste, com aquele sotaque paraibano, foi logo falando:

-“Professor Zaneti, o senhor está comandando uma greve, eu já sei que vocês vão fazer uma assembléia no estádio do Internacional para quarenta mil pessoas e já sei que vocês vão fazer uma caminhada até o palácio e assim, vão chegar cem mil pessoas no Piratini e isso é uma multidão incontrolável e eu não vou permitir”!

Deixei ele falar tudo que ele quisesse, quando ele terminou de falar eu puxei uma pastinha e disse: “General, posso falar? Nós estamos aqui para fazer o governo cumprir um compromisso que o governo assumiu e não está cumprindo e eu vou lhe mostrar por que. Eu sou dirigente da Organização Mundial de Professores e eu recebi, ontem, um relatório que indica uma questão que o senhor precisa conhecer: em 1966, a OIT emitiu uma resolução relativa ao pessoal docente e o Brasil é um dos signatários desta resolução e um dos cinco fiscais para o cumprimento desta resolução a nível mundial. O embaixador João de Segadas Vianna é embaixador na UNESCO e representa, como fiscal, o Brasil para o cumprimento desta resolução em nível mundial.

Esse relatório – passei à mão dele – diz que o Brasil afirma estar cumprindo esta resolução. Essa informação veio da Presidência da República, através do seu colega, o general Figueiredo, Presidente do Brasil. Então, o senhor tem duas alternativas: ou o senhor manda o governador Amaral de Souza falar conosco ou eu vou, amanhã, a Paris dizer que o governo do Brasil está mentindo”.

Recorde-se que estávamos em plena ditadura militar e na casa do Comandante do 3º Exército, só que eu senti uma força extraordinária e por quê? Esta resolução que eu já citei, além disso, tinha sido aprovada e incluída na Constituição Brasileira pelo triunvirato militar, em 1969, através de Emenda Constitucional, também na LDB de 1972, na presidência do General Médici, cujo Ministro da Educação era o Coronel Jarbas Passarinho. Isso foi incorporado no Rio Grande do Sul através do Plano de Carreira de Magistério quando era governador o Coronel Euclides Triches e Secretário da Educação o Coronel Mauro da Costa Rodrigues. Eu na época tinha isso muito presente e expus ao General, mostrando que era uma questão de honra ao Exército Brasileiro no comando do processo político fazer com que fosse cumprido aqui aquilo que eles diziam estar cumprindo lá em Paris.

Dia seguinte, às 9 horas da manhã, com espuma na boca, o governador Amaral de Souza nos recebeu, raivoso! E eu tinha prometido ao General: “Em 72 horas, se o senhor conseguir nos fazer falar com o governador, eu lhe prometo, a greve vai acabar. Nós não estamos em greve por que queremos, nós temos um objetivo”. E a greve acabou com o atendimento de nossa reivindicação.

Ou seja, a partir destes dois exemplos de 1979 e 1980, quando percebo os movimentos de hoje, percebo que eles não têm criatividade. Nós tínhamos criatividade ante a imensos desafios daquela época. Imagine ir na casa do comandante da tortura! Enfrentá-lo na casa dele e vencê-lo no argumento. Você imagina buscar, sendo a educação laica pelo Estado brasileiro, mas em função dos nossos objetivos, o Cardeal, por entendermos ser ele a pessoa que poderia, como mediador, convencer o governador. Se era o Cardeal, fomos lá e buscamos a pessoa que poderia, em nosso entorno ter ascensão a ele, depois, D. Vicente foi ao governador e resolvemos.

O que eu quero dizer com isso é que foi muito difícil construir o nosso momento que vivemos hoje, de liberdade, democracia e que a criatividade não pode ser um recurso para ser buscado apenas nos enfrentamentos mais pesados, mais violentos como era na época. Eu penso que hoje a criatividade merece uma oportunidade diante da liberdade e da democracia que nós estamos vivendo. Eu percebo que esta criatividade está ausente: o mundo mudou e os movimentos não mudaram e eu creio que é possível sim buscar outros métodos outras formas.

Por exemplo, o governo diz que não tem dinheiro para pagar o piso salarial do magistério no Rio Grande do Sul, mas tem dinheiro para pagar a dívida pública. Eu, há muitos anos, junto com um grupo de advogados tentamos viabilizar uma audiência por uma auditoria da dívida pública do Estado, assim como eu tinha feito antes sobre a dívida pública do país. Não se consegue! Por que as pessoas não mexem nestas contas? Não é no sentido de dar calote, é no sentido que eu quero pagar o que eu devo, a quem eu devo e quanto eu devo. Hoje o nosso governador está liderando um grupo de governadores em busca da renegociação. Não é uma questão de renegociação, é preciso ver o seguinte: quanto eu devo, a quem eu devo, por quais critérios eu devo?

Mudou a conjuntura e isso me autoriza, juridicamente, a revisar os critérios destes valores e eu tenho certeza que se fizer isso sai o dinheiro para pagar o Magistério. Então o que eu faria se fosse presidente do CPERS hoje? Mobilizaria o mundo jurídico em busca de uma ação popular visando este objetivo, isso é um instrumento democrático, coletava de 100 mil a 200 mil assinaturas, mobilizava a comunidade e fazia com que o Estado assumisse o seu direito, porque o Estado que está pagando, é o Estado como sociedade, com os tributos, os impostos que o povo paga. Daí falta dinheiro para educação e para uma série de prioridades, para onde vai o dinheiro?

Para você ter uma idéia do que eu estou discutindo eu vou te dar um dado em nível nacional, que está na capa do jornal 'O Globo' da época eu tenho até aqui o recorte. Estamos falando o seguinte: no primeiro mandato do governo Lula, houve um superávit primário de 330 bilhões de reais em quatro anos. Nesse mesmo período o governo pagou 590 bilhões de reais de juros e encargos da dívida pública, ou seja, gastamos tudo o que ganhamos e ficamos devendo mais de 260 bilhões. Não tem Estado que agüente e essa questão tem que ser enfrentada e eu te digo, no dia 1º de Maio fui fazer uma Conferência no Seminário Estadual de Jovens do PSB (Partido Socialista Brasileiro) e propus lá uma moção de apoio à Presidenta Dilma, pois é a primeira vez, e eu tenho 68 anos de idade, que eu vejo um chefe de Estado brasileiro enfrentar a questão dos bancos, porque no Brasil se inverteu a lógica e o sistema financeiro vive da exploração do sistema produtivo. O sistema financeiro deve existir para dar suporte e viabilizar a produção e aqui a cada mês nós estamos vendo uma disputa entre bancos para ver quem teve lucro maior e anunciam bilhões e bilhões, resultantes de extorsão através de juros e encargos cobrados pelo sistema financeiro ao sistema de produção.

Isso é dinheiro extorquido de quem produz, de quem trabalha e essas questões os sindicatos tem que enfrentar hoje e eu não escuto ninguém falando sobre isso. Aí querem que o Estado pague e não se encontra dinheiro em árvores. Tem que ajudar a viabilizar e o Estado enquanto comando político tem que ser cutucado, tem que ser forçado a essas questões estruturais para mudar isso e daí teria dinheiro para tudo que se quer, a questão é como se vai fazer a gestão desse processo e eu penso que os sindicatos estão omissos nestas questões fundamentais, ou seja, continuam batendo de frente, como se nós estivéssemos entre inimigos.

Hoje, de vereador a presidente da república não tem ninguém que esteja lá sem ser conduzido pelo povo. E se o povo fez isso, deve assumir junto a gestão disso, inclusive apontando aos nossos líderes os caminhos e eu estou absolutamente convencido de que um dos caminhos é esse e que ninguém está falando. Acho que fiz uma digressão aqui, mas eu quero ajudar a entender, quando eu falo em criatividade, são momentos diferentes e é preciso fazer este enfrentamento.

Voltando ao planeta Terra, nós estávamos ainda em 1979. Nessa época, enquanto eu comandava o movimento do magistério aqui no Rio Grande do Sul, nascia o ABC. Nascia o Lula, o PT e esses movimentos todos e como presidente do CPERS fui à reunião da CONCLAT, em Praia Grande e junto com Lula e outros companheiros de lá demos origem à CUT e, depois, ao PT. Só que veja que ironia! Nessa mesma época nós tínhamos grandes movimentos e eu tive sempre um grande cuidado: nunca quis ser um líder populista e poderia ter sido. Em assembleia com o Gigantinho lotado, eu posso te dar aqui um depoimento: se um professor, entre aqueles milhares, levantasse a mão eu tinha a percepção. Eu sentia um domínio absoluto, completo sobre todo esse processo e lá presente, como líder, garantir que a expressão daquele conjunto fosse viabilizada.

Na época me acusavam que eu manobrava, e posso te dizer do fundo do meu coração e de minha consciência: jamais permiti que aquele domínio de liderança forte que eu tinha fosse colocado a serviço de manipulações ou desvios. Eu fazia sempre o esforço no sentido de garantir a livre expressão de todas as correntes e que afinal,

aquilo que fosse majoritário, democraticamente, eu tinha comigo a consciência da responsabilidade de conduzir aquilo daquela forma.

Veja o desafio disso à época: nós tínhamos por um lado o enfrentamento à ditadura, uma tarefa hercúlea, mas por outro lado, nós tínhamos o enfrentamento com o pessoal da extrema esquerda tipo LIBELU, que na época se dizia que não se olhavam no espelho, com medo de se dividir. Professores como Adeli, o Paulo Lopes e outra conhecida como a Maga Patológica, eram no máximo uns 200, numa assembleia de 15 mil pessoas. E isso desgastava a gente e daí uma das lideranças no magistério que já é falecida, nem vou dizer o nome, pois já se foi e espero que tenha paz, mas passou a levar para a casa dela algumas lideranças do interior para prejudicar a minha imagem.

Chegou a dizer que eu tinha ganho de presente um apartamento do Amaral de Souza e isso é uma coisa que me dói até hoje porque feriu a minha mais absoluta integridade que jamais permiti. Se você dissesse se um dia eu recebi um centavo, eu diria que nunca recebi. E isso não é mérito, apenas é a verdade e que se contrapõe a fuxicos, a fofocas e denúncias sem o menor cabimento. Mais tarde, percebi que isso me prejudicou muito, porque eu nunca enfrentei isso por achar uma bobagem, mas eu senti depois quando fui candidato a deputado que tinha essa coisa dos boatos. E isso é muito ruim.

Na verdade, eu não era nem o comunista que a ditadura dizia que eu era, pois para a ditadura eu era do MR-8 e depois eu descobri quando eu era deputado e pedi a minha ficha, vi que eles botavam gente atrás de mim tem até um depoimento lá de uma reunião no interior de Minas Gerais na Fazenda do Rosário em Ibitaré com a russa Helena Antipov, que era uma pedagoga famosa e não tinha nada a ver com o processo ideológico e nem estava aqui a serviço da KGB nem nada. Eu não era esse comunista e muito menos a serviço da ditadura: eu era um democrata, como eu sou. Um democrata.

Naquela época essa luta era muito difícil, pois havia um mundo bipolar e você ou estava com os EUA ou estava com a URSS. E eu não estava com nenhum dos dois. Eu imaginei sempre que a gente poderia ter um caminho de liberdade, aliás, que ajudamos a construir e nós estamos vivendo hoje.

Mauro: O senhor falou da CONCLAT, que deu origem a CUT e depois a CGT. Como você percebe essa relação dos movimentos nacionais e as greves que ocorreram em todo o Brasil? O CPERS foi a segunda greve nacional – após o ABC - e muitos autores falam desse novo movimento sindical que surgiu naquela época. A própria Marisa Abreu no seu livro fala que no CPERS, embora não fosse exatamente a mesma matriz, os dirigentes da época - e o senhor estava junto - decidiram que não só se faria uma petição por escrito ao governo, mas fazer uma luta para conquistar. O senhor se considera como parte deste movimento, junto com sindicalistas bancários, metalúrgicos e outros setores, ou é uma outra vertente?

Zaneti: Eu acho importante poder falar sobre isso hoje passado tanto tempo, sem ambição pessoal, mas a vontade de poder ver as coisas em seu lugar. A amizade que eu tenho hoje, o reconhecimento que o Lula tem por mim, eu poderia te dar muitos exemplos disso, o que não é o caso, mas o Lula tem uma profunda consideração comigo que nasceu pelo respeito que ele tem à minha história, ao meu trabalho. E ele sabe que nós caminhamos juntos desde o início e eu não fui para o PT, por circunstâncias, especialmente daqui, devido àquele grupo de 200 que me enchia o saco todo dia e eu não podia ‘me meter junto’ com esse pessoal. Mas o meu espírito, o meu trabalho e o meu compromisso era Olívio Dutra, Lula, Alemão, enfim... Esse grupo todo tínhamos uma visão nacional, algumas vezes conversamos. A diferença é que eu liderava um movimento de servidores públicos e isso na minha visão nunca foi adequadamente tratado, pois eu acho que o nosso mérito é superior ao mérito do movimento ocorrido no ABC.

A história de greves no movimento privado é uma história normal e o vínculo do trabalhador privado com o patrão é diferente do vínculo de um trabalhador público com o Estado, pois ele faz parte do Estado, em algum sentido ele se rebela contra si mesmo, enquanto instituição. Infelizmente, o nosso movimento era aqui no Rio Grande do Sul, pois se fosse em São Paulo, a visibilidade teria sido outra e a dimensão histórica do nosso movimento também teria sido outra. Estou convencido disso. Por exemplo, na época das Diretas Já – eu já fiz depoimento sobre isso para trabalhos de doutorado – a CPB, que eu presidia, teve um mérito extraordinário nisso porque nós fomos para dentro de sala de aula para criar consciência da conjuntura.

Quem pode responder qual o significado disso quando a OAB e os partidos assumiram a dimensão pública desse movimento? Não tenho dúvida que foi extremamente importante, por exemplo, a caminhada que nós fizemos no nosso Congresso de Criciúma com os professores, cerca de quatro mil pessoas, por toda a cidade. O tema era ‘Diretas Já’ e o pessoal já veio de seus estados com essa discussão. Muito antes nós tínhamos feito

a discussão nas escolas, com os professores e outras entidades de classe. Eu diria que sim, nós fizemos parte desse movimento, e o papel do CPERS e da CPB – em termos nacionais – tem sido sub-dimensionado pelos historiadores e por quem tem avaliado os movimentos daquela época.

Mauro: E a relação com os governos? Um dos problemas das greves sequenciais, foram os diversos acordos assinados e ‘rasgados’. Vários acordos bons no papel nem sempre encaminhados. Como o senhor vê isso? Governos que fazem acordos na pressão da greve e depois não cumprem. Que peso tem isso nas greves que ocorreram?

Zaneti: Olhando hoje, mais longe, se tem condições de avaliar, pois a pressão que nós fazíamos era tão forte que para poder terminar a greve, eles tinham que ceder. E daí assumiam compromissos – vou dizer com benevolência – nem sempre poderiam cumprir. Por isso que eu digo que a criatividade hoje, num ambiente democrático – sim, havia um antagonismo pois os governos não eram eleitos – e além da greve para buscar melhorias salariais, havia o enfrentamento, por que nós queríamos liberdade, democracia, poder eleger os governantes. De fato, os primeiros governantes eleitos, no caso o Jair Soares, quando conseguimos os 2,5 salários, de alguma forma sentiam compromissos que não eram mais de correntes da ditadura que os nomeara em tempos anteriores, mas com o povo.

Na verdade, o orçamento mais democrático propriamente dito só veio depois da constituinte. Antes disso, todo o comando financeiro estava na mão do governo federal. Então hoje há questões objetivas, concretas, pois como elegemos governantes, a tarefa popular não termina com a eleição dos governantes, ela deve ser entendida, numa democracia, como um compromisso com quem elegemos. Para ajudar a constituir e garantir o projeto que ajudamos a eleger ao votar nestes governantes. Daí, as questões fundamentais, já referi: a dívida, os royalties do pré-sal - uma questão importantíssima – que não vejo nossos sindicatos discutirem.

Não é verdade que o royalty pertença ao Estado tal ou ao município tal. A plataforma continental marítima é do Brasil, portanto as riquezas do pré-sal são do povo brasileiro e não de cariocas, capixabas ou habitantes do município de Presidente Kennedy no Espírito Santo. Essa mobilização tem que acontecer porque nós temos que ajudar os governantes a viabilizarem o projeto que o povo elegeu.

Voltando, não dá para dizer que os governos descumpriram os acordos de greve por que quiseram descumprir. Penso que foram também vítimas de uma conjuntura onde o povo os elegia e largava. E continua acontecendo isso. Penso que, hoje, o grande movimento nacional é para trazer os juros a patamares internacionais, para que o sistema financeiro viabilize o sistema produtivo e não o contrário. No Estado, a luta pelos royalties do petróleo, porque é daí que podem vir, realmente, soluções financeiras que possam patrocinar um novo momento, essa é a minha visão.

Mauro: Algo que me chamou atenção nas pesquisas que realizei recentemente foi a relação dos governantes com o CPERS naquele momento. O Secretário Leônidas chegou a ir à sede do CPERS entregar um documento pessoalmente. Há relato na imprensa de reuniões em residências de dirigentes da entidade incluindo representantes do governo, reuniões quase como semi-secretas. Era um outro clima e uma relação com o governo muito diferente de hoje. Como o senhor vê esta questão?

Zaneti: Eu creio que se eu procurar nos meus arquivos - tenho realmente muito material guardado, fotografias e depoimentos - encontro esse documento. Uma folha de papel informal que discutimos e depois ele, o Leônidas Ribas, Secretário de Educação, formalizou. Os rascunhos onde se discutiu aquela questão ainda estão por aí comigo. Como eu vejo isso? Eu penso que há mérito de parte a parte, pois mesmo dentro do governo haviam pessoas bem intencionadas, com vontade de ver a construção de um outro momento e nós ajudávamos a criar isso. Na época poderia ter havido espaço para estes fuxicos e fofocas, mas nunca tive medo de ir a qualquer lugar e conversar com qualquer um – até na casa do Comandante do 3º Exército. Na minha vida tudo sempre foi assim, pois eu imagino o seguinte: o “olho de Deus” me enxerga e eu não faço nada que eu imagine que esteja escondido fazendo. Isso nunca! É um princípio de vida.

Onde eu estiver, a minha sensação é que tenho o “olho Dele” me enxergando e então eu não faço nada errado, pois estou sendo visto. Então nunca deixei de ir a lugar algum, conversar com quem quer que fosse em função do objetivo que se tinha e é inegável que sempre alcançamos os nossos objetivos nas greves. Se depois cumpriam ou não este é um outro problema. Hoje me parece que falta essa visão que eu coloquei aí: o compromisso de um povo que elege os seus líderes, com o eleito e com a proposta eleita, no sentido de ajudar

a viabilizá-la. Coloquei dois exemplos anteriormente e me parece que o que ocorre hoje é apenas uma oposição a uma estrutura.

Penso que democracia não é isso: não que não deva haver oposição, mesmo para a oposição interessa o bem estar do povo, as coisas fundamentais. Não vejo na oposição um discurso forte que possa autorizar um movimento, mesmo que de oposição ao Governo. Se houvesse, que o CPERS fizesse, como sugeri antes, uma ação popular para viabilizar isso. Estou convencido, como advogado, que é viável.

Mauro: O senhor falou antes das organizações existentes naquele momento, como LIBELU, entre outras. Eram parte das questões internas do movimento, quando era ainda mais tênue a organização ao menos estatutária – o estatuto da entidade mudou algumas vezes, criando o Conselho ampliado de representantes, o congresso – e desta forma como se dava o embate de ideias destes grupos? Havia uma organização destes grupos clandestinos? Panfletos jornais eram distribuídos nos eventos da categoria? São características da militância de organizações de esquerda, hoje em dia algo bem mais público, como se dava neste período?

Zaneti: Não sei como é hoje, mas o conselho nós criamos: viabilizamos a eleição de um líder por escola, um conselho por núcleo e estes núcleos faziam reuniões, tomavam posições de cada um e quando se fazia assembleia em Porto Alegre já tínhamos 90 a 95% do panorama e do que poderia acontecer em função das assembleias de cada núcleo. Um dia antes das assembleias vinham os representantes de núcleos, se fazia o debate e ia uma posição para a Assembleia. Estruturalmente não mudou esta organização interna: era sólida e democrática. Pelo que vejo a representatividade era bem maior na época do que é, hoje.

Os grupos basicamente eram AVALU e LIBELU. Não eram expressivos numericamente, mas tinham o seu mérito ao ajudar a mobilizar. O Magistério era fantásticamente democrático, ou seja, caminhava pela via da liberdade. Não pretendia ser subjugado à ditadura nem apoiava o totalitarismo de esquerda e acho isso muito bom, pois é um dos compromissos de professor: ajudar nesse processo de compreensão, de entendimento e de autonomia. Estes grupos tinham o seu jornal, seus panfletos, mas à exceção destes comportamentos escusos e ilegítimos, no sentido do desgaste pessoal a que me referi antes, e mesmo mentirosos, sendo condenável do ponto de vista pessoal muito mais que político e ideológico, nunca houve algo que compromettesse, ao menos que eu me lembre.

Nos dava muito trabalho um fator: a ditadura queria saber quem eram as lideranças e nós sustentando que o movimento era apartidário – aproveito para reforçar isso – sem uma ideologia definida, exceto a democracia, pois esta é um princípio. A ideia de liberdade, pela luta por melhores condições de vida, mas sempre em cima da mesa, nada escondido. Nunca a serviço de terceiros, nunca aparelhamos o CPERS. Em 1982 fui candidato a deputado federal e fui bem votado e eleito, mas jamais perguntei a um professor se votou ou não em mim, se era filiado a este ou aquele partido e nunca, naquela época, o CPERS esteve a serviço de qualquer partido político. O presidente do CPERS era uma instituição absolutamente alheia a essa discussão e aparelhamento partidário ou ideológico, sendo este um fato muito importante.

Olhando para trás percebo que o CPERS ao ter sido aparelho partidário perdeu muito dessa autonomia e dessa credibilidade na opinião pública e junto ao próprio magistério. Essa é a minha visão.

Mauro: O senhor teria algum comentário final? Em suas palavras, qual o balanço poderia ser feito destas greves sequenciais do ponto de vista político e social depois de todos estes anos?

Zaneti: Um fato positivo e importante foi a contribuição decisiva destes movimentos para a retomada do poder democrático no país e isso exigiu uma postura de enfrentamento permanente, pois evidentemente nossos objetivos eram conflitantes com o poder político vigente na época. Depois disso, creio que ainda falte uma reciclagem dos próprios sindicatos e dos movimentos sociais. Não temos proposta dos sindicatos para alteração estrutural do nosso país e eu vejo isso como necessário. A grosso modo, embora o país tenha crescido, haja uma maior distribuição de renda, estamos vivendo as liberdades democráticas e explodindo ninhos de corrupção, mas não houve uma alteração estrutural de nosso país.

Continuamos uma sociedade escravocrata e, por outros meios, nosso país segue escravo de interesses internacionais pela exploração dos juros e encargos impostos pelas voláteis finanças internacionais. Recentemente eu li que o senhor George Soros, a partir da valorização do Real frente ao Dólar, ganhou cinco bilhões de reais em uma operação. Nosso país agora como vice-campeão de juros continua atraindo capital

internacional exploratório e isso precisa mudar. Precisamos uma sociedade onde quem produz possa usufruir o resultado dessa produção, o que não ocorre hoje em dia com o país.

A dívida pública chega a quase dois trilhões de reais e isso é uma ameaça sobre o futuro de nosso país e concretamente é uma ameaça à nossa soberania, pois há momentos em que os grandes credores ditam normas e isso é um risco sobre o nosso futuro. Como contribuição final pediria aos meus colegas líderes sindicais e dos movimentos sociais que parem para uma reflexão sobre a necessidade de mudanças estruturais em nosso país, assumam essas bandeiras e ajudem a viabilizá-las.

Hoje, a sociedade tem mecanismos que na minha época não tinha: imagina a importância da internet e das redes sociais. São instrumentos fantásticos de mobilização, mas não tem propostas sendo viabilizadas, falta conteúdo para ser explorado que viabilize essa mudança estrutural. No meu mestrado de Ciência Política eu constatei que o país quer e está disposto a mudanças estruturais, a participar disso. Mas não vejo propostas e este é um desafio das nossas lideranças.

b) SELL, Adeli. *Depoimento presencial*. (maio/2015). Entrevistador: Mauro L. B. Marques.

Mauro: Porto Alegre, 4 de maio de 2015, depoimento do professor Adeli Sell. Inicialmente, eu lhe pediria uma apresentação de sua história especialmente em relação à educação.

Adeli: Eu nasci no dia 21 de junho de 1953 em São Bonifácio (município de Palhoça - SC). Aos quatro anos de idade minha família se mudou para o extremo oeste de Santa Catarina (Cunha Porã). Lá fiz meu ensino fundamental e como não havia ensino médio (antigo 2º grau) nos primeiros meses fiz em Palmito, cidade vizinha e depois voltei a minha cidade e todas as noites ia até Maravilha, outra cidade vizinha, onde concluí o meu ensino médio, técnico em Contabilidade. Encerrando este meu ciclo de ensino, peguei uma carona e vim a Porto Alegre, que mal conhecia. Tinha uns amigos que moravam para cá e vim no 'peito e na raça', entre 1971 e 1972. Fiz o pré vestibular, no Mauá, e passei no vestibular de Letras na UFRGS e no de jornalismo na PUC.

Na PUC cursei um ano, mas era pago e tinha dificuldades, por ser de família pobre e já fazia Letras de manhã, enfim, tinha que me virar, dar umas aulas particulares. Foi assim que concentrei no curso de Letras e em 1976 concluí meu curso. Já concomitante fazia algumas cadeiras de tradutor e intérprete e depois ainda continuei algumas cadeiras neste curso, mas acabei não concluindo este segundo curso. Eu sou um sujeito que comecei dois mestrados em Letras e não terminei nenhum e sou obrigado a dizer, que depois comecei uma militância sindical e política muito forte, acabei deixando de lado a vida acadêmica.

Eu nem era formado em Letras, dava umas aulas particulares e comecei a trabalhar em cursinhos de inglês e foquei muito o meu curso na área do Inglês, apesar de saber pouco no início dele. Foi importante, pois acabei minha vida inteira dando aula de inglês ou literatura inglesa. Português foi uma coisa muito esporádica na minha vida, apesar de ter também esta formação.

Na época o movimento sindical estava em uma retomada e se vivia a ditadura militar. Fui ao sindicato - o SINPRO - ao qual me associei, era muito fechado, me associei também ao CPERS, que na época tinha na direção o professor Hermes Zanetti, a professora Teresa Noronha, entre outros. Acabei participando como vice presidente numa chapa de oposição ao Zanetti, veja a situação que a gente vivia na época: vínhamos da academia e do movimento estudantil com uma certa radicalidade, ainda mais que participava de um grupo estudantil chamado Liberdade e Luta, era um grupo de orientação trotskista e tinha por trás uma organização clandestina trotskista, nitidamente trotskista, e tínhamos uma linha nacional de estarmos em todos os sindicatos e fazer oposição a suas diretorias, pois eram todos “pelegos” em nossa visão, sem exceção. Tanto era assim que o movimento de unificação dos trabalhadores em educação (MUTE) já usávamos a palavra ‘trabalhadores em educação’ uma coisa um pouco afrontosa na época, pois era usado o termo ‘professores’ e não essa de ‘trabalhadores em educação’. Havia os funcionários de escola e os professores e até hoje sabemos que é difícil esta questão, mas um não vive sem o outro.

Então fiz essa minha primeira incursão militante na oposição ao professor Zanetti e na época chegou a ter um debate numa emissora de TV, eu lembro, no qual participei e também eu fui a um Encontro Nacional de Professores em Alagoas, onde a professora Teresa Noronha, se estou bem lembrado, era presidente da CPB (Confederação Brasileira dos Professores) e foi muito interessante, pois eu era oposição, fui no ‘peito e na raça’ subindo o país e a única referência que eu tinha em Alagoas era um amigo meu que me indicou o Aldo Rebelo, hoje nosso ministro de Ciência e Tecnologia, morava na Casa de Estudante e aí que eu conheci o Aldo, ficando na Casa de Estudante.

Participei do Encontro, cheguei a intervir, foi um pouco tenso, havia certa força do regime militar e lembro que o Arnoud de Mello, senador da República, esteve neste encontro. Eram momentos um pouco difíceis e nós tínhamos uma visão bastante radicalizada do movimento e buscávamos ocupar espaço. Hoje eu tenho uma visão um pouco distinta, acho que para a época foi importante aquela presença do Zanetti e da Teresa, que infelizmente morreu tragicamente num acidente, hoje temos uma Escola aqui na Lomba do Pinheiro com o nome dela.

Nós começamos esta militância, mas como eu era um professor que estava vinculado a uma posição política e na época existia a clandestinidade, eu não fiquei apenas como um dos membros do MUTE. O professor Paulo Lopes tocava mais o cotidiano, era um professor com mais tempo e outros iam tocando com a gente, também. Eu comecei a intervir em outras categorias profissionais, nós formamos o MOB (Movimento de Oposição Bancária) ao Olívio Dutra, que era presidente do sindicato. Chegamos até a fazer uma tímida oposição, lembro que tinha uma aluna bancária – a gente não perdia tempo – começamos a instigá-la e foi aparecendo um pequeno grupo e começamos a fazer uma oposição ali ao Sindicato.

Em 1979, eu participei daquela primeira assembleia no Caixeiros Viajantes, eu falei, lembro muito bem, fui eu que propus greve e eu tinha um contrato no Odila Gay da Fonseca, onde eu comecei a lecionar. Eu dava aula num curso de inglês no centro e eu tinha uma aluna que era diretora, uma senhora de uma certa idade, era diretora deste colégio e tinha uma necessidade de professor de inglês, como sempre falta professor de inglês, e fui dar aula lá, mas assim que começou este movimento grevista, a minha passagem pelo magistério estadual foi meteórica, pois ali de repente não tinha mais vaga, sei lá. E eu perdi meu contrato e foi muito curto, até os alunos chegaram a fazer uma paralisação para eu voltar, mas deu em nada e eu perdi o meu contrato.

Neste ano de 1979, depois de toda essa ebulição que vinha tendo a gente vinha já fazendo uma pequena intervenção no Sindicato da Construção civil e fizemos um movimento para montar uma oposição sindical, articulamos uma reunião em 12 de agosto daquele ano na Igreja São José na Alberto Bins, domingo de manhã, e tinha mais de duzentas pessoas e não tinha como não fazer a greve no dia seguinte e eu por fora do Sindicato, imagina a situação. No dia 13 de agosto paramos a cidade inteira, havia construções na Restinga, na Protásio Alves, eram milhares de operários, e foi parando tudo, eram muitas obras naquele época, fizemos uma assembleia no Araujo Viana e pegamos este mote, de fazer oposição sindical e constituir um comando de greve, que eu nunca tinha feito na minha vida, mas a ideia era construir uma organização que ficasse junto dos trabalhadores.

Vimos para o centro, aqui na Riachuelo e o Exército e a Polícia Federal já tinham tentado me prender na Protásio, mas me prenderam naquele mesmo dia, em plena Salgado Filho, esquina da Borges. Não consegui

chegar onde íamos fazer a reunião. Fui preso, jogado para dentro de um Fusca, quebraram meus óculos e ia escurecendo, começaram a fazer um conjunto de ameaças que iam me jogar dentro do Guaíba. E fomos passando pela Ipiranga, pelo DOPS que eu já conhecia, passou na frente do Palácio da Polícia e nada de parar e foi em direção ao Quarto Distrito, eu não sabia que a Polícia Federal era na rua Paraná. Lá tive interrogatório por muito tempo, cansadíssimo, não tinha almoçado e aquela velha história das polícias em geral: um bonzinho e um mal. Um enchia muito a paciência da gente e outro dava de bonzinho. Perguntou: “Tá com fome? – Estou – Então vou comprar um lanche para ti.” Aquela ‘Coca Cola com *Chessburger*’ foi uma maravilha, o melhor da minha vida, pois estava nervoso, cansado e com uma fome desgraçada.

Ficamos ali naquele dia, no dia seguinte seguiu o interrogatório e aí a coisa começou a pegar vulto: escolas, obras, tudo parado e eu fiquei vinte e dois dias na prisão, fui incurso na Lei de Segurança Nacional. Oito dias incomunicável e, enfim, foi este o primeiro movimento que eu participei que na verdade, o fulcro disso foi tudo no magistério, mas eu ainda vou falar de outra greve da construção civil de 1981 da qual participei também, quando fui preso mais uma vez por nove dias.

O movimento sindical, mesmo corporativo e em período militar, não havia solidariedade no movimento, cada um ficava na sua, abria a boca naquilo que era possível, mas nunca passava dos limites da categoria profissional. Isso irritava muito a Polícia Federal naquela época pois eles perguntavam se eu era professor, por que não estava dando aula e estava numa greve da construção civil.

Era difícil naquele momento para qualquer um e eu não peguei uma barra pesada na Polícia, ao contrário, na época era um pouco mais frouxo. Então, além dos tapas que eu levei, não deu mais nada, praticamente. Claro que era uma forma de tortura e incurso na Lei de Segurança Nacional, toda questão era porque os professores se metiam numa outra categoria profissional. Mas tinha perdido já um de meus empregos.

Daí eu volto a questão dos professores para ficarmos no foco do magistério. Eu acho que passado todo este tempo é muito salutar fazer uma análise do momento, da época, e porque tinha já diferenças na concepção sobre movimento sindical. Eu diria que o Zanetti não era propriamente uma pessoa de esquerda, mas também não era de direita, longe disso. Eles tinham vínculos fortes com o MDB, oposição à ditadura, mas nós tínhamos uma visão um tanto quanto sectária. Aliás, se eu fizer hoje uma análise entre o que era a LIBELU na época e o que é um certo esquerdismo hoje – não que eu queria tirar vantagem desta análise ou livrar de certo sectarismo que tínhamos em nossa intervenção – mas nós tínhamos muito mais solidez do que tem um PSOL ou um PSTU, sinceramente, com todo respeito. Tenho amigos nestes pequenos partidos de esquerda, mas tínhamos mais solidez ideológica e uma organicidade militante invejável.

A gente atuava no movimento de professores, mas tinha o movimento operário e éramos uma fortaleza no movimento estudantil. Nós éramos a ala esquerda que disputava com o PCdoB uma certa hegemonia do movimento estudantil e isso interferiu no movimento sindical e no movimento dos professores. Acho que não entendíamos muito bem o papel de algumas direções sindicais que não eram coesas e era o que eles conseguiam juntar naquele momento para fazer o movimento sindical. Não quero desculpar aqui nem o Zanetti nem outros de sua diretoria que tinham uma visão mais conservadora, mas nós exigíamos demais deste movimento sindical pela nossa origem, que era mais mobilizada e tinha condições de mobilizar o movimento estudantil e nós tentávamos, em alguma medida, transpor esta radicalidade positiva para o movimento dos trabalhadores, que não era a mesma coisa, pois você tem emprego. Nós éramos muito jovens e estávamos fazendo ‘A Revolução’ com letra maiúscula, derrubando a ditadura e de fato ajudamos a derrubar e ajudar a criar os espaços para a democracia até a constituição de 1988.

Também seria errado de nossa parte não refletir criticamente aquele momento, pois se tivéssemos um pouco mais de paciência e detectado dentro da direção sindical do CPERS naquele momento o setor mais avançado talvez tivéssemos uma evolução positiva, também. Não acho que foi errado o que fizemos, pois ajudamos um setor daquela direção a ser mais avançada, não é fortuito que o Zanetti depois sai como candidato e se vincula ao setor avançado, pois o Zanetti também tinha oposição pela direita, que não conseguia se organizar naquela época. Se queria derrubar a ditadura e o pessoal da direita estava na defensiva diferentemente de hoje. Então fizemos bem por que não dividíamos, em última instância, o movimento e éramos o gás para aquele setor avançar mais. Fica difícil dizer que podíamos ter feito uma composição, pois quem sabe, poderíamos sucumbir e não ajudar em nada. Claro que se criou uma certa animosidade com Zanetti e outros. Hoje quando encontro o Zanetti a gente se dá muito bem, temos um carinho especial um pelo outro porque nós compramos algumas broncas pesadas ele de uma forma e eu de outra e vejo que todos nós tivemos um certo grau de amadurecimento. Tenho um pouco de cuidado para falar de amadurecimento, pois se diz que quando ficamos mais velhos largamos o ímpeto de esquerda revolucionária e eu não acho que eu perdi isso, fiquei apenas um pouco mais

sensato e um pouco mais pragmático com o passar do tempo. Eu tenho 61 anos agora e não vejo a revolução bater na minha porta, embora a gente tenha avançado em muitas coisas e no caso do magistério talvez o grande debate deste momento seria fazer, quem sabe, um grande Seminário, talvez nacional, articulado com a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) – da qual participei sempre em eventos – sobre o lugar do professor no ensino nos dias atuais e também o lugar das entidades sindicais na educação.

O que eu vejo hoje é pouco debate político ideológico, estou um pouco fora deste debate da educação, mas havia muita publicação, se fazia Seminários grandes e mesmo aqui nos anos 90 a professora Esther Gross, quando estava na prefeitura e depois como deputada e mesmo hoje, quando deve estar entre 79 e 80 anos era uma pessoa que ajudava nisso e se fazia muito mais debate. Se discutia muito mais o papel da educação, lembro do saudoso Nilton Fisher, da FAGED (Faculdade de Educação da UFRGS) que puxavam grandes debates e hoje se carece disso e não é fortuito que tivemos esta batalha campal em Curitiba dias atrás e já houve outros caso onde os professores são tratados de forma brutal pelo aparato de Estado.

O que me preocupa é analisar o movimento sindical nos dias de hoje, comparado com antes, pois não devemos falar daquela época sem falar dos dias atuais. Como nós conseguimos atuar com um grau de sectarismo e esquerdismo, mas a gente levantava algumas bandeiras que mexia com o professor, éramos a ala da esquerda brasileira que usava as bandeiras democráticas e palavras de ordem como ‘abaixo a ditadura’ e nosso grupo que saiu com esta faixa no Largo São Francisco (uma das primeiras passeatas grandes depois do golpe de 64) e a gente batalhava muito a questão da constituinte livre e soberana.

Eu lembro de ter discutido este tema nos anos 1970 com o Fogaça, professor de cursinho, ele não era deputado ainda e eu lembro que nos encontramos na rua e discutimos bastante esta questão e vejo que as pessoas independente das suas posições político partidárias de hoje, tiveram um papel importante naquele momento e posso resgatar algumas figuras: o MUTE, que criamos de uma forma ‘esquerdista’, digamos assim, começamos a ir para o interior do Estado e quem nos ajudou em Caxias do Sul? José Ivo Sartori e sua esposa, essa ninguém sabe e foi real. A mulher do Sartori chegou a participar no mínimo de uma reunião.

Mauro: Ele tem uma origem marxista, o Sartori, atual governador do Estado.

Adeli: Tem origem no Partidão, da Igreja, mas dentro do Partidão (PCB). O Zé Ivo e a Maria Helena, nós reunimos os professores e ele nos deu suporte e outra pessoa que ajudou para cair os butiás do bolso é o atual prefeito de Santa Maria, o Schirmer. E eu diria que ele foi mais efetivo, foi muito receptivo, nos deu muito apoio e naquela época dentro do MDB havia algumas pessoas corretíssimas e uma delas era da Comissão de Direitos Humanos e era de Bento Gonçalves, o Antenor Ferrari, que foi um deputado que me visitou na Polícia Federal e eu tenho um profundo respeito pelo Antenor, que depois trabalhou aqui na prefeitura, teve uma passagem pela SMIC, eu fui Secretário antes dele. Então do MDB é preciso lembrar o nome do Antenor Ferrari, que sempre nos deu um apoio na Assembleia e concretamente quem nos abriu espaços e nos deu indicações e abriram uma brecha para nós foram o José Ivo Sartori, a Maria Helena e o Schirmer em Santa Maria. Isso é preciso registrar, eu não esqueço e faço questão de dizer.

Por isso, a análise do momento que se vivia na época é muito importante e talvez muitos estudiosos não pegaram ainda o espírito daquele tempo, com o fim de uma ditadura muito violenta – alguns acham que aqui não houve violência – aqui houve muito, se em 1979 eu levei porrada e fui incurso na Lei de Segurança Nacional, dez anos antes era muito pior. Foi horrível isso aqui, até a morte do Herzog em 1975, depois acho que distensionou um pouco. O papel de algumas figuras, que com o tempo mudam de posição, podem passar a ter uma visão mais conservadora e assim eu acho ao destacar a questão do José Ivo, nosso atual governador, para que ele reflita sobre a situação dos servidores e dos professores. Tenho um certo temor, eu falo temor por que greve sempre é ruim, nunca vi greve boa, quem se prejudica com uma greve de professores é a população em geral, não tem onde deixar os filhos, vão atrasar, perder aula. Sempre é um momento difícil, de conflito, mas que deve haver quando precisa. Eu continuo com as posições que eu sempre tive: se tem um problema tem que enfrentar. Sou um pouco mais da negociação hoje porque também aprendi que se uma negociação é bem feita e o dirigente for firme e duro nas negociações dá para arrancar muita coisa ainda.

As vezes tem que fazer greves, mas com mais rigor e tivemos um grande aprendizado sobre o movimento sindical de 1979 e 1980. Podemos pegar ainda até 1991, quando houve outro grande movimento, no governo Collares.

Mauro: Sim, em 1991, já no governo Collares. Mas o senhor ficou pouco tempo na categoria, em 1979?

Adeli: Minha passagem no Estado foi meteórica, foram alguns meses no Odila Gay, depois eu fiquei sempre em cursinho de inglês, no magistério privado, dando aulas. Sai mesmo em 1994, depois de 9 anos de aula na na FACOS de Osório. Nove anos de aula de Literatura inglesa e americana. Não sou o melhor exemplo de professor de carreira, é bem complicado. Mas fui um bom professor. Gostava de dar aula.

Mauro: Recentemente, nas pesquisas, vi uma matéria no Correio do Povo em 1979 sobre a oposição à diretoria do CPERS reclamando de sua saída da Escola. Foi uma questão política ou funcional que o senhor foi afastado?

Adeli: Foi eminentemente política. Faça-se outra observação interessante. Dentro do Correio do Povo, quem trabalhava lá e nos abriu bastante espaço foi Antonio Hohlfeldt, outra pessoa que faço questão de mencionar. Hoje ele está no PMDB. Foi do PT, foi o primeiro vereador, e sempre abriu muito espaço no Correio e tem uma trajetória, com todos os defeitos que possamos criticar, mas sempre foi muito coerente. Em um outro momento, por exemplo, fui representar o governo municipal em 2003 em um evento da Federasul, o Antonio Hohlfeldt era o vice governador e o presidente da Federasul era o Feijó (que seria vice governador de Yeda Crusius). Feijó caiu de pau no PT e em todo mundo e o Antonio falou depois e fez uma defesa minha, que deixou o Feijó arrependido, possivelmente, de falar. Algumas pessoas, independentemente de posição política tem uma certa coerência e tem momentos assim que não se pode calar e eu queria resgatar.

Mas, voltando, eu sai por questões claras, políticas, e objetivas por causa da militância. Se não tinha vaga no Odila, haveria trezentas escolas sem professor de inglês, pois faltava sempre. Depois disso, como eu comecei a ter chance de dar aula em cursinho e já tinha uma militância política, fiquei nos cursinhos. Nunca fui demitido, apesar de ficar vinte e dois dias preso, o cursinho que eu dava aula, o FISK, não me demitiu. Esperou eu retornar, peguei as aulas e continuei, inclusive aumentando minha carga horária. Então fui um professor da área privada, depois fui dar aula na FACOS.

Mauro: O professor Zanetti relatou em outro depoimento que não entrou na CUT quando de sua fundação devido aquele grupo que aqui perturbava muito e acabaram sendo cutistas. A não presença dele na CUT se deu por uma questão local, segundo ele. O que lhe parece?

Adeli: Eu creio que sim, o Zanetti teria seu lugar na CUT, sem dúvida. A Central nasceu não com um corte ideológico, pois a esquerda normalmente tem a concepção de que o sindicato é uma frente única dos trabalhadores, Marx deve ter escrito sobre isso. Sindicato é frente única, onde tem pessoas com todas as posições. Eu esqueci falar do seguinte: em última instância, o Zanetti, a Teresa Noronha foram uma alavanca para o magistério, num momento de ruptura. O Delmar Steffen, que rasgou a ficha do PMDB, quando não dava mais de segurar, todos serviram como uma alavanca ao movimento de professores. Ele tem razão em se queixar do esquerdismo e do sectarismo, pois o CPERS foi pego de um sectarismo nunca antes visto na gestão da Rejane, antes da Helenir. Eu comprei brigas homéricas com ela, eu era presidente do PT e eu cheguei a pedir a expulsão dela do PT, porque ela se negava a discutir no PT. Não precisa ter partido se é para cada um fazer o que quer. E queria algo mais, assim como foi importante em 1983 a fundação da CUT, que foi o ápice do movimento sindical combativo que começou em 1968 com as comissões de fábrica em Santo André, depois pelas greves que o Lula fez, agora são 37 anos destas greves. Naquele momento o movimento sindical tinha um peleguismo atroz, o sindicato da construção civil era horrível, lá eu conheci o Valter Sousa que faleceu agora em primeiro de maio, estava lá no início e era presidente da 'Nova Central', agora. Aquele Baldino já era pelego na época, depois virou um escroto, roubando o sindicato, enriquecendo. Enfim, o final dos anos 1970 foi marcado pelo peleguismo, e te digo mais, o que eu vejo agora é que toda aquela esquerda que tomou vários sindicatos na época, arejou os sindicatos, criou a CUT, criou o Paim, que virou senador, agora se adaptou ao *status quo*.

O Sindicato dos Metalúrgicos em Caxias, por exemplo, onde tem inúmeros problemas com empresas que vão à falência, onde trabalhadores são sequelados de doenças funcionais e vejo gente de esquerda com uma postura igual a que eu combati, entende? Aqui a gente batia no Adãozinho Hatzgel e hoje tem gente pior que Adãozinho nos Metalúrgicos de Porto Alegre e brigas internas como nos Metalúrgicos de São Leopoldo, eram coisas de se matar. Olha o Sindicato dos Motoristas de Porto Alegre. Então, mesmo com centrais sindicais de esquerda como a CUT e CTB ligados ao PT e PCdoB, tem gente que eu chamaria de *neopelego*. Escrevi um artigo sobre isso e ninguém contestou, colocou a cara de fora. Alguns não gostam de mim porque eu falo e eu não me considero

um cara esquerdista nem que abandonou a luta, pelo contrário. Mas a gente precisa ter coerência, mesmo que o tempo passe, a tática pode alterar, mas hoje é mais fácil fazer movimento sindical, fazer negociação, mas por incrível que pareça não acontece.

Alguns dizem que no serviço público fazem greve e não acontece nada. Pode não ser demitido, mas cortam salário, você fica marcado, se incomoda. O bom movimento sindical às vezes, na iniciativa privada também vai à greve, mas também boas negociações, como estive participando aqui nesta sala, pois minha mulher faz trabalho empresarial a muito tempo e aqui a gente fez negociação com um Sindicato e um cara que eu tenho vinculação direta. E eles chegaram aqui com uma negociação incrível com umas empresas eólicas da zona sul, uns portugueses meio babacas, iam levar uma greve, mas a gente chamou as partes na mesa aqui e mostramos que eles podiam negociar, estavam no dissídio. Eles tiveram que recuar e a patronal às vezes pensa duas vezes ainda mais num momento em que a economia agora está em certa crise, mas a gente vinha num crescimento. Se pára um dia é prejuízo para eles, que não são santinhos, mas não podem usar os mesmos métodos de outros tempos. Enfim, alguns sindicatos que não tem tanta visibilidade, mas que tem arrancado 8,5%, ou mais negociando certo.

Mauro: Mesmo que o senhor tenha passado por pouco tempo na categoria nos anos 1970, como o senhor percebe as metamorfoses da categoria – originalmente de classe média – que se aproximou da classe trabalhadora? Chegou a vislumbrar estas diferenças?

Adeli: Eu diria com uma relativa segurança que o magistério se proletarizou violentamente. Na minha época, e sempre vai haver, me parece, havia uma espécie de ‘sacerdócio’ e quem gosta de dar aula, dá aula. Eu sinto falta, se precisar eu dou palestra, falo de graça. Então sempre vai haver pessoas que independente do salário vão para o magistério. Muitos pensam em lutar e mudar, mas as pessoas que estão indo para o magistério são muito mais da classe proletarizada, pais mais pobres do que na minha época quando as Letras, que era o curso da ‘dondouice’ da universidade, mas outros cursos também era muito classe média e estes queriam ser professor. Hoje é algo para ser analisado como a juventude vê esta questão, pois muitos querem é abrir sua empresa. Se não houver uma reviravolta, nós teremos problemas em especial na área de humanas. Quem faz geografia hoje em dia? Vários cursos fecharam. O que eu vejo como positivo e uma coisa boa feita pelo governo foram os IFs (Institutos Federais) e quem não é sectário deve reconhecer que foi uma grande sacada, que ajudou em muitos lugares. E ainda ter faculdades onde nunca se imaginava antes, como essa UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) tem um campus em Cerro Largo e em cidades do Paraná e Santa Catarina, isso muda a cidade e a região, como eu vi agora em Santo Antonio da Patrulha extensão da FURG com quatro cursos de linha frente na área de engenharia.

Eu vejo a academia também mais focada para o mundo do trabalho e isso é uma coisa positiva, eu vi na PUC a ideia de que a academia deve se unir mais ao mundo produtivo. Não significa formação para o cara ir direto para a fábrica, mas isso é dialogar com o mundo real e eu também me preocupo com a formação do magistério e também com as pessoas que vão para o magistério, pois as cotas são importantes, sempre as defendi e acho que deve ser periodicamente avaliado, pois varia, pode ser 10, 8%, depende. Mas cotas são corretas, não apenas as raciais, mas é hora de ver a estratificação social de onde vem o estudante que vai para a escola. Eles vem baqueados do ensino básico e vão para a universidade. E muitos não passam no exame da OAB, agora eu virei acadêmico, faço direito aqui na FADERGS, ali temos pessoas de tudo que é idade e grupo social, mas vejo uma galera nova ali que tem dificuldade, quando tem que escrever. Para mim é barbadinha, por que sei estudar e escrever, mas a gurizada não consegue escrever uma frase. A avaliação se baseia em objetivas, com ‘pega ratão’, então tira nota 8,0 aqui, mas na OAB vai ser diferente.

Mauro: Outra questão que percebi com as greves sequenciais nos anos 1980 tem muito a ver com os acordos que os governos não cumpriram, pois sob pressão do movimento eles assinam acordos que talvez não soubesse se poderiam cumprir. Como o senhor analisa isso?

Adeli: Tem a questão da judicialização dos acordos, algumas bancas jurídicas conseguiram fortunas com isso, pois ganharam coisas que os governos não cumpriram. Isso é um grande problema, o governo propõe e não cumpre ou joga para o outro governo cumprir. É errado, os governos precisam ter planejamento e passar ao governo seguinte as condições adequadas ou os mecanismos de fazer e se o outro não fizer isso é um problema político ideológico ou partidário. Não se pode deixar o ‘abacaxi’ na mão dos outros, essa é a questão.

Mauro: Quais foram as grandes lições para sua vida destas lutas, do movimento docentes, destas experiências, o que somaram na sua vida política e concepções?

Adeli: A nossa militância política nos dá uma formação política e ideológica, ajuda a criar um pouco a gente, o nosso ser, pois nenhuma greve que a gente participou foi em vão, pois as pessoas podem pensar que conseguiram os 2,5 (piso salarial) e depois cortam, mas vida sobe e desce, a vida é dura, mas isso te dá uma lição de vida impressionante e por isso eu acho que nós termos acompanhado estes movimentos nos dá uma consistência no mundo de hoje, pois se não tivesse uma trajetória com alguns conflitos que a gente vive hoje e viveu no passado recente, tu pendura a chuteira. Muitos penduraram porque não conseguiram entender todo este processo. A luta sindical é muito dura e difícil e tem uma coisa que na época não se discutia eram as condições de trabalho. Havia giz, quadro negro, alguma coisa de biblioteca e hoje em dia o professor não deve apenas lutar por salário e sim pela sua segurança em sala de aula, nos conflitos que existem no meio onde a escola está colocada e tem um grave problema hoje são as doenças ocupacionais. Não é apenas a LER (lesão por exercícios repetitivos), tem as varizes, os dedos, a voz, depressão, problemas de cabeça. Esta é a síndrome do momento, eu estou trabalhando muito com um escritório em Caxias que trata das doenças ocupacionais e é um problema da área judicial, pois os advogados trabalhistas não tratam disso, os que estão no CPERS, fazem um feijão com arroz. Temos gente doente nas escolas, este é um grande problema. Por isso eu vejo que o movimento sindical está mal. Estamos fazendo esta discussão em alguns núcleos do CPERS, combinamos isso com Helenir (atual presidente) e abrindo esta discussão em alguns núcleos.

c) SOARES, Jair. *Depoimento presencial*. (julho/2015). Entrevistador: Mauro L. B. Marques.

Mauro: Porto Alegre, 8 de julho de 2015, entrevisto o ex governador Jair Soares. Inicialmente lhe peço uma apresentação biográfica geral, especialmente relacionada ao seu período no governo de Estado.

Jair Soares: Quando o Estado do Rio Grande do Sul foi criado naturalmente não tinha nem a sede do governo que levou praticamente um século para construir o Palácio Piratini. Antes, ficou numa casa que hoje pertence ao Ministério Público onde era a Praça dos três poderes, o que, segundo Montesquieu, determinou a organização do Estado sua harmonia e independência entre os poderes. Mais tarde a constituinte de 1988, adaptada aqui no Estado em 1989, ela conferiu autonomia ao Ministério Público, que antes era um órgão subordinado ao Governador do Estado, ele que nomeava o Procurador Geral da Justiça.

No meu governo, de 1983 a 1987, eu mandei uma proposta de emenda constitucional para a Assembleia que permitia a eleição direta dos procuradores e na lista tríplice encaminhada ao Governador, este escolheria. Como eu tinha uma regra, escolhi o mais votado, em todas as promoções do Estado, quer seja na área do magistério, Ministério Público, Magistratura, nomeação de juízes etc. Sempre o primeiro da lista, pois estes grupos tem um conselho que trata destas promoções e não pode um governador desautorizar isso.

A partir disso, se nós formos pesquisar nos anais da Assembleia Legislativa e nos arquivo públicos, veremos que Borges de Medeiros, 27 anos presidente do Estado, ele na época fez empréstimos para poder fazer algumas coisas no Estado como a reforma do cais do Porto e a exploração das jazidas de carvão metalúrgico em Gravataí. E esses financiamentos foram feitos em libras esterlinas, numa época em que o dólar não tinha esta expressão de hoje. Isso mostra que o Estado nunca tinha dinheiro sobrando.

E quanto a mim, entro na função pública depois de ter uma vida estudantil participando de Grêmios estudantil e da UGES, Centro Acadêmico na Faculdade e fazendo parte de um dos partidos que foi extinto na Revolução, assim chamada, de 64, que era o Partido Social Democrático (PSD). Extinto, se transformou na ARENA, depois PPB, PP e PDS, pelo qual me elegi.

Concomitantemente a atividade estudantil, eu participava da vida partidária e num primeiro momento fui vice presidente da juventude pessedista e na vitória do Ildo Meneguetti, que foi um grande líder e tinha uma popularidade extraordinária e venceu Alberto Pasqualini (líder do trabalhismo no Brasil) e que dizia que os Palácios deveriam ser feitos de vidro para o povo acompanhar o que se passa lá dentro. Assim, Meneguetti venceu primeiro a Prefeitura de Porto Alegre, vencendo Leonel Brizola. Eu não tinha idade, menores não podiam participar. Eu continuei na minha atividade estudantil e quando ele ganha o governo do Estado, eu fui convidado para trabalhar no gabinete do Secretário das Obras Públicas (1955), onde eu tinha feito um concurso para o setor ali na rua independência, que era o CEOI – Comissão Especial para Obras e Irrigação. Um tema interessante, pois ainda hoje nós precisamos de água, quando vem a seca é um problema, especialmente na nossa produção do arroz.

Passei bem neste concurso entre os primeiros colocados e pensei que poderia escolher o lugar para trabalhar, mas não... me mandaram para as Obras Públicas no Gasômetro, ao lado do DEPREC, onde também tinha a Casa de Correção ali também, um local de correção exemplar.

Lá eu pude assistir o preso trabalhando na alfaiataria, na padaria, na carpintaria etc. e todos tinham uma renda, a padaria entregava pão, por exemplo, minha família comprava aquele pão quentinho, pois morávamos ali perto. E a energia também era feita no Gasômetro e a fuligem era uma coisa incrível, eu tinha que trabalhar de guardapó, não podia usar camisa branca. E lá o meu chefe, um homem probo, operoso, enfim, alguém que homenageio. Eu fiz este concurso no governo do General Ernesto Dornelles. No período de 1947 (teve uma constituinte) a alternância do poder era constante no Rio Grande do Sul: havia o PTB, o PSD, depois o PL e o PDC, UDN, mais tarde PRP.

Essa rivalidade é como Grêmio e Inter... PSD e PTB, a ponto de no interior algumas pessoas que eram do PTB não iam no café do PSD e vice versa, Igrejas, clubes, etc., era algo enraizado, uma campanha onde para o vencedor havia a retaliação. Aprendi muito com isso, pois fiz várias campanhas.

Naquela época (1952) e quando eu fui para as obras públicas continuava este *status quo*, tínhamos apenas cinco secretarias: Interior e Justiça, Fazenda, Agricultura, Educação e Cultura e das Obras Públicas. Dessa saíram quase dez Secretarias de Estado, foram desmembrando. Vários foram os Secretários que se tornaram governadores como Brizola, Triches, Guazelli. E lá se usavam grandes máquinas e as fichas de estoque de materiais do que se comprava, de A a Z tudo que se possa imaginar, tinta, material de expediente, folha, borracha, enfim. E o chefe era muito exigente... mas eu tirei vantagem disso, pois eu me dedicava ao trabalho e o chefe ficava numa espécie de aquário e com um lápis batia no vidro... um dia ele me chamou e disse: “amanhã você sai da carteira de mecanografia e vai para a carteira de fatura”.

Assim, eu passei em todos os setores e aprendi muito. Ali fiquei até 1955, no almoxarifado e chega um dia o engenheiro Eduardo Martins Gonçalves Neto que era o diretor da Secretaria de Obras Públicas no governo do Ildo Meneguetti, informado que eu era vice-presidente da juventude pessedista, queria falar comigo. O chefe me chamou e fui falar, de camiseta esporte, tinha cerca de 20 anos e ele me disse: “Queremos lhe convidar para trabalhar no gabinete do Secretário, o senhor será requisitado como servidor, sem função gratificada”.

Ali percebi que a gente pode alcançar o objetivo caso se prepare, e precisa estar preparado. Na época nem se falava em informática, quando cheguei lá o Secretário me recebeu nos umbrais da porta e disse ‘vamos fazer uma experiência’. E eu fui para o meu lugar, num canto, me deram os recortes de jornais para fazer, atender telefone... só não servia cafezinho. Tinha aprendido com meus pais de nunca colocar dificuldades nas coisas. E o homem tinha horário... e ninguém tinha... mas eu tinha. Ele chegava às 8 horas e eu estava já às 7 e 30. Quando ele chamava chefe de gabinete, oficial de gabinete e ninguém estava, estava eu: “Sim senhor”.

- “Chama o engenheiro Plínio Totta, por favor”. Nem sabia quem era, saía a procurar e desta forma tive grandes amigos por lá. E um dia, não sei por que, depois de falar com o oficial de gabinete (Lauro Pereira Guimarães) e, naquela época o funcionário tinha que saber bater a máquina, era o computador de hoje e eu era ligeiro naquelas máquinas pesadas... o Lauro ditava. Tinha se criado a Taxa de Transporte, para fazer as estradas do DAER, que fazia parte da Secretaria. E o secretário perguntou para o Lauro quem fazia aquele serviço bom, dos jornais. “É aquele Jair, menino que veio do almoxarifado...”.

- “Dá uma gratificação para ele...”. Quando o Lauro assume a chefia do gabinete, fui nomeado oficial de gabinete, vindo lá de baixo, nem tinha curso superior ainda. Lauro Guimarães fez o concurso para o Ministério Público e na prova de oratória eu fui assistir, o que me chamou atenção, sempre gostei do Direito. Ele passando vai para Irai e eu assumo a chefia de gabinete e me caso no último ano do governo Meneghetti. Fui convidado para a Assembleia Legislativa como Secretário da bancada do PSD e depois chefe de gabinete. Era governador

Leonel Brizola, ele viajava toda semana para o Estado de Guanabara e quem assumia era o presidente da Assembleia (não havia vice-governador).

Muita coisa fui somando de aprendizado, especialmente do que não se deve fazer e também fiz amizade com Brizola e sempre que falavam mal, que ele não se dava bem com a dona Neusa eu dizia que era mentira, sempre vi o casal sério, um amor profundo. Brizola me respeitava, um guri, tinha 14 anos menos que ele e quando ele saía para a viagem só dizia... “Podem mexer nas gavetas, não tem nada aí”.

Quando Candido Norberto assumiu a Assembleia eu coloquei o cargo a disposição, mas continuamos grandes amigos, inclusive o coloquei na TVE quando fui governador e ele expandiu a TV para o interior com todo o meu apoio. Depois o Meneguetti ganha e me chamou para conversar com ele: “Gosto muito de ti e quero que tu assumas aqui o Setor de Leis”, mas disse que não poderia, pois era Cirurgião Dentista. E foi uma disputa! Fui convidado para chefe de gabinete do INCRA e do IRGA. Fui para o IRGA, – também fui aprendendo sobre esta área da administração

Também aprendi a dar ‘incerta’, uma coisa que eu fiz muito na minha vida, visitar os locais. Ao sair do IRGA voltei para a Assembleia, chefei o Departamento de Saúde e lá atendia as crianças dos deputados, funcionários, como Cirurgião Dentista, era Odontopediatra. Na sequência, o Peracchi concorre, na indireta, dentro do partido contra o Tarso Dutra. Na convenção ganhou o Peracchi e ele me convidou para ser um dos diretores da CEEE. E eu respondi que era um profissional liberal, estava com a vida estabelecida financeiramente. O governador respondeu que ninguém queria ajudá-lo e na sequência fui claro: “este cargo que o senhor me oferece não me interessa, tem doze diretores lá. Se eu me dirigisse direto ao senhor, tudo bem, não vou misturar meu estilo de trabalho com mais ninguém”.

Passando um tempo, ele manda me chamar e me convida para ser Presidente da Comissão de Compras do Estado. Era 1967. Eu aceitei, mas pedi que apenas eu compraria no Estado, que tinha ideias sobre isso, e o governador aceitou. Começo a ocupar os jornais de Porto Alegre diariamente. Arrochei, pois como na nossa casa ou empreendimento, se não tiver um olho no negócio, o destino é o fracasso. Então comecei a empilhar os pedidos de compras, via que era muita coisa, e não comprava. Ninguém ia lá reclamar, mas um dia o superintendente da SUSEPE me perguntou se eu não queria um motim dos presos, pois ele tinha um pedido enorme de cigarros para eles. Sabia que eles estavam comercializando dentro dos presídios os cigarros e perguntei qual era o estoque, que era de sessenta dias. Prometi a solução para trinta dias e fiz uma marca nova, especial de cigarro – Grenal – e enviei para o delegado.

Mais tarde, como a eleição era indireta o presidente Médici quando veio ao Rio Grande do Sul deixou claro que o candidato o governo era Triches. Logo que saiu nos jornais ele me chamou: “Jair, tu vai escolher, ou tu fica na administração, ou vai para a Saúde ou para a Educação”. Quando fui discutir isso no gabinete de transição chegou a informação que Ney Braga, Ministro da Educação, cederia o secretário geral de educação para o Estado. Era Mauro da Costa Rodrigues, que fez o Plano de Careira de Magistério, sem greve... e dura até hoje. O Governador me indicou para a Saúde. Ali, pude fazer uma revolução, tínhamos técnicos que estavam adormecidos... trouxe a vacina contra tuberculose da Inglaterra e fiz a lei que exige a vacina de tuberculose (BCG intradérmica) na primeira série do primeiro grau, por ocasião da matrícula Também ampliamos a vacinação, com as três doses da Sabin, (vacina da paralisia infantil) quando era o momento da segunda dose a mãe recebia em casa, o aviso. No Laboratório Farmacêutico, mais de cem produtos, desde aspirina até os psicotrópicos, maquinário importado todo da Itália, para comprimidos, drágeas, ampolas e antibiótico.

Na Secretaria de Saúde construí oitocentas Unidades Sanitárias (LAFERGS). O Ministro da Saúde não vinha ao Estado há dezesseis anos e o recebi na minha casa.

O Presidente Figueiredo me chamou. Fui secretário da Saúde do Triches e do Guazzelli na saúde. Bem, indo a Brasília, o presidente Figueiredo me diz que desejava que eu concorresse a Deputado Federal. O presidente me afirmou que eu tinha prestígio – ele era chefe do SNI – e precisava de mim como Deputado Federal. Volto a Porto Alegre e me reúno com técnicos da saúde e exponho a situação. Perguntei a eles o que deveria fazer e de forma unânime (abril de 1978) eles disseram que eu deveria concorrer. E não gastei um centavo... me buscavam de carro ... um médico me levava até Sapucaia, outro até São Leopoldo e assim por diante. Fui eleito com cem mil votos em 1978. Chegando em março, o Presidente me convida, para minha surpresa, para ser Ministro da Previdência, pensei que seria Ministro da Saúde. Fiz umas colocações para ele. Eu tinha uma equipe. – “tu não vai me encher de gaúcho aqui – não coloquei nenhum gaúcho no Pará ou lá em Brasília, mas para trabalhar comigo vai ter que vir gaúcho, para a Presidência dos órgãos como IAPAS eu não abro mão” e assim foi feito, e quando vinha alguém para o meu Ministério mandava ver a ficha e se tinha alguma coisa estranha dava uma desculpa e dispensava.

Enfim, quando no governo estadual governei este Estado com 232 municípios e com ICM... o 'S' do ICM veio em 1989 na adaptação da carta Constitucional Federal à carta Estadual e acrescentou na arrecadação 40%. Onde está este dinheiro? De lá para cá dos 232 municípios nós temos 497, ou seja, o custeio da administração mais que dobrou, pois em todos estes lugares teve que se criar serviços administrativos correspondentes ao município, agência do Banco Estadual e da Caixa, Escola, Delegacia de Polícia, destacamento da Brigada, Judiciário tendo que colocar juiz, entre outros, etc ...

O Estado cresceu, a corrida emancipacionista foi enorme. Eu não sou contra, mas tem municípios enormes que não se emancipam, como o Alegrete, que tem Passo Novo, Durasnal e Silvestre, três distritos enormes que sabem que vão enfraquecer separados. Caxias, por exemplo, sempre falam em Ana Rech, mas as grandes fábricas estão ali e cairia a arrecadação de Caxias.

Política eu faço é com todas as letras maiúsculas, não sei fazer de outro jeito, tudo que tenho eu digo onde comprei, quanto custou. Minhas declarações de Imposto de Renda, meu dinheiro na conta e como saiu para poupança ou investimentos, mesmo no escritório de advocacia que eu ainda advogo. Quando governei o Estado, não fiz empréstimo e se o Estado está endividado não foi por minha causa, mas eu fiz ajuste fiscal. Meu governo foi de austeridade espartana. Não tirei diária, como está no meu livro, quando eu fui deputado e teve o parecer na minha aposentadoria na Assembleia e o Conselheiro que deu o parecer, no Tribunal de contas, escreveu que "era impossível um homem com dois cursos superiores se aposentar ganhando menos do que ganhava um agente de segurança da Assembleia".

Aqui o senhor vai ver, (no livro) 100% de presença nas sessões plenárias e nenhum gasto com diárias. Isso fiz na Assembleia, mas também foi no meu governo. Fiz dois churrascos: um para o presidente da República do Uruguai que esteve Porto Alegre e o outro para o Presidente da República que veio aqui. Outros churrascos que houve, por exemplo, a FIERGS quer fazer: vocês dão a carne e as bebidas, eu dou o Galpão Crioulo e sempre foi assim.

Não atrasei um dia o funcionalismo e nos primeiros seis meses de governo mandei trezentos projetos de lei para a Assembleia e não quis maioria, tinha 25 deputados do meu partido. O Maurício Sirotsky me disse "pega ai o PDT ou o PMDB e oferece espaço", eram os três partidos que existiam. Não fiz, não precisava, vou mandar projetos para lá, quer votar... vota. Extingui Secretaria de Turismo – o próprio Secretário disse que era melhor manter a CRTUR – e não votaram. Aí eu não preenchi o cargo e não mandei projetos sempre para beneficiar o Estado. Eu queria diminuir, pois quando entrei no Estado eram cinco Secretarias e eu governei com onze e hoje tem trinta e nove.

No meu governo, para se ter uma ideia bem exata energeticamente aumentamos a capacidade de energia do Estado em 320 megawatts, fase B da Usina Presidente Médici. Construimos 1.120 quilômetros de estrada pavimentada, com pontes, como a de Roca Sales, construimos unidades sanitárias. Salas de aula foram cinco mil salas. Assumi com 33 mil homens na Brigada Militar, em Porto Alegre tinha quatro mil homens.

Dei o 13º salário, seu eu não tivesse dado ninguém daria. Dei uma aumento de 323% e a inflação era de 80%, pois eu tinha uma experiência na saúde e pagava bem os médicos, a maioria queria trabalhar comigo *full time*. Um brigadiano no meu governo ganhava dez salários mínimos e obrigamos a ter o segundo grau completo nos concursos.

Na minha campanha eu prometi binômio saúde e educação. O magistério, eu trago agora para o senhor ver, a lei da época determinava 25% da receita líquida de investimento em educação e em dois anos consegui aplicar 53%. Na saúde a lei nada dizia, mas eu aplicava 17%. Hoje 12%, deve ser aplicado.

O problema do Estado é assim, ela se agrava por uma série de situações, a máquina e o custeio cresceram, os municípios mais que dobraram.

Mauro: O senhor governou na primeira metade dos anos 1980, sendo um período recessivo que incluiu a fuga de capitais industriais para outros Estados desde os anos 1970, o que mudou um pouco o perfil da matriz econômica do Rio Grande do Sul. Além disso, isenções fiscais ajudaram a empobrecer o Estado. O senhor conviveu com isso? E a relação conflituosa com a União, como o senhor viu esta questão? Vi em minhas pesquisas que o senhor esteve em Brasília em busca de recursos.

Jair Soares: Não dão nada. Eles são donos do bolo tributário, 63% é da União e só dá encargos aos Estados e Municípios, que sofrem mais ainda. O Governo Estadual tem sua arrecadação que se diminuísse o tamanho do Estado e isso não ia prejudicar, se cumprisse suas funções de saúde, educação, segurança e justiça, são quatro pontos e não tem como sair disso ai.

Pagar bem é bom para o Estado, você anima o comércio. Pagando bem o funcionário vai vestir a camiseta.

Mauro: Outro aspecto que se destacou nos anos 1980 foram os movimentos reivindicatórios muito intensos. Tal período foi marcado como os anos das greves. Como o senhor encaminhou esta questão?

Jair Soares: Bem, abriram-se as comportas. A greve do magistério no meu governo ela ocorreu por um acordo que não foi cumprido no governo que me antecedeu. A greve de 80 fixou as regras – 2,5 salários – e no meu governo eu ofereci os 2,5.

Em 1985 houve a greve e no ano de 1986 eu paguei os 2,5 salários, que foi o acordo conduzido pelo Rigotto e Cezar Shirmer pelo PMDB, Valdomiro e Renan Kurtz de Santa Maria do PDT. Então este acordo foi firmado e o Simon veio e arguiu a inconstitucionalidade. Esse acordo hoje em dia é mais que o piso. E como disse antes, se você paga bem, o comércio vai bem e arrecadação vai bem.

Mauro: Mas houve dificuldade em pagar os 2,5 e isso demorou algum tempo...

Jair Soares: Naquela época as exonerações fiscais prejudicaram o Estado. No meu governo eu paguei a dívida, todos os governos pagaram, mas nós não pagamos a dívida e sim o seu serviço, os juros, então ela só cresce.

Mauro: Em relação ao acordo/80. Este acordo até 1987 era o mote dos movimentos, que foi assinado pelo Amaral e o senhor conseguiu cumprir em 1986, isso está muito marcado. Por que o senhor acha que ocorreu esta demora, renegociações, tanta luta para consolidar este acordo?

Jair Soares: Quando eu assumi, por sorte minha, são estes desígnios que acontecem, a presidente era Zilá Totta, que foi minha professora de Educação Física no primário no Grupo Escolar Protásio Alves. Tinha bom relacionamento com ela, e não houve de parte dela uma pressão forte. Recebia ela na hora em que ela queria e depois foi o Paulo Egon.

Mas tivemos que recompor aos poucos, pois as promoções estavam atrasadas, quase cem mil professores. Cada mês íamos botando em dia as promoções. Então chegou uma hora, eu sempre recebia ele (Paulo Egon), que era para fazer um acordo para valer e chamei a Assembleia para dar respaldo. Nós vamos nos comprometer a 'tal dia' pagar os 2,5... além do 13º e de dezesseis leis que eu dei pra eles.

O Rigotto, o Schirmer e Valdomiro lideravam a oposição, assim como o Renan Kurtz. Primeiro conversei com eles e decidimos fazer uma reunião. Começamos às 3 e 30, 4 horas e entramos noite adentro. Duas da manhã estava resolvido e se assinou um protocolo, publicado nos jornais e se começou a pagar na data acertada.

Para surpresa minha, o governo que me sucedeu arguiu a inconstitucionalidade. Simon é um homem honrado, meu amigo.

Mauro: O senhor teve alguma dificuldade quando teve o gatilho do governo Sarney? O salário mínimo era a referência do piso e aumentou, ao mesmo tempo em que no mês de janeiro houve dificuldades pela ausência de recursos do tesouro.

Jair Soares: Naquela época não havia a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas é outra época... Naturalmente que você para administrar um Estado precisa ter paciência e tolerância, tratar as pessoas com educação. Nunca tirei férias, meu vice governador reclamava. Acho um absurdo ser eleito Governador e tirar férias, não dá pra entender isso aí. Parece um descaso. Agora acho que poderíamos chegar num bom acordo com o Magistério, na época não falei, em todo lugar o Plano de Carreira funciona, mas aqui é impressionante. Não pode o chefe de hoje ser o subordinado amanhã e isso que acontece hoje. Como o chefe vai fiscalizar assim?

Em relação a gestão pública quem vai comandar tem que convidar pra assessor alguém do seu lado do nível intelectual dele ou mais.

Qualquer outro esclarecimento que o senhor deseje para seu trabalho estou a disposição.

d) SIMON, Pedro. *Depoimento presencial*. (agosto/2015). Entrevistador: Mauro L. B. Marques.

Mauro: Porto Alegre, 15 de agosto de 2015, entrevisto o ex-governador Pedro Simon. Inicialmente peço ao senhor uma breve apresentação biográfica, especialmente relacionada à sua história política.

Simon: Tenho 85 anos, nasci em Caxias do Sul, em 1945 vim para Porto Alegre e estudei no Rosário. Depois tirei a faculdade de Direito na PUC, onde tive uma vida estudantil muito intensa; fui presidente do Grêmio Estudantil do Rosário, dirigente da UEE e participei da União Nacional dos Estudantes.

Escolhi Caxias do Sul para ser candidato a vereador onde fui eleito em 1962 e vim para Deputado Estadual. Antes, como fui primeiro aluno da turma, naquele tempo o primeiro aluno da turma ganhava uma bolsa de pós graduação e escolhia qualquer universidade do mundo. E só havia três faculdades de direito: UFRGS, PUC e Pelotas. Hoje tem umas duzentas faculdades de Direito. Eu fiz na Sorbonne em Paris e completei na Universidade de Roma, na Itália.

Não imaginava que teria uma vida política, pois fui muito feliz na minha vida universitária. Peguei uma época de Juscelino Presidente, um momento de democracia, liberdade, democracia, alegria, desenvolvimento. Mas, como deputado assumi em 1963 e em 1964 estourou o golpe.

Mudou toda minha vida. Pensei em ser um deputado em época normal, mas foi um período dramático de 1964 em diante. Realmente muito difícil: fui a Senador e fui coordenador nacional do movimento das “Diretas já”. Tancredo me escolheu para Ministro da Agricultura, mas não assumiu – foi internado no dia da posse - e antes de morrer, uma coisa interessante, ele ia assumir às 11 da manhã e deixou as portarias dos Ministros assinada. Tenho a minha ainda guardada aqui. Sai do Ministério para ser candidato a Governador e fui eleito em 1986. Voltei ao Senado e fiquei até 31 de janeiro deste ano.

Mauro: Em relação ao período do seu governo, a partir de 1987. Os dados que tenho trabalhado demonstram que o senhor assumiu o Estado num quadro econômico bastante difícil. O período militar se encerrando, o Estado tendo um período de queda econômica desde os anos 1970, deixando aos poucos de ser o Estado ‘celeiro’ e perdeu este espaço gradativamente. Quando o senhor assumiu já tinha este quadro agudo, com grandes

dificuldades, tendo que apelar ao Governo Federal. Na época como era discutido isso, esta perda econômica do Estado perante o país e outros Estados?

Simon: Neste período, o Sarney era o Presidente, ele era Presidente da Arena, integrado à ditadura. Tivemos cinco generais ditadores... participei disso quando era deputado e senador: os militares foram muitos duros especialmente em relação a nós da oposição e eu do MDB tive uma atuação muito destacada, muita intensa.

Até por isso, muita gente não entende por que eu não fui cassado. Eu era muito amigo do Senador Daniel Kriger e ele dizia: “Se ele for cassado, o povo lá do Rio Grande do Sul tem o Brizola, que era um contestador, queria a luta armada, guerra civil, era muito radical”. Eu não tinha identidade com o Brizola, eu era contrário, vinha do tempo do Pasqualini e tinha um pensamento muito diferente do dele. E o Daniel dizia: “O Simon está lá, comandando o partido, radical contra nós, mas se tirarem ele o pessoal do Brizola toma conta e vocês vão ver como é”.

Realmente nós fizemos uma oposição muito dura aqui no MDB do Rio Grande do Sul, e esta situação a gente conhecia... eu fui governador, antes de mim o Jair e os outros haviam sido nomeados: Peracchi, o Triches, o Guazelli, o Amaral... nomeações.

Outro aspecto, o Presidente da República era o Sarney, que era do meu partido, mas ele também pegou uma situação do Brasil também muito difícil. Então o relacionamento com o Governo Federal a nível político, o Sarney era do MDB um tanto diferente do meu – sempre teve os autênticos, mais assim, mais assado – mas o aspecto da economia ele viveu no Governo Federal um problema atrás do outro.

Ele teve um sucesso enorme com o Plano Cruzado. Foi inflação zero, mas degingolou. Lançou o Plano Cruzado 2, o Plano Verão, mas a situação foi difícil e aqui no Estado também foi difícil.

Eu me elegi e o MDB tinha 27 deputados e a oposição 28. Foi até meio estranho eu ter sido eleito, pois o PDT do Brizola se uniu com a antiga ARENA. Lançou o deputado Aldo Pinto e para o Senado o deputado da ARENA Nelson Marchezan e foi a primeira vez que o PT elegeu deputados aqui no Estado: quatro deputados.

E todos se uniram contra mim. Eu fiquei com um governo do MDB, trouxe gente da sociedade e que não era político partidário, mas não fiz acordo com nenhum partido. Tinha deputados que queriam vir para o governo e nós não aceitamos: eu governei com 27. Depois houve a nível nacional, surgiu o PSDB, abriu o leque partidário. E eu fiquei com menos, mas nunca tive nenhum problema na Assembleia, que a oposição tivesse boicotado, dificultado.

Nunca pedi um voto no sentido do ‘toma lá dá cá’ e nem os deputados em relação a mim. Mas se uniram contra mim e se me perguntarem que coisas não consegui fazer: as coisas que eram graves a gente conversava e se acertava, mas a oposição era muito dura.

Então, já no período inicial, o Jair Soares, eu estava lá no ministério quando ele me procurou, ficou muito amigo meu e me disse: “Simon, tu vai pegar uma bomba, o pessoal deu um aumento lá, eu não tenho condições, é uma grana enorme e pra ti vai ser pior”.

Desde que eu iniciei, eu sai com uma greve de professores, depois uma greve da polícia. Comecei de forma muito difícil. Mas fomos tocando. Meus problemas foram, por exemplo, nós tínhamos na época cerca de 60 mil habitações populares plano de construção de casas populares Guajuviras, em Canoas, aqui em Alvorada, em Porto Alegre, estas casas, apartamentos estavam praticamente prontas. Faltava pouco e aquilo não ia adiante, ficava parado. Então o Sarney lançou um plano de moradias populares e combinei com ele antes de assumir: “Sarney, se você vai fazer isso eu tenho 60 mil habitações e é uma revolta ver aquelas obras paralisadas, quase prontas e é um ridículo. Fiz um levantamento e custa 15% que seria um apartamento novo e em seis meses está pronto. E tu lançar este projeto e será a nova realização do teu governo”. Ele topou e não falamos nada, nada. Ainda não tinha assumido e se a gente falasse, os caras iam fazer confusão, invasão, se soubessem.

Não sei como o PT soube e uma semana depois de eu assumir houve uma invasão, assim, uma coisa fantástica. Um mar de gente e uma organização perfeita e cada família recebia um cartãozinho com o nome da rua, número do apartamento e nome do edifício ou da casa. Chegava lá e entrava. Fizeram a invasão, eram dez dias de governo e entrei com ação judicial e o juiz me deu ganho de causa.

Daí o Juiz de Canoas me telefona: “Olha, governador, estou lhe telefonando, o senhor tem o direito de agir mas eu estou vendo aqui que são milhares de pessoas dentro e uma infinidade fora e são uns trezentos policiais. Por enquanto estão parados ali, mas se fizerem, não sei o que vai acontecer, muita gente vai morrer e o senhor tem que mandar muito mais gente”. O Sartori era meu Secretário de Trabalho na época, ele tinha este plano e não podíamos fazer nada, era uns trezentos brigadianos e milhares de pessoas todas já ali dentro e se fosse fazer uma barreira podia até... mas estavam todos dentro do apartamento, uma rapidez, uma coisa impressionante,

tudo muito organizado, tecnicamente perfeito. Sartori conta que foi uma experiência dele aquilo que pra nós era assumir o governo e seis meses depois entregar 60 mil habitações acabou virando um problema grande. Primeiro lugar não tinha o que fazer, tinha família sem filho que entrou em três dormitórios, família com quatro filhos em um dormitório, fazer estas adaptações foi uma guerra. O Sartori fez milagre.

Zero Hora publicou editorial, de página inteira dizendo que a invasão foi justa, que estava ali e não terminava a obra. Não disseram que eu entrei a dez dias e estava dez anos pronto e não podia me culpar do que tinha acontecido. Isso é um exemplo de como as coisas se sucederam e aconteceram no meu governo. Uma greve de professores, eles queriam o salário do piso de 2, 5 salários mínimos, que votaram, o Jair não tinha conseguido pagar e eu não tinha condições, estava com o caixa zerado, uma inflação galopante. Mas quero dizer o seguinte, nós avançamos, desenvolvemos... fizemos cerca de 2 mil km de estrada asfaltada, uma grande parte disso do Governo Federal e o Sarney não tinha dinheiro, não tinha condições de fazer.

Fizemos um plano de crescimento, de rigidez e na época da inflação a gente foi formando um fundo nosso da maneira que virou a nosso favor, com o a inflação era galopante, na hora que estourou aquilo, nos deixou numa situação positiva e foi aí que nós construímos as estradas, mas eram Federais. Não houve jeito e não foi má vontade do Sarney, não tinha dinheiro. Fizemos um entendimento, nós fazíamos o asfalto e o governo acompanharia e indenizaria quando fosse possível. E fizemos: essa é uma verba que hoje tá uma montanha de dinheiro e o governo Federal até hoje não nos pagou.

Interessante que fizemos uma reunião, eu o Zambiasi e o Senador Paim, primeiro com a atual presidente, quando era chefe da Casa Civil, depois com ela e Lula, no Palácio, uma reunião de mais de quatro horas. Fizemos um histórico do Rio Grande do Sul, um Estado que vinha sofrendo desgaste com as injustiças do governo Federal. Eu disse pra ele: “Isso não é seu governo, isso vem de longe...”.

Getúlio teve quinze anos, foi um grande Presidente e para o Rio Grande, não sei o que ele fez lá no Rio Grande do Sul. O Jango não fez nada, os generais estes que estão aí, Médici, Geisel e Costa e Silva todos estes juntos não fizeram pelo Rio Grande do Sul o que Juscelino fez num mandato por Minas Gerais.

Então estas estradas foram feitas e não foram pagas, daí os Sem Terra, com o PT na frente fizeram um movimento por terra, reforma agrária. Fizeram um movimento e foram crescendo e aí a gente ficou conhecendo que eles tinham um plano enlouquecedor: era fazer invasões de terra, pipocar o negócio no Rio Grande e depois no Brasil. Nós ficamos assim... o que vamos fazer? Reforma Agrária é um problema Federal, só quem pode desapropriar terra é o Governo Federal.

Não havia dinheiro, e avisamos pro Sarney, que eles iam começar pelo Rio Grande e se espalhar pelo Brasil inteiro. Nós no Rio Grande do Sul fizemos um acordo com eles, compramos terra, acho que foi a única vez na história que um governador fez isso, pagamos a vista. E aí o governo Federal viu conosco a distribuição, era uma atribuição do Governo Federal, mas nós fizemos.

Reunimos os dirigentes do campo, alguns fazendeiros de grana eles fizeram um preço especial de forma de colaboração e compramos terra, fizemos reforma agrária e matamos o movimento deles. Perdeu a graça, pois o governo está entregando sem nada, sem briga, sem ninguém fazer nada.

E assim foi... veio o Polo Petroquímico uma briga muito intensa, o Governo Federal não queria que viesse pro Rio Grande do Sul, dizia que não tinha Petróleo, não tinha minério, nem laminadora de aços planos, nem fábrica de automóveis nem de chassi. Num Seminário enorme, um mar de gente na Assembleia, Delfim que era o deus Ministro da Fazenda, milagre brasileiro e dizia isso. Eu era Deputado Estadual na época e disse: “Pena que o senhor não vive no Japão: se fosse japonês, o Japão hoje seria um conjunto de ilhas vulcânicas”.

Conseguimos arrancar e construir o Polo, ele saiu e foi ponta na tecnologia ambiental, a mais moderna do mundo. Várias partes do mundo vieram conhecer. Tão interessante que eles fizeram plantação de eucalipto em roda, flores e abelhas e fizeram produção de mel, ali no Polo. Se sabe que a abelha para existir precisa de um ambiente sadio e quem visita o Polo ganha uma caixinha de mel feito ali. Isso foi uma coisa intensa de diálogo e entendimento porque aí veio desenvolvendo a noção, como nós tínhamos nos preparado e a inflação tinha estourado, então meu plano foi positivo.

Na agricultura, um projeto revolucionário com a construção de micro açudes com plasticultura. O Rio Grande do Sul tem muitas áreas, estes gaúchos que foram embora: Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Goiás, hoje estão no Brasil inteiro. Muitos foram embora com a família levando tudo, vendiam uma ninharia de 50 hectares e compravam 500 ou mil hectares em Mato Grosso.

Se tu for a Três Passos, era uma cidade que antes da debandada dos gaúchos de lá tinha 30 mil habitantes e hoje tem 18 mil, quase terra abandonada. Outras que viraram asilo de velhice, pois os jovens foram embora, os velhos ficaram lá e não tem o que fazer. Isso é interessante, só pra dar um exemplo, Caxias também, uma cidade

absolutamente industrial, também tinha uma zona rural. Os caras foram embora e as terras eles venderam para os ricos terem seu sítio. Começaram a plantar, fizeram micro açude e com plasticultura a produção é impressionante em Caxias se transformou numa hora pra outra a maior fornecedora de frutas na Ceasa.

Mauro: Logo que o senhor iniciou sua gestão em março, houve vários movimentos dos servidores. O acordo /80 foi o mote do movimento docente no Rio Grande do Sul por muito tempo. O senhor citou o piso dos 2,5 e acabou arguindo a inconstitucionalidade dele, mesmo que o seu partido tenha votado favorável no ano anterior. Como o senhor recorda deste debate interno ao governo, que levou a um certo desgaste na época?

Simon: Eu não tinha nenhuma condição de pagar, nenhuma. Como Sartori que está vivendo este problema, para manter a folha em dia, atrasou o pagamento e está com as contas bloqueadas. O Jair já lá atrás não tinha conseguido. O interessante é que quando sai, um pouco antes do governo para concorrer ao Senado e ganhei o Senado. Isso significa que, nenhum governador foi reeleito governador, naquela época não tinha reeleição, mas é muito mais complicado o Senado, o meu candidato a governador perdeu e eu ganhei, sinal que tinha credibilidade.

Nesta época que eu sai, os professores estavam ganhando os 2,5 salários mínimos, na minha saída e a entrada do Guazzelli até o final deu aquele problema no fim do governo Sarney, a inflação foi até 80%. Mas naquela altura eu não tinha condições de fazer, o governo não fazia o que ele tinha que fazer, as obrigações do governo nós estávamos fazendo.

Olha, eu paguei muito pecado, o Collares era prefeito de Porto Alegre, ele ganhou a eleição e quando abriu as escolas em fevereiro, ele interditou as escolas, estava chovendo ali, enfim, falta de condições. Nós fizemos um plano revolucionário, de novas escolas e no fim agradei o Collares: se ele não tivesse feito, eu teria ido devagarzinho e com aquilo, foi algo de 24 horas por dia e nós realmente fizemos um plano bom e significativo. Agora é muito interessante que o movimento dos professores quem estava na frente era o MDB que era oposição e os comandantes eram os nossos, todos que estavam no meu governo era o pessoal que saiu da oposição do CPERS e veio e eram eles no Sindicato.

Paulo Egon, nosso deputado, o Zanetti, foi até presidente em nível nacional, Bernardes que foi prefeito de Pelotas eram todos nossos e conseguimos fazer um bom movimento, um bom desenvolvimento. As escolas que estavam numa situação terrível fizemos as reformas.

Também aqui nas escolas a Zero Hora que estava acostumada com os governos anteriores nomeados, muitas verbas e eu cortei, nenhuma verba de publicidade em coisa nenhuma. Todo governador tinha uma foto que ia pras escolas, repartição, eu fiz um mapa 'leve o Rio Grande no peito' e era o que todo mundo tinha que botar nas escolas.

Nunca inaugurei uma obra, nunca fui, escolas, estradas... teve estrada que o Collares inaugurou depois de mim, agora estivemos nos 25 anos da Casa de Cultura Mário Quintana e disseram: "O Simon não veio aqui 25 anos atrás na inauguração, mas veio agora".

Infelizmente o magistério até hoje não conseguiu se resolver o problema deles, é uma injustiça o magistério quando a gente vê o que ganha outros quadros aí. Pelo mundo afora, na Noruega, o professor é que ganha mais, realmente quando tiveram um governador que era deles, poderíamos sentar na mesa e ver o que poderia fazer, mas ao invés deles aceitarem o diálogo com participação, o PT, que na época era revolucionário, não deixou, foi algo realmente difícil de se fazer.

Mauro: O senhor teve dois Secretários de Educação, o Bernardo de Souza e depois o Ruy Carlos Ostermann. Esta mudança também teve a ver com a ideia de ampliar o diálogo com a categoria, visto que o Ruy era mais próximo, tinha mais diálogo?

Simon: Sim, foi por isso, mas o Bernardo também tinha diálogo, ele tinha sido um baita prefeito, um bom trabalho na educação e era uma das pessoas inclusive lá em Pelotas que fazia parte deste grupo e teve um bom trabalho, mas estava meio desgastado, estava cansado.

Então botei ele na Secretaria de Justiça, o Ostermann que estava na Ciência e Tecnologia botei na Educação e o Foster que estava na Metroplan coloquei na Ciência e Tecnologia. E o Ostermann até melhorou o que já estava bom, teve as obras e dentro daquela época os grandes líderes da educação estavam comigo no meu governo.

Mauro: O senhor veria alguma alternativa para este quadro tão difícil para os educadores aqui no Estado e também em todo país? É uma questão apenas econômica, ou que nó é este que outras civilizações conseguiram resolver? Nem o piso tão baixo se consegue pagar, o senhor tem alguma ideia sobre isso?

Simon: O Rio Grande do Sul eu acho que está no ápice de uma crise que vem de um longo tempo. Vive uma situação que agora está quase no seu clímax. Em 1930, quando teve a Revolução, São Paulo tinha 22% do PIB, Rio Grande do Sul vinha em segundo, tinha 12%. Hoje São Paulo tem quase 40% e nós temos 7%. Em segundo lugar vem Minas Gerais, depois Rio e Paraná já passou por nós. Lá no início da formação do Brasil, a primeira zona que progrediu e tinha realmente formação até de uma zona rica foi a fronteira sul do Rio Grande do Sul: Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana, Bagé, Alegrete.

A carne, enfim, uma região rica. Em Itaqui você encontra o teatro de lá que não se encontra mais no Rio Grande do Sul, um luxo, os caras fizeram no século retrasado. Uruguaiana, a Ipiranga, primeira grande empresa particular no Brasil, foi feita lá, mas como não poderia ser lá por ser zona de fronteira, fizeram em Rio Grande. Esta zona avançava, progredia, era rica. A fama do pelotense tem de ser meio... na questão do sexo... é piada, e vem do fato que os primeiros brasileiros que os filhos foram estudar na Europa foi nesta região, foram para Paris. Ai largavam a bota, a bombacha o facão, aquela barba e se adaptava, se formavam e voltaram.

E voltavam moderninho, calça justinha, borboleta, na hora de sentar puxava a cadeira pra mulher sentar, pegavam a fama. Mas eram cidades com riqueza, desta região. Hoje esta região está parada, você vai em qualquer destas cidades e ouve: "Aqui era a Ipiranga, aqui era o curtume, ali era...".

A única coisa que tem hoje é o Porto de Rio Grande que está virando uma fábrica. Então de lá pra cá outra coisa que tem que ser escrita, uma história que infelizmente não se faz... se ouve muito nos bandeirantes, eles que levaram marcha do oeste, em busca de esmeraldas, pedras preciosas. Os bandeirantes foram, mas voltaram, deixaram alguns lugarejos e tal, o gaúcho não. Hoje esta agricultura fantástica que tem ai são os gaúchos. Primeiro foi todo o oeste de Santa Catarina, depois Paraná, depois Mato Grosso, Goiás foi subindo... Maranhão, Piauí, Bahia, Amazonas, Pará, um mar de gaúchos. Essa gente foi e levou tudo embora e fez progresso, desenvolvimento. Eu era deputado quando o Governo Federal fez um plano para povoar aquela região, o Triches era o Governador... eu gritava na Assembleia. "Estamos levando o que temos de melhor, nossa gente que veio da Itália, da Alemanha, os avós lá trabalhavam na terra, eles produzem, conhecem tudo".

Eu participei de um congresso estadual no CTG no Mato Grosso do Sul, tem mais CTGs que o Rio Grande do Sul, estava o Governador, todo mundo. Teve época que o senado tinha bancada gaúcha maior... Santa Catarina, os dois senadores eram gaúchos, uns quantos deputados, esta gente foi lá e mudou a região, fizeram lá o que fizeram aqui. Quando vieram pra cá era mato, não tinha mais nada, transformaram o mato em Caxias do Sul, este pessoal foi pra lá e fez a mesma coisa.

Mauro: Seria este um dos motivos da decadência econômica do Estado?

Simon: Evidente. Os caras estavam produzindo aqui, foram e levaram capital que as famílias acumularam por 30 anos, venderam a qualquer preço, pegaram caminhão e foram embora. Os que foram eram os que tinham mais condições, tinham vontade, garra. Ficaram os velhos, os acomodados, este é um grande motivo. E a metade sul em determinado período, cerca de 70, 80 anos, correu que era inevitável a guerra entre Brasil e Argentina. Tão "inevitável" que a rede ferroviária do Brasil é bitola larga até a fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, em todo Rio Grande do Sul até Uruguaiana é bitola estreita, lá em Libres é bitola larga. Por que? Pra quando houvesse a guerra Brasil e Argentina eles não pudessem vir embora pra cá.

Eu, quando Governador, nós lançamos no Rio Grande do Sul o movimento pela fronteira, que se o Brasil se desenvolvesse normalmente, Porto Alegre seria o centro geoeconômico entre São Paulo e Buenos Aires e também o centro entre Santiago e Belo Horizonte. Nós que lançamos, o Sarney embarcou e criamos... e creio que o nosso Governo cresceu, no Governo do Britto veio a GM... a Ford, o Olívio mandou embora, no Governo Itamar nós duplicamos a refinaria Alberto Pasqualini, a nossa tese era essa.

Mas voltando ao que estava dizendo, só se falava na guerra e houve uma época que metade do Exército brasileiro estava nesta fronteira. Hoje Alegrete tem cinco quartéis, Uruguaiana tem quatro quartéis, Bagé tem quatro quartéis, Santiago tem quatro quartéis, metade do Exército estava aqui. Tanto que em Porto Alegre teve Escola de Cadetes. O Geisel, o Médici, o Costa e Silva, o Castelo Branco todos se formaram militar aqui em Porto Alegre. A ditadura fechou a Escola de Cadetes, que era mais tradicional que tinha. Por que uma Escola de Cadetes aqui, neste cantinho? Era a importância que eles davam. Então até hoje os caras dizem, os militares,

quem estava bem era o cara que se formou cadete e foi lá pra fronteira, casava com filha de fazendeiro e ficava rico e isso é uma história que o Exército nem comenta isso.

Então, repare... se nesta época em vez destes quartéis eles tivessem construído fábricas ou coisa parecida, onde nós estaríamos? E nós tentamos e inclusive fizemos um rodovia, tínhamos um Batalhão rodoviário que fazia estradas, e Batalhão Ferroviário que fazia ferrovias, tem uma parte extraordinária ali perto de Passo Fundo, um percurso entre montanhas enorme ali. O nosso Batalhão levaram embora pra Santa Catarina. E nós fizemos um projeto de construção de estradas, dois projetos de estradas com o Exército, ficou muito mais barato que outras. E daquela época até aqui a gente foi perdendo e o Rio Grande do Sul tá sendo injustiçado, nós temos aquela metade que parou, não é caridade, não é como o Nordeste, que os caras não tem nada, uma injustiça, mas é uma zona que tem tudo e os caras não dão uma chance. Tenho uns três, quatro projetos sobre área de fronteira, desta região que o pessoal saiu, foi embora. Tem lei de incentivo ao Nordeste, à Amazônia, à Minas Gerais, e no meu caso, se tivesse na hora uma Lei, a Chevrolet - GM não viria pra Gravataí e sim pra Uruguaiana e mudaria aquela história.

Nós não conseguimos que o Governo Federal faça uma lei, tem pra tudo que é coisa, mas pro Rio Grande do Sul não se consegue de jeito nenhum. São todas estas coisas, a Aços Finos Piratini foi o Governo de Estado que fez, depois ela tinha que ser aumentada, projetada maior, não tínhamos dinheiro: fizemos uma Lei, demos a Aços Finos Piratini ao Governo Federal com a garantia que o governo ia completar, ia de 150 mil para 450 mil toneladas. Recebeu, não completou e privatizou, então nós queremos o dinheiro desta privatização.

O Polo Petroquímico, antes dele ser construído, o governo do Estado montou e fez o projeto que falei, das abelhas, depois privatizaram e onde está o nosso dinheiro? As minhas estradas que foram feitas, fizemos um acordo escrito. Isso é interessante, eu fui lá, estava o Lula presidente, o cara que era do Tesouro, o Arno Augustin, na reunião que eu fui estava ele. Aí eu chego e falo, “Quando o Olívio foi governador, está aqui o ofício endereçado ao Ministro da Fazenda do Fernando Henrique, pedindo o dinheiro destas Estradas e não veio. Aqui assinado pelo Secretário da Fazenda do Olívio, que era o senhor, a sua assinatura, pois agora o senhor pode executar a ordem que o senhor pediu”. Até hoje não veio.

Então o Rio Grande do Sul vem sendo mal tratado, judiado e acho que sinceramente conseguimos avançar: criei a Secretaria de Cultura, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Relações Internacionais, fizemos a Casa de Cultura Mário Quintana, uma reforma em quatro anos 12 mil metros quadrados. Então o Rio Grande do Sul merecia um tratamento um pouco melhor do governo Federal, infelizmente não tem.

Mauro: Concluindo e desde já agradecendo seu depoimento: o senhor faz uma avaliação positiva de seu governo: mas hoje a partir de suas experiências o que senhor faria melhor hoje em relação aos movimentos sociais e os desafios de governo? Qual o signo final que o senhor daria ao governo?

Simon: Primeiro lugar não queria voltar de jeito nenhum. Era uma época de ditadura e graças a Deus agora... se bem que estava o Sarney, mas não tinha saído a constituinte e estávamos ainda com uma série de sobressaltos e hoje acho que o sintoma democracia é uma realidade. Em segundo lugar vou te citar um outro aspecto: o Rio Grande do Sul no Brasil tem muito que lutar, corrupção tem e teve de montão, mas estamos vivendo o pior momento do Brasil que pode se transformar num grande momento. Isso do Petrobrás, Mensalão, agora da Receita Federal, tem gente dizendo que é o maior surto de corrupção que surgiu num país ocidental nos últimos tempos.

Acho que a época era dura, uma ditadura sanguinária, dura, agora estamos numa plenitude democrática e fui um daqueles que quando Lula ganhou eu votei nele no segundo turno lá na primeira vez... primeiro turno em Ulisses, sabia que perderia meu voto. Entre Lula e Collor votei em Lula, fui o único Governador que subiu no palanque dele. Depois no início as coisas pareciam bem que iam adiante, mas hoje...

Agora, eu passei a vida no congresso defendendo as coisas que estão acontecendo agora. Durante 20 anos não deixaram eu fazer uma CPI sobre corruptores. Sarney não deixou, FHC não deixou... Lula depois não deixou. Quando apareceu aquele cidadão na TV, Valdomiro Diniz, ele na TV pegando dinheiro colocando no bolso, discutindo qual era a comissão, eu fui no Lula e disse: “Demite este cara, faz um escândalo desta demissão, que tu vais dar um linha no seu governo”. Não demitiu... ele e o Sarney não deixaram criar a CPI. Fomos no Supremo Tribunal Federal eu e o Senador Jeferson Peres e ganhamos, mas levou um ano. Em um ano não era mais o Valdomiro, era o Mensalão.

Hoje o grande modo de que o Brasil é o país da impunidade acho que acabou, chefe da casa civil foi pra cadeia, presidente da Câmara foi pra cadeia, presidente de partido, Deputado Federal foi pra cadeia que não é mais só

lugar pra ladrão de galinha. Este povo na rua está fazendo esta sacudida e eu espero luto e confio que vai mudar e o Brasil vai seguir seu caminho.

Não tenho nenhuma dúvida quanto ao nosso desenvolvimento, nosso progresso e nosso futuro e com relação a nós no Rio Grande do Sul eu falo com toda sinceridade: nós vamos ter que um dia sentar na mesa o Governo Federal e o Governo Estadual e fazer uma análise, nós merecemos isso, mas infelizmente os gaúchos não fizeram: Jango não fez, Getúlio não fez, Costa e Silva não fez, Médici não fez, Geisel não fez...vamos fazer esta análise... mostrar o que significou a ida de um milhão de gaúchos, o que eles trouxeram, de vantagem, eles levaram embora tudo que tinham daqui. O Rio Grande do Sul é tratado com atraso, não há dúvida nenhuma que é esta a nossa situação.

e) BERTI, Moisés. *Depoimento presencial*. (julho/2016). Entrevistador: Mauro L. B. Marques.

Mauro: O senhor nos daria uma pequena biografia sua, especialmente vinculada à sua vida na educação, escolas, quando começou e quando terminou seu trabalho?

Moisés: Interessante. Eu fui levar uma correspondência onde minha mulher trabalhava em Porto Alegre, morava em Triunfo, lá fiquei conversando com o diretor e ele me perguntou que curso eu tinha. “Eu tenho o Ginásio”. E ele me perguntou se eu queria ser professor... por que não? Depois a gente fazia os cursos necessários e daí me deram um rascunho de contrato que eu assinei e um mês depois eu estava contratado. Era o Governo do Brizola, e ele tinha aquela ideia: quem sabe mais ensina quem sabe menos. Era 1959 e comecei a lecionar lá em Triunfo, um pessoal muito político e queriam que eu fosse nos palanques nas eleições municipais, o PTB queria meu discurso de apoio. “Não, não apoio A nem B”. Lá no poder era o partido conservador, Maragato. O candidato à prefeito me intimou lá em casa, mas não tinha cabimento, sou professor, não sou partidário e estou sendo bem quisto, fazemos um bom trabalho eu e minha esposa. De repente, a mulher foi a Porto Alegre e nesse meio tempo chegou a mudança do outro professor, lá de São Gerônimo, família, porco, galinha e tudo.

Nós íamos para a Escola que eles saíram, em São Gerônimo, Escola Alberto Torres, não havia o que fazer, embora era tudo contra a Lei: a mulher recém tinha ganho bebê a 30 dias e não poderia transferir. Isso foi o começo da minha vida de professor. Passou o fim de ano e eu fui a Porto Alegre, havia mudado o diretor lá e era o Professor Finn e eu disse “Lá eu não fico mais, neste fim de mundo, tenho duas crianças e lá não dá de ficar”. Daí ele me disse para escolher uma Escola e voltar lá: fui a Montenegro, lá tinha um professor chato, me alugou, dando mil ordens como eu deveria fazer. Não voltei mais lá, voltei para São Leopoldo e me disseram que aqui perto no Bairro Campina tinha uma Escola rural. Fui lá, falei a Regente da Escola e ela disse que tinha uma vaga... eu disse: “Tem duas, eu e a mulher”. Voltei a Porto Alegre e disse que precisava de duas vagas, eu era casado, precisa pra mim e minha esposa. E deu certo, ele mandou eu ir pra lá com mudança e tudo. Fomos pra São Leopoldo. Esse foi o começo da minha vida profissional, que teve uma série de fatos que eu não esperava. A mulher tinha uma raiva do Brizola, mas eu disse, que não tinha nada a ver, era o Samuel o diretor o Brizola nem sabia disso, da nossa transferência forçada.

A gente tinha feito um bom trabalho, tanto que eu tive que voltar lá pra chamar os alunos de volta pra Escola, os pais tinham tirado os alunos de lá por ser um novo professor. Eu pedi e daí começaram a voltar as crianças. Daí viemos trabalhar em São Leopoldo e depois fui pro Frederico (Escola Frederico Schmidt), de noite, como bibliotecário e fiquei quinze anos lá até me aposentar. Nesse meio tempo, um monte de greve (risos) uma sequência de greves. Me aposentei em 1988 pelo INSS e 1989 pelo Estado, na época era 30 anos para aposentar. Nasci em Três Coroas, antigamente era Taquara, no ano de 1930.

Mauro: O senhor viveu várias greves, a primeira em 1979. O que o senhor consegue lembrar das condições materiais das Escolas? A gente percebe que começaram a ocorrer perdas salariais e governos que não cumpriam acordos. O que recorda disso ?

Moisés: Era uma vida muito apertada, né? Sacrificada, tanto assim, que logo procurei outro serviço para poder manter a família, pois os dois salários eram muito espremidos, apertados. Trabalhei no comércio, depois fui funcionário da Prefeitura, daí troquei o turno pra noite, que me facilitou. Trabalhava os três turnos, levantava as 6 e deitava as 11 da noite, mas deu pra aguentar. Tivemos greves menores, no Amaral houve greves boas de fazer: uma semana ou duas ele já cedia. E era o tempo da ditadura, ele foi professor, entendia a coisa. Já o Jair Soares foi mais cascudo e Pedro Simon foi terrível, não esperava isso, ele disse que tinha uma proposta boa pro Magistério, na campanha e quando se elegeu, ele traiu.

Depois do Pedro Simon veio... aí com a 'grande greve' eu desisti de fazer greve eu disse pra turma: "Olha, o desgaste foi grande, pra recuperar estas aulas". A gente só tinha domingo, até fim de janeiro, trabalhava direto nos sábados. Tivemos dois dias de Natal, dois dias de Ano Novo. Um desgaste imenso, por que as férias não são grandes, nunca são suficientes pra um professor, pois se desgasta muito.

Há fatos interessantes, quanto a proposta, lá na 'grande greve', bota barraca, não bota, e nós botamos, as mulheres entraram pra dentro e eu me grudei numa delas e veio um brigadiano querendo abrir as minhas mãos. Ficamos os dois, e eu disse pra ele: "Se tu conseguir abrir minha mão tu ganhou, se não conseguir, tu perdeu". No fim, ficamos amigos, demos risada e veio a ordem que podia botar a barraca e encheu a praça de barracas. Aquela cena foi engraçada, ninguém sabe. Quem trabalhou muito conosco nesta greve foi o ex-marido da Dilma, o deputado Carlos Araújo, tava sempre conosco, era do PDT, oposição. Muito simpático, participativo, popular. Não vinha iludindo, dizia..."Vamos trabalhar junto". Dai surgiu a Neusa Canabarro, que queria namorar o Collares, que era prefeito, estava sempre conosco, esta também tinha acesso ao Palácio, então usávamos estas pessoas que tinham acesso, pra abrir portas.

A direção propunha e a gente topava, era abrir caminhos, não tem como ser durão, dando cabeçada contra o governo. E foi esse caminho encontrado. Mas não cheguei a acampar: só na hora da montagem, tinha mulher com criança no colo, enfim. Trabalhava de dia no município, tirava uns dias pra ir pra lá... meu chefe dizia pra ir e participar. Era um inverno forte e este acampamento foi simbólico, tinha ruas e corredores de barracas, tudo organizadinho. Nós chegávamos lá de manhã, bem frio, o pessoal com cobertor, enrolado, pareciam uns fantasmas naquela praça (risos)... mas é isso, mais ou menos. O João Carlos tem detalhes (dirigente do sindicato na época), bastidores, propostas e tal.

Mauro: E na época, qual sua referência quanto ao CPERS, e seus colegas em geral, qual era a relação que tinham com a entidade?

Moisés: O Sindicato era bem querido na época, ele representou bem a gente e ele acatou a decisão da Assembleia. Só no fim houve aquela dúvida e houve recontagem (Assembleia de fim da greve em 1987). Era muita gente, 15, 16 mil pessoas, Gigantinho lotado, é ótimo lembrar... e um grupo muito forte vinha sempre de Pelotas, me chamou atenção.

Mauro: E quanto aos acordos rasgados, havia as negociações que viravam lei as vezes e depois os governos não cumpriam, ou cumpriam parcialmente. Isso foi uma motivação das greves, como vê isso?

Moisés: Acho que até desmotivou a fazer. Houve mais umas greves, mas não teve a adesão da primeira, porque foi muito desgastante e muita gente 'tirou o cavalo da chuva'. Entrava em greve, mas não participava, em relação ao apoio às equipes de direção nos municípios. A desmotivação pegou, e outras greves não foram tão pesadas assim. O João Carlos domina mais estes temas assim como o Protásio, que era muito dinâmico, embora as vezes falava demais nos microfones.

Mauro: Como se reuniam os representantes de escola durante as greves?

Moisés: Aqui no município, um ou dois de cada Escola, pra esta reunião de tarde, e era ali no Pedrinho (Escola Pedro Schneider, a maior da cidade de São Leopoldo) as reuniões, às vezes no Frederico. Havia muita discussão

entre os colegas, enfim, difícil de detalhar. Nas reuniões se planejava, se detalhava e não tinha como jogar sujo com a comunidade. A imprensa estava lá, pra pegar notícias. A imprensa é a grande espã de tudo, cada vez pior.

Mauro: Como o senhor se recorda das adesões das greves daquele tempo, o peso das desilusões a não adesão, as descrenças, de certa forma?

Moisés: Depois da ‘grande greve’ houve muita desilusão. Paravam mas não participavam, não iam pra frente apoiar, outros não paravam. Mas não tinha como lecionar, por que não tinha aluno, a gente trabalhava os alunos, na época se buscava uma unidade com os pais e fazíamos eles entenderem que se nos apoiassem, “em dois toques” o governo sentiria. Me aposentei logo em 1989, apresentei os documentos pro diretor, na época era o Faccini, e estava aposentado.

Sempre gostei de integrar o pessoal, fazer uma jantinha na sexta feira, a gente tocava, cantava, uma vez dois brigadianos bateram na porta: era tarde e fazíamos barulho, eles entraram beberam um copo de vinho e saíram tranquilos, coisas assim ocorriam na Escola. Virou moda, e diziam pra eu fazer um galetto, um churrasquinho; logo vieram as mulheres, e eram 15, 20 professores jantando até 11 da noite, um pouco mais. Isso aproximava as pessoas e mesmo depois eu ia lá e fazia, lembro do Victor Becker, (*bah!*), pessoa ilustre na categoria, tinha uma filosofia de vida muito bacana.

Mauro: Se o senhor pudesse fazer uma conclusão, depois destas questões todas, o que ficou como lição maior nestes anos como experiência educacional e sindical, que aprendizado ficou?

Moisés: Eu notei e a turma até hoje, até a comunidade aqui, tive uma liderança muito forte aí também... eu era um líder, tinha facilidade de liderar...fico chateado...mas assim, aqui a comunidade eu consegui juntar essa juventude, os jovens, que estavam perdidos, criamos uma sociedade, alugamos um salão e a diretoria eu peguei mais da metade de jovens, botei eles a funcionar cada um na sua função e eles não esquecem até hoje. Eles me encontram no centro e dizem “*pah!*, o cara lá vc faz falta”... estou lá ainda, mas não estou liderando, tudo mudou. A idade vem tu te acomoda, os filhos crescem, se espalham e então a gente fica isolado aí, mas eu tinha uma facilidade, eu nunca me impus como líder, eu estimulava, dava função pra cada um, “tu vai ser o diretor disso ou daquilo”. Então me afastei, fiquei velho, fui largando, a sociedade também fechou, mas é interessante que o povo quer, precisa alguém que tenha ideias pra eles trabalharem. É só dar um toque que eles vão, por isso os grandes líderes políticos por aí e é assim que funciona de uma escala menor pra maior.

Mauro: Que sociedade é essa que o senhor se refere? Aqui do Bairro?

Moisés: Sociedade Rio dos Sinos. Fui Presidente, Secretário, Presidente, sempre numa função, da Igreja a gente participava e tudo leva pra cima. A gente se desgasta muito, mas eu fazia aquilo com alegria e prazer, meus filhos trabalhavam e me apoiavam e essa gurizada maior até hoje me encontram aqui ou em santa Catarina e tenho que ir na casa deles. Lá em Triunfo, também plantamos uma semente muito boa lá, pra vida deles, era um povo simples, humilde, viviam da plantação da mandioca, tiração de leite, farinha. Bom, se plantar batata dá batata, se plantar milho, dá milho... eles diziam... “não dá”... mas dá... aí a Escola tinha uma área e eu cultivei, metade que dava pra cultivar. Aí eles viram que colhi batata, milho, feijão, tudo pro consumo. “O professor sabe das coisas”, diziam. Lá em triunfo, né? Quando chego lá os mais velhos estão lá, então é assim, eu sempre digo, o pessoal espera uma certa liderança, pequena ou grande, mas isso é muito importante.

Mauro: Nas greves docentes também ocorreu isso?

Moisés: Sim, lógico. A greve é justamente isso, líderes os primeiros líderes da... então é assim, outra pessoa importante é o Victor Becker, tinha uma calma, uma boa liderança, o magistério gostava dele. Claro nas posições e pontos de vista, grande líder, mas foi cedo embora. E a mulher dele tá aí, outro dia a encontrei no Centro. “Como é que está?” “Se não fosse o joelho, estaria bom, com a idade é isso”. Esta é minha vida, pessoal e também um pouco sobre o movimento.

f) RODRIGUES, João Carlos A. *Depoimento presencial e via correio eletrônico*. (julho-agosto/2016). Entrevistador: Mauro L. B. Marques.

Mauro: O senhor nos daria uma breve biografia, especialmente vinculada à sua vida na educação, nas escolas e como o senhor acabou atuando no CPERS e o que seria mais destacado neste período, na sua visão?

João Carlos: Agradeço a oportunidade de poder colaborar com teu trabalho, pois considero que estes projetos são importantes pra gente poder entender onde estamos, qual nossa história. Penso também que é pela simplicidade das trajetórias que podemos entender às vezes as complexidades deste movimento. Antes de entrar no que tu indagas eu acho que a gente vive uma perplexidade histórica da humanidade fantástica, mas seria outro tema.

Eu acabei vindo para atividade profissional na área da educação por um contexto que ao natural nos levou a isso. Eu nasci no interior de Triunfo e lá não havia praticamente Escola estruturada, mas nascido em 1937, portanto, sete anos pra frente eu inicio minha formação e aí me encontro numa escolinha de interior que formava até o 3º ano primário. O Estado construiu uma Escola rural nas proximidades da localidade 'Quebra Telha', onde moravam seis ou sete famílias de negros... só famílias de negros. Um pedaço de terra na ponta de duas grandes fazendas. Não sei se eles se refugiaram ao final da escravidão, ou com a libertação encontraram um jeito de ficarem por ali. Viviam ali entre aquelas duas fazendas num pedaço de terra que era do Estado e depois o Estado construiu uma estrada estadual na região, e passou próximo, digamos, na periferia do 'Quebra Telha' e mostrou aquela comunidade negra em convivência. A Escola acabou sendo para aquelas famílias extremamente importante, pois nas outras Escolas, via de regra, na casa de uma professora remunerada pelo município, e ali o filho daquelas famílias não ia. Quando o Governo do Estado construiu uma Escola até o 5º ano, eles tiveram o acesso, foi muito importante pra todos nós. A professora que lecionou naquela Escola me incentivou a estudar pra formação de professor rural numa Escola de Osório, Estadual; a gente fez uma prova de seleção na Secretaria de Educação, em Porto Alegre, e foi uma coisa fantástica, uma repercussão enorme na minha comunidade: "O cara vai fazer um exame... em Porto Alegre!". Foi quando conheci uma cidade... fui aprovado, e estudei em Osório por quatro anos.

Fiz parte da segunda turma da Escola, lá no início da década de 1950. Uma Escola, para época, importantíssima. Abrigava meninos (ou meninas) que vinham do interior, do campo, via de regra, pra serem os futuros professores do projeto de escolas rurais no Rio Grande do Sul. Fiquei lá nos quatro anos, mas na metade do quarto ano vim prestar serviço militar em Porto Alegre. Aí não deu para compatibilizar; sem assistir aula eu rodei e, por conta disso, fui concluir a minha formação numa Escola em Santa Cruz do Sul, lá por 1956. Concluído o curso, fui trabalhar no interior de Camaquã, numa localidade chamada Chuvisca, hoje município. Uma comunidade de muitos imigrantes poloneses, famílias ligadas à terra, gente simples, fiquei lá um ano, na minha primeira experiência no Magistério. Depois, no segundo ano de atividade profissional, vim trabalhar numa Escola na minha terra, em Triunfo, onde minha mãe nasceu e se criou na localidade chamada 'Costa da Cadeia', na serra que passa por São Sebastião do Caí, Montenegro, Taquari. Ali naquele interior trabalhei

durante um ano; acho importante registrar que ali eu assisti a movimentação de famílias que saíam do ‘Costa da Cadeia’, buscando ocupação noutros municípios. Eles chamavam a gente pra se despedir, matavam galinha; uma festa e eles sumiam. Quero dizer, o êxodo do homem do interior para outros centros, acabou com o projeto das Escolas rurais pelo interior do Rio Grande, pois logo na frente faltavam os alunos, porque se movimentavam em direção às periferias, ou outras áreas rurais.

Aquela Escola em que estudei inicialmente em Triunfo, fechou. Eram prédios maravilhosos, de alvenaria, com moradia para professor, sala de aula, viraram escombros. A que eu trabalhei em ‘Costa da Cadeia’ também caiu em pedaços, por falta de aluno. O projeto prestou serviço importante enquanto teve aluno. Casei com a Zeny, que era formada professora na mesma Escola de Osório, nos conhecemos lá. Fomos lecionar numa Escola para alunos filhos de presidiários, na colônia penal de São Jerônimo. Ali há uma Escola estadual muito importante, mas tinha uns presos que eram mantidos lá atrás, a uns quilômetros do rio, numa fazenda, grande pedaço de terra do Estado. Aqueles presos que tinham convivência com a terra e tinham as condições pra isso, iam pra lá com a família. Na Fazenda São Pedro, havia em torno de dez famílias de presos. Havia uma Escola rural, também de alvenaria, com moradia ao professor, e fomos pra lá. Ficamos dois anos lecionando para filhos dos presidiários, e um ou outro filho de funcionário. Experiência interessante, pois convivíamos com uma comunidade diferenciada daquilo que a gente conhecia. Eram cidadãos com suas esposas, filhos, e estavam ali custeados pelo Estado, na condição de presos. Trabalhavam na Fazenda, criando gado, plantando e colhendo, via de regra, arroz, para consumo no Presídio de Charqueadas.

Vindo morar e trabalhar em São Leopoldo, na Escola rural no Arroio da Manteiga, que hoje está ali além da Campina, próxima à sociedade Canto Arroio da Manteiga. Uma casinha de madeira com duas salas, e dentro de uma vila recém criada. Começaram a aparecer outros loteamentos nas redondezas: a vila onde estava a Escola era a Berger na frente, a vila Elsa; antes, vila Brasília, e depois mais acima o Parque Mauá. Então os loteamentos foram aparecendo e o povo chegando, aquela escolinha rural com duas salas logo não deu conta de atender a demanda (era em torno de 1960), e tivemos a necessidade de implantar um terceiro turno, mas chegava muita gente do interior, e logo implantamos o quarto turno: duas horas e meia pra cada turma. Ninguém reclamava: os pais não se incomodavam com isso, pra eles era importante que as crianças tivessem aquelas horas de aula, tivessem um atendimento na Escola, isto é, eles valorizavam a Escola que lhes era oferecida.

Por conta disso, uns professores se movimentavam. Como se resolve isso? Fomos conversando, o prefeito nos cedeu mais uma sala de aula, que ajudou um pouco. A Secretaria da Educação foi ouvindo nosso discurso pedindo relatórios, e lá pelas tantas nos chamaram e disseram: “Arrumem lá um terreno que o Estado vai construir uma Escola”. Engraçado... nós éramos professores, nem éramos dali, não tínhamos relações e tínhamos que arrumar um terreno pra Escola. Conversamos entre nós e resolvemos visitar um cidadão morador da redondeza, o senhor Urbano Scherek. Aliás, é importante notar que a Escolinha estava num pedacinho de terra que teria sido cedido pela Sociedade Canto Arroio da Manteiga. A sede dessa sociedade, que ainda existe em condições precárias, foi Sociedade criada no final do século XIX, cujo prédio construído na primeira década do século XX, quer dizer, era uma comunidade que tinha uma história longa e muito próxima, evidente, de 1824, quando os primeiros alemães começaram a chegar. Terras boas, perto do rio, as famílias iam se localizando e muitas destas se localizaram por ali. Daí o prédio da sociedade, e a Escola, naquela rua, hoje a Henrique Bier. Consta que por ali passava antigamente a estrada que levava para Montenegro, hoje pela Scharlau, mas à esquerda passava a estrada ferroviária, que vinha de Porto Alegre, chegou a São Leopoldo em 1874, depois passou pelo Rio dos Sinos e ia para Montenegro. A Escola ficava entre essas duas referências. A estrada hoje está lá na Scharlau e o trem desapareceu.

A história ferroviária no país ainda não está bem contada e tem um pouco a ver com essa encrenca do Magistério com o Governo de Estado. O investimento extraordinário que foi feito pela sociedade na construção de uma malha ferroviária, que chegou aqui no Estado a cerca de cinco mil quilômetros, depois, por conta de outros interesses, o rodoviarismo tomou conta, mas não se cuidou da malha ferroviária do país, que se perdeu quase toda. Isso tem repercussão profunda nos interesses da cidadania, nas necessidades da população, e deve ter contribuído para nossa dívida pública e alavancado o êxodo rural, e temos de correr atrás de nova malha, provavelmente.

Voltando, fomos - um grupo de professores - ao nosso vizinho, o Urbano Scherek, que tinha chácara nas proximidades. Fui eu, os professores Moisés Berti, Renato Ungarato e Adão Cerveira. Ao chegarmos, o Scherek nos recebeu, tomando chimarrão, como era uma turma grande, e ele brincalhão: “Que isso, tanta gente aqui na minha casa assim deste jeito”. Introduzimos o assunto logo na chegada: “Urbano, viemos aqui tentar resolver um problema contigo, homem. Precisamos de um pedaço de terra pra construir uma Escola”. “Isso eu tenho,

disse ele, ali na estrada do Socorro, tenho um terreno onde quero construir um hospital pra pobreza. Tenho um filho que tá estudando pra médico, então, aquilo lá cabe as duas coisas, o hospital numa ponta, a Escola noutra”. Creio ter convivido com o ato de generosidade mais singular da minha vida. Este homem abriu mão, em nome da sua comunidade, de um valor material importante, um patrimônio... e ele não pensou, não precisou tomar o segundo chimarrão pra ter a decisão espontânea e direta, e resolveu o problema da comunidade: a partir daquele momento nós tínhamos um terreno pra construir a Escola.

A construção realizou-se e hoje é a EE Emílio Sander. Atende do primeiro ano do fundamental ao Ensino Médio completo, com mais de mil alunos. Aqueles loteamentos todos se preencheram e já estamos com mais de cinquenta anos de história, uns oito mil habitantes no entorno, e que fica difícil dimensionar como era antes. Um campo que foi recebendo loteamentos, hoje urbanizado, com projeto industrial para empresas se estabelecerem. Foi uma experiência, como cidadão e professor, muito interessante para mim, que me permite avaliar um processo dado numa periferia e me cria necessidade de pensar e refletir sobre ele. Eu me pergunto?! ... O que uma Escola de periferia tem que fazer com uma história dessas, ou não tem que fazer nada? Os professores de uma Escola de periferia tem que conhecer estas histórias ou não? Se conhecer... o quê? Para quê? Eu vim do campo, de um cantinho no rincão do interior, onde nasci e me criei até os quinze anos, e havia umas dez ou doze famílias numa convivência fraterna incomum. O sujeito nascia, vivia e morria se vendo quase diariamente uns aos outros. Nas trocas, nas colaborações, nos projetos, nas dificuldades, no sofrimento, por que tudo faltava: a escola, a saúde; mas havia o chá, a benzedeira, o capelão a rezar o terço com as famílias. Daqui a pouquinho por falta de terra pra trabalhar, por que estas pessoas viviam da terra plantando pra colher depois, e lá no interior tem isso, você semeia hoje e fica esperando, pensando que vai ter sorte, que depois colhe e vai poder se alimentar, colocar na panela, comer. Assim era o feijão, o milho, toda planta. Aquela expectativa, aquele ver as coisas acontecendo, planta, nasce, limpa, cresce, colhe, tá bonito, tá faltando a chuva, vem a chuva, que bom... aquela expectativa extraordinária do homem que vive da terra e na convivência com ela. Quando um ou outro daqueles está com dificuldades - sempre tem alguém com dificuldades - a outra turma chega meio junto, parece assim um estado de confraternização permanente. Depois falta terra pra trabalhar e tem que vir pra periferia urbana, e na periferia urbana o confronto com o primeiro grande problema: via de regra, não tem dinheiro pra comprar um terreno, que vale uma fortuna pra quem não tem nada, e começa a amargura da não convivência, isto é, vai assumir compromisso de pagar prestações durante tempo sem ter a certeza de que vai ter trabalho, e o status do cantinho no interior esbarra noutro rigorosamente diferente. Perdeu parcerias e referências, tem que reconstituir outras, mas como é possível? Nos atropelos necessários... agora não tem mais o direito de gritar como se gritava lá fora: Fulano! Não tem o direito de chorar alto, porque o vizinho do lado pode estar vendo, ouvindo, e se incomodando. Não tem o direito de resolver os conflitos familiares como resolvia lá fora, tem que estar se trancando, se monitorando porque tem vizinho dos lados a respeitar. Na bodega, ultrapassa um pouco, toma um gole a mais de um álcool qualquer que acaba atrapalhando, vem pra casa e cria um diferencial de comportamento que lá no interior não existia.

A mudança do cidadão e famílias é de caráter extraordinário na convivência da periferia. E como é que isso repercute na Escola? O cidadão sai do interior e chega à periferia; o filho vai à Escola e tem uma referência; no início, daí a dez anos, qual perfil a criança traz pra dentro da sala de aula; em trinta ou quarenta anos o que isso representa no projeto pedagógico? As relações sociais são de outra natureza, haverá relações de caráter político se constituindo, pois agora tem que somar energias pra poder demandar junto ao Estado; entender outro processo onde as demandas se colocam, e como proceder com os encaminhamentos, a descobrir que isso não se faz só, mas com alianças, e conjugar forças e energias pra poder ir minorando as dificuldades, pois tudo é escasso. Quando as pessoas chegam tem só lá um canto, não tem rua calçada, água, energia. Depois, o movimento político,... mas como isso se constitui e como se encontrar no movimento? A Escola pode ajudar ou não? O projeto pedagógico deve incorporar isso ou não? Esses tempos andam; uma coisa é quando chega do interior e outra é em dez ou vinte anos, mas as questões que percorrem os movimentos dentro das famílias e no contexto comunitário estão sempre presentes; então é de perguntar se na medida em que toda periferia do Rio Grande do Sul e, portanto, todas as Escolas de periferia convivem com estas circunstâncias, temos ou não a necessidade de construir um projeto político pedagógico para a Escola, que reconheça a história da comunidade. O saber da Escola não inicia na sala de aula ou na cabeça dos teóricos, que são elementos importantes que nós temos pra constituir a caminhada profissional, mas as comunidades têm seu acúmulo cerzido na origem do movimento do êxodo rural, combinado com a vida da periferia urbana, que circundam o projeto político pedagógico da Escola periférica. Mas isso é um adendo.

Eu dizia que a gente veio pra São Leopoldo, ali naquela Escola e eu pessoalmente depois passei a estudar na Unisinos, fui fazer Letras, depois do curso de contabilidade no colégio São Luís. Comecei a trabalhar na Escola Frederico Schmidt, uma Escola Técnica aqui no centro de São Leopoldo, onde fiquei uns quinze anos. Experiência rica, pois eu vinha da atividade rural, e agora passo a exercer atividade letiva numa Escola de grau médio e de caráter industrial. Foi um processo de aprendizado novo. Como professor de Português, eu orientava meus alunos que visitavam empresas, por conta do projeto pedagógico, a me apresentarem relatórios sobre o que viam nas fábricas. Isso me inteirava sobre o funcionamento das empresas, dava forma ao meu discurso como professor facilitava meu diálogo com a gurizada em sala de aula. Foi importante e foi ali no Frederico que tive contato com o discurso sindical, em meados da década de 1970. O Zanetti era presidente do Cpers em Porto Alegre e por alguma razão a gente encontrou em uma ou outra reunião e nos conhecemos. Por conta disso, mais um tempo na frente veio pra São Leopoldo uma colega que exercia atividade no Magistério. Ficamos colegas no Frederico. Essa colega estava orientada pela turma do Centro de professores, no sentido de criar na região uma representação sindical e resultou na fundação do 14º Núcleo do Cpers, com sede em São Leopoldo. Foi fundado em 1977, por encaminhamentos iniciais da professora Marlene Pedroso, nomeada como diretora, da primeira diretoria. No dia da posse oficial, dada pelo Hermes Zanetti, estava lá o Comandante do 19º (quartel sediado em São Leopoldo). Não disse nada, sentou, ficou lá. Não sei se foi convidado, mas na época essa turma chegava junto. Logo em seguida, nós tivemos o movimento dos professores eclodindo no Rio Grande do Sul, no Governo Amaral de Souza. A diretora Marlene não deu suporte à tarefa por temores, por prestação de apartamento que pagava, e por conta disso resolveu não participar. Então, na condição de participante da diretoria, fui indicado para assumir a direção do movimento grevista na região, em 1978.

Minha formação política era muito precária. A Escola em Osório não incentivava o debate político. O suicídio do Getúlio foi notícia ignorada. Formação política muito precária, contudo, mais tarde criamos um grêmio estudantil naquela escola. Década de sessenta de então, na Escola de Contabilidade no colégio São Luís tinha um grupo que pensava a política estudantil e fiz parte da direção; também participei da direção da ULES (União Leopoldense de Estudantes). Havia companheiros da ULES que estavam atentos ao movimento da classe trabalhadora, e até foram punidos pelo golpe de 1964, o presidente foi destituído e a Entidade fechada.

Quando iniciou o movimento dos professores no final da década de setenta daquele século, meu processo de formação política era frágil. Entrei no movimento mais no sentido agitado, por entender que a categoria buscava melhores condições, assim com a educação carecia disso. Salário muito baixo, as condições de trabalho não eram boas; esses elementos. Ocorre que de repente me vi dentro de um extraordinário movimento... coincidia com o que havia em São Paulo, no ABC Paulista, mas eu não fazia esta relação. Depois, o Lula veio a São Leopoldo e eu comecei a fazer esta relação mais clara. O Lula foi recebido por um grupo de pessoas na escadaria da Prefeitura, à noite, hoje Secretaria da Educação. Não muitas pessoas. O Lula com barba grande, pude cumprimentá-lo. Lembro que ele disse o seguinte: “Olha, a gente não precisa perder muito tempo, se quiser ver toda turma de ladrão no Brasil; é só pegar uma rede ir lá na FIESP, jogar assim e puxa... é só o que vem”. Tinha um cidadão muito simples que estremeceu com essa fala e disse: “O homem enlouqueceu!” E saiu quase correndo... sumiu...

Conheci o Lula nessa circunstância e aquilo me chamou a atenção; eu estar conhecendo a figura que corporificava o movimento sindical brasileiro. A essa altura eu já tinha feito minha faculdade, contudo ... Fiz minha faculdade depois de 64 aqui na Unisinos, então a turma, os padres, se cuidavam muito; só entendi mais tarde. Li muitas obras de alguns autores de esquerda, como o Jorge Amado, e nunca me apresentaram a biografia dele. Minha formação política continuou precária.

O movimento do magistério iniciou para mim no Frederico, dando vida ao Sindicato. O espaço físico nos prestou um serviço importante, pois reuníamos lá; havia um grupo que vinha de Porto Alegre, liderado pelo Zé Clóvis. Era um grupo que estudava, pensava, se organizava e nos fortaleceu. Um novo estatuto para o Sindicato era pensado, e no final da tarde a gente fechava a Escola, e numa sala de aula avaliava-se a conjuntura e discutia-se proposta de novo estatuto para a Entidade, numa conversa pelos colegas dos municípios da região, com olhos, ouvidos e voz do Victor Becker, e isso foi me trazendo elementos.

Aquela turma tinha estudado, tinha informação, tinha relação com o campo que perpassava o movimento de contestação, tinha relação também com o pessoal da LIBELU, que vimos a conhecer no processo. Paulo Lopes, com uma enorme contribuição, anda por aí ainda. Mas radicalizados, estudavam, tinham ideia do tamanho das dificuldades, tinham propostas, sem abrir mão de um contexto revolucionário; e por isso havia dificuldades, mas eles não faziam questão também de abrir mão de nada do que eles pensavam, em termos de concepção de sociedade.

O Paulo, por exemplo, estudava muito, tinha tudo claro na cabeça e um discurso bem articulado, bem elaborado, ajudava muito, especialmente nas assembleias. O nosso estatuto atual da entidade, que eu considero um bom estatuto no sentido da democratização, tem marca profunda do grupo da LIBELU e do Paulo, em especial. De repente, a direção central marcou data para discutir e votar o novo Estatuto num dezembro, início da década de 1980... e nós apresentamos a proposta elaborada e discutida nos municípios de nossa região. O salão do CPERS estava quase lotado e apresentamos como alternativa o nosso projeto, e foi uma bela confusão. Trancou tudo, o que se faz? A direção apresentou seu projeto, e nós apresentamos outro; o debate evoluiu para a criação de uma comissão aberta que buscava o consenso possível. Superada essa fase, precisava formular uma síntese do resultado. A turma do Paulo bancou com sucesso um seminário aberto também. Assim foi feito e a categoria pode contribuir pra produzir nosso estatuto, num longo debate, de meses.

Passados os anos, temos aí o Conselho Geral no formato 1/100 - um charme - um laboratório eleito em cada Núcleo. Uma escola de formação política plural que discute, elabora, propõe, passa na Assembleia Geral, circula num Congresso. Congresso, Assembleia, Conselho, Direção executiva, num espectro democrático singular. Nosso estatuto a camada popular podia dar uma olhada nele ... para desenferujar uma estrutura estatal insuportável, para a classe trabalhadora, frente ao Legislativo, Executivo, Judiciário, tudo enferrujado. Onde está o novo, como se cria o novo, acho importante dar uma olhada no Estatuto do CPERS-Sindicato, no desafio de pensar o novo.

Assim fui aprendendo com o movimento, mas sempre vendo aquilo que aconteceu pessoalmente comigo lá, no meu cantinho onde eu nasci e me criei. A escola precaríssima de ler e contar, entre cantos de estâncias, passando por currículos e conteúdos que disfarçam realidades em todos os níveis, embora melhor do que a escola que não existe, da que diploma o analfabeto, o sem escola nenhuma. Hoje temos Escola em quase todos os cantos, quase pronta esta questão estrutural de Escola no Estado, menos pra Ensino Médio; em alguns lugares, as últimas séries do Ensino Fundamental, terceiro grau e agora o novo fluxo que é a Escola Infantil, mas com marca da luta extraordinária da categoria, da classe trabalhadora. Uma contribuição fantástica do movimento. Mas é isso, as necessidades básicas do povo simples explodem em outros movimentos, pela saúde, moradia, terra e etc.. O povo sai do interior hoje para as periferias, e encontra movimentos reivindicatórios. Estamos falando de quantos anos? Em termos de 70, 80 anos. Caminhada importante, que veio produzindo efeitos nem sempre visualizados. Exemplo, a malha de escolas públicas cresceu em todos os níveis e com mais qualidade. Outra invisibilidade está na criação de despesa e na necessidade de gastar mais recurso financeiro: primeiro pra fazer a nova estrutura, e depois pra mantê-las, e com mais qualidade. O parâmetro dos orçamentos públicos busca nova referência. Não é mais com o imposto sobre o feijão, o milho, e o arroz que vai garantir o financiamento, e novas fontes orçamentárias devem ser buscadas. Quais são?

Um limite foi superado e outro deve aparecer. Mais despesa requer mais receita. As fontes de orçamento continuam as mesmas e não respondem ao necessário. Há que haver dinheiro novo. Cortes nos direitos da classe trabalhadora é a alternativa de quem concentra a renda e a riqueza. Este o pesado debate. Daí que salários atrasam, não são reajustados. As categorias são exigidas, mas falta a compreensão ou a disposição de luta. As direções se atrapalham nas propostas e uma confusão atravessa a demanda e favorece a burguesia concentradora.

Mauro: O senhor contribuiu para fundar o 14º Núcleo, lembra dos caminhos formais para isso?

João Carlos: Estive em um trabalho do Sindicato, então dirigido pelo Zanetti, em meados da década de 1970, em Porto Alegre, e um grupo de professoras da Secretaria de Educação participou de um painel onde apresentaram gráficos sobre vantagens da categoria em seu plano de carreira, como avanços. Eu andava muito incomodado com o que ganhava e questionei as colegas, dizendo que nos interessaria discutir salário melhor e não penduricalhos. Elas recolheram o material e encerraram o painel. Foi então publicada no 'MAGISTER', o jornal da categoria, uma entrevista comigo. Não lembro como cheguei nesse evento, mas foi meu primeiro encontro com o sindicato.

Algum tempo depois, veio de Porto Alegre para São Leopoldo a professora Marlene Pedrosa e ficou lotada na EE Frederico G. Schmidt, onde eu trabalhava. Ela passou a visitar escolas estaduais, com autorização da Delegacia de Educação, com objetivo de recolher apoio para fundar o Núcleo do CPERS. O processo foi agilizado pelo Sindicato e criado o Núcleo, quando Marlene me convidou para ser secretário. Marlene foi nomeada diretora do Núcleo pelo presidente Zanetti que deu posse à direção do Núcleo na escola citada, quando esteve presente o comandante do quartel na cidade, o décimo nono. Marlene ganhou cedência de 40h do

Delegado de Educação. Com a primeira greve no governo Amaral, Marlene resolveu não apoiar, deixou o Núcleo acéfalo. Na direção Central algumas funções ocupadas por professoras da SEC se afastaram. Assumi como secretário a direção da greve. Ao fim dela, Marlene voltou para a direção, ao que a categoria reagiu com abaixo assinado e outros mecanismos de pressão. Ela demitiu-se, eu assumi para encaminhar uma eleição direta realizada com três chapas, onde fiquei eleito e dirige o Núcleo em duas gestões, mas não ganhei cedência do delegado.

Mauro: Na sua opinião, acordos não cumpridos em que medida estimularam as greves?

João Carlos: Estimularam muitas greves. Um acordo de greve não cumprido por Amaral foi a experiência inicial da categoria. Houve uma discussão pública importante sobre interpretação do texto. Esse fato alertou a categoria sobre a necessidade de ter assessorias básicas e daí implantou-se a assessoria jurídica, depois a econômica. Um grande avanço. Jair Soares cedeu ao reajuste de 2.5 salários mínimos ao final de seu governo, e Simon negou-se a cumpri-lo. Levou-nos à greve de 94 dias. Depois não queria reconhecer a promoção de alteração de nível, levou greve; mas foram quatro, uma em cada ano. Colares assumiu o governo com a categoria em greve. O candidato Colares apoiava a reivindicação, mas governador negou sua posição. A postura falsa somada ao calendário rotativo e descumprimento do plano de carreira criou clima de confusão permanente. Britto ignorou Lei e teve governo tumultuado com a categoria. Olívio recuperou os elos perdidos da categoria como promoções, plano de carreira, e dialogou bem sobre concurso público e sobre a situação dos funcionários de escola. Rigotto? Ieda e Tarso se enrolaram com o Piso. Sartori é o que se vê. Observação: O descumprimento da legislação acaba em discussões intermináveis no judiciário, com prejuízos para as categorias, e com incalculável travamento do poder judiciário. São perdas memoráveis e irreversíveis para a categoria e para a sociedade.

Mauro: Na greve de 1987 o senhor esteve na ocupação a Casa Civil... como foi este fato?

João Carlos: A rigor foi o passo seguinte do episódio no governo Amaral. A categoria em bloco chegou em frente ao Palácio pela primeira vez para protestar. Em assembleia, na Assembleia Legislativa, ao final se deslocou em massa e encontrou um pelotão da BM apontando fuzis em posição de tiro. Os militantes cantaram o hino nacional e o tenente da BM deu ordem de baixar armas. Eram armas do regime truculento baixando à sarjeta, num simbolismo singular. Depois, com Simon negando os 2.5 sm, fragilizado, com sua bancada encurralada, em solidão; sair do acampamento da praça para ocupar a Casa Civil, ficar lá mais de oito horas, hastear a bandeira do Sindicato, cantar o hino da categoria, deu a dimensão do movimento. Lembrar que na época o partido no poder sofria oposição do conjunto dos demais partidos.

Mauro: Como a decepção com o PMDB levou a migração ao PT e uma massa de votos. Interferiu nos movimentos internos do sindicato?

João Carlos: Os partidos da década de setenta eram a ARENA E MDB. Na oposição, o discurso do MDB era de que faltava “vontade política para o gestor”. Criou uma atmosfera de que a eleição do PMDB com Simon estaria resolvendo o essencial. Ainda, a categoria acreditava estar com a questão financeira resolvida para sempre, com os 2.5. Daí, “2.5 já, se não vai aumentar”. Esses mitos desmoronaram, e o PT capitalizou, também em cima do PDT, mais tarde. O Paulo Egon primeiro circulou pelo PSDB. Acho que há duas migrações, com fundamentos diferentes.

1) O fortalecimento do PMDB se deu por um sentimento de gratidão política, porque o MDB-PMDB era símbolo de oposição à ARENA. A política se move muito por gratidão. O governo SIMON foi tão mal que seus secretários não se elegeram deputados, salvo exceções, mas Simon se fez Senador. Fogaça é outro exemplo. Eles encarnavam o discurso da resistência na vida do MDB. A gratidão se mantém ainda pelo país.

2) A migração para o PT creio que se deu pelo sentimento de gratidão pela resistência militante e clandestina ao regime militar, e pelo esforço de recomposição democrática, a partir do ABC, e pelo projeto político (ABC, CUT, PT).

Interferência no movimento interno do sindicato? Vejo dois movimentos também: 1) A massa de votos se move em nova expectativa. A cilada de Jair com os 2.5 abalaram o governo Simon, mais a repressão policial, contudo imagino que a mágoa mais forte foi o QPE- quadro de pessoal por escola, num abalo na vida do magistério. A

massa de votos foi para Colares, que mentiu, descumpriu lei, abandonou o turno integral e abraçou o calendário rotativo (três turnos); daí a massa de votos foi para Britto, que mentiu, reprimiu, negou lei; então a massa de votos chegou ao Olívio, já no final da década de 90. Tarso melou Olívio em disputa personalista e os votos foram para o Rigotto; chegaram à Ieda, voltaram ao PT com Tarso (esses dois marcados pelo PISO) e migraram para o Sartori. Esse movimento se dá em três décadas, num estilo gangorra por temas mal resolvidos.

(2) Outra interferência se dá na disputa de espaço político nas instâncias do Sindicato. Nesse caso, há uma marca de militantes do PT na formulação do Estatuto do Cpers, que se abriu ao exercício da militância sindical, gerando as correntes diversas de pensares. A complexidade social dificulta consensos políticos. A genética, o DNA de cada Núcleo do CPERS não facilita unidade no pensar e no agir. Essas diferenças ainda não são mapeadas, o que faz do jogo um movimento empírico no tripé categoria, Estado e sociedade.

g) SCHWOCHOW, Denise A. *Depoimento via correio eletrônico*. (março-abril/2016). Entrevistador: Mauro L. B. Marques.

Mauro: Inicialmente, pode nos dar um breve currículo, especialmente vinculado à sua vida na educação e no comando do CPERS?

Denise: De 1977 a 1981 atuei no Movimento Estudantil participando do DCE e organizando e dirigindo o Diretório Acadêmico de Geografia. Concomitante, participei da mobilização do magistério estadual de 1978 até os dias de hoje. Entrei para o estado em 1978 como professora contratada no I. E. Juvenal Muller, em Rio Grande. A partir de 1985 passei a participar do comando de greve regional do 6º Núcleo do CPERS/Sindicato em Rio Grande. Também participei dos Congressos da CPB, hoje CNTE. De 1985 em diante fui eleita como representante 1:1000 do núcleo de Rio Grande para o Conselho Geral do CPERS. Em 1990 fui eleita em assembleia do núcleo para participar do Comando de Greve Geral em Porto Alegre. Esse comando foi eleito diferente dos demais (85/87/88/89) que se formavam por indicação das diferentes tendências dentro do Sindicato. Na eleição de 1990 a chapa UM – Democracia, Unidade e Renovação onde eu concorria como 2ª vice-presidente foi eleita pelo período de 1990/1993. No segundo semestre de 1993 após nova eleição para o Sindicato onde nossa chapa não saiu vencedora retornei para a sala de aula lecionando na Escola Estadual Dom João Becker, Zona norte de Porto Alegre.

Em 1995 passei a atuar junto ao DCR – Departamento de Coordenação das Regionais que na época tinha dentro de si a 1ª CRE onde coordenava as escolas - polos de Educação Ambiental do PRÓ- Guaíba. No final de 1998, retornei para a sala de aula lecionando na E.E. Dr. Glicério Alves, no bairro Belém Novo, uma das cinco escolas participantes do projeto. Permaneci nesta escola até 2009 quando me aposentei. Nela fui eleita por várias gestões como professora conselheira atuando junto ao 39º Núcleo. Participei de vários comandos gerais de greve ao longo dos últimos anos. Após a aposentadoria fui atuar junto a Comissão Eleitoral Central para do sindicato e hoje atuo como presidente do Conselho Fiscal da Entidade. Também após a aposentadoria fiz especialização em Estudos Avançados de Psicologia Transpessoal pela UNIPAZ-SUL.

(Licenciada em Estudos Sociais, Licenciada em Geografia pela FURG, Especialista em Geografia do Brasil pela Católica de Pelotas, Especialista em Educação Ambiental pela Unilasalle de Canoas e em Estudos Avançados de Psicologia Transpessoal pela Unipaz-sul/poa.

Mauro: O final dos anos 1970 revelou um mundo explosivo e aqui no Brasil e no RS aquele regime autoritário foi questionado por muitos trabalhadores em greve. Como o CPERS e o senhor participou disso tudo a partir de 1976, 1977, até chegar em 1979?

Denise: No período de 1976 a 1981 minha atuação foi maior no movimento estudantil da FURG. Estávamos num período que os jornais da época chamavam de “abertura política”. A movimentação entre nós, estudantes, na reorganização estudantil era frenética. Eram reuniões em repúblicas até altas horas da madrugada, intermináveis análises de conjuntura, produção de textos, os textos mimeografados eram a forma de comunicação entre os diferentes cursos. Na época, todos os prédios eram próximos e ficavam na cidade. Alguns anos depois foram transferidos para o Bairro Carreiros com enorme distância uns dos outros. Eu cursava Estudos Sociais e era uma das poucas mulheres no grupo (três ou quatro) vindas das áreas sociais: Enfermagem, Biblioteconomia e Estudos Sociais. As lideranças masculinas eram oriundas das diferentes Engenharias, Medicina, Economia e Oceanologia. O curso de Direito não se alinhava muito conosco.

Esses encontros e movimentação eram monitorados de perto pela polícia que ficava observando do carro aguardando as reuniões terminarem, as vezes nos seguindo de longe. Os rapazes do ME (movimento estudantil) nos acompanhavam até em casa para terem certeza que chegaríamos em segurança. A revogação do decreto 477 que punia professor e alunos por ato indisciplinar e do AI 5 nos permitiam estarmos montando uma chapa para DCE e Diretórios Acadêmicos ao mesmo tempo que montávamos uma pauta de reivindicações de forma a superar o caráter do DCE até aquele momento mais voltado as questões culturais e esportivas. As greves e dias nacionais de Luta chamadas naquele período de 78 e 79 mexeram bastante com a estrutura vigente. Foi grande a adesão, porém lembro que do meu curso Estudos Sociais fui a única a aderir. Na verdade, os cursos onde predominavam mulheres a adesão foi quase inexistente. Daquele comando de greve formado saiu a composição da chapa VIRACÇÃO para o DCE a qual saiu vencedora do pleito. Eram lideranças ligadas ao PCdoB, MDB e independentes. Eu me incluía nos independentes.

Nessa época também participamos de Encontro Nacional (ou Congresso) em São Paulo que visava a reestruturação da UNE e das UEEs. Lá eu pude antever os rachs entre as diferentes tendências, mas ainda não conseguia ver onde tudo iria chegar. Ainda tínhamos muitos sonhos, ideais, muita coisa para viver e aprender. Comecei a trabalhar como professora estadual contratada em 1978 concomitante a atuação no movimento estudantil. Preenchi minha ficha de sócia ao CPERS Sindicato e participei da greve do Magistério de 1979. Nos reuníamos nas igrejas pois os grevistas eram impedidos de permanecerem nas escolas. E observava as lideranças do magistério (a liderança feminina era a professora Glacy Canary) mais como ouvinte nas assembleias, pois ainda não tinha intimidade com a dinâmica deles. No movimento estudantil local as mulheres não tinham uma liderança de destaque. Éramos vistas mais como um grupo de apoio (incluía fazer atas) e foi preciso aprender a ser direta e objetiva nas falas de três minutos para sermos ouvidas e respeitadas pelos “guris”. Foi um aprendizado importante. Aliás, útil até hoje.

As conquistas salariais logo eram corroídas pela inflação. Mas a mobilização vinha num crescente com as assembleias se tornando cada vez mais cheias. Nelas se destaca a atuação de Hermes Zanetti, liderança muito admirada pelas lideranças locais de Rio Grande. Mais tarde eu fazia parte do grupo conhecido como “zanetistas” que defendiam a necessidade de consolidar a Democracia, defendiam ampla participação popular e a necessidade de estabelecer a luta reivindicatória dentro de uma análise de correlação de forças. Havia uma oposição, na época chamados de MUTE oriundos da LIBELU – Liberdade e Luta. Na universidade havíamos tido uma pequena convivência com essa tendência estudantil, mas os considerávamos muito festeiros; os nossos eram mais sisudos. Ali, no CPERS naquele momento eles me pareceram bem sectários.

Participei também da greve de 1982 que foi abortada em função da ameaça de intervenção no CPERS e na greve de 1985 eu despentei como liderança do magistério local e fiz parte do comando de greve regional.

Mauro: A CUT e depois a CGT se formaram nos anos 1980. Como percebes essa relação dos movimentos nacionais e as greves que ocorreram em todo o Brasil? Como você se insere neste aspecto e de que maneira isso se refletia no CPERS da época?

Denise: Isso refletia tanto no movimento estudantil como no magistério. Era a discussão quem era pelego e quem era autêntico, quem era mais combativo. Em 1981 teve o CONCLAT- a 1ª Conferência da Classe Trabalhadora e apesar das brigas de concepções tais como: a luta seria por dentro da estrutura sindical ou chapas alternativas, se seria com colaboração entre as classes ou sem aliança com a burguesia - se construiu uma Comissão para construir a Central Única dos Trabalhadores. No nosso ME local conseguíamos conviver, inclusive muitos dos colegas depois ajudariam a fundar o PT. No magistério, no entanto, a disputa era mais acirrada. Questões como o pluralismo sindical, o imposto sindical, a partidização dos sindicatos para implementar projetos políticos partidários propiciava debates infundáveis. Nosso grupo não aceitava direções paralelas, não concordava com o imposto sindical e defendia a ampla participação popular dentro das regras democráticas. Defendia também a necessidade de uma Assembleia Constituinte. CUT e CGT não representavam nossas ideias. Não acreditávamos que realmente fossem capazes de representar todos os trabalhadores. Tentávamos construir uma frente tentando aglutinar lideranças respeitando os diferentes posicionamentos. Encontros Estaduais eram organizados de forma plural onde se traziam palestrantes das diferentes concepções. Queríamos construir uma pauta comum que evitasse a dispersão de forças dentro da categoria. Aos trancos e barrancos por algum tempo se conseguiu. Depois, o movimento sindical se tornou autofágico. Quem defendia o Estado de direito era pequeno burguês, pelego. Quem queria discutir conjuntura, correlação de forças teria sido cooptado. Lideranças passam a ser consideradas inimigas do interesse do

proletariado e era necessário “exterminá-las”. As ideias passam a ser cada vez mais dogmáticas e sectárias. O patrulhamento ideológico rebenta nas assembleias com a intimidação sobre os que usam o microfone. A luta pela hegemonia ia cada vez mais queimando lideranças através de práticas sujas e desleais. Quando não tinham o que acusar, inventavam. Cada qual querendo ser mais vanguarda, mais combativo. As direções eleitas passam a ter cada vez mais cisões dentro de si. Os vices do momento se tornam os cabeças de chapa das oposições. E a guerra de acusações espalha a desconfiança no seio da categoria. Ao mesmo tempo os acordos com os governos eram rompidos. A desconfiança cresce tanto sobre as lideranças sindicais quanto sobre os políticos. Não é à toa que cresce a dificuldade de mobilização. A crise econômica também se reflete sobre o movimento sindical mundial.

Nosso grupo que defendia a Democracia e uma participação mais efetiva da categoria: me refiro aos “zanetistas”. Coloquei entre aspas porque não havia na época uma denominação específica, mas lideranças com uma postura progressista.

Vou tentar colocar o contexto da época dentro do meu ponto de vista, por isto, faço parênteses. (O MDB era na época uma ampla frente política com pessoas que defendiam a consolidação da Democracia através da sociedade civil organizada bem como pessoas que defendiam uma luta radical para a conquista do Governo para os trabalhadores. Estes fundaram o PT a partir da Reforma Partidária. Eu e meus colegas sempre defendemos o Estado de Direito e valores humanistas).

Mas voltando ao assunto sobre as ideias defendidas pelos professores progressistas:

As pessoas no princípio se aglutinavam por proximidade de ideias no Conselho Geral. Mas como os Cutistas (os que defendiam a filiação) atuavam no Conselho com votos e postura política combinadas foi necessário criar forma mais efetiva de aglutinação em forças. O termo “Zanetistas” era usado de forma pejorativa por grupos de oposição. Estes grupos defendiam a ditadura do proletariado, a luta de classes, o regime socialista com ramificações, subdivisões em estratégias de como tomar o poder. Buscavam a transformação social através da radicalização do movimento grevista estabelecendo um constante enfrentamento com o governo. Quem defendia a negociação associada ao avanço da mobilização, a análise da correlação de forças, a chegada ao poder pelo voto respeitando e fortalecendo as instituições e os direitos constitucionais era rotulado de “reformista” ou intimidado com o termo “pelego”. Ou seja, nada diferente do que vi durante minha participação no movimento estudantil. Nada diferente do que vejo na atualidade, só que hoje quem recebe os termos “reformistas e pelegos” são os auto-intitulados “combativos” do passado. Nos escritos panfletários defendem uma sociedade socialista, mas até hoje minha pergunta não foi respondida: que socialismo defendem? Qual o referencial teórico? Sim, porque as sociedades socialistas do mundo real se tornaram regimes totalitários e corruptos onde os que chegaram ao poder se tornaram a nova “burguesia.” Não vejo concretamente nenhum projeto de socialismo democrático a ser oferecido a sociedade.

Que lideranças aglutinariam a nação de forma a romper com a estrutura econômica internacional diante de um desgaste crescente dos políticos de todos os matizes? Que mecanismos teriam a oferecer para corresponder as exigências de um mundo cada vez mais complexo? Como retomar o crescimento econômico? Como defender o Estado Democrático de Direito? Como combater a pobreza, a desigualdade social e a corrupção? Como promover a inclusão, respeitar o pluralismo de ideias e a liberdade de imprensa? Como os ideais de Liberdade, Igualdade e Solidariedade deixariam de serem um sonho para estarem no nosso cotidiano, num novo modo de vida?

Mauro: E a relação com os governos? Recordas de forma especial das negociações, embates, conflitos com os governos estadual, em especial de Collares? Como se deu aquele embate logo no início do governo dele?

Denise: Antes da eleição de 1990, participei das negociações para a construção de uma chapa única oriunda das lideranças do comando de greve que tinham conseguido conviver bem durante aquele período. Após intensos debates a cisão se deu. Nosso grupo fechou com a chapa da Maria Augusta Feldman e a outra chapa foi encabeçada por José Clóvis Azevedo. Nossa chapa foi vencedora com cerca 60% dos votos. A chapa Compromisso passa então a atuar como uma oposição sistemática. Ao mudarem de posição de situação para oposição mudou o discurso de forma oportunista. O líder acusou através dos jornais a direção eleita de ser chapa branca e teve início uma campanha de difamação que chegou até a CPB, hoje CNTE. A posição do governo foi extremamente autoritária e dura e a oposição sectária e sistemática fez com que nos momentos de maior impasse a diretoria procurasse a Assembleia Legislativa como aliada para restabelecer o processo de negociação interrompido pelo governo. As assembleias gerais gigantescas assistiam embates cada vez mais

sangrentos no microfone. Enquanto a direção passava nos gabinetes pedindo a não votação de projetos que considerava prejudiciais, a oposição passava pedindo ao contrário. Teve uma assembleia que foi na rua devido a uma ameaça de bomba no Gigantinho. Parte da categoria presente se recusou a ficar próximo ao carro do som e passou a invadir a rua desconsiderando as orientações da direção e seguindo orientação da oposição. Essa mesma oposição agora usa o discurso de que a negociação com o governo não andava porque haveria uma disputa pessoal entre a presidente do CPERS e a Secretária da Educação. Ou seja, de “chapa branca” aliada ao Collares passamos a ser a direção radical que não conseguia ser recebida pelo governo por uma questão pessoal. E pipocavam boatos pelo Rio Grande do Sul, os mais sórdidos possíveis. A ordem era desconstruir o “inimigo”, que no caso era a direção central do Sindicato. Essa oposição foi eleita em 1993 e convidou para a posse o governador Alceu Collares e a esposa e secretária da Educação Neusa Canabarro. Muitas das lideranças ligadas à nossa direção central se retiraram do movimento sindical desiludidos e enojados. Uns voltaram, outros nunca mais retornaram.

Ainda, sobre a greve de 1991, na véspera da grande assembleia que decretou a greve houve uma reunião com todas as lideranças no 5º andar do CPERS. Todos concluíram ser temerário decretar greve durante um período de troca de governo do PMDB para o PDT. Nessa reunião se construiu a proposta a ser levada para o plenário de aprovar uma paralisação como forma de advertência. No entanto, na assembleia, lideranças de oposição defenderam a greve e acusaram a diretoria que levou a proposta de paralisação de estarem protegendo o governo reforçando uma acusação feita durante a campanha eleitoral. Radicalizaram as manifestações cada vez que se vislumbrava uma possibilidade de negociação. Defenderam a continuidade da greve mesmo quando o movimento já mostrava seu esgotamento. Forçaram rejeição de uma proposta do governo para dias depois encerrarem a greve com aceitação da mesma proposta, isso quando o desgaste das relações entre o Comando de greve e o Governo não permitia mais a possibilidade de reversão dos descontos dos dias parados. A direção central era atacada pelo autoritarismo do governo Collares e sofria o confronto sistemático da oposição dentro do Sindicato. O aliado deste momento difícil foi a Assembleia Legislativa que tentava construir conjuntamente uma saída para o impasse que se criou. Cabe ressaltar que nem todas as lideranças fizeram oposição sistemática nesse período pois o professor Clóvis Oliveira identificado com a CUT reconhecia a troca de posicionamento das lideranças de sua articulação quando passaram de situação para oposição.

Mauro: Um dos problemas das greves sequenciais foram os diversos acordos assinados e ‘rasgados’. Especialmente o ‘Acordo 80’. Vários acordos bons no papel nem sempre encaminhados. Como enxergas isso? Governos que fazem acordos na pressão da greve e depois não cumprem.

Denise: Sim, eu acho que em alguns momentos o recurso da greve foi usado de forma equivocada. Mas destaco que é inegável que a mobilização do magistério e os intensos debates promovidos nos seminários e Encontros Estaduais auxiliaram na organização da categoria que influenciou de forma marcante a vida política do RS e do país. Então, não descarto o legítimo direito da greve. No entanto, ainda não superamos o desafio de representar os interesses legítimos da categoria. Muitas vezes, os impasses foram e ainda são carregados de disputa ideológica confundindo a atuação sindical com a do Partido Político. Isso tornou muitos finais de greves em momentos traumáticos que interferiram no espírito de luta da categoria. Também a incoerência das lideranças que alternaram (e ainda o fazem) o discurso de acordo com o Partido que está no Poder. Partidos políticos que não seguem seus programas e governos que não valorizam seus servidores públicos e nem priorizam a questão social. Teorias que não cabem na realidade das escolas. Políticos sem ética e sem compromisso com a Nação corroem as entranhas do nosso país. Estas constatações interferem no reconhecimento de lideranças políticas por parte da população. Ela carece de líderes, líderes confiáveis que tenham autoridade para apontar caminhos para a crise mesmo que esses caminhos exijam sacrifícios. A população não acredita que estes líderes façam o sacrifício junto com ela.

Mauro: A senhora teria algum comentário final? Em suas palavras, qual o balanço poderia ser feito destas greves sequenciais do ponto de vista político e social depois de todos estes anos?

Denise: Fora a descrença e frustração se observa o efeito na saúde da nossa categoria. Segue abaixo um trecho do meu TCC entregue para a banca na UNIPAZ/SUL em 2013, no final do curso Estudos Avançados em Psicologia Transpessoal. Essa monografia discorre sobre a síndrome de Burnout, sintomas e causas e como as práticas transpessoais podem trazer bem-estar aos docentes. A Educação precisa de novas perspectivas e eu

acredito que, a dimensão transpessoal, ao integrar corpo, mente e espírito, tenha muito a contribuir com a área educativa.

“Vi o entusiasmo e o idealismo entrarem em choque com a realidade estressante, gerando o sentimento de fracasso existencial do trabalho. Percebi ser grande o percentual dos colegas professores e funcionários que, em consequência da perda de energia vital, apresentavam os sintomas da síndrome de Burnout. Muitos reclamavam de gastrite, insônia, sentimento de desvalia e contavam que estavam tomando ansiolíticos. Outros ansiavam pela aposentaria, ao mesmo tempo em que temiam pelo futuro, pois perderiam no poder aquisitivo, já bastante defasado. Nesse sentido, para entender um pouquinho desse quadro dramático que se desenrola nas escolas do Rio Grande do Sul, é bom voltar o filme alguns anos atrás.

Numa retrospectiva da luta dos trabalhadores em Educação, observam-se as mesmas reivindicações ano após ano. No entanto, cada governo que entra, utiliza a desculpa de estar em início de mandato, para postergar o atendimento das necessidades, chegando ao cúmulo de usar a mídia para dizer que não podem, de uma hora para outra, resolver problemas que se acumularam durante anos, como se este acúmulo não tivesse se dado pela falta de prioridade às questões da Educação. E, desde as primeiras mobilizações, as pautas de reivindicações da categoria apontavam as necessidades salariais, pedagógicas e materiais. Por isso, nenhum governante pode se dizer desconhecedor. Junto a isso, a todo o momento, eram feitas denúncias de corrupção em altos escalões, cujos personagens, na maioria das vezes, saíam impunes. Que sentimentos permeavam esse profissional frente a essa realidade escandalosa?

Os educadores vêm aumentarem as ocorrências de roubo e vandalismo e a violência escolar passou a ser corriqueira. Todos os dias, as agressões e os atos de vandalismo ganham as manchetes dos jornais numa proporção preocupante. E os educadores sabem a importância de colocar limites, mas muitas atitudes geram polêmicas, o papel fica dúbio. A sociedade espera que sejam professores, mães/pais, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais. A família repassa sua função para a escola e, ao mesmo tempo, desautoriza essa mesma escola com processos judiciais. Além disso, nem a Secretaria da Educação e nem o Conselho Estadual de Educação, até hoje, tomaram posições concretas e objetivas sobre a questão. Como diz Zagury (2007), o professor fica refém do tempo que necessita e não dispõe, refém das pressões do sistema, refém dos alunos que o agride em muitos casos, refém dos pais que perderam a autoridade sobre os filhos a, além disso, refém da sociedade que os surpreende com processos e medidas cautelares. Dessa maneira, o professor receoso se distancia, teme ser mal interpretado, passa a não se comprometer para evitar o conflito e, ao não se comprometer, ele mata seu idealismo, se elimina e se desconstitui.

Entende-se essa desconstrução, vivida pelo educador, levando em consideração a palavra trabalho na visão grega e deixando de lado a do latim como labor, forma de castigo. Mario Sergio Cortella destaca numa entrevista a ideia grega de trabalho como obra, como aquilo que se constrói. O educador precisa se ver naquilo que realiza, precisa ter sua obra reconhecida, se reconhecer, se ele não se percebe, ele se sente infeliz.

Não dá para ignorar, na realidade brasileira, as condições de trabalho e remuneração atuais de professores e funcionários de escolas. Zagury (2007) pergunta: como se pode pedir para o professor encantar, fascinar, deslumbrar crianças e jovens quando nem ele próprio está encantado com a realidade diária que enfrenta em sala de aula e no país?

Este desencantamento vem das denúncias de corrupção que ele vê todos os dias. Vem do fato de ver leis sendo descumpridas sem a menor cerimônia, de ver propostas de reformas inviáveis, porque a teoria não cabe na realidade das escolas, de ver a alternância de propostas pedagógicas a cada troca de governo. Esse educador se sente abandonado, vampirizado, sua energia vital se esgota. Para se defender, ele desenvolve a síndrome de Burnout. Vários autores sustentam que os profissionais com alto grau de comprometimento e motivação são justamente os que mais desenvolvem Burnout. Aqueles, cuja principal motivação ao procurar suas profissões é trabalhar com pessoas e torná-las mais felizes e saudáveis, entram em sofrimento psicológico ao não conseguirem promover melhores condições de vida para as pessoas assistidas com seu trabalho”.

h) WIEDERKEHR, Paulo E. *Depoimento por correio eletrônico e telefone*. (junho-julho/2016). Entrevistador: Mauro L. B. Marques.

Mauro: Inicialmente, o senhor pode nos dar um breve currículo, especialmente vinculado à sua vida na educação e no comando do CPERS?

Paulo: Nasci em São Vendelino no ano de 1946. Sou professor de Educação física, pós graduado em Planejamento Educacional e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFRGS. Atuei nas Escolas Públicas estaduais de nível fundamental e médio do RS de 1969 até 1995, no Governo estadual entre 1999 e 2000 e na Prefeitura de Porto Alegre em 2001. A partir de 2004 atuo na Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, Assessor Especial com a função de colaborar na formulação de proposta para assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas e apreciar projetos de políticas públicas com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade. Depois de 2008, Assessor Especial do Ministro da Educação na Secretaria-Executiva Adjunta e no Gabinete do Ministro da Educação (2008/2011).

No CPERS fui Tesoureiro Geral (1981 / 1984) e duas vezes Presidente (1984 / 1987 e 1993 / 1996). Na CNTE fui Vice-Presidente Região Sul (1985/1987), Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais (1987 / 1989) e Secretário de Assuntos de Legislação (1993 / 1995). Também Suplente de Senador pelo RS.

Mauro: O final dos anos 1970 revelou um mundo explosivo e aqui no Brasil e no RS aquele regime autoritário foi questionado por muitos trabalhadores em greve. Como o CPERS e o senhor participou disso tudo a partir de 1976, 1977, até chegar em 1979?

Paulo: A primeira participação minha nos movimentos foi em 1964, numa greve dos bancários eu era guri e tive uma experiência impressionante durante o movimento e na volta do mesmo quando olhei para os não grevistas e fiquei com pena dos mesmos, Isto me marcou muito. Particpei da greve de 1979, como coordenador da greve na Delegacia de Educação, nunca se tinha imaginado a Delegacia de Educação em greve. Lembro que a delegada à época, uma pessoa muito educada e uma figura marcante, reuniu a todos os que trabalhavam na delegacia e disse: “Quem quiser fazer greve faça, mas fique em casa não interferindo na vida da Delegacia”. Não sei de onde tirei a ideia e a coragem, pedi a palavra e respondi: “A greve não é individual é um ato coletivo, nós vamos permanecer numa sala aqui na Delegacia de Educação”; ela ficou surpresa, não retrucou. Os grevistas, em torno de dez, todos os dias íamos até a Delegacia e ficávamos lá discutindo as formas de mobilização e participação do movimento, algo importante para aquele momento.

A história das (os) Trabalhadoras (es) de Educação do RS é de uma riqueza, bravura e doação incomensurável. Sempre me lembro da ocupação da praça da Matriz por 60 dias, durante a greve que durou 96 dias. Na época uma professora levou uma sineta para a passeata e a sineta se tornou símbolo do CPERS. Também aconteceu a ocupação do Palácio Piratini pelo Comando de Greve, que lá permaneceu por 8h e 26 minutos em referência a Lei n 8.026, que o governo não cumpria.

Mauro: A CUT e depois a CGT se formaram nos anos 1980. Como o senhor percebe essa relação dos movimentos nacionais e as greves que ocorreram em todo o Brasil? O senhor se considera como parte deste movimento desde o início? Ou lá no final dos anos 1970 o senhor reivindicava outra corrente de pensamento sindical? De que maneira isso se refletia no CPERS da época nas contradições internas e na formação de grupos de opinião política atuantes na entidade no conselho e nas assembleias?

Paulo: Eu sou fundador da CUT, que iniciou, salvo melhor juízo com a CONCLAT, criada em Santos, depois se desdobrou em duas centrais. A filiação do CPERS à CUT aconteceu quando eu era presidente. Inicialmente

havia resistências e até e incompreensão em relação à importância das Centrais Sindicais e seu papel na representação de todos os trabalhadores e a força que a união de todos tem na luta pelos direitos da classe trabalhadora. Houve muita disputa sobre as diferentes visões e práticas que caracterizavam ideologicamente as centrais. Minha prática desde o início se identificava com a CUT, e defendia esta Central Sindical, mas em relação à filiação acompanhei o amadurecimento da categoria e quando propusemos a filiação vencemos pois a categoria estava informada, esclarecida e consciente do papel das centrais sindicais e da diferença entre elas. Em relação aos movimentos diversos, trabalhei para unificar os diversos grupos políticos internos, havia uma farta produção de material teórico, o que hoje decaiu muito e diferentes conceitos e formas de luta. Lembro da CUT pela Base, para este grupo deveria haver participação no chão na Escola com a base dos professores, e o sindicato só seria forte se fosse pela base e de massa, com a participação da categoria. Participava deste grupo e desta forma, às vezes, durante a greve, em 24 horas dávamos uma resposta à uma proposta do Governo, caso não precisasse chamar Conselho ou Assembleia. Se fosse uma proposta de possível aprovação aí sim, eram chamados. Outros grupos tinham uma visão mais centralizadora mas tinham documentos escritos e pessoas de boa intelectualidade. Havia trotskistas, marxistas, e outros teóricos que inspiravam a ação sindical, mas nos uníamos por uma causa maior.

Mauro: E a relação entre dirigentes, correntes sindicais e governos? Mesmo sendo suplente do Senador do PMDB o senhor comandou uma greve longa contra seu partido de filiação em 1987. O PMDB saiu desgastado daquela greve aparentemente e o senhor acabou se desfiliando. Como avalia isso?

Paulo: Toda a minha trajetória como professor (educador), sindicalista, político se caracteriza pela lealdade, transparência e de maneira muito especial sabendo separar com clareza e compromisso o papel de um presidente de uma entidade sindical de um militante político partidário. Honradamente percebo que esta distinção ocorre até os dias atuais, com a Presidenta Helenir. Lutei com denodo, até a última gota, com a alma e o coração na mão, pela causa da educação e pela valorização dos Trabalhadores da Educação, nunca abri mão dos meus princípios da luta pela justiça social, pelo respeito aos ser humano e pelo respeito à natureza. Fico profundamente indignado e revoltado, quando vejo o mundo fazendo piada do Brasil ao assistir os “representantes do povo” no Congresso Nacional votar o impedimento da Presidenta Dilma. Muitos foram torturados, outros morreram ao lutar pela democracia e pelo fim do golpe militar. Participei intensamente na coordenação do movimento das ‘Diretas’ pela reconstrução da democracia. Atualmente vivemos novamente um golpe, um golpe parlamentar.

Na questão partidária, tanto eu como Delmar Steffen éramos oriundos do antigo MDB, que era a esquerda que existia, reunia todos os grupos, até os mais revolucionários. O mérito era enfrentar a direita unificados e havia inclusive lideranças nacionais de todos os níveis governamentais envolvidas. Na greve de 1987, o PMDB era Governo e eu suplente do Senador Bisol, acabei pedindo a desfiliação logo após sair da presidência do CPERS. Importante que sempre fui fiel aos meus princípios e à categoria e jamais abri mão da função no sindicato e cumpri isso com absoluto compromisso. Quando me desfiliei, o Simon chegou a me dizer pessoalmente que “a gente continuava amigos, apesar das divergências”. Quando sai da presidência voltei a dar aula na Escola Florinda Tubino Sampaio, mesmo que a Iara Wortmann, que era Delegada da Educação e respeito muito, tivesse me sugerido um cargo público. Voltei para Escola e muitos iam lá olhar as aulas de Educação Física em virtude de ser uma pessoa conhecida através da greve.

Não cheguei a rasgar a ficha de filiação, na verdade. O Delmar que fez isso no episódio da invasão da Brigada Militar na Assembleia Legislativa. Mesmo eu trabalhando para a prefeitura petista do Tarso, no Governo Olívio e no MEC nunca abri mão das minhas raízes filosóficas e da minha História, mas sei que ser Governo é diferente do que ser Sindicato. Mas os Governos precisam saber de onde saíram e não devem abandonar suas raízes sindicais e do movimento social.

Mauro: Fora isso, o que o senhor recorda de forma especial das negociações, embates, conflitos com os Governos Estaduais? Vi que seu salário foi publicado na capa dos jornais em dado momento, isso era parte das disputas?

Paulo: Fui presidente duas vezes e também fui tesoureiro geral, participei de três gestões no CPERS e três na CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. No Rio Grande do Sul participei das negociações com os governadores: Amaral de Souza, Jair Soares, Pedro Simon, Synval Guazzelli, Antônio

Britto e Alceu Collares. Respeitava a todos, os tratava com firmeza e defendia propostas com argumento e fundamentação. Nunca nenhum deles desrespeitou diretores ou membros do comando, obtivemos grandes avanços, conquistas e também alguma derrota, a pior foi no STF em 1987. Em 1985, após 60 dias de greve conquistamos um acordo inteiro que é digno de ser emoldurado pelas conquistas e pelas reivindicações, como 13º Salário e concurso público que não havia na época, eram contratos que o Governo distribuía.

O Acordo/85 expressou o que não existia na educação antes, foi transformador. Foi a greve com mais conteúdo, na minha opinião. A gente se reunia para debater filosofia, nós que éramos da geração do AI 5, que terminou com filosofia e sociologia. Daí repensamos nosso papel na história, foi marcante na história do Rio Grande do Sul.

Em relação ao meu salário publicado ocorreu uma manipulação de mídia que lembra dias atuais, passei de 20 para 40 horas no regime de trabalho, fui promovido, e contemplado com triênios, tudo foi computado na capa de um jornal de grande circulação como aumento salarial para jogar a opinião pública contra o movimento. Houve repercussão na imprensa e esclarecimentos prestados e havia muitas dificuldades para esclarecimento como hoje com o golpe parlamentar.

Mauro: Um dos problemas das greves sequenciais foram os diversos acordos assinados e ‘rasgados’. Especialmente os ‘Acordos 80 e 85’ e o piso dos 2,5 SM. Vários acordos bons no papel nem sempre encaminhados. Como o senhor vê isso? Governos que fazem acordos na pressão da greve e depois não cumprem. Que peso tem isso nas greves que ocorreram?

Paulo: O Acordo de 1980, foi rasgado pois inventaram uma interpretação, que: “2,5 SM A PARTIR DAQUELE ANO poderia ser em qualquer época ou mês do ano”. No Acordo de 1985 cuidamos para não permitir qualquer tipo de interpretação, registramos os salários mês a mês até alcançar o piso de 2,5 SM, o governo Jair Soares pagou por dois meses em novembro e dezembro. O PMDB havia assinado o acordo junto com os demais partidos do RS. Em janeiro e fevereiro Jair Soares não mais pagou os dois e meio a pedido de Pedro Simon, governador eleito, que quando assumiu também não pagou. Foi então que ocorreu a maior greve da história, 96 dias. Somente após ter decisão do Supremo, o governo negociou novo acordo e derrubou a conquista. O PMDB tem uma tradição no RS de confrontos com os Trabalhadores da Educação, prova concreta é o momento atual que ocorre no Estado. A sociedade precisa analisar, se conscientizar e repensar o seu voto. O STF na época nos decepcionou, coincidentemente nos dias atuais mais uma vez está sendo questionado pela sua atuação, especialmente alguns ministros.

Ao perder os 2,5 tudo ficou mais difícil. Apenas em 2008, no governo federal, eu ajudei a montar o Piso Nacional dos Professores (PSPN), pois eu fiz o Parecer assinado pelo Ministro Haddad e depois pelo presidente Lula. Daí foi feita uma emenda constitucional ao Fundeb que permitia garantir o piso e agora não há Supremo que derrube, pois hoje é lei. Bom lembrar do Marquês de Queluz que lançou o piso no período colonial em 1822 e transformado em lei em 1827 no Brasil, que era 150 mil réis. Não foi pago por que foi alegado que não tinha dinheiro na época, mas em 2008 se tornou lei.

A caminhada ainda é longa e a sociedade deve colocar a educação no centro de um projeto de um país e representa o presente e o futuro de uma nação. Os golpistas da ideia da “Escola sem partido” querem fazer uma Escola sem consciência, uma volta ao tempo medieval. Nas escolas privadas poderá ter o “partido”, ou seja, fazer a leitura da sociedade.

Mauro: O senhor teria algum comentário final? Em suas palavras, qual o balanço poderia ser feito destas greves sequenciais do ponto de vista político e social depois de todos estes anos?

Paulo: As greves são o instrumento mais poderoso da classe trabalhadora, sempre usamos este instrumento como último recurso, quando os governos se negavam a dialogar, e obtivemos o apoio dos alunos e da comunidade e também conquistamos avanços significativos, apesar de faltar muito para se chegar a um patamar aceitável. No MEC, onde atuo a muito tempo, agora estou me retirando mesmo com graves prejuízos pessoais e familiares, pois não compactuo com um governo golpista, houve grandes avanços tão grandes que leis estão sendo descumpridas. Quando estabelecido em lei a luta fica menos árdua.

i) CANABARRO, Neuza. *Depoimento presencial*. (agosto/2016). Entrevistador: Mauro L. B. Marques.

Mauro: A senhora nos daria um depoimento sobre sua vida na educação vinculada tanto ao CPERS como o tempo na SEC?

Neusa: Em primeiro lugar dizer que é com imenso prazer que eu sempre procuro ajudar todos aqueles que estão com um trabalho exaustivo de elaboração de uma tese. O que eu poderia te dizer, resumidamente, é que nasci em Santana do Livramento em 1945 e fui nomeada professora primária, comecei minha vida em São Sepé na Escola Capitão Emidio Jaime Figueiredo. Depois disso eu fui pra Livramento e como fiz Inspeção Escolar, em pouco tempo já estava em Escola e em Delegacia de Educação. Em 79, ainda em Livramento, já dentro da Delegacia de Educação, a Delegada pediu pra assumir a direção de uma Escola, a Júlio de Castilhos.

Nessa Escola que eu estava dirigindo foi quando ocorreu a primeira greve do Magistério, um fator que hoje, afastada daquela época eu registro assim como fundamental. Os professores decidiram entrar em greve e foram me comunicar: “Olha, a senhora é diretora da Escola e tal...” e eu disse pra eles “Eu agradeço a comunicação, mas quero dizer a vocês que eu também estou em greve”. Eu assumia a greve e a minha vice-diretora foi a única que não assumiu a greve, mas na época o CPERS Sindicato na cidade tinha arrumado um espaço, o CTG Fronteira Aberta, onde todos os grevistas se reuniam, e diferentemente das greves atuais nós ficávamos lá dentro todo horário da Escola discutindo os problemas educacionais e discutindo exaustivamente todos os pontos que haviam levado à greve que realmente era a questão salarial e o piso da época que se pedia de 2,5 salários mínimos, mas foram poucos dias e a greve terminou.

Essa foi a primeira greve e em seguida nós tivemos em 1982 e eu considero esta a greve de maior importância, porque foi a única em que ocorreram punições. Em 1982, estava no governo Amaral de Souza e nós tivemos uma greve e novamente eu era diretora de outra Escola, Liberato Salzano Vieira da Cunha, a maior Escola de Livramento, 1º e 2º graus na época, e eu entrei em greve também. Quatro diretoras em todo o Estado assumiram a greve, eu entre elas. A Maria Fay de Azambuja daqui de Porto Alegre, do Instituto de Educação, a Emília Fernandes que depois foi senadora, de Livramento. A Emília era diretora de uma Escola pequena de ensino fundamental, 400 alunos, eu era diretora de uma Escola de mais de mil alunos, primeiro e segundo graus. A outra professora era do norte do Estado, eu não lembro o nome. Todos os jornais noticiaram... assumimos a greve e essa greve ela terminou com o Governador Amaral de Souza, em comunicado, na hora do Jornal Nacional, ele disse que estava punindo quatro diretoras retirando da direção da Escola.

Na época houve muita solidariedade na cidade e me perguntaram: “O que a senhora considera?”. Em primeiro lugar talvez até por ingenuidade quando me convidaram pra ser diretora não me disseram que eu teria que estar alinhada ao governo. A delegada tinha pedido: “Preciso de ti na direção de Escola”. Como eu tinha sido inspetora, conhecia o funcionamento, eu assumi, então não posso dizer nada, porque, pensando do lado deles, eu também talvez demitisse alguém que não estava alinhado.

Essa foi a greve de 82. Nesse momento eu fui uma militante ativa no Cpers Sindicato – na época ele era CPERGS, a sigla nossa perdeu o G e ficou CPERS. Em 1984, eu vim para Porto Alegre cedida para a Assembleia Legislativa e em 1987 quando houve aquela greve com Simon, que foi a maior greve de todas, que acamparam em frente do Palácio Piratini eu estava saindo da Assembleia e atravessei, fui falar com os grevistas. Fui cedida em função das perseguições, depois que eu fui punida em 1982 começaram a me tirar da direção, mandar pra lá, pra cá e como eu era inspetora, eu não podia ficar em Escola o tempo inteiro, tinha que atuar dentro da Delegacia e como não me queriam na Delegacia diziam “faz inspeção aqui, faz inspeção ali”, até que o próprio PDT, que pela punição nos convidou e nós assumimos, nos filiamos eu e a Emília, nos convidaram pra concorrer, eu não quis. A Emília concorreu a vereança ajudada por mim e aí eu fiquei cedida, então, para a Assembleia Legislativa.

Atravessando a rua pra conversar com as grevistas, não vou citar nomes, mas tinha uma ex-diretora de uma Escola de Quaraí, que eu conhecia muito (fazia inspeção), dançando de viúva, vestida de preto e fazendo toda uma algazarra na frente do Palácio. Inclusive com coisas bastante delicadas, em relação a esposa do Simon que havia falecido, fatos que não vou citar. Ela conversando comigo me perguntou: “O que tu achas?”. Eu disse que

a partir deste momento nós vamos passar a perder o respeito com nossos alunos. Fiz uma comparação com aquelas greves que eu tinha participado ativamente onde nós ficávamos confinadas as grevistas num espaço mostrando que estávamos ali, em greve, mas tínhamos interesse pela educação. Eu vi com muita tristeza a forma como as coisas foram tratadas, porque independente de nós reivindicarmos, eu acho que tem que haver os valores morais de respeito até a autoridade constituída, que está ali.

Em 1990, eu dentro do PDT, coordenei a campanha, já tinha sido Secretária Municipal, de Collares para o Governo do Estado e naturalmente fui escolhida Secretária da Educação. Ele foi o último Governador a assumir em 15 de março, a partir daí começava a assumir dia 1º de janeiro. Quando ele assumiu, 15 de março de 1991, o 13º salário do ano anterior não havia sido pago e o mês de fevereiro também não. As aulas que deveriam ser iniciadas em 8 de março não tinham, os professores esperaram o Collares em greve e o Collares fez um discurso pedindo, na frente do Palácio, uma trégua de cem dias pra ele ver o que podia fazer.

Elas disseram que não dariam esta trégua e aí ficaram naquela discussão e marcaram uma assembleia pra daí uma semana. Conversando com o Collares nós decidimos que até a decisão da assembleia nós aguardaríamos e a assembleia decidiu permanecer em greve. Saíram do Gigantinho para o Palácio Piratini, como era normal, só que nós mandamos fazer uma faixa que tomou conta de toda a parte da frente do Palácio dizendo: “Uma trégua... cem dias... uma trégua...”. Aquela faixa grande... e eu como tenho experiência de Escola o que eu fiz? Mandei gravar com alunos de Escolas que estavam funcionando uma musiquinha: “Chegando na nossa Escola, cantamos com alegria... saudando os professores... boa tarde... boa tarde...”. E repetia, repetia, repetia. Mandei instalar todos os auto falantes pra baixo, porque eles vinham e faziam a maior... com caminhão de som. Quando eles chegaram eu liguei e terminei com... por que eles não tiveram condições de colocar som nenhum, o de cima abafava tudo.

Talvez isso aí no momento me pareceu como uma sinalização de quem estava ali com coerência, legitimidade, que eu tinha sido grevista e tinha vindo pra trabalhar. Meu interesse era arrumar os salários deles, porque o nosso Plano de Carreira, aqui faço um parênteses, ele é de 1974 e todos sabem, a pouco tempo dei uma entrevista a Assembleia Legislativa, que o CPERS tem ao longo dos anos tentado preservar este plano e eu perguntei pra jornalista: “Sabes de quem é a autoria deste plano”? Tu sabes? Quem é?

Mauro: Mauro Rodrigues, meu xará...

Neusa: Coronel Mauro Rodrigues, mas eu nunca ouvi dizerem que graças a ele nós temos este plano e ele morreu agora a pouco, este ano, aos 94 anos. Então este plano é da época do Coronel Mauro. Na realidade ele traz o que? Trouxe uma série de avanços, vou te dizer, ele é atual, prevê uma avaliação de desempenho. O Coronel Mauro, preocupado com as mudanças que iriam ocorrer no seu *staff*, fez um plano em que havia carreiras. O básico, pra quem tinha apenas o curso de Magistério; nível 2, estudos adicionais após os três anos do Magistério; nível 3, mais um ano além dos adicionais; nível 4, licenciatura curta; nível 5, licenciatura plena e 6, pós graduação. Ele fez este plano, o Coronel Mauro, até hoje respeitado e tentado manter por parte do CPERS.

Quando fui Secretária Municipal em Porto Alegre, eu assumi dia 6 de maio de 1986 e eu disse às professoras, era um mandato de apenas três anos do Collares, portanto fui Secretária 2 anos e 7 meses. Eu disse pra eles, precisamos mexer neste plano. O modelo deles era do Estado e nós aperfeiçoamos. No Estado, do básico ao nível mais alto dava 110% de distância e o nosso do município eu consegui convencer os professores que se fosse o básico a 82%, veja bem... se estou no topo da carreira não me interessa ter tantas vezes mais de quem está lá embaixo. Me interessa que ele ganhe bem e eu também, quanto melhor ele ganhar... aí eu convenci que não adiantava ter um básico baixinho, pois no básico maior a distância era menor mas todo mundo ia ser beneficiado.

Quando nós chegamos no Estado eu vinha com a mesma ideia de mexer no Plano de Carreira e o que eu queria mexer apenas, que nem precisava passar pela Assembleia? Eu queria retirar o nível 4, por que era um nível que tinha na época só 4 pessoas e não existia mais a licenciatura curta e o plano é tão perfeito que ele diz assim: “Entre um nível e outro deve ter no mínimo 15% de intervalo”. Veja bem... básico...15%...o segundo mais 15%, nível 3... chegaríamos a 60% e não precisaria mexer em nada, mas eles fizeram um.. que não pode mexer... eu expliquei, daí nós aumentamos, eu comprovei, ao invés de ter tanto, teremos tanto... a distância de 110% não tem porque... e eu coloquei 84%, 2 por cento a mais do que o magistério municipal de Porto Alegre, que é considerado até hoje o melhor do Brasil... é obra minha.

O PT, na semana passada o Tarso esteve lá em casa e disse: “Foi um grande crime que nós cometemos”. O PT repete tanto uma mentira que ela se torna uma verdade. Eu fui colega de Câmara de Vereadores da Sofia Cavedon e ela dizia que nós fizemos um plano pro Olívio pagar. Daí eu preparei uma material, trouxe um telão pra todos os vereadores ouvirem e no dia em que eu podia falar distribui pra todo mundo: eu assumi em maio de 86... até o final do ano eu passei lutando pra constituir uma comissão até que consegui. Elas passaram todo o ano de 87, cada artigo que se botava elas tinham que discutir nas Escolas, que era uma rede muito pequena, eram 13 Escolas.

Em dezembro de 87 eu recebi o plano e eu só vetei uma coisa: queriam reduzir o regime de trabalho do professor no Ensino Fundamental, currículo por atividades, que era de 22 horas para 20. E eu expliquei pra elas: “Como vamos reduzir o tempo de hora aula, quando o professor é concursado pra 22 horas pra atender o aluno, já está linkado com o aluno. Como eu vou reduzir as aulas dele, com quem fica o aluno?” Foi a única coisa que eu tirei e nós quando encaminhamos para a Câmara de Vereadores colocamos que sabíamos que demorava a tramitação, encaminhamos nos primeiros dias de 1988, último ano do Collares, que independente de quando fosse aprovado ele ia valer a partir de 1º de junho e só foram aprovar em julho. Pagamos até o final do ano e ficou assim aprovado o Plano de Carreira. Então isso é pra ilustrar o que eu tinha de ideia, eu tinha as coisas claras, quando tu olhares a minha tese tu vai ver que eu tinha todas as áreas bem... diagnóstico que ninguém sabe fazer até hoje eu fiz muito bem feito. Claro, graças a uma grande equipe de professores, militantes... bem, nós tínhamos aquilo bem claro.

Voltando... quando eles vieram com a decisão de continuar em greve, o Collares disse “E agora”? Eu disse pra ele... “Agora... ainda não foi assinado o decreto pelo Governador determinando o início e o término do ano letivo. Então vamos fazer o decreto a partir de 2 de maio”. Daí elas dizem que estão em greve e eu digo que... pelo decreto... daí eu fechei tudo que foi Escola só a partir de 2 de maio vamos ter aula. Dia 2 de maio nós abrimos as Escolas e tivemos 19 dias, 32 mil, aproximadamente ficaram em greve, eram cem mil na época. Ficaram em greve aqueles dias e eu descontei os dias paralisados.

Em qualquer lugar do mundo quando se tem uma greve ou desconta do funcionário ou o sindicato assume pagar pro funcionário. E aqui tem um fator muito importante, tu és um educador: o estatuto do magistério, que é nosso contrato de trabalho, diz que o professor é contratado e pago para dar os dias letivos, hoje são 200 dias letivos e na minha época eu já passei pra 200 dias, o resto do tempo pode ser ocupado para planejamento, reuniões em função do aluno e depois ele fica em férias. Tendo em vista que assumindo dia 2 de maio aqueles 19 dias que dariam 15 dias letivos, passando pro novo calendário era possível fazer antes do início das férias. Por que o professor tem direito a 60 dias de férias pelo estatuto, sendo que ele não pode ultrapassar o último dia gozado nas férias anteriores. Se nas férias anteriores tinha sido até 7 de março, ele poderia entrar em férias até 6 de março do outro ano. Então, por que não se recupera o dia que já se foi, ainda mais que ele tá disponível ali. Não é como numa fábrica, que as pessoas se dispõem a fazer um terceiro turno pra recuperar, pela produção. Aí não se recupera e eu descontei. Descontei esses dias aí dos professores e não tivemos mais greve até o final do nosso mandato do Collares e o meu mandato de Secretária de Educação. Este é um apanhado geral.

Mauro: Naturalmente toda essa questão levou a uma série de conflitos com o Sindicato, desgastes... como a senhora viu isso, esta reação do CPERS, as campanhas em relação a senhora? Foram famosas tais campanhas, eu era mais novo, mas me recordo.

Neusa: Tive uma oposição do CPERS o tempo inteiro. O calendário rotativo, por exemplo, eu achava uma coisa muito simples, mas me surpreendeu pessoas com uma inteligência fantástica me perguntarem... “É maravilhoso, mas os alunos não vão se amontoar”? Não, não é assim. Bem, daí me dei conta que não era tão fácil, a gente às vezes faz uma coisa e acha muito fácil e eu não contei com essa coisa que temos entranhada, da resistência. Sabe quando me caiu a ficha? Um dia cheguei correndo no supermercado e tinham mudado de lugar uma Gôndola, que eu já chegava direto ali e pegava, eu disse “Que droga, mudaram isso...” e daí me caiu a ficha, como que eu queria que aceitassem uma mudança tão grande, eu estou reclamando da gôndola do mercado. Nós sabemos que a vacina da penicilina teve grande resistência, e todas as vacinas nós tivemos resistência por que achávamos que não podia ser feito, há uma resistência ao novo. E o CPERS foi assim, acho que ele teve um momento que ele se distanciou da rede, eles não tem preocupação com ao aluno. E pra mim, o aluno é centro do processo. Porque te digo isso? Quando eu fui Secretária fiz tudo pra ser simpática, digo isso com ironia, pois a lei diz que se pode ceder a direção de um sindicato, e eles eram 11 e tinham mais de 400 cedidos. Ninguém pode ceder aquilo que está faltando, então chamei todo mundo pra dar aula. Então causei assim, fui muito firme,

tirei gente, não pegava nome de pessoas, estabelecia critérios claros. Por exemplo, qual o diagnóstico de Porto Alegre? Preciso de tantos professores de Língua Portuguesa... onde estão estes professores? Peguem todos que tem menos de cinco anos, não deu pra suprir... menos de dez. Nesse critério estabelecido eu peguei a mulher do Nereu Dávila, que era vereador em Porto Alegre, peguei a irmã do Renan Kurtz, já faleceu até. Peguei gente assim, mas era o critério... assim diziam que eu não tinha jogo de cintura, não abria exceção do 'jeitinho', não tive isso. O CPERS me desqualificou de tudo que foi jeito, entrei com um processo por danos morais, pois me chamavam de tudo e fiquei pasma quando cheguei lá e disseram: "Não, a professora Neuza, não é a pessoa, mas a ação da Secretária".

Eu enxuguei, tu vais ver na Tese, eu tive uma posição muito forte e o que eu vejo hoje do CPERS? Quando a gente diz assim... vamos sentar... vocês querem salário, vamos ver onde podemos enxugar. Mas eu não dou credibilidade a um sindicato que quer salário, mas permite as cedências, professor cedido pra tudo que é lado, isso perde a credibilidade. Onde podemos enxugar, como podemos fazer? E eles nunca quiseram participar disso aí, diziam que não são Executivo, de fato não são, mas quanto mais economizar, mais salário eles tem. Creio que eles se afastaram disso, hoje vejo o CPERS desacreditado, um número cada vez menor, quem vem é quem está debaixo do guarda chuva. E o magistério efetivamente está mal.

O Tarso Genro foi Governador, autor do piso, e não conseguiu dar conta. Apresentei para ele um trabalho que eu digo que dá de pagar, mas tem que optar. Uma alternativa muito simples: O Rio Grande do Sul e o Mato Grosso do Sul são os únicos dois Estados da Federação que tem na sua Constituição Estadual 35% do orçamento pro Magistério, quando a Constituição Federal diz que tem que ter no mínimo 25%. Após o Collares, ninguém aplicou 30%. A Yeda aplicou 18% e o Tarso uma média de 23%. Eu disse a ele, tu tens gente suficiente na Assembleia, manda um projeto e reduz pra 25%. Por quê? Se tu reduzir pra 25% tu vais ficar apto em seguida pra receber recursos do Governo Federal, por que a Lei do Piso prevê: o Estado que não conseguir pagar, aplicando o percentual constitucional em educação, ele pode ser socorrido pela União... ele não quis. Outra... então vai aplicar os 35%... ele aplicou 23%... se ele pagasse o piso ainda sobraria 1 milhão e tanto... dava pra pagar... ou ele paga 35 ou reduz pra 25%. E outra coisa é o grande enxugamento que tem que fazer. Eu enxuguei, enxuguei tu vais ver o número de alunos por professor: na França, eles tem uma média de 50 alunos por professor, outros países tem 30, 35... aqui 11. Na minha época, com muito enxugamento eu consegui chegar a 22. Então isso aí é o grande problema do Sindicato, que está desacreditado e não leva a nada, quanto anos está se arrastando? Passou o Tarso, que era o autor, e não fez.

Mauro: Uma acusação bem comum nas fontes que estudei era sobre um suposto autoritarismo de sua parte, especialmente em função das eleições de diretores que acabaram não ocorrendo. A senhora concorda ou discorda desta acusação?

Neusa: Primeiro lugar tu precisa saber a história. Quem implantou em todo o Rio Grande do Sul a primeira eleição direta para diretor fui eu em Porto Alegre. O Simon que deveria ter feito não fez... ele regulamentou a eleição para o próximo governante e em outubro de 91 deveria ser feita a eleição. Pra mim não teria problema nenhum, eu defendia. Eu recebi, tem aqui na minha Tese, o ofício da Associação dos Diretores das Escolas Estaduais. Foram no meu gabinete: "Nós estamos aqui pra lhe trazer um comunicado. Em assembleia no auditório na Escola Júlio de Castilhos os diretores de Escola no Rio Grande do Sul, partir desta data, não aceitam mais nenhuma determinação do Governador, ou da Secretária ou do Delegado". Eu olhei e disse pra ela:

- "Vocês vão ficar independentes?"

- Sim, porque nós vamos ter eleição.

- Quem vai pagar o salário?

- O governo!

- Bem, vocês estão como o filho que sai de casa, bate com a porta, quer ficar independente, mas quer que o pai pague tudo.

- Nós não aceitamos mais"!

Eu entrei no Supremo para arguir se poderia ocorrer isso. O relator foi o Paulo Brossard de Souza Pinto. No dia em que seria julgado no Supremo, eu e o Collares fomos na noite anterior e quando chegamos em Brasília, já pelas 10 horas da noite, estavam os procuradores apavorados: "Viemos aqui, Governador, com um conselho, pra não dar desgaste: vamos retirar, porque a Maria Augusta está a dois dias aí e cercado o Paulo Brossard. Primeiro dia ela ficou a tarde toda lá e ontem ela almoçou com ele e voltou quase 4 da tarde e acho que está conversado". Dai o Collares disse que "Se vocês aconselham, vamos retirar". E eu bati pé: "Não, eu quero ver

um Ministro como Paulo Brossard dizer que nós não temos razão”. Como um administrador pode pagar salário e as pessoas só tem direitos, direitos e não aceitam nenhuma determinação tua? Não tem lógica, isso não é autoridade.

Duas coisas eu aprendi com meu avô: quem não faz caso de um tostão, não merece um milhão e o poder se vinga de quem o exercendo, não o exerce na sua plenitude. Eu estava ali com uma coisa que era irreal, e o Paulo Brossard disse que não existia isso: como pode não aceitar nenhuma determinação do Governador ou da Secretária? É ilegal, por isso que eu trouxe a Tese, que tem muita coisa: como eu implantei o calendário rotativo, o Murilo Hingel queria implantar em outros lugares, fui a Cuba convidada pelo Fidel, fui aos EUA. Lá tem uma região, a dos Apalaches, ela abrange 13 Estados americanos onde naquela época, eles ainda não tinham conseguido resolver a questão da educação. Eles não tinham como chegar e os EUA não tem Ministro de Educação, tem Secretário, e eu fui na Secretaria trabalhei uma semana com eles e aprendi muito. Por quê? Tu deves te visto, quando vem um palestrante de fora o brasileiro assiste, pede a palavra e conta como ele faz. O americano não te diz nada e te vira do avesso. Eu estive na Secretaria de Educação americana, encontro no setor de Recursos Humanos, tudo separado. Em relação ao calendário rotativo eles me viraram do avesso: “Como a senhora colocou os professores, os alunos...?” Cada setor pegava o seu assunto, o que te permite aprofundar. Eu estive em vários lugares e quando fiz a minha Tese, o meu coordenador dizia: “Não é possível que um país pobre não aceite o rotativo”.

Ele só vem em benefício do professor, Escola mais estruturada, mais recursos e salários melhores. Então eu tenho certeza que eu não fui autoritária, eu exerci a autoridade que hoje os professores não exercem. Sou da época que havia respeito e isso é uma coisa que a gente tem que resgatar. Tu tens que ser respeitado... queres ver uma coisa? Estava lendo uma matéria e me reportei... quando eu sai da SEC os funcionários que estavam ali choraram. Tenho um vídeo onde eles choravam e disseram que nunca tinham trabalhado tanto, mas nunca trabalharam tão felizes.

Tem um funcionário que foi colega do Collares no Correios e Telegráfos, que estava aposentado e quando eu cheguei na prefeitura o Collares disse pra eu arrumar um cargo pra ele ganhar alguma coisa. Como tinha mais idade, disse pra ele ficar responsável pelo ginásio de Esportes do CIEP e disse que coordenasse toda limpeza. Um dia ele apareceu no gabinete do Collares e disse que não queria ficar mais lá: “Eu acordo todas as manhãs com aquele sobressalto, tenho que em arrumar, pois ela pode aparecer no Ginásio”. De fato eu levava as pessoas lá e uma vez tinha umas marcas de ‘kichute’, que se usava na época, ele dizia que não saia do piso e eu disse que saia. Dai eu pedi pra um assessor um balde, um ‘bombril’, um sabão em barra e um pano, dai me abaixei e limpei um metro quadrado. Ele ficou ‘puto da cara’ e foi dizer pro Collares isso... ele me ligou e eu disse: “Não vou brigar com ele, dá um jeito...”.

Eu exerci a autoridade demonstrei como deve ser feito. Daí o Dilamar Machado colocou ele no DMAE, no almoxarifado. Como demora muito, não tinha ainda saído ainda a publicação da mudança dele e ele pediu, uns 20 dias depois, pra ir falar comigo:

- “Secretária, o fulano está aí querendo falar com a senhora. Mas ele está com os nervos que está amassando o chapéu.

- O que ele quer comigo, ele não é mais do meu *staff*? Deixa entrar....

- Eu quero voltar pro meu Ginásio...

- Mas tu não está bem, agora?

- Professora, eu acordo de manhã e não tenho vontade de levantar. Eu fico sentado atrás de uma mesa, sozinho, as pessoas pedem papel... ninguém diz uma palavra... a senhora ia lá, elogiava o trabalho eu ficava feliz”.

Voltou pra lá, ficou meu assim... então essas coisas, não sei se tu vistes que estão fazendo um documentário da Dilma, pegaram o pessoal do Palácio que está a vários anos com ela e se negaram, diz que nunca viram tanta arrogância. Então isso aí eu considero que exerci a autoridade, autoritarismo é outra... eu sou muito firme no que eu faço, não sou aquela do ‘*nhém, nhém, nhém*’. Vou te contar um fato, o Collares quando assumiu ele definiu que os delegados de educação seriam indicados pelos nossos partidos de cada cidade. Quando eu fui a Pelotas o partido me designou uma professora ‘daquelas’ e quando cheguei pra conhecê-la vi o pessoal dizendo... “Bah, vamos fazer festa, tu vai ser a delegada”...

Eu assumi e o partido trouxe o nome dela, daí sentaram na minha frente e eu disse que quem tem que escolher é vocês. Se o nome dela sai daqui consagrado amanhã sai no jornal... o que a população vai dizer? Eles começaram a rir... “Ela é de festa, mas não temos outra.” Daí sugeri pra eles voltarem, fazerem uma reunião e decidir. Dois dias depois me ligaram, ia a professora Eva, que não é filiada, mas votou no Collares e é casada com um grande companheiro nosso e quando sair no jornal toda a comunidade vai admirar. É o tipo de atuação,

agora, com certeza o meu genro é jornalista, minha filha também, eles tem uma produtora de vídeos, foram eles que fizeram o documentário da vida do Collares, ela fez o livro, ele fez o documentário e ele me disse: “Neusa, eu quero fazer um documentário teu, não pelas grandes obras, mas com tua visão de determinadas coisas”. É isso aí, mas eu prefiro ser sempre autoritária, eu digo pro Collares, quando eu tô conferindo a conta ele me diz: “Neusa, olha aí, como é que vai conferir a conta do restaurante?”. Eu prefiro sair daqui e que digam: “Que mulher... ela confere a conta”, do que dizerem: “Nem tá se botou a mais, nem tá. Porque o dinheiro rola solto pra político”. Eu sou assim.

Mauro: De qualquer forma o episódio das eleições dos diretores pode ter dado razão aos Procuradores. Parece que houve o desgaste do Governo, a senhora acha que a educação contribuiu para este desgaste todo? O Collares nem concorreu novamente.

Neusa: Sim, e a melhoria da qualidade do ensino? O Jorge Uequed é de Canoas, do PMDB, mas ajuda a irmã dele que está na Rede e ele me disse: “A minha irmã, era uma guerra contra a senhora, mas hoje ela me diz que a senhora foi a única que atualizou os professores”. O material, eles nunca mais tiveram como antes, mas aqui na Tese tu vai olhar e depois me dizer.

Na época não tinha reeleição e ele não concorreu a nada, teria que deixar e ele não ia deixar. O Collares sempre diz que eleito pra um mandato tem que ficar até o final, ele só poderia concorrer em 98 e foi o que aconteceu. O Simon renunciou e na minha tese ele nem teria direito a pensão de Governador, acho que não teria direito. Ele nos convidou pra um jantar e me disse: “É uma grande Professora e uma grande mulher... como que eu não tive a ideia do Decreto”. Claro que ou tu vai pra uma coisa que tu entende ou não vai, se eu não entendo não me meto.

Mauro: Se a senhora pudesse voltar atrás e fazer algo melhor ou não fazer, o que faria?

Neusa: Eu acho que nosso grande erro foi não fazer publicidade do que nós tínhamos feito e o Collares achava que nós tínhamos tanto pra gastar com aluno que não dava de fazer publicidade. Talvez tenha sido o grande erro... e subestimamos a força de quem fala mal. Eu tenho absoluta tranquilidade e hoje eu saio a rua, não uma nem duas, é quantidade de professor me dizendo... “nunca mais tivemos isso”.

Mauro: Inicialmente, a senhora pode nos dar uma breve autobiografia na educação, aspectos que levaram a senhora a escolher a docência, o trabalho na Escola e como a senhora chegou até lá?

Cléris: Nasci aqui mesmo em Lomba Grande em 20 de maio de 1935, estudei aqui fiz o curso primário como era oferecido na localidade, éramos um distrito inicialmente de São Leopoldo e depois por um “cambalacho” político, como se diz na gíria, passamos para Novo Hamburgo. Então meu estudo foi realizado no Colégio São José, em São Leopoldo: lá fiz o Ginásio, depois do primário aqui na Lomba Grande no Madre Benícia. Em São Leopoldo fiz o ginásio e o curso de formação de professores. Depois contrai matrimônio e também fui nomeada professora do Grupo Escola Madre Benícia de Lomba Grande. Aqui lecionei por muitos anos, desde 1957, primeiro como auxiliar da minha irmã, que era diretora e faltava professora; lecionei de graça até 28 de agosto e dia 29 foi publicado no Diário Oficial, naquela época não tinha contratos, era logo nomeada.

Então fiquei atuando nessa Escola durante vários anos como professora e nesse ínterim tive meus três filhos e lecionava no turno da manhã, o prédio não oferecia as condições ideais, era disponibilizado pela comunidade católica que cedeu ao Estado sem receber aluguel. Era água de cisterna, os sanitários eram os ‘calungos’, como se dizia, sem conforto, sem merenda e as coisas aconteciam na medida do possível. Outros professores foram chegando, formados pela Escola Normal do São José.

Mais tarde, eu senti a necessidade de aprimorar meus estudos, meus filhos já criados e até na Faculdade, resolvi cursar na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, de dia, turno que eu podia chegar até lá, pois não dispunha de condução própria. Foi bastante sacrificado, problemas do lar, da família e da Escola, mas foi uma época muito feliz da minha vida, abriu meus horizontes. Depois que conclui o curso de Pedagogia, no ano seguinte, oportunizaram pós graduação e eu que queria fazer Supervisão Escolar, pude fazer aos sábados Administração Escolar, foi um curso que me proporcionou bastante vivência com outros colegas.

Voltando ao trabalho quando a minha irmã foi embora, não havia colocado antes, eu não queria ser diretora da Escola por que estava com três filhos pequenos morava numa casa de aluguel, que tinha sido dos meus avós. Mas de repente chegou a minha chefe e disse: “A sua irmã que era diretora e foi embora, então a senhora tem que assumir”. Foi assim e como eu gostava do ofício eu disse ‘amém’ e meu marido foi muito condescendente e não impôs obstáculo nenhum, então as coisas foram acontecendo, mas quando a minha irmã foi embora ela me disse uma frase: “Cléris, eu desejo que tu tenhas mais sorte do que eu e consigas um prédio próprio”.

Nós tínhamos uma meia parede, quando uma falava um pouco alto, a outra batia e já se sabia, tinha que baixar voz. Recreio não tinha em dias de chuva, como já lhe disse, sem merenda e sanitários. Aquilo foi minha bandeira e comecei. Nunca tínhamos muita força política, como não temos até hoje e então finalmente fomos informadas que governo Ildo Meneghetti tinha uma verba a disposição e a partir de contatos políticos chegamos a isso e qual foi nossa surpresa que eram apólices resgatáveis em cinco anos. Imagina qual foi a minha luta, visitar as famílias e convencê-los a comprar: aquilo foi uma batalha, fins de semana, as professores nem sempre queriam me acompanhar, não tínhamos um auditório para convocar era tudo tão precário e realmente as primeiras foram conseguindo negociar aqui mesmo na localidade... perguntavam quem dava segurança pra isso... mas conseguimos uma parte e de repente foi eleito o prefeito de Novo Hamburgo Dr. Nívio Friedrich que era genro do Leopoldo Petry, que tinha raízes aqui, chegou a lecionar como professor particular e casou com uma moça daqui, do interior. O Dr. Nívio, fiz uma reunião com os pais e convidei-o para vir na reunião, um dia de inverno e na sala de aula maior. Ele nos contou que não esperava muita gente, neste frio, mas se emocionou em ver o auditório lotado de pais. Felizmente conseguimos, pois o Estado tinha verba, mas a comunidade tinha que dar o terreno.

Chegamos a fazer baile com cuca e linguça, vispada, reunião dançante com música daqui mesmo, mocotó em noite fria, tudo isso os pais ajudaram e então finalmente conseguimos fazer os alicerces, a comunidade... domingo, sábado, tinha vinte pais trabalhando. Fizemos alicerce para seis salas de aula, banheiro feminino e masculino e o Dr. Nívio sensibilizou-se naquela reunião e ficou com as apólices restantes e terminamos o prédio. Em 4 de maio foi inaugurada a Escola, veio a banda do Exército, foi muito legal, só que naquele período tinha mudado o prefeito e veio o Alceu Musman, também foi muito bom para Lomba Grande, então foi uma das etapas do novo prédio e de repente ali começou o pessoal e assentir a necessidade de fazer ginásio aqui e não como eu fiz, dependendo de condução.

Começamos a fazer uma campanha para ampliar as salas e veio o Ginásio a tarde, o primário funcionava de manhã: eu fui da comissão e também fazer comissões, por que a comunidade pagava os professores, era colégio da CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – eles entraram com o corpo, o que tinha aproveitaram. Um outro pormenor: a Escola foi fundada e não tinha cozinha, havia muito declive e mesmo os

alicerces deveriam ser profundos e ali foi organizada uma cozinha em duas semanas. Hoje tem um colégio enorme e ainda a cozinha está ali no mesmo lugar, outro dia estive ali e me emocionei, recordei que tinha que ter duas ‘técnicas’ e escolhemos técnicas agrícolas e domésticas. Então conseguimos no fundo do terreno fazer uma horta, um menino que estudou na Escola Agrícola, ele foi professor; nas domésticas compramos bateadeira. Então estava tudo as mil maravilhas funcionando e os alunos no ginásio comunitário aproveitaram, todo mundo colaborava e era uma forma de ter os estudos aqui em Lomba Grande e de repente a comunidade não pôde mais suportar pagar professores que tinham que vir de fora e daí fechou. Passamos a batalhar, já houve a extensão e começou o Segundo grau e precisava prédio. O presidente da CPM, importante baluarte da época, que eu fundei, pois daí eu ajudaria os pais e também haveria ajuda. Nós fizemos um empréstimo no Banco do Estado: um modesto agricultor, presidente do CPM e em meu nome e daí conseguimos terminar aquele anexo que tem lá até hoje.

Ainda precisava pra funcionar local um pra prática esportiva e consegui também com o prefeito Eugênio Nelson Ritzel, ele vinha em pessoa, conseguimos fazer uma parte, alambrados para o ginásio e luminárias e consegui asfalto numa área que tinha areia. Ele vinha num Fusquinha supervisionar a obra, em duas semanas estava pronta e assim conseguimos atender estes critérios básicos para a Escola funcionar normalmente. Essa é a parte relacionada mais ao magistério.

Depois em 1983 eu me aposentei, mais de vinte anos fui diretora e ganhava uma migalha a mais, não tinha eleições no meu tempo, mas eu tive muita sorte, ótimos professores e também dei aula como diretora. Aquela secretaria precária, como eu escolheria uma sala ampla pra mim e os alunos faltarem sala de aula? Os pais não gostavam de dois turnos, queriam um turno só, por isso podemos ceder o espaço pro ginásio: meu filho também estudou ali. Então sempre tinha algo mais pra fazer, era muito importante na vida da gente. Em 1983 me aposentei, comecei a fazer umas viagens e foi um período bastante feliz, sempre envolvida em questões da comunidade. Sempre procurei participar das campanhas da comunidade.

Mauro: Tenho percebido que ao final dos anos 1970 passaram a mudar as Escolas no geral, professores com mais atitude, mais reivindicativos, se levantando contra a situação das Escolas e o abandono que a senhora registrou. Como foi aqui na Lomba? A senhora consegue recordar daquele movimento?

Cléris: Principalmente o Magistério, eu felizmente cheguei a conviver. Aquilo foi difícil porque o Ginásio funcionava na parte da tarde e os professores de lá, já era Escola e não comunitário, o Estado absorveu. De repente veio a primeira greve e o que aconteceu? Os professores da manhã chegaram na Escola e eu tinha sido orientada a não me posicionar, ficar na minha no começo. Chegaram e disseram: “Estamos aqui do mesmo jeito, os alunos vieram de casa...”. Elas trabalharam normalmente e de tarde, quando era a etapa do 2º Grau, no ônibus já vieram posicionados e chegaram... olha... mandaram os alunos de volta e chegaram na Secretaria pra mim e disseram: “Nós vamos aderir a greve, não tem conversa”.

Olha, meu Deus, o que eu faço? Daí, vieram os alunos já, dizendo “Dona Cléris, nós queremos aula”! Por causa disso eu não completei o meu tempo e aposentadoria, eu achei terrível aquilo, o turno da manhã não aderiu e a Escola de tarde sim, os pais me pressionando os alunos também. Por sorte veio um dia o diretor da Escola Agrícola, o Dionei, e ele veio aqui e ouvi ele dizer que eles não poderiam obrigar a diretora a ficar no lado de vocês, ela tem que assegurar a continuidade das atividades escolares, deixa se está funcionando de manhã. Era bilhete de tudo que era lado, uma coisa horrível e eu tomei um propósito: assim que desse eu encaminharia a minha aposentadoria. E foi um período mais difícil pra mim. Depois felizmente terminaram e daí foi uma recuperação, não foram muitos dias.

Mauro: Em 1980 houve uma greve maior, a senhora estava ali ainda?

Cléris: Sim, me aposentei em 1983. Por que aí, de repente não lembro bem, mas eu ainda gostava do que fazia, tinha apoio da comunidade, tinha um grupo de professores nomeados, mais coeso. No fim do ano pensei e encaminhei meu processo, achei que ia demorar muito, mas dia 6 de março mal tinha começado as atividades escolares e o delegado de ensino era conhecido meu e o adjunto era natural de Lomba Grande, professor Nelson Meleck, pelo ônibus mandou um bilhete: “Cléris, estás aposentada”. O motorista entregou pra mim, tudo era tão simples. Sabe que me deu um pavor assim, não pensei que era tão rápido e por sorte ocorreu. O Tarcilo, Delegado me orientou depois, “Dona Cléris, por enquanto é um cargo de confiança como foi o seu, mas agora já está entrando muito eleições e a senhora faça uma experiência com o seu corpo docente: uma votação. Diga

pra eles que não é garantido, por que precisa da palavra final do Delegado de Educação”. Venceu, do primeiro ao quinto, uma que tinha escolhido como vice diretora, uma pessoa extraordinária, a mais votada, a segunda uma que morava na feitoria, professora Vivian, que tinha dois filhos pequenos e a terceira foi uma professora muitos anos, mas eu precisava de um secretaria a Dona Magali, estava tão nervosa pra lidar com os alunos. Eram três candidatos, e a dona Arlete ganhou, em função do marido, a segunda em função dos filhos pequenos e ficou esta diretora, mas daí subiu pra cabeça um pouco. O bom é que ajudou a me afastar, sair da Escola e daí eu me aposentei.

Mauro: A própria eleição era uma proposta da greve. A senhora acha que aqui na comunidade, os movimentos tiveram pouco apoio por parte dos pais? O que a senhora recorda?

Cléris: As eleições eram sim... no começo mesmo alunos ficavam na Secretaria pedindo aulas – “Quero aula...” – por isso me aposentei aos 28 anos, pois meu espírito não era pra estes movimentos, no fundo eu entendia as reivindicações, mas aquela divisão no grupo, o turno da manhã não aderir, era bilhete pra lá, bilhete pra cá. Era um ambiente terrível, tanto é que pedi minha aposentadoria, eu não tinha quase licenças, foi uma época muito boa da minha vida, tive muitas compensações em termos de família e os filhos, graças a Deus. Nem tudo sempre é azul tem também as partes difíceis.

Mauro: Aparentemente era uma postura nova e isso gera divisões, especialmente nas escolas um pouco menores, nos grandes centros o movimento foi maior. Assim como em 1980 foi um movimento mais forte que 1979.

Cléris: Aquela foi terrível, aquelas agressões todas, bilhetes e o ambiente na escola. Que coisa, um turno fazer o outro não fazer.

Mauro: Em geral, os grevistas ficavam na Escola?

Cléris: Sim, claro... justamente, os professores da manhã eram todos naturais daqui e foram muito firmes. Os de tarde já tinham faculdade, vinham de fora. Mas eu gostei de ser professora até hoje ainda encontro ex-alunos, que coisa prazerosa, muitas compensações, meu marido foi muito compreensivo, ele não pode estudar era família muito numerosa, mas depois se realizou profissionalmente. Tudo era muito precário na época meu enxoval foi um quarto na casa dos meus pais que nos cederam. Muito tempo morei de aluguel até fazer minha casa. É a vida, quase um romance. Agradeço a oportunidade, gosto de conversar.... que sirva pra alguma coisa seu trabalho.